

---

RELATÓRIO  
E CONTAS  
2023

**novobanco**

The lower half of the page features an abstract graphic design. It consists of several overlapping, semi-transparent shapes. A large teal shape is on the left, a yellow shape is in the center, and a pink shape is on the right. There are also some lighter teal and white shapes that appear to be part of the background or other layers of the design.

## DESIGNAÇÕES E ABREVIATURAS

BCE	Banco Central Europeu
CAE	Conselho de Administração Executivo
CGS	Conselho Geral e de Supervisão
DGCOMP	Directorate-General   Competition <i>Direção Geral   Concorrência da Comissão Europeia</i>
ESG	Environment, Sustainability and Governance <i>Ambiente, Sustentabilidade e Governo</i>
CCA	Contingent Capital Agreement <i>Mecanismo de Capitalização Contingente</i>
MF	Margem Financeira
RGICSF	Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
LCR	Liquidity Coverage Ratio <i>Rácio de liquidez</i>
€, EUR	euro
M€	milhões de euros
mM€	mil milhões de euros
pb	pontos base
pp	pontos percentuais

### **Novo Banco, S.A.**

Sede: Avenida da Liberdade, n.º 195  
1250-142 Lisboa, Portugal

N.º de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa  
e de Pessoa Coletiva 513 204 016

Capital Social: € 6 567 843 862,91 representado por 11.130.841.957 ações  
escriturais, nominativas, sem valor nominal

---

# ÍNDICE

4	<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO</b>
8	<b>CEO TALK COM MARK BOURKE</b>
14	<b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b>
118	<b>RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE</b>
290	<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>
290	<b>Consolidadas de Grupo novobanco</b>
452	<b>Individuais do novobanco</b>
588	<b>ANEXO</b>

Este documento constitui uma versão em formato PDF do Relatório Anual 2023 Novo Banco S.A.. Esta versão não cumpre o disposto na norma técnica de regulamentação (RTS) do ESEF (Regulamento Delegado (UE) 2019/815). A versão oficial e auditada do relatório ESEF esta disponível no website em [www.novobanco.pt/grupo-novobanco](http://www.novobanco.pt/grupo-novobanco) > Investidores e no site da CMVM.

Em caso de discrepâncias entre esta versão e o relatório oficial do ESEF, prevalece o último.



---

Byron Haynes,  
Presidente do Conselho  
Geral e de Supervisão

---

# Mensagem do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

Caros Stakeholders,

O novobanco apresentou fortes resultados em 2023, atingindo um resultado líquido recorde de 743 milhões de euros e uma geração anual de capital de cerca de 500 pontos base que refletem o crescimento contínuo da nossa atividade bancária e confirmam a sustentabilidade e resiliência do nosso modelo de negócio acretivo de capital.

O modelo de negócio do novobanco reflete o seu “Programa Estratégico”, assente em quatro pilares: “Banco Centrado no Cliente”, “Operações Simples e Eficientes”, “Desenvolvimento das Pessoas e da Cultura” e “Desempenho Sustentável”, para melhorar a capacidade do banco “para servir as necessidades e expectativas dos nossos clientes”. Durante o ano, o banco executou de forma consistente o seu “Programa Estratégico”, não só atingindo como superando os seus objetivos e metas para 2023, incluindo o aumento da rentabilidade sustentável, num contexto que continuou a revelar-se difícil.

O banco manteve ao longo do ano uma atitude cautelosa e alerta relativamente à gestão das diversas vertentes

do risco. Incluem-se especificamente entre os principais riscos: o ambiente macroeconómico difícil, caracterizado pelo aumento do risco de recessão, elevadas pressões inflacionistas, o nível elevado e crescente das taxas de juro, o aumento dos níveis de desemprego e a crise do custo de vida; os efeitos de contágio do aumento da volatilidade nos mercados financeiros decorrente da continuação dos conflitos entre a Rússia e a Ucrânia e entre Israel e o Hamas, assim como do colapso do Silicon Valley Bank, que desencadeou outras situações de insolvência bancária nos Estados Unidos, e também da queda do Credit Suisse na Suíça; o aumento do risco operacional (ciberataques e outsourcing); e os riscos emergentes, como o risco climático e ambiental, que mereceram uma atenção acrescida por parte do banco.

**Os resultados financeiros em 2023 refletem o crescimento do produto bancário comercial (+57%), a estabilidade do crédito e um aumento de >45% na aquisição de novos clientes, em particular nas áreas comerciais de Retalho e PMEs.** O novobanco continuou a fazer investimentos significativos (aumento do investimento em TI no total de 58M€) no apoio

à atividade comercial e aos nossos colaboradores (aumento de 3,3% nas horas de formação dos colaboradores), mantendo simultaneamente a disciplina de custos, não obstante a continuação das pressões inflacionistas.

A melhoria da rentabilidade foi acompanhada por um reforço contínuo da qualidade dos ativos do balanço, conforme demonstrado pela melhoria dos indicadores de crédito e pela conclusão do processo de de-risking dos ativos legacy e não core. O custo do risco situou-se em 48pb em 2023, abaixo da meta estabelecida para o ano. O rácio de NPL líquido baixou para 0,7% no final de 2023, em linha com a concorrência, tendo sido mantidos fortes rácios de cobertura de NPL. Adicionalmente e pese embora as difíceis condições no mercado imobiliário por toda a Europa, o novobanco reduziu novamente a sua exposição imobiliária, em 154 milhões de euros (correspondente a 1,1% do total dos ativos), com um resultado líquido positivo e mais valias.

A sustentabilidade e a resiliência do nosso modelo de negócio acretivo de capital são confirmadas pelo reforço significativo dos rácios de capital em 2023, tendo sido ultrapassados todos os requisitos regulamentares e de guidance (Supervisory Review and Evaluation Process, "SREP"). Esta melhoria da posição de capital do banco foi reconhecida pelo Supervisor, que reduziu o requisito de Pilar 2 do SREP ("P2R") para o novobanco para 2,85% em 2024. Durante o ano, o novobanco foi sujeito ao teste de stress de 2023 conduzido pelo Banco Central Europeu ("BCE") aos balanços dos bancos a nível da UE, com referência ao final de 2022, cujos resultados contribuíram para a decisão no âmbito do SREP, sem qualquer impacto negativo nos requisitos de capital do novobanco. A decisão e a classificação global do SREP no final do exercício de 2023 melhoraram, refletindo os

progressos substanciais alcançados pelo banco durante o ano, com destaque para as melhorias introduzidas no Modelo de Negócio e na Adequação dos Fundos Próprios.

**O banco aumentou a sua quota de mercado em depósitos para 9,7% (+0,4pp) e manteve uma posição estável de financiamento e liquidez, tendo reforçado os rácios de liquidez ao longo do ano.** O novobanco reembolsou 5,4 mil milhões de euros das TLTRO III em 2023, mantendo-se apenas um saldo residual no final do ano, sendo agora um credor líquido do BCE. Os objetivos vinculativos e lineares (não vinculativos) do MREL para o final do ano foram ultrapassados. O rácio de depósitos a longo prazo do novobanco é classificado pela Moody's Investors Service em Baa2 (grau de investimento).

**Reconhecendo a trajetória positiva do banco, tanto a Moody's como a Fitch melhoraram o rating do Banco. A Moody's Investors Service reviu em alta o rating do novobanco de Baseline Credit Assessment ("BCA") para Ba1, com outlook positivo, refletindo as "melhorias contínuas na qualidade de crédito do banco resultantes do fortalecimento dos níveis de risco dos ativos e do capital e da melhoria significativa da rentabilidade recorrente". Em fevereiro de 2024, e antecipando os nossos objetivos, a Fitch atribuiu um rating LT 'BBB-' (grau de investimento) à dívida preferencial sénior do novobanco.**

O ano de 2023 foi ainda marcado pelo lançamento e execução de iniciativas fundamentais para promover os workstreams "Proposta de valor para os colaboradores", "Desenvolvimento de talentos" e "Cultura e valores", que sustentam o pilar do programa estratégico "Desenvolver as pessoas e a cultura". Têm sido feitos progressos no sentido de continuar a construir e a

capacitar uma força de trabalho diversificada, tendo em vista atingir os nossos compromissos em matéria de diversidade, equidade e inclusão, e esperamos que estes esforços ganhem ainda mais ímpeto no futuro.

As questões ESG permaneceram um tópico regular na agenda do Conselho Geral e de Supervisão (“CGS”) em 2023. Aprofundámos a integração dos objetivos ESG nos nossos modelos de avaliação de desempenho nos diversos níveis da organização e reforçámos o nosso compromisso de contribuir para acelerar a transição da economia portuguesa para um futuro de baixo carbono, reduzindo o nosso impacto ambiental, gerindo os nossos riscos climáticos, mobilizando capital e, mais importante, trabalhando ao lado dos nossos clientes e parceiros nesta transição energética, apoiando empresas de todas as dimensões e setores com soluções financeiras adequadas às suas necessidades, incluindo produtos de crédito ou serviços especializados.

**Em 2023, o novobanco superou as suas metas de financiamento verde para 2024, bem como as suas metas de redução das emissões de GEE de âmbito 1 e 2, mais de um ano antes da data compromisso.**

Em 2023 o CGS nomeou um novo membro para o Conselho de Administração Executivo (“CAE”), Benjamin Dickgiesser (CFO), para o mandato de 2022 a 2025. Na sequência desta nomeação, a organização das funções e pelouros do CAE foi reavaliada e realinhada, com efeitos a partir de outubro de 2023. Dois novos membros, Monika Wildner e Evgeniy Kazarez, foram também nomeados durante o ano para o mandato de 2021 a 2024 do CGS. A partir do final de 2023 a composição do CGS passou, assim, a incluir dez membros (sete dos quais independentes).

Ao longo do ano, o CGS e os respetivos comités supervisionaram e apoiaram o CAE na monitorização e execução dos objetivos estratégicos e metas financeiras do Banco, estabelecidos e acordados no plano a médio prazo.

Para 2024, foram definidos e acordados objetivos estratégicos e metas financeiras realistas no âmbito do plano de médio prazo revisto, focados na continuação da implementação do Programa Estratégico, sem descurar uma gestão do risco cautelosa e vigilante no atual contexto económico e geopolítico conturbado.

**Em nome do CGS, gostaria de agradecer aos nossos stakeholders, e em particular aos nossos clientes, pelo apoio, confiança e lealdade que continuam a demonstrar para com o novobanco.**

**Finalmente, em nome do CGS e em meu próprio nome, gostaria de agradecer a todos os membros do CAE e a todos os colaboradores do novobanco pelo seu trabalho esforçado, dedicação e empenho, que permitiram ao novobanco ultrapassar as suas metas e objetivos e melhor servir as necessidades e expetativas dos nossos clientes.**

---

**Byron Haynes,**  
Presidente do Conselho  
Geral e de Supervisão



---

Mark Bourke,  
CEO



# CEO Talk com Mark Bourke

**Mark Bourke, Presidente do Conselho de Administração Executivo destaca em entrevista as conquistas de 2023 e as perspetivas para o futuro do novobanco.**

**1** Em 2023, o novobanco evidenciou um consistente histórico de execução e desempenho, consolidando ainda mais a sua rentabilidade. Como caracterizaria o ano de 2023?

Em 2023 consolidámos a nossa posição como um banco português sólido, rentável e independente.

Num contexto que continuou a ser marcado por um cenário macroeconómico conturbado e pela instabilidade geopolítica, **aumentamos a nossa rentabilidade e alcançamos uma forte geração de capital, superando duplamente todas as metas a que nos tínhamos proposto, e obtivemos um rating Investment Grade.**

A conjuntura de taxas de juro impactou-nos, tal como ao resto da indústria, mas os resultados expressivos alcançados não teriam sido possíveis se não tivéssemos mantido o foco e a disciplina na execução e cumprimento do nosso programa estratégico e colocado o cliente no centro de tudo o que fazemos.

No segmento de Empresas, o novobanco continuou a reforçar o seu compromisso para com as empresas portuguesas, às quais disponibiliza um conjunto de soluções para as suas necessidades de investimento e

de fundo de maneio, assistindo-se em 2023 a um forte crescimento do crédito de curto prazo, nomeadamente através de *factoring* e *confirming*. Este posicionamento sustentou a continuação do crescimento da base de clientes empresa, onde atingimos elevados níveis de penetração, sendo que 55% das PME portuguesas e 70% das grandes empresas são clientes do novobanco.

No segmento de Retalho, continuamos a construir a nossa estrutura de serviço omnicanal, reformulando a nossa presença geográfica e alterando a experiência digital, numa lógica de aprofundamento das relações de longo prazo com os clientes. Atualmente, mais de 265 balcões operam sob o novo modelo de distribuição que oferece soluções avançadas de gestão de transações e processos de interação com o cliente de maior valor acrescentado.

**2** Como referiu, o novobanco apresentou um conjunto impressionante de resultados em 2023. Quais são as principais realizações que merecem ser destacadas?

**2023 foi um ano repleto de conquistas notáveis, não só ao nível do nosso desempenho financeiro, mas também em termos de reconhecimento externo. O rating do**

novobanco foi melhorado em 7 níveis em 2 anos pela Moody's e alcançou Investment Grade pela Fitch, para além de ter sido distinguido como banco do ano em Portugal pelo Financial Times.

Em termos de desempenho financeiro, vale a pena destacar:

- O Produto Bancário Comercial atingiu 1.439 milhões de euros (+57% face ao ano anterior), para o que contribuiu o sólido desempenho da Margem Financeira, alicerçado no ambiente favorável das taxas de juro e numa gestão prudente e orientada das taxas de juro dos ativos e do custo do financiamento;
- O Cost to Income Comercial situou-se em 33,3% (2022: 49%), superando o *guidance* de ~35%;
- O custo de risco foi de 48pb (incluindo *management overlays*), o que é consistente com o *guidance* para 2023 de ~50 pb;
- A forte geração de capital, com o rácio CET1 (*fully loaded*) a aumentar ~500 pb face ao ano anterior, para 18,2%, superando o *guidance* de geração de capital já anteriormente revisto em alta para >400bps.

Ao mesmo tempo que reforçámos a nossa rentabilidade e mantivemos o custo do risco sob controlo, conseguimos aumentar a nossa quota de mercado, num ambiente marcado pela diminuição da procura de crédito e pela intensa concorrência pelas poupanças dos clientes. O banco expandiu a sua presença no mercado português, com uma quota de mercado global de 9,8% (nov/23; +0,2pp no acumulado do ano). O Crédito a Clientes (líquido) situou-se em 24,5 mil milhões de euros (estável face a dezembro de 2022). A originação no ano foi de 3,5 mil milhões de euros, suportada pela captação de clientes, tendo sido parcialmente mitigada pelo aumento das amortizações. Os depósitos de clientes situaram-se em 28,1 mil milhões de euros, refletindo-se no crescimento da quota de mercado em depósitos para 9,7% em nov/23 (dez/22: 9,3%).

O desempenho consistente do novobanco permitiu-nos superar as nossas metas financeiras para 2023, melhorar a nossa capacidade de nos mantermos focados nos nossos clientes e bem posicionados para satisfazer as suas necessidades financeiras, suportados por um balanço sólido.

### 3 Referiu que o banco se tem concentrado na execução e cumprimento do programa estratégico. Para além de ser um banco nacional centrado no cliente, quais são os principais motores da estratégia do banco?

Começaria por destacar o conceito de “banco nacional centrado no cliente”. Para além de colocar o cliente no centro da sua missão e estratégia, o novobanco é um *player* puramente português, empenhado em apoiar as famílias e empresas portuguesas ao longo seu ciclo de vida.

Ser um banco centrado no cliente é um dos quatro pilares do nosso programa estratégico. **A cada momento, o novobanco procura superar as expectativas dos seus clientes e parceiros, através de uma proposta de valor distintiva assente numa abordagem omnicanal enquanto alavanca central de proximidade e experiência.** O dia-a-dia das nossas equipas é focado em responder de forma exemplar às necessidades dos nossos clientes, melhorando continuamente a experiência do cliente através de um modelo de serviço omnicanal para o segmento de retalho e de uma abordagem setorial às PME.

Para atingir estes objetivos, o novobanco tem vindo a investir numa transformação global. As faces mais visíveis desta reinvenção são a combinação da tecnologia, proximidade ao cliente e abertura à comunidade, e, por outro lado, os nossos canais

(1) Em Nov/23, o novobanco foi distinguido como “Banco do Ano em Portugal” pela The Banker, uma publicação do Grupo Financial Times.

digitais, que têm sido um fator determinante para a transformação acelerada do banco.

O segundo pilar é “Operações simples e eficientes”, no âmbito do qual aceleramos a transformação do novobanco numa organização que proporciona aos clientes uma experiência simples e direta, que permite atingir níveis crescentes de eficiência operacional.

Neste domínio, o novobanco tem-se focado na reengenharia dos processos mais críticos para os clientes, com vista a simplificá-los, procurando proporcionar uma experiência distintiva no setor, tanto pela simplicidade como por melhorias consistentes dos níveis de serviço, incluindo, em particular, nos processos de crédito mais determinantes para as empresas e famílias.

Para este efeito, o novobanco está a implementar um programa de transformação profunda das suas funções IT e de governo de dados, focado não só na infraestrutura, plataformas e ferramentas que suportam a nossa operação, mas também na disponibilidade tempestiva de dados para suportar a melhoria de processos, na otimização dos modelos de suporte à decisão e, acima de tudo, nos compromissos e exigências regulatórias a que o setor bancário está sujeito.

O terceiro pilar consiste no desenvolvimento das pessoas e da cultura. **Os objetivos estratégicos do novobanco encerram um elevado nível de ambição, assente num perfeito alinhamento e numa total clareza na organização sobre o papel e contributo de cada colaborador para o seu cumprimento.** Este terceiro pilar da estratégia do novobanco assume, portanto, uma dimensão crítica.

A estratégia do novobanco procura (i) atrair, desenvolver e reter, através de uma proposta de valor apelativa para os seus colaboradores, (ii) o desenvolvimento do talento interno e (iii) a promoção da cultura e valores organizacionais.

Por último, o quarto pilar da estratégia do novobanco - “atingir um desempenho sustentável” - assenta na **obtenção de um desempenho financeiro caracterizado pela sua sustentabilidade, pela solidez e qualidade do balanço, por níveis de solvabilidade adequados e uma afetação eficiente e eficaz do capital e gestão do risco.**

É neste quadro que se inscreve o nosso programa de integração da temática do ESG (“Environmental, Social and Governance”) no negócio e na organização, que incorpora (i) a implementação do modelo operativo ESG e a formação da organização, (ii) a adequação da oferta de produtos e serviços, e (iii) a transformação das políticas de investimento e gestão de risco.

Para a sustentabilidade do desempenho do novobanco contribui igualmente, e de forma decisiva, a gestão otimizada do capital e das diversas fontes de financiamento do banco, bem como a melhoria dos processos de gestão dos riscos associados à sua atividade. Para alcançar este objetivo, o plano estratégico do novobanco é executado através de diferentes programas operacionais que asseguram a qualidade das decisões de crédito, incluindo através da sua automatização, da melhoria dos modelos de definição do preço e de aferição da rentabilidade ajustada ao risco.

**O nosso desempenho demonstra claramente o aumento da confiança no novobanco, tanto dos nossos clientes como dos mercados financeiros, o alinhamento da nossa equipa e, naturalmente, a consistência do caminho estratégico traçado.**

## 4 Relativamente ao pilar “Desenvolver as pessoas e a cultura”, poderia dar-nos mais informações sobre as iniciativas que o novobanco está a desenvolver?

Para concretizar a nossa estratégia, é necessário que toda a organização esteja alinhada com a nossa visão e disponha dos melhores talentos, o que significa reter e atrair as pessoas certas, cujo desempenho impulsiona o nosso sucesso coletivo enquanto banco. Significa também **promover uma cultura positiva e inclusiva e uma liderança que estimule o talento e capacite as suas equipas para o sucesso.**

Em 2023, lançámos e implementámos várias iniciativas-chave do nosso pilar estratégico “Desenvolver as pessoas e a cultura”, tendo alcançado progressos nas áreas de “Talentos”, “Liderança” e “Missão & Valores”.

Relativamente ao Talento, temos vindo a trabalhar na forma como nos focamos na experiência de trabalhar no novobanco e como reconhecemos aqueles que contribuem para o sucesso do banco, desenvolvendo uma proposta de valor renovada para os colaboradores.

No que diz respeito à Liderança, lançámos programas de desenvolvimento para os nossos líderes, de modo a que possam servir de exemplo e promovam o ambiente certo para que as pessoas tenham sucesso, com o objetivo final de todos podermos servir melhor os nossos clientes.

Na vertente Missão & Valores, **temos vindo a trabalhar no sentido de envolver e dinamizar toda a organização do novobanco em torno da nossa Missão, que tem no seu centro os nossos clientes, simbolizando a forma como tudo o que fazemos tem como objetivo construir relações duradouras e de confiança.**

## 5 E quanto à integração das questões ambientais, sociais e de governo nas atividades do dia-a-dia do banco, como tem vindo a progredir e quais são os principais desafios?

A sustentabilidade e a gestão de riscos e oportunidades ESG é uma prioridade estratégica para o novobanco e, em 2023, continuámos a progredir significativamente o nosso programa ESG, consolidando o nosso objetivo de ser uma referência ESG nos serviços financeiros em Portugal.

O financiamento sustentável tem um papel fundamental no cumprimento dos objetivos climáticos nacionais e europeus e, para o novobanco, **apoiar os nossos clientes na redução a sua pegada de carbono é uma prioridade que só pode ser alcançada através do investimento em transição energética e ação climática.**

**Em 2023, o novobanco investiu 369 milhões de euros em financiamento verde, tendo ultrapassado, mais de um ano antes da data compromisso, as suas metas de financiamento verde para 2024.** Renovámos e reforçámos o nosso compromisso, com um objetivo de 2 mil milhões de euros em financiamento verde nos próximos 3 anos.

Isso reflete **o nosso foco em disponibilizar aos clientes mais escolha e em tornar mais fácil a sua jornada de transição. Continuaremos a contribuir para acelerar o ritmo da transição necessária – identificando novas formas de fazer negócio e garantindo celeridade no apoio aos nossos clientes com produtos e serviços.**

Nas nossas operações próprias, ultrapassámos as metas de redução de emissões de GEE de âmbito 1 e 2 estabelecidas para 2024 e continuamos confiantes de que cumpriremos nossa meta de redução de 50% antes da data comprometida de 2030.

Fiquei particularmente satisfeito com o sucesso das nossas iniciativas de literacia ESG, destinadas a apoiar as PME portuguesas a compreender, discutir e partilhar experiências, boas práticas e desafios em torno das suas jornadas de sustentabilidade.

Amplificar o nosso impacto social positivo nas comunidades que servimos é também uma preocupação fundamental na forma como trabalhamos, tanto através da nossa agenda de capital humano como através dos nossos programas para clientes e comunidades, promovendo iniciativas de bem-estar social e programas de literacia financeira e digital.

## 6 Para concluir, gostaria de deixar uma mensagem final aos stakeholders do novobanco?

Os sucessos alcançados no ano passado foram possíveis graças ao empenho coletivo de todos os *stakeholders* do novobanco. **Cada marco alcançado, cada desafio ultrapassado e todos os progressos realizados são o testemunho da dedicação dos nossos colaboradores, da confiança dos nossos clientes e do empenho de todos os órgãos sociais do banco.** Gostaria assim de aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos os nossos *stakeholders* e particularmente a todos os que trabalham no novobanco, pelo seu apoio continuado, a sua dedicação e a sua confiança no novobanco.

Ao iniciarmos mais um ano, gostaria de reafirmar o nosso compromisso em ganhar e preservar a confiança de todos os nossos *stakeholders*. O seu apoio contínuo inspira-nos a continuar a trabalhar em prol de sucessos ainda maiores no futuro.

---

**Mark Bourke,**  
CEO



3,5 mM€  
de origem de crédito

28,1 mM€  
de depósitos

25,5 mM€  
de crédito bruto concedido

# RELATÓRIO DE GESTÃO

16	<b>1 QUEM SOMOS</b>
16	1.1 O novobanco
28	1.2 Organização
36	<b>2 A NOSSA ESTRATÉGIA</b>
36	2.1 Contexto Económico e Regulamentar
43	2.2 Pilares Estratégicos
51	2.3 Gestão do Risco
60	<b>3 O NOSSO DESEMPENHO</b>
60	3.1 Destaques da Atividade
63	3.2 Grupo novobanco (Consolidado)
68	3.3 Segmentos de Negócio
75	3.4 novobanco Individual
77	3.5 Factos Relevantes da Atividade e Eventos Subsequentes
78	<b>4 O NOSSO CAPITAL E LIQUIDEZ</b>
78	4.1 Rácios de Capital
80	4.2 Liquidez e Financiamento
84	<b>5 GOVERNO CORPORATIVO</b>
84	5.1 Estrutura Acionista
85	5.2 Órgãos Sociais: Composição e Funcionamento
90	5.3 Controlo Interno
93	5.4 Principais Políticas
101	5.5 Crédito a Membros dos Órgãos Sociais
102	5.6 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores Identificados
105	5.7 Participações Detidas por Membros dos Órgãos Sociais
105	5.8 Investimento Indireto Não Relevante no novobanco
106	<b>6 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS FINAIS</b>
106	6.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas
109	6.2 Demonstrações Financeiras Individuais
111	6.3 Notas Finais
111	6.4 Nota de Agradecimento
112	<b>7 INDICADORES ALTERNATIVOS DE DESEMPENHO</b>

---

# 1 QUEM SOMOS

## 1.1 O novobanco

O Novo Banco, S.A. (“novobanco” ou “banco”) juntamente com as subsidiárias e participadas que integram o Grupo Novo Banco (“grupo” ou “Grupo novobanco”) desenvolve a sua atividade principal no setor bancário português, nos segmentos empresarial e de retalho, desenvolvendo também atividade na área de gestão de ativos. Adicionalmente, tem participação em entidades que atuam nas áreas de capital de risco, imobiliário e *renting*.

O novobanco é o 4º maior banco a atuar no mercado nacional, com 1,6 milhões de clientes, ativos de 43,5 mil milhões de euros e 9,8% de quota de mercado.

Operando através de um modelo de relação omnicanal, o novobanco oferece uma experiência bancária completa e conveniente aos seus clientes, incluindo canais digitais seguros, complementados pelo recente e inovador modelo de distribuição de proximidade, com 290 balcões e 20 centros de empresas, que cobrem todo o território nacional.

Com rácios de capital dos mais robustos, o banco tem vindo a reforçar a sua quota de mercado nos depósitos e recursos de clientes, que atingem mais de 34,9 mil milhões de euros, enquanto garante o financiamento da economia nacional, com o apoio às famílias e às empresas, com 25,5 mil milhões de euros de crédito concedido.

Para contribuir para o crescimento económico de Portugal, tanto para famílias como para empresas em todas as fases da sua vida, de forma sustentável e responsável, o novobanco conta com a experiência e profissionalismo dos seus 4 209 profissionais e com parceiros estratégicos em diversos domínios.



## Missão

Ser o banco de confiança,  
que apoia as famílias e empresas  
ao longo da sua vida.

## Valores

### Colocamos os nossos **Cientes em primeiro lugar**

Colocamo-nos no lugar dos nossos clientes para nos empenharmos e apoiarmos as suas necessidades, desejos, sonhos e anseios, e investimos nos nossos colaboradores para que possam atingir a excelência.

### Abraçamos a **Ética e a Inclusão**

Agimos sempre de forma ética e fazemos o que é correto. Respeitamo-nos mutuamente e encorajamos as pessoas a serem elas próprias.

### Atuamos com **Confiança e Transparência**

Somos abertos e honestos uns com os outros - dando uma visão clara das decisões, das razões para as decisões, quando somos bem sucedidos e quando falhamos.

### Promovemos a **Simplicidade** todos os dias

Procuramos a simplicidade para trazer clareza e eficiência a situações complexas.

### **Colaboramos** uns com os outros

Trabalhamos em conjunto para o sucesso comum e orgulhamo-nos do nosso trabalho de equipa.

A Missão e os Valores orientam e fundamentam tudo o que o novobanco faz. Permite ao novobanco construir valor a longo prazo, investir no crescimento, manter o foco na entrega de um dividendo social com uma contribuição positiva para a sociedade e impulsionar retornos sustentáveis para os acionistas.

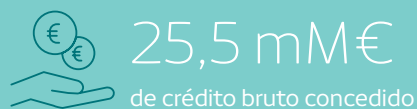
## Uma equipa de profissionais dedicados...



## em apoiar as famílias e as empresas a inovar, reinventar e exportar...



## e a fazer das grandes dificuldades grandes oportunidades...



## devolvendo à comunidade.



A resiliência do novobanco lança as bases para uma nova etapa de transformação comercial e de sólido desempenho financeiro.

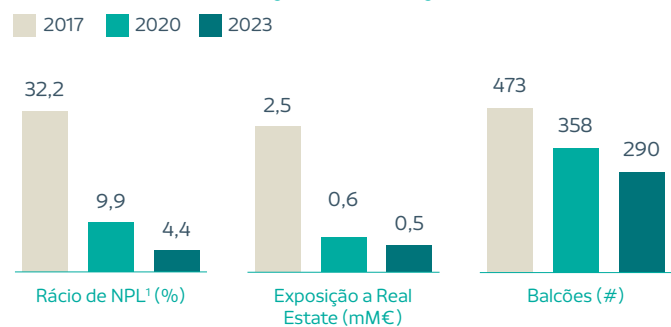
## Uma reestruturação de sucesso

O novobanco continua a crescer, excede as expectativas e reforça a sua posição como um banco de confiança, empenhado em apoiar as famílias e as empresas ao longo da sua vida.

### REESTRUTURAÇÃO 2017-2020

Lone Star adquire novobanco  
Profunda reestruturação operacional e de balanço  
Alienação da atividade internacional  
Redução do legado e limpeza de balanço

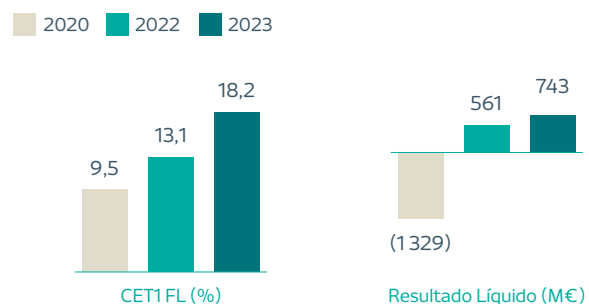
#### Profunda reestruturação de balanço



### TRANSFORMAÇÃO 2021-2022

Retorno aos lucros com 8 trimestres de resultados positivos  
Crescimento focado nas atividades core  
Investimentos significativos em transformação  
Normalização do custo do risco <50 bps  
Reforço de liquidez e capital: CET1 FL 13,1%

#### Sólidos rácios de capital e geração de resultados

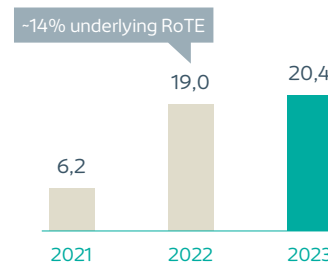


### RELANÇAMENTO

## A partir de 2023

Crescimento sustentado do volume de negócios  
Excepcional capacidade de geração de capital (-500 pb) em 2023  
Melhores níveis de eficiência e rentabilidade da indústria

#### RoTE: Melhoria significativa da rentabilidade<sup>2</sup> (%)



(1) Rácio de NPL definido como o rácio entre empréstimos não-produtivos e o total bruto de empréstimos a clientes;

(2) Ativo tangível baseado na média do período, exclui chamadas de capital CCA, contabilizadas como recebíveis mas ainda não recebidas e excluídas dos rácios de capital.

## 1.1.1 Modelo de negócio

O novobanco é um banco universal português que disponibiliza todo o espectro de produtos financeiros a particulares, empresas e clientes institucionais, cobrindo todo o território nacional e com uma forte aposta no serviço e apoio ao sector empresarial português. O modelo de negócio do novobanco é baseado em 2 segmentos da banca comercial: i) empresas; e ii) retalho. Em ambos os segmentos, o novobanco procura

antecipar e responder às necessidades dos seus clientes, oferecendo produtos e serviços bancários inovadores, efetivos e transparentes, baseados em elevados padrões éticos e de integridade, e assentes em mecanismos de avaliação de qualidade da satisfação do cliente.

### EMPRESAS:

um *know-how* histórico no setor

#### APOIO AO INVESTIMENTO

Soluções de financiamento de médio-longo prazo.

Leasing e renting.

Linhas de crédito com garantia BEI/FEI e BPF, com condições competitivas.

Financiamento dos capitais alheios nos Fundos Europeus.

#### APOIO À GESTÃO DE TESOURARIA

*Factoring* e *Confirming*.

Contas correntes e descobertos.

Linhas de crédito IFAP.

Antecipação de incentivos nos projetos com Fundos Europeus.

### RETALHO:

um parceiro para as famílias, com vastos produtos

#### CONTAS, CARTÕES E PAGAMENTOS

Contas para diferentes finalidades, abertura totalmente *online*.

Forte sistema de autenticação (eg: sem contato, cartões virtuais, MB Way (...))

#### CRÉDITO HABITAÇÃO

Finalidade de Aquisição e Obras.

Submissão *online* da simulação.

Condições especiais para jovens e não residentes.

#### EXPERTISE SETORIAL

Equipas setoriais especializadas, com soluções desenhadas à medida das necessidades de cada Cliente e de cada setor de atividade.

Equipas especializadas em Fundos Europeus, *factoring*, *confirming*, *leasing* e *trade finance*.

#### EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

Créditos e remessas documentárias.

Financiamentos externos.

*Factoring* internacional.

*Forfaiting*.

#### POUPANÇA E INVESTIMENTO

Depósitos e PPRs.

Fundos de Investimento, *Unit linked*, depósitos estruturados.

Gestão discricionária e consultoria.

#### SEGUROS

Seguros de vida.

Saúde, Casa e Automóvel.

Proteção acidentes pessoais e trabalho.

#### PAGAMENTOS E CASH MANAGEMENT

Cobranças: débitos diretos, TPA, *digital payment gateway*.

Pagamentos e transferências.

NB Express Cash para simplificar a gestão de numerário.

#### BENEFÍCIOS PARA COLABORADORES

Cartões refeição e cartões de crédito.

Soluções automóvel, com *leasing* e *renting* à medida dos clientes.

Seguros de acidentes de trabalho e multirrisco.

#### NEGÓCIOS

Contas dedicadas para pequenos negócios.

Soluções de tesouraria e pagamentos.

Seguro de negócios multirrisco.

#### CRÉDITO AO CONSUMO

Simulação e submissão *online*.

Seguro de crédito com seguro-desemprego e seguro de vida.

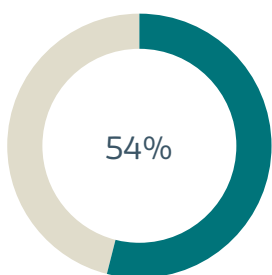
POS parceria: "Heypay".

Destaques: Principais ofertas de produtos e serviços.

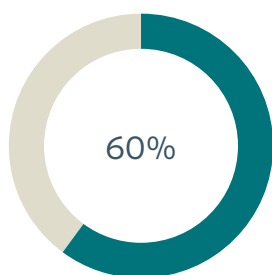
## EMPRESAS

c. 1,6 MILHÕES DE CLIENTES

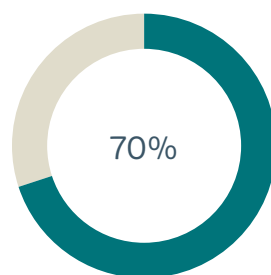
Segmento empresas inclui PME e Grandes Empresas, apoiados por Centros de Grandes Empresas e 20 Centros de Empresas



crédito empresas na carteira de crédito do novobanco

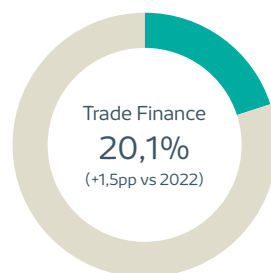
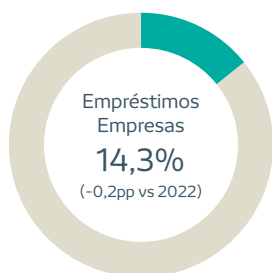


PMEs Exportadoras em Portugal que são clientes do novobanco



Grandes Empresas em Portugal que são clientes do novobanco

## QUOTAS DE MERCADO



Dados a novembro de 2023; Fonte: Análise novobanco com dados do Banco de Portugal, APS, APFIPP.

Além dos balcões e dos centros empresas e negócios, o modelo de negócio é também apoiado por:

## novobanco DOS AÇORES

O novobanco dos Açores resulta de uma aliança estratégica entre o novobanco (57,5%) e a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (30,0%), a que se juntaram o Grupo Bensaude (10,0%) e outras 13 Santas Casas das Misericórdias de todas as ilhas do arquipélago dos Açores (2,47%).

Na sua atuação regional, o novobanco dos Açores encontra-se alinhado com a cultura do Grupo, tendo por missão ser o banco de confiança, que apoia as famílias e as empresas açorianas ao longo das suas vidas. A sua estratégia encontra-se suportada em vantagens competitivas determinantes, como a solidez económica e financeira, aliada a uma cultura de serviço em prol da população dos Açores, com larga experiência do mercado local e forte tradição de relação de proximidade com os clientes.

No âmbito da estratégia do novobanco dos Açores, no decorrer do ano de 2023, foi concluída a primeira fase, e dado início à segunda, do projeto de renovação da rede física dos balcões, tendo sido reinauguradas seis agências bancárias, onde se inclui o seu edifício Sede, e um Espaço novobanco dos Açores. Este novo modelo de negócio do novobanco dos Açores, na senda do preconizado pelo novobanco, permite que este se afirma agora mais contemporâneo e funcional, alterando de forma substancial a dinâmica da Banca na Região, com

um modelo que tem como propósito colocar os clientes no centro da atividade. A renovação da rede de balcões continuará a ser corporizada em 2024, abrangendo as restantes agências, de modo a completar toda a rede comercial, representando um investimento total de cerca de 5M€. Acresce a estas intervenções uma aposta decisiva na desmaterialização de processos, com implementação já no último mês do ano, para melhor satisfazer as necessidades da comunidade açoriana, disponibilizando e proporcionando, simultaneamente, os serviços e produtos do novobanco dos Açores, por meio de uma interligação de todos os canais e, a partir de qualquer canal, com total comodidade.

O novobanco dos Açores mantém o importante objetivo estratégico de se tornar uma entidade de referência em ESG nos Açores, contribuindo, assim, para a promoção de práticas de investimento sustentáveis e para a aceleração do processo de transição para uma economia neutra em carbono. Para isso, o novobanco dos Açores, em sintonia com o Grupo novobanco, está a desenvolver uma estratégia de sustentabilidade com especial enfoque e prioridade dada à integração do risco climático no modelo de negócio e de gestão de riscos.

Informação detalhada relativa ao novobanco dos Açores disponível em: [www.novobancodosacores.pt](http://www.novobancodosacores.pt)



O Banco Best - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. é uma plataforma digital que disponibiliza toda a gama de produtos e serviços de um banco universal distinguindo-se pelo forte cariz tecnológico e pela adoção de um modelo de negócio de arquitetura aberta, alicerçado em parcerias nacionais e internacionais na vertente de Poupança, Asset Management e de Trading.

O Banco Best está presente em todos os segmentos de clientes particulares, com um conjunto alargado de serviços que abrangem desde soluções de *Banking*, poupança investimentos, financiamentos e gestão financeira corrente. A estratégia de negócio é particularmente competitiva na resposta às necessidades de investimento de um segmento de clientes particulares que procuram e valorizam serviços financeiros mais inovadores, não circunscritos ao mercado nacional, mais independentes, diversificados e sofisticados.

A forte aposta do Banco Best na inovação e a gestão dinâmica de uma ampla rede de parceiros nacionais e internacionais, tem contribuído decisivamente para a

afirmação do banco como um *Marketplace* digital de soluções de investimento, evidenciada na distribuição de cerca de 6.000 produtos - Fundos de Investimento, ETF's, Soluções de Reforma, Seguros de Capitalização, Gestão Discricionária, Robot Advisor, etc - geridos pelas mais reputadas entidades financeiras nacionais e internacionais.

A vertente tecnológica está inscrita no ADN do Banco Best. Os canais Digitais do banco - App e Website - proporcionam ao cliente total autonomia na sua relação com o banco através de uma experiência agradável e simplificada. Quer na App como no Website, os clientes podem, nomeadamente: abrir conta por videochamada ou Chave Móvel Digital, aceder a informação sobre toda a oferta e utilizar as diversas ferramentas de apoio, monitorizar os indicadores de mercado e gerir a sua carteira - comprar e vender, acompanhar a rentabilidade - executar as diversas operações e cumprir deveres gerais, como por exemplo, a atualização de dados.

Informação detalhada relativa a atividade do Banco Best disponível em: [www.bancobest.pt](http://www.bancobest.pt)

## GNB Gestão de Ativos

### GRUPO novobanco

A GNB Gestão de Ativos é uma das sociedades gestoras nacionais com um maior historial, onde a qualidade da gestão dos seus produtos e serviços tem sido reconhecida ao longo dos anos quer a nível nacional quer internacional. A GNB Gestão de Ativos oferece produtos e serviços financeiros, incluindo várias tipologias de fundos (mobiliários, imobiliários e de pensões), para

além de prestação de serviços de gestão discricionária e de carteiras. Em dezembro de 2023, a GNB Gestão de Ativos tinha 7,7mM€ de ativos sob gestão.

Informação detalhada relativa a atividade da GNB Gestão de Ativos disponível em: [www.gnbga.pt](http://www.gnbga.pt)

## 1.1.2 Principais acontecimentos

# 2023

### 10 DE JANEIRO

#### Conclusão do Projeto Crow – Fundos de Reestruturação

O Novo Banco, S.A. informa que a conclusão do Projeto Crow repercutiu-se num impacto esperado positivo de 2,9 milhões de euros no resultado antes de imposto de 2022.

### 13 DE FEVEREIRO

#### Comunicado da DG Comp

O Novo Banco, S.A. informa sobre comunicado da Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia (“DG Comp”), ao Ministério das Finanças, relativamente à conclusão com sucesso do Período de Reestruturação do novobanco.

### 9 DE MARÇO

#### Resultados e atividade de 2022

O novobanco apresenta um resultado líquido de 560,8M€, resultado da execução da estratégia com foco no crescimento sustentado do negócio, sólida geração de receita e capital.

### 22 DE MARÇO

#### Alteração de Órgãos Sociais

O Novo Banco, S.A. informa o mercado e o público em geral que foi hoje aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, sujeito à aprovação das entidades reguladoras competentes (fit and proper), a nomeação de Evgeniy Kazarez como membro do Conselho Geral e de Supervisão para o atual mandato (2021-2024).

### 19 DE ABRIL

#### Subida multi-notch do rating pela Moody’s

O Novo Banco, SA informa que a Moody’s Investors Service (“Moody’s”) subiu em 3 níveis os ratings do senior unsecured debt e senior unsecured medium-term note (MTN) programme do novobanco de B3 para Ba3. O outlook do rating long-term deposit e long-term senior unsecured debt manteve-se inalterado em positivo.

### 24 DE MAIO

#### Emissão de títulos de dívida subordinada

O Novo Banco, SA informa que realizou hoje uma emissão de dívida subordinada (10,5 NC 5,5 Tier 2) no valor de 500 milhões de euros, com maturidade a 1 de dezembro de 2033 e opção de reembolso antecipado pelo Banco no final de 5 anos. As obrigações têm preço de emissão de 100% e uma taxa de juro anual de 9,875% nos primeiros 5 anos, e mid-swaps a 5 anos acrescido de margem nos anos seguintes.

### 1 DE JUNHO

#### Reembolso antecipado da emissão de Tier 2

O Novo Banco, SA informa que tomou a decisão de reembolso antecipado do nominal remanescente da emissão de fundos próprios de nível 2 (Tier 2) 8,5% Fixed Rate Reset Callable Subordinated Notes com maturidade em 2028 (ISIN: PTNOBFOM0017), com efeitos a 6 de julho de 2023, conforme contratualmente previsto. O valor nominal atual remanescente é de 193,6 milhões de euros.

### 1 DE FEVEREIRO

#### Anúncio de novo Chief Financial Officer

O Novo Banco, S.A. informa que o Conselho Geral e de Supervisão aprovou, sujeito a autorização das entidades reguladoras competentes (Fit & Proper), Benjamin Dickgiesser como novo membro do Conselho de Administração Executivo para o atual mandato com termo em 2025, para a função de Chief Financial Officer.

### 24 DE FEVEREIRO

#### Novo Banco, S.A. informa sobre Órgãos Sociais

O Novo Banco, S.A. informa que Benjamin Dickgiesser renunciou ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão.

### 22 DE MARÇO

#### Aumento do Capital Social

O Novo Banco, S.A. informa que, no seguimento da reunião da Assembleia Geral de Acionistas realizada na presente data, foi aprovado o aumento do seu capital social o qual decorre da conversão dos direitos de conversão relativos aos anos fiscais de 2018 e 2019, emitidos ao abrigo do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, conforme alterada.

### 29 DE MARÇO

#### Upgrade de rating pela DBRS

O Novo Banco, SA informa que a DBRS Ratings GmbH (“DBRS Morningstar”) subiu hoje a notação do LT Issuer Rating do novobanco para BB (low), de B (high). A tendência de todos os ratings mantém-se estável.

### 28 DE ABRIL

#### Resultados e atividade do 1º trimestre 2023

O novobanco apresenta um resultado líquido de 148,4M€ (1T22: 142,7M€; +4,0% vs 1T22), em linha com a continuada execução da sua estratégia, evidenciando um crescimento sustentável do negócio, aumento da receita e geração de capital.

### 31 DE MAIO

#### Resultados da oferta de aquisição da emissão de fundos próprios de nível 2

O Novo Banco, SA informa que no seguimento do anúncio da oferta de aquisição da emissão de 400 milhões de euros 8.500% Fixed Rate Reset Callable Subordinated com maturidade em 2028 (ISIN: PTNOBFOM0017), foi submetido e aceite para recompra o total de 206.4 milhões de euros, com a liquidação a 1 de junho de 2023.

### 19 DE JUNHO

#### Reembolso antecipado da emissão Senior Preferred Notes com maturidade em 2024

O Novo Banco, SA informa que no seguimento da autorização recebida pelo Single Resolution Board, tomou a decisão de reembolso antecipado da emissão de 300.000.000€ 3,500% Fixed/Floating Rate Callable Senior Preferred Notes com maturidade em 2024 (ISIN: PTNOBIOM0014).



**22 DE JUNHO****Notificação do Banco de Portugal sobre requisitos MREL**

O Novo Banco, SA informa que que foi notificado pelo Banco de Portugal relativamente aos requisitos de MREL (Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities), em base consolidada, conforme decisão do Conselho Único de Resolução.

**28 DE JULHO****Resultados e atividade do 1º semestre 2023**

O novobanco apresenta um Resultado líquido de 373,2M€ (1T23: 148,4M€; 2T23: 224,8M€), demonstrativo da evolução sustentada do negócio e da capacidade de geração de receita e de capital.

**1 DE OUTUBRO****Alteração de Órgãos Sociais**

O Novo Banco, SA informa que Benjamin Dickgiesser passou a integrar o Conselho de Administração Executivo do novobanco no mandato em curso (2022-2025), na função de Chief Financial Officer.

**17 DE NOVEMBRO****Comunicado do Banco de Portugal sobre reserva de capital para exposições garantidas por imóveis residenciais**

O Novo Banco, SA informa que foi notificado pelo Banco de Portugal sobre a decisão de implementação de uma reserva para risco sistémico setorial. A implementação desta reserva visa aumentar a resiliência das instituições perante uma potencial materialização futura de risco sistémico no mercado imobiliário residencial em Portugal.

**22 DE NOVEMBRO****Subida do rating das Covered Bonds para Aaa**

O Novo Banco, SA informa que a Moody's subiu em 2 níveis os ratings das Covered Bonds do novobanco para Aaa, de Aa2.

**30 DE NOVEMBRO****Comunicado do Banco de Portugal sobre Outras Instituições de Importância Sistémica**

O Novo Banco, SA informa que e foi notificado pelo Banco de Portugal relativamente à decisão de identificar o Banco como Outras Instituições de Importância Sistémica ("O-SII"), anteriormente apenas aplicável ao nível da LSF Nani.

**13 DE DEZEMBRO****Subida multi-notch do rating pela DBRS Morningstar**

O Novo Banco, SA informa que a DBRS Morningstar subiu em 2 níveis o Long-Term Deposits e o Long-Term Issuer Ratings do novobanco para BBB (low) de BB, e para BB (high) de BB (low), respetivamente. O Intrinsic Assessment do novobanco foi também upgraded para BB (high), com a tendência inalterada em Stable.

**27 DE JUNHO****Alteração de Órgãos Sociais**

O Novo Banco, SA informa que Monika Wildner passou a integrar o atual mandato do Conselho Geral e de Supervisão do novobanco, como membro independente.

**30 DE JULHO****Resultados do stress test de 2023 ao nível da União Europeia**

O Novo Banco, SA informa que foi submetido ao teste de stress de 2023 ao nível da União Europeia (UE), realizado pelo Banco Central Europeu (BCE). O Banco tomou conhecimento dos comunicados do BCE relativos ao teste de stress à escala da União Europeia, e dos resultados deste exercício.

**7 DE NOVEMBRO****Alteração de Órgãos Sociais**

O Novo Banco, SA informa que Evgeniy Kazarez passou a integrar o Conselho Geral e de Supervisão do novobanco no mandato em curso (2021-2024).

**22 DE NOVEMBRO****Subida multi-notch do rating pela Moody's**

O Novo Banco, SA informa que a Moody's subiu em 2 níveis os ratings de long-term deposit e senior unsecured debt do novobanco, para Baa2 de Ba1 e para Ba1 de Ba3, respetivamente. O outlook do rating longterm deposit e long-term senior unsecured debt manteve-se inalterado em positivo.

**22 DE NOVEMBRO****Resultados e atividade dos primeiros 9 meses 2023**

O novobanco apresenta um Resultado líquido de 638,5M€ (1T23: 148,4M€; 2T23: 224,8M€; 3T23: 265,3M€), assente num sólido modelo de negócio doméstico e simples, que proporciona uma rentabilidade crescente suportada pelo desempenho positivo das receitas, em conjunto com as medidas de eficiência implementadas nos últimos anos.

**4 DE DEZEMBRO****Requisitos mínimos prudenciais para 2024**

O Novo Banco, SA informa que foi notificado pelo Banco Central Europeu sobre os requisitos mínimos prudenciais aplicáveis em 2024. Os requisitos a serem observados baseiam-se nos resultados do Supervisory Review and Evaluation Process ("SREP") e são determinados em função do valor total de ativos ponderados pelo risco ("RWA").

**14 DE DEZEMBRO****Alteração de Órgãos Sociais**

O Novo Banco, S.A. informa que Donald Quintin cessou hoje as suas funções como membro do Conselho Geral e de Supervisão.

## 1.1.3 Reconhecimentos

### THE BANKER (FINANCIAL TIMES) ELEGEU O NOVOBANCO COMO “BANCO DO ANO EM PORTUGAL 2023”

O novobanco foi distinguido como “Banco do Ano em Portugal” pelo The Banker, uma publicação de renome do Grupo Financial Times. Este prémio reconhece a dedicação incomparável do novobanco com os seus clientes, antecipando consistentemente as suas necessidades e fornecendo produtos e serviços bancários inovadores, eficientes e transparentes, baseados em elevados padrões éticos e de integridade.



### A TITULARIZAÇÃO SINTÉTICA DO NOVOBANCO FOI PREMIADA COMO “TRANSAÇÃO DO ANO” PELA SCI

O novobanco realizou a primeira titularização sintética de balanço em Portugal, uma operação de transferência de risco de uma carteira de mil milhões de euros de empréstimos a PMEs, empresas e administração pública – uma transação inovadora, reconhecida como transação do ano pela SCI SRP Awards. A operação marcou o nosso regresso aos mercados de titularização sintética após uma ausência prolongada.



### NOVOBANCO DISTINGUIDO COMO LÍDER DE INOVAÇÃO NO RETALHO EM PORTUGAL PELA INTERNATIONAL BANKER

O novobanco foi distinguido pela revista “The International Banker” como o melhor banco em Portugal na categoria de Inovação no Retalho. Este prémio reconhece o compromisso do novobanco em proporcionar aos seus clientes uma experiência de excelência no setor, apostando numa estratégia de transformação integral que engloba a rede de agências e a presença digital.



### CAMPANHA INSTITUCIONAL “AGORA É O NOSSO TEMPO.” VENCE CATEGORIA “PRATA” NOS PRÉMIOS EFICÁCIA

O novobanco é o vencedor do “Prémio Prata” na categoria “Serviços Financeiros e Seguros” dos Prémios Eficácia 2023, com o case study/anúncio institucional “Agora é o nosso tempo”. A campanha marcou uma nova fase do novobanco, assinalando o final do período de reestruturação do banco, apresentando-se como uma instituição de rentabilidade sustentável, sem amarras, livre para atuar no mercado português.



### NOVOBANCO ELEITO BEST TRADE FINANCE PROVIDER EM PORTUGAL, PELO 5º ANO CONSECUTIVO

O novobanco foi eleito, de novo e pelo quinto ano consecutivo, o melhor banco de Trade Finance, em Portugal, pela revista internacional “Global Finance”. Tendo por base vários critérios de referência, como o volume de transações, o serviço ao cliente ou a inovação, os editores desta prestigiada revista, bem como analistas do setor, gestores de empresas e especialistas em tecnologias da informação, selecionaram os melhores prestadores de serviços na área do Trade Finance em mais de 100 países e regiões do globo.



### NOVOBANCO ELEITO BEST DISTRIBUTOR PORTUGAL NOS SRP EUROPE AWARD 2023

O novobanco recebe uma vez mais o prémio “Best Distributor, Portugal”, atribuído pela SRP (Structured Retail Products), do Delinian Group Company, vindo assim reconhecidas a nível internacional, quer a solidez e consistência da sua oferta no âmbito dos Produtos Estruturados, quer o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido neste âmbito, ao longo dos últimos anos.



### NOVOBANCO RECEBE PRÉMIO “BEST ENGAGEMENT AND COMMUNICATION” NOS WELLBEING AWARDS 2023

O novobanco foi reconhecido na primeira edição do evento, organizado pela Workwell, empresa pioneira no desenvolvimento de programas de Bem Estar corporativo e a AGIS, Associação para a Gestão e Inovação em Saúde e que conta com o apoio oficial da Aon, empresa de serviços pessoais na área de risco, reforma, saúde e pessoas.



### NOVOBANCO FINALISTA NOS PRÉMIOS FINOVATE 2023

O novobanco foi, este ano, novamente apurado para a fase final dos prémios de inovação na indústria *fintech*, *Finovate Awards 2023*, na categoria “Melhor Solução de Gestão de Dados”, com uma solução que permite aos seus clientes atualizar os seus dados de forma cómoda e independente, escolhendo o canal que mais lhes convém.



### NOVOBANCO RECEBE MENÇÃO HONROSA NA CATEGORIA “MELHOR INICIATIVA DE EXPERIÊNCIA DO UTILIZADOR/CLIENTE” NOS BANKING TECH AWARDS

O novobanco recebeu uma menção honrosa na edição de 2023 dos *BANKING TECH AWARDS*, na categoria de “Melhor Iniciativa de Experiência do Utilizador/Cliente”. Esta foi a quarta vez que o novobanco foi nomeado finalista nestes prémios.



Os prémios são da exclusiva responsabilidade das entidades que os atribuem.

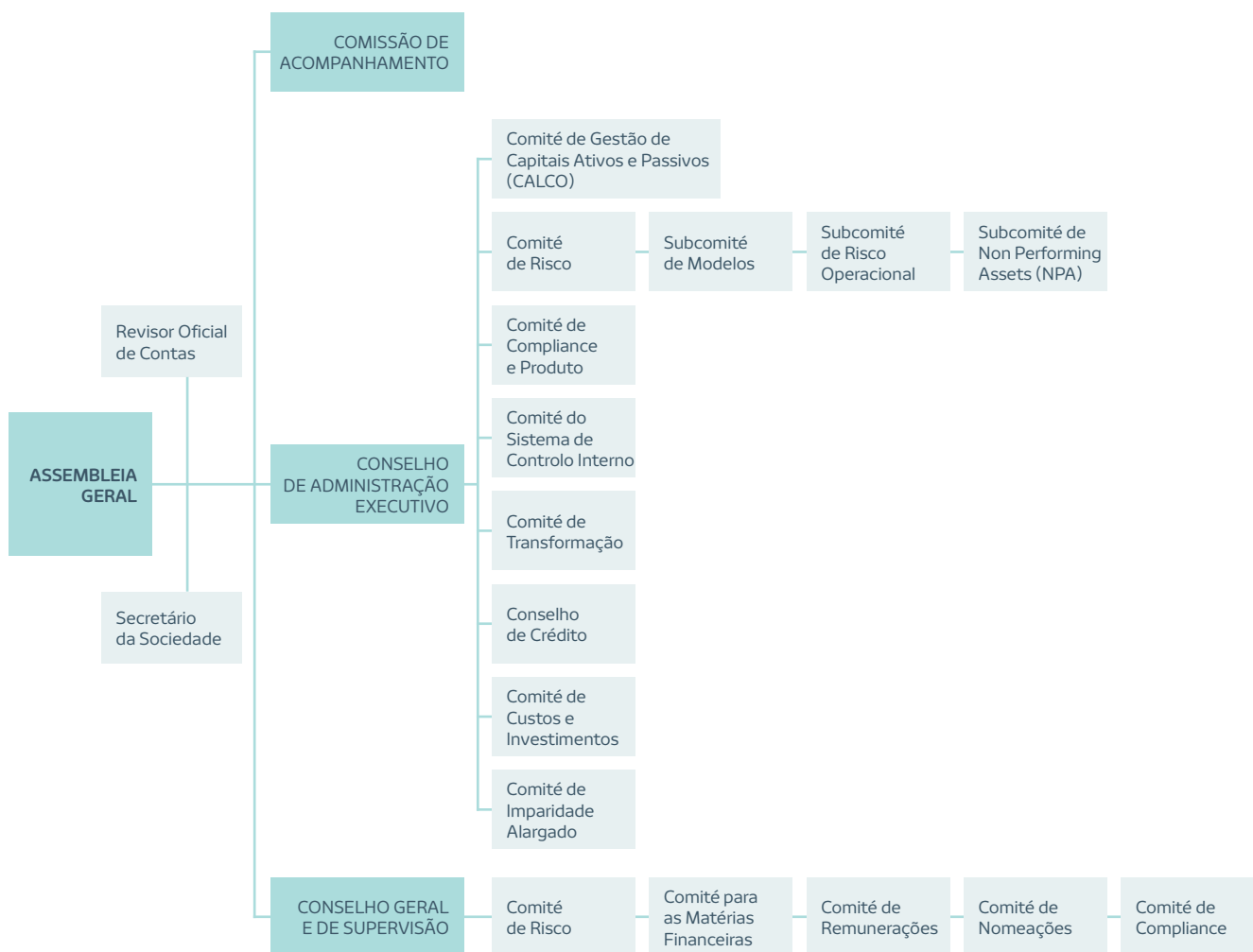
# 1.2 Organização

## 1.2.1 Modelo de Governo

A gestão do novobanco assenta num modelo de governo distinto dos grandes bancos do sistema financeiro nacional. Em linha com as melhores práticas internacionais de gestão e decorrente da nova estrutura acionista, a 18 de outubro de 2017, o banco alterou o modelo de governo para uma estrutura dualista,

passando a ter um Conselho Geral e de Supervisão (CGS) e um Conselho de Administração Executivo (CAE).

O modelo de governo garante o acompanhamento da atividade do novobanco, visando atingir seus objetivos estratégicos e tem a seguinte estrutura:



O CGS é responsável por fiscalizar, assessorar e supervisionar a gestão do banco e das empresas do Grupo, bem como a atividade do CAE no que diz respeito ao cumprimento dos requisitos regulamentares relevantes da atividade bancária. Reúne mensalmente e o Presidente do CGS e o Presidente do CAE mantêm uma comunicação e diálogo regulares. A atividade do CGS é apoiada por 5 (cinco) Comitês onde foram delegadas algumas competências: o Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria), o Comité de Risco, o Comité de Compliance, o Comité de Nomeações e o Comité de Remunerações. O Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria) tem ainda as competências próprias previstas no Código das Sociedades Comerciais. Estes comités são presididos por membros independentes do CGS, e a sua composição obedece aos requisitos previstos na legislação em vigor, nomeadamente no que se refere à presidência e à maioria dos membros independentes (quando aplicável).

As responsabilidades e poderes do CGS e dos respetivos Comitês encontram-se descritos na lei, nos Estatutos e nos seus regulamentos internos, incluindo a supervisão de todos os assuntos relacionados com gestão de risco, compliance e auditoria interna, bem como a prestação de consentimento sobre diversas matérias relevantes para o banco.

Ao CAE compete a gestão do banco, a definição das políticas gerais e objetivos estratégicos, bem como garantir a execução da atividade, observando as normas e as boas práticas bancárias.

[Mais informação disponível nos Capítulos 5.2.3\) O Conselho Geral de Supervisão e 5.2.4\) O Conselho de Administração Executivo](#)

## 1.2.2 Órgãos Sociais

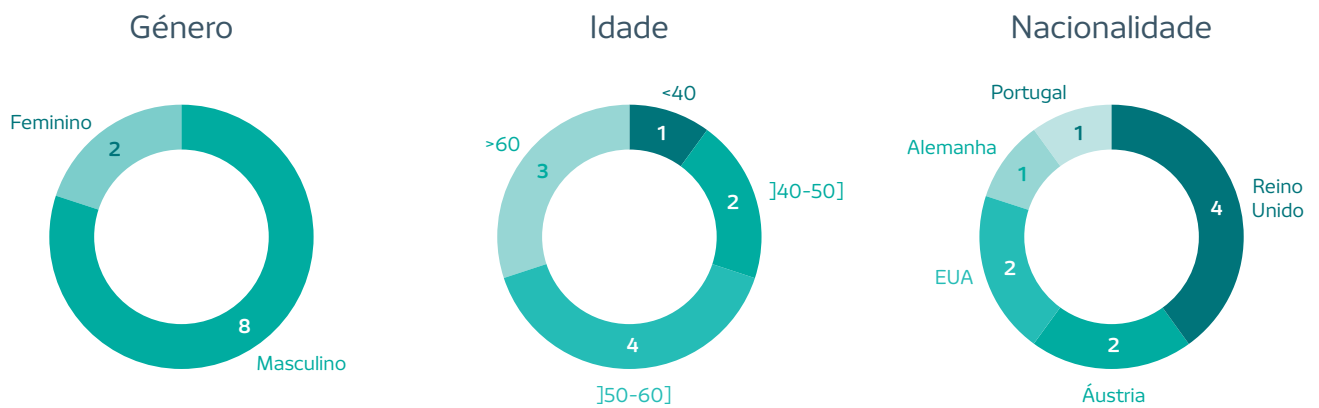
A composição dos órgãos sociais e estatutários a 31 de dezembro de 2023 era a seguinte:

<b>MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</b>	Presidente: Fernando Augusto de Sousa Ferreira Pinto Vice-Presidente: Magdalena Ivanova Ilieva Secretário: Mário Nuno de Almeida Martins Adegas
<b>COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO</b>	Presidente: José Bracinha Vieira Vogal: Carlos Miguel de Paula Martins Roballo Vogal: Pedro Miguel Marques e Pereira
Revisor Oficial de Contas	Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, S.A., inscrita na CMVM sob o número 20161480 e na OROC sob o número 178, representada por António Filipe Dias da Fonseca Brás, registado na CMVM sob o número 20161271 e na OROC sob o número 1661 e, como Suplente João Carlos Miguel Alves, registado na CMVM sob o número 20160515 e na OROC sob o número 896.
Secretário da Sociedade	Mário Nuno de Almeida Martins Adegas Ana Rita Amaral Tabuada Fidalgo (Secretário Suplente)

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO (CGS)


Presidente (P)	Vice-Presidente	Vogal	Nome	M/F	Independente	Data do 1º mandato	Fim do atual mandato	Comités do CGS					
								Matérias Financeiras	Risco	Compliance	Nomeações	Remunerações	
•			Byron James Macbean Haynes	M	•	18-10-2017	31-12-2024	•	•				P
	•		Karl-Gerhard Eick	M	•	18-10-2017	31-12-2024	P	•				•
		•	Kambiz Nourbakhsh	M		18-10-2017	31-12-2024	•	•				
		•	Mark Andrew Coker	M		18-10-2017	31-12-2024				•	•	
		•	John Ryan Herbert	M	•	18-10-2017	31-12-2024				•		P
		•	Robert Alan Sherman	M	•	18-10-2017	31-12-2024				P		•
		•	Carla Antunes da Silva	F	•	06-06-2018	31-12-2024						•
		•	William Henry Newton	M	•	29-04-2021	31-12-2024		P				
		•	Monika Wildner	F	•	21-06-2023	31-12-2024				•		
		•	Evgeniy Kazarez	M		07-11-2023	31-12-2024		•				•

O Conselho é composto por 10 membros, dos quais 7 independentes, e com diversidade em diferentes dimensões<sup>1</sup>:

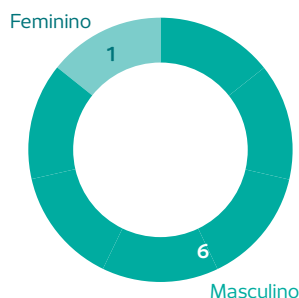


## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO (CAE)

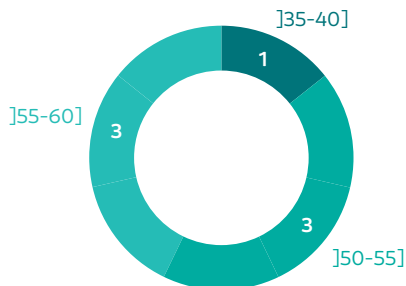
Um Conselho composto atualmente por 7 membros, com diversidade em diferentes dimensões, incluindo idade<sup>2</sup> e nacionalidade.

Nome	Função		M/F	Data do 1º mandato	Fim do atual mandato
 Mark Bourke	Chief Executive Officer	Nomeado CEO do novobanco em 2022, após ter ocupado o cargo de CFO durante 3 anos. Mais de 20 anos de experiência como executivo sénior em instituições financeiras, nomeadamente como CEO no Grupo IFG e como CFO no AIB.	M	04-03-2019	31-12-2025
 Benjamin Dickgiesser	Chief Financial Officer	Nomeado CFO do novobanco em 2023; Anteriormente membro do CGS do novobanco desde 2017. Mais de 15 anos de experiência nos mercados financeiros, nomeadamente na área de FIGIBD do Citigroup e na Lone Star (Administrador Delegado da Hudson Advisors Portugal), membro do CGS do novo banco e do IKB Deutsche Industriebank.	M	01-10-2023	31-12-2025
 Luís Ribeiro	Chief Commercial Officer (Retail)	Nomeado CCOR em 2018. Mais de 25 anos de experiência na área comercial do novobanco, tendo sido anteriormente responsável pela área de MPE.	M	18-09-2018	31-12-2025
 Andrés Baltar	Chief Commercial Officer (Empresas)	Nomeado CCOC em 2020. Mais de 20 anos de experiência em Banca de Empresas, nomeadamente no Barclays (como Diretor de Corporate Banking para a Europa) e no novobanco.	M	01-12-2020	31-12-2025
 Luísa Soares Da Silva	Chief Legal, Compliance & Sustainability Officer	Nomeada CLCO em 2017. Antes de ingressar no novobanco, acumulou mais de 25 anos de experiência em Direito, em especial nas áreas de bancário e financeiro, seguros, compliance e mercado de capitais.	F	18-10-2017	31-12-2025
 Carlos Brandão	Chief Risk Officer	Nomeado CRO em 2022. Sólida experiência em gestão de risco, dentro e fora do novobanco, tendo sido Administrador com o pelouro do Risco no Santander Totta e no Barclays.	M	25-08-2022	31-12-2025
 Rui Fontes	Chief Credit Officer	Nomeado CCO em 2022. Profundo conhecimento institucional do novobanco e mais de 20 anos de experiência em gestão de risco.	M	18-10-2017	31-12-2025

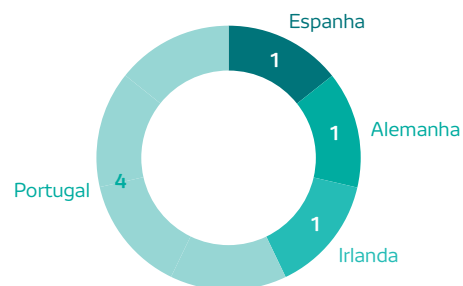
## Género



## Idade



## Nacionalidade



(1) (2) A 31 de dezembro de 2023

O novobanco dispõe de uma Política de Seleção e Avaliação dos Órgãos de Administração e Fiscalização e Titulares de Funções Essenciais a qual tem como propósito garantir que os membros daqueles Órgãos e os Titulares de Funções Essenciais são adequados, a todo o tempo, para o exercício das suas funções e, portanto, reúnem os requisitos necessários de adequação, tal como identificados na Política e no enquadramento legal e regulatório vigente.

No que tange à avaliação coletiva dos Órgãos de Administração e Fiscalização, enquanto órgãos colegiais importa avaliar e garantir que a sua composição atende a critérios de diversidade, nomeadamente ao nível das habilitações e antecedentes profissionais, género, idade e proveniência geográfica dos seus membros. Esta diversidade – portanto, aqui considerada nas suas várias dimensões – e a sua aplicação prática será assegurada pela estratégia definida pelo novobanco e pela implementação das medidas definidas para o efeito, garantindo-se, deste modo, as exigências e expectativas regulatórias nesta matéria. O objetivo primordial é assegurar uma diversidade de perspetivas e experiências que permita fomentar a partilha de opiniões e a independência das mesmas, permitindo a tomada de decisões sólidas e equilibradas pelos membros daqueles órgãos sociais e o aumento gradual do género sub-representado nos respetivos órgãos sociais.

Esta Política é complementada pela Política de Planeamento da Sucessão, a qual incorpora os princípios de diversidade na elaboração dos planos de sucessão, e pela Política de Não Discriminação e Igualdade de Género.

As Políticas anteriormente indicadas podem ser consultadas no site institucional do novobanco em [www.novobanco.pt](http://www.novobanco.pt).

No que diz respeito à diversidade de género na composição do Conselho Geral e de Supervisão (“CGS”) e do Conselho de Administração Executivo (“CAE”), e dando cumprimento aos requisitos regulatórios nesta

matéria, a Política de Seleção e Avaliação dos Órgãos de Administração e Fiscalização e Titulares de Funções Essenciais fixou como objetivo ter, pelo menos, 20% do género sub-representado na próxima renovação do mandato daqueles órgãos.

Com referência à data do presente relatório, verifica-se que o objetivo fixado foi atingido em relação à composição do Conselho Geral e de Supervisão no atual mandato (10 membros, 2 dos quais mulheres) e será ultrapassado caso venha a ser concedida autorização para o exercício de funções, pelas autoridades competentes, para o novo membro do CGS do género feminino cujo processo de *fit & proper* foi submetido ainda em 2023 e cuja designação será sujeita a deliberação na próxima Assembleia Geral.

Relativamente à composição do Conselho de Administração Executivo tal objetivo não foi ainda alcançado. No entanto, por referência ao ano de 2022, e globalmente considerando, constatamos que a diversidade de género ao nível do CGS e do CAE registou uma evolução positiva de 12,5%, para 17,6%, e irá ultrapassar os 20% aquando da autorização do *fit & proper*, e após designação do novo membro do género feminino para o CGS, o que demonstra o forte empenho e compromisso do novobanco em atingir as metas a que se propôs nesta matéria.

Considerando o objetivo definido na Política, e para que a diversidade de género seja cada vez mais um elemento fundamental da cultura do Banco, o Plano para a Igualdade de Género foi aprovado pelo novobanco em março de 2023 e define um conjunto de medidas e indicadores que traduzem (i) compromisso da gestão de topo com a aplicação dos critérios de diversidade e igualdade do género ao nível do novobanco e do Grupo, (ii) a definição de indicadores de gestão (“KPIs”) que permitem avaliar em base regular o alinhamento com a estratégia definida, (iii) implementação de processos de recrutamento de novos colaboradores e fixação e revisão de condições salariais que atendam a critérios de diversidade e promovam a igualdade salarial; (iv) planos de desenvolvimento de carreiras



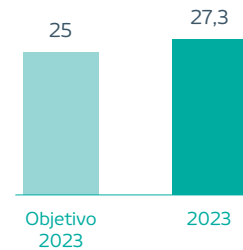
e de promoções impulsionadoras de diversidade de género de forma transversal no banco. Adicionalmente, o novobanco incorporou no seu modelo de governo, em especial ao nível do Comité de Nomeações, processos de monitorização do cumprimento do Plano para a Igualdade de Género e das medidas individuais previstas no mesmo.

Com o firme propósito de alcançar o objetivo de representação definido na Política, foram também definidos os seguintes indicadores:

- ao nível da gestão de topo (Conselho de Administração e Direções Coordenadoras) o novobanco ultrapassou o objetivo de 25% estabelecido no Plano para a Igualdade de Género para 2023, tendo atingido 27,3% de mulheres nestas funções;
- evolução positiva nos indicadores de disparidade salarial de género/equal pay (salário igual para trabalho igual) de 5,7% para 5,3% em 2023, ultrapassando o objetivo fixado no Plano para a Igualdade de Género de 5,4%;
- evolução positiva nos indicadores de *unadjusted pay gap* (salários homens vs salários mulheres) de 18,3% para 17,7% em 2023, ultrapassando o objetivo fixado no Plano para a Igualdade de Género de 17,8%;
- adicionalmente, a percentagem de mulheres em funções de chefia, o que evidencia um esforço global do novobanco no reforço das competências de liderança das mulheres e que permitiu que, no período homólogo, se tenha assistido a uma variação positiva de 36,6% para 39,1% em mulheres nestas funções<sup>1</sup>.

### Mulheres ao nível da gestão de topo: CAE e Direções Coordenadoras

(%)



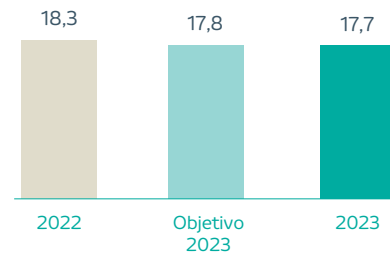
### Indicador de equal pay

(%)



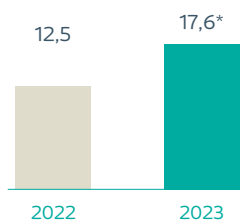
### Indicador de unadjusted pay gap

(%)



### Diversidade de Género: GSB & CAE

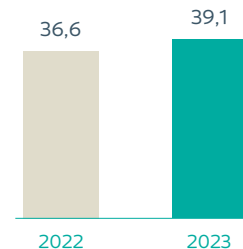
(%)



\* Irá ultrapassar 20% com a entrada do novo membro do GSB.

### % mulheres em funções de chefia

(%)



(1) Os indicadores referidos dizem respeito ao novobanco e não incluem dados de empresa do grupo.

O Plano para a Igualdade de Género prevê ainda um conjunto de iniciativas, definidas e ajustadas em função do Plano estratégico no pilar Pessoas e Cultura, que contribuem para a melhoria contínua dos indicadores referidos.

O cumprimento dos objetivos do Plano para a Igualdade do Género assegura a criação de condições para que o objetivo estabelecido na Política tenha sido cumpridos ou ultrapassado, ao nível do GSB, e venha a ser cumprido ao nível do CAE no próximo mandato. Relativamente às metas e indicadores definidos no Plano para a Igualdade de Género, verifica-se que os objetivos estabelecidos foram cumpridos ou ultrapassados ao nível do novobanco, sendo os valores do grupo novobanco aproximados aos do banco.

## Os Colaboradores

Os Colaboradores do novobanco foram um pilar fundamental no processo de reestruturação do novobanco e são a principal alavanca do nosso sucesso. Os processos de decisão do novobanco procuram seguir as melhores práticas de *fair process*, os quais não se baseiam apenas no foco em resultados, mas num processo sustentável, que inclui nas suas vertentes o envolvimento dos colaboradores, para atingir resultados. Deste modo, o banco procura conhecer as necessidades e dificuldades ao longo de todo o ciclo de vida do colaborador e corresponder às suas expectativas, por forma a contribuir para o seu pleno desenvolvimento, permitindo-lhe alcançar todo o seu potencial e manter a sua motivação.



Mais informação disponível em:  
Relatório de Gestão – Capítulo 2.2) Pilares Estratégicos – Desenvolvimento de Pessoas e Cultura;  
Relatório de Sustentabilidade – Capítulo 3.4) Os Nossos Colaboradores.



---

# 2 A NOSSA ESTRATÉGIA

## 2.1 Contexto Económico e Regulamentar

### 2.1.1 Contexto Económico

A economia global e os mercados financeiros enfrentaram, em 2023, diversos fatores adversos, incluindo (i) a continuação do conflito na Ucrânia; (ii) o colapso de alguns bancos americanos regionais de média dimensão no início do ano, fruto da sua exposição excessiva ao risco de taxa de juro, gerando receios de instabilidade financeira; (iii) a persistência de uma inflação elevada durante grande parte do ano, em particular nos serviços e na alimentação; (iv) a forte subida das taxas de juro de referência pelos principais bancos centrais, tornando as condições de financiamento mais restritivas, e (v) uma nova guerra entre Israel e o Hamas, alimentando tensões no Médio Oriente e receios de alastramento do conflito na região. Ao mesmo tempo, o arrefecimento da procura global de bens e a desaceleração dos fluxos de comércio internacional traduziram-se numa contração da atividade industrial nas principais áreas económicas.

Apesar destes fatores adversos, a evolução da atividade revelou-se melhor que a esperada, com a economia global a crescer 3,1% em 2023, após um registo de 3,5% em 2022. Nas principais economias, os consumidores beneficiaram de poupanças excedentárias acumuladas na pandemia, de um desemprego baixo

e de apoios orçamentais ao rendimento e à despesa. O setor dos serviços beneficiou especialmente da resiliência do consumo privado. Nos EUA, o PIB cresceu 2,5% no conjunto do ano, após 2,1% em 2022, com desempenhos favoráveis do consumo das famílias e do investimento não residencial. A Zona Euro, relativamente mais penalizada pela contração na indústria, pelo arrefecimento do comércio internacional de bens e pelos impactos da subida das taxas de juro, viu o crescimento anual do PIB recuar de 3,4% em 2022 para 0,5% em 2023 – ainda assim, acima das expectativas iniciais de uma estagnação. Em termos trimestrais, contudo, a atividade recuou 0,1% no 3T23 e registou um crescimento nulo no 4T23. Na China, o PIB expandiu-se 5,2% em 2023, após 3% em 2022, beneficiando da remoção da maioria das restrições associadas à Covid-19 e de estímulos seletivos de política monetária e orçamental. Contudo, o desempenho da economia chinesa manteve-se restringido por problemas no setor imobiliário e por uma postura ainda cautelosa dos consumidores.

As taxas de desemprego mantiveram-se baixas nos EUA (subida de 3,4% para 3,7% da população ativa) e na Zona Euro (descida de 6,7% para 6,4%). Muitas

empresas continuaram a reportar situações de escassez de mão de obra e dificuldades em preencher postos de trabalho. Neste contexto, os salários prosseguiram um movimento de subida, em termos nominais e reais, ainda que em ligeira desaceleração face ao ano anterior (aumentos nominais homólogos de 5,2% nos EUA, em dezembro, e de 4,7% na Zona Euro, no 3º trimestre).

Para o desempenho relativamente favorável da economia global em 2023 contribuiu, também, a forte queda dos preços da energia, atenuando os custos de produção das empresas e favorecendo o poder de compra das famílias. Apesar de ter superado pontualmente os USD 95/barril no 3º trimestre, sobretudo com a expectativa de novos cortes da produção por parte da OPEP+, o preço do petróleo (Brent) recuou 17% em termos médios anuais, fechando o ano em 77\$/barril. Na Europa, a cotação do gás natural caiu 68,8% em termos médios anuais, atingindo 32,4€ MW/h no final do ano.

Neste contexto, a inflação homóloga desceu de 6,5% para 3,4% nos EUA e de 9,2% para 2,9% na Zona Euro. Para além do recuo dos preços da energia, esta evolução foi determinada pela normalização gradual das cadeias

de abastecimento, pelo arrefecimento da procura de bens por parte dos consumidores e pelo menor *pricing power* das empresas. A inflação core revelou-se persistente na primeira parte do ano, sobretudo com o contributo da componente dos serviços, mas acabou por recuar de forma mais visível no último trimestre. Na Zona Euro, os preços excluindo energia e alimentação desaceleraram de 5,2% para 3,4% vs período homólogo no conjunto do ano. Nos EUA, a inflação core desceu de 5,7% para 3,9% vs período homólogo.

A persistência da inflação até ao 3T23, sobretudo a nível core, levou os principais bancos centrais a reafirmarem a necessidade de elevarem os juros de referência para níveis “suficientemente restritivos”.

A Reserva Federal americana subiu a *target rate* dos *fed funds* em quatro movimentos de 25 bps, para 5,25%-5,5%, interrompendo o ciclo de subidas em julho. O BCE elevou os juros de referência num total acumulado de 200 bps, com o último movimento a ter lugar em setembro, deixando a taxa das operações principais de refinanciamento em 4,5% e a taxa da facilidade de depósitos em 4%. A autoridade monetária da Zona Euro terminou ainda, em julho de 2023, as compras de ativos

no âmbito do *Asset Purchase Programme* e reafirmou a intenção de prosseguir, em 2024, a redução gradual das suas compras de ativos no âmbito do PEPP.

Neste contexto, a Euribor a 3 meses subiu de 2,162% em janeiro para um máximo anual de 4,002% em novembro, antes de recuar para 3,909% até final do ano. A Euribor a 12 meses subiu de 3,316% no início de janeiro para um máximo anual de 4,228% no final de setembro, caindo depois para 3,513% no final do ano. A descida da Euribor nos últimos meses de 2023 refletiu a sinalização do fim do ciclo de aperto da política monetária pelo BCE após a reunião de setembro, bem como a expectativa do mercado de novas descidas das taxas diretoras em 2024, dado o recuo da inflação e os sinais de abrandamento ou estagnação da atividade na Zona Euro. Nos EUA, o recuo da inflação e a expectativa de moderação do crescimento levaram o comité de política monetária da Reserva Federal a projetar, para 2024, cortes acumulados de 75 pontos base nos juros de referência. Mas, com o mercado a antecipar um alívio mais expressivo da política monetária, as *yields* dos títulos da dívida pública registaram fortes descidas na parte final do ano. Após subir de 3,875% para um valor muito próximo de 5% até outubro, a rendibilidade do Treasury a 10 anos desceu depois para 3,879% até final do ano. Embora com oscilações, a *yield* do Bund a 10 anos subiu de 2,571% para um máximo anual próximo de 3% em outubro, acompanhando depois o movimento do Treasury e recuando para 2,024% até final do ano.

A resiliência da atividade económica, a descida da inflação no contexto de um *soft landing* e a perspetiva de descida dos juros beneficiaram o mercado acionista e contribuíram para a manutenção de *spreads* de crédito contidos. Nos EUA, os índices acionistas S&P 500 e Nasdaq valorizaram 24,2% e 43,4%, respetivamente, com o setor tecnológico a beneficiar, adicionalmente, das expectativas positivas geradas pelos avanços da inteligência artificial. Na Europa, o Euro Stoxx 600 e o DAX subiram 12,7% e 20,3%. O euro apreciou 3,3% face ao dólar, para €/\$ 1,1064.

## Economia Portuguesa

Em Portugal, o PIB cresceu 2,3% em 2023, em desaceleração face ao registo de 6,8% observado em 2022, mas acima das expectativas iniciais e da média da Zona Euro. A atividade económica revelou-se particularmente dinâmica no início do ano, com crescimentos de 1,5% QoQ e 2,5% YoY no 1T23. Estes registos beneficiaram da resiliência do consumo privado e, sobretudo, do forte contributo da procura externa líquida, destacando-se o dinamismo das exportações de serviços, em particular associadas ao turismo. Seguiu-se uma tendência de arrefecimento da atividade económica, refletindo efeitos de base menos favoráveis, os impactos da subida das taxas de juro sobre a procura interna e o abrandamento da procura externa. O PIB registou variações trimestrais de 0,1% e -0,2% no 2T23 e 3T23, respetivamente, ou 2,6% e 1,9% em termos homólogos. No 4T23, o crescimento voltou a subir, para 0,8% face ao trimestre anterior e 2,2% face ao trimestre homólogo.

Em 2023, o consumo privado cresceu 1% em termos reais, depois de uma expansão de 5,6% em 2022. Os combustíveis e os bens não alimentares (incluindo bens duradouros) tiveram os principais contributos negativos para o consumo, mas a despesa em serviços também desacelerou na segunda metade do ano. O arrefecimento do consumo privado refletiu, em parte, efeitos de base menos favoráveis (o crescimento em 2022 foi favorecido pelas restrições da pandemia de 2021). Adicionalmente, a despesa das famílias foi condicionada, em 2023, pela continuação da subida dos preços e pelo aumento das taxas de juro.

A taxa de inflação média anual recuou de 7,8% para 4,3% em 2023, um registo ainda relativamente elevado. Em termos homólogos, o crescimento dos preços caiu de 8,4% para 1,4% entre janeiro e dezembro (médias de 6,1% no 1º semestre e de 2,6% no 2º semestre). Esta evolução refletiu, sobretudo, a queda dos preços da energia (média anual de -9% em 2023, após 23,7% em 2022) e a aplicação do IVA Zero a alguns bens essenciais,

que contribuiu para a desaceleração dos preços dos bens alimentares não transformados, de 12,2% para 9,5%.

A taxa de juro implícita nos contratos de crédito à habitação no regime geral subiu de 1,885% para 4,583% entre dezembro de 2022 e de 2023, levando a respetiva prestação mensal média a aumentar de 304€ para 414€ (ou de 536€ para 651€ nos contratos celebrados nos 3 meses anteriores, neste caso já com uma ligeira descida no final do ano).

Em sentido contrário, o consumo das famílias foi suportado por um comportamento relativamente favorável do mercado de trabalho, pelo recurso à poupança excedentária acumulada na pandemia e por medidas de apoio orçamental. A taxa média anual de desemprego registou uma subida contida, de 6,1% para 6,5% da população ativa, com o desemprego a aumentar apenas na parte final do ano. O forte desempenho da atividade nos serviços (sobretudo no turismo) contribuiu para a resiliência do mercado de trabalho. A percentagem de empresas a reportar escassez de mão de obra como uma restrição à atividade manteve-se elevada na construção e aumentou nos serviços e na indústria. Neste contexto, os salários mantiveram-se pressionados em alta, contribuindo para um crescimento nominal de 6,2% no rendimento disponível dos particulares, após um registo de 8,2% em 2022.

A taxa de poupança dos particulares recuou de 6,5% para 5,8% do rendimento disponível entre o 4º trimestre de 2022 e o 2º trimestre de 2023, recuperando depois na segunda metade do ano, para 6,6% do rendimento disponível, em reflexo de uma postura mais cautelosa dos consumidores. A procura de retornos mais elevados no contexto de subida de juros traduziu-se, tal como no conjunto da Zona Euro, num movimento de descida dos depósitos bancários no início do ano, a favor de instrumentos de poupança alternativos, com destaque, em Portugal, para os certificados de aforro. Este movimento atenuou-se fortemente no 2º semestre.

Com exceção da componente de equipamento de transportes, associada ao forte desempenho do turismo, o investimento em ativos fixos registou uma evolução contida, penalizado pela maior restritividade das condições de financiamento enfrentadas pelas empresas e famílias, pela maior incerteza no *outlook* e por uma execução ainda baixa dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência. No seu conjunto, o crescimento da despesa de capital recuou, em termos reais, de 3% para 0,9%. As menores intenções de investimento do setor privado traduziram-se em quedas homólogas dos fluxos de novos empréstimos à habitação e às sociedades não financeiras. Os rácios de *non-performing loans* mantiveram-se contidos em todos os segmentos, refletindo o contexto marcado pelo baixo desemprego e pelo aumento do rendimento disponível das empresas e dos particulares, bem como as medidas macro-prudenciais em vigor desde 2018. No 3º trimestre de 2023, o rácio de NPLs situava-se em 2,9% do total de empréstimos, abaixo dos 3,6% registados um ano antes.

A atividade no setor imobiliário manteve-se dinâmica em 2023, embora evidenciando alguns sinais de arrefecimento. Depois de crescimentos homólogos de 8,7% nos dois primeiros trimestres do ano, os preços da habitação subiram 7,6% YoY no 3º trimestre, com a variação trimestral a desacelerar de 3,1% para 1,8%. O número de transações subiu 1,9% no trimestre, mas recuou 18,9% em termos homólogos, neste caso sobretudo com o contributo do segmento interno.

Refletindo a expansão da atividade económica e os excedentes das contas públicas e externas, a maioria das agências melhorou, em 2023, o *rating* soberano atribuído a Portugal. A DBRS subiu a notação em julho, de A(low) para A; a Fitch reviu em setembro de BBB+ para A-; e a Moody's subiu em novembro, de Baa2 para A3, neste caso apesar de, no mesmo mês, o Primeiro-Ministro ter formalizado a sua demissão junto do Presidente da República, o que se traduziu na queda do Governo e na marcação de eleições antecipadas para março de 2024. O *rating* foi mantido em BBB+ pela agência S&P, mas

com uma melhoria do *outlook*, de estável para positivo. O *spread* entre as *yields* da OT portuguesa a 10 anos face ao *benchmark* alemão estreitou de 102 para 63 pontos base no conjunto do ano.

## Perspetivas para 2024

O ano de 2024 deverá ser marcado por um ligeiro abrandamento da atividade global, com o crescimento do PIB a recuar para cerca de 1,5% nos EUA e a manter-se abaixo de 1% na Zona Euro. Para este cenário de um *soft landing* deverão contribuir os impactos desfasados de políticas monetárias restritivas e a diminuição das poupanças excedentárias das famílias. Estes fatores deverão ser mitigados pela descida da inflação e das taxas de juro diretoras, bem como pelo aumento do investimento no contexto de programas associados à transição energética e digital. A taxa de desemprego deverá aumentar apenas moderadamente nos EUA e na Zona Euro. A inflação deverá continuar a recuar em 2024, para valores mais próximos da meta de 2% no final do ano. Neste contexto, os principais bancos centrais deverão iniciar, a partir do final do 2º trimestre, um novo ciclo de descidas dos juros de referência. Admitem-se cortes acumulados de 100-125 pontos base no caso da Reserva Federal americana e em torno de 75-100 pontos base no caso do BCE. Os principais riscos negativos incluem uma inflação mais persistente que o esperado, forçando a manutenção de políticas monetárias restritivas e contribuindo para impactos mais adversos na procura e no desemprego. O ano de 2024 será ainda marcado por diversos eventos e riscos (geo)políticos, com possíveis impactos na economia. Entre estes, destacam-se as eleições Presidenciais dos EUA e, sobretudo, a continuação da guerra na Ucrânia e o risco de transformação da guerra Israel-Hamas num conflito mais alargado no Médio Oriente, com impactos adversos nas cadeias de abastecimento e nos preços

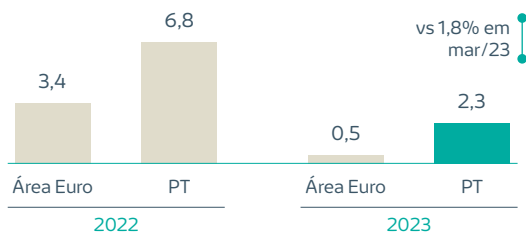
das matérias-primas. Entre os principais riscos positivos para a economia global, destaca-se a possibilidade de descidas mais rápidas da inflação e dos juros de referência, bem como um fim antecipado dos conflitos na Ucrânia e Médio Oriente.

Em Portugal, a variação anual do PIB deverá recuar para um registo ligeiramente acima de 1%, ainda superior à média da Zona Euro. Para esta desaceleração deverão contribuir os efeitos desfasados da política monetária restritiva do BCE e uma ligeira subida do desemprego, com impactos no consumo privado. Espera-se também, um abrandamento das exportações de serviços. O recuo do crescimento do PIB deverá ser mitigado pela descida da inflação, pelo efeito de alguns apoios orçamentais (e.g. aumento de pensões), pela ligeira recuperação das exportações de bens, após a queda de 2023, e pelo aumento do investimento, sobretudo público, associado a uma maior execução dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A inflação média anual deverá recuar, em 2024, para um valor em torno de 2,3%, e a taxa de desemprego deverá aumentar para um registo em torno de 7,2% da população ativa (média anual), sobretudo em função de algum arrefecimento da atividade nos serviços. A preocupação das empresas em reter trabalhadores poderá mitigar este efeito. No mercado imobiliário, deverá observar-se uma moderação no número de transações e uma desaceleração dos preços, refletindo a moderação da procura. A escassez da oferta deverá manter-se um fator relevante, impedindo uma forte correção dos preços. A persistência de excedentes nas contas externas e públicas deverão contribuir para uma avaliação benigna do *rating* soberano. Entre os principais riscos, destacam-se a maior persistência da inflação e de condições financeiras restritivas, a possibilidade de uma recessão global, um clima de instabilidade e incerteza após as eleições de março, atrasos na execução do PRR e um aumento maior que o esperado do desemprego.



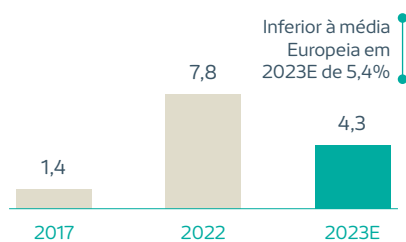
## Taxa de crescimento anual do PIB<sup>1</sup>

(%; Área Euro; Portugal)



## Inflação

(%)



## 2.1.2 Contexto Regulamentar

Num contexto socioeconómico exigente, o ano de 2023 foi marcado por um conjunto de iniciativas regulatórias, a nível europeu, com o intuito de fortalecer a resiliência do setor bancário; reforçar o compromisso de transição climática; e prosseguir com a transformação digital e evolução tecnológica.

Neste âmbito, salienta-se a publicação das propostas finais de alteração da Diretiva de Requisitos de Capital e do Regulamento de Requisitos de Capital (CRD VI e CRR III), com vista a aumentar a comparabilidade dos rácios de capital dos bancos. Com efeito, destaca-se

a limitação da utilização de modelos internos (output floor), bem como o agravamento dos ponderadores para cálculo do risco de crédito.

Adicionalmente, um breve apontamento à reforma da UE em matéria de gestão de crises bancárias e de seguro de depósitos (“CMDI” na sigla inglesa), que visa reforçar a proteção dos depositantes (estendendo a aplicação do regime jurídico a entidades públicas), em situações de crise ou de instabilidade financeira.

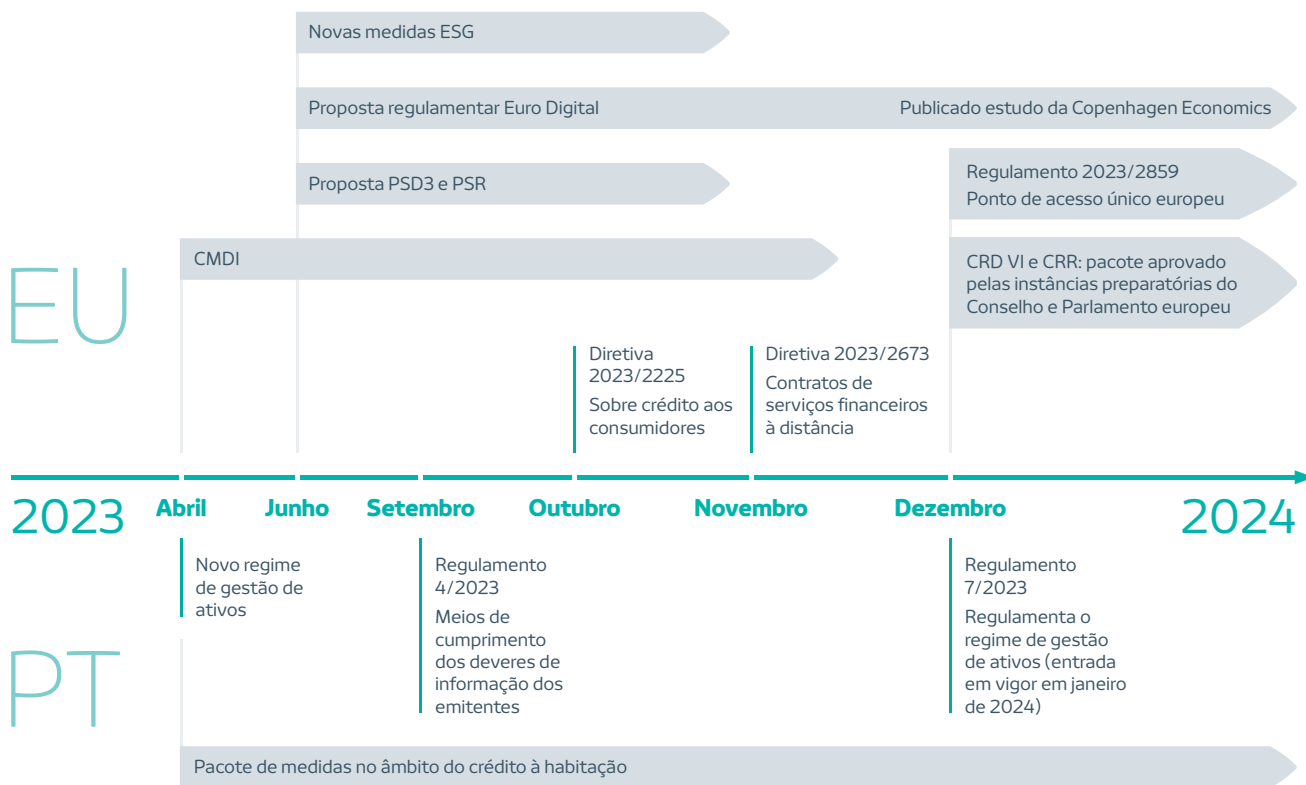
Dos vários desenvolvimentos no âmbito do ESG, sublinha-se a proposta da CE com medidas no domínio do financiamento sustentável e de transição, que possibilitará a classificação de um leque mais alargado de investimentos como sustentáveis ao ampliar a taxonomia. Salienta-se também a criação de um ponto de acesso único europeu, o qual permitirá acesso a informações publicamente disponíveis com relevância para os serviços financeiros, os mercados de capitais e a sustentabilidade, e contribuirá para decisões de investimento mais informadas.

Em termos de transformação digital, assinalam-se desenvolvimentos no âmbito do euro digital, existindo já uma proposta de regulamentação. Foi ainda publicada a conclusão do Estudo da Copenhagen Economics sobre os efeitos do euro digital na estabilidade financeira e a necessidade de serem asseguradas medidas pelo BCE para mitigar os impactos negativos desta iniciativa para o setor bancário.

Finalmente, os desenvolvimentos no âmbito da PSD3 e a publicação da proposta de PSR, em junho de 2023, para o qual transitará a generalidade do regime previsto na PSD2.

Antecipa-se que em 2024 se inicie uma fase de análise aprofundada às duas novas Diretivas em matéria de crédito aos consumidores e contratos de serviços financeiros celebrados à distância (respetivamente: (UE) 2023/2225 e (UE) 2023/2673), as quais os Estados-membros devem transpor e publicar até 2025.

(1) Fonte: Banco de Portugal; Expectativa de Portugal para 2023, de acordo com o Banco de Portugal em dez/23; Média europeia - BCE (dez/ 2023).



### Em Portugal

No ano de 2023 foram muito significativas as medidas de apoio às famílias portuguesas para mitigar os efeitos do incremento das taxas de juro, nos contratos de crédito para habitação própria e permanente, em especial com vista à redução dos encargos suportados, designadamente, possibilidade da fixação da prestação durante dois anos e reforço da bonificação temporária dos juros, mediante determinados critérios, e restrições à cobrança de comissões por parte das instituições financeiras (Lei 56/2023 e 24/2023, Decreto-Lei 91/2023 e 20-B/2023 e Instrução do BdP 24/2023).

No prisma das interações promovidas pela CMVM, note-se o Regulamento 4/2023, que procede à regulamentação dos formatos e meios utilizados para cumprimento dos deveres de divulgação de informação, por parte dos emitentes de valores mobiliários. Ademais, o Regulamento 7/2023, com entrada em vigor em janeiro de 2024, o qual regulamenta o novo Regime da Gestão de Ativos, publicado em abril de 2023.

## 2.2 Pilares Estratégicos

Depois de, em 2021, o novobanco ter lançado a sua nova marca e apresentado o seu novo plano estratégico (“Fazer Futuro” / “Shaping the Future”), o banco tem vindo a implementar as várias iniciativas e programas que o sustentam, e, acima de tudo, o cumprimento dos seus principais objetivos, tal como espelhado nos resultados alcançados, seja nas demonstrações financeiras, seja no significativo fortalecimento dos níveis de solvabilidade do banco, apesar dos desafios do contexto macroeconómico. Em 2023, o novobanco continuou a crescer de forma consistente, excedendo as expectativas, reforçando o seu posicionamento como um banco nacional sólido e independente, e mantendo o seu compromisso de apoiar as famílias e as empresas ao longo da sua vida.

Este desempenho traduz de forma clara a reforçada confiança dos clientes e do mercado de capitais no novobanco, o alinhamento da equipa do banco e, naturalmente, a consistência do caminho estratégico definido.

A estratégia do novobanco está centrada em ser um banco focado em cada um dos seus clientes, proporcionando-lhes uma experiência simples e eficiente, suportada numa equipa experiente e próxima, contribuindo assim para uma organização com resultados robustos e sustentáveis.

O plano estratégico do novobanco é composto por 4 pilares:

### PILARES ESTRATÉGICOS

#### 1 BANCO CENTRADO NO CLIENTE

Refletir a evolução das expectativas dos clientes através de propostas de valor distintas.

Aproveitar uma abordagem digital e omnicanal como impulsionadores do serviço e da proximidade.

#### 2 OPERAÇÕES SIMPLES E EFICIENTES

Simplificar a experiência bancária, através do uso superior de tecnologia e dados.

Melhorar os processos internos para aumentar a produtividade e eficiência.

#### 3 DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CULTURA

Atrair e desenvolver uma equipa de profissionais qualificados que viva ativamente os valores do banco.

Desenvolver uma cultura colaborativa e dinâmica num ambiente adaptado às novas formas de trabalho.

#### 4 ATINGINDO UM DESEMPENHO SUSTENTÁVEL

Garantir um retorno sustentável através de uma gestão disciplinada de riscos, capital e financiamento.

Reforçar a integração de ESG com o negócio para apoiar o crescimento sustentável e stakeholders chave.



### ALINHAMENTO ODS

Esta estratégia foi concebida para maximizar o impacto social das atividades do novobanco. Os seus pilares estão alinhados com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) que foram priorizados na última avaliação de materialidade.

## BANCO CENTRADO NO CLIENTE

O dia-a-dia do novobanco é focado em responder às necessidades dos seus clientes, particulares e empresas, sendo este propósito refletido no primeiro pilar da sua estratégia. Em cada um desses momentos, o novobanco procura exceder as expectativas dos seus clientes e parceiros, através de uma proposta de valor distintiva, que conta com o digital e a omnicanalidade como alavancas centrais de proximidade e de experiência.

## AO SERVIÇO DOS CLIENTES COM UMA GAMA COMPLETA DE CANAIS COM FUNÇÕES COMPLEMENTARES

### OMNICANAL

#### HUMANO — HUMANO-DIGITAL — DIGITAL



#### Balcões & Centros de Empresas

##### FUNÇÃO

Rede reduzida de balcões multi-formato e modulares. Promover colaboração retalho e comerciais por via de espaços partilhados.



#### Contact Hub

##### FUNÇÃO

Serviceing simples, apoio remoto ao cliente para canais self-served e vendas e redireção interna para outros canais.



#### PoS

##### FUNÇÃO

Recolher pagamentos e expandir as funcionalidades para permitir serviços de valor acrescentado.



#### Parceria

##### FUNÇÃO

Rede de parceiros para promover e expandir capacidades de aquisição de clientes.



#### Remote RM & Mobile AC

##### FUNÇÃO

Aumento serviceing remoto ao retalho para automatizar a relação e aos afluentes para os orientar para canais com menores custos de serviço.



#### A/VTMs

##### FUNÇÃO

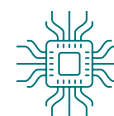
Aumentar rapidez, conveniência & eficácia nos custos em transações de cash & equivalente nos balcões.



#### Soluções Phygital

##### FUNÇÃO

Melhorar a experiência do cliente através de soluções de formalização de contratos e de partilha de informação, em cenário presencial e remoto, cimentando a relação de transparência e de proximidade com os clientes e a estratégia omnicanal do banco.



#### Web e Mobile

##### FUNÇÃO

Rapidez e conveniência para serviceing e vendas simples, captação transações e impulsionar outros canais.

## NOVOS CANAIS, SERVIÇOS E EXPERIÊNCIA PERSONALIZADA DO CLIENTE PERMITIRAM UMA RÁPIDA ASCENSÃO DO DIGITAL...

### 2020

#### ABERTURA DE CONTA DIGITAL

Lançamento da solução de abertura de conta por chamada de vídeo.

#### CRÉDITO ONLINE PARA NEGÓCIOS

1ª solução de crédito 100% digital e integrada para negócios.

#### COMPRA DE CASA

Da simulação à hipoteca.

Mais simples, mais rápido & mais transparente.

Sustentável em termos de Ambiente.

#### APP SMARTER

Adaptável, personalizável, inclusiva e preditiva (baseada em data science).

#### AGREGADOR FINANCEIRO

Consultor Financeiro de Negócios.

Analítico e preditivo.

#### FUNDOS DE INVESTIMENTO

Subscrição de fundos de terceiros estendida a canais digitais.

Solução Morningstar app disponível a clientes.

### 2021

#### SEGURO DE VIDA

Disponível a simulação e subscrição do Seguro de vida em canais digitais.

#### NOVO WEBSITE

Mais personalizável, SEO e novas funcionalidades.

Lançamento da loja *online* para produtos não financeiros.

#### ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE CLIENTES

Atualização da informação de clientes através da CMD.

#### PHYGITAL

Disponível na rede de Retalho, com -40% das operações cobertas, poupando +13 ton de papel em 2021.

#### NOVOBANCO ONLINE EMPRESAS

Um novo serviço *online* para simplificar e apoiar diariamente a gestão das empresas.

### 2022

#### CRÉDITO PESSOAL

Nova jornada para pedidos *online*, com comparador de simulações.

#### COMPRA DE CASA

API para intermediários de Crédito.

Ofertas de Prestação reduzida.

#### SEGUROS

Nova possibilidade de simulação para Seguro de Casa com opção de gravação.

Subscrição de Seguros de Casa E2E.

#### PHYGITAL

Maior profundidade de produtos.

Novas soluções de assinatura remota.

#### SOLUÇÕES DE INVESTIMENTO

Novo questionário de Perfil de Investimento *online*.

Aumento da oferta de produtos fora de balanço em canais digitais.

#### CARTÕES DE CRÉDITO

Novos pedidos *online*.

Pedidos de aumento de limite.

Pin por SMS.

#### CANAIS DIGITAIS

App: Novas características de Carteira, *widgets* de Poupança, orçamento e operações recorrentes.

*Online* Empresas.

Novas *dashboards* e funcionalidades (*factoring*, *confirming*).

#### ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE CLIENTES

Upload de fotos de CC nos canais digitais.

### 2023

#### CRÉDITO PESSOAL

Processo de subscrição melhorado.

#### SOLUÇÕES DE INVESTIMENTO

Alargamento da oferta disponível *online*.

Melhorias no Questionário de Perfil de Investidor (QPI).

Abertura *online* do Contrato de Investimentos Financeiros, integrado no processo de subscrição de fundos de investimento (CIF).

#### OFERTA SEGUROS NÃO VIDA

Simulação de Seguro Automóvel e Seguro Saúde nos canais digitais, com subscrição através do *call centre* ou dos balcões.

#### ABERTURA DE CONTA ONLINE

Melhorias no processo.

#### APP NOVOBANCO

Nova app para clientes corporativos.

Google Pay/Apple Pay.

Reforço da segurança nos pagamentos de compras *online* com 3D Secure.

Novo modelo de autenticação de operações por *push notifications* ainda mais fluidas.

#### NOVOBANCO ONLINE EMPRESAS

Melhorias e novidades no *dashboard* de *confirming*.

Relatórios *Factoring* e *Confirming*.

Gestão de Participações com adesão simplificada (apenas consultas).

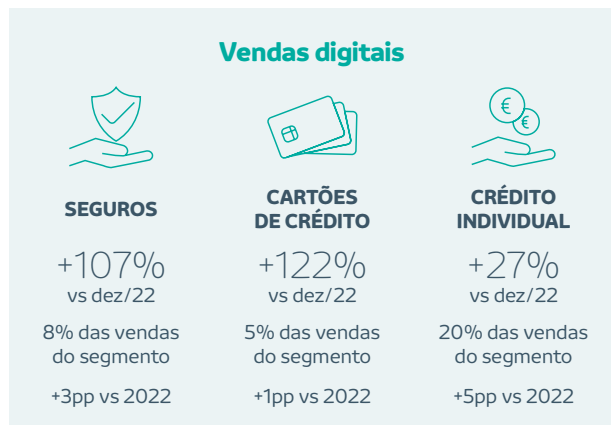
#### PHYGITAL

Alargamento da solução a mais produtos.

Alargamento ao segmento de empresas.

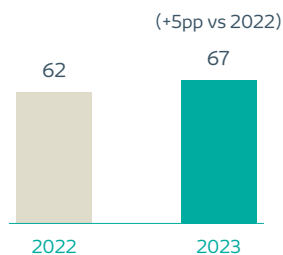
Alargamento ao novobanco Açores.

## ...IMPULSIONANDO O POTENCIAL ATUAL E FUTURO:



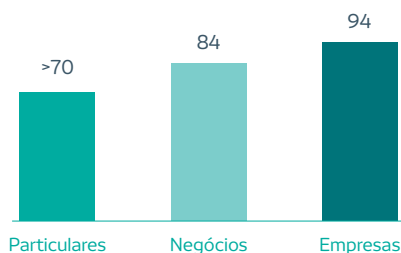
### Cientes ativos digitais

(%)



### Operações em regime de self-service

(%)



No segmento *Empresas*, o conhecimento profundo que o novobanco tem do sector empresarial nacional traduz-se no desenvolvimento de abordagens especializadas, que oferecem a cada sector da economia (e com especial foco nos sectores mais determinantes para o crescimento económico nacional) um conjunto de produtos e serviços adequados aos seus desafios e necessidades, tanto para a atividade doméstica das

empresas, como no apoio à internacionalização da economia nacional. A par desta visão vertical dos principais sectores da nossa economia, o novobanco está também na dianteira do acesso do sector empresarial aos principais programas de dinamização da economia europeia.

Este conhecimento profundo do mercado, das suas oportunidades, mas igualmente das suas expectativas e desafios, colocam o novobanco como o parceiro financeiro de referência das grandes, médias e pequenas empresas nacionais.

O novobanco definiu também em 2023 metas de redução de emissões até 2030, alinhadas com os objetivos do Acordo de Paris, nos segmentos mais relevantes da sua carteira de crédito, conforme se encontra descrito no nosso Relatório de Sustentabilidade.

Com este objetivo, o novobanco pretende ser o parceiro financeiro de referência para a transição energética e jornada de sustentabilidade dos seus clientes. No segmento de *Empresas*, isso significa fornecer as soluções de financiamento e acesso a parceiros especializados, para apoiar os nossos clientes a planear e financiar as necessidades de investimento do desafio de transição. Para esse efeito, o novobanco estabeleceu uma política de financiamento verde, com metas ambiciosas para o médio prazo (acima de 2mM€ nos próximos 3 anos).

No segmento de *Retail*, que serve as famílias e pequenos negócios, o novobanco desenvolve propostas de valor e soluções centradas nas necessidades que estes clientes têm nos momentos mais determinantes dos seus percursos profissionais ou pessoais, seja no crédito ao consumo, habitação, na gestão da poupança dos clientes ou nos meios de pagamento, com vista a acelerar o crescimento da base de clientes que têm o novobanco como o seu principal parceiro financeiro. Para responder às exigências da transição energética, o banco desenvolveu produtos específicos, tais como hipotecas verdes, empréstimos pessoais para a instalação de soluções de energia renovável em casa e condições especiais de empréstimo para veículos elétricos e híbridos.

No quadro do seu plano estratégico, o novobanco tem vindo a implementar uma abordagem assente num princípio de crescente omnicanalidade, proporcionando aos clientes, dessa forma, uma experiência consistente e integrada através dos seus múltiplos canais.

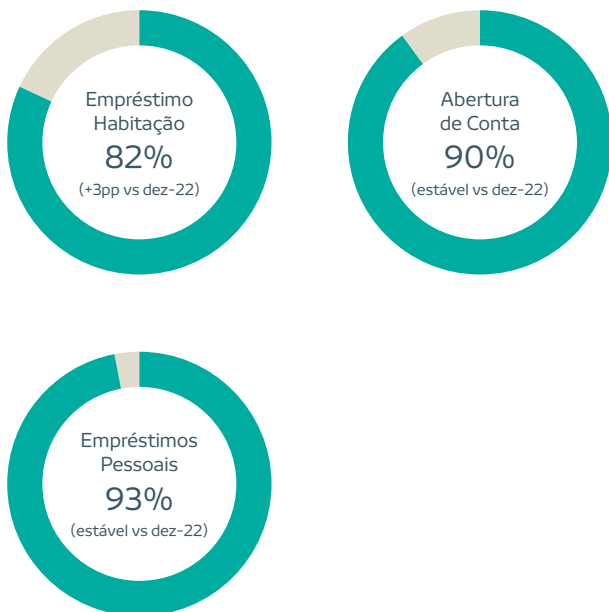
Para a efetiva consecução destes objetivos, o novobanco tem investido numa transformação global, sendo as faces mais visíveis desta reinvenção, *por um lado*, a rede de balcões, onde o novobanco desenvolveu um conceito inovador no mercado, que alia a tecnologia, a proximidade ao cliente e a abertura à comunidade, e, *por outro lado*, o digital, que tem constituído uma dimensão determinante para a transformação acelerada do novobanco.

Por fim, o novobanco procura maximizar o seu impacto positivo na sociedade – promovendo uma agenda de responsabilidade social, atuando em temas como inclusão e literacia financeira, disseminando conhecimento ESG, patrocinando investigação sobre sustentabilidade e impulsionando múltiplas iniciativas de inclusão nos segmentos mais frágeis da sociedade portuguesa.

Mais informação sobre produtos com impacto ESG disponível no Relatório de Sustentabilidade - Capítulo 3.3) Os Nossos Clientes.

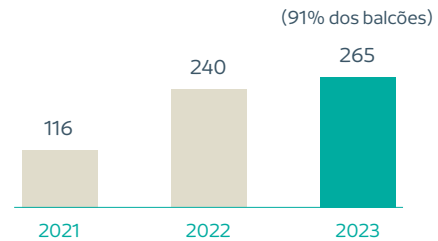
### Satisfação do Cliente

(nov-23)



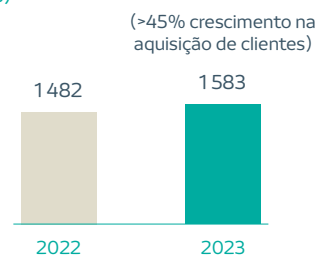
### Novo Modelo de Distribuição

(# balcões)



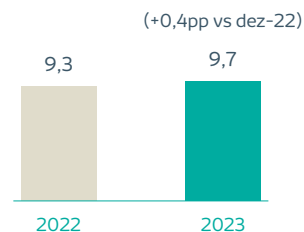
### Evolução do Número Total de Clientes

(# em milhares)



### Evolução da Quota de Mercado dos Depósitos

(%; nov-23)



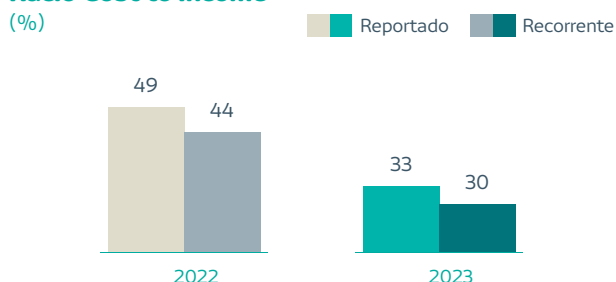
## SIMPLES E EFICIENTE

Para poder responder às características do mercado atual, nomeadamente a elevada exigência dos clientes e os desafios colocados por novos *players*, que estimulam o sector a evoluir o seu modelo operativo, o segundo pilar da estratégia do novobanco centra-se na aceleração da sua transformação numa organização que proporciona aos clientes uma experiência simples, sendo necessário, para esse efeito, atingir níveis de eficiência operacional crescentes.

Neste domínio, o novobanco tem-se focado na reengenharia dos processos mais críticos para os clientes, com vista a simplificá-los, procurando proporcionar uma experiência distintiva no setor, tanto pela simplicidade como por melhorias consistentes dos níveis de serviço, incluindo, em particular, nos processos de crédito mais determinantes para as empresas e famílias.

Para este efeito, o novobanco está a implementar um vasto programa de transformação das suas funções IT e de governo de dados (focado não só na evolução da infraestrutura, plataformas e ferramentas que suportam a operação do banco, mas também na disponibilização atempada da informação relevante para suportar a melhoria de processos), a reformulação rigorosa do modelo operativo do banco, a permanente otimização dos modelos de suporte à decisão e, naturalmente, os compromissos e exigências regulatórias a que o setor bancário está sujeito.

### Rácio Cost to Income<sup>1</sup>



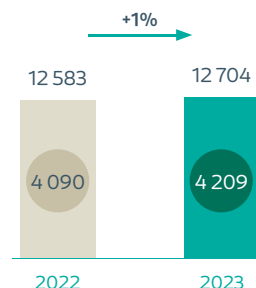
(1) Definido como Custos Operativos dividido por Produto Bancário Comercial; Produto Bancário Comercial sendo igual à Margem de Juros acrescida das Taxas e Comissões;  
 (2) Considera o stock médio de empréstimos líquidos a Clientes e depósitos, dividido pelo número médio de empregados no período;  
 (3) Dados de fim de período.

### Volume de negócio médio por colaboradores<sup>2</sup>

(€ milhares)

### Colaboradores<sup>3</sup>

(#)



No seu esforço para aumentar a eficiência e melhorar sua pegada, o banco estabeleceu metas ambiciosas para redução das emissões de GEE (Gases de Efeito de Estufa) nas suas operações próprias (-28% até 2024 vs 2021), e para reduzir o consumo de recursos e valorizar o desperdício em todas as formas (-30% de consumo de papel até 2024 vs 2021). O novobanco está empenhado em garantir que os seus padrões de sustentabilidade sejam cumpridos em toda a sua cadeia de fornecimento, tendo estabelecido diretrizes e um quadro de monitorização para salvaguardar a conformidade dos seus fornecedores.

## PESSOAS E CULTURA

Os objetivos estratégicos do novobanco encerram um elevado nível de ambição, assente num perfeito alinhamento e uma total clareza na organização sobre o papel e contributo de cada colaborador para o seu cumprimento. Este terceiro pilar da estratégia do novobanco assume, portanto, uma dimensão crítica, sendo alvo de uma elevada dedicação por parte da gestão do banco.

Neste domínio, a estratégia do novobanco procura assegurar uma clara distinção (i) na proposta de valor para os seus colaboradores, (ii) no desenvolvimento do talento interno e (iii) na promoção da cultura e valores organizacionais. Tendo estas dimensões presentes, o novobanco procura afirmar-se como uma organização caracterizada por:

- Elevada capacidade de atrair, desenvolver e reter o melhor talento do sector;

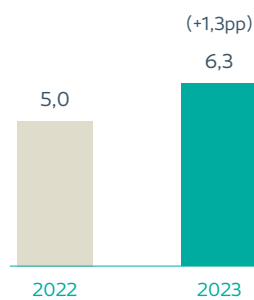


- Valorização da diversidade e respeito pela equidade, incluindo ao nível do género, com preocupação de poder contar com perfis e percursos diversificados;
- Um dia-a-dia suportado em métodos de trabalho alinhados com as melhores tendências internacionais, seja em termos de participação e colaboração, como em termos de ambiente e espaço de trabalho;
- A promoção da inovação e da geração de ideias pela própria organização, em benefício dos clientes e da economia nacional;
- Um local de trabalho que fomenta e promove o bem-estar e a saúde dos funcionários, construindo um forte sentido de envolvimento dos colaboradores;
- Uma cultura de autoaperfeiçoamento contínuo e de especialização, promovendo programas de formação dos colaboradores em temas chave, incluindo sustentabilidade.

A vivência de valores e de uma cultura organizativa que traduz e reforça em permanência estas características.

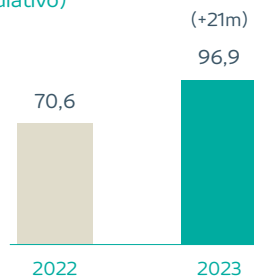
### Staff Turnover

(%)



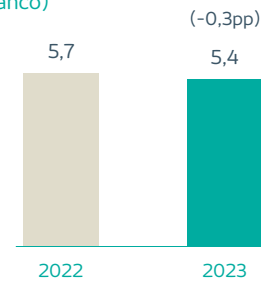
### Horas de formação em ESG

(milhares; cumulativo)



### Disparidade Salarial de Género<sup>1</sup>

(% Grupo novobanco)



(1) Indicador Equal Pay (salário igual para trabalho igual). Ao nível do novobanco individual este indicador apresenta um valor de 5,3%.

Mais informação disponível no Relatório de Gestão – Capítulo 1.2.2 Órgãos Sociais, e no Relatório de Sustentabilidade – Capítulo 3.4) Os Nossos Colaboradores.

## DESEMPENHO SUSTENTÁVEL

O quarto pilar da estratégia do novobanco corresponde ao propósito de que o desempenho financeiro do banco seja caracterizado pela sua sustentabilidade, pela robustez e qualidade da estrutura de balanço e por níveis de solvabilidade adequados.

É neste quadro que se inscreve todo o programa de integração da temática do ESG (“*Environmental, Social and Governance*”) na organização, que incorpora (i) a implementação do modelo operativo ESG e a formação da organização, (ii) a adequação da oferta de produtos e serviços, (iii) a transformação das políticas de investimento e gestão de risco, entre outras dimensões. O novobanco considera o ESG como uma oportunidade para o sector financeiro contribuir para os importantes objetivos de transição de economia mundial, o que justifica a importância que dedica a esta dimensão.

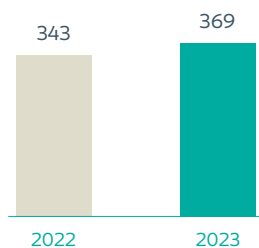
Para a sustentabilidade do desempenho do novobanco contribui igualmente, e de forma material, a gestão otimizada do capital e das diversas fontes

de financiamento do banco, bem como a melhoria dos processos de gestão dos riscos associados à sua atividade. Para alcançar este desígnio, o plano estratégico do novobanco incorpora diferentes programas com vista ao reforço da qualidade das decisões de crédito, incluindo a potenciação da sua automatização, a melhoria dos modelos de definição do preço e de aferição da rentabilidade ajustada ao risco e ao consumo de capital (económico e regulatório), a sofisticação dos sistemas de alerta no acompanhamento da vida das operações de crédito e o contínuo aperfeiçoamento dos modelos internos (IRB).

A conjugação destas dimensões dá ao novobanco a confiança de que os seus ambiciosos objetivos de médio-prazo vão continuar a ser cumpridos, permitindo assim afirmar-se como uma referência clara no sector financeiro europeu, com um crescimento consistente e assente num perfil financeiro robusto, que proporciona níveis de rentabilidade elevados e sustentáveis.

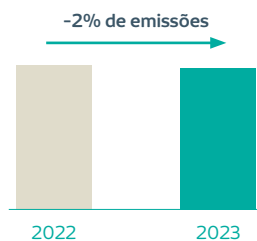
### Investimentos Verdes

(milhares de euros)

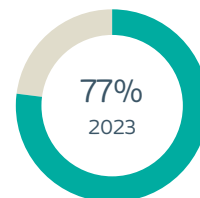


### Emissões de CO<sub>2</sub>

(âmbito 1 e 2)

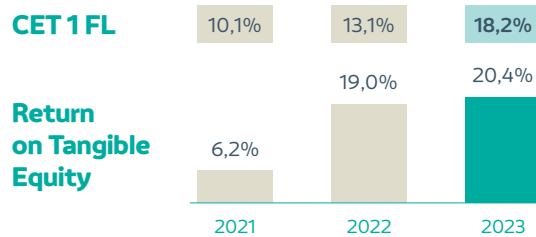


### Eletricidade proveniente de certificação verde:



## OBJETIVOS SUPERADOS E COM RATING INVESTMENT GRADE ANTES DO ESPERADO

	Guidance para 2023 <sup>1</sup>	Resultados 2023	
Margem Financeira	> 2,5% <sup>2</sup>	2,75%	✓
Rácio Cost to Income	- 35%	33,3%	✓
Custo do Risco	- 50 pb	48 pb	✓
Rácio de NPL <sup>3</sup>	< 4,5%	4,4% (w/ 84% coverage)	✓
Resultado antes de Imposto <sup>4</sup>	> 700M€	754M€	✓
Geração de Capital	> 400 pb	+500 bp (CET1: 18,2%)	✓



### Rating

Moody's (dezembro 2023)	Fitch (fevereiro 2024)	✓
<b>Ba1</b> (Positive Outlook) Senior Unsecured Debt	<b>BBB-</b> (Stable Outlook) Senior Debt	
+ 7 notches em 2 anos	Investment Grade	

(1) Considera a revisão em alta do guidance de 2023 apresentada com os resultados de 1S23 e 9M23;

(2) Considera a taxa média da Deposits Facility Rate de 3,3% versus os anteriores 2,7%;

(3) rácio de NPL de 2023 calculado como empréstimos não produtivos por empréstimos brutos a clientes;

(4) PBT deduzido pelo Imposto Especial sobre Bancos.

## 2.3 Gestão do Risco

### Principais Riscos e Incertezas para 2024

Em 2023 o novobanco apresentou resultados financeiros positivos, circunstância esta que reflete a adoção de uma estratégia prudente na condução da sua atividade tendo em linha de conta o ambiente macroeconómico difícil sobretudo ao nível do aumento das taxas de juro e da volatilidade dos mercados financeiros decorrentes do conflito armado da Europa do Leste e do Médio Oriente e do colapso de instituições bancárias na Europa e nos Estados Unidos, assim como dos desafios associados à transformação digital com o consequente incremento do risco operacional.

Em 2024, a atividade do novobanco e do restante sector bancário será influenciada pela combinação de vários riscos e incertezas, dos quais se destacam os seguintes:

#### i. Riscos legais e regulamentares

O ambiente regulatório dinâmico do sector financeiro nas suas diversas áreas traduz-se numa tarefa cada vez mais desafiante para as instituições quanto ao tempestivo cumprimento dos novos requisitos/exigências legais e regulamentares e inerente ajustamento dos procedimentos internos relevantes. Neste contexto, merecem particular relevo pela sua crescente importância:

- A integração de objectivos / critérios ESG (Environmental, Social e Governance) no negócio e os associados deveres de divulgação – tendo em conta o atual contexto de integração dos fatores ESG nas medidas prudenciais e comportamentais aplicáveis à atividade bancária e o propósito de as instituições concretizarem os seus objetivos em matéria de financiamento sustentável, nomeadamente através do cumprimento de deveres de divulgação dotados de elevada complexidade. O atual impasse no que respeita à aprovação pela União Europeia da Directiva relativa
- ao Dever de Diligência das Empresas em Matéria de Sustentabilidade – a qual, a não acontecer, implicará a perda de um pilar fundamental da União Europeia quanto ao seu plano em matéria ESG/sustentabilidade, o qual assenta assente no triângulo Taxonomia - CSRD – CSDDD – as instituições continuaram a conviver com uma relativa incerteza quanto à velocidade do processo de transição para uma economia sustentável e, bem assim, das regras a observar. Antevê-se, portanto, que a agenda regulatória das autoridades de supervisão continue a ser particularmente intensa nesta matéria o que implicará um esforço por parte das instituições no sentido de aferir a sua resiliência face aos diferentes cenários de alterações climáticas e transição energética, implementar as medidas que se mostrem necessárias para a mitigação de eventuais riscos que possam ser identificados neste contexto e reposicionamento das suas estratégias que promovam transversalmente os objetivos ESG.
- O reforço do quadro legal e regulamentar em matéria de prevenção, deteção e combate ao crime financeiro proveniente, por exemplo, do AML Package, incluindo da revisão em curso pela União Europeia da Diretiva 2015/849, e das exigências regulamentares ao nível do dever de diligência, implementação de modelos de análise transaccional robustos, do Decreto-Lei n.º 109/2021, entre outros, a aplicação de medidas restritivas decorrentes das sanções e embargos, com o consequente impacto nos processos internos do banco. Por outro lado, a nova autoridade europeia (AMLA) de supervisão de PBC/CFT exigirá um acompanhamento próximo;
- Os requisitos de capital (SREP), as várias OSI (On Site Inspections) de que o banco será objeto por parte do Banco Central Europeu (BCE), os testes de esforço (stress tests) sobre Risco de Liquidez, os requisitos de MREL (“Minimum Requirement for Own Funds and Eligible Liabilities”), assim como os que se antecipam em matéria de cibersegurança, e

as várias linhas de orientação da European Banking Authority (EBA) e BCE sobre estas matérias.

## ii. Riscos de Transformação Digital

A inovação tecnológica e as iniciativas de digitalização têm vindo a ser uma prioridade para o sector bancário quer seja pelas vantagens associadas para o serviço prestado ao cliente (experiência de cliente) mas também pelos benefícios que daí resultam ao nível dos processos de eficiência interna.

Pese embora sejam indiscutíveis os benefícios da digitalização, certo é que a mesma atrai riscos consideráveis para os bancos como seja o incremento dos fenómenos de ciberataques (potenciados, por exemplo, pelas tensões geopolíticas atuais), captura indevida de dados pessoais e fraudes realizadas através dos canais digitais. Em consequência, os bancos deverão manter planos de resiliência operacional que lhes permitam antecipar, na medida do possível, estas situações o que, em si mesmo, se traduz num acompanhamento permanente da evolução tecnológica com o objetivo de aumentar as capacidades de proteção e mitigar os riscos de cibersegurança.

Adicionalmente, e durante o ano de 2023, assistiu-se a uma rápida ascensão da comercialização de produtos que têm subjacente inteligência artificial, prevendo-se que esta tendência continue em 2024, ainda que todos seus impactos sejam extremamente difíceis de prever, mas que poderão conduzir a oportunidades significativas para melhorias de eficiência, e estratégias de marketing mais sofisticadas.

Em 2024 perspectiva-se, assim, não só que este risco de transformação digital se mantenha, mas que possa mesmo vir a ser exponenciado atendendo às constantes iniciativas de desenvolvimento

tecnológico em curso. Destaca-se, pela sua relevância, o novo quadro legislativo europeu - Digital Operational Resilience Act (DORA) -, que procura contribuir para o fortalecimento da resiliência operacional digital das entidades que operam no setor financeiro ao exigir o desenvolvimento e manutenção de TIC robustos, com vista a prevenir e mitigar ciberameaças no setor financeiro que procurem explorar vulnerabilidades nos sistemas informáticos, quadro este que será aplicável em 2025 e complementado pelas Orientações da EBA já existentes (EBA/GL/2019/04) e que certamente serão objeto de atualização, e que implicará um esforço adicional das instituições durante 2024 para acomodarem os seus processos e procedimentos internos.

## iii. Riscos de Outsourcing

Interligado com os processos de inovação tecnológica do ponto anterior, destaca-se ainda a crescente importância dos fenómenos de subcontratação de serviços ou funções a terceiras entidades, os quais se perspetivam que se mantenham durante 2024 e que, naturalmente, trarão desafios para as instituições nomeadamente ao nível do cumprimento do enquadramento legal e regulatório de referência, dos deveres de reporte, de acompanhamento e avaliação do risco dos serviços/funções subcontratadas e de adaptação às expetativas já transmitidas pelo Banco Central Europeu no seu plano de atividades de supervisão para 2024-2026.

## iv. Riscos geopolíticos e de mercado

- A nível global, continua a subsistir o receio de que a fragmentação geopolítica causada pelos atuais conflitos no Médio Oriente e na Europa do Leste possa afetar ainda de forma mais onerosa os fluxos comerciais, de tecnologia e de pessoas o que se traduzirá num agravamento da atual insegurança e volatilidade dos mercados;

- A conjuntura macro-económica nacional e o impacto do resultado das eleições legislativas de março de 2024;
- Os atrasos na implementação do Plano de Recuperação e Resiliência e os consequentes impactos na economia;
- A incerteza relativamente ao impacto da manutenção das taxas de juro e inflação elevadas nas políticas monetárias da Zona Euro, podendo exacerbar o risco de um aumento maior que esperado do desemprego, e incerteza no sector do imobiliário comercial;
- Os eventuais impactos na economia mundial resultante das eleições presidenciais nos Estados Unidos da América;
- O risco de crédito derivado do aumento dos custos de financiamento e a degradação da situação macroeconómica são fatores que poderão levar à materialização deste risco, tanto nas empresas como nos particulares.

#### v. Outros Riscos

- A carteira de Non-Performing Assets (NPAs) e a execução do plano de NPA, em particular na parte relativa aos imóveis (REO, real estate owned);
- Riscos reputacional, legal e de compliance, em especial quando materializados em litigância, ligados quer à atividade corrente do grupo, quer ainda a situações herdadas do passado;
- Riscos provenientes da atividade do novobanco e das entidades do grupo;
- Transversalmente, o incremento das necessidades de reporte regulatório, implicando uma maior exigência ao nível da captura dos dados, verificação da qualidade dos dados e salvaguarda dos mesmos

ao abrigo da legislação sobre proteção de dados pessoais.

- Os restantes fatores ligados aos vários tipos de risco descritos neste capítulo.

Em suma, durante 2024, os riscos que se antecipam serão significativos por via de um contexto marcado pela incerteza resultante do aumento das tensões geopolíticas, pela desaceleração da atividade económica, pela perspetiva de manutenção das taxas de juro em níveis mais elevados, aos quais o novobanco não é naturalmente imune.

O novobanco desenvolve a sua função de Gestão de Riscos com o objetivo final de assegurar a integração da cultura de riscos, antecipando-se à materialização dos mesmos em todos os níveis da organização.

## Framework de Gestão de Risco

A definição de um *framework* para a gestão dos riscos permite a concretização da estratégia com o cumprimento do apetite de risco definido, de acordo com standards, padrões, objetivos e responsabilidades atribuídas a todas as áreas do Grupo novobanco.

Este *framework* apoia a administração na gestão eficaz de riscos e no desenvolvimento de uma forte cultura de riscos através:

- da identificação e avaliação dos principais riscos enfrentados pelo Grupo novobanco, bem como daqueles a que poderá estar exposto;
- da definição e monitorização dos *statements* e requisitos de apetite ao risco;
- das funções com responsabilidades na gestão de riscos;
- das estruturas de governo e comités de gestão e controlo de risco.



## A Cultura de Risco no Grupo novobanco

O negócio bancário tem subjacente riscos de várias naturezas e materialidades. Como tal, o Grupo novobanco está naturalmente exposto a várias categorias de riscos que decorrem de fatores externos e internos, e que surgem em função das características dos mercados em que o banco atua e das atividades que desenvolve.

O Grupo novobanco considera a Gestão do Risco um dos pilares principais da sua ação para criação de valor sustentado no tempo.

Deste modo, a Gestão e controlo de Risco do Grupo novobanco tem por base as seguintes premissas:

- Universalidade pela aplicação em todo o Grupo novobanco;
- Integralidade da cultura de riscos, através de uma visão holística e de antecipação à sua materialização. A visão holística implica todas as fases da gestão de risco – identificação, avaliação, monitorização e controlo – bem como todas as naturezas de riscos financeiros – crédito, liquidez, mercado, taxa de juro da carteira bancária, capital – e riscos não financeiros, incluindo o risco ESG;
- Independência face às outras unidades do grupo, em particular às unidades tomadoras de risco. Cumprindo com o Modelo de 3 Linhas de Defesa, com o objetivo de detetar, medir, monitorizar e controlar de forma adequada os riscos materialmente relevantes a que o Grupo novobanco está exposto, este modelo, implica que todos os colaboradores, na sua esfera de atuação, são responsáveis pela gestão e controlo dos riscos.

O facto relevante para o efetivo controlo das várias exposições de risco é uma forte cultura de risco, que se revela pelo envolvimento e atuação de todos os colaboradores da organização, através da sua atuação diligente, proativa e consistente no cumprimento com a regulamentação, código de conduta, valores e apetite

de risco definido para todas as atividades, negócios, segmentos e exposições de risco. Para tal, é fundamental a identificação tempestiva de fontes de risco e uma atuação de mitigação e controlo, baseada no risco, bem como o esforço contínuo de formação, sensibilização, comunicação de modo a ajustar continuamente às situações verificadas.

PRINCÍPIO 3 LINHAS DE DEFESA	1 <sup>a</sup> linha de defesa	2 <sup>a</sup> linha de defesa	3 <sup>a</sup> linha de defesa
GRUPO NOVOBANCO	Áreas de Negócio	Departamento de Risco Global Departamento de Compliance	Departamento de Auditoria Interna
FUNÇÃO	Maximizar o retorno	Controlo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão independente;</li> <li>Garantir adequação de políticas e processos;</li> <li>Assegurar correta implementação de políticas e processos.</li> </ul>
LIMITAÇÃO	Toma Risco em função do Apetite de Risco	Não toma risco	
MISSÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar tempestiva e corretamente os riscos;</li> <li>Certificar-se de que o risco se mantém dentro dos limites definidos;</li> <li>Medir, monitorizar e reportar.</li> </ul>		

## Função de Gestão de Riscos

A Função de Gestão de Riscos encontra-se organizada / definida de forma a permitir uma gestão efetiva dos riscos considerados relevantes e materiais a que o Grupo novobanco está exposto. Os Riscos relevantes e materiais são os que a gestão de topo presta especial atenção e que podem ter impacto na concretização da estratégia e dos objetivos definidos para o Grupo, bem como os riscos considerados emergentes, ou seja, os que possuem componentes amplamente desconhecidas e cujo impacto se poderá verificar num horizonte temporal mais dilatado.

Os riscos identificados como relevantes e materiais são quantificados, nomeadamente, no âmbito do exercício de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), sendo os mais relevantes:

- i. o risco de crédito, que inclui risco de *default*, contraparte e concentração;
- ii. risco de liquidez;
- iii. risco de mercado na carteira de negociação e na carteira bancária, que inclui o risco de taxa de juro (IRRBB), risco de ações, risco de spread de crédito, risco de imobiliário e risco de fundos de pensões;
- iv. riscos não financeiros, que abrangem as categorias de risco operacional, risco de tecnologias de informação e comunicação e de Segurança, risco de *compliance*, e risco reputacional, e
- v. risco de negócio.

## A Gestão de Riscos é considerada vital para o Grupo novobanco

A Gestão de Riscos, sendo vital para o desenvolvimento da atividade do Grupo novobanco, está centralizada na Função de Gestão de Risco assumida pelo Departamento de Risco Global (DRG), constituído por equipas especializadas, que garantem a supervisão das várias instituições financeiras do Grupo, actividades e negócios, e é independente das unidades de negócio.

A Função Gestão de Riscos define, de forma holística, os princípios de gestão e controlo dos riscos, em estreita articulação com as restantes unidades de 2ª linha do Grupo novobanco, bem como com o Departamento de Auditoria Interna.

Todos os riscos materialmente relevantes são reportados aos respetivos órgão de administração e de fiscalização (CAE, CGS e aos respetivos Comitês de Risco e Comitês especializados), os quais assumem a responsabilidade de supervisionar, monitorizar, avaliar e definir o Apetite de Riscos e os princípios de controlo implementados.

O Responsável pela Função de Gestão de Risco do Grupo novobanco é o responsável pelo DRG, que reporta ao Chief Risk Officer, membro do Conselho de Administração Executivo. De modo a garantir uma maior eficiência na articulação com o DRG, foi nomeado um Responsável Local da Função de Risco em cada entidade relevante do Grupo novobanco, o qual assegura o acompanhamento continuo dos riscos financeiros e não financeiros a que estão expostos.

A intervenção do DRG é direta ou de coordenação em articulação com as unidades que assumem a Função de Gestão de Risco local.

## O framework de Apetite de Risco define:



Este *framework* visa cumprir com a estratégia de maximizar o valor ao Cliente, um dos stakeholders relevantes a par dos colaboradores, acionistas e comunidade, protegendo a solidez da organização através de uma gestão racional e sólida dos riscos.

Um dos aspetos basilares na gestão e controlo dos riscos é a definição de statements de Apetite de Risco, para as exposições relevantes do Grupo e a sua monitorização através de limites de risco diferenciados em 3 níveis (em função da sua materialidade), pela sua interligação com as principais métricas estratégicas, e da qual resulta um *escalation process* específico, nomeadamente, para as métricas com maior materialidade através de uma comunicação tempestiva ao Conselho Geral de



Supervisão, e sempre com informação ao Conselho de Administração Executivo, enquanto garante da supervisão efetiva da monitorização do apetite de risco.

O Conselho Geral de Supervisão controla e assegura a eficácia da gestão da função de risco, do respetivo plano de ação e orçamento, bem como dos seus relatórios e relações com os auditores externos e com as autoridades de supervisão. Adicionalmente, monitoriza o apetite de risco global presente e futuro, a estratégia de risco em vigor, a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno do Grupo novobanco. Cabe-lhe igualmente prestar prévio consentimento às propostas do Conselho de Administração Executivo relativo a várias matérias, nomeadamente, a definição do *Risk Appetite Framework*, do *Risk Appetite Statements* e dos respetivos limites. Ao Conselho de Administração Executivo cabe aprovar o *Risk Framework*, as Políticas de Risco e as respetivas metodologias e procedimentos de identificação, avaliação, monitorização e controlo de riscos.

A identificação e a avaliação dos riscos a que o Grupo está exposto devem atender à estratégia de negócio preconizada e ao planeamento efetuado. Deste modo, os exercícios de planeamento estratégico e de adequação do capital, bem como de resolução, são efetuados com a participação ativa da Função Gestão de Risco.

Uma gestão de riscos robusta e eficiente resulta, também, de uma análise prospetiva e de um acompanhamento contínuo das exposições de risco, criando um quadro específico de tolerância de risco que permita à 1ª Linha de Defesa a prossecução das suas atividades enquanto tomadores de risco e participantes relevantes na sua gestão.

Os statements (RAS – *Risk Appetite Statements*) e os limites (RAL – *Risk Appetite Limits*) definidos e aprovados pelo Conselho Geral e Supervisão e pelo Conselho de Administração Executivo, abrangem os riscos financeiros e não financeiros, as várias linhas de negócio e limites regulamentares. A definição destes limites é uma responsabilidade da Função Gestão de Risco, que articula com os outros *stakeholders* relevantes da gestão e controlo de determinadas exposições de risco. O Relatório de Disciplina de Mercado detalha de forma mais compreensiva o RAS e o RAL.

O acompanhamento do apetite de risco é efetuado em Comité de Risco do Conselho de Administração Executivo, e do Conselho Geral e de Supervisão, sendo que a gestão e controlo de riscos é igualmente suportada por vários Comités especializados. A informação detalhada dos Comités que suportam o *Framework* de Gestão de Risco encontra-se descrita no ponto 5.2. Órgãos Sociais: Composição e Funcionamento.



## Liquidez

### GESTÃO

Determinação da dimensão da pool de liquidez disponível a cada momento, e planear, a médio e longo prazo, fontes de financiamento estáveis.



## Crédito

- Utilização de sistema interno de identificação, avaliação e quantificação de risco;
- Processos de atribuição interna de ratings e scorings por tipo de portfólio;
- Definição de Apetite ao Risco por portfólio;
- Poderes de crédito que obrigam a escalar operações de maior risco;
- Monitorização contínua em fóruns especializados.



## Mercado e IRRBB

Equipa especializada no DRG que centraliza a gestão e controlo de risco de mercado e risco de taxa de juro e de spread de crédito do balanço (IRRBB/CSRBB) do grupo, alinhadas com a regulamentação e boas práticas de risco.

### APETITE DE RISCO

- Posição sólida em termos de liquidez;
- Financiamento de ativos de médio e longo prazo com passivos estáveis;
- Resistir a stresses de liquidez por um período mínimo de 12 meses;
- Respeitar sempre os limites impostos pela legislação em vigor.

- Apetite de risco com critérios de originação estáveis.

- Monitorização da margem financeira, dos investimentos de mercado, bem como do risco de taxa de juro do balanço mediante regras predefinidas de apetite de risco.

### FOCO 2024

- Manutenção e evolução dos processos de monitorização e de gestão no controlo de risco, garantindo a deteção tempestiva de alteração do perfil de risco, e o alinhamento do Banco no cumprimento do apetite de risco definido;
- Desenvolvimento e manutenção de modelos internos e exercícios de stress testing (Stresstesting Framework) que permitam medir e controlar o risco de liquidez;
- Manter a contínua atualização face ao enquadramento interno e regulamentar.

- Contributo para o reforço da capacidade operacional do banco na gestão das exposições creditícias num contexto de manutenção de taxas de juro elevadas, inflação elevada, instabilidade nos mercados da energia e matérias-primas, assim como perturbações nas cadeias de distribuição. Com foco na identificação de sinais antecipados de deterioração financeira e na definição de estratégias de atuação atempada junto dos devedores viáveis que necessitem de medidas de apoio para que continuem a cumprir o seu serviço da dívida;
- Reforço dos modelos de serviço remotos, e a criação e desenvolvimento de competências de avaliação e decisão de crédito de forma automática;
- Reforço dos processos de monitorização continua dos vários portfólios de crédito e reforço do framework de EWS com inclusão de novos indicadores.

- Processos de monitorização constante dos riscos de mercado e IRRBB/CSRBB no âmbito do apetite de risco definido, de forma a aferir impacto de alterações de fatores de mercado, nomeadamente de volatilidade e níveis de taxa de juro;
- Desenvolvimento e manutenção de modelos internos e exercícios de stress testing (stresstesting framework) que permitam medir e controlar os riscos de mercado e IRRBB/CSRBB, bem como cálculo do capital económico no âmbito do exercício ICAAP, cálculo de impactos de choques de mercado no âmbito do exercício EBA Stresstesting e reporte de capital regulamentar (método alternative standardised approach), no âmbito do Fundamental Review do Trading Book (FRTB);
- Manter a contínua atualização face ao enquadramento regulamentar, em particular no que respeita às novas EBA guidelines de IRRBB/CSRBB.



## Não Financeiros

### GESTÃO

- Definição de Framework de Gestão e Controlo de Riscos Não Financeiros e de Políticas Específicas;
- Função de conformidade e Gabinete de Segurança de Informação com papel relevante na definição de outras Políticas de risco específicas.

### APETITE DE RISCO

- O apetite de risco que compreende as suas várias categorias e reflete a inexecutabilidade de o eliminar, numa perspetiva de custo-benefício;
- Apetite de risco alinhado com os elevados valores éticos e de conduta do Grupo novobanco, que implica tolerância nula para incumprimentos de natureza de conduta.

### FOCO 2024

- Reforço do cumprimento do apetite de risco definido transversalmente ao Grupo;
- Reforço da cultura de risco, em particular na primeira linha de defesa, para se garantir uma atuação e decisão alinhada com a estratégia e apetite de risco nos vários níveis da organização, promovendo um controlo mais robusto do risco;
- Continuar a robustecer o framework de Risco de Fraude face ao aumento da sofisticação das tipologias de fraude, em particular do risco cibernético e tecnológico, através do enriquecimento dos mecanismos de prevenção de eventos de fraude;
- Atualização de metodologias de identificação e avaliação de riscos não financeiros para incluir risco ESG;
- Manter a contínua atualização face ao enquadramento regulamentar.



## ESG

Resulta da abordagem de equipas especializadas no DRG e GESG, as quais definem as orientações a serem observadas na realização de novo negócio e acompanhamento das posições existentes, visando medir e mitigar a exposição do Grupo novobanco, em particular, aos riscos de transição e riscos físicos. Complementarmente, é suportado por metodologias de avaliação e acompanhamento dos seus fatores de risco que, consistentemente com a regulamentação aplicável, permitem acompanhar a evolução do perfil de risco das posições em balanço.

- Aplicação de políticas de exclusão e condicionalismos, designadamente para as atividades com maior risco ESG (nas dimensões ambiental, social e de governação);
- Definição de metas e orientações globais para orientar a nova produção de crédito de acordo com critérios de avaliação ESG;
- Implementação de metodologias de avaliação de risco global, ao nível da carteira de crédito, que permitam identificar e acompanhar a evolução dos principais riscos ESG em balanço;
- Criação de um dashboard de KRI's integrados no Apetite de Risco do Grupo novobanco.
- Aplicação dos critérios estabelecidos pela Taxonomia da UE Setores Relevantes da Política Climática (CPRS), e Setores emissores de gases com efeito estufa, permitindo a caracterização das carteiras do banco;
- Mapeamento do risco físico dos imóveis do novobanco ou que foram prestados como colateral ao abrigo de um financiamento;
- Reforço da integração entre as metodologias de risco ESG e o planeamento e realização de negócio, nomeadamente no que diz respeito à implementação de metodologias de classificação de risco (Scorings / Ratings & Taxonomia) e respetiva orientação em matéria de decisão e acompanhamento do risco de crédito;
- Manutenção e melhoramento de scorings e ratings ESG.

Mais informação disponível no Relatório de Sustentabilidade - Capítulo 3.2) Riscos ESG.

# 3 O NOSSO DESEMPENHO

## 3.1 Destaques da Atividade

### ESTRATÉGIA CONSISTENTE E SÓLIDA RENTABILIDADE

- **Resultado líquido de 743,1M€ (2022: 560,8M€)**, reflexo de um sólido modelo de negócio doméstico alinhado com as expectativas dos nossos clientes e das medidas de eficiência implementadas nos últimos anos.
- **A taxa da Margem Financeira foi de 2,75% (2022: 1,47%), acima do *guidance* (superior a 2,5%). A Margem Financeira ascendeu a 1 142,6M€ (2022: 625,5M€)**, em resultado, do ambiente favorável das taxas de juro, e da gestão criteriosa das taxas de juro dos ativos e do custo de financiamento.
- **As Comissões ascenderam a 296,1M€**, com aumento de 0,9% face a 2022 (2022: 293,3M€), com o impacto das alterações legislativas a condicionarem, em parte, a evolução positiva deste agregado.
- **Cost to Income Comercial de 33% (2022: 49%)**, superando o *guidance* de -35%. O rácio reflete o desempenho do Produto Bancário Comercial (+56,6%) versus os Custos Operativos (+6,9%), que foram influenciados pela inflação e pelo continuado investimento na simplificação da organização.
- **Custo do risco de 48pb (2022: 44pb)**, incluindo as imparidades para crédito e obrigações *corporate* (incluindo *management overlays*) consistente com o *guidance* de 2023 (-50 bps).

### FORTE GERAÇÃO DE CAPITAL

- **No período, o rácio CET 1 FL aumentou -500pb para 18,2%**, superando o *guidance* de geração de capital revisto em alta para >400pb. **O rácio de solvabilidade subiu -560pb para 21,0%** (+165pb vs set/23), sendo também influenciado pelo aumento líquido de 100M€ de instrumentos *Tier 2* após a emissão da nova obrigação Subordinada *Tier 2* de 500M€ com vencimento em 2033.
- **A forte geração de capital** refletiu-se no aumento do capital próprio tangível em 894M€, atingindo 4,126M€ (+27,7% YoY).

### MODELO DE NEGÓCIO RESILIENTE COM EVOLUÇÃO POSITIVA DA QUOTA DE MERCADO

- **Crédito a clientes bruto situou-se em 25,5mM€** (estável face a dez/22). **A originação no ano de 2023 foi de 3,5mM€**, suportada pela captação de clientes, tendo sido parcialmente mitigada pelo aumento das amortizações. Quota de mercado global de 9,8% (nov23; +0,2pp vs dez/22), espelhando o aumento da presença do banco no mercado português.
- **Os créditos não produtivos (NPL) reduziram 17,7% no ano**, para 1 133M€. **O rácio líquido NPL decresceu**

para 0,7% (dez/22: 1,3%) e o rácio de NPL em 4,4% (dez/22: 5,4%, em linha com o *guidance* <4.5%), com um nível de cobertura de 84,3% (dec/22: 77,5%).

- Os Recursos totais totalizaram 34,9mM€ (dez/22: 34,8mM€; +0,2%), com os depósitos a situarem-se em 28,1mM€. Este desempenho reflete-se no crescimento da quota de mercado dos depósitos para 9,7% em nov/23 (dez/22: 9,3%). O rácio de transformação é de 81,2% (dez/22: 83,3%). A 31 de dezembro de 2023, o novobanco tinha um financiamento líquido junto do BCE de -4,2mM€, mesmo após o reembolso de 5,4mM€ do TLTRO III, e o *buffer* de liquidez totalizou 13,6mM€ (-0,1mM€ face a dez/22). Rácio de cobertura de liquidez (LCR) em 163% (vs. 210% em 2022) e o rácio de financiamento estável líquido (NSFR) aumentou para 118% (vs. 113% em 2022).

pares; iv) melhoria significativa dos *buffers* de capital em 2023; e v) financiamento estável, juntamente com liquidez adequada.

Em novembro de 2023, pela terceira vez consecutiva, o novobanco obteve um *multi-notch rating upgrade* da Moodys, alcançando um notável incremento de 5 níveis de *rating*, num período de 7 meses, elevando a classificação da dívida sénior *unsecured* para Ba1 de B3, mantendo ao mesmo tempo um “Positive Outlook”.

## UM PROGRESSO NOTÁVEL, ATINGINDO A CLASSIFICAÇÃO DE INVESTMENT GRADE RATING

Em fevereiro de 2024, a Fitch atribuiu rating BBB- à dívida sénior preferencial de longo-prazo do novobanco. A classificação de *Investment Grade* reflete i) o atual modelo de negócios do banco; ii) uma melhoria significativa na qualidade dos ativos; iii) níveis de rentabilidade que se comparam favoravelmente com os

<b>Principais Indicadores</b>	<b>31-dez-23</b>	<b>31-dez-22</b>
<b>Atividade (Milhões de Euros)</b>		
Ativo	43 501	45 995
Crédito a Clientes (bruto)	25 489	25 617
Depósitos de Clientes	28 140	28 412
Capitais Próprios e Equiparados	4 422	3 512
<b>Solvabilidade (fully loaded)</b>		
Common Equity Tier I / Ativos de Risco	18,2% <sup>(4)</sup>	13,1%
Tier I / Ativos de Risco	18,2% <sup>(4)</sup>	13,1%
Fundos Próprios Totais / Ativos de Risco	21,0% <sup>(4)</sup>	15,4%
Rácio de alavancagem (Leverage Ratio)	7,9%	5,8%
<b>Liquidez (Milhões de Euros)</b>		
Financiamento líquido junto do BCE <sup>(3)</sup>	-4 246	385
Carteira de Ativos Elegível para BCE , líquida de haircut	14 217	16 917
(Crédito Total - Imparidade acumulada para Crédito) / Depósitos de Clientes <sup>(2)</sup>	81%	83%
Liquidity Coverage Ratio (LCR)	163% <sup>(4)</sup>	210%
Net Stable Funding Ratio (NSFR)	118% <sup>(4)</sup>	113%
<b>Qualidade dos Ativos</b>		
Crédito Vencido >90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	1,3%	1,2%
Non-Performing Loans (NPL) / Crédito a Clientes	4,4%	5,4%
Imparidade de Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	282,4%	336,0%
Imparidade de Crédito / Crédito a Clientes (bruto)	3,7%	4,2%
Custo do Risco (pontos base) <sup>(1)</sup>	48	44
<b>Rendibilidade</b>		
Resultado do exercício (milhões de euros)	743,1	560,8
Resultado antes de Impostos e Interesses que não controlam / Ativo Líquido médio <sup>(2)</sup>	1,7%	1,2%
Produto Bancário / Ativo Líquido médio <sup>(2)</sup>	3,3%	2,5%
Resultado antes de Impostos e de Interesses que não controlam / Capitais Próprios médios <sup>(2)</sup>	21,2%	17,8%
RoTE (Return on Tangible Equity)	20,4%	19,0%
<b>Eficiência</b>		
Custos Operativos / Produto Bancário <sup>(2)</sup>	33,2%	39,8%
Custos Operativos / Produto Bancário Comercial	33,3%	48,8%
Custos com Pessoal / Produto Bancário <sup>(2)</sup>	17,5%	20,7%
<b>Colaboradores (Nº)</b>	<b>4 209</b>	<b>4 090</b>
<b>Rede de Balcões (Nº)</b>	<b>290</b>	<b>292</b>

(1) Inclui as imparidades para crédito, títulos e justo valor inicial;

(2) De acordo com a Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal, na versão em vigor;

(3) Inclui financiamento e aplicações do/no SEBC; o valor positivo significa um recurso; o valor negativo significa uma aplicação;

(4) Preliminar.

## 3.2 Grupo novobanco (Consolidado)

### 3.2.1 Resultados

Em 2023 o Grupo novobanco apresenta um resultado de 743,1M€ (+182,2M€ vs 2022). Este desempenho decorre da melhoria do produto bancário (+315,9M€;

+28,0%) e dos custos operativos (+30,8M€; +6,9%; +6,2% excluindo os itens de natureza excepcional) e da normalização do nível de provisionamento.

Demonstração dos Resultados (milhões de euros)	até 31-dez-23	até 31-dez-22	Variação	
			absoluta	relativa
Margem Financeira	1 142,6	625,5	517,1	82,7%
+ Serviços a Clientes	296,1	293,3	2,8	0,9%
<b>= Produto Bancário Comercial</b>	<b>1 438,7</b>	<b>918,8</b>	<b>519,9</b>	<b>56,6%</b>
+ Resultados de Operações Financeiras	14,7	24,0	-9,2	-38,5%
+ Outros Resultados de Exploração	-11,2	183,6	-194,7	...
<b>= Produto Bancário</b>	<b>1 442,3</b>	<b>1 126,3</b>	<b>315,9</b>	<b>28,0%</b>
- Custos Operativos	479,2	448,4	30,8	6,9%
<b>= Resultado Operacional</b>	<b>963,1</b>	<b>678,0</b>	<b>285,1</b>	<b>42,1%</b>
- Imparidades e Provisões	173,8	111,2	62,6	56,3%
para Crédito	109,4	34,5	74,9	...
para Títulos	32,6	67,6	-35,1	-51,8%
para Outros Ativos e Contingências	31,9	9,0	22,8	...
<b>= Resultado antes de Impostos</b>	<b>789,3</b>	<b>566,8</b>	<b>222,5</b>	<b>39,3%</b>
- Impostos	5,8	-53,3	59,1	...
- Contribuição sobre o Setor Bancário	35,3	34,1	1,1	3,4%
<b>= Resultado após Impostos</b>	<b>748,2</b>	<b>585,9</b>	<b>162,3</b>	<b>27,7%</b>
- Interesses que não controlam	5,1	25,1	-20,0	-79,6%
<b>= Resultado do Exercício</b>	<b>743,1</b>	<b>560,8</b>	<b>182,2</b>	<b>32,5%</b>

## MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira totalizou 1 142,6M€ (+517,1M€ vs 2022) em resultado, por um lado, do ambiente favorável das taxas de juro e, por outro lado, da gestão criteriosa das taxas de juro dos ativos e do custo de financiamento.

A taxa dos ativos aumentou 237pb, de 1,79% em 2022 para 4,16%, sendo de destacar a taxa do crédito a clientes que subiu para 4,70% (+239pb face a 2022). O saldo médio dos ativos financeiros foi de 41,0mM€ (vs 41,9mM€ em dez/22).

O saldo médio dos depósitos de clientes aumentou para 29,0mM€, com uma taxa de remuneração de 0,82% (2022: 0,17%), e o saldo dos recursos monetários foi de 7,3mM€, com uma taxa de remuneração de 3,23% (2022: -0,09%).

A evolução favorável das taxas ativas (4,16%; 2022: 1,79%), mais que compensou o aumento das taxas passivas (1,40%; 2022: 0,31%), com a margem financeira global a aumentar para 2,75% no exercício face a 1,47% observado em 2022.

Margem Financeira (milhões de euros)	2023			2022		
	Capitais Médios	Taxa Média	Proveitos / Custos	Capitais Médios	Taxa Média	Proveitos / Custos
Ativos Financeiros	41 046	4,16%	1 731,8	41 914	1,79%	761,3
Crédito a Clientes	25 571	4,70%	1 219,8	25 424	2,31%	595,4
Crédito à Habitação	10 033	3,85%	391,2	9 836	1,36%	135,9
Outro Crédito a Particulares	1 486	7,00%	105,5	1 430	5,96%	86,4
Crédito a Empresas	14 052	5,08%	723,1	14 158	2,60%	373,2
Aplicações Monetárias	4 536	3,12%	143,3	6 308	0,20%	12,7
Títulos e Outras Aplicações	10 938	3,32%	368,7	10 181	1,48%	153,3
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>41 046</b>	<b>4,16%</b>	<b>1 731,8</b>	<b>41 914</b>	<b>1,79%</b>	<b>761,3</b>
Passivos Financeiros	37 649	1,53%	582,4	40 230	0,32%	131,2
Depósitos de Clientes	28 982	0,82%	242,0	28 322	0,17%	48,5
Recursos Monetários	7 265	3,23%	238,2	10 455	-0,09%	-10,0
Outros Recursos	1 402	7,19%	102,2	1 452	6,30%	92,7
Recursos Diferenciais	3 397	-	0,0	1 684	-	-
<b>Passivos Financeiros e Diferenciais</b>	<b>41 046</b>	<b>1,40%</b>	<b>582,4</b>	<b>41 914</b>	<b>0,31%</b>	<b>131,2</b>
<b>Margem Financeira</b> (sem ajustamento Imparidade stage 3)		<b>2,76%</b>	<b>1 149,4</b>		<b>1,48%</b>	<b>630,1</b>
Imparidade stage 3			-6,8			-4,7
<b>Margem Financeira</b>		<b>2,75%</b>	<b>1 142,6</b>		<b>1,47%</b>	<b>625,5</b>

## SERVIÇOS A CLIENTES

O resultado dos serviços a clientes ascendeu a 296,1M€, em linha com o período homólogo. Apesar da tendência de crescimento das comissões, as mesmas foram parcialmente impactadas pelas alterações legislativas

nas comissões sobre empréstimos. As comissões de Gestão de Meios de Pagamento aumentaram em +9,6% (+12,2M€ vs 2022) com o aumento do volume de transações, aumento da base de clientes e da implementação de novos preços para contas de clientes e TPAs.



Serviços a Clientes (milhões de euros)	até 31-dez-23	até 31-dez-22	Variação	
			absoluta	relativa
Gestão de Meios de Pagamento	139,4	127,2	12,2	9,6%
Comissões sobre Empréstimos, Garantias e Similares	77,8	86,6	-8,8	-10,2%
Gestão de Ativos e Bancasseguros	62,4	66,1	-3,7	-5,6%
Assessoria, Servicing e Diversos	16,6	13,5	3,1	22,8%
<b>Total Serviços a Clientes</b>	<b>296,1</b>	<b>293,3</b>	<b>2,8</b>	<b>0,9%</b>

## RESULTADOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Os resultados de operações financeiras foram positivos em 14,7M€, incluindo uma perda líquida de 12M€ com a alienação de títulos parcialmente compensada por ganhos excepcionais com cambiais e coberturas. As reservas de justo valor da carteira de títulos registaram um aumento de 37,9M€ durante o ano de 2023.

Os outros resultados de exploração totalizaram -11,2M€, -194,7M€ em comparação com o período homólogo, o qual incluía um ganho de 148,6M€ com a venda de ativos imobiliários (edifício da sede e portfolio de imóveis de logística). Os outros resultados de exploração em 2023 incluem o custo com o pagamento do compromisso irrevogável do Fundo Garantia de Depósitos (56,1M€), a contribuição anual para o Fundo Único de Resolução (15,0M€) e para o Fundo de Resolução Nacional (7,1M€), ganhos com a recuperação de crédito (30,3M€) e alienação de imóveis (35,6M€).

## CUSTOS OPERATIVOS

Os custos operativos apresentaram um aumento de 6,9% face ao período homólogo (+30,8M€), refletindo o contínuo investimento estratégico na transformação digital, otimização e simplificação da organização, e, por outro lado, os efeitos da inflação. Os custos com pessoal foram de 252,7M€ (+19,0M€; +8,1%), os gastos gerais administrativos totalizaram 182,9M€ (+20,7M€; +12,8%) e as amortizações ascenderam a 43,6M€ (-8,9M€; -17,0%).

Excluindo os itens de natureza excepcional, os custos totalizaram 430,8M€, representativos de um aumento de 6,2% face ao período homólogo.

O Cost to Income Comercial situou-se em 33,3% (2022: 48,8%), equivalente a 29,9% excluindo os itens de natureza excepcional (2022: 44,1%).

Custos Operativos (milhões de euros)	até 31-dez-23	até 31-dez-22	Variação	
			absoluta	relativa
Custos com Pessoal	252,7	233,7	19,0	8,1%
Gastos Gerais Administrativos	182,9	162,2	20,7	12,8%
Amortizações	43,6	52,5	- 8,9	-17,0%
<b>Total Custos Operativos</b>	<b>479,2</b>	<b>448,4</b>	<b>30,8</b>	<b>6,9%</b>

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo novobanco tinha 4 209 colaboradores (dez/22: 4 090; +119 colaboradores), e 290 balcões (dez/22: 292 balcões) dos quais mais de

265 a operar com o novo modelo de distribuição e mais de 236 equipados com VTM (*Virtual Teller Machine*).

## IMPARIDADES E PROVISÕES

O Grupo novobanco registou até 31 de dezembro de 2023 um reforço de imparidades e provisões no montante de 173,8M€, apresentando um aumento face aos valores registados no período homólogo (+62,6M€; +56,3%).

O custo do risco foi de 48pb (2022: 44pb) incluindo as imparidades para crédito e de obrigações corporate, consistente com o *guidance* de 2023, apesar da constituição de *management overlays*.

Imparidades e Provisões (milhões de euros)	até 31-dez-23	até 31-dez-22	Variação	
			absoluta	relativa
Crédito a Clientes	109,4	34,5	74,9	...
Títulos	32,6	67,6	-35,1	-51,8%
Outros Ativos e Contingências	31,9	9,0	22,8	...
<b>Total Imparidades e Provisões</b>	<b>173,8</b>	<b>111,2</b>	<b>62,6</b>	<b>56,3%</b>

## 3.2.2 Balanço e Atividade

### CRÉDITO A CLIENTES

Enquanto banco universal português, a missão do novobanco consiste em ser o banco de confiança, que apoia as famílias e empresas ao longo da sua vida, através de uma política de concessão de crédito

robusta e disciplinada. Este apoio tem sido transversal a todos os setores e a todas as empresas, com um foco especial nas PME exportadoras e nas empresas que incorporam inovação nos seus produtos, serviços ou sistemas produtivos, seguindo cada vez mais uma linha orientadora de sustentabilidade (ESG).

Crédito a Clientes (milhões de euros)	31-dez-23	31-dez-22	Variação	
			absoluta	relativa
Crédito a Empresas	13 819	14 244	- 425	-3,0%
Crédito a Particulares	11 669	11 373	296	2,6%
Habitação	10 058	9 978	80	0,8%
Outro Crédito	1 611	1 395	216	15,5%
<b>Crédito a Clientes (bruto)</b>	<b>25 489</b>	<b>25 617</b>	<b>- 129</b>	<b>-0,5%</b>
Imparidade para crédito	955	1 066	- 112	-10,5%
<b>Crédito a Clientes (líquido)</b>	<b>24 534</b>	<b>24 551</b>	<b>- 17</b>	<b>-0,1%</b>

O crédito a clientes (bruto) totalizou 25,5mM€ (-0,5%), dos quais 54% concedido a empresas (56% em dez/22), 40% de crédito habitação (39% em dez/22) e 6% de crédito ao consumo e outros. No exercício de 2023,

a originação de crédito a ascendeu a 3,5mM€ (2022: 3,9mM€), dos quais 48% a empresas, 40% de crédito habitação e 12% de crédito ao consumo e outros.

Os agregados representativos do risco de crédito apresentaram as seguintes evoluções face a dezembro de 2022:

<b>Rácios de Sinistralidade e Cobertura</b> (milhões de euros)	31-dez-23	31-dez-22	Variação	
			absoluta	relativa
Crédito Vencido > 90 dias (milhões de euros)	338	317	21	6,5%
Non-Performing Loans (NPL) (milhões de euros)	1 133	1 376	- 244	-17,7%
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	1,3%	1,2%	0,1 p.p.	
<b>Rácio NPL<sup>1</sup></b>	<b>4,4%</b>	<b>5,4%</b>	<b>-0,9 p.p.</b>	
Imparidade de Crédito / Crédito a Clientes	3,7%	4,2%	-0,4 p.p.	
Imparidade de Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	282,4%	336,0%	-53,6 p.p.	
<b>Cobertura NPL<sup>1</sup></b>	<b>84,3%</b>	<b>77,5%</b>	<b>6,8 p.p.</b>	
<b>Líquido NPL<sup>1</sup></b>	<b>0,7%</b>	<b>1,3%</b>	<b>-0,5 p.p.</b>	

(1) Exclui disponibilidades e aplicações em Instituições de Crédito.

Os créditos não produtivos (NPL) apresentam uma redução de 17,7% face a dez/22 situando-se em 1 133M€. Excluindo as disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, o rácio líquido NPL situou-se em 0,7% (dez/22: 1,3%) e o rácio de NPL em 4,4% (dez/22: 5,4%), com um nível de cobertura de 84,3%.

Em dezembro de 2023, a exposição do novobanco a ativos imobiliários decresceu 15% face ao período homólogo, para 460,1M€, representando 1,1% do total dos ativos do novobanco. A redução anual reflete as alienações efetuadas ao longo do ano, com as mais valias (35,6M€) registadas em Outros Resultados de Exploração.

## CARTEIRA DE TÍTULOS

A carteira de títulos, que constitui a principal fonte de ativos elegíveis para operações de financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE), ascendia a cerca de 9,3mM€ a 31 de dezembro de 2023, representando 21,4% do ativo, e da qual 85% encontra-se registada ao custo amortizado, com perdas não realizadas face ao respetivo valor de mercado no valor de 105M€ (líquido de coberturas e impostos).

<b>Carteira de títulos</b> (milhões de euros)	31-dez-23	31-dez-22	Variação	
			absoluta	relativa
Dívida Pública Portuguesa	851	981	- 130	-13,3%
Outra Dívida Pública	4 260	5 151	- 891	-17,3%
Obrigações	3 850	4 126	- 276	-6,7%
Outros	331	387	- 56	-14,5%
<b>Total Carteira de títulos líquida de imparidade</b>	<b>9 292</b>	<b>10 646</b>	<b>-1 353</b>	<b>-12,7%</b>

## CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos totais totalizaram 34,9mM€ (dez/22: 34,8mM€), com a representatividade dos depósitos a atingir 80,7%. A 31 de dezembro de 2023 os depósitos

ascendiam a 28,1mM€ (dez/22: 28,4M€), tendo a quota de mercado dos depósitos evoluído para 9,7% em nov/23 (dez/22: 9,3%).

Recursos Totais (milhões de euros)	31-dez-23	31-dez-22	Variação	
			absoluta	relativa
Depósitos	28 140	28 412	- 272	-1,0%
Outros Recursos de Clientes <sup>(1)</sup>	1 844	866	978	...
Obrigações	606	1 169	- 563	-48,1%
Passivos subordinados	502	416	86	20,7%
<b>Sub -Total</b>	<b>31 092</b>	<b>30 862</b>	<b>230</b>	<b>0,7%</b>
Recursos de Desintermediação	3 770	3 933	- 162	-4,1%
<b>Recursos Totais</b>	<b>34 862</b>	<b>34 795</b>	<b>67</b>	<b>0,2%</b>

(1) Inclui cheques e ordens a pagar, operações de venda com acordo de recompra e outros recursos.

## 3.3 Segmentos de Negócio

O Grupo desenvolve atividade no setor bancário português, tanto no segmento empresarial, como de retalho. Tem o seu centro de decisão em Portugal, o que confere ao território nacional o seu mercado natural de atuação. Os produtos e serviços prestados incluem a captação de depósitos, a concessão de crédito, a gestão de fundos de investimento, serviços de pagamento, corretagem e custódia e ainda a comercialização de seguros de vida e não vida, entre outros.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Grupo considera os seguintes Segmentos Operacionais: (1) Retalho, que engloba essencialmente a atividade dos clientes particulares e de pequenos negócios; (2) Corporate, que engloba a atividade das restantes empresas e institucionais; e (3) Funções de Suporte que inclui a Estrutura Corporativa e Unidades de Suporte, incluindo a Tesouraria. Cada segmento engloba as estruturas diretamente dedicadas do novobanco, bem como as unidades do Grupo com a qual a atividade mais se identifica. A monitorização individual e isolada de

cada unidade operacional é complementada, a nível do Conselho de Administração Executivo do novobanco, pela definição de estratégias e planos comerciais próprios a cada unidade.

### RETALHO

Inclui toda a atividade desenvolvida com clientes particulares e pequenos negócios, bem como a atividade das subsidiárias consolidadas integralmente novobanco dos Açores, BEST e GNB GA. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito ao consumo, o financiamento dos pequenos negócios, os depósitos, os produtos de seguros para particulares e empresas, a gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento, PPR e outros produtos e serviços de poupança, incluindo a compra e venda de títulos e sua custódia.

## CORPORATE

Agrega a atividade com as empresas de média e grande dimensão, através de estrutura comercial dedicada a este segmento constituída por 20 Centros de Empresas. Inclui também o negócio com os clientes institucionais, nacionais e estrangeiros. O Grupo detém uma importante presença neste segmento, fruto do seu *know-how* no apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional, focalizado nas empresas de bom risco, com cariz inovador e vocação exportadora.

## FUNÇÕES DE SUPORTE (ESTRUTURA CORPORATIVA E UNIDADES DE SUPORTE)

Esta área não corresponde a um segmento operacional na verdadeira aceção do conceito, tratando-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais, que asseguram as funções básicas de gestão global do grupo, incluindo tesouraria e ativos imobiliários.

	2023								2022			
	Retailo	▲ M€	Corporate	▲ M€	Funções Suporte	▲ M€	Total	▲ M€	Retailo	Corporate	Funções Suporte	Total
(milhões de euros)												
Produto Bancário Comercial	845	395	643	213	-49	-88	1 439	520	450	430	39	919
Produto Bancário	847	379	681	232	-86	-295	1 442	315	468	449	209	1126
Custos Operativos	318	32	99	8	62	-9	479	31	286	91	71	448
Resultado Operacional	528	347	582	223	-148	-286	963	285	181	358	138	678
Imparidades e Provisões	54	44	90	3	30	16	174	63	10	87	14	111
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>474</b>	<b>303</b>	<b>492</b>	<b>220</b>	<b>-177</b>	<b>-301</b>	<b>789</b>	<b>222</b>	<b>171</b>	<b>272</b>	<b>124</b>	<b>567</b>
Total de Ativos	14 614	302	13 942	578	14 945	-3 375	43 500	(2 495)	14 312	13 364	18 319	45 995
Crédito a Clientes (líquido)	13 425	260	11 092	(293)	17	16	24 534	(17)	13 164	11 385	1	24 551
Margem Financeira	3,02%	1,82 p.p	3,89%	1,36 p.p	-0,40%	-0,67 p.p	2,75%	1,28 p.p	1,20%	2,53%	0,27%	1,47%
Cost to Income Comercial	37,7%	-25,9 p.p	15,4%	-5,7 p.p	-	-	33,3%	-15,5 p.p	63,6%	21,1%	-	48,8%

Em 2022, os resultados das Unidades de Suporte incluem 148,6M€ de ganhos com a venda de ativos imobiliários (logística) e com a venda do edifício da Sede, registados em Outros Resultados de Exploração.

Em 2023, as Unidades de Suporte incluem o custo com o pagamento do compromisso irrevogável do Fundo de Garantia de Depósitos (56,1M€).

## RETAILHO

Desde 2021, o segmento de Retailho do novobanco passou por um período de forte ajustamento do seu modelo de serviço, redefinindo a sua presença geográfica, e alterando a forma de prestação de serviços, com o objetivo de fortalecer e consolidar as relações de longo prazo com os seus clientes. Atualmente, mais de 265 balcões operam com o novo modelo de distribuição, dos quais 236 com VTM (*Virtual Teller Machine*; +46 vs dez/22) que disponibilizam soluções avançadas de gestão da transacionalidade, constituindo uma base essencial para a eficiência dos balcões e satisfação dos clientes.

A captação de clientes tem vindo a evoluir positivamente (+45% média mensal vs 2022), suportado por iniciativas como (i) domiciliações de ordenado, (ii) programa de fidelização de clientes com objetivo de reforçar e aprofundar a relação comercial, e (iii) pelo programa *Cross Segment*, através do qual os colaboradores de empresas com protocolo com o novobanco têm acesso a condições preferenciais em diversos produtos e serviços do banco, abrangendo cerca de 300 000 colaboradores de mais de 25 000 empresas clientes.

Como parte da transformação digital, foi implementado um *Contact Hub* que recorre a assistentes virtuais e Inteligência Artificial para gerir eficientemente os contactos remotos, melhorando a experiência do cliente ao responder prontamente e encaminhá-los para os canais apropriados. A abordagem centrada no cliente também inclui a experiência com os cartões de débito e crédito, com funcionalidades como a tokenização de cartões e a introdução das carteiras digitais *Google Pay* e *Apple Pay*, tornando os pagamentos globais convenientes, e a implementação de novas funcionalidades da *app*. Além disso, no âmbito da sustentabilidade, as iniciativas comerciais incluíram a utilização de cartões em PVC 100% reciclado e biodegradável, bem como a reciclagem de cartões expirados para criação de mobiliário urbano, reduzindo o impacto ambiental, e a oferta de portefólio mais amplo de produtos financeiros, como a conta 18.25, que garante zero emissões de CO<sub>2</sub>.

Em dezembro, o Crédito a Clientes (líquido) situava-se nos 13,4mM€ (+2% vs dez/22; incluindo pequenos negócios) principalmente devido a uma consistente produção de crédito habitação (1,4mM€ desde dez/22; +14%) resultante da criação de condições de oferta que visam a melhoria de competitividade e da persecução da

estratégia de parcerias com Intermediários de Crédito, que representam o maior canal de captação do banco neste produto. Em novembro, a quota de mercado do novobanco no crédito à habitação era de 9,1% (estável vs dez/22). No período em análise, a base de clientes dos pequenos negócios aumentou 13%, tendo os produtos de seguros de acidentes de trabalho, seguros multi-riscos e contas serviço aumentado 28%, 28% e 14%, respetivamente.

A Margem Financeira cresceu para 3,02% (+182 pb vs 2022), o que, em conjunto com o aumento dos volumes e da atividade comercial, resultou num Produto Bancário Comercial de 845M€ (+88% vs 2022). Os custos operativos aumentaram 11% vs 2022, para 318M€, conduzindo a um rácio de *Cost to Income* Comercial de 37,7% no período.

Concluindo, o segmento de Retailho obteve um Resultado Antes de Impostos de 474M€ (2022: 171M€) no seguimento do desempenho comercial e do ambiente de taxas de juro favorável.

## CORPORATE

Posicionando-se como um banco centrado no cliente que oferece uma experiência distinta, o novobanco conta com dois polos que asseguram a proximidade aos Clientes Grandes Empresas (Porto e Lisboa) e 20 Centros Empresa distribuídos pelo país, com equipas especializadas e dedicadas ao segmento de Médias Empresas. Para além dos centros físicos, existe o novobanco online empresas que visa simplificar o dia a dia dos clientes empresariais com funcionalidades reforçadas, como os empréstimos de curto-prazo e a gestão de tesouraria. Esta área apresenta uma elevada taxa de penetração na digitalização dos clientes situando-se atualmente em cerca de 80%, com um acréscimo de 0,8 p.p. no índice de satisfação da experiência do utilizador no website.

O novobanco continua a reforçar o seu compromisso com as empresas portuguesas, disponibilizando um conjunto de soluções de apoio ao investimento e ao fundo de maneio, com um crescimento significativo no crédito de curto-prazo (*Factoring* e *Confirming*), tendo como resultado um crescimento semestral homólogo de 8% na faturação tomada acumulada, atingindo uma quota de mercado de 11% no *Factoring*. Consequentemente, assistiu-se ao crescimento da base de clientes empresa, com elevados níveis de penetração nas PME e nas Grandes Empresas, com mais de 55%

e mais de 70%, respetivamente, a serem clientes do novobanco. O banco ocupa assim uma posição de destaque no apoio ao tecido empresarial português, com uma quota de mercado de 14,3% no crédito (dez/22: 14,5%) e de 13,9% nos depósitos às Sociedades não Financeiras (+1,7pp vs dez/22), traduzindo a confiança das empresas no novobanco.

O novobanco mantém uma forte presença no setor exportador, com uma vasta oferta de produtos e aconselhamento especializado no apoio ao comércio internacional, sendo cerca de 60% das exportações nacionais são provenientes de clientes do novobanco. O *know-how* neste segmento é valorizado e reconhecido, resultando numa quota de mercado de 20,1% (+1,5pp vs dez/22) e com o novobanco a ser eleito, pelo 6º ano consecutivo, o melhor Banco de *Trade Finance* em Portugal pela *Global Finance*.

Relativamente aos meios de pagamento, a aposta na simplificação e na inovação refletiu-se numa quota de mercado nos TPAs (terminais de pagamento automático), de 15,9%.

Como resultado desta estratégia comercial, em dezembro de 2023, o Crédito a Clientes (líquido) totalizou 11,1mM€ (-2,6% vs dez/22). Reflexo do ambiente de taxas de juro no período, a Margem Financeira aumentou para 3,89% (+136pb vs 2022), resultando num Produto Bancário Comercial de 643M€ (+50% vs 2022). Os custos operativos aumentaram 9% para 99M€. Em suma, o Resultado Antes de Impostos foi de 492M€ (+81% vs 2022; +220M€).

## TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Afirmando-se como um banco centrado no cliente, o propósito da transformação digital do novobanco, tanto ao nível do segmento de empresas como de retalho, compreende:

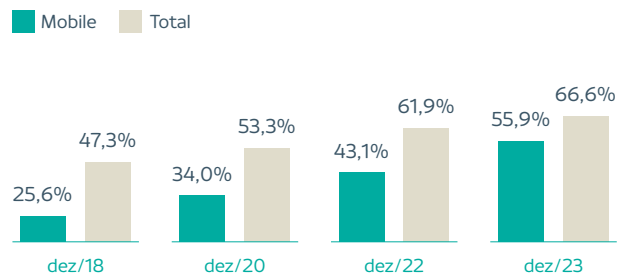
- acelerar a digitalização *front-to-back*, melhorando a experiência e a eficiência, com a abordagem das jornadas do cliente e a transformação do modelo operacional; e
- transformar os canais digitais, assegurando uma experiência totalmente omnicanal e um maior nível de personalização, alavancando a ciência de dados *best-in-class*.

A persecução desta estratégia levou ao aumento de clientes digitais ativos, para 66,6% em dezembro

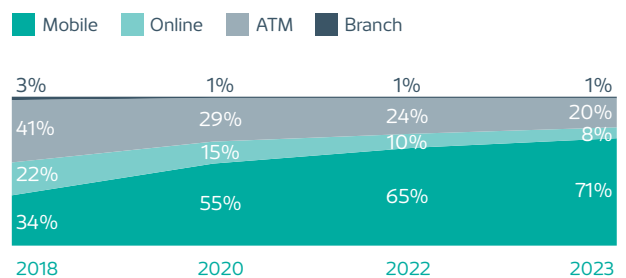
de 2023 (+5pp vs dez/22; número de clientes digitais aumentou 15% vs dez/22) e a um crescimento anual de 25% do número de clientes ativos *mobile* (56% dos clientes são *mobile* vs 48% em dez/22).

Em 2023, mais de 70% das operações realizadas no segmento particulares foram efetuadas em *self-service*, valor que ascende a 84% e 94% nos segmentos de negócios e médias-grandes empresas, respetivamente. Consequentemente, assistiu-se a um incremento da relevância das vendas digitais nos segmentos de Seguros (+107% vs dez/22; 8% das vendas do segmento; +3pp vs 2022), Cartões de Crédito (+122%; 5% das vendas do segmento; +1pp vs 2022) e Crédito Individual (+27% vs dez/22; 8% das vendas do segmento; +3pp vs 2022).

### Taxa de penetração de clientes digitais ativos



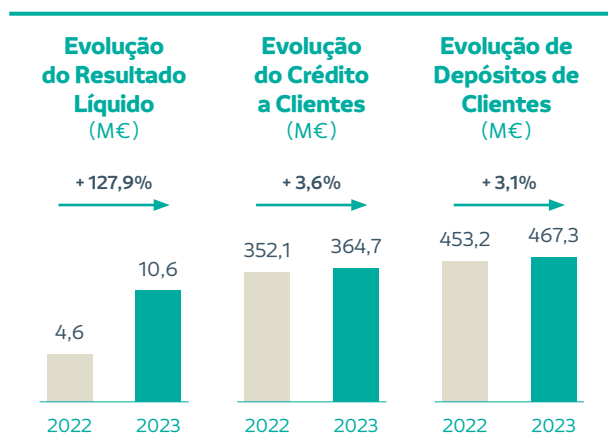
### Customer Touchpoints (Clientes Particulares)



No período, 79% dos contactos dos clientes particulares com o novobanco foram realizados através dos canais digitais (+4pp vs 2022). Reforçando a adoção de uma estratégia “*mobile digital first*”, o *mobile* continua a ser o principal meio de contacto dos clientes particulares, com as interações anuais a crescerem 30%, medido em número de *logins*.

## NOVOBANCO DOS AÇORES

Em 2023, o novobanco dos Açores prosseguiu com a sua atividade, dando especial atenção às relações de proximidade com os seus clientes, procurando apoiar as necessidades, dos variados quadrantes, da sociedade açoriana, de forma a contribuir para a sua prosperidade. Fruto da atividade desenvolvida e da proximidade mantida com o mercado, o novobanco dos Açores angariou, no ano de 2023, mais 1 505 novos clientes.



O resultado líquido do novobanco dos Açores, em 2023, registou um valor positivo de 10,6M€, que face ao valor verificado no ano de 2022, representa um acréscimo de 127,9%. Os resultados da atividade do novobanco dos Açores apresentam um aumento substancial quando comparados com o ano de 2022, explicado, na sua grande maioria, pelo forte crescimento da margem financeira, que atingiu os 2,9% em dezembro de 2023 e contribuiu para um aumento de 132,0% do resultado financeiro do banco.

No ano de 2023, o ativo do novobanco dos Açores aumentou em 28,8M€ (+4,5%), para 663M€, assim como o crédito a clientes (líquido) que aumentou 12,6M€ (+3,6%), para 364,7M€. Em dezembro de 2023, o crédito vencido totalizava 4,7M€, o que se traduz num rácio de crédito vencido de apenas 1,2%.

Relativamente aos recursos, em dezembro de 2023, o montante global dos depósitos de clientes ascendia a 467,3M€, um aumento de 3,1%, face ao valor verificado no período homólogo.

## BANCO BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, S.A.

Em 2023 o aumento do nível geral das taxas de juro do mercado permitiu uma gestão mais rentável da liquidez disponível do Best, resultando num aumento da margem financeira de +217% face ao ano anterior. Este forte aumento refletiu-se num aumento do produto bancário de + 67%, o que conjugado com a redução dos custos operacionais por uma política ativa de controlo de custos operacionais (-3% face ao ano anterior), permitiu o forte aumento do resultado antes de impostos para 10,4M€.

O rácio de crédito vencido / crédito concedido apresenta um valor muito favorável de 0,3% justificado por uma política de risco prudente e alicerçada na concessão de crédito colateralizado por ativos financeiros.

O Banco Best fechou 2023 com um resultado líquido positivo de 7,6M€ (+5,9M€ vs 2022).

A estratégia de marketing digital para captação de clientes nos diferentes canais, resultou na captação de mais de 5 600 clientes, um crescimento 16% superior ao verificado em 2022 e com 41% das contas a ser aberta por videoconferência ou Chave Móvel Digital.

O inquérito interno realizado à satisfação de clientes em 2023 revelou que 90% dos inquiridos estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o Best e uma associação de consumidores elegeram, pelo segundo ano consecutivo, o Banco Best como o melhor banco para Investir.

### CANAIS DIGITAIS (APP E WEBSITE)

**App – versão em inglês:** melhoria importante na experiência dos clientes estrangeiros.

**App – área do viajante:** onde os clientes encontram uma série de funcionalidades para os ajudar a planear e gerir as suas viagens.

**App – carrinho de compras:** através do qual os clientes usufruem de uma experiência de compra semelhante a uma loja online. Esta funcionalidade, a par com a integração de QR Codes no website para comprar na app, constituem uma oferta inédita de e-Commerce no mercado português.

**App – nova homepage:** com destaque para as ferramentas chave da plataforma, oferecendo maior visibilidade, facilitando o acesso, mantendo



a personalização e permitindo que cada utilizador ajuste a entrada de acordo com suas preferências individuais.

**Website – terapia financeira:** uma nova abordagem à literacia financeira através de um explicador de conceitos, com o objetivo de fomentar e dinamizar o conhecimento sobre temas e instrumentos de investimento.

## OFERTA

Lançamento de uma oferta global de **novos depósitos a prazo**, bem como do reforço da oferta existente, e um **novo PPR com a Gamalife**, uma solução com capital e remuneração garantida.

Reforço da oferta de **seguros de proteção** com a inclusão da **Liberty Seguros** - Lar, Auto e Acidentes Pessoais, nas alternativas disponíveis para otimizar a carteira de seguros e com o novo **Seguro de Saúde Extra da Victoria Seguros**, que permite complementar o montante de coberturas de qualquer seguro de saúde. A parceria do Best com o maior broker de seguros nacional – MDS – conta assim com mais de 14 seguradoras na oferta de seguros aos seus Clientes.

Redesenho do serviço de **consultoria para investimento**, de forma a torná-lo mais focado nos Clientes de elevado valor, proporcionando-lhes soluções de investimento verdadeiramente personalizadas, enquanto se garante uma melhoria da eficiência e eficácia do serviço.

Novos **temas de investimento e estratégias** para diversificação da carteira: matérias-primas, alimentação & agricultura e metais preciosos.

## SUSTENTABILIDADE

Em novembro de 2023, os canais digitais asseguraram 99,2% das operações do banco (nov 23), mantendo o foco na articulação de contacto pessoal e execução digital.

Reforço da Conta Margem Plus com oferta de fundos que seguem critérios de investimento baseados em objetivos de sustentabilidade.

Promoção de hábitos de poupança através dos objetivos, pelos quais é possível definir algo que se pretende atingir e começar a poupar pequenos valores mensalmente.

Promoção da literacia financeira através do projeto Terapia Financeira, que disponibiliza em desktop e mobile um explicador de conceitos sobre instrumentos de investimento.

Divulgação nas redes sociais as suas atividades de produtos e serviços, assim como promoção dos princípios ESG.

## GNB GESTÃO DE ATIVOS

A Sociedade Gestora concluiu o processo de reestruturação das suas sociedades tendo a GNB Fundos Mobiliários incorporado a GNB Gestão de Ativos SGPS, GNB Gestão de Patrimónios e a GNB Real Estate, visando a simplificação dos processos de tomada de decisão, a otimização do planeamento estratégico e da abordagem aos diferentes segmentos de mercado. A sociedade incorporante passou a designar-se: GNB – Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., tendo mantido a participação na sociedade gestora de fundos de pensões e alargado o âmbito das atividades desenvolvidas.

Adicionalmente, foi concluído um projeto cujo propósito é desenvolver um processo de investimento de excelência relativamente à inclusão de fatores de sustentabilidade e que terá como consequência o alargamento da oferta de produtos ESG.

Ao nível da atividade, o retorno a um ambiente de taxas de juro elevadas condicionou fortemente a evolução do segmento de gestão de ativos. Neste contexto, os instrumentos de dívida do Estado, caso dos certificados de aforro e os depósitos oferecidos pelas instituições financeiras acabaram por ter a preferência dos investidores. A GNB Gestão de Ativos aproveitou este contexto para lançar dois fundos, em março e em junho, de maturidade de cerca de 3 anos, com distribuição anual e que foram bem recebidos pelos investidores.

Em 2023, foi novamente reconhecida a GNB Gestão de Ativos através de diversos prémios e distinções:

- Refinitiv Lipper Fund Awards 2023 distinguiu o NB Euro Bond, pelo 12º ano consecutivo, com o prémio de

Melhor Fundo de Obrigações Euro comercializado na Europa a 3, 5 e 10 anos;

- NB Euro Bond e o Fundo de Pensões Multireforma Capital Garantido foram distinguidos pelos Prémios Melhores Fundos do Jornal de Negócios/APFIPP nas categorias de Melhor Outros Fundos de Obrigações e Melhor Fundo de Pensões com Risco 3;
- GNB Momentum Sustentável recebeu o prémio de Best Investment Fund Portugal atribuído pela Euronext Lisbon.

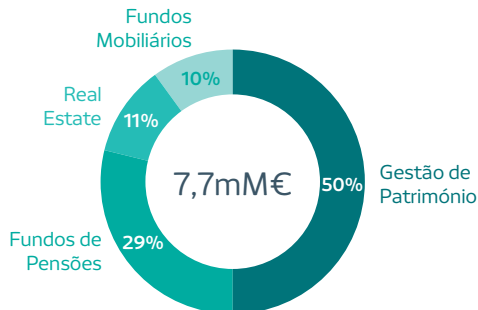
Ao nível da atividade, a GNB Gestão de Ativos continua a disponibilizar uma oferta diversificada de produtos e serviços de valor acrescentado orientada à completa satisfação das diferentes necessidades financeiras dos seus clientes. No segmento de fundos mobiliários, a Sociedade Gestora oferece fundos de obrigações, onde se destaca o fundo amplamente premiado NB Obrigações Europa (99M€ de ativos sob gestão) e o NB Eurobond (150M€ de ativos sob gestão), fundos de

ações, como o NB Momentum Sustentável (160M€ de ativos sob gestão) e fundos mistos, onde se incluem os fundos de perfil NB Conservador, NB Equilibrado e NB Dinâmico (69M€ de ativos sob gestão). Ao nível da oferta de soluções de reforma, destaca-se a família de fundos de pensões abertos Multireforma (4 fundos que totalizam 328M€), 14 fundos de pensões fechados associados a planos de empresas e 2 produtos de poupança reforma. A Sociedade gestora oferece, ainda, o serviço de gestão de carteiras que inclui gestão discricionária a mais de 800 clientes. No segmento de Real Estate, a sociedade mantém a gestão de fundos imobiliários abertos, fundos imobiliários fechados e carteiras de imóveis.

O total de ativos sob gestão no final de 2023 era de 7,7Mm€, o que corresponde a um crescimento de 3,5% no ano (ajustado pela desconsolidação dos fundos do Luxemburgo).

## Ativos sob gestão

(dezembro de 2023)



## 3.4 novobanco Individual

### 3.4.1 Resultados

No exercício de 2023, o novobanco apresentou um resultado positivo de 800,7M€, que compara com o resultado de 2022 de 453,8M€.

O produto bancário comercial ascendeu a 1 382,6M€ (+54,5% face a dez/22), sustentado essencialmente pelo aumento da margem financeira (+77,1%).

Os resultados de operações financeiras foram positivos em 87,8M€, que comparam com um resultado negativo de 20,2M€ do período homólogo.

Os custos operativos totalizaram 453,8M€, apresentando um aumento face ao ano anterior (+7,1%), tendo sido influenciados pela inflação e pelo continuado investimento na simplificação da organização.

O resultado operacional foi positivo em 977,3M€, e as imparidades e provisões totalizaram 146,8M€.

Demonstração dos Resultados (milhões de euros)	31.12.2023	31.12.2022	Variação	
			absoluta	relativa
Margem Financeira	1 107,1	625,0	482,1	77,1%
+ Serviços a Clientes	275,5	270,0	5,5	2,0%
<b>= Produto Bancário Comercial</b>	<b>1 382,6</b>	<b>895,0</b>	<b>487,6</b>	<b>54,5%</b>
+ Resultados de Operações Financeiras	87,8	-20,2	108,0	...
+ Outros Resultados de Exploração	-39,4	61,7	-101,0	...
<b>= Produto Bancário</b>	<b>1 431,1</b>	<b>936,5</b>	<b>494,6</b>	<b>52,8%</b>
- Custos Operativos	453,8	423,7	30,1	7,1%
<b>= Resultado Operacional</b>	<b>977,3</b>	<b>512,8</b>	<b>464,5</b>	<b>90,6%</b>
- Imparidades e Provisões	<b>146,8</b>	<b>83,9</b>	<b>62,8</b>	<b>74,9%</b>
para Crédito	109,4	36,9	72,6	...
para Títulos	32,6	66,9	-34,3	-51,2%
para Outros Ativos e Contingências	4,7	-19,8	24,6	...
<b>= Resultado antes de Impostos</b>	<b>830,5</b>	<b>428,9</b>	<b>401,6</b>	<b>93,6%</b>
- Impostos	-4,7	-58,3	53,7	92,0%
- Contribuição sobre o Setor Bancário	34,5	33,4	1,1	3,3%
<b>= Resultado após Impostos</b>	<b>800,7</b>	<b>453,8</b>	<b>346,8</b>	<b>76,4%</b>
<b>= Resultado do Período</b>	<b>800,7</b>	<b>453,8</b>	<b>346,8</b>	<b>76,4%</b>

## 3.4.2 Atividade

A atividade do novobanco no exercício de 2023 desenvolveu-se em torno das linhas de orientação já referidas para o Grupo novobanco.

Evolução da Atividade (milhões de euros)	31-dez-23	31-dez-22	Variação	
			absoluta	relativa
<b>Ativo</b>	<b>43 146</b>	<b>45 464</b>	<b>-2 318</b>	<b>-5,1%</b>
<b>Crédito a Clientes (bruto)</b>	<b>23 999</b>	<b>24 013</b>	<b>- 13</b>	<b>-0,1%</b>
Crédito a Particulares	10 350	9 918	432	4,4%
Habitação	8 836	8 632	204	2,4%
Outro Crédito a Particulares	1 513	1 286	227	17,7%
Crédito a Empresas	13 650	14 095	- 445	-3,2%
<b>Recursos de Clientes de Balanço</b>	<b>30 279</b>	<b>29 982</b>	<b>296</b>	<b>1,0%</b>
Depósitos	27 366	27 570	- 204	-0,7%
Outros recursos de clientes <sup>(1)</sup>	1 827	855	972	...
Obrigações	584	1 141	- 557	-48,8%
Passivos subordinados	502	416	86	20,7%

(1) Inclui cheques e ordens a pagar, operações de venda com acordo de recompra e outros recursos.

A 31 de dezembro de 2023 os depósitos totalizavam 27,4mM€, apresentando um decréscimo de -0,2mM€ face a dez/22 (27,6mM€). Esta redução deve-se essencialmente à transferência para os Certificados de Aforro no primeiro trimestre de 2023, cuja tendência se invertida durante o segundo trimestre, quando se observou um aumento dos depósitos de clientes impulsionado por clientes PME e estabilização de saídas de depósitos de retalho.

O crédito a clientes (bruto) totalizou 23 999M€ (estável face a dez/2022) reflexo do compromisso do novobanco com as empresas portuguesas e o mercado doméstico, reforçando produtos no apoio à tesouraria, disponibilização de linhas de apoio com garantia financeira pelo Banco Português de Fomento, de linhas de financiamento com garantia FEI/BEI para apoiar a liquidez e o investimento das empresas, de linhas de financiamento setoriais, entre outras.

Rácios de Sinistralidade e Cobertura	31-dez-23	31-dez-22	Variação	
			absoluta	relativa
Crédito Vencido > 90 dias (milhões de euros)	337	326	11	3,3%
Non-Performing Loans (NPL) <sup>(1)</sup> (milhões de euros)	1 107	1 356	- 249	-18,3%
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	1,4%	1,4%	0,0 p.p.	
<b>Rácio NPL<sup>(1)</sup></b>	<b>4,6%</b>	<b>5,6%</b>	<b>-1,0 p.p.</b>	
Imparidade de Crédito / Crédito a Clientes	3,9%	4,4%	-0,5 p.p.	
Imparidade de Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	277,7%	324,3%	-46,6 p.p.	
<b>Cobertura NPL<sup>(1)</sup></b>	<b>84,6%</b>	<b>78,0%</b>	<b>6,5 p.p.</b>	

(1) Exclui disponibilidades e aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a Clientes.

No exercício de 2023, as entradas de crédito não produtivo mantiveram-se em níveis reduzidos, o que juntamente com a atividade de recuperação, contribuiu para o decréscimo contínuo do montante de crédito não

produtivo e, conseqüentemente, à redução do rácio de NPL para 4,6% (2022: 5,6%). Em dezembro, a cobertura de NPL por imparidades situou-se nos 84,6% (+6,5 p.p. face a dez/22).

## 3.5 Factos Relevantes da Atividade e Eventos Subsequentes

### Eventos Subsequentes:

---

#### 1 DE FEVEREIRO DE 2024

##### **Novo Banco, S.A. informa sobre rating Investment Grade pela Fitch.**

A Fitch Ratings Ltd (“Fitch”) atribuiu, ao novobanco, uma classificação de rating de Investment Grade, com Long-Term Issuer Default Rating (IDR) de ‘BBB-’ com Outlook Estável. A Fitch atribuiu também um Viability Rating (VR) de ‘bbb-’.

---

#### 21 DE FEVEREIRO DE 2024

##### **Novo Banco S.A. informa sobre emissão de Obrigações Cobertas**

O novobanco emitiu Obrigações Cobertas no valor de 500 milhões de euros, com maturidade a 1 de março de 2027 (soft bullet). O rating esperado da emissão é de Aaa pela Moodys. As obrigações têm uma taxa de juro anual de 3,25%, equivalente a mid-swaps a 3 anos acrescido de 45pb.

---

#### 28 DE FEVEREIRO DE 2024

##### **Novo Banco S.A. informa sobre emissão de Dívida Sénior**

O novobanco emitiu dívida Senior Preferred no valor de 500 milhões de euros, com maturidade a 8 de março de 2028 e com opção de reembolso antecipado a 8 de março de 2027.

As obrigações foram emitidas com um cupão anual de 4,25%.

# 4 O NOSSO CAPITAL E LIQUIDEZ

## 4.1 Rácios de Capital

No período, o rácio CET 1 *fully loaded* apresentou um aumento de cerca de 500pb, face a dezembro de 2022 para 18,2% enquanto o rácio de solvabilidade subiu cerca de 560pb para 21,0% (dez/22: 13,1% e 15,4% respetivamente). Este desempenho evidencia a capacidade de geração de capital do modelo de negócio

do novobanco e a disciplina na alocação do capital. O rácio de solvabilidade foi também influenciado pelo aumento líquido de 100M€ de instrumentos *Tier 2* após a emissão da nova obrigação Subordinada de 500M€ com vencimento em 2033.

<b>Rácios de Capital (CRD IV/CRR)</b> (milhões de euros)		<b>31-dez-23</b> (fully loaded)	<b>31-dez-22</b> (fully loaded)
Ativos ponderados pelo risco (CRD IV/CRR)	(A)	20 399	21 233
Fundos próprios			
Common Equity Tier 1	(B)	3 703	2 787
Tier 1	(C)	3 705	2 789
Fundos Próprios Totais	(D)	4 280	3 279
Rácio Common Equity Tier 1	(B/A)	18,2%	13,1%
Rácio Tier 1	(C/A)	18,2%	13,1%
Rácio de Solvabilidade	(D/A)	21,0%	15,4%
<b>Rácio de alavancagem</b>		<b>7,9%</b>	<b>5,8%</b>

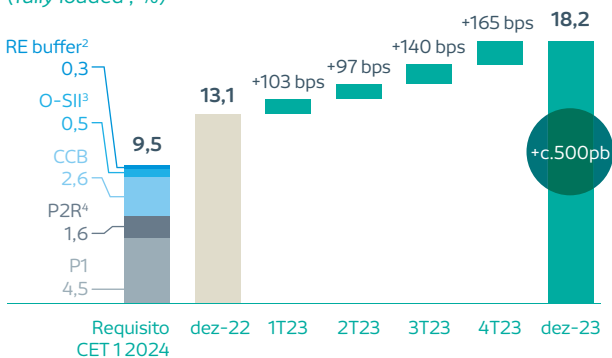
Nenhum dos montantes não pagos pelo Fundo de Resolução ao abrigo do Mecanismo de Capitalização Contingente (CCA) foi considerado no cálculo de capital regulamentar. O novobanco considera os montantes não pagos pelo Fundo de Resolução relativos aos anos de 2020 e 2021 devidos ao abrigo do Mecanismo de Capitalização Contingente (CCA), tendo despoletado os mecanismos contratuais à sua disposição no sentido de assegurar o recebimento dos mesmos. Nenhum destes montantes foi ainda pago pelo Fundo de Resolução

e, nessa medida, não são considerados no cálculo de capital regulamentar.

Em 2023, no contexto da aprovação pelo Banco Central Europeu da isenção da obrigação da aprovação como sociedade financeira holding, o novobanco foi a entidade designada para garantir o cumprimento do Grupo com os requisitos prudenciais em base consolidada, nos termos do Artigo 21-A, parágrafo 4, da Diretiva 2013/36/UE e do Artigo 35-D do RGICSF.

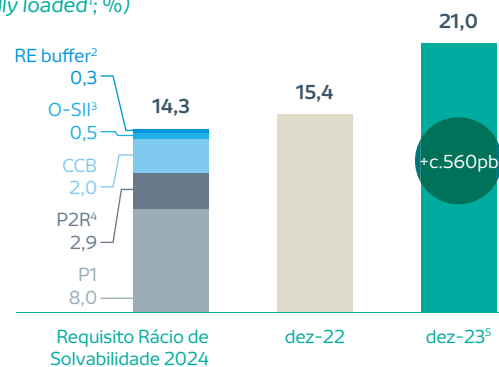
### CET 1

(fully loaded<sup>1</sup>; %)



### Rácio de Solvabilidade

(fully loaded<sup>1</sup>; %)



(1) A inclusão de resultados positivos depende de uma autorização do BCE;

(2) A partir de 1 de outubro de 2024, os requisitos de capital incluirão um buffer sobre exposições garantidas por imóveis residenciais, previsto ser de -30pb;

(3) Regime faseado para a introdução de uma reserva O-SII de 0,5% como percentagem dos Ativos Ponderados pelo Risco começará em 1 de julho de 2024, com 50% da reserva (0,25% dos Ativos Ponderados pelo Risco), e 100% da reserva a partir de 1 de julho de 2025 (0,50% dos Ativos Ponderados pelo Risco);

(4) O P2R em 2024 é de 2,85%, o que representa uma diminuição de 15pb;

(5) O Rácio de Solvabilidade também beneficiou de um aumento de 100M€ em Tier 2 com a emissão de 500M€ com maturidade em 2033.

## 4.2 Liquidez e Financiamento

### DESTAQUES

- Estrutura de funding estável, constituída maioritariamente por depósitos de clientes.
- Em 2023 o financiamento de mercado e interbancário foi importante, permitindo que o banco substituísse a linha de financiamento TLTRO III do BCE e mantendo a sua posição de liquidez (incluindo rácios e buffer de liquidez) acima do apetite interno de risco.

### GESTÃO DA LIQUIDEZ

O novobanco efetua a gestão da liquidez de acordo com as requisitos regulamentares e os seus próprios princípios de gestão, garantindo o cumprimento de todas as suas responsabilidades, quer em condições normais de mercado, quer em condições de stress, incluindo, entre outros, as reservas legais junto do BCE, rácios regulamentares de liquidez (*Liquidity Coverage Ratio* ou LCR e *Net Stable Funding Ratio* ou NSFR), manutenção de níveis adequados de ativos líquidos, a definição da política de preços de transferência e o estabelecimento de uma oferta de produtos financeiros que resulte numa diversificação de fontes de financiamento.

A monitorização dos níveis de liquidez de curto prazo é efetuada através de relatórios diários de *mismatch*, preparados de acordo com diretrizes pré-estabelecidas e métricas definidas internamente que permitem a identificação atempada de sinais de crise com potenciais impactos no banco, nomeadamente risco idiossincrático, risco de contágio (devido a tensões nos mercados) ou risco de repercussões no banco de uma crise económica. O relatório monitoriza a evolução da posição de liquidez, incluindo os ativos elegíveis, *buffers* de liquidez, os principais movimentos de entradas e saídas de caixa, a evolução de depósitos, o financiamento de médio e longo prazo, o financiamento por parte dos bancos centrais e a evolução do *gap* de tesouraria (diferença entre aplicações e tomadas), bem como vários outros indicadores de alerta definidos para este efeito.

Este processo garante que o Conselho de Administração Executivo (CAE) tem um papel permanente e ativo na

gestão de liquidez e na avaliação do risco, permitindo uma atuação célere sempre que necessário. Adicionalmente, a posição de liquidez é também reportada diariamente às autoridades de supervisão.

No que se refere à liquidez estrutural, o novobanco gere a sua atividade e fontes de liquidez de forma a promover a estabilidade do seu financiamento e a otimização do custo, evitando, na medida do possível, riscos de liquidez indesejáveis. A liquidez estrutural do banco é analisada em detalhe no Comité de Gestão de Capital, Ativos e Passivos (*Capital and Asset Liability Committee*, CALCO), que reúne mensalmente. Entre outras, o CALCO analisa e discute a posição de liquidez do banco, e efetua uma avaliação abrangente do risco de liquidez e a sua evolução, com especial enfoque nos *buffers* de liquidez atuais e na geração/manutenção dos ativos elegíveis para redesconto junto do BCE e respetivos impactos nos rácios de liquidez.

Uma das principais componentes da gestão do risco de liquidez no novobanco consiste na sua política de financiamento, a qual privilegia a diversificação das fontes de financiamento, investidores e maturidades. Atendendo à natureza comercial do seu balanço, a estratégia do novobanco passa, desde início, pelo reforço dos depósitos de clientes como principal fonte de financiamento, que tem demonstrado ser uma fonte de financiamento muito estável.

Adicionalmente, o novobanco elabora um reporte mensal de liquidez (descrição completa no capítulo 2.3 Gestão do Risco), tendo em consideração não só a data de maturidade efetiva dos vários produtos, mas também a sua maturidade comportamental, através do qual são avaliados para cada período temporal os *mismatches* estruturais. Com base nesta informação e no plano de médio prazo do banco, é elaborado um plano anual de financiamento da atividade. Este plano, que é revisto periodicamente, favorece, sempre que possível, instrumentos de financiamento estáveis.

O banco tem ainda um plano de contingência de liquidez, o qual engloba um conjunto de medidas que, se acionadas, permitiriam gerir e/ou minimizar os efeitos



de uma crise de liquidez. Estas medidas têm como objetivo responder a necessidades adicionais de liquidez e aumentar a resiliência do novobanco numa eventual situação de stress.

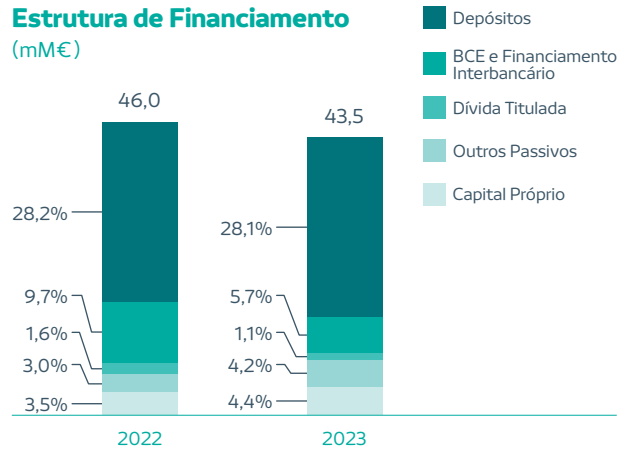
Finalmente, o novobanco também efetua numa base anual um processo interno de avaliação de adequação de liquidez (*Internal Liquidity Adequacy Assessment Process* ou ILAAP), que avalia a posição de liquidez do banco num cenário normal e de stress. O resultado deste processo, que é aprovado pelo CAE, é remetido às autoridades de supervisão e concluiu que a estrutura de financiamento e de liquidez do banco e os seus processos internos são sólidos e que o banco suportaria um cenário de stress.

## ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO E LIQUIDEZ EM 2023

No final do ano de 2023, os depósitos de clientes do novobanco totalizaram 28,1mM€ (dez/22: 28,4mM€), uma redução de 0,3mM€. Durante 2023, após uma redução de 0,9mM€ durante o primeiro trimestre de 2023, que resultou principalmente da concorrência de produtos de poupança do Estado, os depósitos de clientes recuperaram e mantiveram-se relativamente estáveis.

Em dezembro de 2023 os depósitos de clientes representavam 65% da estrutura de financiamento do banco (que compara com 62% no período homólogo), constituindo a sua principal fonte de financiamento, dos quais cerca de 74% correspondem a depósitos do segmento de retalho.

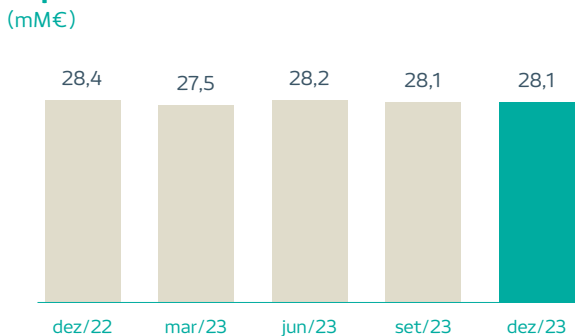
### Estrutura de Financiamento (mM€)



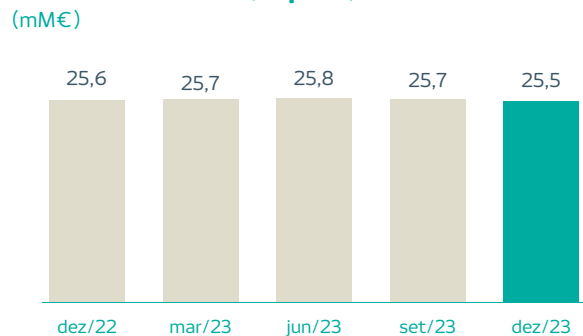
O total da carteira de crédito reduziu 0,1mM€ para 25,5mM€ a 31 de dezembro de 2023 (dez/22: 25,6mM€). A atividade comercial em 2023, incluindo títulos originados em clientes, foi neutral em termos de liquidez.

Por outro lado, a carteira de títulos diminuiu cerca de 1,4mM€ face a 2022 para 9,4mM€, refletindo maioritariamente reembolsos e à alienação de títulos a custo amortizado durante o último trimestre do ano. A carteira de títulos do novobanco manteve-se na sua maioria (aproximadamente 70%) composta por HQLA (*High-Quality Liquid Assets*), dos quais mais de 75% compostos por dívida soberana.

### Depósitos de Clientes (mM€)

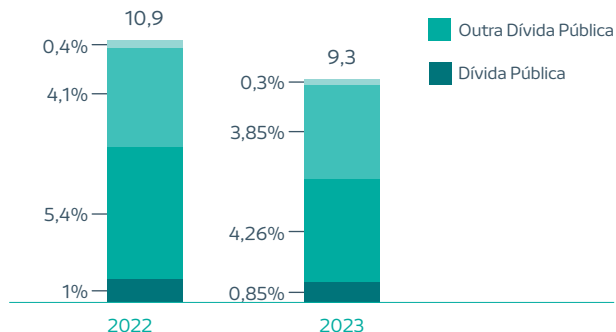


### Carteira de Crédito (Líquido) (mM€)



**Carteira de Títulos**

(mM€)



Em termos de financiamento de mercado, durante o segundo trimestre 2023 o banco regressou aos mercados de capitais com a emissão de obrigações Tier 2 de 500M€ (com vencimento em dezembro 2033 e opção de reembolso ao par durante 6 meses com início em jun/28). A nova emissão substituiu a emissão de Tier 2 emitida em 2018, cujo valor prudencial decresceria a partir de 23 julho de 2023, a data de opção de reembolso antecipado. A receção positiva de mercado permitiu que o banco aumentasse o montante de emissão para 500 milhões de euros e reduzisse o custo, uma vez que o spread da nova emissão foi 150pbs inferior ao spread da emissão Tier 2 existente, uma evidência da trajetória de sucesso do banco nos últimos anos. Esta transação foi positiva em termos de capital, de MREL e também de liquidez.

Adicionalmente, durante o segundo e terceiro trimestre o banco reembolsou 1,0mM€ de financiamento de mercado, com o reembolso antecipado de 700M€ de dívida subordinada (400M€) e sénior (300M€) em julho e ainda 275M€ de uma emissão de dívida sénior cuja maturidade ocorreu em setembro. Em dezembro de 2023, um *private placement* de uma emissão de dívida sénior de 100M€ foi estendida em 2 anos, com uma taxa de 5,5%.

O banco manteve ainda a sua estratégia de substituição da linha de financiamento TLTRO III do BCE, aumentando o financiamento interbancário em 2,6mM€ para 5,2mM€ (dez/22: 2,6mM€) com acordos de recompra efetuados durante o ano.

Beneficiando do aumento dos fundos próprios e das emissões no ano, o *Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities* (MREL) a percentagem do total de exposição ao risco (TREA) a 31 de dezembro de 2023 ascendeu a 24,7% (dados preliminares), superior à progressão linear dos requisitos MREL:

**REQUISITOS MREL:**

(Notificação do BdP em junho de 2023; %)

	Jan-22	Jan-26
TREA <sup>1</sup>	14,64%	23,47%
Combined Buffer	2,52%	n.a. <sup>2</sup>
O-SII (LSF Nani)	0,50%	n.a. <sup>2</sup>
<b>Total</b>	<b>17,66%</b>	<b>23,47% + Buffers</b>
<b>LRE<sup>3</sup></b>	<b>5,91%</b>	<b>5,91%</b>

(1) TREA - Total Risk Exposure Amount; requisito de jan/26 como anunciado em junho de 2023;

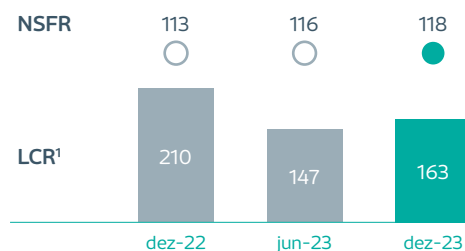
(2) Como o requisito aplicável em jan/26;

(3) LRE - Total Leverage Exposure.

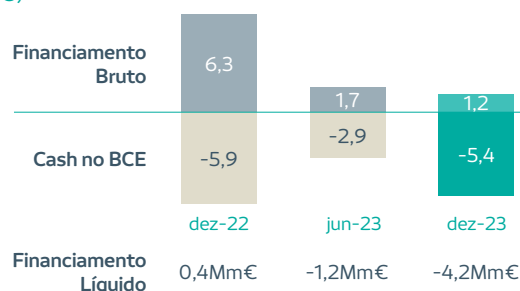
Em 31 de dezembro de 2022 o financiamento total junto do BCE ascendeu a 1,2mM€, dos quais 1,0mM€ correspondem à última tranche do TLTRO III que irá vencer-se em dezembro de 2024, uma redução anual de 5,1mM€ (Dez/22:6,3mM€). Em 31 dezembro 2022 o montante de depósitos no BCE era de 5,4mM€ no final de dezembro (dez/22: 5,9mM€; -0,5mM€ vs 2022), em consequência, o financiamento líquido junto do BCE passou de 0,4mM€ a 31 de dezembro de 2022 para -4,2mM€ em dezembro 2023, passando de uma posição de tomador para financiador líquido junto do BCE.

**Rácios de Liquidez**

(%)

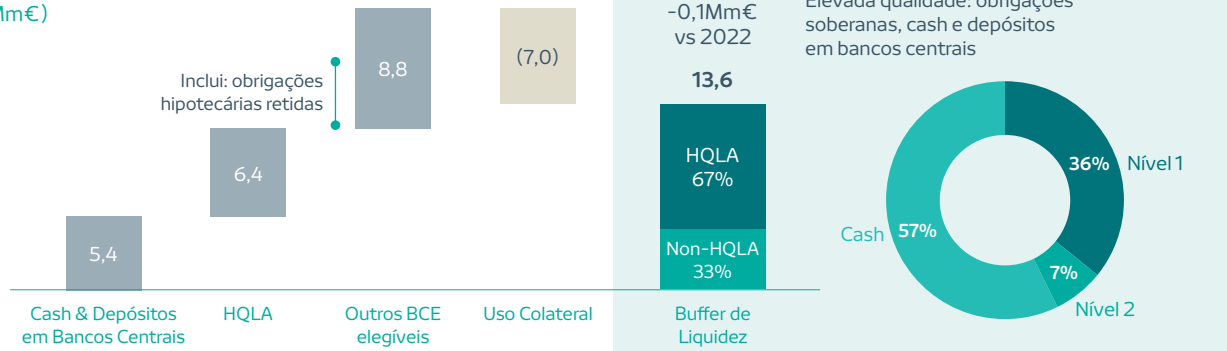
**Financiamento BCE**

(Mm€)



**Buffer de Liquidez<sup>2</sup>**

(Mm€)



(1) LCR: Liquidity Coverage Ratio; NSFR: Net Stable Funding Ratio;

(2) HQLA BCE ilegível inclui BCE haircut; HQLA Non BCE elegível inclui haircut de avaliação regulatória.

Em 31 de dezembro de 2023, a carteira de ativos elegíveis para colateral de operações de financiamento junto do BCE líquida de haircut reduziu em 2,7mM€ versus 31 de dezembro 2022, para 14,2mM€. Esta redução reflete maioritariamente o impacto da redução da carteira de títulos. O montante disponível de ativos elegíveis para desconto junto do BCE a 31 de dezembro de 2023 era de 7,3mM€ (líquido de haircuts), um aumento de 0,3mM€ face ao final de 2022. Adicionalmente, o novobanco detém ainda ativos HQLA não elegíveis para o BCE e depósitos, que juntamente com os outros ativos, constituem o buffer de liquidez do banco e que a 31 de dezembro de 2023 ascendia a 13,6mM€, e que é composto maioritariamente por ativos de elevada liquidez e qualidade (HQLA).

Assim, em 2023 o novobanco manteve: i) rácios de liquidez acima dos níveis regulamentares, com o rácio LCR situando-se em 163% (dez/22: 210%), e o NSFR em 118% (dez/22: 113%).

# 5 GOVERNO CORPORATIVO

## 5.1 Estrutura Acionista

### 5.1.1 Participações qualificadas no capital social do Novo Banco

O capital social do Novo Banco SA é de 6.567.843.862,91€ (seis mil e quinhentos e sessenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e dois euros e noventa e um centimos), representado por 11.130.841.957 (onze mil milhões, cento e trinta milhões, oitocentas e quarenta e uma mil, novecentas e cinquenta e sete) ações nominativas, que revestem a forma escritural, sem valor nominal, e integralmente subscritas e pagas.

As participações qualificadas no capital social do Novo Banco SA, na data de assinatura do presente Relatório, são as seguintes:

Acionista	Número de ações	% capital social
Nani Holdings S.à.r.l <sup>3</sup>	8 348 131 468	75,00%
Fundo de Resolução	1 451 868 529	13,04%
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças	1 330 841 960	11,96%

(3) Em 19 de dezembro de 2023, a Nani Holdings S.G.P.S., S.A. alterou a sua sede social para o Grão-Ducado do Luxemburgo, assim como a sua forma jurídica passando a ser uma sociedade luxemburguesa de responsabilidade limitada (*société à responsabilité limitée*).

### 5.1.2 Acionistas titulares de direitos especiais

Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

### 5.1.3 Restrições em matéria de direito de voto

Por efeito da Decisão SA.49275 (2017/N) da Comissão Europeia tomada no contexto da aprovação da venda de uma participação de 75% do capital social do Novo Banco SA ao abrigo das regras da União Europeia em matéria de auxílios estatais, o acionista Fundo de Resolução deverá abster-se de exercer os seus direitos de conteúdo não patrimonial, como é o caso do direito de voto.

## 5.2 Órgãos Sociais: Composição e Funcionamento

### 5.2.1 Composição e funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização e alteração dos estatutos da Sociedade

Nos termos dos Estatutos, são órgãos sociais e estatutários do novobanco, a Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho Geral e de Supervisão, o Conselho de Administração Executivo, a Comissão de Acompanhamento, o Revisor Oficial de Contas e o Secretário da Sociedade. Os membros dos órgãos sociais são nomeados para mandatos de quatro anos e podem ser eleitos por uma ou mais vezes.

Ainda nos termos dos Estatutos, os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão de Acompanhamento são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. A Assembleia Geral tem igualmente a competência para designar e substituir o Revisor Oficial de Contas do Banco, mediante proposta do Conselho Geral e de Supervisão sob proposta do Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria). Os membros do Conselho de Administração Executivo são nomeados pelo Conselho Geral e de Supervisão. O Secretário e o Secretário Suplente da Sociedade são nomeados pelo Conselho de Administração Executivo após consulta prévia ao Conselho Geral e de Supervisão.

### 5.2.2 Alteração dos Estatutos

A alteração dos Estatutos do novobanco é da competência da Assembleia Geral.

Em março de 2023, foi feita uma alteração aos Estatutos do Novo Banco SA no que respeita ao Artigo 4.º (Capital Social e Ações), que passou a ter a seguinte redação:

*“1.O capital social do Novo Banco é de 6.567.843.862,91€ (seis mil e quinhentos e sessenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e dois euros e noventa e um cêntimos), representado por 11.130.841.957 (onze mil milhões, cento e trinta milhões, oitocentas e quarenta e uma mil, novecentas e cinquenta e sete) ações nominativas, que revestem a forma escritural, sem valor nominal, e integralmente subscritas e pagas.”*

### 5.2.3 O Conselho Geral e de Supervisão (CGS)<sup>4</sup>

O Conselho Geral e de Supervisão é o órgão de fiscalização do novobanco sendo os seus membros eleitos pela Assembleia Geral.

Em outubro de 2020, a Assembleia Geral do novobanco nomeou o Conselho Geral e de Supervisão para o quadriénio 2021-2024 o qual, por referência à data de elaboração do presente Relatório, é constituído por 10 (dez) membros, 7 (sete) dos quais independentes.

Presidente (P)	Vice-Presidente	Vogal	Nome	M/F	Independente	Data do 1º mandato	Fim do atual mandato
•			Byron James Macbean Haynes	M	•	18-10-2017	31-12-2024
	•		Karl-Gerhard Eick	M	•	18-10-2017	31-12-2024
		•	Kambiz Nourbakhsh	M		18-10-2017	31-12-2024
		•	Mark Andrew Coker	M		18-10-2017	31-12-2024
		•	John Ryan Herbert	M	•	18-10-2017	31-12-2024
		•	Robert Alan Sherman	M	•	18-10-2017	31-12-2024
		•	Carla Antunes da Silva	F	•	06-06-2018	31-12-2024
		•	William Henry Newton	M	•	29-04-2021	31-12-2024
		•	Monika Wildner	F	•	21-06-2023	31-12-2024
		•	Evgeniy Kazarez	M		07-11-2023	31-12-2024

O Conselho Geral e de Supervisão reúne mensalmente, ou sempre que se mostre necessário, e tem as funções que lhe são conferidas pela lei, pelos Estatutos do Banco e pelo seu regulamento interno, incluindo a responsabilidade última e global pela supervisão do banco e pela implementação de sistemas de governo que assegurem uma gestão efetiva e prudente, supervisionando todos os assuntos relacionados com a gestão do risco, compliance e auditoria interna. Tem

como principal função assessorar e supervisionar de forma regular o Conselho de Administração Executivo na gestão do banco e das empresas do Grupo novobanco, designadamente no que respeita ao cumprimento dos requisitos regulamentares relativos à atividade bancária.

Adicionalmente, tem competências específicas de eleição dos membros do Conselho de Administração Executivo e responsabilidade de prestação de consentimento à aprovação de determinadas matérias fixadas nos Estatutos, nomeadamente, no que respeita à aprovação de (i) políticas de crédito, risco e contabilísticas, (ii) plano de negócios, orçamento e plano de atividades, (iii) alteração da sede social, encerramento ou alterações nas estruturas de representação no estrangeiro, (iv) despesas de capital, endividamentos ou refinanciamentos, alienações ou aquisições, criação de ónus ou concessão de créditos acima de determinados limites e dentro de certas condições, (v) prática ou omissão de qualquer ato material relacionado com o Mecanismo de Capitalização Contingente; e (vi) contratação de trabalhadores com remunerações anuais acima de certos limites.

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e o Presidente do Conselho de Administração Executivo mantêm entre si uma comunicação e diálogos regulares.

A atividade do CGS é diretamente apoiada por 5 (cinco) Comitês: o Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria), o Comité de Risco, o Comité de Compliance, o Comité de Nomeações e o Comité de Remunerações, tendo estas competências próprias legalmente definidas e outras competências que resultam de delegação do Conselho Geral e de Supervisão.

Os referidos Comitês são compostos por, pelo menos, 3 (três) membros do CGS, sendo que são compostos por uma maioria de membros independentes incluindo o seu presidente. Os membros do Conselho de Administração Executivo responsáveis pelos pelouros abrangidos pelas atividades dos referidos Comitês podem participar nos mesmos.

Os Comitês trabalham em estreita colaboração entre si e articulam as suas atividades, mantendo um diálogo fluído e constante com o CGS, a quem comunicam a atividade e as decisões tomadas.

(4) Alterações ocorridas durante o ano de 2023:

- Após a conclusão do processo de Fit & Proper pelas autoridades reguladoras competentes, Mónica Wildner passou a integrar o CGS, como membro independente, em 21 de junho de 2023.
- Em 24 de fevereiro de 2023, Benjamin Friedrich Dickgiesser apresentou a sua renúncia ao cargo de membro do CGS tendo, a partir de 1 de outubro de 2023, assumido funções como CFO e membro do Conselho de Administração Executivo.
- Evgeniy Kazarez passou a integrar o CGS como membro não independente em 7 de novembro de 2023 na sequência da autorização das autoridades reguladoras competentes no âmbito do processo de Fit & Proper.
- Donald John Quintin apresentou a sua renúncia ao cargo de membro do CGS em 14 de dezembro de 2023.
- Em 22 de dezembro de 2023 foi submetido o processo de Fit & Proper de um novo membro para integrar o CGS como membro independente para o mandato em curso, estando o exercício de funções sujeito à autorização das entidades reguladoras competentes e à aprovação da Assembleia Geral do novobanco.

Por referência a 31 de dezembro de 2023, a composição dos Comitês do CGS era a seguinte:

Presidente (P)	Vice-Presidente	Vogal	Nome	Independente	Comitês do CGS				
					Matérias Financeiras	Risco	Compliance	Nomeações	Remunerações
•			Byron James Macbean Haynes	•	•	•			p
	•		Karl-Gerhard Eick	•	p	•			•
		•	Kambiz Nourbakhsh		•	•			
		•	Mark Andrew Coker				•	•	
		•	John Ryan Herbert	•			•	p	
		•	Robert Alan Sherman	•			p	•	
		•	Carla Antunes da Silva	•				•	
		•	William Henry Newton	•		p			
		•	Monika Wildner*	•			•		
		•	Evgeniy Kazarez**			•			•

\* Membro a partir de 21 de junho de 2023;

\*\* Membro a partir de 7 de novembro de 2023.

Em termos gerais, e entre outras competências que lhe possam ser delegadas pelo CGS, os Comitês têm as seguintes competências:

### Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria)

O Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria) aconselha e apoia o CGS no exercício das suas responsabilidades referentes à fiscalização da eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna do banco, no acompanhamento e supervisão da performance financeira do banco e de outras entidades financeiras incluídas no perímetro de consolidação prudencial, das políticas contabilísticas e processos de reporte de contas e no acompanhamento da atividade do auditor externo, tendo, em especial, as competências que se encontram previstas no artigo 441.º, n.º1, alíneas f) a o) ex vi do artigo 444.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais.

### Comité de Risco

O Comité de Risco aconselha e apoia o CGS na monitorização do apetite de risco global presente e futuro e da estratégia de risco do banco, supervisionado a implementação, por parte da direção de topo do banco, do modelo de prevenção do risco, bem como da eficácia do sistema de controlo interno e sistema de gestão de riscos do banco e das empresas financeiras que integram o seu perímetro de consolidação prudencial.

Este Comité tem ainda as competências previstas na lei, na regulamentação aplicável e no seu regulamento interno, que se reconduzem, por exemplo, à supervisão da implementação das estratégias de gestão dos fundos próprios e liquidez, apreciação e aprovação de operações de concessão de crédito materialmente relevantes, monitorização o cumprimento das políticas de crédito e risco, entre outras.

### Comité de Compliance

O Comité de Compliance aconselha e apoia o CGS, incluindo as suas subsidiárias financeiras, na monitorização dos temas de compliance e de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo do banco incluindo, mas sem limitar, o cumprimento pelo banco (incluindo os seus colaboradores e órgãos sociais) dos requisitos legais e regulamentares assim como das suas políticas e processos relevantes relacionados com aquelas matérias, das políticas sobre conduta e ética empresariais, de conflitos de interesses, de transações com partes relacionadas, de abuso de mercado, anti-suborno e anti-corupção, assim como a monitorização do risco de compliance.

### Comité de Nomeações

O Comité de Nomeações apoia o CGS na supervisão do Conselho de Administração Executivo nas funções deste de assegurar que as políticas de nomeação são consistentes e bem integradas no banco e nas suas subsidiárias financeiras nomeadamente, através da identificação e recomendação de candidatos para preenchimento de posições no CGS, Conselho de Administração Executivo e de cargos de titulares de funções chave, fixar os objetivos para promoção do género sub-representado assim como os meios para atingir os mesmos, elaborar e monitorizar os planos de sucessão, rever a política de seleção e avaliação dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

e Titulares de Funções Chave e monitorizar a sua aplicação, avaliar anualmente os conhecimentos, as competências e a experiência de cada um dos membros do CGS e do Conselho de Administração Executivo, entre outras funções que lhe são cometidas nos termos da lei, da regulamentação aplicável e do seu regulamento interno.

## Comité de Remunerações

O Comité aconselha e apoia o CGS na definição e no estabelecimento de estruturas de remuneração do banco, incluindo as suas subsidiárias financeiras, adequadas, consistentes e bem integradas, na monitorização e implementação das políticas de remuneração, na definição da remuneração variável com base nos critérios estabelecidos atendendo aos interesses de longo prazo dos acionistas, dos investidores e dos stakeholders relevantes.

Os documentos societários e principais regulamentos podem ser consultados [www.novobanco.pt](http://www.novobanco.pt) > Grupo novobanco > Sobre Nós > Governação > Documentos Societários e Principais Regulamentos: <https://www.novobanco.pt/grupo-novobanco/sobre-nos/lideranca/documentos-societarios-e-principais-regulamentos>

## 5.2.4 O Conselho de Administração Executivo (CAE)

O Conselho de Administração Executivo (CAE) é o órgão social responsável pela gestão do banco competindo-lhe, nos termos da lei e dos Estatutos, e respeitando a competência dos outros órgãos sociais, a definição das políticas gerais e objetivos estratégicos do banco e do Grupo, observando as normas e boas práticas bancárias. O CAE reúne-se sempre que necessário e, pelo menos, uma vez por semana.

O CAE não tem competência para deliberar sobre aumentos de capital nem sobre a emissão de valores mobiliários convertíveis em ações e, bem assim, valores mobiliários que concedam direitos de subscrição, sendo essas decisões da competência exclusiva da Assembleia Geral de Acionistas, carecendo ainda de parecer prévio do CGS.

Os membros do CAE são nomeados pelo Conselho Geral e de Supervisão a quem também compete nomear o Presidente do CAE (CEO). No que respeita à composição do CAE, refira-se que, à data de assinatura deste Relatório, os membros do CAE para o quadriénio 2022-2025 são os seguintes:

- Mark George Bourke  
Chief Executive Officer (“CEO”)<sup>5</sup>
- Benjamin Friedrich Dickgiesser  
Chief Financial Officer (“CFO”)
- Luís Miguel Alves Ribeiro  
Chief Commercial Officer (Retail) (“CCOR”)
- Andrés Baltar Garcia  
Chief Commercial Officer (Corporate) (“CCOC”)
- Luísa Marta Santos Soares da Silva Amaro de Matos  
Chief Legal, Compliance & Sustainability Officer (“CLCSO”)
- Carlos Jorge Ferreira Brandão  
Chief Risk Officer (“CRO”)
- Rui Miguel Dias Ribeiro Fontes  
Chief Credit Officer (“CCO”)

Durante o ano de 2023, a composição CAE do novobanco registou uma alteração com o início de funções de Benjamin Friedrich Dickgiesser como Chief Financial Officer (“CFO”) do novobanco a partir de 1 de outubro de 2023.

## Comités do Conselho de Administração Executivo

O CAE pode, nos termos do seu regulamento interno, aprovar a constituição de Comités para acompanhamento de certas matérias específicas da atividade do banco, definir e aprovar as suas competências e atribuições, nomear os seus membros e definir as suas regras de funcionamento.

Neste contexto, o CAE procedeu à criação de Comités, constituídos para determinados temas ou áreas de atividade, com poderes delegados do CAE para decidir de acordo com as regras definidas e Subcomités constituídos na dependência dos Comités, com poderes delegados do respetivo Comité, com participantes que podem ou não ser diferentes dos respetivos Comités; sem prejuízo de outros fóruns de discussão internos de natureza consultiva e/ou seguimento de determinados temas.

(5) Mark Bourke exerceu, cumulando com o seu cargo de CEO, interinamente as funções de CFO desde 30 de dezembro de 2023 até 1 de outubro de 2023.



Por referência a 31 de dezembro de 2023, a composição dos Comitês era a seguinte:

COMITÉ	PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES	COMPOSIÇÃO
<b>Comité de Gestão de Capital, Ativos e Passivos (CALCO)</b>	Responsável pela definição das políticas de gestão de balanço (capital, preços, risco de taxa de juro, liquidez) e monitorizar os seus impactos ao nível do Grupo novobanco. O Comité deverá ainda monitorizar os indicadores de crise ( <i>early warning indicators</i> ) relativos ao Plano de Recuperação, bem como de liquidez, propondo medidas e, se necessário, ativar o plano de recuperação e/ou plano de contingência de liquidez.	<b>PRESIDENTE</b> <b>Benjamin Friedrich Dickgiesser (CFO)</b> VOGAIS: Mark Bourke (CEO), Rui Fontes (CCO), Carlos Brandão (CRO), Andrés Baltar (CCOC), Luís Ribeiro (CCOR)
<b>Comité de Risco</b>	Responsável por dar parecer, aprovar ao abrigo da delegação de competências do CAE, e monitorizar as políticas e os níveis de risco do Grupo novobanco. Neste contexto, é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Grupo novobanco e por analisar e propor metodologias, políticas, procedimentos e instrumentos de avaliação para todos os tipos de risco, nomeadamente de crédito, mercado, liquidez, IRRBB, não financeiros e ESG.	<b>PRESIDENTE</b> <b>Carlos Manuel Ferreira Brandão (CRO)</b> VOGAIS: Mark Bourke (CEO), Benjamin Dickgiesser (CFO), Rui Fontes (CCO), Andrés Baltar (CCOC), Luis Ribeiro (CCOR), Luisa Soares da Silva (CLCSO)
<b>Conselho de Crédito</b>	Responsável por decidir as principais operações de crédito em que o Grupo novobanco intervém, tendo por base as políticas de risco definidas e implementadas no Grupo.	<b>PRESIDENTE</b> <b>Rui Miguel Dias Ribeiro Fontes (CCO)</b> VOGAIS: Carlos Brandão (CRO), Andrés Baltar (CCOC)
<b>Comité Sistema de Controlo Interno</b>	O Comité monitoriza os temas relacionados com o Sistema de Controlo Interno do Grupo novobanco, sem prejuízo das competências atribuídas ao CAE e ao Comité de Risco, ao Subcomité de Risco Operacional e ao Comité de Compliance e Produto. Compete a este Comité, entre outras responsabilidades, o acompanhamento global das deficiências de controlo interno, a análise indicadores de qualidade do ambiente de controlo e a elaboração de propostas de melhorias, acompanhamento das ações de Quality Assurance.	<b>PRESIDENTE</b> <b>Carlos Manuel Ferreira Brandão (CRO)</b> VOGAIS: Mark Bourke (CEO), Benjamin Dickgiesser (CFO), Luisa Soares da Silva (CLCSO)
<b>Comité de Compliance e Produto</b>	Responsável pela aprovação, na perspetiva de compliance, de produtos e serviços a produzir e/ou distribuir pelo banco, devendo pronunciar-se sobre todos eles, no quadro do processo de "sign-off" de produtos em vigor, bem como monitorizar os temas relativos ao controlo do cumprimento, o controlo regulamentar e a promoção do cumprimento das obrigações legais, entre outras responsabilidades.	<b>PRESIDENTE</b> <b>Luisa Soares da Silva (CLCSO)</b> VOGAIS: Mark Bourke (CEO), Carlos Brandão (CRO), Andrés Baltar (CCOC), Luis Ribeiro (CCOR)
<b>Comité de Transformação</b>	Responsável pelo desenvolvimento dos objetivos estratégicos de transformação digital, eficiência e simplificação de operações do novobanco.	<b>PRESIDENTE</b> <b>Mark George Bourke (CEO)</b> VOGAIS: Benjamin Dickgiesser (CFO), Carlos Brandão (CRO), Andrés Baltar (CCOC), Luis Ribeiro (CCOR), Rui Fontes (CCO), Luisa Soares da Silva (CLCSO)
<b>Comité de Custos e Investimentos</b>	Responsável pela aprovação da execução de despesas, dentro dos limites de competência que lhe foram definidos. Inclui nos seus objetivos a definição do plano anual de gastos e a revisão da estratégia de aquisições.	<b>PRESIDENTE</b> <b>Benjamin Friedrich Dickgiesser (CFO)</b>
<b>Comité de Imparidade Alargado</b>	Responsável por definir o valor de imparidade a ser atribuído a cada Cliente atendendo à exposição do novobanco a um cliente ou grupo de clientes.	<b>PRESIDENTE</b> <b>Carlos Manuel Ferreira Brandão (CRO)</b> VOGAIS: Benjamin Dickgiesser (CFO), Rui Fontes (CCO), Andrés Baltar (CCOC)

O CAE constituiu ainda 3 (três) - SubComités o SubComité de Non Performing Assets (NPA), o SubComité de Risco de Modelos Alargado e o SubComité de Risco Operacional - e diversos *Steerings*, como sejam para as áreas de Retalho, Empresas, Capital Humano, IT e Dados, Investimento e Acompanhamento da Atividade, Sustentabilidade (ESG).

O novobanco não constituiu uma comissão de risco autónoma em matéria de governo societário, sendo estes temas acompanhados diretamente pelo CGS e pelo CAE, na medida das respetivas atribuições, e com suporte dos departamentos relevantes.

## 5.2.5 Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento é um órgão consultivo estatutariamente previsto e decorrente do CCA, constituído por três membros eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, um dos quais na qualidade de Presidente. A composição da Comissão de Acompanhamento deverá respeitar os seguintes critérios: um dos membros será independente das partes do CCA e outro será um Técnico Oficial de Contas, cabendo ao Fundo de Resolução a nomeação de dois dos seus elementos.

Como principal responsabilidade a Comissão deverá discutir e dar pareceres (não vinculativos) relativamente a matérias relacionadas com o CCA sobre as quais lhes seja pedido parecer. Os membros da Comissão de Acompanhamento têm direito a participar como observadores e usar da palavra (mas não votar) nas reuniões do CGS.

## 5.2.6 Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas e o seu Suplente são eleitos ou destituídos pela Assembleia Geral de Acionistas mediante proposta do CGS, sob proposta da Comissão para as Matérias Financeiras, e têm as competências previstas na lei.

# 5.3 Controlo Interno

## DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

O Controlo Interno é parte integrante do funcionamento da organização e combina as estratégias, políticas, processos, sistemas e procedimentos com o objetivo de garantir a sustentabilidade da instituição no médio e longo prazo e o exercício prudente da sua atividade. Um sistema de controlo interno eficiente e eficaz é essencial para a organização garantir:

- O cumprimento dos objetivos estabelecidos no planeamento estratégico, com base na realização eficiente das operações, na utilização eficiente dos recursos da instituição e na salvaguarda dos seus ativos;
- A adequada identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a instituição está ou pode vir a estar exposta;
- A existência de informação financeira e não financeira completa, pertinente, fiável e tempestiva;
- A adoção de procedimentos contabilísticos sólidos.

- O cumprimento da legislação, da regulamentação e das orientações aplicáveis à atividade da instituição, emitidas pelas autoridades competentes, do cumprimento dos normativos internos da própria instituição, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos e das regras de conduta e de relacionamento com clientes.

O Controlo Interno é uma responsabilidade de todos os membros dos órgãos de administração e fiscalização e colaboradores da Instituição, que desempenham as suas funções de acordo com as políticas internas e padrões de ética, integridade e profissionalismo e com as responsabilidades afetas às unidades de estrutura, e a todos os seus segmentos de atividade, atividades subcontratadas e os canais de distribuição de produtos. Cada colaborador desempenha uma função, com deveres e responsabilidades, que contribuem para assegurar a eficiência e eficácia do Controlo Interno.

O CAE é quem assume a responsabilidade última e global pela instituição e define, supervisiona e é responsável

pela aplicação de um Sistema de Controlo Interno adequado, com uma estrutura organizacional clara e funções independentes e eficientes em matéria de gestão de riscos, compliance e auditoria.

Por sua vez, compete ao CGS, entre outros aspetos elencados nos estatutos do banco, assegurar que o CAE estabelece e mantém um controlo interno adequado, independente e eficaz, em conformidade com a lei, regulamentos e políticas internas.

A aplicação do Sistema de Controlo Interno no Grupo novobanco é efetuada de forma consistente em todas as entidades financeiras do grupo em que existe controlo de gestão, sem prejuízo dos requisitos adicionais exigidos pelos territórios de acolhimento e de especificidades das funções envolvidas no Sistema de Controlo Interno.

## PRINCÍPIOS GERAIS

Para atingir, de forma eficaz, os objetivos definidos, o Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo novobanco assenta nos seguintes princípios:

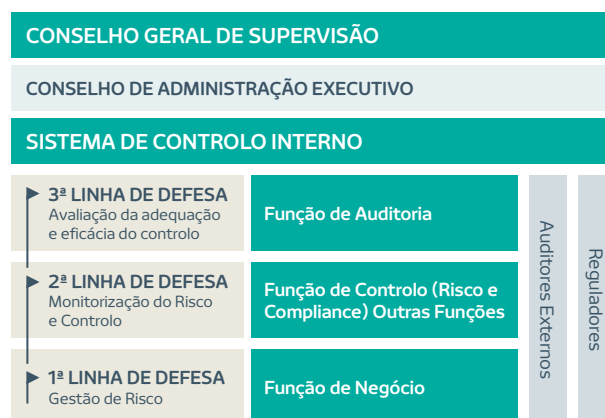
- Adequado ambiente de controlo, que reflete a importância reconhecida pelo GNB ao Sistema de Controlo Interno e cuja organização se apresenta suportada num modelo de 3 linhas de defesa, que define os níveis de responsabilidade em matéria de governo e de gestão dos riscos pelas diferentes funções que integram cada linha, incluindo funções de Controlo Interno permanentes, independentes e efetivas;- Sólido sistema de gestão de riscos, destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia, apetite de risco e os objetivos do Grupo novobanco (como detalhado no ponto 4.3 – Gestão do Risco);
- Eficiente sistema de informação e comunicação, que garante a captação, tratamento e troca de informação relevante, fiável, completa, abrangente e consistente, num prazo e de forma a permitir um desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos inerentes;
- Efetivo processo de monitorização, executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do Sistema de Controlo Interno ao longo do tempo, garantindo, nomeadamente, a oportuna identificação de eventuais deficiências e oportunidades de melhoria que permitam fortalecer o SCI, promovendo o desencadear de ações corretivas.

O Sistema de Controlo Interno do Grupo novobanco tem as suas políticas, processos, procedimentos, sistemas e

controles formalizados em normas internas, catálogo de processos, manuais de controlo interno, apresentações suporte aos principais comités envolvidos na gestão de riscos, da informação e comunicação, relatórios das funções de controlo e no próprio Relatório Anual de Autoavaliação.

## MODELO DAS 3 LINHAS DE DEFESA

O Sistema de Controlo Interno está suportado no modelo das 3 linhas de defesa, que define claramente os níveis de intervenção e de responsabilidade na gestão dos riscos e na execução dos controlos, no sentido de garantir a adequação e efetividade global do Controlo Interno na organização.



A 1ª linha de defesa é desempenhada pelas unidades orgânicas que tomam e gerem diariamente os riscos das suas atividades, dos processos e sistemas de IT de que são responsáveis, e das atividades em regime de outsourcing sob sua responsabilidade, dentro de limites estabelecidos pelo CAE.

Estas unidades são responsáveis por identificar, avaliar e controlar os riscos de forma contínua nas atividades sob a sua responsabilidade. Compete-lhes defender a instituição da aceitação de riscos que não estejam devidamente mitigados. É igualmente responsável por manter controlos internos eficazes e por conduzir procedimentos de controlo estabelecidos.

A 2ª linha de defesa tem como missão manter o banco dentro dos seus limites de risco através do controlo, medição e monitorização dos riscos e reporte dos desvios face às políticas de risco em vigor. Esta linha de defesa é constituída pelas Funções de Controlo “Gestão de Riscos” e “Compliance”, exercidas respetivamente

pelo Departamento de Risco Global e pelo Departamento de Compliance, sendo complementadas por atividades desempenhadas noutros departamentos do banco (e.g. Departamento de Contabilidade e Informação Financeira; Departamento de Controlo Interno e Proteção de Dados, Chief Information Security Officer).

A 2ª linha de defesa define políticas, metodologias e ferramentas de gestão de riscos e controlo e exerce monitorização da efetividade da 1ª linha, controla a conformidade legal e regulamentar e efetua a comunicação aos órgãos de administração e fiscalização do banco, bem como às autoridades externas competentes, sempre que aplicável.

A 3ª linha de defesa é desempenhada pelo Departamento de Auditoria Interna e tem como missão avaliar, de forma independente e baseada no risco, a adequação e eficácia da cultura organizacional da entidade e dos seus sistemas de governo e controlo interno.

Para garantir a independência necessária, a função de auditoria interna:

- Reporta funcionalmente ao Comité para as Matérias Financeiras, do CGS, e administrativamente (i.e., operações diárias) ao Chief Executive Officer (CEO);
- Desempenha a sua atividade de acordo com um plano definido e com uma abordagem baseada no risco. Este plano é aprovado pela Comissão para as Matérias Financeiras, sendo dado conhecimento ao CGS;
- Não pode ter qualquer tipo de responsabilidade ou autoridade sobre o desenho, implementação e execução dos procedimentos de controlo que audita.

O CAE pode solicitar informação/pareceres à função de auditoria interna nomeadamente em matérias de risco, controlo interno e compliance.

Adicionalmente, e como **intervenientes externos** na defesa do Sistema de Controlo Interno (4.ª linha de defesa):

- O Revisor Oficial de Contas intervém como uma linha de defesa adicional, atendendo às suas funções, essencialmente de fiscalização contabilística, incluindo no âmbito do relatório de controlo interno;
- As Autoridades de Supervisão (Banco Central Europeu e Banco de Portugal) intervêm enquanto última linha de defesa, monitorizando e promovendo o cumprimento de regras prudenciais, ao nível financeiro e ao nível das pessoas, estruturas de incentivos,

estruturas de governo, sistemas e processos. A intervenção das autoridades de supervisão não isenta a instituição da responsabilidade de assegurar uma gestão sã e prudente e do cumprimento das regras prudenciais.

Esta linha de defesa externa do banco promove a existência de uma forte cultura de risco, bem como uma gestão de risco mais eficiente dentro dos parâmetros institucionalmente definidos para o efeito. Neste contexto, aquelas entidades contribuem da seguinte forma: (i) fornecem orientações/recomendações e supervisionam o governo do banco, nomeadamente através de avaliações detalhadas e interação regular com o CAE e com a gestão de topo; (ii) requerem melhorias e ações de remediação, se e quando necessário.

## INDEPENDÊNCIA DAS FUNÇÕES DE CONTROLO

A independência das funções de controlo é assegurada através da implementação dos seguintes mecanismos:

- **Autoridade interna:** as funções são estabelecidas a um nível hierárquico adequado e reportam hierarquicamente ao CAE e funcionalmente ao CGS e respetivos comités, participando regularmente nas respetivas reuniões;
- **Responsável da função:** o responsável pela função de controlo não desempenha atividades em áreas de negócio ou de apoio que sejam objeto de controlo;
- **Recursos humanos:** os colaboradores alocados a estas funções apenas desempenham funções de controlo sendo independentes das unidades de negociação e de apoio que fiscalizam e controlam. No entanto, não estão isolados das mesmas, possuindo conhecimentos sobre a sua atividade. As funções de controlo dispõem de um número adequado de colaboradores qualificados (tanto a nível do banco como das suas sucursais e subsidiárias);
- **Remuneração:** a remuneração dos colaboradores das funções de controlo não está associada aos resultados das atividades que fiscalizam e controlam, nem compromete, de outro modo, a sua objetividade;
- **Recursos técnicos e organização:** as funções dispõem dos recursos técnicos adequados e são organizativamente independentes entre elas;
- **Âmbito:** as funções de controlo do banco desenvolvem atividades de supervisão e articulação com as funções de controlo das suas sucursais e subsidiárias.

## 5.4 Principais Políticas

Para o Grupo novobanco são determinantes para a sua ação o quadro legal a que as suas atividades estão vinculadas, mas também o quadro de valores, princípios e boas práticas, que guiam as suas ações, e estabelecem os padrões que governam a forma como o grupo exerce a sua atividade. Destacam-se em todo o Grupo novobanco, a existência e aplicação do Código de Conduta, a Política de Conflitos de Interesses, a Política de Comunicação de Irregularidades (*Whistleblowing*), e a Política Anti suborno e Anticorrupção. Adicionalmente, mas não menos relevantes, as exigências de escrutínio e transparência revistas na Política de Transações com Partes Relacionadas, a aplicação estrita da Lei e das Políticas de Prevenção, Detecção e Combate ao Crime Financeiro, e o cuidado e transparência para com cliente e investidores que resultam das Políticas no âmbito da Proteção a Investidores e Transparência de Mercado, e de garantia de uma sã e prudente gestão que resultam das Políticas de Remuneração para Órgãos de Administração e de Fiscalização e para os colaboradores, que são no seu conjunto evidência da relevância que o novobanco atribui à dimensão de cultura de cumprimento.

O compromisso do Grupo novobanco centra-se na prevenção, deteção, comunicação e gestão de situações que acarretem riscos de conduta ou de condutas irregulares segundo princípios de integridade, honestidade, diligência, competência, transparência e isenção.

### Código de Conduta

O Código de Conduta do Grupo novobanco entrou em vigor em 2015 e é aplicável aos membros do CGS e ao CAE, e aos colaboradores do novobanco e às entidades do Grupo novobanco e, ainda, a todos os terceiros que, por solicitação do banco, ao mesmo tenham aderido. O Código de Conduta promove o conjunto de regras e boas práticas a serem asseguradas pelos colaboradores no seu relacionamento com os clientes e com o próprio banco e tem como objetivo que todos conheçam os princípios e normas de natureza ética e profissional que devem nortear a sua atuação e a necessidade e importância da sua observância, respeitando o interesse dos acionistas, colaboradores e clientes.

O Código de Conduta encontra-se disponível no site do novobanco, em português e inglês, em novobanco > Grupo novobanco > Sobre nós > Governação > Compliance

O acompanhamento da aplicação do Código de Conduta no novobanco e o esclarecimento aos colaboradores relativamente ao respetivo conteúdo e aplicação está a cargo do Departamento de Compliance em coordenação com o Departamento de Capital Humano.

Em 2023, no Grupo, em consequência de incumprimento dos normativos internos no âmbito das suas funções, houve 7 (sete) colaboradores com sanções aplicadas, designadamente: 2 (dois) despedimentos sem qualquer indemnização ou compensação; 1 (uma) sanção de dias de suspensão sem retribuição e perda de antiguidade e 4 (quatro) repreensões registadas.

### Política de Conflitos de Interesses

A Política de Conflitos de Interesses estabelece regras de identificação, gestão e monitorização de potenciais conflitos de interesses das várias atividades do novobanco e do Grupo novobanco, mas também dos seus órgãos e colaboradores e, no limite, também dos seus fornecedores e subcontratados. Dá cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, e procura garantir o registo, avaliação, possível mitigação ou, no limite, abstenção de atuação, por parte do grupo, banco e seus agentes, quando identificada a possível existência de uma situação de conflito de interesses.

A Política de Conflitos de Interesses encontra-se disponível no site do novobanco, em português e inglês, em novobanco > Grupo novobanco > Sobre nós > Governação > Compliance

### Política de Transações com Partes Relacionadas

A Política de Transações com Partes Relacionadas do novobanco contém regras que visam identificar as transações realizadas entre o novobanco e Partes Relacionadas com este, procurando dar cumprimento

às disposições legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, as Orientações da *European Banking Authority* (EBA) e os artigos 85.º e 109.º do RGICSF.

Neste âmbito, o sistema de controlo implementado identifica os intervenientes nas operações contratadas com o banco, no estrito cumprimento da legislação aplicável, estando o processo de identificação, análise e validação descrito em normativo interno. São impostas ações de avaliação e aprovação das transações (concessão de crédito, colocação ou subscrição de valores mobiliários, operações sobre imóveis, aquisição ou alienação de partes de capital ou outras relações contratuais), previamente à conclusão das mesmas. Em concreto, as propostas de transações com Partes Relacionadas devem ser submetidas à análise e parecer do Departamento de Risco Global, do Departamento de Compliance, e, sujeitas a parecer do Comité de Compliance do CGS, para posterior aprovação pelo CAE e intervenção do CGS nos moldes definidos.

A Política de Transações com Partes Relacionadas encontra-se disponível no site do novobanco, em português e inglês, em [novobanco > Grupo novobanco > Sobre nós > Governação > Compliance](#)

Durante o ano de 2023 foram aprovadas 16 (dezasseis) transações de crédito, prestação de serviços e outros contratos, com Partes Relacionadas em que as transações de crédito, incluindo prorrogações e renovação de limites, com pessoas e entidades, que à data de 31 de dezembro de 2023 eram Partes Relacionadas do novobanco, perfazem o valor total de 470,2 milhões €.

O artigo 85.º RGICSF determina que as instituições de crédito não podem conceder crédito, sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias, aos membros dos seus órgãos de administração ou fiscalização, seus familiares, e sociedades ou outros entes coletivos por eles direta ou indiretamente dominados. Porém, o n.º 8 do artigo 85.º permite a concessão de crédito a sociedades ou outros entes coletivos não incluídos no n.º 1 de que sejam gestores ou em que detenham participações qualificadas. Assim, o Departamento de Compliance emitiu pareceres de conformidade relativos a 4 transações de crédito ao abrigo do artigo 85.º, n.º 8, que mereceram o posterior parecer favorável e consentimento do Comité de Compliance do CGS, a aprovação do CAE e, por fim, a ratificação pelo CGS.

Por sua vez, o artigo 109.º do RGICSF permite, cumpridos certos limites, a concessão de crédito a detentores de participações qualificadas ou a entidades que sejam, direta ou indiretamente, dominadas por aquelas ou em relação de grupo. Durante o ano de 2023, o novobanco não realizou quaisquer operações de crédito com detentores de participações qualificadas ao abrigo desta norma legal.

## Política de Comunicação de Irregularidades (*Whistleblowing*)

O novobanco continua fortemente empenhado em incrementar uma cultura de cumprimento que passe, também, pela comunicação e reporte de condutas e comportamentos indevidos, irregulares e que violem a lei, a regulamentação, as boas práticas e as políticas internas do banco.

A Política de Comunicação de Irregularidades regula, através de meios específicos, independentes e autónomos, a comunicação de irregularidades por colaboradores do banco, bem como por prestadores de serviços ou quaisquer terceiros, e tem como objetivos preservar a reputação do banco, proteger eficazmente os seus ativos e os dos seus clientes, e prevenir ou detetar precocemente irregularidades que possam ser cometidas.

Esta Política visa igualmente dar cumprimento ao disposto no RGICSF, no Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, no Código dos Valores Mobiliários, na Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (a “LBCFT”) e na Lei 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações na sua redação em vigor.

A comunicação de Irregularidades é apresentada através dos seguintes canais:

- As comunicações de Irregularidades de colaboradores e membros dos órgãos sociais são apresentadas através da plataforma disponível na intranet “Somos novobanco”;
- As restantes comunicações de Irregularidades são apresentadas através dos seguintes canais, à escolha do autor da comunicação:
  - a. Carta endereçada ao Responsável de Compliance, com morada na Avenida da Liberdade, 195, 10º andar, 1250-142 Lisboa;

- b. Formulário disponível em [www.novobanco.pt](http://www.novobanco.pt);
- c. E-mail para o endereço: [irregularidades@novobanco.pt](mailto:irregularidades@novobanco.pt);
- d. Verbalmente, em reunião, agendada através dos canais referidos atrás.

O denunciante de Irregularidades por via escrita pode livremente escolher realizar a participação de modo anónimo ou inscrever-se / identificar-se, sendo que neste caso pode solicitar que seja mantido o seu anonimato.

O Departamento de Compliance é a unidade de estrutura que em articulação com o Comité de Compliance do CGS é responsável pela monitorização da implementação desta Política e por assegurar que o procedimento de análise e tratamento de participações é adequadamente implementado e que são efetivamente adotadas as medidas consideradas adequadas.

Em 2023 foram recebidas 10 (dez) comunicações de irregularidades, 7 (sete) das quais tinham a análise concluída a 31 de dezembro de 2023, sendo que em 2 (duas) foram concluídas pela fundamentação da denúncia.

[A Política de Comunicação de Irregularidades \(“Política de Whistleblowing”\) encontra-se disponível no site do novobanco, em português e inglês, em novobanco > Grupo novobanco > Sobre nós > Governação > Compliance](#)

## Política Anti suborno e Anticorrupção

O suborno e a corrupção representam um dos principais desafios das sociedades modernas, e a prevenção, deteção e combate exigem uma conjugação de esforços de todos os setores da sociedade, incluindo a banca, que tem um importante papel a desempenhar na promoção de uma cultura de integridade pública. A prevenção, deteção e o combate a práticas de suborno e corrupção torna-se uma responsabilidade de todos, exigindo o desenvolvimento de um novo conjunto de deveres preventivos e de metodologias transversais às organizações e entidades públicas e privadas. A Política Anti suborno e Anticorrupção aprovada pelo Comité de Compliance do CGS, e pelo CAE visa prevenir e mitigar o risco de suborno e corrupção, e de práticas relacionadas com estes, reafirmando o novobanco o seu empenho na construção de uma sociedade mais íntegra.

Em 2023, e para assegurar o exercício da sua atividade em conformidade com os quadros legais e tendo sempre subjacente o combate à corrupção, o Grupo novobanco

efetuou cerca de 570 comunicações às entidades judiciárias, tendo igualmente colaborado com mais de 1,3 mil respostas a estas entidades.

[A Política Anti suborno e Anticorrupção encontra-se disponível no site do novobanco, em português e inglês, em novobanco > Grupo novobanco > Sobre nós > Governação > Compliance](#)

## Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo

A capacidade de prevenir, detetar e combater atividades passíveis de constituírem branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo decorre diretamente do conhecimento, por parte dos bancos, de determinados elementos relativos às suas contrapartes e respetivas transações.

O Grupo novobanco, através do seu Departamento de Compliance, tem um eixo de atuação que cria as condições que permitem ao banco prevenir, detetar e combater, através da implementação de políticas, procedimentos e controlos adequados, a possibilidade do banco, e o grupo novobanco, serem utilizados como veículo para atividades de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, considerando que se materializam de forma expressiva no sistema financeiro estes riscos.

Consciente do desafio que representa este controlo, e ação de prevenção, o Grupo novobanco mantém uma permanente reavaliação dos riscos em que incorre, em razão do seu negócio, operações e geografias onde atua, diligenciando a identificação de fragilidades e de áreas de maior exposição, por forma a assegurar a existência de adequados métodos de controlo e mitigação de riscos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo. A capacidade de prevenir e, no limite, detetar e combater atividades passíveis de configurar a prática destes crimes decorre diretamente do conhecimento do banco sobre os seus clientes, as suas contrapartes e respetivas transações, tendo especial enfoque nos seguintes momentos:

- Abertura de contrato ou alterações de titularidade de contrato existente, através do que é referenciado por KYC (*know your customer*, Conhecimento do Cliente) ou seja, assegurar comprovadamente a identificação dos titulares, representantes e beneficiários efetivos;
- Acompanhamento da transacionalidade do contrato, KYT (*know your transaction*, Conhecimento das

Transações), nomeadamente identificando situações atípicas, tanto antecipadamente como por contacto com o cliente após deteção da situação;

- Análise de risco de contrapartes em operações de investimento e desinvestimento, e de circuitos de transação e *source of funds*, nos termos da Lei.

Com este intuito, o Grupo novobanco, recorrendo a ferramentas informáticas com reconhecidos resultados a nível internacional, como complemento à experiência do seu capital humano, tem criado e desenvolvido modelos de avaliação que permitem assegurar que um maior escrutínio é aplicado onde este se revela mais necessário.

O Grupo novobanco, cumprindo com as suas obrigações regulamentares, desenvolve exercícios de formação em prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo para todos os seus colaboradores (estruturas comerciais e centrais, incluindo quadros diretivos, e membros do órgão de administração e fiscalização). A formação pode ser à distância ou presencial, esta última essencialmente dirigida a novos colaboradores, com o objetivo de os dotar de competências que lhes permitam colaborar com as funções de controlo na mitigação dos riscos inerentes ao exercício das suas atribuições.

Em 2023, o novobanco manteve a sua formação em prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo tendo concedido 12.968 horas de formação online (incluindo 1107 horas de formação a Quadros Diretivos).

A formação revela-se como um instrumento fundamental para uma correta identificação, por parte dos colaboradores, de potenciais situações com indícios de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo, sendo igualmente crucial para efeito do adequado cumprimento dos deveres legais e regulamentares a que o banco se encontra sujeito.

A prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo é um dos alicerces da confiança no sistema financeiro, pelo que continuará a merecer uma especial e permanente atenção operacional e estratégica.

[As Políticas de Gestão de Risco de branqueamento de capitais e financiamento do Terrorismo do banco podem ser consultadas no site institucional do novobanco, em português e inglês, em Novo Banco > Institucional > Governação > Compliance](#)

## Políticas no âmbito da Proteção a Investidores e Transparência de Mercado

A entrada em vigor da Diretiva n.º 2014/65/UE, de 15 de maio de 2014, relativa aos mercados de instrumentos financeiros (“DMIF II”), e de regulamentação conexa, em janeiro de 2018, abrange todas as pessoas e entidades que atuam nos mercados financeiros e tem como objetivo reforçar a proteção do investidor e aumentar a transparência e qualidade do funcionamento do mercado financeiro e serviços prestados. Adicionalmente, a legislação nacional relativa às atividades de intermediação financeira (de que se destaca o Código dos Valores Mobiliários) e à atividade de mediação de seguros (com destaque para a Lei 7/2019 de 16 de janeiro), constituem o quadro base de referência para uma atuação leal e transparente por parte dos operadores nos mercados financeiros e, como tal, para o Grupo novobanco.

Face à tendência internacional de reforço dos deveres dos intermediários financeiros, de transparência, licitude, completude na informação, diligência e proteção de investidores, bem como face a alterações nas regras de comercialização de instrumentos financeiros, o novobanco adotou as melhores práticas em termos de Governance de produtos e serviços, garantindo a avaliação prévia, e a monitorização subsequente da sua oferta, tendo o Departamento de Compliance responsabilidades alargadas, atribuídas, neste âmbito.

Para cumprimento do quadro legal, o novobanco aprovou e divulga o seu normativo e políticas, decorrentes desta regulamentação, em área dedicada no seu site em [novobanco > Investimento > Temas úteis > Informação ao Investidor](#), sintetizando-se, infra, as que se destacam, neste âmbito, pela sua relevância:

### Gravação e registo de comunicações.

O novobanco encontra-se obrigado a manter gravações e registos de todas as comunicações mantidas com os Clientes e potenciais Clientes, no que respeita a todos os serviços, atividades e operações por si efetuados.

### Classificação de clientes.

O novobanco classifica os seus clientes para efeitos de transações em instrumentos financeiros numa de três categorias: não profissional, profissional e contraparte elegível. Estas classificações têm implicações no nível de proteção dada ao investidor. O grau de proteção é tanto maior quanto menor se estima que sejam os conhecimentos e experiência do cliente relativamente aos mercados e instrumentos financeiros.



**Avaliação de adequação.**

Com vista a assegurar a adequação dos instrumentos financeiros ou dos serviços de investimento prestados pelo novobanco ao perfil de investimento do cliente, o novobanco solicita aos seus Clientes e potenciais Clientes o preenchimento de questionários de perfil de investidor, visando conhecer, de forma mais completa e pormenorizada, entre outros aspetos, a sua experiência e conhecimento em matéria de investimento, a sua situação financeira, os seus objetivos de investimento (incluindo capacidade para suportar perdas) e a sua tolerância ao risco. Esta partilha de informação e conhecimento, permitirá avaliar se um determinado produto ou serviço de investimento é apropriado à situação concreta do cliente investidor.

**Salvaguarda de Bens de Clientes.**

O Código dos Valores Mobiliários (CVM) prevê que o intermediário financeiro deverá adotar procedimentos e implementar medidas que permitam em todos os atos que pratique, assim como nos registos contabilísticos e de operações, assegurar uma clara distinção entre os bens pertencentes ao seu património e os bens pertencentes ao património de cada um dos clientes, para que a abertura de processo de insolvência, de recuperação de empresa ou de saneamento do intermediário financeiro não tenha efeitos sobre os atos praticados pelo intermediário financeiro por conta dos seus clientes. O intermediário financeiro não pode, no seu interesse ou no interesse de terceiros, dispor de instrumentos financeiros dos seus clientes ou exercer os direitos a eles inerentes, salvo acordo dos titulares. O novobanco possui procedimentos que salvaguardam estas regras.

**Processo de escrutínio da oferta.**

O novobanco possui procedimentos que governam a conceção, aprovação, distribuição e monitorização dos produtos e serviços oferecidos. Estes procedimentos preveem o escrutínio de nova oferta, dos sistemas de incentivos, das campanhas internas e ainda da publicidade a produtos e serviços, bem como, o acompanhamento da oferta existente.

**Políticas de Remuneração para Órgãos de Administração e de Fiscalização e para Colaboradores**

As Políticas de Remuneração do novobanco foram elaboradas de acordo com a legislação em vigor nesta data, em particular com o RGICSF, o Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal e as Orientações da EBA 2021/04 relativas a Políticas de Remunerações sãs e demais

legislação conexas, refletem os princípios orientadores de meritocracia e transparência e têm em consideração (i) os objetivos, estratégia e interesses de longo prazo, (ii) a natureza e estrutura corporativa, (iii) a cultura e valores corporativos, (iv) a estratégia e cultura de risco (incluindo os fatores de riscos ambientais, sociais e de governo), (v) os interesses de longo prazo dos acionistas; e (vi) a prevenção de conflitos de interesses e não assunção de riscos excessivos do banco.

Nos termos e para os efeitos do RGICSF, do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, e para cumprimento dos deveres de divulgação relativos às políticas de remuneração aí previstos, o Comité de Remunerações realizou uma avaliação anual da implementação das políticas de remuneração e das práticas e processos em matéria de remunerações. Por referência ao período em apreço, o Comité de Remunerações não identificou quaisquer deficiências.

No que respeita à revisão das políticas de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Colaboradores, a mesma foi conduzida pelo Comité de Remunerações com a participação dos departamentos tidos como relevantes para este exercício (e.g. Capital Humano, Assuntos Jurídicos, Compliance e Risco) garantindo, assim, total alinhamento das práticas estabelecidas com as exigências regulamentares aplicáveis. Na sequência dessa revisão, foram introduzidos ligeiros ajustes nas Políticas de Remuneração nomeadamente, a eliminação do capítulo relativo às limitações das remunerações decorrentes dos compromissos assumidos pelo Estado Português perante a Comissão Europeia, no contexto dos auxílios de Estado concedidos (Auxílio Estatal no.SA.49275 (2017 / N)), e a inclusão da regra de diferimento nas situações em que a componente variável da remuneração é particularmente elevada.

O Regulamento relativo às Unidades de Remuneração foi, igualmente, objeto de uma revisão para assegurar consistência e alinhamento com as Políticas de Remuneração.

O Comité de Remunerações entende que as Políticas de Remuneração são adequadas à situação atual do novobanco e considera que os incentivos definidos para os membros do Conselho de Administração Executivo e para as diferentes categorias de Colaboradores, bem como a estrutura desses incentivos, estão alinhados com os objetivos de longo prazo da instituição e dos diversos stakeholders.

O relatório elaborado pelo Comité de Remunerações será submetido ao Conselho Geral e de Supervisão, à Assembleia Geral de Acionistas e ao Conselho de Administração Executivo, que deverá assegurar a implementação de quaisquer medidas identificadas.

### **i) Descrição da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização**

#### **Competências para Aprovação da Política.**

A aprovação da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é da competência da Assembleia Geral de Acionistas, mediante proposta do Comité de Remunerações do Conselho Geral e de Supervisão, sendo este Comité também responsável por, entre outras responsabilidades:

- Preparar as decisões sobre a remuneração a atribuir aos membros do Conselho de Administração Executivo, bem como a definição dos seus KPI;
- Definir e aprovar o orçamento para a remuneração variável total dos colaboradores, com base, nos resultados do banco, quer em termos financeiros quer em termos da sustentabilidade dos mesmos;
- Verificar se as políticas de remuneração existentes estão atualizadas e, se necessário, propor as alterações apropriadas;
- Avaliar os mecanismos e sistemas adotados para assegurar que os sistemas de remuneração são coerentes com uma gestão de riscos sã e eficaz e avaliar os critérios utilizados para definir a remuneração e os ajustamentos pelo risco (Clawback ou Malus).

#### **Conselho Geral e de Supervisão.**

Apenas os membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão recebem remuneração do novobanco, aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, remuneração essa que tem apenas uma componente fixa e é paga 12 vezes por ano.

#### **Conselho de Administração Executivo.**

A remuneração do Conselho de Administração Executivo tem uma componente fixa e uma componente variável. A remuneração fixa é estabelecida de acordo com a complexidade, nível de responsabilidade e competências necessárias para a função, sendo paga 14 vezes por ano. A componente variável da remuneração é de atribuição discricionária e baseia-se numa avaliação individual e coletiva do desempenho, tendo em conta critérios quantitativos e qualitativos. Esses critérios são definidos e avaliados pelo Comité de Remunerações e oportunamente comunicados aos membros do Conselho de Administração Executivo.

As seguintes regras devem ser observadas no processo de atribuição da remuneração variável:

- Apenas poderá ser atribuída se não colocar em causa a capacidade de o banco manter uma base sólida de fundos próprios, o banco tiver obtido um desempenho operacional positivo e desde que a atribuição (e o seu pagamento, incluindo as parcelas diferidas) seja consistente com práticas de gestão dos riscos sãs e eficazes;
- Não poderá exceder 100% da remuneração anual fixa, estando a aprovação de um rácio superior, e até ao limite máximo de 200%, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas;
- É diferida ao longo de um período de 5 anos a contar do ano de referência, sendo que, 50% é paga no ano da atribuição e os remanescentes 50% serão adquiridos e pagos numa base pro rata nos quatro anos seguintes à atribuição. Nas situações em que a componente variável da remuneração seja superior a um milhão de euros, o montante a diferir será de 60%, pagos pro rata nos quatro anos seguintes à atribuição;
- 50% dos valores de remuneração variável atribuídos terão a forma de “Unidades de Remuneração”, cujos termos e condições de atribuição, aquisição e pagamento se encontram definidos no Regulamento para as Unidades de Remuneração. O valor de cada Unidade de Remuneração é determinado pelo Comité de Remunerações, de acordo com indicadores financeiros do banco, antes da liquidação de qualquer destes valores diferidos.

Para além de qualquer compromisso acordado no processo de contratação sob a forma de prémio de assinatura, nenhum outro tipo de remuneração variável poderá ser garantido.

Todos os valores pagos ou diferidos, independentemente de constituírem direitos adquiridos, estão sujeitos à aplicação de mecanismos de ajustamento com base no risco, ou seja, Clawback e/ou Malus.

No que se refere a outros benefícios, como o Seguro de Saúde ou Telemóvel, aplicam-se as políticas internas do banco definidas para o efeito.

### **ii) Descrição da Política de Remuneração para Colaboradores**

#### **Competências para Aprovação da Política.**

A aprovação da Política de Remunerações para

Colaboradores é da competência do Conselho de Administração Executivo, sob proposta do Comité de Remunerações.

### Colaboradores Identificados

#### Seleção dos Colaboradores Identificados.

Política de Remunerações para Colaboradores do banco prevê o regime aplicável aos colaboradores que têm ou podem ter um impacto significativo no perfil de risco do novobanco, sendo estes classificados como Colaboradores Identificados, de acordo com o estipulado na Política.

A lista de Colaboradores Identificados é revista anualmente e reportada com a mesma periodicidade ao Banco de Portugal, ao abrigo do Instrução n.º 18/2020 do Banco de Portugal.

#### Componentes de Remuneração.

A remuneração fixa deve refletir a competência, experiência e responsabilidade inerente à função desempenhada, e não estar dependente do desempenho. A atribuição de remuneração variável aos Colaboradores Identificados, bem como o seu montante, depende da decisão do Comité de Remunerações e do Conselho de Administração Executivo. Existindo atribuição de remuneração variável esta é calculada em função de uma avaliação individual e coletiva do desempenho, devendo considerar os seguintes princípios:

- O desempenho deve ser avaliado considerando critérios quantitativos e qualitativos e através de variáveis financeiras e não-financeiras;
- O período de avaliação do desempenho e atribuição de remuneração variável deve ser plurianual o que implica que parte substancial do valor atribuído seja diferido de forma a ter em conta ciclos económicos, a gestão do risco e promover a retenção dos Colaboradores Identificados;
- A remuneração variável deve ser diferida ao longo de um período de 5 anos, assumindo um pagamento de 60% no ano da atribuição sendo os remanescentes 40% adquiridos e pagos numa base pro rata nos quatro anos seguintes à atribuição;
- A remuneração variável dos Colaboradores Identificados poderá ser excluída de diferimento se o valor da remuneração variável a atribuir for inferior a 50.000€ e representar menos de um terço da remuneração anual total do colaborador;
- O valor da remuneração variável não poderá exceder 100% da remuneração anual fixa, estando a aprovação

de um rácio superior, e até ao limite de 200%, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas;

- 50% da Remuneração Variável atribuída terá a forma de “Unidades de Remuneração”, cujos termos e condições de atribuição, aquisição e pagamento se encontram definidos no Regulamento das Unidades de Remuneração. O valor de cada Unidade de Remuneração é determinado pelo Comité de Remunerações, de acordo com indicadores financeiros do banco, antes da liquidação de qualquer valor diferido;
- Podem ser definidos Planos de Retenção para Colaboradores Identificados, no âmbito dos quais poderá resultar uma remuneração variável superior a 100% da remuneração anual fixa sujeita a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas e às condições constantes do respetivo regulamento;
- Para além de quaisquer compromissos acordados no processo de contratação sob a forma de prémio de assinatura ou prémio de retenção no âmbito de um programa de retenção, nenhuma outra forma de remuneração variável é garantida;
- Todos os valores de remuneração variável pagos ou diferidos, independentemente de constituírem direitos adquiridos, estão sujeitos aos mecanismos de ajustamento pelo risco, Clawback e/ou Malus, conforme descritos na Política de Remunerações.

#### iii) Divulgação das Remunerações

Ponto 5.6 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores Identificados.

### Política de Seleção e Avaliação de Órgãos de Administração, Fiscalização e Titulares de Funções Essenciais

O novobanco tem uma Política de Seleção e Avaliação de Órgãos de Administração, Fiscalização e Titulares de Funções Essenciais (“Política de Seleção e Avaliação”), dando assim cumprimento ao enquadramento legal e regulatório existente e garantido a aplicação dos padrões exigidos em termos de governo interno para as instituições financeiras significativas. Esta Política de Seleção e Avaliação foi aprovada em Comité de Nomeações do Conselho Geral e de Supervisão, Conselho Geral e de Supervisão, Conselho Administração Executivo e Assembleia Geral de Acionistas.

A Política de Seleção e Avaliação pretende garantir que os titulares de cargos de Administração, Fiscalização e

de Funções Essenciais (nomeadamente os titulares das funções de Risco, Auditoria, Compliance, diretores gerais de sucursais e outros diretores que o banco identifique como tendo funções que importem a assunção de riscos, atualmente os responsáveis de Tesouraria, Marketing e Prevenção de Branqueamento de Capitais) cumprem todos os critérios de adequação, quer no momento da sua nomeação, quer ao longo do mandato ou desempenho das funções. Esta adequação traduz-se essencialmente na capacidade para assegurar de forma constante, uma gestão sã e prudente da instituição, tendo em conta a salvaguarda do sistema financeiro e os interesses dos clientes, depositantes, investidores, credores e demais partes interessadas, sendo avaliados os seguintes requisitos: i) experiência; ii) reputação; iii) ausência de conflitos de interesse e independência; iv) disponibilidade, v) adequação coletiva e (vi) a adesão a padrões éticos do banco.

A fim de assegurar a estabilidade e a continuidade na gestão e dar cumprimento aos requisitos regulamentares, o novobanco dispõe ainda de uma Política de Planeamento da Sucessão.

## **Política de Seleção e Avaliação do Revisor Oficial de Contas do Novo Banco e de Contratação de Serviços Distintos de Auditoria Não Proibidos**

O novobanco aprovou em 2018 e reviu mais recentemente em 2023, a Política de Seleção e Avaliação do Revisor Oficial de Contas do Novo Banco e de Contratação de Serviços Distintos da Auditoria Não Proibidos, dando assim cumprimento à regulamentação aplicável. Esta Política foi revista e aprovada no Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria) do Conselho Geral e de Supervisão, no Conselho Geral e de Supervisão e na Assembleia Geral do novobanco.

A Política é aplicável à seleção, designação e avaliação do Revisor Oficial de Contas do novobanco e tem como objetivo assegurar que este reúne os requisitos necessários de adequação (competência e idoneidade), experiência profissional, independência e disponibilidade,

tendo em conta a natureza, dimensão e complexidade da atividade do novobanco e das suas subsidiárias financeiras, bem como as responsabilidades associadas às tarefas específicas que serão realizadas.

Para o efeito, a Política define os critérios de avaliação, estipula uma obrigação de acompanhamento da atividade do Revisor Oficial de Contas e estabelece as responsabilidades internas e os procedimentos a adotar neste contexto.

Adicionalmente, a Política define os critérios e procedimentos a aplicar no caso da contratação ao Revisor Oficial de Contas de serviços distintos da auditoria, definindo quais os serviços permitidos e quais os proibidos.

Em 2023 foi efetuada, ao abrigo desta política, a avaliação do ROC relativa ao ano de 2022.

## 5.5 Crédito a Membros dos Órgãos Sociais

A 31 de dezembro de 2023 o montante de crédito em dívida de pessoas e entidades abrangidas pelo artigo 85.º do RGICSF é o seguinte:

Nome / Denominação	Cargo	Valor (em euros)
<b>Membros de Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2023</b>		
<b>Conselho de Administração Executivo</b>		
Luís Miguel Alves Ribeiro	Vogal do Conselho de Administração Executivo	
Pessoas estreitamente relacionadas		121 669,15
Carlos Jorge Ferreira Brandão	Vogal do Conselho de Administração Executivo	72 950,71
<b>Conselho Geral e de Supervisão</b>		
Carla Alexandra Severino Antunes da Silva	Vogal do Conselho Geral e de Supervisão	
Pessoas estreitamente relacionadas		241 352,68
<b>Entidade de que é gestor um membro do Conselho de Administração Executivo</b>		
APB – Associação Portuguesa de Bancos		508,88
LOCARENT - Companhia Portuguesa Aluguer Viaturas S.A.		137 721 811,85
NOVO BANCO dos AÇORES		12 294 560,00
SIBS - SGPS SA		9 375 000,00
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito SA		15 000 000

O valor de crédito concedido a pessoa estreitamente relacionada com um membro do Conselho de Administração Executivo refere-se ao Crédito à Habitação e o montante em dívida de Carlos Jorge Ferreira Brandão é referente a modalidades de crédito ao consumo contratadas antes da sua nomeação. O crédito concedido a pessoas estreitamente relacionadas com um membro do Conselho Geral e de Supervisão refere-se a modalidades de crédito a empresas. Não são considerados eventuais saldos de cartão de crédito, quando apresentam modalidades de pagamento a 100% que não ultrapassem o vencimento mensal bruto.

Os valores de crédito das Entidades de que são gestores membros do Conselho de Administração Executivo referem-se a modalidades de crédito a empresas e garantias bancárias, estando ainda incluída a subscrição de emissões de títulos de dívida sénior (não preferencial) do novobanco dos Açores.

Para os efeitos do artigo 109.º, n.º 7 do RGICSF, informa-se que a 31 de dezembro de 2023 não havia crédito concedido a detentores, direta ou indiretamente, de participações qualificadas.

## 5.6 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores Identificados

### i) Órgãos Sociais

#### a. Total da Remuneração paga em 2023

Remuneração Fixa e Variável 2023						
	Cargo	Salário	Outros Benefícios pos-Emprego <sup>4</sup>	Outros <sup>5</sup>	Remuneração Variável 2022 <sup>6</sup>	Total Pago
<b>Conselho Administração Executivo</b>		<b>2 545 147</b>	<b>35 838</b>	<b>252 500</b>	<b>810 000</b>	<b>3 643 484</b>
Mark Georges Bourke	Presidente	600 000	-	210 000	195 000	1 005 000
Benjamin Dickgiesser <sup>1</sup>	Vogal	125 147	-	42 500	-	167 647
Luis Miguel Alves Ribeiro	Vogal	375 000	21 089	-	147 500	543 588
Andres Baltar Gracia	Vogal	375 000	-	-	130 000	505 000
Luisa Marta Santos Soares da Silva Amaro de Matos	Vogal	375 000	-	-	132 500	507 500
Carlos Jorge Ferreira Brandão	Vogal	320 000	-	-	72 500	392 500
Rui Miguel Dias Ribeiro Fontes	Vogal	375 000	14 749	-	132 500	522 249
<b>Conselho Geral e Supervisão</b>		<b>1 297 500</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 297 500</b>
Byron James Macbean Haynes	Presidente	468 000	-	-	-	468 000
Karl - Gerhard Eick	Vice-Presidente	328 000	-	-	-	328 000
Kambiz Nourbakhsh	Membro CGS	-	-	-	-	-
Mark Andrew Coker	Membro CGS	-	-	-	-	-
John Ryan Herbert	Membro CGS	102 000	-	-	-	102 000
Robert Alan Sherman	Membro CGS	102 000	-	-	-	102 000
Carla Alexandra Severino Antunes da Silva	Membro CGS	81 000	-	-	-	81 000
William Henry Newton	Membro CGS	176 000	-	-	-	176 000
Monika Wildner <sup>2</sup>	Membro CGS	40 500	-	-	-	40 500
Evgeniy Kazarez <sup>3</sup>	Membro CGS	-	-	-	-	-

(1) Membro do CAE desde outubro 2023. Adicionalmente à remuneração do quadro acima, foi pago um prémio de assinatura de 150.000€.

(2) Membro do CGS desde julho 2023. No período de janeiro a junho recebeu ainda 40.500€ ao abrigo de um contrato de consultoria.

(3) Membro do CGS desde novembro 2023.

(4) A Contribuição anual do Plano de Contribuição Definida foi reativada em 2023. Foi efetuada uma contribuição total de 66.678€ para os membros do CAE elegíveis, relativa a anos anteriores.

(5) Outros Subsídios (Expatriação e Saúde).

(6) 50% da Remuneração Variável de 2022.

Na sequência do fim do Período de Reestruturação decretado pela Comissão Europeia no contexto da ajuda de estado decorrente do processo de venda do novobanco, as limitações de remunerações aos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização deixaram de ser aplicáveis, o que resultou em pagamentos adicionais em 2023 para os atuais membros do CAE e CGS de 382.948€ referentes a salários que estavam diferidos e 2.663.167€ de remunerações variáveis de anos anteriores cujo período de diferimento já tinha decorrido.

Antes do pagamento, e de acordo com a situação financeira do Banco, o Comité de Remunerações avaliou em 1€, cada Unidade de Remuneração e não foi identificado qualquer evento que justificasse a aplicação de mecanismos de ajustamento pelo risco.

Em 2023, não foram feitos quaisquer pagamentos aos Membros dos Órgãos Sociais do novobanco através de qualquer outra entidade do Grupo.

### b. Remuneração Variável de 2023

A remuneração variável atribuída aos Membros do CAE referente ao ano de 2023, é a seguinte:

	Cargo	Remuneração Variável de 2023			Total Remuneração Diferida pendente <sup>2</sup>
		Total Atribuído	Total em numerário	Total em Unidades Remuneração	
<b>Conselho Administração Executivo</b>		<b>1 877 647</b>	<b>938 824</b>	<b>938 824</b>	<b>2 362 816</b>
Mark Georges Bourke	Presidente	390 000	195 000	195 000	565 000
Benjamin Dickgiesser	Vogal	82 647	41 324	41 324	41 324
Luis Miguel Alves Ribeiro	Vogal	305 000	152 500	152 500	406 667
Andres Baltar Gracia	Vogal	275 000	137 500	137 500	347 500
Luisa Marta Santos Soares da Silva Amaro de Matos	Vogal	275 000	137 500	137 500	375 833
Carlos Jorge Ferreira Brandão <sup>1</sup>	Vogal	275 000	137 500	137 500	246 492
Rui Miguel Dias Ribeiro Fontes	Vogal	275 000	137 500	137 500	380 000

(1) Inclui 75.000€ atribuídos em setembro 2023 em antecipação do Prémio de Desempenho 2023.

(2) Remuneração Variável diferida com base nas atribuições de 2020, 2021, 2022 e 2023.

Como referido na Política de Remunerações para Órgãos de Administração e Fiscalização, a atribuição de remuneração variável está limitada a 100% da remuneração fixa anual de cada Membro do CAE, sendo 50% dessa atribuição em numerário e 50% em Unidades de Remuneração. De acordo com a Política de Remunerações, 50% da remuneração variável atribuída é diferida por um período de 5 anos (2024-2028).

O valor das Unidades de Remuneração à data da atribuição é de 1 (um) Euro e o seu valor é depois reavaliado, pelo Comité de Remunerações, no momento do pagamento. De acordo com o “Regulamento das Unidades de Remuneração”, no momento do pagamento, o valor daquelas apenas poderá ser ajustado em baixa quando comparado com o valor definido aquando da atribuição. Estes valores estão sujeitos aos mecanismos de ajustamento pelo risco (Malus e Clawback).

**Outros benefícios e compensação e benefícios não monetários.**

Nada a referir.

**Planos de atribuição de ações ou opções de compra de ações.**

Nada a referir.

**Remuneração paga ou devida a ex-membros do Conselho de Administração Executivo em relação à rescisão antecipada de contrato no ano de referência.**

Nada a referir.

**ii) Colaboradores Identificados**

Na sequência do procedimento anual de seleção referido na Política de Remunerações, a lista de Colaboradores Identificados foi atualizada em CAE e revista e aprovada em Comité de Remunerações. Um grupo de 55 colaboradores foi classificado como Colaborador

Identificado e o quadro abaixo indica os valores de Remuneração Fixa e Variável paga em 2023, dos quais 50% são atribuídos em numerário e 50% em unidades de remuneração.

Colaboradores Identificados		Remuneração Fixa e Variável 2023			
		Salário	Outros Benefícios pos-Emprego <sup>1</sup>	Remuneração Variável 2022 <sup>2</sup>	Total Pago
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>7 718 517</b>	<b>231 608</b>	<b>2 240 046</b>	<b>10 190 170</b>
Comercial	7	918 683	59 285	303 407	1 281 375
Funções de Controlo	4	660 894	2 499	173 451	836 844
Suporte	44	6 138 940	169 824	1 763 188	8 071 951

(1) A Contribuição anual do Plano de Contribuição Definida foi reativada em 2023. Foi efetuada uma contribuição total de 384.925€ para os Colaboradores Identificados elegíveis, relativa a anos anteriores.

(2) Remuneração Variável atribuída relativamente ao ano de 2022 e que não ficou diferida.

A remuneração variável de 2023 será paga e sujeita a um diferimento de acordo com a Política de Remunerações. Estes montantes estão sujeitos a futuros ajustamentos de acordo com a mesma Política. Em relação às exclusões de diferimento incluídas na Política de

Remuneração dos Colaboradores, esta aplica-se a 23 colaboradores identificados que têm um valor atribuído que não excede os 50.000€ e representa menos de 1/3 da remuneração anual total.

Colaboradores Identificados		Remuneração Variável de 2023			Total Remuneração Diferida pendente <sup>1</sup>
		Total Atribuído	Total em numerário	Total em Unidades Remuneração	
<b>Colaboradores Identificados</b>	<b>55</b>	<b>4 442 547</b>	<b>2 221 273</b>	<b>2 221 273</b>	<b>3 496 212</b>
Comercial	7	573 842	286 921	286 921	501 665
Funções de Controlo	4	327 000	163 500	163 500	274 349
Suporte	44	3 541 705	1 770 853	1 770 853	2 720 198

(1) Remuneração Variável diferida com base nas atribuições de 2021, 2022 e 2023.



Em relação a pagamento de valores diferidos em 2023, um total de 1.616.218€ foi pago aos Colaboradores Identificados de Remunerações Variáveis atribuídas em anos anteriores.

Durante 2023, três Colaboradores Identificados de 2022 saíram do Banco e receberam indemnizações num total de 1.000.000€

## 5.7 Participações Detidas por Membros dos Órgãos Sociais

À data de 31 de dezembro de 2023, e relativamente ao exercício de 2023, os membros dos Órgãos Sociais do novobanco não eram detentores de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo novobanco ou por sociedades em relação de domínio ou de grupo com o novobanco.

Adicionalmente, não se realizaram neste período quaisquer aquisições, onerações ou transmissões de valores mobiliários emitidos pelo novobanco ou por sociedades em relação de domínio ou de grupo com o novobanco por parte de membros dos Órgãos Sociais.

## 5.8 Investimento Indireto Não Relevante no Novo Banco SA

Todos os atuais membros do CAE e alguns membros do CGS adquiriram, com recursos próprios, participações numa estrutura de investimento indireto no novobanco, que tinha sido constituída (e é controlada) pela LSF Nani GP, LLP, que detém indiretamente uma participação de 75% no novobanco. Este investimento indireto representa uma participação substancialmente inferior a 1% no novobanco e não tem impacto financeiro no banco, nem no exercício das funções, idoneidade e independência dos referidos membros, tendo em conta o reduzido peso do investimento no percentual do capital

social, e também para cada pessoa individualmente. Os investimentos indiretos não materiais no novobanco foram divulgados nas anteriores demonstrações financeiras anuais do novobanco e foram comunicados às autoridades de supervisão e ao Chief Compliance Officer do novobanco. Adicionalmente, alguns colaboradores tiveram também a oportunidade de realizar um investimento indireto não material no novobanco com recurso a recursos próprios, nos mesmos termos acima referidos.

---

# 6 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS FINAIS

## 6.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

**NOVO BANCO, S.A.****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(milhares de euros)	31.12.2023	31.12.2022
Receitas de juros	1 955 662	834 679
Despesas com juros	( 813 078)	( 209 204)
<b>Margem financeira</b>	<b>1 142 584</b>	<b>625 475</b>
Receitas de dividendos	2 133	5 035
Receitas de taxas e comissões	339 061	337 335
Despesas de taxas e comissões	( 44 746)	( 47 155)
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	( 58 055)	( 88 255)
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação	4 418	149 212
Ganhos ou perdas com ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	26 633	( 40 493)
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	79	116
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura	32 112	( 1 713)
Diferenças cambiais	24 369	6 789
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros	27 901	83 289
Outras receitas operacionais	106 231	214 005
Outras despesas operacionais	( 124 054)	( 118 357)
<b>Receitas operacionais totais</b>	<b>1 478 666</b>	<b>1 125 283</b>
Despesas administrativas	( 435 577)	( 395 870)
Despesas de pessoal	( 252 704)	( 233 707)
Outras despesas administrativas	( 182 873)	( 162 163)
Contribuições para fundos de resolução e garantia de depósitos	( 78 481)	( 41 155)
Depreciação	( 43 588)	( 52 493)
Provisões ou reversão de provisões	( 45 699)	( 39 245)
Compromissos e garantias concedidos	628	2 685
Outras provisões	( 46 327)	( 41 930)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	( 141 893)	( 101 882)
Imparidades ou reversão de imparidades de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	7 406	21 546
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros	6 351	8 375
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência	7 215	8 354
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos</b>	<b>754 400</b>	<b>532 913</b>
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação	( 5 769)	53 301
Impostos correntes	( 15 134)	( 10 048)
Impostos diferidos	9 365	63 349
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação após dedução de impostos</b>	<b>748 631</b>	<b>586 214</b>
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais descontinuadas	( 412)	( 270)
<b>Lucros ou prejuízos do exercício</b>	<b>748 219</b>	<b>585 944</b>
<b>Atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe</b>	<b>743 088</b>	<b>560 842</b>
Atribuíveis a interesses minoritários (interesses que não controlam)	5 131	25 102
	<b>748 219</b>	<b>585 944</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração Executivo

**NOVO BANCO, S.A.****BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(milhares de euros)

31.12.2023

31.12.2022

**ATIVO**

Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	5 867 189	6 599 078
Ativos financeiros detidos para negociação	436 148	171 810
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	264 912	313 702
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	13
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	838 523	2 331 099
Ativos financeiros pelo custo amortizado	32 452 537	32 559 148
Títulos	7 870 536	7 964 664
Aplicações em instituições de crédito	47 940	43 548
Crédito a clientes	24 534 061	24 550 936
Derivados - Contabilidade de cobertura	683 063	562 845
Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela cobertura de carteira para o risco de taxa de juro	( 83 498)	( 165 144)
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	59 511	119 744
Ativos tangíveis	757 549	798 831
Ativos fixos tangíveis	363 754	299 264
Propriedades de investimento	393 795	499 567
Ativos intangíveis	86 748	69 832
Ativos por impostos	931 036	956 000
Ativos por impostos correntes	29 376	32 570
Ativos por impostos diferidos	901 660	923 430
Outros ativos	1 117 258	1 618 484
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	89 814	59 587
<b>Total do Ativo</b>	<b>43 500 790</b>	<b>45 995 029</b>

**PASSIVO**

Passivos financeiros detidos para negociação	100 639	99 386
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	37 330 355	40 987 177
Recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito	5 745 326	9 705 154
(dos quais: Operações com acordo de recompra)	3 867 053	2 150 824
Recursos de clientes	29 984 273	29 277 858
(dos quais: Operações com acordo de recompra)	1 366 382	450 906
Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados e Passivos associados a ativos transferidos	1 107 585	1 628 897
Outros passivos financeiros	493 171	375 268
Derivados - Contabilidade de cobertura	124 729	119 578
Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela cobertura de carteira para o risco de taxa de juro	62 049	-
Provisões	430 829	413 432
Passivos por impostos	10 808	8 427
Passivos por impostos correntes	10 808	7 582
Passivos por impostos diferidos	-	845
Outros passivos	1 005 846	839 919
Passivos incluídos em grupos para alienação classificados como detidos para venda	13 107	15 492
<b>Total do Passivo</b>	<b>39 078 362</b>	<b>42 483 411</b>

**CAPITAL PRÓPRIO**

Capital	6 567 844	6 304 661
Outro rendimento integral acumulado	(1 070 125)	(1 234 573)
Resultados retidos	(8 577 074)	(8 577 074)
Outras reservas	6 736 004	6 439 418
Resultados atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe	743 088	560 842
Interesses minoritários (interesses que não controlam)	22 691	18 344
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>4 422 428</b>	<b>3 511 618</b>
<b>Total do Passivo e Capital Próprio</b>	<b>43 500 790</b>	<b>45 995 029</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração Executivo

## 6.2 Demonstrações Financeiras Individuais

### NOVO BANCO, S.A.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(milhares de euros)	31.12.2023	31.12.2022
Receitas de juros	1 940 462	838 291
Despesas com juros	( 833 352)	( 213 295)
<b>Margem financeira</b>	<b>1 107 110</b>	<b>624 996</b>
Receitas de dividendos	32 444	17 452
Receitas de taxas e comissões	306 859	302 126
Despesas de taxas e comissões	( 37 563)	( 39 816)
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	( 58 055)	( 88 444)
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação	3 144	146 715
Ganhos ou perdas com ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	71 766	( 95 948)
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura	31 468	( 535)
Diferenças cambiais	23 989	7 305
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros	27 608	82 159
Outras receitas operacionais	45 120	56 579
Outras despesas operacionais	( 78 681)	( 68 778)
<b>Receitas operacionais totais</b>	<b>1 475 209</b>	<b>943 811</b>
Despesas administrativas	( 407 920)	( 369 730)
Despesas de pessoal	( 234 729)	( 216 821)
Outras despesas administrativas	( 173 191)	( 152 909)
Contribuições para fundos de resolução e garantia de depósitos	( 77 528)	( 40 717)
Depreciação	( 45 878)	( 53 961)
Provisões ou reversão de provisões	( 23 305)	( 10 894)
Compromissos e garantias concedidos	434	2 555
Outras provisões	( 23 739)	( 13 449)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	( 142 022)	( 103 265)
Imparidades ou reversão de imparidades de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	12 216	16 166
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros	6 353	14 081
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos</b>	<b>797 125</b>	<b>395 491</b>
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação	4 656	58 339
Impostos correntes	( 5 386)	( 4 611)
Impostos diferidos	10 042	62 950
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação após dedução de impostos</b>	<b>801 781</b>	<b>453 830</b>
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais descontinuadas	( 1 121)	-
<b>Lucros ou prejuízos do exercício</b>	<b>800 660</b>	<b>453 830</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração Executivo

**NOVO BANCO, S.A.****BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(milhares de euros)

31.12.2023

31.12.2022

**ATIVO**

Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	5 742 599	6 387 295
Ativos financeiros detidos para negociação	436 345	170 847
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	1 434 690	1 537 670
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	13
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	741 446	2 183 034
Ativos financeiros pelo custo amortizado	31 389 894	31 500 944
Títulos	8 200 570	8 400 233
Aplicações em instituições de crédito	125 817	145 464
Crédito a clientes	23 063 507	22 955 247
Derivados - Contabilidade de cobertura	683 074	562 886
Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela cobertura de carteira para o risco de taxa de juro	( 83 763)	( 164 388)
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	263 675	251 457
Ativos tangíveis	300 242	258 963
Ativos fixos tangíveis	300 242	258 963
Ativos intangíveis	86 427	69 640
Ativos por impostos	923 641	947 500
Ativos por impostos correntes	26 260	30 298
Ativos por impostos diferidos	897 381	917 202
Outros ativos	1 211 512	1 713 116
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	16 482	45 071
<b>Total do Ativo</b>	<b>43 146 264</b>	<b>45 464 048</b>

**PASSIVO**

Passivos financeiros detidos para negociação	100 607	99 317
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	37 392 300	40 904 697
Recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito	6 623 884	10 506 509
<i>(dos quais: Operações com acordo de recompra)</i>	3 867 053	2 150 824
Recursos de clientes	29 193 007	28 425 223
<i>(dos quais: Operações com acordo de recompra)</i>	1 366 382	450 906
Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados e Passivos associados a ativos transferidos	1 085 659	1 601 454
Outros passivos financeiros	489 750	371 511
Derivados - Contabilidade de cobertura	124 957	120 612
Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela cobertura de carteira para o risco de taxa de juro	62 049	-
Provisões	420 543	423 190
Passivos por impostos	4 191	4 505
Passivos por impostos correntes	4 191	4 505
Outros passivos	1 012 395	844 779
<b>Total do Passivo</b>	<b>39 117 042</b>	<b>42 397 100</b>

**CAPITAL PRÓPRIO**

Capital	6 567 844	6 304 661
Outro rendimento integral acumulado	( 993 658)	(1 155 271)
Resultados retidos	(8 577 074)	(8 577 074)
Outras reservas	6 231 450	6 040 802
Resultados atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe	800 660	453 830
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>4 029 222</b>	<b>3 066 948</b>
<b>Total do Passivo e Capital Próprio</b>	<b>43 146 264</b>	<b>45 464 048</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração Executivo

## 6.3 Notas Finais

### 6.3.1 Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada

De acordo com o disposto no n.º 1, alínea c) do artigo 29º-G do Código dos Valores Mobiliários os membros do Conselho de Administração Executivo do Novo Banco, S.A., a seguir identificados nominativamente, declaram que:

- i. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do novobanco, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*IFRS*), tal como adotadas na União Europeia;
- ii. tanto quanto é do seu conhecimento as demonstrações financeiras referidas na alínea (i) dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do novobanco e do Grupo novobanco, de acordo com as referidas Normas;
- iii. o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do novobanco e do Grupo novobanco no exercício de 2023 e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O relatório de gestão e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram objeto de aprovação na reunião do CAE realizada no dia 29 de fevereiro de 2024.

## 6.4 Nota de Agradecimento

O Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho de Administração Executivo manifestam o seu agradecimento pela lealdade, confiança e envolvimento com o novobanco dos seus Clientes e Colaboradores, bem como pela colaboração das Autoridades Governamentais, Autoridades de Supervisão e de Resolução e da Comissão Europeia.

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024

### 6.3.2 Proposta de distribuição de resultados do novobanco

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66º e para efeitos da alínea b) do n.º1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com o artigo 29º do Estatutos do Banco, o Conselho de Administração Executivo do novobanco propõe, para aprovação da Assembleia Geral, que o resultado líquido do exercício de 2023 apurado nas contas individuais no montante de 800 659 999,51 euros seja afeto em 80 065 999,95 euros à Reserva legal, nos termos previstos no artigo 97º do RGICSF, e 720 593 999,56 euros integrados na rubrica de Outras reservas e resultados transitados para cobertura dos prejuízos apurados nos exercícios anteriores.

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Mark George Bourke

Benjamin Dickgiesser

Luís Miguel Alves Ribeiro

Andrés Baltar Garcia

Luísa Marta Santos Soares da Silva Amaro de Matos

Carlos Jorge Ferreira Brandão

Rui Miguel Dias Ribeiro Fontes

---

# 7 INDICADORES ALTERNATIVOS DE DESEMPENHO

A *European Securities and Markets Authority (ESMA)* publicou em 5 de outubro de 2015 um conjunto de orientações relativas à divulgação de “Indicadores Alternativos de Desempenho (MAD)” pelos emitentes de valores mobiliários (ESMA/2015/1415), de aplicação obrigatória a partir de 03 de julho de 2016.

O Grupo novobanco utiliza um conjunto de indicadores na análise do seu desempenho financeiro que podem ser classificados com Indicadores Alternativos de Desempenho, de acordo com as orientações da ESMA referenciadas.

Dando cumprimento às orientações da ESMA apresenta-se de seguida (I) a reconciliação da Demonstração de Resultados Consolidada e (II) os Indicadores Alternativos de Desempenho:

## I – Reconciliação da Demonstração de Resultados

Reconciliação entre a Demonstração de Resultados Consolidada Oficial e a Demonstração de Resultados Consolidada de Gestão, utilizada pela Gestão do novobanco como base de trabalho na análise da performance do Grupo:



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS OFICIAL

(milhares de euros)

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS DE GESTÃO

	Margem Financeira	Serviços a Clientes	Produto Bancário Comercial	Resultados de Operações Financeiras	Outros Resultados de Exploração	Produto Bancário	Custos Operativos	Custos com Pessoal	Gastos Gerais Administrativos	Depreciações e Amortizações	Resultado Operacional	Provisões e Imparidade líquidas de Reposições	Imparidade de Crédito	Imparidade de Títulos	Provisões para Outros Ativos e Contingências	Resultado antes de Impostos	Impostos	Contribuição sobre o Setor Bancário	Resultado após Impostos	Interesses que não Controlam	Resultado do Exercício	
	1 142 584	296 103	1 438 687	14 737	(11 156)	1 442 268	(479 165)	(252 704)	(182 873)	(43 588)	963 103	(173 835)	(109 389)	(32 566)	(31 860)	789 268	(5 769)	(35 280)	748 219	5 131	743 088	
Receitas de juros	1 955 662	1 955 662																				
Despesas com juros	( 813 078)	(813 078)																				
<b>Margem Financeira</b>	<b>1 142 584</b>																					
Receitas de dividendos	2 133			2 133																		
Receitas de taxas e comissões	339 061	339 061																				
Despesas de taxas e comissões	( 44 746)	( 44 746)																				
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	( 58 055)			( 64 593)	6 538																	
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação	4 418			4 418																		
Ganhos ou perdas com ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	26 633			26 633																		
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	79			79																		
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura	32 112			32 112																		
Diferenças cambiais	24 369			24 369																		
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros	27 901				27 901																	
Outras receitas operacionais	106 231	1 788		566	103 877																	
Outras despesas operacionais	( 124 054)			( 10 980)	( 77 794)													( 35 280)				
<b>Receitas operacionais totais</b>	<b>1 478 666</b>																					
Despesas administrativas																						
Despesas de pessoal	( 252 704)							( 252 704)														
Outras despesas administrativas	( 182 873)								( 182 873)													
Contribuições para fundos de resolução e garantia de depósitos	( 78 481)				( 78 481)																	
Depreciação	( 43 588)									( 43 588)												
Provisões ou reversão de provisões																						
Compromissos e garantias concedidos	628														628							
Outras provisões	( 46 327)													( 46 327)								
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	( 141 893)											( 109 389)	( 32 566)	62								
Imparidades ou reversão de imparidades de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	7 406													7 406								
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros	6 351													6 351								
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência	7 215				7 215																	
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos</b>	<b>754 400</b>																					
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação																						
Impostos correntes	( 15 134)																	( 15 134)				
Impostos diferidos	9 365																	9 365				
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação após dedução de impostos</b>	<b>748 631</b>																					
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais descontinuadas antes de impostos	( 412)				( 412)																	
<b>Lucros ou prejuízos do período</b>	<b>748 219</b>																					
<b>Atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe</b>	<b>743 088</b>																					
Atribuíveis a interesses minoritários (interesses que não controlam)	5 131																				5 131	
	<b>748 219</b>																					

## II – Indicadores Alternativos de Desempenho

Apresenta-se de seguida um conjunto de informação sobre os Indicadores Alternativos de Desempenho (definição, forma de cálculo e abrangência):

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Designação	Definição / utilidade	Base de cálculo	Conciliação com as demonstrações financeiras <sup>6</sup>
Serviços a clientes	Indicador dos resultados da atividade financeira diretamente relacionada com os serviços prestados a clientes. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Receitas de taxas e comissões menos despesas de taxas e comissões.	(DR): Receitas de taxas e comissões e Despesas de taxas e comissões.
Produto bancário comercial	Indicador dos resultados da atividade comercial mais diretamente relacionada com os clientes. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Margem financeira + Serviços a clientes.	
Resultados de operações financeiras	Indicador dos resultados da atividade nos mercados financeiros. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Resultados em operações de negociação e de cobertura, em ativos ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado.	(DR): Receitas de dividendos, ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, ganhos ou perdas com ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados, ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura e diferenças cambiais.
Outros resultados de exploração	Indicador de outros resultados diversos, não diretamente relacionados com a atividade com clientes e mercados. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros + Outras receitas operacionais + Outras despesas operacionais + Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência.	(DR): Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, outras receitas operacionais, outras despesas operacionais, proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência.
Produto bancário	Indicador dos resultados da atividade financeira. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Margem financeira + Serviços a clientes + Resultados de operações financeiras + Outros resultados de exploração.	
Custos operativos	Indicador dos custos de estrutura que suportam a atividade comercial e cuja análise permite avaliar a trajetória de progressão dos custos. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Despesas de pessoal + Outras despesas administrativas + Depreciação.	(DR): Despesas de pessoal, Outras despesas administrativas e Depreciação.
Resultado operacional	Indicador dos resultados da atividade financeira deduzidos dos custos e antes de imparidade. Mede em que medida os proveitos gerados cobrem/excedem os custos operacionais. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Produto bancário - Custos operativos.	
Provisões líquidas de reposições / Imparidades	Indicador dos reforços líquidos de imparidades realizados no ano. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Provisões ou reversão de provisões+ Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados + Imparidades ou reversão de imparidades de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas + Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros.	(DR): Provisões ou reversão de provisões, Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, Imparidades ou reversão de imparidades de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas e Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros.

(6) DR: Item da Demonstração de Resultados; BAL: Item do Balanço

**BALANÇO / LIQUIDEZ**

Designação	Definição / utilidade	Base de cálculo	Conciliação com as demonstrações financeiras <sup>7</sup>
<b>Ativos elegíveis para operações de redesconto junto do BCE</b>	Títulos financeiros negociáveis ou outros tipos de ativos, tais como ativos não transacionáveis ou dinheiro, aceites como garantia pelo BCE em operações de financiamento. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Não aplicável.	Não aplicável.
<b>Carteira de títulos</b>	Indicador da dimensão dos recursos aplicados em ativos de negociação, ao justo valor através de resultados, ao justo valor através de resultados mandatário, ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Títulos (obrigações, ações e outros títulos de rendimento variável) registados nas carteiras de negociação, ao justo valor através de resultados, ao justo valor através de resultados mandatário, ao justo valor através de capital próprio e custo amortizado.	(BAL): Títulos detidos para negociação e Carteira de títulos.
<b>Depósitos de clientes</b> Instrução nº16/2004 do Banco de Portugal	Indicador da capacidade de financiamento do ativo. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Conjunto dos montantes inscritos nas seguintes rubricas contabilísticas de balanço: [#400 - #34120 + #52020 + #53100]	(BAL): Recursos de clientes.
<b>Financiamento líquido junto do BCE</b>	Indicador que traduz o montante líquido que foi obtido junto do BCE para financiar a atividade. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Diferença entre o montante de financiamento obtido junto do BCE e as aplicações no BCE.	(BAL): Aplicações no BCE e Recursos do BCE.
<b>Recursos de clientes</b>	Indicador da capacidade de financiamento do ativo. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Depósitos + Outros recursos de clientes + Obrigações colocadas em clientes.	(BAL): Recursos de clientes, Responsabilidades representadas por títulos, passivos subordinados e Passivos associados a ativos transferidos.
<b>Recursos de desintermediação</b>	Indicador dos recursos de clientes com registo fora do balanço. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Recursos com registo fora de balanço, geridos por empresas do Grupo, que englobam fundos de investimento mobiliário e imobiliário, fundos de pensões, bancasseguros, gestão de carteiras e gestão discricionária.	
<b>Recursos totais de clientes</b>	Indicador dos recursos de clientes com registo no balanço e fora do balanço. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Depósitos + Outros recursos de clientes + Obrigações emitidas + Passivos subordinados + Recursos de desintermediação.	(BAL): Recursos de clientes, Responsabilidades representadas por títulos, passivos subordinados e Passivos associados a ativos transferidos.
<b>Gap comercial</b>	Indicador que mede a necessidade/excesso de financiamento em valor absoluto da área comercial. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Diferença entre os depósitos de clientes e o crédito líquido.	(BAL): Crédito a clientes líquido e Depósitos de clientes.
<b>Gap liquidez</b>	Indicador que permite aferir a necessidade/excesso de liquidez acumulada até 1 ano, em cada escala cumulativa de maturidade residual. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Diferença entre [(Ativos líquidos - Passivos voláteis)]	
<b>Rácio de transformação</b> Instrução nº16/2004 do Banco de Portugal	Indicador da relação existente entre o financiamento da atividade e os recursos captados junto de clientes. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre [(crédito total - imparidade acumulada para crédito) e depósitos de clientes]	(BAL): Crédito a clientes líquido e Depósitos de clientes.

(7) DR: Item da Demonstração de Resultados; BAL: Item do Balanço

## RÁCIOS DE SINISTRALIDADE E DE COBERTURA

Designação	Definição / utilidade	Base de cálculo	Conciliação com as demonstrações financeiras <sup>8</sup>
<b>Rácio de crédito vencido</b>	Indicador de qualidade do crédito, traduz a proporção da carteira de crédito bruta que se encontra em situação de incumprimento. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre o crédito vencido e o crédito total.	(BAL): Crédito vencido, ou seja, crédito com prestações de capital e juros em incumprimento e Crédito a clientes bruto.
<b>Rácio de crédito vencido há mais de 90 dias</b>	Indicador de qualidade do crédito, traduz a proporção da carteira de crédito bruta que se encontra em situação de incumprimento há mais de 90 dias. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre o crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito total.	(BAL): Crédito vencido há mais de 90 dias, ou seja, crédito com prestações de capital e juros em incumprimento há mais de 90 dias e Crédito a clientes bruto.
<b>Rácio de Non-performing loans (crédito não produtivo)</b>	Indicador de qualidade da carteira de crédito, traduz a proporção da carteira de crédito bruta que se encontra em situação de non-performing. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre o saldo total dos contratos de crédito a clientes identificados como: (i) estando em default (definição interna em linha com o artigo 178 da Capital Requirements Regulation, ou seja, contratos com incumprimento material superior a 90 dias e contratos identificados como unlikely to pay, de acordo com critérios qualitativos; e (ii) tendo imparidade específica, e o crédito total.	(BAL). Crédito identificado como crédito não produtivo e Crédito a clientes bruto.
<b>Rácio de crédito reestruturado</b> Instrução nº32/2013 do Banco de Portugal	Indicador de qualidade do crédito, traduz a proporção da carteira de crédito bruta que foi reestruturada. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre o crédito reestruturado e o crédito total.	(BAL). Crédito identificado como reestruturado por dificuldades financeiras do cliente e Crédito a clientes bruto.
<b>Cobertura do crédito vencido</b>	Indicador da capacidade de absorver perdas potenciais relacionadas com incumprimento do crédito. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre as imparidades de balanço para crédito a clientes e o montante de crédito vencido.	(BAL): Provisões para crédito e Crédito a clientes vencido.
<b>Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias</b>	Indicador da capacidade de absorver perdas potenciais relacionadas com incumprimento do crédito há mais de 90 dias. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre as imparidades de balanço para crédito a clientes e o crédito vencido há mais de 90 dias.	(BAL): Provisões para crédito e Crédito a clientes vencido há mais de 90 dias.
<b>Cobertura de Non-performing loans (crédito não produtivo)</b>	Indicador da capacidade de absorver perdas potenciais relacionadas com incumprimento do crédito não produtivo. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre as imparidades de balanço para crédito a clientes e o crédito não produtivo.	(BAL): Provisões para crédito e Crédito não produtivo.
<b>Cobertura do crédito a clientes</b>	Indicador da capacidade de absorver perdas potenciais relacionadas com a carteira de crédito a clientes. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre as imparidades de balanço para crédito e o crédito a clientes bruto.	(BAL): Provisões para crédito e Crédito a clientes bruto.
<b>Custo do risco</b>	Indicador de qualidade da carteira de crédito.	Rácio entre o justo valor inicial e as dotações para imparidades registadas no período para risco de crédito e obrigações corporate e o saldo do crédito a clientes bruto e a carteira de obrigações corporate.	(DR): Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através de resultados. (BAL): Crédito a clientes bruto e Obrigações Corporate.

(8) DR: Item da Demonstração de Resultados; BAL: Item do Balanço

## RÁCIOS DE EFICIÊNCIA E DE RENDIBILIDADE

Designação	Definição / utilidade	Base de cálculo	Conciliação com as demonstrações financeiras <sup>9</sup>
<b>Eficiência I</b> Instrução nº16/2004 do Banco de Portugal	Expressa a proporção de proveitos necessária para fazer face aos custos com pessoal suportados. Quanto mais baixo o valor do indicador, maior o nível de eficiência dos recursos humanos da organização. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre as despesas de pessoal e o produto bancário.	(DR): Despesas de pessoal.
<b>Eficiência II</b> Instrução nº16/2004 do Banco de Portugal	Expressa a proporção de proveitos necessária para fazer face aos custos operativos suportados. Quanto mais baixo o valor do indicador, maior o nível de eficiência da organização. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre [despesas administrativas e depreciação] e produto bancário.	(DR): Custos operativos inclui Despesas de pessoal, Outras despesas administrativas e Depreciação.
<b>Cost to Income</b>	Expressa a proporção de proveitos necessária para fazer face aos custos operativos suportados e permite aferir da progressão dos níveis de eficiência. Quanto mais baixo o valor do indicador, maior o nível de eficiência da organização. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre os custos operativos e o produto bancário.	
<b>Rendibilidade</b> Instrução nº16/2004 do Banco de Portugal	Expressa o produto bancário (em %) gerado pelo ativo, no período e proporciona uma análise da capacidade de geração de proveitos por unidade de ativos utilizados. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre o produto bancário e o ativo líquido médio.	(BAL): Ativo; o cálculo do ativo líquido médio inclui, para além dos valores nos extremos do período em análise, os valores registados em cada um dos meses no intervalo considerado.
<b>Rendibilidade do ativo líquido médio</b> Instrução nº16/2004 do Banco de Portugal	Expressa o rendimento (em %) gerado pelo ativo, no período e proporciona uma análise da capacidade de geração de resultados por unidade de ativos utilizados. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos e o ativo líquido médio.	(DR): Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos. (BAL): Ativo; o cálculo do ativo líquido médio inclui, para além dos valores nos extremos do período em análise, os valores registados em cada um dos meses no intervalo considerado.
<b>Rendibilidade dos capitais próprios médios</b> Instrução nº16/2004 do Banco de Portugal	Expressa o rendimento (em %) gerado pelo capital próprio, no período e proporciona informação sobre a eficiência com que o capital é utilizado para gerar resultados. <i>Indicador de desempenho financeiro histórico.</i>	Rácio entre lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos e os capitais próprios médios.	(DR): Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos. (BAL): Capital próprio; o cálculo dos capitais próprios médios inclui, para além dos valores nos extremos do período em análise, os valores registados em cada um dos meses no intervalo considerado.
<b>Return on Tangible Equity (RoTE)</b>	Expressa o rendimento (em %) gerado pelo capital próprio tangível, no período e proporciona informação sobre a eficiência com que o capital é utilizado para gerar resultados.	Rácio entre o resultado líquido e os capitais próprios médios deduzidos dos ativos intangíveis e do valor a receber do mecanismo de capitalização contingente (CCA).	(DR): Resultados atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe. (BAL): Capital próprio; o cálculo dos capitais próprios médios inclui, para além dos valores nos extremos do período em análise, os valores registados em cada um dos meses no intervalo considerado. São excluídos os ativos intangíveis e o valor a receber do CCA.

(9) DR: Item da Demonstração de Resultados; BAL: Item do Balanço



713,2 M€  
em investimento verde

39%  
de Mulheres em  
cargos de direção

-36,8%  
emissões de CO<sub>2</sub>  
âmbito 1 e 2 vs 2021

# RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

120	<b>1. PRINCIPAIS DESTAQUES ESG 2023</b> 1.1 Mensagens da nossa Comissão Executiva 1.2 Principais destaques 1.3 A nossa jornada ESG
126	<b>2. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE</b> 2.1 Comunicação com Stakeholders 2.2 Análise de Materialidade e Abordagem ESG 2.3 Os nossos pilares estratégicos 2.4 Riscos e oportunidades 2.5 O caminho do novobanco rumo à Transição 2.6 Os compromissos do novobanco 2.7 A nossa performance 2.8 Os nossos parceiros
140	<b>3. BANCO CENTRADO NO CLIENTE E NA SOCIEDADE</b> 3.1 Apoiar a transição e a jornada ESG dos nossos clientes Empresa 3.2 A sustentabilidade junto dos nossos clientes Particulares 3.3 Gestão de Ativos 3.4 A voz do cliente 3.5 Bem-estar, inclusão e segurança financeira 3.6 Bem-Estar Social 3.7 Mecenato cultural
164	<b>4. OPERAÇÕES SIMPLES E EFICIENTES</b> 4.1 Pegada Ambiental 4.2 Fornecedores 4.3 Cibersegurança e Privacidade de Dados
176	<b>5. DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CULTURA</b> 5.1 O pilar estratégico Pessoas e Cultura 5.2 Desenvolvimento do Talento 5.3 Proposta de valor para o colaborador 5.4 Programa de Voluntariado
196	<b>6. ATINGINDO UM DESEMPENHO SUSTENTÁVEL</b> 6.1 Governance da sustentabilidade 6.2 Riscos ESG
242	<b>7. INDICADORES DE DESEMPENHO ESG</b> 7.1 Indicadores Ambientais 7.2 Indicadores Sociais 7.3 Indicadores de Governance
256	<b>8. SOBRE ESTE RELATÓRIO</b> 8.1 Notas metodológicas 8.2 Tabela GRI 8.3 Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

---

# 1 PRINCIPAIS DESTAQUES ESG 2023

## 1.1 Mensagem da nossa Comissão Executiva





A sustentabilidade e a gestão de riscos e oportunidades ESG é uma prioridade estratégica central para o novobanco e, em 2023, continuámos a progredir significativamente o nosso programa ESG, consolidando o nosso objetivo de ser uma referência ESG nos serviços financeiros em Portugal.

O financiamento sustentável tem um papel fundamental no cumprimento dos objetivos climáticos nacionais e europeus e, para o novobanco, apoiar os nossos clientes na redução a sua pegada de carbono é uma prioridade que só pode ser alcançada através do investimento em transição energética e ação climática. **Em 2023, o novobanco investiu 369 milhões de euros em financiamento verde**, tendo ultrapassado, com mais de um ano de antecedência, a meta definida para 2024. Renovámos e reforçámos o nosso compromisso, com um objetivo de 2 mil milhões de euros em financiamento verde nos próximos 3 anos.

Este compromisso reflete o nosso foco em disponibilizar aos clientes mais escolha e facilitar a sua jornada de transição. Continuaremos a contribuir para acelerar o ritmo da transição necessária – identificando novas formas de fazer negócios e garantindo celeridade no apoio aos nossos clientes com produtos e serviços.

Nas nossas operações próprias, também já ultrapassámos as metas de redução de emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) de âmbito 1 e 2 estabelecidas para 2024 e continuamos confiantes de

que cumprimos a nossa meta de redução de 50% antes da data comprometida de 2030.

Fiquei particularmente satisfeito com o sucesso das nossas iniciativas de literacia ESG, especialmente destinadas a apoiar as PME portuguesas a compreender, discutir e partilhar experiências, boas práticas e desafios em torno das suas jornadas de sustentabilidade. Amplificar o nosso impacto social positivo nas comunidades que servimos é também uma preocupação fundamental na forma como trabalhamos, tanto através da nossa agenda de capital humano como através dos nossos programas para clientes e comunidades, promovendo iniciativas de bem-estar social e programas de literacia financeira e digital.

Em 2023, lançámos e executamos várias iniciativas chave do nosso pilar estratégico “Desenvolvendo Pessoas e Cultura”, aprofundando os programas: i) desenvolvimento de talento, ii) cultura e valores, e iii) proposta de valor dos colaboradores, fundamentais para promover uma equipa diversa e cumprir os nossos compromissos de equidade e inclusão. A representatividade de mulheres em cargos de gestão aumentou **2,5 p.p. para 38,7% em 2023, face a 2022.**

---

**Mark Bourke**  
Chief Executive Officer



Em 2023 reforçámos o nosso contributo para tornar o mercado financeiro português e o seu ecossistema mais sustentável. Fizemo-lo integrando mais profundamente preocupações e princípios ESG nas diferentes áreas de negócio. Não só ultrapassamos largamente os nossos objetivos de investimento verde, e de redução de emissões de GEE de âmbito 1 e 2 nas nossas operações próprias, como reforçámos o governance, a monitorização contínua do nosso impacto na comunidade, e a formação e sensibilização dos nossos colaboradores e clientes.

Em 2023, focámos a nossa atuação, em primeiro lugar, no apoio às jornadas de transição dos nossos clientes, através de soluções de financiamento sustentável e incorporando os riscos e oportunidades ESG na oferta de produtos e serviços. Priorizámos também a evolução dos sistemas de gestão de riscos para permitir a integração dos riscos ESG de forma estrutural no negócio.

Em paralelo, a incorporação de critérios sociais na forma como gerimos o nosso negócio foi também uma prioridade em 2023. A par das iniciativas do pilar

estratégico de pessoas e cultura, que permitiram significativos avanços na promoção de uma cultura organizacional que tem na diversidade das suas pessoas uma alavanca estratégica, o novo campus novobanco, a inaugurar em 2024, foi desenvolvido tendo em consideração rigorosos critérios de bem-estar para os nossos colaboradores.

O bem-estar financeiro das comunidades que servimos manteve-se como área de ação prioritária, não só através de uma oferta financeira inclusiva e que garanta uma troca de valor justa com o cliente, mas também através de iniciativas de apoio financeiro e de ações de voluntariado a causas sociais na comunidade.

---

**Luísa Soares da Silva**  
Chief Legal, Compliance & Sustainability Officer

## 1.2 Principais Destaques

O ano de 2023 foi, em simultâneo, um ano de continuidade e reforço de medidas e programas já em curso, e um ano de transformação. Destacaram-se:

- A manutenção do foco na evolução dos modelos de gestão de riscos ESG, na dinamização de uma oferta de apoio à transição dos clientes e na implementação de medidas de minimização da pegada nas operações próprias;
- O desenho e lançamento do programa estratégico de transformação cultural, reformulação da missão e valores do novobanco, revisão das prioridades estratégicas ESG e robustecimento do plano de transição do banco.

### Principais Destaques 2023

1

#### BANCO CENTRADO NO CLIENTE

Investimento de 369M€ em projetos verdes, um crescimento de +7% face a 2022.

Melhoria significativa do índice de recomendação dos clientes, com uma subida de 17\* pontos no NPS (Net Promoter Score) vs. 2022.

Investimento de 500 mil euros na comunidade, apoiando, entre outros, projetos de inclusão e capacitação de jovens e adultos.

Reforço da oferta de produtos de investimento com considerações ou objetivos ESG (Art.8 ou 9, SFDR): **814M€** investidos por clientes em dezembro 2023.

2

#### OPERAÇÕES SIMPLES E EFICIENTES

Continua redução da pegada das operações próprias do novobanco: -3% vs. 2022, com uma redução acumulada de 37% vs. 2021.

4,4 Ton de PVC evitadas pela emissão de cartões bancários em PVC reciclado e **envio para reciclagem 1,7 Ton de cartões bancários**.

Aumento do peso da frota de veículos elétricos ou híbridos para 25% (+22 p.p. vs. 2022).

Integração da avaliação de sustentabilidade no processo de seleção dos fornecedores: **76% dos fornecedores com avaliação de sustentabilidade**.

3

#### DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CULTURA

Manutenção de uma política de contrato de trabalho sem termo, com **96% dos colaboradores com contrato efetivo**.

Redução da disparidade salarial de género (*equal pay*) em **0,3 p.p. vs. 2022, para 5,4%**.

Concessão de 828,4 em apoios sociais a colaboradores no ativo e reformados.

Reforço do programa 5+, de promoção de saúde e bem-estar dos colaboradores que, em 2023, contou com a participação de 1.870 colaboradores em mais de 50 iniciativas.

4

#### ATINGINDO UM DESEMPENHO SUSTENTÁVEL

Aumento da representatividade das mulheres em cargos diretivos para **39%**, um crescimento de **2 p.p. vs. 2022**.

Foco da equipa de gestão nos tópicos ESG: realizámos 11 reuniões de steering ESG e concluímos 43 iniciativas estratégicas do programa ESG.

21 mil horas de formação ESG concedidas a todos os colaboradores, durante 2023.

Reforço da inclusão de critérios ESG no modelo de avaliação de desempenho da equipa de gestão e dos diferentes departamentos.



+7%

investimento verde



+17pts

NPS dos clientes particulares\*



-3%

emissões GEE âmbito 1 & 2



76%

fornecedores com score sustentabilidade



39%

mulheres em cargos de direção



21 mil

horas de formação ESG

\* Fonte: BASEF Banca 2023 / Markttest. Período de setembro a dezembro 2023 versus setembro a dezembro 2022

## 1.3 A nossa Jornada ESG

### 2020

Comercialização de produtos estruturados ESG/ECO promovendo instrumentos de investimento com preocupações ambientais e sociais.

Inauguração do 1º balcão no novo modelo de distribuição, remodelado com preocupações sociais e ambientais.

Lançamento do programa e grupos de trabalho multidisciplinares de redesenho da estratégia ESG do Banco.

Comercialização do Crédito à Habitação ECO com bonificação para imóveis elevada eficiência energética.

Associação das contas serviço a causas de responsabilidade social que incluem vertentes sociais, culturais e ambientais.

### 2021

Compromisso de redução das emissões de Gases com Efeito Estufa nas operações próprias em 50% até 2030 e de consumo de eletricidade de fontes renováveis até 2024.

Implementação de Steering de Sustentabilidade para acelerar a implementação das iniciativas ESG prioritárias.

Divulgação de metas para promoção da igualdade de género em cargos de gestão sénior.

Publicação da Política de Sustentabilidade.

Lançamento de crédito automóvel com bonificação na aquisição de viaturas híbridas/elétricas.

### 2022

Criação do Gabinete ESG e reforço do governance de temas ESG e riscos ambientais e climáticos.

Reforço de Princípios de Exclusão e Condicionais nos financiamentos a setores e projetos com impacto ambiental e social negativo.

Lançamento da Linha de Crédito Sustentabilidade 2022 para apoiar as empresas na transição de uma economia mais sustentável e de baixo carbono.

Lançamento de questionário de preferências de sustentabilidade para aferir e incorporar as preferências dos clientes na sua carteira de investimentos.

Reformulação do scoring de sustentabilidade para fornecedores.

Organização do ESG Talks, ciclo de conferências dedicadas aos temas ESG.

Participação no exercício de stress testes climáticos realizados pelo Banco Central Europeu.

### 2023

Definição das primeiras metas de redução de emissões financiadas (âmbito 3) para 3 setores de atividade (Produção de Eletricidade, Fabricação de Cimento e Hipotecas Comerciais), peça chave do plano de transição do banco.

Reforço das metas plurianuais de investimento verde, mais que triplicando o compromisso anual.

Revisão das prioridades estratégicas ESG com base na nova matriz de dupla materialidade resultante da consulta a stakeholders.

Reforço dos processos de avaliação e monitorização de riscos ESG e dos processos de recolha de informação ao nível do cliente, operação e colaterais.

Publicação do primeiro Relatório TCFD- Task force on Climate-Related Financial Disclosures.

Organização da segunda edição ESG Talks, ciclo de conferências dedicadas aos temas ESG.

Organização do ciclo de podcasts e webinars Programa de Sustentabilidade para PME para promover a literacia ESG nas PME.

Reforço da Política de Classificação de Financiamentos/ Investimentos Verdes.

Lançamento da nova página de Sustentabilidade no site novobanco, melhorando as ferramentas de comunicação com os stakeholders.

2024 será um ano de continuidade e consolidação das várias iniciativas já lançadas, resultando numa cada vez maior integração de fatores ESG na forma de fazer negócio do grupo.

Assim, no que respeita aos riscos climáticos e ambientais, planeamos i) obter validação da *Science Based Targets Initiative* (SBTi) para os compromissos de redução de emissões GEE financiadas que submetemos, ii) alargar a definição de metas de redução de emissões financiadas a novos setores com desafios de transição significativos, iii) robustecer as metodologias e alargar a aplicabilidade da integração dos riscos ESG nas avaliações de risco de crédito dos clientes de crédito dos critérios; iv) alargar a oferta de produtos e serviços para melhor responder aos diferentes desafios de transição de clientes empresa e particulares.

Também no que se refere ao impacto social que o novobanco pretende ter nas comunidades que serve, planeamos i) concluir a implementação do programa de transformação cultural lançado em 2023, ii) inaugurar o novo campus para os serviços centrais do grupo, seguindo as melhores práticas de bem-estar para colaboradores e eficiência energética do edifício, iii) reforçar iniciativas de promoção da inclusão, diversidade e igualdade de género na base de colaboradores e iv) reforçar as iniciativas de capacitação de empresas e particulares com programas de literacia financeira, digital ou de sustentabilidade.

---

# 2 ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

O novobanco tem a missão de ser o parceiro de confiança, que apoia as famílias e as empresas ao longo da sua vida. Com este foco no cliente, e na sociedade, seria insuficiente adotar, apenas, uma perspetiva financeira para a identificação dos tópicos mais materiais para o banco.

Consciente do papel a desempenhar no contexto do combate às alterações climáticas, no novobanco foram desenvolvidas iniciativas em prol da adoção de uma abordagem estruturada, ambiciosa e eficaz para enfrentar os desafios ambientais, sociais e de governance (ESG) na transição para uma economia sustentável e de baixo carbono e numa sociedade que se quer inclusiva e justa.

A estratégia atual do novobanco está integrada na ambição que o banco tem em todas estas dimensões. Desta forma a visão ESG está integrada em todos os pilares do modelo de negócios do banco: (i) na sua relação com o cliente e sociedade, no contexto de apoio à transição e promoção do desenvolvimento socio-económico, (ii) no desempenho ambiental e social das suas próprias operações, (iii) nas prática de desenvolvimento, inclusão e promoção do bem-estar dos seus colaboradores e (iv) numa estratégia de sustentabilidade, que potencie um modelo de governança eficaz e uma correta integração económica de todos os riscos, incluindo os riscos climáticos e ambientais.

## 2.1 Comunicação com Stakeholders

Para construir e manter uma relação constante com os *stakeholders* e integrar as suas preocupações e expectativas, o banco disponibiliza um vasto conjunto de canais de comunicação.

A definição da estratégia de negócio do Grupo novobanco está intrinsecamente relacionada com uma abordagem colaborativa e proativa com todos os seus *stakeholders*, com especial enfoque nos 7 principais *stakeholders* - clientes, colaboradores, entidades reguladoras, investidores, fornecedores, media e comunidade. Para além das diversas interações recorrentes identificadas, o grupo afere ainda e regularmente a materialidade dos temas ESG.

## Canais Diálogo Stakeholders



### COLABORADORES

Solicitação de *feedback* personalizado ou anonimizado, via questionários e reuniões;

Intranet (Somos novobanco, Rede social interna Engage e Portal de Recursos Humanos);

Mailboxes temáticas (incluindo CEO Office e “Pergunte ao CAE”);

Gestor DCH de colaboradores no activo e na reforma;

Human Resources Business Partner;

Visitas da liderança executiva à rede comercial;

Linha *Whistleblower*;

Workshops e Palestras;

Encontro anual e outras reuniões temáticas, *workshops*, sessões de esclarecimentos e *webinars*;

Comissão de Trabalhadores, Secretariado Sindical e Procedimento de informação e Consulta.



### CLIENTES

Solicitação de *feedback* personalizado, via *online* e telefónica;

Sistema formal para apresentação de reclamações;

Rede de Balcões, Centros de Empresas e Direções Regionais;

Site e redes sociais (novobanco Cultura, Facebook novobanco e LinkedIn);

Eventos, ex. ESG Talks, Sustentabilidade para PME.



### ENTIDADES REGULADORAS E INVESTIDORES

Prestação de informação obrigatória e voluntária;

Solicitação de *feedback* via telefone, *online* e presencial;

Equipa de *Investor Relations*;

Reuniões regulares com investidores;

Apresentação trimestral de resultados;

Site de investidores.



### FORNECEDORES

Contactos estabelecidos através de um site específico (Portal de Fornecedores Grupo novobanco), articulando-se a troca de informação via e-mail, telefone e presencial.



### MEDIA

Prestação de informação presencial, por telefone e *online*;

Conferências de Imprensa;

Apresentação trimestral de resultados;

Partilha de conhecimento especializado através de redes sociais e media (rádio, jornais, televisões).



### COMUNIDADE

Diálogo presencial telefónico e *online* contínuo com Associações, IPSS, ONG's sociais e ambientais;

Iniciativas de Responsabilidade Social Empresarial;

Participação em conferências;

Site e redes sociais (novobanco Cultura, LinkedIn, Instagram e Facebook novobanco).

## 2.2 Análise de Materialidade e Abordagem ESG

Em 2023, o novobanco atualizou a sua matriz de materialidade, com o objetivo de aproximar a mesma ao conceito de dupla materialidade a entrar em vigor no ano fiscal 2024 decorrente das novas obrigações da Corporate Sustainability Reporting Directive.

Sendo que a estratégia de negócio do Grupo novobanco está intrinsecamente relacionada com uma abordagem colaborativa e proativa com todos os seus *stakeholders*, para a nova análise de materialidade foi realizado um vasto exercício de auscultação dos mesmos.

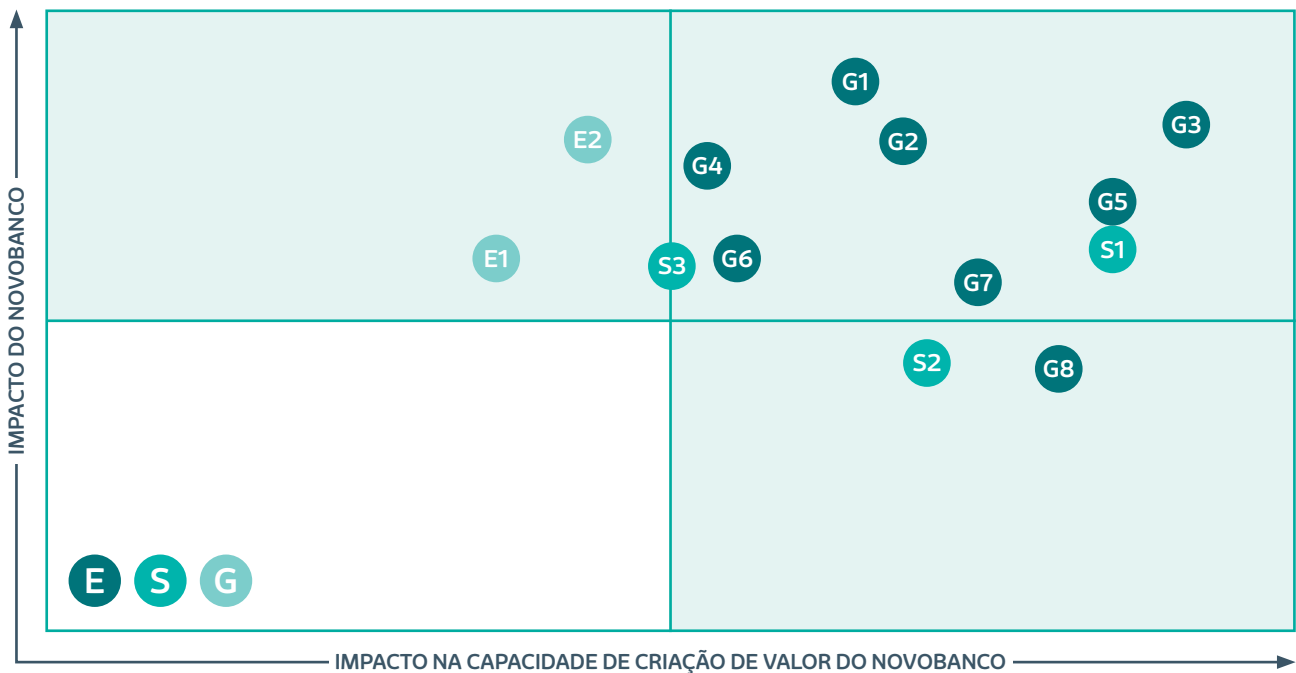
Para tal foram considerados como os *stakeholders* relevantes para o novobanco todos os grupos ou indivíduos que o Grupo afeta através das suas atividades, produtos e serviços e que, por sua vez, podem igualmente afetar a capacidade do Grupo alcançar os seus objetivos.

A identificação e priorização de temas e impactos na organização foi assente num processo que inclui a análise de tendências e a auscultação dos grupos de *stakeholders* identificados por via de questionários e workshops de discussão.

Com base neste processo foram identificados 13 temas de maior relevância para o Grupo novobanco, na perspetiva de dupla materialidade, e que é agregada em 3 tipologias: ambiental (E), social (S) e de governança (G).



### Matriz de Materialidade de 2023



- G1** Cibersegurança, privacidade e proteção da informação
- G2** Ética , conduta, transparência e compliance
- G3** Anticorrupção, suborno e branqueamento de capitais
- G4** Governace corporativo
- G5** Gestão de Risco (incluindo Risco ESG)
- G6** Experiencia e Satisfação do cliente
- G7** Desempenho Económico
- G8** Inovação, investigação e tecnologia

- S1** Capital Humano
- S2** Diversidade, equidade e inclusão
- S3** Respeito pelos Direitos Humanos
- E1** Produtos e serviços sustentáveis
- E2** Finanças e investimentos sustentáveis

Com base nesta análise e na identificação de temas materiais para o grupo, foi realizada uma ponderação adicional para a seleção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que o grupo deveria adotar como prioritários para definir a sua estratégia de atuação, conforme a análise apresentada.

### Cruzamento de Matriz de Materialidade e ODS de 2023




	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS	8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	10 REDUZIR AS DESIGUALDADES	13 AÇÃO CLIMÁTICA	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
G1 Cibersegurança, privacidade e proteção da informação						
G2 Ética, conduta, transparência e compliance						
G3 Anticorrupção, suborno e branqueamento de capitais						
G4 Governança corporativa						
G5 Gestão de Risco (incluindo Risco ESG)						
G6 Experiência e Satisfação do cliente						
G7 Desempenho Económico						
G8 Inovação, investigação e tecnologia						
S1 Capital Humano						
S2 Diversidade, equidade e inclusão						
S3 Respeito pelos Direitos Humanos						
E1 Produtos e serviços sustentáveis						
E2 Finanças e investimentos sustentáveis						

Relevância das metas dos ODS

O cruzamento entre os temas materiais e seleção dos ODS passou pela identificação, dentro de cada ODS, das metas que são mais relevantes para os temas prioritários do novobanco. As metas identificadas permitem novamente cruzar as áreas temáticas mais

relevantes para a atuação do banco, por exemplo, a redução das desigualdades, com uma visão de maior representatividade e inclusão, nomeadamente na componente chave de género.

## ODS e Compromisso Assumidos

<p><b>4</b> EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p> 	<p>Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</p>	<p><b>4.3</b> Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e terciária, incluindo a universidade.</p>	<p><b>4.4</b> Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.</p>	
<p><b>7</b> ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS</p> 	<p>Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos</p>	<p><b>7.2</b> Aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.</p>	<p><b>7.3</b> Duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética até 2030.</p>	
<p><b>8</b> TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO</p> 	<p>Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos</p>	<p><b>8.2</b> (...) maior produtividade económica através da diversificação, atualização tecnológica e inovação(...)</p>	<p><b>8.5</b> Alcançar o pleno (...) emprego e o trabalho digno para todas as mulheres e homens, (...) e igualdade de remuneração (...)</p>	<p><b>8.0</b> (...) incentivar e expandir o acesso a serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.</p>
<p><b>10</b> REDUZIR AS DESIGUALDADES</p> 	<p>Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países</p>	<p><b>10.2</b> (...) promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou estatuto económico entre outros.</p>	<p><b>10.5</b> Melhorar a regulamentação e monitorização dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.</p>	
<p><b>13</b> AÇÃO CLIMÁTICA</p> 	<p>Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos</p>	<p><b>13.1</b> Esforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países.</p>	<p><b>13.2</b> Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planos nacionais.</p>	
<p><b>16</b> PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES</p> 	<p>Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis</p>	<p><b>16.4</b> Reduzir os fluxos financeiros e de armas ilícitos, (...) recuperar bens roubados e combater todas as formas de crime organizado.</p>	<p><b>16.5</b> Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.</p>	<p><b>16.6</b> Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governação global.</p>

## 2.3 Os nossos Pilares Estratégicos

A abordagem estratégica do novobanco está assente em quatro pilares, que sustentam o seu posicionamento competitivo. Durante o atual exercício foi efetuado um reforço da integração entre a estratégia do banco e a sua atuação ao nível da ação ambiental, social e de reforço de governança.

Cada um dos pilares estratégicos do banco está alinhado com a sua visão ESG e ODS prioritários;

- Elevar a abordagem centrada no cliente do banco, com propostas de valor diferenciadas, alavancando uma abordagem digital e omnicanal. reforçando o seu papel no suporte às necessidades advindas da transição energética dos seus clientes;

- Proporcionar operações simples e eficientes, que melhorem a experiência bancária, e assegurem uma pegada ambiental e social mais sustentável;
- Desenvolver pessoas e cultura, atraindo e cultivando ativamente uma equipa de profissionais qualificados que sejam referência dos valores fundamentais do nosso banco, incluindo os objetivos de inclusão, diversidade e de reforço do bem-estar de todos os colaboradores.
- Assegurar um desempenho sustentável, ao nível da gestão dos riscos e do reforço da integração das componentes ESG no negócio, incluindo o risco climático e ambiental.

### PILARES ESTRATÉGICOS

#### BANCO CENTRADO NO CLIENTE

Apoiar a transição dos nossos clientes e maximizar o impacto positivo na sociedade e no ambiente

- Desenvolver a estratégia de negócios ligada à transição energética nos segmentos de empresas e de retalho, nomeadamente reforçando políticas e metas de investimento verde, bem como a oferta de produtos e serviços
- Implementar e monitorizar planos de redução de emissões financiadas de Gases de Efeito de Estufa (GEE), âmbito 3, através de metas setoriais de redução da intensidade de emissões alinhadas com os objetivos do Acordo de Paris
- Continuar a desenvolver a oferta ESG na estratégia de serviços de investimento e de consultoria financeira para clientes
- Promover a ligação aos stakeholders e a estratégia responsabilidade social do banco

#### OPERAÇÕES SIMPLES E EFICIENTES

Aumentar a eficiência, permitir a transição própria, garantir a preparação dos sistemas para ESG

- Melhorar a eficiência ambiental das operações do novobanco
- Reduzir as emissões próprias de âmbito 1 e 2 (e âmbito 3, excluindo emissões financiadas, cujos objetivos se encontram no pilar "Banco centrado no cliente")
- Reforçar a performance ESG dos fornecedores
- Adaptar os sistemas informáticos e de gestão da informação aos requisitos de ESG

#### DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CULTURA

Fortalecer as capacidades, inclusão, diversidade e o engagement das nossas pessoas

- Promover a diversidade e uma cultura de inclusão nos colaboradores do novobanco
- Reforçar as ações de formação e desenvolvimento de colaboradores
- Promover iniciativas para reforçar a cultura, o engagement e o bem-estar dos colaboradores

#### ATINGINDO UM DESEMPENHO SUSTENTÁVEL

Construir uma estrutura robusta de governança e gestão de risco ESG

- Implementar o modelo operativo futuro de gestão ESG do banco, construindo um robusto modelo de governança
- Continuar a implementação da estrutura de gestão de risco ESG, nomeadamente na gestão de risco climático e ambiental e inclusão nos processos críticos como o crédito e onboarding de clientes



## 2.4 Riscos e Oportunidades

**C** Curto prazo   **M** Médio prazo   **L** Longo prazo

Para assegurar a robustez da atual estratégia foi realizada uma análise aos principais riscos e oportunidades associados aos riscos climáticos e ambientais, no domínio do risco físico e de transição. Com base nos mesmos

foram identificadas medidas de mitigação, que se encontram integradas nos objetivos e planos de atuação prioritários e estratégicos do banco.

DOMÍNIOS	NATUREZA	RISCOS PARA O NOVOBANCO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
FÍSICO	<b>Tipologia aguda</b> <b>C M L</b>	<p>Disrupção de atividade dos clientes e contrapartes por danos em ativos produtivos ou limitações na cadeia de valor.</p> <p>Potencial desvalorização dos colaterais reais das operações de crédito do banco.</p> <p>Eventuais custos decorrentes de danos nos ativos físicos do Banco, incluindo disrupção de atividade.</p> <p>Eventual absentismo adicional dos colaboradores do banco.</p>	<p>Reforçar metodologias de avaliação de riscos físicos, de gestão de covenants e condições de financiamento.</p> <p>Reforçar plano de continuidade de negócio do novobanco e de contingência operacional.</p> <p><b>Pilar 2 – Operações simples e eficientes.</b> <b>Pilar 4 – Atingindo um desempenho sustentável.</b></p>
	<b>Tipologia crónica</b> <b>C M L</b>	<p>Diminuição de produtividade e/ ou aumento de custos operacionais e produtivos em setores expostos, impactando o desempenho financeiro dos clientes e contrapartes ou projetos financiados pelo banco.</p>	<p>Assegurar a recolha periódica de informação com empresas e contrapartes para cálculo de riscos climático e ambiental.</p> <p>Integrar avaliação de riscos climáticos e ambientais nos processos de decisão de crédito e preço.</p> <p><b>Pilar 4 – Atingindo um desempenho sustentável.</b></p>
TRANSIÇÃO	<b>Políticas e quadro legal</b> <b>C M L</b>	<p>Alterações realizadas ao modelo de governação e organizacional de modo a garantir um acompanhamento dedicado das questões relacionados com o ESG.</p> <p>Reforço da interação com empresas e contrapartes, permitindo melhor conhecer os seus desafios de transição e adaptação de atividade.</p> <p>Desenvolvimento de produtos e serviços, com condições e lógicas de estruturação alinhadas com as necessidades de transição dos nossos clientes.</p>	<p>Reforçar o modelo de governança do novobanco para assegurar o acompanhamento das questões ESG.</p> <p>Assegurar a recolha periódica de informação com empresas e contrapartes para cálculo de riscos climático e ambiental.</p> <p>Reforçar o portfólio de produtos e serviços do novobanco para apoiar as necessidades de transição dos seus clientes.</p> <p><b>Pilar 1 – Banco centrado no cliente.</b> <b>Pilar 4 – Atingindo um desempenho sustentável.</b></p>
	<b>Tecnologia</b> <b>C M L</b>	<p>Inadaptação das empresas e contrapartes do banco, por ausência de capacidade de investimento ou de acesso a financiamento.</p> <p>Indisponibilidade das melhores tecnologias (e a custo adequado) necessárias ao cumprimento dos novos padrões de atividade empresarial.</p> <p>Custos de transformação e de reconversão da atividade, com impacto no desempenho financeiro de clientes e contrapartes.</p>	<p>Assegurar a recolha periódica de informação com empresas e contrapartes para compreender os seus desafios e preparar a oferta comercial mais adequada.</p> <p>Desenvolver parcerias com entidades que permitam reforçar a oferta de soluções do banco no apoio aos seus clientes.</p> <p><b>Pilar 1 – Banco centrado no cliente.</b> <b>Pilar 4 – Atingindo um desempenho sustentável.</b></p>
	<b>Mercado</b> <b>C M L</b>	<p>Mudanças na oferta e procura de produtos e serviços bancários orientados para o ESG, com impacto na competitividade comercial do banco.</p> <p>Aumento geral dos preços de mercado, ao nível de tecnologias e de fatores de produção com impacto na competitividade e desempenho financeiro das empresas.</p> <p>Limitações ao crescimento das empresas e setores com maior desalinhamento face aos padrões de eficiência e de descarbonização da economia (ex. redução da procura de bens e serviços).</p>	<p>Assegurar a recolha periódica de informação com empresas e contrapartes para compreender os seus desafios e preparar a oferta comercial mais adequada.</p> <p>Desenvolver parcerias com entidades que permitam reforçar a oferta de soluções do banco no apoio aos seus clientes.</p> <p>Desenvolver planos para assegurar a resposta do banco aos riscos climáticos, nomeadamente quando à redução emissões de GEE financiadas</p> <p><b>Pilar 1 – Banco centrado no cliente.</b> <b>Pilar 4 – Atingindo um desempenho sustentável.</b></p>
	<b>Reputacional</b> <b>C M L</b>	<p>Risco de não atender às expectativas dos stakeholders em relação à atuação do banco nas questões mais prementes das alterações climáticas.</p> <p>Limitações ao nível da imagem de marca percecionada por investidores e stakeholders.</p> <p>Envolvimento do banco em situações de incumprimento dos novos requisitos ESG com impacto na sua imagem e reputação.</p> <p>Associação do banco a clientes, contrapartes, fornecedores e outras terceiras partes com perfil ESG sensível.</p>	<p>Assegurar metodologia rigorosa e uma monitorização robusta dos planos de mitigação de emissões de GEE financiadas.</p> <p>Garantir rigor na comunicação com o mercado.</p> <p>Implementar controlos na seleção e monitorização de fornecedores face aos potenciais riscos ESG.</p> <p>Assegurar a inclusão de análise de risco reputacional, nos assessments de risco ESG.</p> <p><b>Pilar 1 – Banco centrado no cliente.</b> <b>Pilar 4 – Atingindo um desempenho sustentável.</b></p>
	<b>Bem-estar económico e Direitos sociais</b> <b>M L</b>	<p>Risco de perda de competitividade de alguns sectores económicos derivado da transição.</p> <p>Risco de inadequação de competências de colaboradores derivado de alterações da transição.</p> <p>Risco de perda de direitos sociais, associados com a deterioração de competitividade de certos sectores económicos ou regiões.</p>	<p>Desenvolver soluções e produtos para apoiar os nas necessidades de transição dos sectores económicos com maior impacto.</p> <p>Assegurar a análise recorrente de risco, por sector económico, para identificar e gerir proactivamente exposições nos sectores com maior impacto.</p> <p>Assegurar internamente formação sobre o tema ESG, e apoiar a requalificação profissional de colaboradores impactados pela transição.</p> <p>Assegurar a inclusão de análise de risco reputacional, e social, nas avaliações de risco ESG.</p> <p><b>Pilar 1 – Banco centrado no cliente.</b> <b>Pilar 3 – Desenvolvendo pessoas e cultura.</b> <b>Pilar 4 – Atingindo um desempenho sustentável.</b></p>

Para além dos riscos climáticos e ambientais, também os riscos sociais e de governação foram analisados:

### Inclusão e bem-estar financeiros:

- Aumento do risco de incumprimento no caso de redução do poder de compra nas comunidades servidas, e consequentemente nos clientes
  - A promoção de iniciativas de inclusão e literacia financeira, bem como a disponibilização de produtos e serviços adequados a todas as tipologias de clientes, permite contribuir para o progresso económico e social e, por essa via, mitigar o risco de perda de rentabilidade.
- Risco de incapacidade de resposta às necessidades de colaboradores no que respeita a i) flexibilidade dos modelos de trabalho, ii) proposta de valor para o colaborador, iii) cultura de diversidade e inclusão, incluindo as questões de igualdade de género.
  - Perda de talento e redução dos níveis de engagement de colaboradores, aumentando desta forma o risco de redução de produtividade e rentabilidade do negócio, a dificuldade em definir planos de sucessão e disseminar conhecimento e expertise, e reduzindo capacidade de captar novo negócio e novos clientes.
- Aumento do risco reputacional e operacional pelo incumprimento dos princípios e acordos internacionais relativos a direitos humanos e do trabalho ao longo da cadeia de valor, por parte de clientes, fornecedores ou outros parceiros do banco
  - A definição e implementação de modelos de análise, avaliação e monitorização dos riscos sociais e atuação de clientes e fornecedores permite mitigar estes riscos e o seu impacto na reputação e atividade do novobanco.

### Boa governance e gestão responsável:

- A capacidade para assegurar a contínua adaptação do negócio a um ambiente de mercado e concorrencial em constante mudança apenas é possível com um modelo de governance robusto capaz de incorporar objetivos de longo prazo, resolver questões de conflitos de interesses, assegurar a segurança dos dados e gerir adequadamente os riscos de corrupção, suborno, branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

### A incorporação das questões relacionadas com o ambiente e clima e o ESG na estratégia do Banco gera diversas oportunidades, que o novobanco deseja explorar, em alinhamento com a nossa estratégia *Shaping the Future*:

**Marca e Reputação:** Reforçar a posição do novobanco ao lado das empresas (Pilar 1)



- Reforço do posicionamento de “Banco das empresas” acompanhando, desafiando e apoiando os clientes na sua transição energética e reforçando a relação enquanto parceiro da empresa
- Destacar o banco dos seus concorrentes pela qualidade, rigor e inovação da sua abordagem ao ESG.

**Oferta comercial:** Oferecer as melhores soluções de apoio às empresas (Pilar 1)



- Desenvolvimento de produtos e serviços financeiros de apoio à transição – financiamento estruturado e direcionado para as necessidades dos clientes, observando critérios técnicos robustos
- Implementação de parcerias externas para robustecer oferta e disponibilizar solução completa para os clientes

**Posicionamento comercial:** Comunicar e interagir com os clientes (Pilar 1)



- Promoção de ações de informação e sensibilização junto dos clientes – conferências, eventos
- Adaptação dos modelos de envolvimento – das grandes às pequenas empresas
- Estabelecimento de parcerias e de programas com parceiros empresariais e setoriais, reforçando a presença junto das empresas clientes

**Oferta de investimento:** Reforçar a oferta de investimento (Pilar 1)



- Adoção de políticas de investimento que integrem considerações relativas à gestão dos riscos climáticos
- Implementação de matriz de classificação ESG das operações
- Criação de controlos e procedimentos alinhados com os requisitos regulamentares no desenho e oferta de produtos de investimento sustentáveis

**Eficiência de operações:** Melhorar a sustentabilidade e eficiência das operações (Pilares 2 e 3)



- Mudança para novas instalações, energeticamente eficientes (novobanco campus)
- Reforço dos programas de eficiência e economia (uso de papel, água, eletricidade, outros consumíveis)
- Promoção das deslocações de trabalho mais eficientes que permitam a redução dos custos energéticos
- Melhoria da pegada carbónica dos colaboradores do novobanco, através de soluções verdes ao nível dos transportes e serviços nas instalações novobanco, e aumento da integração da frota verde

**Resiliência:** Promover a resiliência e dos nossos processos e pessoas (Pilares 2, 3 e 4)



- Implementação de modelos de avaliação e de aceitação de fornecedores e outras partes terceiras
- Desenvolvimento de novas rotinas e relatórios de informação de acompanhamento dos riscos climáticos
- Formação dos nossos colaboradores, permitindo maior maturidade na gestão dos riscos climáticos
- Reforço da inclusão e compromisso dos colaboradores, no caminho da transição energética, através de iniciativas internas de disseminação dos compromissos do novobanco e de sensibilização ambiental

## 2.5 O Caminho do novobanco Rumo à Transição

O novobanco quer ter um papel ativo no apoio à transição energética da economia e da sociedade portuguesa. Desta forma, o banco realizou um amplo exercício de definição de metas de redução de emissões de GEE que sejam compatíveis com o Acordo de Paris.

O banco assume assim o compromisso de alinhar a sua carteira de financiamento e de investimento para uma redução da sua pegada carbónica, desenvolvendo uma estratégia de negócio que visa uma orientação eficaz do crédito e do investimento para atingir os objetivos a que o banco se comprometeu.

As ações chave centrar-se-ão particularmente nos sectores mais intensivos em emissões de GEE e aos quais o banco tenha maior exposição creditícia, pretendendo para este fim :

- Reforçar o diálogo com os clientes, especialmente em setores particularmente afetados, reforçando a recolha de dados ESG (como emissões de GEE resultantes da sua atividade, Certificados de Performance Energética (EPC) dos colaterais, Planos de Transição, compromissos de descarbonização)
- Promover o financiamento verde, com aumento da oferta de produtos e de parcerias externas que possam ajudar os clientes a realizarem a transição energética;
- Desenvolver modelos de preços diferenciados;
- Continuar a desenvolver instrumentos de monitorização que permitam uma orientação eficaz da carteira;
- Continuar a promover literacia ESG junto do tecido económico português.

O novobanco assinou, em outubro de 2019, o compromisso SBTi – *Business Ambition for 1,5°C* para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Com este compromisso o novobanco submeteu as suas metas com um plano de transição/descarbonização para a sua carteira que se encontra em validação pela SBTi.

Destacam-se os seguintes compromissos setoriais, aplicáveis a exposições em grandes empresas e para financiamentos ou investimentos de médio e longo prazo:

#### - Produção de eletricidade

O novobanco compromete-se a reduzir as emissões de GEE do setor da produção de eletricidade na sua carteira de financiamento e investimentos a empresas, em 74% por KWh até 2030, face ao ano-base de 2021.

O âmbito aqui considerado foi a exposição de médio longo prazo e de Grandes Empresas em 2021 nos CAE (Classificação de Atividade Económica) associados à produção de eletricidade: 35111, 35112, 35113.

#### - Fabricação de Cimento

O novobanco compromete-se a reduzir as emissões de GEE do setor do cimento na sua carteira de financiamento e investimentos a empresas, em 23% por tonelada de cimento, até 2030, face ao ano base de 2021. O âmbito aqui considerado foi a exposição de médio longo prazo e de Grandes Empresas em 2021 no CAE (Classificação de Atividade Económica) 23510, associado à fabricação de cimento.

#### - Hipotecas Comerciais

O novobanco compromete-se a reduzir as emissões de GEE do setor das hipotecas comerciais na sua carteira de financiamento e investimentos a empresas, em 68% por m<sup>2</sup>, até 2030, face ao ano base de 2021.

Analisaram-se os colaterais imobiliários de financiamentos e investimentos imobiliários em que a propriedade é usada para fins comerciais, como comércio, hotéis, escritórios, industriais ou grandes alugueres, onde o proprietário do edifício ou investidor vende ou aluga o imóvel aos inquilinos para realizar atividades geradoras de rendimento.

EMISSÕES - ÂMBITO	MÉTRICA/METODOLOGIA	META 2030
Produção de Eletricidade (crédito a empresas, Project Finance, carteira investimentos)	Redução Relativa (SBTi1.5. Energy SDA)	-74% tonCO <sub>2</sub> eq/MWh
Produção de Cimento (crédito a empresas, carteira investimentos)	Redução Relativa (SBTi1.5. Cement SDA)	-23% tonCO <sub>2</sub> eq/ton cimento
Hipotecas Comerciais (crédito a empresas)	Redução Relativa (SBTi1.5. RE SDA)	-68% tonCO <sub>2</sub> eq/m <sup>2</sup>

## 2.6 Os Compromissos do novobanco

Com base nesta visão integrada da política ESG e dos pilares de atuação estratégica, o novobanco propõem-se a rever os seus compromissos atuais, identificando novos objetivos a cumprir até 2026 e 2030 ao nível do seu desempenho ambiental, social e na governança.



## Banco centrado no cliente

O novobanco neste pilar deseja continuar a reforçar a centralidade do cliente na sua atuação. Com este objetivo o banco compromete-se em duas metas: numa reforçada ambição do seu investimento verde, passando de uma meta trienal, já amplamente cumprida, de 600 Milhões Euros, para um compromisso de investimento verde no total de 2.000 Milhões de Euros até 2026. Ao nível da oferta de produtos de investimento o novobanco compromete-se também a integrar mais de 60% de produtos com características ESG, de acordo com os artigos 8 ou 9 do SFDR, na sua oferta.

## Operações simples e eficientes

O novobanco compromete-se neste pilar em assegurar a simplicidade e eficiência das suas operações. Ao nível ambiental este objetivo traduz-se num incremento do objetivo de redução de emissões próprias (âmbito 1 e 2) de 28% até 2024, para uma redução de 50% em 2030, versus o mesmo ano base de 2021. Para atingir este fim o banco compromete-se também em assegurar que a energia elétrica nas instalações do novobanco seja integralmente de fontes renováveis até 2026.

## Desenvolvimento de pessoas e cultura

O novobanco quer assegurar o desenvolvimento do seu ativo mais importante, as suas pessoas, assegurando uma cultura organizacional robusta e inclusiva. Como compromisso do banco para este propósito é continuar o caminho de redução prevista na disparidade salarial de género por função (*equal pay*), reduzindo a mesma para um valor abaixo de 5% até 2026. Ao nível do engagement dos seus colaboradores, o novobanco pretende alcançar uma taxa de respostas positivas de pelo menos 65%.

## Atingindo um desempenho sustentável

O novobanco deseja alcançar um desempenho sustentável para com todos os seus stakeholders. Para esse fim o banco compromete-se a alcançar, para os seus principais sectores de atividade com impacto climático, uma redução da intensidade de emissões de GEE alinhado com os objetivos do acordo de Paris. Pretende também assegurar a representatividade das mulheres em posições de liderança no banco, com um objetivo de alcançar 40% de mulheres em posições de liderança até 2026.

## Os compromissos do novobanco

1	2	3	4
BANCO CENTRADO NO CLIENTE	OPERAÇÕES SIMPLES E EFICIENTES	DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CULTURA	ATINGINDO UM DESEMPENHO SUSTENTÁVEL
<p><b>Investimento verde</b></p> <p>Meta 2026 2.000 MEUR até 2026</p> <p>Meta 2024 200 MEUR p/a até 2024 <span>✓ 369</span></p> <p><b>Produtos de investimento com características ESG</b></p> <p>Meta 2026 60% de incorporação<sup>3</sup></p> <p>Meta 2024 60% <span>✓ 63%</span></p>	<p><b>Emissões GEE (Âmbitos 1 e 2)</b></p> <p>Meta 2030 -50% vs 2021</p> <p>Meta 2024 -28% vs 2021 <span>✓ -36%</span></p> <p><b>Peso de energia renovável na eletricidade consumida</b></p> <p>Meta 2026 100%<sup>4</sup></p> <p><b>NOVO</b></p>	<p><b>Disparidade salarial de género<sup>1</sup></b></p> <p>Meta 2026 Abaixo de 5%</p> <p>Meta 2024 5% <span>5,3%</span></p> <p><b>Nível de engagement de Colaboradores</b></p> <p>Meta 2026 Pelo menos 65%</p> <p>Meta 2024 65% <span>57%</span></p>	<p><b>Redução de emissões de GEE financiados</b></p> <p>Meta 2030 100% das metas por sector<sup>2</sup></p> <p><b>NOVO</b></p> <p><b>Mulheres em cargos de liderança<sup>5</sup></b></p> <p>Meta 2026 Pelo menos 40%</p> <p><b>NOVO</b></p>

✓ Meta atual alcançada xx% Performance 2023

(1) Diferença salarial de género calculada por função (*equal pay*);

(2) Geração de energia, Cimento, Imobiliário Comercial;

(3) % de produtos de investimento (fundos de investimento, seguros financeiros, notas estruturadas ou depósitos) com características ESG - Artigos 8 e 9;

(4) Quota de energias renováveis líquidas de 100% até 2026 (nos Açores e Madeira dependente de existência de oferta);

(5) Anteriormente apenas Liderança Sénior com objetivo menor de 30%.

## 2.7 A nossa Performance

O novobanco apresentou no passado um plano de dividendo social, centrado em 15 indicadores, para os quais definiu metas até ao ano de 2024.

Em 2023, como resultado da revisão das prioridades estratégicas, o banco reviu e redefiniu novos indicadores e metas para 2026 e 2030, focando a sua atenção em 8 indicadores que considera serem os indicadores chave para monitorizar progresso nas áreas estratégicas. É, contudo, objetivo do novobanco continuar a assegurar a visibilidade do seu desempenho para a totalidade dos 15 indicadores com metas até 2024.

O próximo quadro expressa os resultados no banco nestes indicadores no final de 2023, alinhando os indicadores com os ODS prioritários e alinhamento estratégico vindo do novo exercício de dupla materialidade realizado este ano.

Para 2023 gostaríamos de realçar os seguintes factos: (i) o banco superou já a meta de investimento verde de 600 M€, prevista para 2024 (713 M€ no final de 2023); (ii) melhoria significativa do indicador de NPS face a 2021 – que finalizou o ano em 17 pts (média anual 3,8 pts, conforme o dividendo); e (iii) o banco ultrapassou já o objetivo de redução de emissões próprias vs 2021 (-36% versus um objetivo de redução inicialmente previsto de -28% até 2024).

### 1 BANCO CENTRADO NO CLIENTE



Apoiar a transição dos nossos clientes e maximizar o impacto positivo na sociedade e ambiente.

<b>€713M</b> <b>€600M</b>	investimento verde vs. 21 <sup>1</sup>
<b>63%</b> <b>60%</b>	produtos de investimento com características ESG <sup>2</sup>
<b>3,8</b> <b>10</b>	no indicador NPS dos clientes <sup>3</sup>
<b>3</b> <b>4</b>	parcerias para promoção de emprego inclusivo <sup>4</sup>

### 2 OPERAÇÕES SIMPLES E EFICIENTES



Aumentar a eficiência, permitir a transição própria, garantir a preparação dos sistemas para ESG.

<b>-36%</b> <b>-28%</b>	de emissões de tCO <sub>2</sub> das operações próprias <sup>5</sup>
<b>+11%</b> <b>-30%</b>	de Consumo de papel (ton vs. 21) <sup>6</sup>
<b>76%</b> <b>90%</b>	fornecedores com avalia. de sustentabilidade <sup>7</sup>

### 3 DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CULTURA



Fortalecer as capacidades, inclusão, diversidade e o engagement das nossas pessoas.

<b>5,3%</b> <b>5,0%</b>	na disparidade salarial de género <sup>8</sup>
<b>47%</b> <b>40%</b>	Colaborad. usufruindo do programa Bem-estar social <sup>9</sup>
<b>57%</b> <b>65%</b>	no nível de engagement dos colaboradores vs. 21 <sup>10</sup>
<b>+792</b> <b>9.594</b>	de voluntariado dos colaboradores vs. 21 <sup>11</sup>
<b>-5%</b> <b>+3%</b>	colaboradores c/ aval. risco psicossoc. "Saudável" <sup>12</sup>

### 4 ATINGINDO UM DESEMPENHO SUSTENTÁVEL



Construir uma estrutura robusta de governança e de gestão dos riscos ESG.

<b>27,3%</b> <b>30%</b>	de mulheres em cargos de liderança sénior <sup>13</sup>
<b>94.403</b> <b>96.861</b>	de formação ESG aos colaboradores
<b>€0M</b> <b>€0M</b>	de Financiamento a setores excluídos <sup>14</sup>

Resultados      Metas

(1) Originação de financiamento ou investimentos no próprio portfólio em empresas cuja principal atividade económica é elegível para a Taxonomia Europeia e originação de financiamento ou investimentos no próprio portfólio nos quais o uso dos fundos pelo mutuário ou pelos projetos é direcionado a atividades económicas elegíveis para a Taxonomia Europeia ou destinado a investimentos na transição energética ou na transição do modelo de negócios da empresa para atividades sustentáveis; (2) Fundos de Investimento, Seguros Financeiros e Produtos Estruturados; (3) Índice de Promotores Líquidos (Net Promoter Score) calculado para Clientes Individuais - BASEF; (4) Número de organizações com parcerias ativas com o banco; (5) Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Âmbito 1 e 2; (6) Redução do consumo de papel de fotocópia, resultante da implementação do programa Phygital na rede comercial (iniciado em 2019) e da desmaterialização de processos nos serviços centrais; (7) Fornecedores com relação contínua com o novobanco e faturamento anual superior a 10 mil euros; (8) Disparidade salarial de género ponderada pela representatividade de cada Função de desempenho (equal pay); (9) Percentagem de colaboradores que usufruíram de pelo menos 2 iniciativas do programa de equilíbrio entre vida pessoal e profissional, saúde mental e física, vida saudável, etc. por ano; (10) Avaliação do nível de envolvimento dos funcionários realizada através da pesquisa Pulse (média % de envolvimento dos funcionários); (11) Promoção de ações de voluntariado em áreas estratégicas de impacto social do banco. Cada funcionário pode tirar 1 dia de licença por ano para trabalho voluntário; (12) Estudo anual de avaliação de riscos psicossociais da base de funcionários do novobanco; (13) Gestores de primeira linha e Conselho de Administração Executivo; (14) Setores económicos não financiados pelo novobanco: armas, prostituição, pornografia, carvão (mineração e produção de energia) e comércio de vida selvagem e espécies ameaçadas.

## 2.8 Os nossos Parceiros

### SIGNATÁRIO

Iniciativa na área da cidadania empresarial, que teve a sua origem, no ano 2000, numa proposta do então Secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Assenta em dez Princípios fundamentais, sobre as áreas dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção e visa promover o compromisso público e voluntário das empresas em cumprí-los.



### MEMBRO

Associação sem fins lucrativos que agrega e representa mais de 90 empresas de referência em Portugal, que se comprometem ativamente com a transição para a sustentabilidade.



Fórum Organizações para a Igualdade, criado em 2013, é composto por 69 organizações, que assumem o compromisso de reforçar e evidenciar a sua cultura organizacional de responsabilidade social incorporando, nas suas estratégias e nos seus modelos de gestão, os princípios da igualdade entre mulheres e homens no trabalho e no emprego.



Programa acelerador, do Global Compact, que apoia as empresas na definição de metas ambiciosas para a representação e liderança das mulheres na gestão de topo.



O *Inclusive Community Forum (ICF)* é uma iniciativa da Nova SBE dedicada à vida das pessoas com deficiência que tem como objetivo promover uma comunidade mais inclusiva.



Associação empresarial de utilidade pública, sem fins lucrativos, que atua nas áreas da Responsabilidade Social e Sustentabilidade. Integra a rede europeia do CSR Europe, líder em sustentabilidade e responsabilidade corporativa, apoiando setores da indústria e empresas a nível global, na transformação e busca de soluções práticas para o crescimento sustentável.



### ASSOCIADO

Principal entidade que representa o sector bancário português, tendo sido criada em 1984 para fortalecer o sistema financeiro e contribuir para o desenvolvimento de um sector bancário mais sólido.



Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, que representa os interesses da Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, da Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, da Gestão de Fundos de Pensões e da Gestão de Patrimónios, permitindo uma defesa mais eficiente destas atividades.



Associação Portuguesa de Qualidade é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1969 que tem como propósito a promoção e divulgação de conhecimentos teóricos e práticas no domínio da Qualidade e Excelência em Portugal.



Índice Nacional de Satisfação do Cliente é um sistema de medida da qualidade dos bens e serviços disponíveis no mercado nacional, por via da satisfação do cliente.



Mind Alliance Associação que promove uma cultura corporativa que coloca a saúde mental dos colaboradores como prioridade estratégica das empresas em Portugal, através da sensibilização e capacitação dos seus líderes.



### SUBSCRITOR

Documento apresentado pela United Nations Global Compact, que tem como principal objetivo alcançar a transição para uma economia de baixo carbono e evitar o sobreaquecimento da atmosfera.



Carta Compromisso pelo Financiamento Sustentável em Portugal, que tem como objetivo contribuir para a promoção de práticas de investimento sustentável.



---

# **3 BANCO CENTRADO NO CLIENTE E NA SOCIEDADE**

O dia-a-dia do novobanco é focado em responder às necessidades dos seus clientes em todos os momentos da sua vida, sendo este o primeiro pilar da sua estratégia.

O novobanco tem consciência que as instituições financeiras têm um papel fulcral a desempenhar na resposta diária aos seus clientes. E porque os clientes não são todos iguais, o banco privilegia uma abordagem diferenciada para proporcionar a melhor experiência a cada um deles, com a oferta de produtos e serviços adequados, reforçando deste modo a confiança que depositaram no banco.

Tendo em conta o atual contexto, em 2023, 3 tópicos mereceram especial atenção pelo novobanco: i) o apoio aos clientes na sua transição para uma economia de baixo carbono; ii) o apoio aos clientes com elevados níveis de endividamento e iii) a disponibilização de soluções de poupança para todos os tipos de orçamentos.

Para além do papel junto dos seus clientes o novobanco contribui também ativamente para o desenvolvimento da comunidade em que opera, através de investimento próprio ou de parcerias estabelecidas com entidades pertencentes à economia social ou organizações ambientais.

*“Estar atento aos impactos ambientais e sociais dos nossos produtos e serviços financeiros é um dos nossos compromissos. Por isso avaliamos as oportunidades de negócio em sintonia com as expectativas dos clientes.”*

## 3.1 Apoiar a Transição e a Jornada ESG dos nossos Clientes Empresa

Com o firme propósito de contribuir para a promoção de práticas de investimento sustentável no país e acelerar a transição para uma economia neutra em carbono em 2050, o Grupo novobanco oferece aos seus clientes soluções financeiras sustentáveis, que seguem políticas e princípios ESG, disponibilizando produtos não só com critérios ambientais, que apoiam os clientes na sua transição para uma economia baixa em carbono, mas que incorporam igualmente critérios sociais e de governance.

### 3.1.1 A Sustentabilidade na nossa Oferta para Empresas

O novobanco tem um papel de liderança no apoio ao tecido empresarial português, com uma ampla quota de mercado e oferta setorial e funcional especializada (mais informação no capítulo 3.3 do Relatório de Gestão).

O apoio à transição energética e à jornada de sustentabilidade dos seus clientes é parte integrante desta abordagem setorial e funcionalmente especializada. Para este fim o novobanco tem efetuado um forte investimento no conhecimento e na avaliação dos desafios que a transição climática e energética coloca às empresas portuguesas para:

- Reforçar a oferta de produtos e serviços às necessidades concretas de transição ou reconversão de cada empresa; e
- Identificar os possíveis impactos desses desafios nas finanças de cada empresa.

*“Estar atento às alterações climáticas já não é um compromisso. Agimos e reforçamos a nossa oferta para sermos o parceiro dos nossos clientes numa economia baixa em carbono.”*

Neste âmbito, robusteceu a sua oferta com critérios ambientais destinada ao segmento empresas

LINHA DE SUSTENTABILIDADE	LINHA PARA A DESCARBONIZAÇÃO E ECONOMIA CIRCULAR	LINHA DE APOIO À QUALIFICAÇÃO DA OFERTA
<p>Linha que visa apoiar o tecido empresarial na sua transição energética para uma economia baixa em carbono e /ou as empresas que sejam elegíveis pela Taxonomia decorrente do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento e do Conselho da União Europeia.</p>	<p>Linha que visa facilitar o acesso ao financiamento para implementação de projetos sustentáveis, estando elegíveis o investimento em: i) equipamentos inovadores e eficientes; ii) o investimento em fontes renováveis para autoconsumo no processo produtivo ou em estratégias circulares para qualquer fase do ciclo de vida do produto/ serviço, iii) a implementação de dispositivos de monitorização, de controlo e atuação que permitam otimizar as condições de uso, consumo de energia e consumos de matérias-primas, entre muitos outros.</p>	<p>Linha promovida pelo Turismo de Portugal e que tem a preocupação e objetivo de diligenciar o investimento em regiões de baixa densidade tendo ainda subjacente a outros critérios de elegibilidade que se enquadram em objetivos ESG, entre os quais a eficiência energética, gestão da água e acessibilidades.</p>
26, 7M€	3, 2M€	746,2 m€
1,20% no peso total da oferta		0,03% no peso total da oferta

## Serviços de Consultoria PME

O novobanco disponibiliza igualmente aos seus clientes Empresa um serviço de consultoria que visa apoiar-los no seu processo de transição energética. Para este fim estabeleceu parcerias no âmbito ESG, com diversas empresas especialistas em áreas diversificadas como diagnóstico e cálculo de pegada de carbono, definição de estratégia de sustentabilidade, soluções de descarbonização, projetos de certificação, entre outros.

*“Estamos com os nossos clientes na sua transição para uma economia mais sustentável, pelo que disponibilizamos uma oferta de produtos e serviços financeiros especialmente direcionada à estruturação e realização dos investimentos necessários.”*

## Investimento Verde

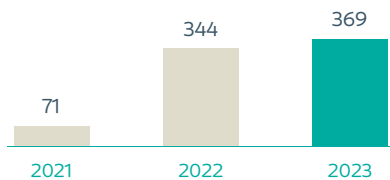
Durante o ano de 2023 este valor ascendeu a 713M€, acumulado desde 2021, tendo ultrapassando o objetivo definido, o que comprova a forte aposta efetuada.

O conceito de “Investimento Verde” assume critérios exigentes em que é verificada a finalidade do financiamento ou as atividades que estão incluídas na Taxonomia Europeia. O novobanco considera como “Investimento verde” (definido na Política de Classificação de Financiamentos e Investimentos Verdes disponível em Política de Classificação de Financiamentos e Investimentos verdes\_novobanco.pdf.coredownload.inline.pdf – e apresentada no capítulo 6 deste Relatório) os financiamentos ou investimentos realizados em empresas ou projetos que:

- Operem em 1 ou mais dos 8 setores de atividade (CAE) cujo alinhamento com a Taxonomia Europeia é, pelas características da sua atividade principal, à partida, muito elevado;
- Reportem, na operação específica a ser financiada ou alvo de investimento, uma finalidade alinhada com os objetivos da Taxonomia Europeia (operações de *Project Finance*, Obrigações ou Financiamentos Verdes ou Sustentáveis - Green ou Sustainability Bonds/ Loans);
- Papel Comercial e de Financiamentos ou Obrigações ligados ao desempenho de Sustentabilidade (*Sustainability-Linked Bonds/ Loans*). Verificação se a atividade é elegível, e se o financiamento está a contribuir para a transição energética do cliente de acordo com os critérios da taxonomia;
- Financiamento imobiliário com certificado energético de nível A ou *BREEAM* excelente, ou *LEED gold*.

### Financiamento verde/ano

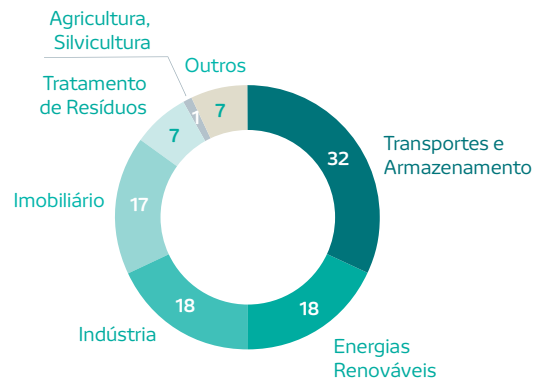
(M€)



Valor de 2022 foi recalculado

### Produção de financiamento verde em 2023 por setor de atividade

(%)



### Linha Financiamento Setor Social

No âmbito da economia social e em parceria com o Banco Português de Fomento, o novobanco disponibiliza ainda Linha de Financiamento ao setor social, destinada a apoiar as necessidades de financiamento das entidades da Economia Social, que sejam Instituições Particulares de Solidariedade Social ou entidades equiparadas sem fins lucrativos, quer no apoio ao investimento, quer no reforço de fundo de maneo.

### Estratégia de Recuperação

Em consonância com a sua cultura, o novobanco fomenta e mantém uma relação próxima com o seu cliente empresa, sendo um parceiro mesmo em momentos de maior dificuldade e quando a resolução de eventuais dificuldades creditícias é necessária. As soluções e estratégias de recuperação baseiam-se em diversos indicadores nomeadamente, cooperação do cliente, viabilidade financeira, garantias e sustentabilidade da solução a propor ao cliente, sempre em estrito cumprimento das leis e regulamentos em vigor, tendo por base elevados padrões de ética, cordialidade e rigorosa análise da situação financeira das empresas sob gestão.

### 3.1.2 Capacitação e Sensibilização do Tecido Empresarial

O novobanco é um agente ativo no ecossistema ao qual pertence, tendo um foco particular na dinamização da economia e no apoio às comunidades que serve. Neste âmbito, promove e participa anualmente em diversas iniciativas de promoção da sustentabilidade entre as quais iniciativas de carácter setorial e/ou regional, na procura conjunta de soluções ou estratégias que promovam o bem-estar social e financeiro, o crescimento responsável, a criação de emprego, a valorização das pessoas e o respeito pelo ambiente.

Em 2023 e para reforçar o seu papel de parceiro financeiro de referência das PME portuguesa, bem como promotor da sustentabilidade económica, ambiental e social, o novobanco celebrou dois protocolos com a Nova School of Business and Economics (Nova SBE):

- **Cátedra novobanco em ESG** - uma cátedra que irá focar-se na investigação e formação no campo das Finanças, com um acentuado foco em temas ESG, incluindo investigação sobre impacto do investimento sustentável na redução da poluição.
- **Membro fundador, no programa Voice Leadership** – um programa que visa a modernização e competitividade das PME Portuguesas através da capacitação dos seus decisores. Até 2026 este programa irá capacitar os gestores e decisores de

cerca de 5 mil empresas, com ferramentas e rotinas de gestão que ajudem a melhorar a sua competitividade e crescimento futuro, combinando formação teórica e prática inovadora em gestão, com mentoria personalizada.

Esta parceria sublinha o compromisso do novobanco em enfrentar os desafios da economia, desde a sustentabilidade e responsabilidade ambiental à liderança e inovação.

Destacaram-se ainda mais dois programas subjacentes ao tema da sustentabilidade:

1. **“Sustentabilidade para PME”**, um programa lançado em 2023 e em parceria com a CCIP (Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa), que tem como intuito sensibilizar as empresas para o tema da sustentabilidade. Com os parceiros media TSF e Dinheiro Vivo, este programa iniciou com a emissão de 9 programas de rádio, nos quais foram entrevistados especialistas subjacente aos diversos temas da sustentabilidade e dois *webinars* para apoiar a transformação das PME: “Sustentabilidade para PME – O que precisa mesmo de saber” e “Conheça as vantagens do financiamento sustentável.

#### O QUE PODE APRENDER NA RÁDIO DA SUSTENTABILIDADE

1. ESG significa o mesmo que Sustentabilidade?
2. O que é a transição energética numa PME e que apoios e financiamentos existem?
3. A sustentabilidade pode alterar a forma como as PME se relacionam com os bancos?
4. Quais os principais desafios dos novos modelos de trabalho na gestão de uma PME?
5. O que é o *Greenwashing*?
6. Taxonomia! O que significa? Como pode ajudar as PME a redirecionarem os seus investimentos?
7. Como tirar partido da sustentabilidade na cadeia de valor da empresa?
8. Quais as formas mais simples de diminuir as emissões de CO<sub>2</sub> na sua empresa?
9. Relação grande empresa com fornecedores PME



**2. Segunda edição das ESG Talks**, um ciclo de conferências do novobanco dedicado à sustentabilidade, realizado com os parceiros estratégicos Nova SBE e PwC Portugal e os parceiros media VISÃO e EXAME.

Este ciclo foi constituído por quatro conferências que abordaram, através de palestras, reflexões, painéis de discussão e outras intervenções, as mais importantes temáticas do universo ESG. Todas as conferências contaram com a participação de reconhecidos empresários, decisores políticos e da Academia.

### Temas das Conferências ESG Talks 2023

<b>COMO O ESG IMPACTA O MEU NEGÓCIO?</b>	<b>ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, RISCO DE NEGÓCIO E FINANÇAS SUSTENTÁVEIS</b>	<b>NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, IGUALDADE E INCLUSÃO</b>	<b>GOVERNAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E GREENWASHING</b>
<p>Os critérios que avaliam o impacto social, ambiental e de governança das empresas e como estas afetam o negócio das PME</p>	<p>O risco acrescido das alterações climáticas no negócio das empresas e como este pode ser acautelado com as opções disponíveis para a transição energética.</p>	<p>A paridade, diversidade e inclusão nas empresas, os desafios da semana de 4 dias na gestão das empresas e no seu negócio</p>	<p>A importância de um modelo de governance robusto com critérios sociais e ambientais na gestão profissional das empresas</p>
			
			

Fotografias: Marco Borga

Fotografias: José Carvalho

## 3.2 A Sustentabilidade junto dos nossos Clientes Particulares

O grupo está consciente da necessidade de acelerar os esforços para atingir a neutralidade carbónica até 2050 e quer estar junto dos seus clientes quer respondendo às suas necessidades de financiamento, reforçando



a sua oferta de financiamento verde ou de transição, quer possibilitando-lhes investir com objetivos de sustentabilidade, através da disponibilização de produtos e serviços de investimento com critérios ESG.

### FINANCIAMENTO

#### CRÉDITO À HABITAÇÃO NOVOBANCO ECO

Oferta com vertente ambiental que permite ao cliente beneficiar de uma bonificação no spread no caso da aquisição de imóvel com certificação energética A+, A e B.

Alcançamos em 2023:

**51,9 M€**  
**359 Clientes**  
 Peso de 1,1% na produção de Crédito à Habitação do ano.

#### CRÉDITO PESSOAL - VEÍCULOS HÍBRIDOS E ELÉTRICOS

Crédito Automóvel (novos e usados) para a aquisição de viaturas enquadradas na mobilidade verde (plug-in, híbridos elétricos e híbridos não elétricos), com uma bonificação de 1 % na estratégia de preço da Linha de Crédito Pessoal.

**3,3M€**  
 Peso de 9,9% no na produção do Crédito Automóvel

#### CRÉDITO ENERGIAS RENOVÁVEIS

Oferta com vertente ambiental que permite ao cliente adquirir qualquer produto de produção de energia renovável com uma taxa mais atrativa.

#### CONTAS NEUTRAS EM CARBONO 18.25 E 26.31

Neutralizamos as emissões de CO<sub>2</sub>, mesmo as que são decorrentes da utilização dos nossos clientes - utilização de computadores, consulta em ATM e cartões, entre outros.

A neutralização destas contas é equivalente a:

Primeira conta bancária totalmente neutra em carbono em Portugal - (e)mision neutral certified®. Adaptadas às necessidades dos mais jovens e desenvolvidas para terem um menor impacto ambiental, são contas com baixa emissão de carbono por serem online e pelo facto das suas emissões serem neutralizadas, seguindo a metodologia PAS 2050:2008 que analisa o ciclo de vida de produtos e serviços. As emissões não passíveis de serem evitadas são neutralizadas através do projeto Tamil Nadu, localizado na Índia, um projeto de instalação de um parque solar fotovoltaico para substituir a produção de energia a partir das centrais de carvão. Este projeto não só reduz as emissões

- Volume de gás suficiente para encher 59 balões de ar quente;
- Emissões de CO<sub>2</sub> resultantes do consumo (combustão) de 683 barris de petróleo
- Emissões de CO<sub>2</sub> resultantes do consumo médio de electricidade de 457 famílias portuguesas;
- Emissões de CO<sub>2</sub> resultantes de 2549 viagens de ida e volta de carro médio, de Lisboa ao Porto.

de carbono como também contribui com benefícios sociais e económicos para as comunidades locais com a criação de 285 postos de trabalho para pessoas de aldeias próximas do parque solar.

**144,1 mil contas novobanco – 256,5M€**  
 12% no total de contas serviço de clientes particulares e negócios no novobanco  
**4,3mil contas novobanco do Açores – 5,9M€**  
 16% no total de contas serviço de clientes particulares e negócios no novobanco dos Açores

## Fatores ESG no Serviço de Consultoria para o Investimento

O modelo do serviço de consultoria prestado pelo novobanco aos seus clientes particulares foi enriquecido com as novas dimensões ESG e de sustentabilidade, apoiado na alteração do modelo de seleção de ativos que, para além da análise dos riscos ESG inclui a análise às exclusões ou condicionalismos a investimentos de cada fundo. Assim, na pesquisa dos produtos financeiros mais adequados a cada cliente são considerados estes novos atributos de forma a ir ao encontro das preferências expressas através do Questionário de Preferências de Sustentabilidade.

No atual estado da indústria, já é possível encontrar fundos de investimento que tenham características ESG ou que tenham objetivos de sustentabilidade, pelo que sempre que os clientes expressem as suas preferências em termos de standards para classificar produtos financeiros que tenham objetivos de sustentabilidade ou promovam características ambientais ou sociais (SFDR), encontram sempre uma proposta do novobanco que lhe seja adequada.

## Produtos Estruturados ECO ou ESG

O Grupo novobanco deu continuidade à comercialização de produtos estruturados ESG e ECO junto dos seus clientes. Estes produtos têm a sua remuneração indexada ao desempenho de ações de empresas que se destacam na capacidade de liderar as mudanças sociais e de governance com critérios ambientais e sociais, ou ativos financeiros agregadores de ações de empresa com as mesmas características (Ex: ETFs, índices...). Os critérios de seleção dos ativos a fazerem parte destes produtos encontram-se sujeitos a um modelo de avaliação dependente de dados quantitativos e de dados qualitativos. A análise é baseada em informação pública disponível, aliada à estratégia da empresa, bem como à sua inclusão em índices ESG.

DESEMPENHO 2023 – novobanco	DESEMPENHO 2023 – novobanco dos AÇORES
12,9M€ subscritos em 2023, num total de 45,5M€ em produtos ESG/ ECO em carteira de clientes no final de 2023	411m€ investidos em 2023, num total de 1M€ em produtos ESG/ ECO em carteira de clientes no final de 2023.
Peso de 20% na carteira total de produtos estruturados	Peso de 61% na carteira total de produtos estruturados 2023.

## Fundos ESG

Em 2023 o grupo disponibilizou mais de 1,500 fundos ESG com investimento realizado pelos seus clientes. O grupo segue a Diretiva Europeia de Finanças Sustentáveis para a classificação destes fundos em duas categorias:

- **Artigo 8º SFDR (Sustainable Finance Disclosure Regulation)** – fundos que investem em empresas que tem considerações ambientais e sociais e de *governance*;

- **Artigo 9º SFDR** - Fundos que tem como objetivo o investimento sustentável que tem considerações ambientais e sociais e de *governance*.

Em 2023 o investimento realizado pelos seus clientes nestes fundos traduziu-se no seguinte desempenho:

DESEMPENHO 2023	ARTIGO 8º	ARTIGO 9º
<b>novobanco</b>	77 fundos com investimento de <b>431,4M€</b> Peso de 36% no total da carteira de fundos distribuídos	5 fundos com investimento de <b>10,4M€</b> Peso de 1% no total da carteira de fundos distribuídos
<b>BANCO BEST</b>	1375 fundos com investimento de <b>351,2M€</b> Peso de 60% no total da carteira de fundos distribuídos  43 ETF com um investimento de <b>2,9 M€</b>	91 fundos com investimento de <b>18,1 M€</b> Peso de 3% no total da carteira de fundos distribuídos  3 ETF com um investimento de <b>20 m€</b>
<b>novobanco dos AÇORES</b>	1 fundo com investimento de <b>52,9 m€</b> Peso de 4% no total da carteira de fundos distribuídos	-

## Inclusão Financeira

A adequação dos produtos às necessidades dos clientes passa igualmente pela integração de considerações sociais. O novobanco adequa os seus produtos às novas realidades dos clientes, destacando-se a poupança, com base na constituição de aforros à medida do orçamento familiar de cada um.

### Micropoupança

Este posicionamento permite a disponibilização de um pacote de soluções de Micro Poupança, no qual se encontram contemplados três produtos, nomeadamente:

POUPANÇA	DESCRIÇÃO	DESEMPENHO 2023
<b>POUPANÇA PROGRAMADA</b>	Permite poupar a partir de 10 euros/mês, mediante a adesão a um plano de entregas mensais, no qual os clientes estabelecem a quantia e o momento do mês a poupar, permitindo ajustar a poupança ao seu respetivo orçamento familiar.	<b>91,4 M€</b> em poupança 19,9 mil clientes aderentes
<b>MICRO POUPANÇA</b>	Possibilita a qualquer cliente começar a poupar pequenos montantes, através do arredondamento dos débitos correspondentes às suas despesas quotidianas revertendo o arredondamento para uma conta poupança (exemplos: prestação de crédito habitação, prestação de crédito pessoal, prémio de seguro, débitos diretos, entre outros).	<b>7,3M€</b> 39,0 mil clientes aderentes
<b>novobanco APP POUPANÇA POR OBJETIVOS</b>  <b>BEST BANK APP POUPANÇA POR OBJETIVOS</b>	Produtos exclusivos para clientes subscritores da App do novobanco e do Banco Best, em que cada cliente define os objetivos da sua poupança (quanto quer poupar e em quanto tempo), sendo o trajeto para alcançar o objetivo definido pelas apps	<b>33,0 M€</b> 24,0 mil clientes aderentes  <b>286,5 m€</b> 186 clientes

Em 2023 as micropoupanças dos clientes do novobanco totalizarem um valor de 131,6 M€.

---

### CONTA DE SERVIÇOS MÍNIMOS BANCÁRIOS

Conta que permite uma maior abrangência na disponibilização dos serviços financeiros e consequentemente uma mais vasta inclusão social. Disponibiliza aos clientes uma conta à ordem com cartão de débito e acesso à movimentação da conta através de caixas automáticos na União Europeia, canais diretos e balcões do banco.

Tem uma comissão de manutenção anual que não pode exceder o valor equivalente a 1% do valor do indexante dos apoios sociais em cada momento. Este produto destina-se a:

- Pessoas singulares que não sejam titulares de qualquer outra conta de depósito à ordem em qualquer instituição ou que sejam titulares de uma única conta de depósito à ordem a converter em conta de serviços mínimos bancários;
  - Pessoas que sejam titulares de outras contas de depósito à ordem, mas que pretendam abrir uma conta de serviços mínimos bancários em que um dos titulares tem mais de 65 anos ou está dependente de terceiros.
  - O novobanco detinha 13,5 mil Contas de Serviços Mínimos Bancários.
-

## Apoio às Famílias

Num ano marcado pela subida acentuada das taxas de juro, aumentaram as situações de clientes em dificuldades financeiras e em risco de incumprimento de contratos de crédito.

Para o novobanco, o apoio aos clientes passa também por desenvolver medidas para evitar e regularizar situações no atraso do pagamento de empréstimos, desenvolvendo o seu plano de ação para o risco de incumprimento centrado na procura das soluções mais adequadas para as diferentes situações apresentadas pelos clientes e em articulação com os mesmos.

Neste contexto e para a regularização das situações de incumprimento, são disponibilizados aos clientes um conjunto de possibilidades, quer de curto quer de médio prazo, as quais passam por diferentes estratégias e abordagens, desde a implementação de acordos de pagamento a renegociação de dívidas.

Desde os primeiros sinais de alerta de dificuldades financeiras os clientes têm ao seu dispor os canais presenciais, digitais e telefónicos do banco para esclarecer as suas dúvidas e solicitar o apoio do banco.

Os clientes com créditos em risco de incumprimento ou em atraso no pagamento das suas prestações podem igualmente obter informação adicional sobre os regimes relativos ao incumprimento de contratos de crédito no Portal do Cliente Bancário (<http://cliente bancario.bportugal.pt>), no portal “Todos Contam” ([www.todoscontam.pt](http://www.todoscontam.pt)), bem como aconselhamento e acompanhamento junto da RACE, a título gratuito ([www.consumidor.gov.pt](http://www.consumidor.gov.pt)).

O novobanco mantém igualmente um canal de comunicação com a Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor – DECO, para receção de pedidos de apoio efetuados por aquela via por clientes do banco.

## Cartões em re-PVC (PVC reciclado)

Em 2023 o novobanco iniciou a substituição gradual de todos os tradicionais cartões bancários em PVC por cartões em re-PVC, ou seja, fabricados a partir de plástico reciclado vindo de resíduos industriais recolhidos regionalmente.

Os cartões em PVC reciclado (re-PVC) contribuem para a preservação dos recursos naturais, uma vez que evitam a produção de PVC novo e reduzem a quantidade de PVC que é depositado em aterros.

Com esta iniciativa, o novobanco evitou, em 2023, a produção de mais 880 mil cartões em plástico, ou seja, 4,4 toneladas de PVC tradicional.

Para um futuro com menos impacto ambiental o novobanco continuou a reciclar os seus cartões bancários expirados para posterior utilização no fabrico de mobiliário urbano. Em 2023, 1,7 toneladas de cartões de crédito e débito foram enviados para reciclagem e reutilizados na produção de mobiliário urbano, promovendo deste modo a economia circular.

Mais informação sobre reciclagem no capítulo 4 deste relatório.

### 3.3 Gestão de Ativos

O investimento responsável reconhece a relevância dos fatores ambientais, sociais e de governança no sucesso das aplicações e na estabilidade de longo prazo. Seguindo esta premissa, o Grupo novobanco disponibiliza fundos de investimento com critérios ESG não só pela GNBGA como também pelas entidades externas ao Grupo, diversificados tanto ao nível da geografia como das estratégias de investimento.

Através da GNBGA, o Grupo novobanco oferece aos seus participantes três fundos com critérios ESG.

Estes fundos promovem características de sustentabilidade e encontram-se classificados como Art.º 8 do Regulamento SFDR.

Considerando a abrangência e importância que o mercado como um todo, clientes, bancos, sociedades gestoras e reguladores, têm vindo a conferir ao tema da Sustentabilidade, a GNB Gestão de Ativos propõe-se durante o ano de 2024 a continuar a alargar a sua oferta em produtos que promovam critérios de sustentabilidade.

<b>FUNDO NB MOMENTUM SUSTENTÁVEL</b>	<b>FUNDO DE PENSÕES ABERTO MULTIREFORMA</b>	<b>FUNDO DE PENSÕES PPR VINTAGE SUSTENTÁVEL</b>
<p>Com um portfólio diversificado de ativos de empresas que adotam as melhores práticas ao nível dos critérios ESG com a finalidade de alcançar desta forma uma valorização consistente de longo prazo assente nos três pilares da sustentabilidade. Um mínimo de 75% da componente de investimento direto do Fundo (deverá ser realizado em empresas com uma classificação ESG atribuída pela Eikon acima de 50 pontos (rating B- ou superior) e não poderá investir diretamente em empresas com uma classificação ESG atribuída pela Eikon abaixo de 10 pontos. O Fundo investirá pelo menos 85% do seu valor líquido global em ações e noutros valores mobiliários que nelas sejam convertíveis ou que tenham o direito inerente à sua subscrição</p>	<p>Com um portfólio diversificado de ativos de empresas que adotam as melhores práticas ao nível dos critérios ESG com a finalidade de alcançar desta forma uma valorização consistente de longo prazo assente nos três pilares da sustentabilidade. Um mínimo de 75% da componente de investimento direto do Fundo (deverá ser realizado em empresas com uma classificação ESG atribuída pela Eikon acima de 50 pontos (rating B- ou superior) e não poderá investir diretamente em empresas com uma classificação ESG atribuída pela Eikon abaixo de 10 pontos. O fundo investirá um valor superior a 75% do seu património em ações de empresas admitidas à cotação em mercados regulamentados e organismos de investimento coletivo em valores mobiliários de ações (incluindo ETFs – “exchange traded funds”), tendo como alocação de referência de investimento (direto ou indireto) em ações 100% do seu património.</p>	<p>Com um portfólio diversificado de ativos que adotam as melhores práticas ao nível dos critérios ESG com a finalidade de alcançar desta forma uma valorização consistente de longo prazo assente nos três pilares da sustentabilidade. Um mínimo de 75% da componente de investimento direto do fundo (deverá ser realizado em empresas com uma classificação ESG atribuída pela Eikon acima de 50 pontos (rating B- ou superior) e não poderá investir diretamente em empresas com uma classificação ESG atribuída pela Eikon abaixo de 10 pontos. O Fundo poderá investir um máximo de 15% do seu património em ações de empresas admitidas à cotação em mercados regulamentados, com um valor de referência de 7,5%, manterá investido um mínimo de 50% do seu património em obrigações, com um valor de referência de 55% para taxa fixa e de 37,5% para taxa variável.</p>
<p><b>Detém um valor de 160,5 M€.</b> O peso do fundo na globalidade dos Fundos Mobiliários geridos pela GNB Gestão de Ativos e domiciliados em Portugal foi de 21,9%.</p>	<p><b>Fechou o ano com um valor de 15,0 M€.</b> O peso do fundo na globalidade dos Fundos de Pensões Abertos geridos pela GNB Gestão de Ativos foi de 3,7%.</p>	<p><b>Fechou o ano com 59,4 M€.</b> O peso do fundo na globalidade dos Fundos de Pensões Abertos geridos pela GNB Gestão de Ativos Portugal foi de 14,5%.</p>



## 3.4 A Voz do Cliente

Com o intuito de oferecer a melhor experiência aos seus clientes, o modelo de Diagnóstico da Voz do Cliente está assente em vários pilares, que procuram trazer a sua voz para o interior da organização, permitindo um melhor conhecimento das suas necessidades e da sua satisfação ao longo do seu ciclo de vida, sendo identificadas oportunidades de melhoria.

A informação resultante deste modelo de auscultação e monitorização é partilhada com as estruturas comerciais do Grupo e com as áreas centrais permitindo desencadear um conjunto de ações com o objetivo de melhorar a experiência dos clientes com o Grupo nas suas várias vertentes como ainda definir uma adequada oferta de produtos e serviços.

### Modelo de Diagnóstico da Voz do Cliente (VoC)



#### QUALIDADE DE ATENDIMENTO

Inquéritos para a monitorização da experiência dos clientes com o atendimento prestado em todas as estruturas comerciais do banco e todos os segmentos.  
Em 2023 passámos a recolher o *feedback* dos clientes 24h após a visita a um balcão.



#### ESTUDOS EXTERNOS

Acompanhamento mensal do NPS\* de Benchmark dos clientes particulares (BASEF Banca e CSI desenvolvidos pela Marktest) e de clientes empresa (Barómetro de Serviços Financeiros desenvolvido pela DATA E).



#### MOMENTOS DA VERDADE

Monitorização contínua da experiência dos clientes imediatamente após os principais momentos da sua relação com o banco, com o objetivo de identificar melhorias que permitam corresponder às suas expectativas e necessidades.



#### ESTUDO RELACIONAL

Inquérito efetuado a todos os clientes particulares com o objetivo de medir a lealdade dos mesmos com base em todas as experiências vividas ao longo do seu ciclo de vida. Com os resultados deste inquérito são identificados os drivers de satisfação e respetivas causas raiz permitindo priorizar as ações de melhoria.



#### CANAIS DIGITAIS

Estudo da satisfação dos clientes com os canais digitais em várias dimensões (funcionalidades disponíveis, facilidade de utilização, segurança, atratividade visual) e comparação com a concorrência.  
Em 2023 passámos a recolher em tempo real o *feedback* dos clientes na utilização dos canais digitais e do site do banco.



#### CLIENTE MISTÉRIO

Programa customizado com o objetivo de identificar as fragilidades do atendimento e as necessidades de formação. Realizado anualmente em função dos temas críticos e necessidades do momento.



#### INDICADOR DE QUALIDADE

Indicador de Qualidade das áreas comerciais que reflete a qualidade do atendimento e outros elementos que impactam a experiência do cliente.



#### ESTUDOS AD HOC

Estudos específicos e pontuais utilizando diferentes metodologias, em função dos temas críticos do momento.



#### MELHORIA

Partilha da informação resultante do Modelo VoC com as estruturas comerciais do banco e com as equipas de melhoria permitindo desencadear um conjunto de ações que têm como objetivo melhorar a experiência dos clientes com o banco nas suas várias vertentes.

\* NPS (Net Promoter Score) - métrica de lealdade, baseada na probabilidade do cliente recomendar o banco a amigos e familiares/parceiros de negócio com base nas experiências vividas durante o seu ciclo de vida enquanto cliente.

Em 2023 foram recolhidas cerca de 63,2 mil respostas aos questionários de satisfação efetuados aos clientes particulares e empresas, mais 24% do que em 2022.

Criar uma proposta de valor que possibilite dar uma resposta adequada aos clientes é o propósito do novobanco. Neste âmbito, tem como um dos pilares essenciais do seu posicionamento estratégico ser um banco centrado no cliente e nas suas necessidades, procurando constantemente conhecer as suas necessidades nas diferentes etapas da sua vida, ouvindo ativamente o que têm para dizer através dos vários canais disponíveis, e assim continuar a disponibilizar uma oferta de produtos e serviços que melhor se adequem às suas expectativas.

Nesse sentido criou o Gabinete de Experiência e Satisfação de Cliente que representa a voz de cliente, no Grupo novobanco, garantindo o alinhamento estratégico de toda a organização para delinear a melhor experiência de serviço e satisfação de cliente, no crescimento rentável do negócio. O segmento de particulares mantém o seu percurso de inovação, desenvolvendo e promovendo progressivamente as capacidades omnicanal associadas ao seu *Contact Hub*, assentes em grande medida na transformação digital, procurando levar aos clientes a máxima conveniência, num contexto de confiança e relação sempre que esta seja relevante.

### Cientes Particulares

Em 2023 e no segmento de clientes particulares obtiveram-se cerca de 59,2 mil respostas aos questionários. Cerca de 85,2% dos clientes do novobanco e 93,1% dos clientes do novobanco dos Açores estão muito satisfeitos com a qualidade do atendimento que lhes é prestada, um aumento de 2,2 p.p. e 1,6 p.p. respetivamente nos índices de satisfação face ao ano de 2022.

Em 2023 foi igualmente recolhida a opinião de mais de 5,3 mil clientes relativamente à sua experiência com os principais momentos da verdade na sua relação com o novobanco, com destaque para a abertura de conta, crédito à habitação e crédito pessoal.

Tendo sempre subjacente a i) adequação de produtos e serviços às necessidades dos clientes, que decorre diretamente do processo de auscultação efetuado com uma periodicidade regular, ii) as novas tendências de mercado e iii) as exigências regulamentares, o Grupo novobanco tem reformulado a sua oferta com

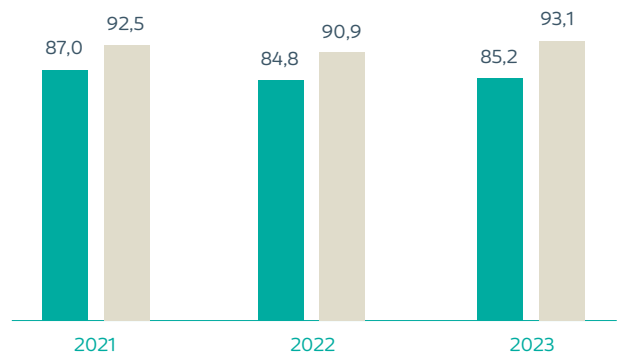
o intuito de reforçar e responder progressivamente às considerações ambientais, sociais e éticas.

O *Net Promoter Score* (índice que calcula a intenção de recomendação do Banco) em dezembro de 2023 situa-se nos 17 pts (média dos últimos 4 meses), uma melhoria de 17 pontos face aos últimos 4 meses de 2022\*. Esta melhoria é observada no seguimento de um ano com resultados financeiros francamente positivos e reconhecidos no mercado não apenas pela melhoria significativa do rating de crédito do novobanco, como também pela distinção de “Banco do Ano em Portugal” pelo *The Banker*, uma publicação de renome do Grupo Financial Times. Este prémio reconhece a dedicação incomparável do novobanco com os seus clientes, antecipando consistentemente as suas necessidades e fornecendo produtos e serviços bancários inovadores, eficientes e transparentes, baseados em elevados padrões éticos e de integridade.

\*Fonte: BASEF Banca 2023 / Marktest. Período de setembro a dezembro 2023 versus setembro a dezembro 2022

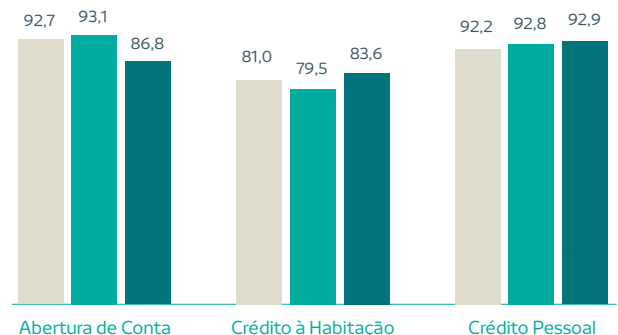
### Cientes muito satisfeitos | Retalho

(%) novobanco novobanco dos Açores



### Momentos da verdade novobanco | satisfação com o processo

(%) 2021 2021 2023



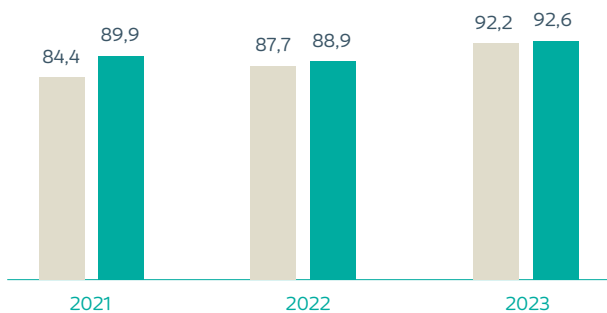
## Cientes Empresa

Criar uma proposta de valor para o segmento de Empresas que seja inovadora, competitiva e rentável, de forma a reforçar o novobanco como o banco de referência das empresas em Portugal, continua a ser uma das prioridades do Grupo, e a voz do cliente um contributo fundamental para atingir este objetivo.

Em 2023, na banca de empresas foram recolhidas cerca de 1,7 mil respostas aos questionários de satisfação com o atendimento. Os resultados mostram que 92,6% dos clientes Médias Empresas e 92,2% dos clientes Grandes Empresas estão muito satisfeitos com o atendimento, um aumento de 7,3 p.p. nas médias empresas e de 4,5 p.p. nas Grandes Empresas face a 2022.

### Cientes muito satisfeitos | Empresas

(%) ■ PME ■ Grandes Empresas



O Net Promoter Score, no segmento de Corporate, situa-se em 45 pontos em 2023, uma melhoria de 7 pontos face a 2022\*.

A evolução francamente positiva neste segmento revela a correspondência da atuação do banco com as suas necessidades.

A experiência do cliente está no centro da nossa estratégia bancária omnicanal. Colocamos grande ênfase na melhoria contínua do nosso quadro de satisfação do Cliente, trazendo a Voz do Cliente para dentro da organização. Ao longo deste sistema contínuo de aprendizagem e melhoria das jornadas dos nossos clientes, pretendemos estar entre os líderes de mercado tanto em CSAT (% clientes muito satisfeitos) como em NPS relacional.

Contemplado ainda no processo de auscultação, o cliente tem à sua disposição vários canais para apresentar as suas reclamações, nos quais se privilegia a resolução de problemas no primeiro contacto com o cliente. O franco e contínuo contacto com este grupo de stakeholders exige respostas rápidas e eficientes às observações e reclamações e ajudam a manter e desenvolver a confiança. No novobanco e novobanco dos Açores o índice de reclamações situou-se, em 2023, em 0,38 e 0,15 por mil clientes ativos respetivamente, constatando-se a manutenção dos valores de 2022.

\*Fonte: Barómetro Serviços Financeiros Empresas 2023 / DATA E. Empresas com um volume de negócios superior a 5 milhões de euros.

## Canais para apresentação de reclamações



Online



Linha Direta



Balcões e Centros de Empresas



E-mail



Formulário Online



Carta

### 3.5 Bem-estar, Inclusão e Segurança Financeira

Diligenciar o desenvolvimento de competências financeiras e contribuir para uma geração de consumidores informados e com maior poder de análise e de decisão, possibilitando ainda o acesso aos serviços financeiros de uma forma segura e simples são as premissas que fazem parte da atuação do banco.

Assim, e com foco no bem-estar da população e na estabilidade do sistema financeiro, o desempenho do banco encontra-se alicerçado em 3 pilares:



#### SEGURANÇA

Protegendo o cliente e combatendo o cibercrime



#### ACESSIBILIDADE

Tornar o sistema bancário mais simples e acessível



#### LITERACIA FINANCEIRA E DIGITAL

Aumentar o conhecimento financeiro e digital

#### Segurança

A banca digital tem possibilitado um maior e mais rápido acesso aos serviços e produtos financeiros. Os clientes do banco estão a usar, cada vez mais o site e a app novobanco, nas suas transações financeiras, que se traduzem em 1,5 M acessos por dia. Assim e para gerir a vida financeira e o dia a dia dos seus clientes, o novobanco garante que tem o seu banco sempre disponível, com toda a conveniência e segurança, disponibilizando para este fim uma ampla gama de ferramentas e informações tanto aos seus clientes, como aos seus colaboradores para manter o banco on-line sempre seguro e protegido.

Esta acessibilidade requer elevados níveis de segurança de informação, pelo que para garantir a privacidade e o correto tratamento dos dados pessoais, do Grupo dispõe de uma atuação alinhada com as melhores práticas de mercado e em conformidade com os requisitos legais e regulamentares. Neste âmbito desenvolveu um conjunto de procedimentos e normativos internos, bem como uma Política de Privacidade detalhada sobre o tratamento dos dados pessoais que estão disponíveis para consulta no seu site, assegurando assim a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação.

A Segurança de informação é sinónimo de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade.



ESTAMOS SEMPRE ATENTOS	UTILIZAMOS TECNOLOGIA DE PONTA	DISPOMOS DE CÓDIGOS DE DUPLA SEGURANÇA E DESCARTÁVEIS
24 horas por dia para monitorizar todas as transações e identificar atividades suspeitas.	Utilizamos tecnologia SSL de SHA256RSA para encriptação da informação/comunicação.	As transações de banco on-line e cartão de crédito têm garantias exclusivas para protegê-lo contra fraudes, proporcionando tranquilidade.

## Acessibilidade

A acessibilidade pode ser um dos principais fatores de exclusão social e financeira. Assim, e para poder estar sempre presente o banco tem tomado todas as diligências para que os seus clientes possam ter acesso aos serviços financeiros quando o digital não é uma opção.

Para este fim e para quem tem mais dificuldade em se deslocar, o banco no seu programa de Bem-Estar Social e com o intuito de desenvolver um conjunto de práticas que visam a construção de uma sociedade mais inclusiva, reestruturou e equipou, na maioria dos casos e sempre que é possível a sua rede de balcões do novo modelo de distribuição (NMD) com rampas e cadeiras elevatórias. A maioria da rede de balcões do NMD têm assim implementada a acessibilidade a pessoas de mobilidade reduzida.

Para garantir igualmente a inclusão financeira de todos os seus clientes e a acessibilidade aos serviços financeiros o banco detém 299 balcões, dos quais 51 em zonas com baixa densidade populacional.



*“Prevenir, detetar e reagir às novas ameaças cibernéticas são os desígnios que estão na base do reforço da atenção e robustecimento dos nossos controles técnicos.”*

## Literacia Financeira e Digital

Para fazer face ao ritmo acelerado de digitalização da sociedade e à necessidade de desenvolvimento da literacia financeira, é prioridade do novobanco não só garantir uma oferta de serviços financeiros digitais completa e inovadora, como também promover e educar para a correta utilização destes canais na gestão financeira do dia a dia com segurança.

Com um especial foco no consumidor e nas pessoas que todos os dias utilizam os canais digitais para interagir com os serviços financeiros, o novobanco deu continuidade ao seu programa de educação financeira assente em dois pilares: Literacia digital e Poupança e Finanças Pessoais.

O novobanco tem como objetivo não só promover uma maior estabilidade financeira, mas também tornar o sistema financeiro mais simples e compreensível.



*“Ajudamos a tornar o sistema bancário mais acessível. As transações financeiras on-line são simples, seguras e fáceis.”*

### LITERACIA FINANCEIRA BEM-ESTAR NO DIGITAL

A segurança digital é um dos nossos focos e para melhorar as competências digitais da população na gestão diária dos serviços financeiros, desenvolvemos, com a Associação Portuguesa de Bancos (APB) e os seus associados, um programa de literacia digital. Esta ação permitiu habilitar 600 participantes com competências digitais básicas na ótica do utilizador, contribuindo para a utilização segura dos canais digitais. Em paralelo, partilhamos regras básicas para a utilização segura dos nossos canais digitais.

### LITERACIA FINANCEIRA BEM-ESTAR NA SAÚDE FINANCEIRA

O equilíbrio e o planeamento das finanças pessoais não dependem apenas dos rendimentos e das poupanças, mas também da forma como se organiza o orçamento pessoal. Para apoiar os clientes a tomar decisões informadas e fundamentais para o presente e o futuro, preparámos um conjunto de dicas e simplificamos os conceitos financeiros, facilitando deste modo a gestão das finanças pessoais.

Com o propósito de melhorar o conhecimento digital da população, o banco associou-se ao Projeto de Educação Financeira - Programa de Literacia Digital da Associação Portuguesa de Bancos (APB).

**“Tudo o que precisa de saber sobre banca online”.**

Com este programa o banco pretende:

- Desenvolver um conjunto de competências digitais básicas na ótica do utilizador;
- Sensibilizar para a importância da adoção de comportamentos financeiros mais esclarecidos e mais seguros;
- Contribuir para a capacitação da população-alvo para a utilização dos canais digitais;
- Promover o aumento dos níveis de Literacia Digital e Financeira em Portugal.

Em 2023 o banco associou-se, uma vez mais, à Associação Portuguesa de Bancos (APB), agora com o Projeto de Educação Financeira - “O Banco da Minha Escola”, que tem o propósito de criar gerações mais informadas e capazes de no futuro tomar decisões conscientes”. Esta iniciativa, que conta com membros da APB impacta as escolas de Norte a Sul do país, sendo dirigida a alunos do 3º ciclo e secundário durante o ano letivo 2023/2024. Estima-se que a APB e os colaboradores dos 14 bancos associados promovam cerca de 200 sessões em mais de 50 escolas e impactem mais de 3.800 alunos.

Os colaboradores do novobanco promovem as sessões de literacia financeira na Escola Básica General Serpa Pinto, em Cinfaes, no Agrupamento Escolar Padre José Augusto da Fonseca, em Aguiar da Beira e no Colégio Miramar, em Mafra.

#### TEMAS ABORDADOS NAS SESSÕES

1º período escolar

**Planeamento e Gestão do Orçamento Familiar**

compreender o que é um rendimento e uma despesa, como se faz um orçamento e como se gere um saldo orçamental.

2º Período escolar

**Sistema Financeiro - Produtos e Serviços Bancários**

aprofundar conhecimentos sobre o funcionamento do sistema financeiro e de alguns produtos bancários essenciais, como o crédito, depósitos, meios de pagamento e seguros.

3º Período escolar

**Segurança Online**

identificar os diferentes tipos de fraude online e adotar os comportamentos mais adequados e seguros para os prevenir

## Visão Braille

Ainda no âmbito da integração o novobanco apoia a edição da Visão Braille, um projeto de solidariedade e de responsabilidade social, sem fins lucrativos e de distribuição gratuita do Grupo TIN-Trust In News.

Com uma edição mensal e uma seleção de artigos, esta revista dá acesso à informação aos invisuais, que apesar de todas as inovações tecnológicas e que facilitaram o acesso à informação, ainda preferem o papel.

## 3.6 Bem-Estar Social

Estar inserido na sociedade é fazer parte dela e atuar para desenvolver iniciativas que contribuam para superar carências sociais, afetivas e culturais, independentemente da sua causa. A contribuição do banco para o Bem-Estar Social da comunidade em que exerce a sua atividade com o intuito de atenuar desigualdades, tentando responder a novas oportunidades de progresso, são parte integrante do desafio assumido pelo banco na sua estratégia de responsabilidade social empresarial.

Em 2023 e com base numa atitude sustentável que tem como propósito apoiar na criação de soluções para questões importantes na comunidade em que exerce a sua atividade, o Grupo novobanco doou cerca de 475m€ a diferentes entidades e com a seguinte distribuição

### 3.6.1 Diversidade, Equidade e Inclusão

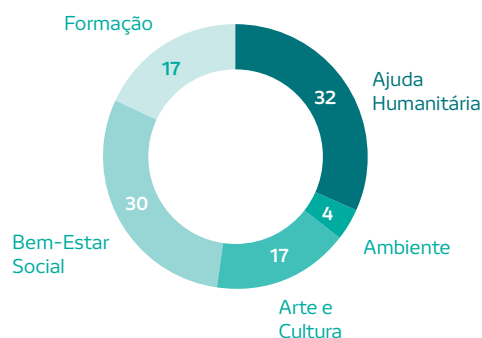
Apoiar organizações que atuam em áreas como a promoção da diversidade, equidade e inclusão (DEI), combate à pobreza, exclusão social, entre outros, é o objetivo do programa de impacto social positivo do novobanco. Uma atitude que se desenvolve através de diversas ações e iniciativas, envolvendo, muitas vezes os seus colaboradores.

#### Contas Bancárias

Em 2022 terminou a primeira edição das “Contas com Gestos que Contam”, em que as contas serviço do novobanco e novobanco dos Açores se encontravam associadas a causas de responsabilidade social, que contemplam vertentes sociais, culturais e ambientais. Em 2023, deu continuidade a esta iniciativa, com a campanha “**Por causa de todos a sustentabilidade é a nossa causa**”, em que as contas pacote (100% e Conta 360<sup>º</sup>), se associam a uma causa da vertente do programa de responsabilidade social empresarial do banco, dando continuidade a dois projetos já apoiados em 2021/2022.

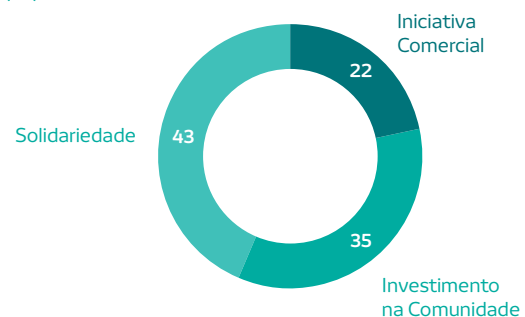
#### Donativo por área

(%)



#### Motivação do donativo

(%)



**POR CAUSA DE TODOS, A SUSTENTABILIDADE É A NOSSA CAUSA.**

SEMEAR ACADEMIA	O QUE PODE UMA UAGEM FALAR	PROJETO ECOÉTICA
<p>Com a SEMEAR Academia apoiamos a formação e integração profissional de 14 jovens com dificuldade intelectual e do desenvolvimento em situação de carência socioeconómica, que de outra forma não poderiam pagar as mensalidades inerentes ao programa de integração social.</p>	<p>Com o MEF (Movimento de Expressão Fotográfica) apoiamos e acompanhamos a vida de 60 jovens em 3 Centros Educativos, durante o percurso escolar. Com o projeto “O que pode uma imagem falar” pretende-se a em contexto de reclusão demonstrar o impacto que a análise às imagens fotográficas e de vídeo têm no desenvolvimento das suas personalidades destes jovens.</p>	<p>Com a AMI apoiamos o projeto Ecoética o qual reabilita e refloresta zonas fortemente afetadas pelos incêndios florestais, cujo esforços estão concentrados no Pinhal de Leiria. O novobanco associou-se a esta causa concedendo um donativo para plantar 5 mil árvores com a colaboração de clientes e colaboradores.</p>

**Projeto Leaders gang**

Enquanto parceiros das Mentres Empreendedoras, o banco apoia o projeto do Leaders Gang, um projeto que pretende desenvolver competências essenciais para a vida de jovens adultos, proporcionando verdadeiros momentos de formação e inspiração.

Na edição piloto de 2023 e como apoio do novo banco participaram 100 jovens, 65% mulheres e 18% de jovens oriundos de contextos rurais e por vezes de contextos sociais e económicos menos favorecidos. Os participantes realizaram e lideraram três workshops destinados a alunos do ensino secundário em 43 municípios, conheceram sete líderes inspiradores, entre

os quais Catarina Furtado, Almirante Gouveia e Melo, Carlos Moreira da Silva, entre outros. Participaram igualmente em BOOTCAMP com diferentes experiências formativas e inspiradoras, tendo sido recebidos no novobanco, onde tiveram a oportunidade não só conhecer a evolução profissional de um administrador executivo do banco bem como de alguns diretores. Tiveram ainda a possibilidade de colocar questões e partilhar as suas visões, ideias e receios. O programa finalizou com uma visita ao Parlamento Europeu onde foram recebidos por cinco eurodeputadas portuguesas.

**LEADERS GANG**

Projeto potenciador de talento e um acelerador de competências. O objetivo é celebrar e promover a mobilidade social de jovens que se superaram ao longo do ensino secundário.

**Testemunhos de participantes**

“O programa mostrou-me que consigo alcançar todos os meus objetivos...”

“Tornou-me mais confiante a falar em público e em lidar com um auditório. Isso são competências que me vão ajudar no meu futuro profissional.”

“Aprendi a escutar e a compreender outros caminhos.”

“Percebi que tenho que sair da minha zona de conforto. Deu-me o impulso para me aventurar.”



## APCEF Associação para a Educação, Cultura e Formação

Em 2023 estabeleceu-se a parceria com a APCEF subjacente à concessão de bolsas de estudo destinadas a crianças do Colégio de S. José de Beja, sito em Beja, e do Colégio Laura Vicuña, sito em Vendas Novas, zonas de baixa densidade populacional. As crianças que recebem as bolsas de estudos são provenientes de famílias com baixos rendimentos, que sem estas bolsas não tem a possibilidade de continuar o seu percurso escolar.

## Ação Qualidade de Vida

Como mecenas da Associação Salvador, IPSS que atua na área da deficiência motora, o banco associou-se, uma vez mais ao projeto, que pretende integrar e promover a inclusão social das pessoas com deficiência motora. O banco focalizou o seu apoio à categoria formação e emprego reforçando deste modo a sua atuação no campo da diversidade, equidade e inclusão. A 16ª edição, com uma verba de 130 mil euros, apoiou 28 pessoas com mobilidade reduzida.

## Ação de Natal 2023 – Este ano escolhemos Acreditar

As festividades de Natal no Grupo novobanco são iniciadas com a habitual seleção de uma ação de solidariedade pelos colaboradores. Este ano a ação escolhida foi a nova casa da Acreditar de Lisboa que acabou de ser ampliada de 12 para 32 quartos, o que permite quase triplicar o número de famílias acolhidas gratuitamente, famílias que vêm de longe com os seus filhos para tratamento oncológico em Lisboa. Os donativos dos colaboradores e do Banco viabilizaram a aquisição de mais material do que inicialmente suposto. Este ano e pela primeira vez a campanha de Natal teve uma vertente externa, os seguidores do banco nas redes sociais, puderam contribuir através das suas reações. Por cada like o banco dou 1€. Esta foi mais uma ação em prol da igualdade de oportunidade e inclusão.

## Associação Cais – Reflex Prémio de Fotografia

Em 2023, o novobanco manteve a sua longa parceria com a Associação CAIS, uma associação que promove a integração social de pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social, através de metodologias de capacitação para a aproximação ou regresso ao mercado de trabalho, através da 16 edição do REFLEX – Prémio de Fotografia CAIS | novobanco.

O tema desta edição é a “Água, Fonte de Vida” e pretende retratar e aumentar a compreensão das pessoas, incluindo das novas gerações, sobre a importância deste recurso natural. Através da fotografia, o objetivo é contribuir para a mudança acentuada de comportamentos, em especial dos decisores políticos, agentes económicos e da sociedade civil em geral, e aumentar a perceção, por parte dos cidadãos para a importância do desafio da sustentabilidade deste recurso. Esta edição duplicou o número de participantes, o que reflete uma crescente preocupação para com a preservação ambiental, sobretudo da água. Numa iniciativa que visa despertar consciências e ter um impacto positivo na sociedade, a criatividade, a arte e a cultura são as ferramentas principais deste projeto, que pretende valorizar a fotografia enquanto expressão artística de excelência em Portugal e despertar consciências através de imagens associadas a temas socialmente relevantes.

## Ajuda Humanitária

A ajuda humanitária mereceu novamente uma especial atenção devido aos sismos na Turquia, Síria e Marrocos e as cheias na Líbia que deixaram milhões de pessoas sem casa e deslocadas, além de provocarem um elevado número de vítimas. Tratando-se de uma realidade ao qual o banco não pode ficar indiferente concedeu donativos às instituições que se encontravam a prestar o auxílio às populações, nomeadamente ao Fundo de Emergência da Unicef, à da Cruz Vermelha, à AMI e à Care.

## 3.7 Mecenato Cultural

O novobanco Cultura reúne, debaixo de um único conceito, todas as suas coleções e tem por missão refletir o compromisso em preservar, promover e partilhar o nosso relevante património cultural e artístico. Facilita assim o acesso das comunidades artísticas, estudantes, investigadores e público em geral, tanto a nível nacional como internacional, às suas várias coleções.

### Coleção de Fotografia do novobanco

Com cerca de 1.000 obras de mais de 300 artistas de 38 nacionalidades, integra todos os grandes nomes da cena artística nacional e internacional. É uma das mais importantes coleções de fotografia do mundo, sendo igualmente uma das coleções mais premiada e que mais se destaca no panorama da arte mundial, encontrando-se no ranking das 80 melhores coleções corporativas do mundo.

Várias obras da coleção estão presentes em diversas exposições nacionais e internacionais, destacando-se em 2023 a exposição “Horizonte Y Limite. Visiones del Paisaje”, em Espanha continuando assim a divulgar internacionalmente a fotografia contemporânea do novobanco.

### Coleção de Pintura do novobanco

Composta por pintura portuguesa e europeia do século XVI ao século XX, 100 obras desta coleção encontram-se em exposição permanente em 39 museus localizados em todo o país, retratando os momentos relevantes da História da Arte Europeia do longo de seis séculos

### Coleção de Numismática

Uma das maiores e mais completas coleções de numismática portuguesa. Constituída por cerca de 13 mil moedas, todas cunhadas em território que é ou foi português, desde um período pré-nacional até à implantação da República, esta coleção permite percorrer toda a história de Portugal, onde se retrata, através do dinheiro, a nossa formação enquanto povo, cultura e nação durante um espaço temporal de mais de 2 mil anos.

### Biblioteca de Estudos Humanísticos

Com cerca de 1100 obras de Livro Antigo do qual se destacam os 8 incunábulos, as cerca de 90 obras impressas pelo humanista Aldo Manuzio e seus sucessores, os 600 títulos impressos no século XVI. A restante bibliografia de cerca de 8600 títulos serve de apoio ao estudo dos textos clássicos e das suas temáticas. Encontra-se em depósito na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL).



---

# 4 OPERAÇÕES SIMPLES E EFICIENTES

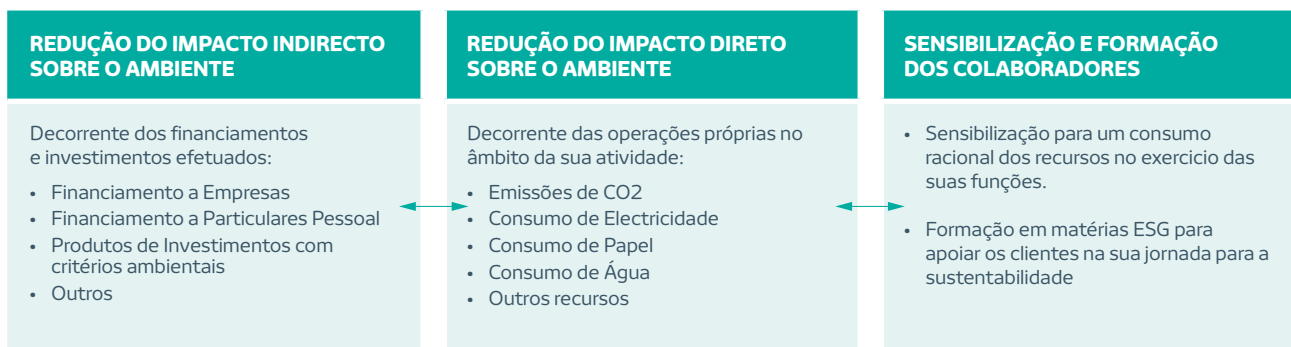
O novobanco tem como um dos seus pilares estratégicos o objetivo de assegurar aos seus clientes **operações simples e eficientes**, proporcionando uma melhor experiência bancária, e assegurando cada vez maior sustentabilidade na sua pegada ambiental, e social.

Para este fim o banco, conforme já referido, realizou no passado vários compromissos, como o da redução significativa das suas emissões próprias até 2024 (-28% vs 2021) meta essa que foi já ultrapassada (-36% de emissões em 2023 vs 2021).

O banco entende continuar a reforçar estes objetivos, tendo definido novas metas, ainda mais ambiciosas, para a **redução de emissões** e a adotar **soluções de energia renovável** em todas as localizações onde a mesma se encontre disponível.

## 4.1 Pegada Ambiental

As alterações climáticas são um dos maiores desafios da atualidade, apresentando uma enorme variedade de potenciais riscos, tais como cheias, incêndios florestais, tempestades e outros eventos extremos. Neste contexto, o Banco prioriza na sua atuação a minimização do seu impacto ambiental, com um percurso climático estruturado em 3 eixos:



O Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica e o cumprimento dos objetivos de Paris, implicam uma profunda transformação dos modelos de negócio.

As operações do Grupo novobanco causam diretamente impactos no meio ambiente. Por isso, umas das preocupações estratégicas na sua gestão ambiental centra-se em encontrar soluções que permitam a utilização adequada e racional dos recursos necessários para o desenvolvimento da sua atividade.

A pandemia demonstrou que é possível exercer a atividade com uma redução de consumos de alguns recursos, e embora o regresso dos colaboradores aos edifícios após dois anos em *home office* possa aumentar os consumos, o grupo preparou este retorno com criação de cenários focados no reforço de iniciativas de desmaterialização a nível do negócio e da sensibilização dos colaboradores, tentando manter ou diminuir os consumos principalmente de papel e eletricidade.

## Papel

Apesar da implementação da desmaterialização de uma parcela substancial dos processos de negócio e da formalização por meio de assinatura digital na rede comercial, que contribuem para uma cultura mais orientada para um ambiente “sem papel”, o ano de 2023 apresentou um aumento significativo no consumo deste recurso, mais 24,6 toneladas do que em 2022 (+16,6%). O Grupo novobanco efetuou uma análise detalhada para perceber as causas deste aumento significativo de consumo e inverter a tendência negativa constatada em 2023, tendo concluído que esta evolução se deveu a:

- **Um aumento significativo da atividade comercial e operacional**

- Crescimento acentuado de aberturas de novas contas e produtos de poupança: apesar de ser um processo já bastante digitalizado existem ainda situações e clientes que preferem a assinatura de documentação em suport físico/ papel (maior prevalência nos clientes seniores)

- Crescimento acentuado da formalização de operações de crédito, quer a clientes particulares, quer a clientes empresa

- Pedidos de apoio a prestações: O aumento nos pedidos de apoio a prestações resultou na impressão de mais documentos para responder a essas solicitações

- Realização de escrituras em balcões consumindo papel

- **Novas exigências regulamentares**

- Alteração de espaçamentos e tamanho de letra na documentação de entrega a clientes Particulares que originou aumento de folhas impressas (Lei n.º 32/2021)

- Aumento da emissão de 2<sup>as</sup> vias de documentos a pedido do cliente (Lei n.º 24/2023 proibiu a cobrança de comissões pelo pedido de 2<sup>as</sup> vias, o que originou um aumento de pedidos pelos clientes)

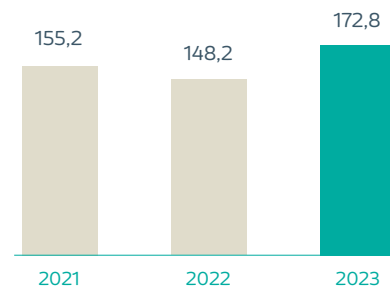
- **Retorno de colaboradores ao trabalho presencial**

- Nos serviços centrais este impacto é significativo, tendo-se observado um aumento de 25,8 p.p. no trabalho presencial face a 2022

O novobanco lançou já uma nova campanha de sensibilização para a necessidade de redução do consumo de papel, lembrando comportamentos e hábitos que para tal contribuem e continuará a investir nos programas de desmaterialização de processos internos e na digitalização e phygitalização da relação com o cliente, privilegiando sempre que possível e adequado às preferências do cliente, a formalização por meios digitais.

### Consumo de papel

(ton)



## Eletricidade

No seguimento da opção assumida pelo Grupo novobanco (novobanco, GNBGA e Banco Best) em novembro de 2021, relativa ao consumo de energia verde (proveniente de fontes renováveis) nas suas instalações foi possível esta opção encontrar-se atualmente disponível em cerca de 77% das instalações. Implementando-se ainda algumas medidas adicionais, em 2023, com o objetivo da redução do seu consumo.

O regime de teletrabalho adotado desde o início da pandemia contribuiu decisivamente para a redução do consumo de electricidade, mas o regresso dos colaboradores dos departamentos centrais em 2023 originou um ligeiro aumento no seu consumo.

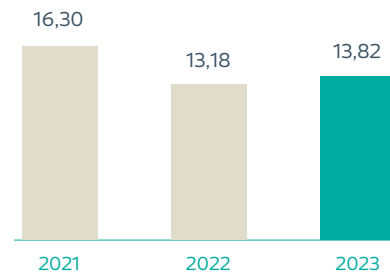
Em 2023 implementaram-se mais algumas medidas com o objetivo da redução dos consumos de electricidade:

**Rede Comercial** - com a consolidação das intervenções no âmbito do Novo Modelo de Distribuição e do número de balcões, incrementou-se o controlo nas componentes de iluminação, de ventilação e ar condicionado. Para este fim, e com a inclusão de equipamentos mais modernos, otimizou-se o processo de manutenção preventiva e de monitorização e controlo de anomalias e alarmística. Promoveu-se ainda à regulação do temporizador dos sensores de presença/movimento instalados, e ao ajuste dos SetPoint da climatização e do horário de funcionamento da sinalética exterior.

**Edifícios Centrais** continuidade da política implementada de funcionamento temporizado tanto no horário da iluminação - entre as 06h e as 22h, em função da área funcional / departamental, como no horário de funcionamento do sistema de ventilação e ar condicionado, programado para funcionar somente nos dias úteis entre as 07h e as 21h. Complementarmente, deu-se continuidade ao processo de substituição das lâmpadas para tecnologia LED.

### Consumo de electricidade

(kwh M)



## Emissões de CO<sub>2</sub>

Para 2030 foi estabelecido o objetivo de redução das emissões de CO<sub>2</sub> de âmbito 1 e 2 em 50%, um compromisso ambicioso, e para qual o Banco continuará a desenvolver esforços para reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> que decorrem de diversos consumos.

Para este fim, o Grupo novobanco definiu, já em 2022, uma nova Política de Viaturas para regulamentar e homogeneizar a gestão da frota, com clarificação das regras de elegibilidade e responsabilidade na utilização deste benefício. Os compromissos ESG assumidos pelo grupo foram refletidos na política, promovendo e potenciando a escolha de viaturas com motorização verde (elétricas ou híbridas plug-in), com as seguintes medidas:

- Limites máximos de preço para viaturas elétricas ou híbridas plug-in 10% superiores aos valores para viaturas a combustão;
- Inclusão maioritária de opções elétricas e híbridas plug-in na lista de viaturas protocoladas.

Estes objetivos levaram já a uma melhoria na composição da frota do novobanco durante 2023, com as viaturas elétricas e híbridas a passarem de 3% da totalidade da frota, no início do ano, para 25%, no final do mesmo.

A melhoria da composição da frota do novobanco é o principal fator relativo à diminuição de emissões se âmbito 1. As políticas existentes de home-office (trabalho remoto) do novobanco, bem como na melhoria de soluções de mobilidade verde dos colaboradores, têm impedido o aumento das emissões de CO<sub>2</sub> de âmbito 3 durante o regresso à normalidade, pós-pandemia.

O aumento das emissões de CO<sub>2</sub> de âmbito 2 é transitório, e deve-se essencialmente às localizações do novobanco para as quais não foi ainda possível identificar soluções robustas e permanentes de contratação de energia verde.

<b>Indicadores Ambientais</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>23 vs 22</b>
<b>Emissões de CO<sub>2</sub>* (ton)</b>				
<b>Emissões diretas (Âmbito 1)</b>	3 675,3	4 158,1	4 696,1	-11,6%
Emissões indiretas (Âmbito 2)**	1 146,3	811,3	2 937,5	41,3%
Emissões indiretas (Âmbito 3)***	4 234,4	6 103,6	4 184,2	-30,6%
C1 – Bens e serviços adquiridos	91,5	81,6	87,2	12,1%
C4 – Viagens de Negócios (avião)	520,8	357,4	149,4	45,7%
C5 – Viagens pendulares de colaboradores	3 608,9	5 650,5	3 909,8	-36,1%
C7 – Resíduos gerados nas operações	13,2	14,1	3,9	-6,4%
Emissões indiretas Financiadas (Âmbito 3 – C15)****	2 592 458,0	1 699 109,0		52,6%
<b>Total (Âmbito 1, 2 e 3) – Exclui emissões indiretas financiadas</b>	<b>9 056,0</b>	<b>11 072,0</b>	<b>11 817,8</b>	<b>-18,2%</b>
<b>Total (Âmbito 1, 2 e 3) por colaborador</b>	<b>2,2</b>	<b>2,7</b>	<b>2,7</b>	<b>-20,5</b>

\* Consultar notas metodológicas.

\*\* O Âmbito 2 é calculado com base no método com base no Market-Based.

\*\*\* Inclui as seguintes categorias de emissões: deslocação em viagens de avião; deslocação dos colaboradores casa-trabalho-casa; residuais, ciclo de vida do papel consumido, processo de reciclagem de papel, consumo de água e tratamento de águas residuais.

\*\*\*\* Inclui emissões financiadas na carteira de crédito com base no PCAF.

Para mais informação consultar capítulo 6 deste relatório.



## Reciclagem e Economia Circular

O novobanco tem consciência que o tratamento de resíduos é um processo essencial para o meio ambiente e que este tem uma relação direta com a preservação dos recursos naturais.

Neste âmbito, tem dado continuidade aos seus processos de reciclagem, mais precisamente de cartões bancários caducados ou inutilizados, papel, cartão, pilhas e toners.

A quantidade de papel e cartão enviados para reciclagem aumentaram significativamente face a 2022 (respetivamente +59% e +19%) devido não só ao aumento de papel que se verificou na atividade corrente, mas também à preparação dos serviços centrais para a mudança para o novo campus, que requereu uma redução significativa do arquivo em papel existente e que já não era necessário.

Em 2022, o Banco deu início ao processo de reciclagem dos seus cartões bancários. O processo de tratamento dos cartões concretiza-se na recolha e inutilização dos cartões bancários expirados dos clientes, sendo encaminhados para reciclagem para a Extruplás que os utiliza no fabrico de mobiliário urbano, reduzindo significativamente o impacto ambiental que estaria associado a este resíduo caso fosse se tratado de outra forma. No segundo semestre de Em 2023 o Banco enviou para a Extruplás cerca 1,7 toneladas de cartões bancários para reciclagem, dando uma nova vida ao plástico.

ECONOMIA CIRCULAR		
PAPEL	CARTÕES BANCÁRIOS	CARTÃO
154,4 toneladas possibilitaram a criação de novos produtos, evitando a extração de mais recursos da natureza	1,7 toneladas de cartões enviadas para reciclagem, dando uma nova vida ao plástico na produção de mobiliário urbano	61,8 toneladas de cartão foi reutilizado na produção de caixas de cartão canelado ou novas embalagens de cartão

Em 2023 o novobanco iniciou igualmente a substituição gradual de todos os tradicionais cartões bancários em PVC por cartões em re-PVC, ou seja, fabricados a partir de plástico reciclado vindo de resíduos industriais recolhidos regionalmente.

Mais informação sobre cartões em re-PVC no capítulo 3 deste relatório.

De salientar no âmbito da mudança da sede do Banco para as suas novas instalações, a ter lugar no segundo semestre de 2024, se iniciou já um projeto piloto do novo modelo de trabalho a ser adotado e os colaboradores do departamento piloto, puderam adquirir peças de mobiliário de escritório a um custo simbólico, sendo o valor recolhido doado a instituições selecionados pelos colaboradores. Com este procedimento diminuiu-se o impacto ambiental que resultaria da destruição deste material, incentivando deste modo a sua reutilização para utilização particular.

Ainda no âmbito da redução do impacto direto sobre o ambiente o Grupo manteve a prática de não utilização de plásticos de uso único, disponibilizando aos seus colaboradores alternativas de papel, madeira reciclável ou outro material compostável.



Enviamos os cartões bancários expirados para reciclagem para serem usados na produção de mobiliário urbano.

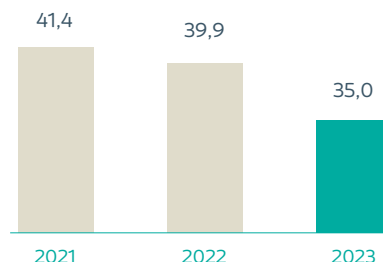
Deixámos de disponibilizar copos, embalagens, talheres e palhinhas em plástico descartável e de uso único, utilizando copos de papel e talheres feitos a partir de materiais reciclados e/ou material biodegradável.

## Água

Ao nível do consumo de água, e não obstante o regresso dos colaboradores aos edifícios centrais, o grupo manteve a trajetória descendente no consumo deste recurso, com uma redução de 12,2% que se traduziu num consumo por colaborador de 8m<sup>3</sup>.

A redução verificada deveu-se aos novos equipamentos instalados nas agências no âmbito do Novo Modelo de Distribuição (NMD), salientando-se o uso de torneiras com redutor de caudal e autoclismos de dupla descarga.

### Consumo de água (m<sup>3</sup>)



## 4.2 Fornecedores

O Grupo novobanco reconhece a importância de uma gestão empresarial sustentável, abrangendo toda cadeia de valor, pelo que na sua jornada ESG os fornecedores desempenham um papel crucial, assegurando para este fim um conjunto de ferramentas que permitem que o relacionamento com este grupo de stakeholders esteja assente em critérios ambientais, sociais e de governance.

Como comprador significativo no mercado, o Grupo novobanco estabelece um modelo de relacionamento com os seus fornecedores fundamentado em compromissos de boas práticas e princípios internacionalmente reconhecidos, reconhecendo a relevância dos impactos económicos, ambientais e sociais gerados por este grupo de stakeholders. O modelo está estruturado em dois eixos principais:

- **Código de conduta** que determina que o processo de avaliação e de seleção de fornecedores é realizado com rigor, seguindo os mais elevados padrões de transparência e ética;
- **Princípios de Relacionamento com Fornecedores** que se encontram alinhados com as diretrizes da OCDE para empresas multinacionais, Pacto Global das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho, nos quais são descritos os requisitos mínimos, não só dos fornecedores bem como do Banco, no que diz respeito às práticas empresariais, saúde e segurança no trabalho, ética e gestão ambiental. Os princípios que pautam a seleção dos fornecedores compreendem:
  - Imparcialidade: Igualdade de tratamento, sem privilégios ou favoritismos, com a intenção de evitar conflitos de interesses.
  - Transparência: Prestação adequada de informação.
  - Qualidade e Eficiência: Seleção dos melhores fornecedores com base em padrões de qualidade e eficiência.

Os fornecedores do Grupo Novo Banco são convidados a subscrever estes princípios, comprometendo-se a adotar condutas rigorosas, especialmente no que diz respeito ao ambiente, condições de emprego e ética.

Neste contexto, mantém-se em vigor os Princípios de Relacionamento com os Fornecedores que foram revisitados e reforçados em 2022 com a introdução da Política de Sustentabilidade do Grupo novobanco, na expectativa de que todos os fornecedores sigam e ajam de acordo com o que se encontra estabelecidos em ambos documentos.

A atitude responsável, coerente e consistente na seleção dos fornecedores inicia-se na total disponibilidade com que são recebidas todas as apresentações das mais variadas entidades que pretendem prestar serviços ou fornecer bens ao Grupo. Para este fim disponibiliza-se o Portal de Fornecedores (<https://fornecedores.novobanco.pt>), canal privilegiado de apresentação e registo deste grupo de stakeholders, sejam atuais ou potenciais, e que em 2023 totalizavam cerca de 3,2 mil fornecedores. A informação sobre as entidades registadas, para além de constituir a primeira base de sourcing em processos de consulta de mercado, permite de igual modo um reconhecimento mais ágil e eficaz das características e competências dos fornecedores no processo de avaliação técnica e comercial das propostas concorrentes.

A qualidade desta informação promove a seleção das melhores propostas, destacando-se os fornecedores mais capacitados para atender às necessidades e requisitos associados à aquisição dos bens/serviços. O grau de cobertura em termos de fornecedores com faturação anual superior a 10m€ e com o registo concluído ou em processo de registo (pré-registados) era, a 31 de dezembro de 2023, de 94%.

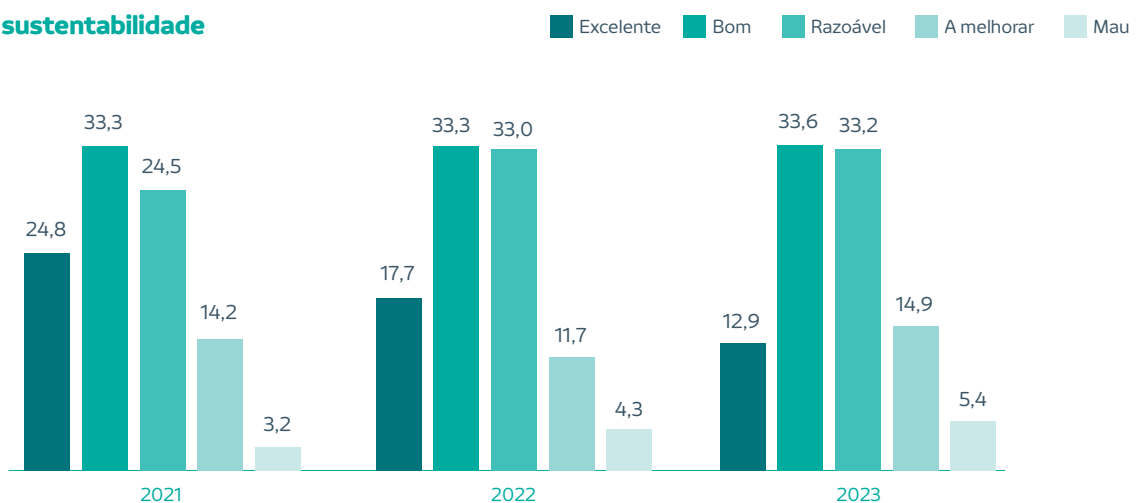
Para uma seleção mais criteriosa deste grupo de stakeholders e com base na informação disponibilizada, o Grupo novobanco efetua um cálculo de “scoring de sustentabilidade” o qual considera aspetos éticos, laborais, de higiene e segurança no trabalho e ambientais. Para o cálculo deste “scoring de sustentabilidade” contribuem de igual modo as novas Certificações (ISO 45001, ISO 2700, ISO 50001) e aspetos relacionados com as Políticas de Sustentabilidade e de Ambiente dos fornecedores. Este scoring é integrado na avaliação efetuada aos fornecedores nos processos de consulta de mercado.

Este scoring faz ainda parte da avaliação técnica dos fornecedores efetuada pelas estruturas compradoras do Grupo, sendo este um dos critérios/elementos considerados e ponderados na notação global. Os fornecedores com registo concluído e avaliação de sustentabilidade no Portal de Fornecedores representavam, a 31 de dezembro de 2023, cerca de 206 M€ de faturação ao Grupo novobanco, ie, cerca de 76% da faturação, destacando-se os seguintes sectores de atividade:

Principais setores de atividade dos fornecedores Grupo novobanco (%)	2023
Serviços de informática	25,2%
Consultoria e auditoria	23,9%
Sistema eletrónico de pagamentos	8,1%
Comunicações e expedição	4,9%
Conservação e reparação	4,4%
Serviços judiciais, contencioso e notariado	5,5%
Publicidade e publicações	3,2%
Outros	24,9%

Em 2023, 12,9% dos fornecedores registados apresentavam um score Excelente, sendo a diminuição face ao ano transato (-4,8pp.p.) justificada pela introdução dos novos critérios no cálculo do “scoring de sustentabilidade”, em 2022, e que tornaram a avaliação mais robusta e exigente. Cumulativamente, cerca de 80% dos fornecedores apresentam um score positivo (Razoável, Bom ou Excelente).

**Scoring de sustentabilidade (%)**



Em 2023 o Banco concluiu o processo de *roll out* do projeto Novo Modelo de Distribuição, o qual visou a mudança e inovação, através da oferta aos clientes de uma experiência totalmente diferenciadora e única no setor financeiro, transformando a rede de balcões em espaços onde a experiência financeira não se cinge a uma simples ida ao banco. O ano terminou com 247 balcões novobanco totalmente reformulados, nos quais:

- Foi privilegiado o que é nacional, sendo que uma grande maioria dos fornecedores contratados são empresas portuguesas com capital 100% nacional;
- Foram selecionados fornecedores que atestavam desenvolver o seu negócio com base em critérios de sustentabilidade, comprovada por certificações ambientais e que apresentaram um scoring de sustentabilidade bom ou excelente.

A manutenção de um relacionamento profissional com os fornecedores implica igualmente uma atuação responsável, garantindo prazos de pagamento a 30 dias, em linha com as boas práticas de mercado, e o cumprimento dos mesmos, assegurando inclusive a disponibilização da sua conta corrente de forma simples e gratuita, a todo o momento, através do login à conta do fornecedor no Portal. Em 2023, o prazo de pagamento situou-se nos 20 dias face aos 29 dias de 2022.

A maioria dos fornecedores do Grupo novobanco são nacionais situando-se nos 92,1%. Os cinco maiores fornecedores estrangeiros do grupo são dos Estados Unidos da América, Espanha, Bélgica e Alemanha.

Em 2023 o Banco aderiu ao Código de Ética da APCADEC – Associação Portuguesa de Compras e Aprovisionamento, que é membro da IFPSM – International Federation of Purchasing and Supply Management ([www.ifpsm.org](http://www.ifpsm.org)), o qual resume os valores e comportamentos que a Associação pretende promover junto dos seus associados, respetivas organizações bem como por toda a comunidade de Compras em Portugal. A existência deste Código de Ética, permite reforçar uma postura de profissionalismo e transparência, no nosso tecido empresarial, levando a uma diminuição dos riscos financeiros, operacionais e reputacionais das organizações, no qual o banco se revê.

## 4.3 Cibersegurança e Privacidade de Dados

A Política de Segurança de Informação segue os princípios vertidos nas orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA) e está alinhada com os principais standards e frameworks internacionais de segurança (exemplo, serie ISO27000, CSF do NIST, CIS Critical Security Controls).

Em 2023, com o objetivo de reforçar o papel fundamental que todos os colaboradores desempenham na prevenção dos riscos de cibersegurança, a formação anual e obrigatória abordou vários temas, que podem ser aplicados em contexto profissional e também pessoal, contribuindo desta forma para uma maior segurança global e resiliente no ciberespaço.

Com vista à sensibilização dos clientes dos canais digitais, foram realizadas campanhas de sensibilização e consciencialização para a segurança online. O novobanco mantém de forma permanente alertas de segurança e alertas de fraude nos seus canais digitais.

Os sistemas e processos de segurança são alvo de auditorias e avaliações de risco regulares, com vista ao reforço dos controlos numa logica de melhoria continua e aumento do nível de resiliência.

O Centro Operacional de Segurança (SOC) do novobanco opera numa base contínua 24x7x365. Os sistemas de informação do Grupo novobanco são alvo de testes regulares por parte de empresas especializadas em cibersegurança.

O novobanco recorre ainda a ferramentas de rating de cibersegurança para avaliar os seus fornecedores e parceiros críticos para o negócio.

O novobanco é membro há vários anos da rede nacional de resposta a incidentes de segurança de computadores (CSIRT), e participa regularmente em exercícios de gestão de crise de ciber-incidentes que envolvem entidades publicas e privadas.

Em 2023, o novobanco reforçou os meios de deteção e resposta ao cibercrime com vista a reduzir os índices associados às fraudes, em particular nos canais digitais e contribuir para um ciberespaço mais seguro.

O novobanco dispõe ainda de um seguro para cobertura de riscos de natureza cyber em caso da ocorrência de um ciber-incidente.

No novobanco a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos seus clientes e dos demais titulares de dados pessoais são fundamentais. Neste sentido asseguramos os seguintes princípios na gestão de dados pessoais:

- **Licitude:** os dados pessoais são tratados na medida em que se verifique pelo menos uma das condições previstas para o tratamento lícito (i) quando for prestado um consentimento pelo titular de dados (ii) no âmbito da relação contratual (iii) para cumprimento de obrigações legais (iv) e no prosseguimento do interesse legítimo do novobanco ou de terceiros;
- **Minimização e limitação da conservação:** apenas serão tratados os dados pessoais que se mostrem adequados às finalidades do tratamento e pelo tempo necessário para essas finalidades;
- **Transparência:** os titulares dos dados serão informados de forma transparente sobre as principais características e medidas de proteção de dados pessoais, designadamente sobre as respetivas finalidades de tratamento e eventual transmissão a terceiros;
- **Necessidade de acesso:** apenas terão acesso aos dados pessoais tratados pelo novobanco, os trabalhadores, colaboradores e parceiros cujas funções o exijam.

O novobanco está determinado a respeitar os princípios fundamentais da proteção de dados pessoais, cumprindo com a legislação aplicável ao tratamento de dados pessoais. Por este motivo, o novobanco tem implementado um conjunto de medidas técnicas e organizativas para assegurar um nível de proteção adequado dos dados pessoais e que assentam nas melhores práticas internacionais, compreendendo um conjunto de princípios fundamentais a todos os domínios da segurança da informação, como são, a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade, a autenticidade, a não repudição e a privacidade.

O novobanco tem disponível em [www.novobanco.pt](http://www.novobanco.pt) uma Política de Privacidade e um documento com a informação detalhada acerca da utilização e proteção que é dada aos dados pessoais, do motivo pelo qual se procede ao tratamento dos mesmos, dos direitos que assistem aos titulares dos dados, bem como podem os mesmos serem exercidos junto do novobanco.

O novobanco realizou, ao longo do ano de 2023, diversas ações de sensibilização e de formação para os seus colaboradores, no âmbito da Proteção de Dados Pessoais.

---

# 5

# DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CULTURA

O Grupo novobanco sabe que cuidar do seu negócio é também cuidar dos seus colaboradores e é por isso que promove uma relação assente numa estratégia de igualdade de oportunidades, com foco no desempenho e na melhoria contínua.



## 5.1 O Pilar Estratégico Pessoas e Cultura

O desenvolvimento dos colaboradores e a promoção de uma cultura integradora e colaborativa é um dos quatro pilares da estratégia do novobanco.

Este pilar assenta em três grandes prioridades – o desenvolvimento da cultura integradora, assente em valores, o desenvolvimento de uma proposta de valor para os colaboradores e o desenvolvimento do talento. Cada uma das prioridades do pilar estratégico visa reter e atrair os melhores e estimular uma cultura inclusiva que permita aos colaboradores a concretização plena do seu potencial.

O Grupo novobanco tem consciência que os bons resultados advêm de uma cultura organizacional que promove e valoriza a diversidade como alavanca estratégica de transformação, inovação e crescimento. Ao estimular um ambiente inclusivo o Grupo novobanco permite aos seus colaboradores a concretização plena do seu potencial, pelo que o pilar “Pessoas e Cultura” é um dos pilares fundamentais do plano estratégico do banco que, assenta em políticas de governance e princípios orientadores sólidos.

Para implementar a estratégia de capital humano, o banco procurou seguir no seu processo de decisão as melhores práticas, que não se baseiam apenas no foco em resultados, mas que incluem igualmente um processo justo, fundamentado num forte envolvimento com os colaboradores, para chegar a esses resultados. Procurou conhecer as necessidades e dificuldades ao longo de todo o ciclo de vida do colaborador e corresponder às suas expectativas, por forma a contribuir para o seu pleno desenvolvimento, permitindo-lhe alcançar todo o seu potencial e manter a sua motivação.



## 5.1.1 Cultura e Valores

### Jornada de transformação cultural: a missão, os valores e os comportamentos

Uma vez ultrapassada a fase de reestruturação, o novobanco encontra-se numa fase de transformação cultural na qual pretende criar uma cultura inclusiva, onde todos os colaboradores possam aprender, crescer e realizar o seu potencial.

Neste contexto de transformação cultural, o novobanco realizou um projeto com uma equipa multidisciplinar em três fases de implementação:

1. Avaliação do estado cultural atual e divulgação da estratégia
2. Definição do futuro e elaboração de um plano detalhado para o alcançar
3. Execução e apresentação da Missão e Valores envolvendo toda a organização

Para o novobanco, ouvir todas as vozes é uma condição essencial para criar e fomentar uma cultura inclusiva e aberta ao diálogo. Todos os colaboradores têm algo a dizer e todos os contributos são importantes quando se trata de fazer avançar a organização.

Em 2023, o novobanco reforçou a abertura ao diálogo e a uma cultura interna de transparência com o conceito “A sua VOZ conta”, onde apela a todos os colaboradores para se sentirem confortáveis em expressar a sua opinião livremente ou em reportar comportamentos inapropriados. Nesse sentido, foram renovados os canais de promoção de uma cultura de ética, e onde a participação pode ser realizada de forma anónima ou identificada:

- **plataforma *whispli***, para reportar com total segurança comportamentos inapropriados, denúncia de situações ou atividades que não estão de acordo com os valores que orientam o novobanco
- **formulário “A sua voz conta”**, para dar voz às sugestões de melhoria, ideias ou comentários dos colaboradores, com o objetivo de melhorar a comunicação e a colaboração entre equipas, projetos ou processos

## Missão

A partir da escuta ativa dos colaboradores foram desenvolvidos a missão e os valores do novobanco, que guiam as suas decisões e comportamentos diariamente, assegurando um crescimento sustentável e um desempenho positivo.

A missão do novobanco:

**“Ser o banco de confiança, que apoia as famílias e as empresas ao longo da sua vida”**

é orientada para construir uma relação duradoura e de confiança. A afirmação da missão e dos valores do novobanco foi realizada através de uma campanha interna com a mensagem “É agora” que contou com a participação voluntária dos colaboradores como protagonistas, e foi lançada num evento híbrido que contou com a participação de mais de 3000 colaboradores.

## Valores

- **Colocar os Clientes em primeiro lugar:**  
Dedicamo-nos a apoiar as suas necessidades, vontades, sonhos e desejos e investimos nas nossas pessoas para que coloquem excelência em tudo o que fazem.
- **Promover a Simplicidade todos os dias:**  
Procuramos a simplicidade como forma de assegurar clareza e eficiência quando lidamos com situações complexas.
- **Abraçar a Ética e a Inclusão:**  
Atuamos sempre com ética e fazemos o que é correto. Respeitamo-nos sempre uns aos outros e encorajamos todas as pessoas a serem elas próprias.
- **Colaborar uns com os outros:**  
Trabalhamos juntos de forma harmoniosa para o sucesso coletivo e orgulhamo-nos do nosso trabalho em equipa.
- **Atuar com Confiança e Transparência:**  
Somos sinceros e honestos. Damos uma visão clara das decisões, as razões dessas decisões, tanto quando temos sucesso como quando falhamos.

## 5.1.2 Como Veiculamos a Mensagem

Durante o ano 2023, o novobanco continuou a apostar na sua comunicação no formato de eventos com transmissão em direto, via *Teams* ou em formato híbrido realizando Fóruns Trimestrais, que permitem alcançar de forma transversal os colaboradores do banco, em simultâneo e em qualquer ponto do país.

Os Fóruns Trimestrais são eventos conduzidos pelo conselho de administração e principalmente pelo CEO, onde é partilhada a estratégia do banco, a apresentação de resultados periódicos, os projetos estratégicos relevantes e onde os colaboradores têm a oportunidade de participar e ver esclarecidas as suas questões, reforçando a transparência, a clareza e a bilateralidade da comunicação, aproximando a liderança a todos os colaboradores.

Para apoiar na transmissão da mensagem e da cultura e valores do novobanco, foi organizado um encontro em formato híbrido que contou com a participação de mais de 3 mil colaboradores, e foi criada também uma rede de colaboradores - *Shapers* - promotores e influenciadores da transformação cultural do banco. Os *shapers* são oriundos de diversas áreas do banco, têm diferentes idades e antiguidade, mas com um denominador em comum, abraçam a mudança e têm espírito mobilizador.

Através de uma metodologia visual, dinâmica, participativa e informal (*Learning Map*) estão empenhados em ajudar a contar a história do novobanco, a explicar a razão desta transformação cultural e qual a estratégia do novobanco para o futuro, alavancada na missão e valores. Em 2023 realizaram-se, em fase *soft launch* 54 sessões, por 53 *Shapers* e envolvendo 567 colaboradores. O objetivo para 2024 é de envolver todos os colaboradores do Grupo novobanco nesta dinâmica, prevendo-se abranger todos os colaboradores do banco até final de março de 2024.

Com o foco na simplificação de processos, de tarefas, otimizando-as, economizando tempo e obtendo ganhos e melhores resultados, o novobanco relança uma rúbrica interna de partilha de conhecimento e experiências - as sessões *Teams* "Saber bem, Fazer bem". Sessões informais com a duração de 30 minutos, disponíveis para todos os colaboradores do banco, que criam momentos de aproximação de equipas e encontro de sinergias na partilha de conhecimento.

### 5.1.3 Como Estamos a Medir

Semestralmente é realizado um *Engagement Survey - Pulse*, um dos principais instrumentos de análise de clima organizacional do Banco, que contou com uma taxa de participação no novobanco de cerca de 86% e uma taxa de favorabilidade de engagement dos colaboradores a situar-se nos 57%, em linha com o valor observado em 2022.

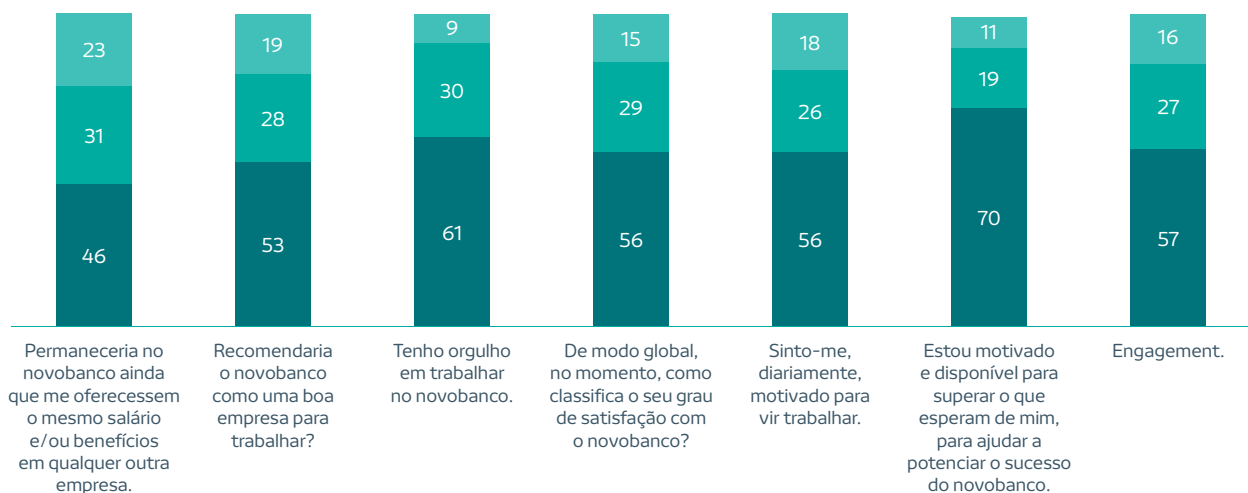
No novobanco dos Açores, a taxa de favorabilidade do engagement dos colaboradores aumentou 5 p.p. face ao Inquérito realizado em setembro de 2022; a evolução reflete os resultados das diversas iniciativas que têm sido desenvolvidas em várias dimensões e que permitiram que os colaboradores sintam o novobanco dos Açores como a sua segunda casa.

No Banco Best a taxa de favorabilidade do engagement dos colaboradores situou-se de nos 65%, mais 4 p.p. face ao Inquérito realizado em setembro de 2022.

#### Engagement Survey - Pulse

(%)

■ % Favorável ■ % Neutro ■ % Desfavorável



## 5.2 Desenvolvimento do Talento

### 5.2.1 Atração e Retenção de Talento

A atração, desenvolvimento e retenção de talento continua a ser um dos grandes desafios. Para este fim foi criado um conjunto de iniciativas com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e profissional de todos os potenciais e atuais colaboradores, desde a sua atração e captação no mercado, à sua retenção enquanto quadros do novobanco.

Neste sentido, foi implementado o seguinte modelo de 4 etapas:

#### 1. CAPTAÇÃO DE TALENTO

Responder às necessidades de recrutamento e rejuvenescimento dos quadros do Banco e, ao mesmo tempo, proporcionar a jovens estudantes a aquisição de novas competências que permitem o enriquecimento do currículo e ampliação da sua rede de contactos, nomeadamente:

- **Talento Atrai Talento:** em 2023 foram acolhidos diversos jovens recém-licenciados, distribuídos por vários departamentos, em modelo de estágio profissional com a duração de 9 meses. Em novembro de 2023, 9 desses jovens, foram integrados nos quadros do banco.
- **novobanco UP:** destina-se a jovens estudantes universitários e tem uma duração de 1 mês. Na edição de 2023, entre julho e setembro, frequentaram este programa um total de 84 participantes, que durante as férias de verão tiveram oportunidade de ter uma aproximação à vida ativa, numa experiência profissional remunerada.

#### 2. MOBILIDADE INTERNA

Estimular a evolução da carreira de cada colaborador ao longo do seu percurso profissional tendo para este fim, e como um dos seus instrumentos, um programa que potencia a valorização do capital humano do grupo, possibilitando aos seus colaboradores abraçar novos desafios e oportunidades de desenvolvimento e progresso individual.

- **Em 2023**, foram 23 os colaboradores que mudaram de funções, permitindo e contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento de um ambiente de trabalho mais motivador e promotor da retenção de talento.

#### 3. AVALIAÇÃO DESEMPENHO

Avaliar o desempenho de todos os colaboradores através de um sistema transversal (“O Meu Portal”), que inclui um programa desenvolvimento pessoal, permitindo a cada colaborador definir os seus objetivos de melhoria contínua para o melhor exercício da sua função. A Avaliação Desempenho é efetuada anualmente e assenta em duas vertentes: objetivos e competências, às quais estão associados um conjunto de comportamentos observáveis. A avaliação do desempenho é um importante instrumento no alinhamento entre a estratégia organizacional e o desempenho das equipas e o desempenho individual, suportando o feedback que se pretende construtivo e contínuo entre cada colaborador e o seu responsável hierárquico.

- **“O Meu Portal”** encontra-se igualmente disponível na AppRH, uma nova ferramenta mobile que facilita e agiliza, de forma rápida e intuitiva, o acesso aos colaboradores através do seu smartphone.

#### 4. FORMAÇÃO

Promover o desenvolvimento contínuo, para garantir as competências necessárias para a concretização dos objetivos que o Grupo se propõe atingir. Disponibilizamos soluções formativas que valorizem o contributo dos colaboradores, continuando a investir de forma consistente no desenho e na adoção de formação distintiva e motivadora, possibilitando a melhoria dos desempenhos, o desenvolvimento e a evolução dos colaboradores no novobanco. O desenvolvimento dos colaboradores justifica um investimento reforçado na sua formação contínua, de maneira a garantir a aquisição e atualização nas competências necessárias que permitam o melhor desempenho profissional. Para garantir a formação adequada o Grupo promoveu um número total de 169,4 mil horas de formação, 40,3 horas de formação por colaborador, das quais se destacam as seguintes áreas de conhecimento:

- **Programa de Formação em Liderança** - no âmbito da sua Academia de Liderança, o novobanco continuou o seu investimento no Programa de Liderança, com a duração de 50 horas, para todas as suas 1ª e 2ª. Linhas (mais de 200 líderes envolvidos). Neste programa, desenhado em parceria com a Nova SBE, foi feita uma aproximação prévia à realidade do Banco e aos seus atuais desafios. Na sua construção existiu a preocupação de promover o alinhamento das competências-chave para uma liderança moderna, que integre o conhecimento e as ferramentas necessárias para uma gestão dos novos modelos de trabalho, da liderança de equipas diversas e para lidar da melhor maneira com os novos desafios do setor da banca. Com a implementação deste programa, o novobanco intenta reforçar o espírito colaborativo entre os líderes, bem como potenciar o contínuo desenvolvimento de uma cultura organizacional ágil, cooperativa e eficaz que proporciona um espaço positivo de trabalho a todos. O programa combina diferentes metodologias e abordagens práticas, promovendo a curiosidade, a inovação e a visão sinérgica dos temas debatidos.
- **Formação em ESG** - Em 2023, pela importância estratégica do tema, foi decidido renovar o investimento na formação em conteúdos relacionados com a temática ESG destinado a todos os colaboradores do Grupo. Esta iniciativa formativa foi focada na importância que esta matéria tem nas alterações dos modelos de negócio em toda a economia e que passarão a integrar critérios ESG, com especial destaque para o sector financeiro, e que decorre do forte quadro regulatório.
- **Formação de Obrigatoriedade** - estes são os conhecimentos indispensáveis para que todos os nossos profissionais, nas diferentes funções, possam desempenhar a sua função corretamente. Estas iniciativas de formação centraram-se sobretudo na Diretiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros, na Lei da Distribuição de Seguros e Resseguros, na Diretiva da Comercialização do Crédito Hipotecário, na Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, no Conflito de Interesses e Partes Relacionadas, no Pari & Persi e na Segurança de Informação

## 5.2.2 Igualdade de Género, de Oportunidades e Inclusão

O tema da igualdade de género, de oportunidades e a inclusão permanece na agenda do Grupo novobanco como uma prioridade estratégica, tendo o banco desenvolvido um plano específico para mitigar as desigualdades que enfrenta. O grupo continua a consolidar as bases para a sustentabilidade de longo prazo, com medidas promotoras de inclusão e igualdade, com foco prioritário nos cargos de decisão e gestão.

A paridade de género é uma realidade no Grupo novobanco, com uma representatividade de 54,2% do género feminino. Regista-se uma evolução positiva na representatividade feminina na gestão, o número de mulheres em funções de liderança evoluiu de 36,2% em 2022 para 38,7% em 2023, mas subsiste a necessidade de reforçar o equilíbrio de género na gestão de topo, onde a representatividade aumentou para 17,6%, mas ainda abaixo do objetivo de 20% previsto na Política de Seleção de Órgãos de Administração e Supervisão. No que se refere ao indicador que avalia a representatividade do género sub-representado nos cargos de administração e direcção de primeira linha a representatividade feminina situa-se nos 27,3%.

Também se registaram evoluções positivas nos indicadores de disparidade salarial de género / equal pay (salário igual para trabalho igual), que desceu para 5,4%, em linha com o objetivo traçado, e no disparidade salarial não ajustada que desceu para os 18%.

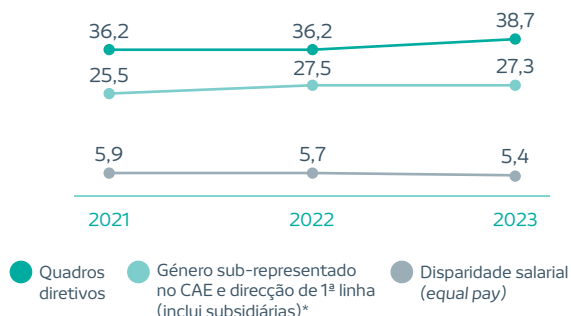
O novobanco mantém a sua participação ativa na comunidade através da participação no iGen Fórum para a Igualdade de Género e no UN Global Compact e encontra-se a desenvolver uma estratégia de género para 2024.

A diversidade no Grupo novobanco assenta igualmente na integração nos seus quadros de colaboradores com uma incapacidade superior a 60%, conforme estabelecido na Lei n.º 4/2019. No programa de estágios o banco já contempla uma quota de estágios destinada a pessoas com incapacidade. Esta atuação faz parte de outras iniciativas de bem-estar social e diversidade, entre as quais se destaca o Prémio Qualidade de Vida da Associação Salvador e o apoio à revista Visão Braille, ambas apoiadas pelo banco.

Mais informação no capítulo 7 (indicadores sociais) e capítulo 3 (Bem-estar social) deste relatório

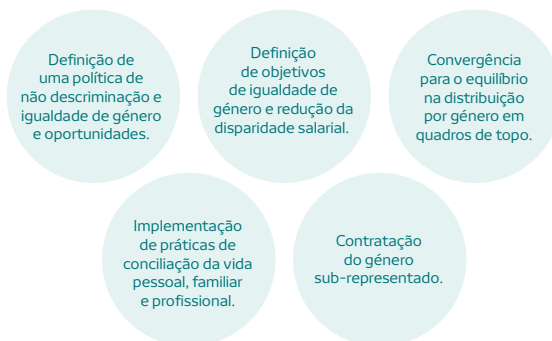
### Género sub-representado

(%)



\*Âmbito Grupo novobanco contempla: administração das empresas do Grupo (novobanco + novobanco dos Açores Banco Best GNBGA) + diretores coordenadores do novobanco.

### Como abraçamos a igualdade de oportunidades e género





## 5.2.3 Novas Formas e Ferramentas para Trabalhar

Antecipando a mudança para a nova sede, no novo Campus do novobanco, o banco estabeleceu em 2023 uma nova cultura de trabalho suportada num modelo de trabalho híbrido e em acordos de equipa, que permitem a implementação de novas formas de trabalhar:

- + **COLABORATIVAS** – que fomentem a interação social das Pessoas e equipas, a discussão de ideias e a cocriação. Incentivando uma maior proximidade às lideranças.
- + **FLEXÍVEIS** – que tornem ainda mais informais as relações interpessoais, os espaços de trabalho e o vestuário. E encorajar a trabalhar onde é mais vantajoso.
- + **SUSTENTÁVEIS** – promovendo comportamentos mais sustentáveis e ecológicos, causando um impacto positivo na Comunidade.
- + **FOCADAS NO BEM-ESTAR DAS PESSOAS** – dando maior liberdade e confiança, e equilíbrio da vida pessoal e profissional.

Estas **novas formas de trabalhar** implementadas nas equipas centrais, têm na sua base:

- um **modelo de trabalho híbrido e flexível** que pretende promover o equilíbrio entre o trabalho presencial e o não presencial, garantindo a importância da interação entre equipas num ambiente presencia, com presença mínima de 8 dias/mês no escritório.
- assentam na capacidade de **flexibilização** no contexto da equipa, **dos horários** de entrada e de saída, ou na adoção de um horário intercalado entre o regime presencial e o não presencial.
- e também na **flexibilização do local de trabalho** que deixa de ter que ser obrigatoriamente o domicílio do colaborador, e poderá ser outro acordado entre o colaborador e o banco.

Este novo modelo, traz também associadas **novas rotinas de trabalho**.

- As **idas ao escritório** assumem um novo significado, o de aproximar as equipas, entre si e à cultura do novobanco. Para o trabalho não presencial são deixadas tarefas individuais, de maior exigência e concentração garantindo sempre a confidencialidade da informação.
- As **reuniões de equipa**, assumem também um propósito. Os momentos em que acontecem, a sua tipologia, participantes e periodicidades ideais, passam a estar bem definidas, assim como os objetivos destas, que devem ser claros e pré-definidos.
- E por fim, **novas ferramentas e espaços adequados**, que garantam o mesmo nível de exposição, participação e envolvimento de todos, independentemente de estarem física ou remotamente a trabalhar.

Consciente da necessidade destas novas ferramentas, e da necessidade de simplificar processos e agilizar a atividade dos seus colaboradores, o novobanco lançou um conjunto de iniciativas para dotar os serviços em constante evolução, com maior liberdade e flexibilidade online para as tarefas do dia-a-dia:

- i) substituição de telefones fixos por telemóveis, com pacotes de dados reforçados para todos os colaboradores.
- ii) atribuição de novos headsets, com melhores condições de comunicação e utilização para o dia-a-dia.
- iii) substituição de portáteis e atribuição de novos monitores, mais avançados e com maior capacidade, para assegurar a qualidade de trabalho dos colaboradores.
- iv) salas de reunião dotadas com novos sistemas de audiovisual, para proporcionar reuniões híbridas, potenciando a produtividade das equipas.

## 5.2.4 Laboratório de Inovação e Ideias

O laboratório de Talento e Inovação regressou em 2023 com uma nova edição (LTI 2.0) e representa uma aposta do novobanco na inovação. O LTI 2.0 procura respostas inovadoras para desafios específicos.

- **Ecosistema Silver Economy:** como pode o novobanco ajudar os clientes sénior a tomar decisões mais inteligentes, como pode ir além dos serviços financeiros e criar um ecossistema de parcerias para os melhor servir
- **Pagamentos:** Como pode criar novas formas de pagamento, com experiências de utilização diferenciadoras? Que serviços de valor acrescentado pode oferecer aos clientes recorrendo a informação sobre pagamentos
- **Embedded Finance:** Como pode distribuir serviços financeiros do novobanco através de parceiros não financeiros. Como conseguir embeber os nossos serviços noutras jornadas digitais e explorar a economia de subscrição?
- **Ecosistema micro e SMEs:** Como pode criar uma experiência realmente integrada e digital para os nossos clientes empresa? Que serviços complementares poderá o novobanco agregar respondendo de forma global às necessidades das micro-empresas?
- **+1 desafio aberto:** Para lá de todos os desafios propostos como é que o novobanco se prepara para o futuro e para uma nova realidade nos serviços financeiros? Como é que tira partido de novas exigências regulatórias como ESG transformando-as em oportunidades?

Em 2023 o LTI 2.0 contou com 113 candidaturas, das quais 66 com ideias, 68 colaboradores envolvidos em desenvolver as ideias desde o *Pitch Day*, e 3 ideias passaram pela fase de Prova de conceito, estando atualmente em fase de piloto no novobanco.

## 5.3 Proposta de Valor para o Colaborador

### 5.3.1 Conciliação da Vida Pessoal e Profissional e Foco no Bem-estar

Cada colaborador do novobanco é um elemento essencial para a criação de valor no banco e na comunidade, de forma sustentável. Nesta medida, o novobanco procura ativamente melhorar o bem-estar dos seus colaboradores no dia-a-dia, tendo uma área específica que se dedica a este propósito: a área do Bem-estar e Experiência de Colaborador.

Entende-se por bem-estar um conjunto de domínios que, em função do indivíduo, e do seu contexto de vida, representam um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Para proporcionar a melhor experiência enquanto colaborador e para a concretização deste objetivo, o novobanco desenvolve e promove iniciativas, medidas e projetos inovadores que visam alcançar os melhores níveis de bem-estar, numa perspetiva holística e que excede largamente a experiência “profissional”, promovendo uma vivência plena, equilibrada, entre as diferentes vertentes da vida.

Fazem ainda parte desta proposta de valor um conjunto de benefícios que contribuem para o aumento da sua qualidade de vida de forma mais ampla. Estes benefícios incluem várias medidas, promotoras de: conciliação entre trabalho e vida pessoal e familiar, responsabilidade social, equilíbrio financeiro, estilo de vida saudável, promoção de conhecimento e socialização.

Na definição da sua política de bem-estar, o novobanco adotou as 8 dimensões destacadas abaixo, que apresentam um maior alinhamento com as características sociodemográficas do seu capital humano e que acredita serem as mais adequadas para o equilíbrio entre os contextos pessoal e laboral:

#### 1.BEM-ESTAR FÍSICO

promovido através das vertentes da Segurança no Trabalho, Medicina Preventiva, Medicina Curativa, Serviços de Alimentação novobanco, Exercício Físico e ações de literacia que permitam aos Colaboradores fazerem escolhas informadas e responsáveis.

Os colaboradores, no ativo e reformados, têm à sua disposição três refeitórios onde podem almoçar refeições a baixo custo, nutricionalmente equilibradas e, para cada uma das opções de prato à escolha (3 a 4 opções) é disponibilizada a respetiva informação dos nutrientes (semáforo nutricional). Para além de facultar almoços, pretende-se assim incentivar os Colaboradores para escolhas alimentares mais saudáveis. Nestes espaços privilegiados de refeição, são realizadas ainda ações de sensibilização e workshops sobre alimentação.

Em 2023 introduziu-se informação sobre alergénicos nas ementas. Assim, em toda a oferta de alimentação, está disponibilizada de forma clara e em local visível, informação sobre a presença de alimentos alergénicos mais comuns.

Com esta informação, os Colaboradores podem fazer as escolhas adequadas e de forma consciente.

**2.BEM-ESTAR MENTAL**

proporcionado por consultas gratuitas de psiquiatria e psicologia, bem como, num forte investimento em literacia sobre saúde mental e instrumentos de suporte à prevenção e promoção de hábitos saudáveis, quer em contexto pessoal quer em contexto profissional.

Um dos instrumentos disponibilizados foi o Kit Básico de saúde mental que é um minicurso on-line que reúne a informação essencial para o cuidar da saúde mental do próprio e das pessoas do círculo de interação.

**3.BEM-ESTAR EMOCIONAL**

dinamizado através do ensino, exercício e divulgação de boas práticas tais como, mindfulness e autocuidado.

**4.BEM-ESTAR SOCIAL**

refletido através da realização de eventos/ experiências que visam a socialização, bem como o desenvolvimento de competências nesta área. O programa de voluntariado novobanco é também promotor desta dimensão de bem-estar.

**5.BEM-ESTAR FINANCEIRO**

patente nos benefícios disponibilizados pelo novobanco aos seus colaboradores, sejam na vertente de oferta bancária específica e soluções de crédito, seja na vertente de Apoios à Educação dos Filhos e no combate a contextos adversos (como o verificado durante este ano pelo aumento de Inflação e taxas de juro).

Em 2023 foram atribuídos 702.148€ em apoios à educação dos filhos (Primeira Infância, Crianças e Jovens com Necessidades Especiais ou Incapacidade e Bolsa de Estudo), a 745 colaboradores.

Destaca-se ainda o aumento do valor do apoio a crianças e jovens com incapacidade ou necessidades especiais, o que implicou um acréscimo de 120€/ colaborador/ ano.

Do ponto de vista sócio económico, 2023 foi um ano particularmente difícil, marcado pela continuidade da subida das taxas de juro, o aumento da inflação, a instabilidade social e o cenário de guerra na Europa. Neste contexto e em linha com a promoção de Bem-estar Financeiro dos colaboradores, o novobanco manteve em vigor as medidas de apoio, lançadas no final de 2022, que visaram mitigar os impactos no orçamento familiar:

- **410 colaboradores** usufruíram do aumento do prazo de amortização do crédito à habitação no regime CHPP-ACT (Crédito à Habitação Própria Permanente - Acordo Colectivo de Trabalho) até aos 75 anos de idade (limite máximo de 45 anos).
- **305 colaboradores** recorreram à transferência de linhas de crédito à habitação própria permanente (HPP) do regime geral para CHPP-ACT (Crédito à Habitação Própria Permanente - Acordo Colectivo de Trabalho) (limite máximo de 50 mil€), beneficiando dessa taxa bonificada, o que representou um montante global de 7,6M€.
- **148 colaboradores** solicitaram a antecipação do seu subsídio de Natal durante o ano de 2023, logo desde janeiro.

Apoio à educação para filhos de colaboradores no ativo	Apoio a Reformados
Condições especiais na oferta bancária	Apoios específicos de combate à inflação e aumento das taxas de juro
Cabaz de Natal	Presente de natal para filhos de colaboradores

Foi ainda lançada uma nova oferta a colaboradores no âmbito de soluções de crédito individual, com condições mais vantajosas e alinhadas com as finalidades associadas:

- **Linha Standard:** direcionada à aquisição de viatura, obras de beneficiação em habitação própria, aquisição de bens e equipamentos de utilização corrente e natureza não sumptuária.
- **Linha Verde:** destinada à aquisição de automóveis e bicicletas elétricas, painéis solares, outras finalidades ecológicas.
- **Linha Cuidar:** direcionada a despesas de saúde e educação do agregado familiar do Colaborador.
- **Linha Social:** aplicável apenas a situações de dificuldades financeiras/ despesas de carácter imprevisto e inadiável.

## 6.BEM-ESTAR FAMILIAR

espelhado no programa de conciliação entre a vida pessoal e profissional e que encerra em si as seguintes medidas:

No âmbito da conciliação trabalho-família, em 2023 o banco concedeu mais 1 dia de dispensa como reconhecimento do esforço em equipa para a concretização do plano de Reestruturação do banco, e 2 dias de dispensa na quadra natalícia, perfazendo assim 28 dias de descanso (inclui 25 dias de férias previstas em ACT).

## 7.BEM-ESTAR INTELECTUAL

promoção de iniciativas que visam o desenvolvimento intelectual dos colaboradores, nomeadamente: através do programa de Bem-estar do novobanco, o Programa 5+, com incidência no âmbito pessoal, e da Academia, com foco na dotação de competências técnicas e comportamentais na vertente profissional. O banco também promove ativamente a Cultura em diversas áreas, nomeadamente, Arte, Fotografia, Museus, disponibilizando aos seus Colaboradores acesso às mesmas em condições vantajosas.

## 8.BEM-ESTAR PROFISSIONAL

desenvolvido através de práticas de recursos humanos assentes em formas de trabalho flexíveis, adequadas às diferentes funções e tarefas, fomentando o ambiente de trabalho mais adequado a cada colaborador, relações laborais saudáveis e que promovem o sucesso profissional.

### Medidas de conciliação entre vida profissional e pessoal.

Dispensas em datas especiais.  
(Aniversário do Colaborador; aniversário dos filhos; 1º dia de escola em anos de escolaridade)

Compra de dias de férias.

Early Friday ou Late Monday.

Refeições TakeAway.

## Programa 5+

Lançado a 22 de junho de 2022, o programa 5+ é o programa de bem-estar do novobanco, e atingiu a sua consolidação em 2023. A promoção da saúde e do bem-estar dos colaboradores é a missão deste programa que se foca em 5 objetivos:

O programa 5+ compreende em si diversas componentes que se desenrolam ao longo do ano, podendo dedicar-se a um “tema central” a desenvolver durante o ano e cada mês é dedicado a um tema específico à volta do qual são disponibilizadas iniciativas a usufruir pelos colaboradores. As iniciativas do programa 5+ proporcionam aos colaboradores momentos de descontração, permitindo aprofundar conhecimentos com especialistas, ou simplesmente, tomar contacto com outras realidades, novos temas e atividades que poderão resultar em vivências e/ou adoção de comportamentos promotores de Bem-estar nas suas várias dimensões.

O tema do mês é alvo de uma palestra mensal - **Palestra 5+** - transmitida ao vivo para todo o Banco e ministrada por um especialista nessa matéria. Esta sessão é, habitualmente, moderada por interlocutor do departamento de capital humano, permitindo a participação de todos através da colocação de questões ao palestrante especialista e, assim, proporcionar uma melhor experiência.

Todas as semanas são publicadas dicas em formato de sugestão/recomendação sobre o tema do mês - Dicas 5+. Estas orientações têm como objetivo fornecer, através de uma leitura rápida, informação de carácter prático e promotor de adoção de comportamentos saudáveis, devidamente certificada por especialistas na matéria, e contribuindo para a capacidade de autocuidado.

As **Experiências 5+** são workshops, webinars, ateliers, ações de sensibilização, de carácter prático e pedagógico em diferentes áreas da vida extraprofissional: Alimentação, Saúde, Exercício Físico, Família e Lar, Cultura e Lazer, Gestão Emocional, Socialização, entre outras.

Este programa também elabora e lança Medidas 5+, que se traduzem em implementações organizacionais, direcionadas para os colaboradores, visando contribuir para um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo, potenciando as relações interpessoais entre todos os níveis funcionais e hierárquicos da organização.

O Autocuidado, a Prevenção, a Mudança, a Conciliação Trabalho-Família, os (novos) desafios da Alimentação, a Socialização e a Saúde Mental foram alguns temas mensais desenvolvidos no programa 5+ durante o ano de 2023.

## programa 5+



+ saúde física



+ saúde mental



+ bem-estar



+ equilíbrio



+ felicidade

## Alguns números do programa 5+ em 2023

80

experiências  
(webinars / workshops / rastreios)

10

palestras 5+

52

dicas 5+  
(autocuidado)

5578

participações

1870

colaboradores  
envolvidos

A premiação do novobanco como “Best Engagement and Communication” nos *Wellbeing Awards 2023* é um reconhecimento do trabalho desenvolvido nesta matéria. Esta iniciativa que visa reconhecer os casos de excelência no âmbito da saúde e bem-estar nas organizações, com o intuito de cuidar e valorizar o seu capital humano, veio reforçar o posicionamento do novobanco focado na promoção do bem-estar holístico dos colaboradores, através de programas e iniciativas promovidas, em contínuo, internamente.



## 5.3.2 Campus do novobanco

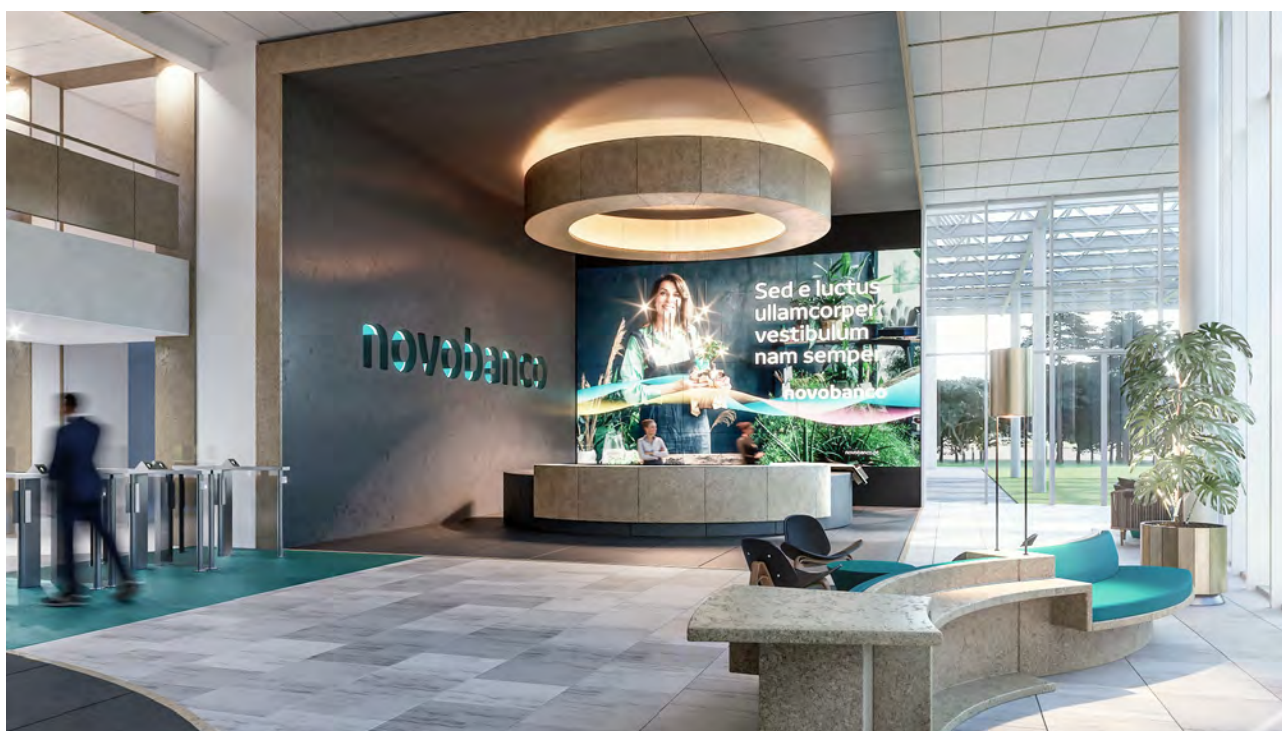
O Campus do novobanco é mais do que um novo escritório, será a nova sede do grupo e um espaço para mais futuro. Desde 2021 que o novobanco tem vindo a preparar esta mudança que representa a forma como pretende posicionar-se no mercado e junto dos seus stakeholders.

**Pensado para atender às necessidades e expectativas de todos os colaboradores, com espaços de trabalho que juntam a tecnologia, a inovação e o design às novas formas de trabalhar.**

### O CAMPUS DO NOVOBANCO TEM TRÊS GRANDES PROPÓSITOS

#### 1. Ser um espaço mais flexível

- baseado em modelos de trabalho híbrido.
- com diferentes áreas de trabalho.
- com meios tecnológicos e ferramentas mais eficientes e colaborativas.
- onde o código de vestuário é mais adequado ao dia-a-dia de trabalho.





## 2. Ser um espaço mais colaborativo

- com uma estrutura horizontal que potencia encontros informais.
- num conceito de open-space sem barreiras físicas que promove a transparência.
- com diferentes espaços colaborativos que respondem às necessidades de privacidade, confidencialidade e colaboração.

Esta mudança faz-se também de mãos dadas com os colaboradores do novobanco. Foi criada uma rede de 80 embaixadores, que tem como missão dinamizar a mudança junto das equipas, comunicar e recolher feedback essencial para a tomada de decisões. É uma rede de colaboradores que dá voz às suas equipas e que está envolvida em momentos de discussão conjunta onde partilham ideias, opiniões e dúvidas dos seus pares. Os embaixadores do Campus são muito mais do que o rosto desta fase de transição e crescimento do Banco, são quem dá voz às nossas equipas

## 3. Ser um espaço mais sustentável

- renasce de uma estrutura já existente.
- com espaços verdes, com menos poluição e que possibilitam atividades outdoor.
- onde se pretende adotar processos de trabalho sem papel e/ou impressão mais eficientes e com menores custos.
- com espaços, mobiliário, equipamentos ergonómicos e serviços de suporte pensados na comodidade dos colaboradores com condições de mobilidade alinhadas com as preocupações ambientais.



~55000m<sup>2</sup>

dimensão do  
novobanco Campus



1730

postos de trabalho  
disponíveis



102

salas de reuniões



~1600

utilizadores diários



1000

lugares de  
estacionamento



~650

lugares em espaços  
colaborativos  
informais



~1400

refeições diárias



~100

postos  
de carregamento  
elétricos

## 5.4 Programa de Voluntariado

O Programa de Voluntariado pretende desenvolver e fomentar o envolvimento dos colaboradores em ações de apoio à comunidade que contribuam para dar resposta a questões socioeconómicas e ambientais. Todos os colaboradores interessados em participar nestas ações têm dispensa de 1 dia por ano, repartido ou não em dois momentos (1/2 dia para cada ação) para dedicar a uma causa. Este programa permite ainda promover uma cultura de empatia, gerar oportunidades

de aprendizagem pela partilha de conhecimento e experiências, e o desenvolvimento de soluções e ideias inovadoras fomentando o trabalho colaborativo e em equipa. Com as ações deste programa, iniciado em 2022, o novobanco reforçou o sentimento de pertença dos colaboradores ao banco aumentando consequentemente o seu bem-estar. Em 2023, e nas diferentes iniciativas realizada foram contabilizadas 406 horas de voluntariado em 4 ações:

REFLORESTAÇÃO DO PINHAL DE LEIRIA	BANCOS ALIMENTARES CONTRA A FOME	BANCO DE BENS DOADOS	ENTRAJUDA
<p>Através das suas contas 100% e 360° o novobanco apoiou o projeto Ecoética da AMI que reabilita e refloresta zonas fortemente afetadas pelos incêndios florestais. Juntou clientes e colaboradores no Pinhal de Leira tendo plantado 5 mil árvores.</p>	<p>Colaboradores estiveram nos Bancos Alimentares contra a Fome de Faro, Lisboa, Porto e Viseu, apoiando um ecossistema solidário que distribui 2 milhões de refeições por dia a IPSS de todo o país.</p>	<p>Colaboradores separaram e organizaram bens não alimentares recebidos pelo Banco de Bens Doados para serem distribuídos a instituições sociais e, através destas, ajudar pessoas com necessidades.</p>	<p>Colaboradores participaram no projeto CONHECER +, um programa de conhecimento das instituições apoiadas pela Entrajuda e Banco Alimentar para uma correta afetação dos bens e serviços disponibilizados e assim ajudar as instituições no apoio a quem mais precisa.</p>
			



---

# 6 ATINGINDO UM DESEMPENHO SUSTENTÁVEL

## 6.1. Governance da Sustentabilidade

Para o Grupo novobanco é determinante exercer a sua atividade com o firme propósito de contribuir positivamente para todo o ecossistema em que se insere. Esta atuação exige um modelo de governance robusto, sustentado em políticas e princípios de ética e transparência que assegurem uma gestão eficaz e prudente.

### 6.1.1 Modelo de Governo

A existência de uma estrutura de governação eficaz é fundamental para garantir uma boa execução da estratégia. No novobanco as questões relacionadas com o clima são geridas de acordo com o nosso Modelo de Governação da Sustentabilidade que nos permite identificar e rever os riscos e oportunidades do tema, com responsabilidades claramente definidas, garantindo uma resposta eficaz às questões climáticas.

O Grupo novobanco reconhece que o avanço ao nível da sustentabilidade implica uma governação sólida e um modelo organizacional que garanta o sucesso da sua implementação, assegurando a responsabilização, a mobilização e o alinhamento a todos os níveis da organização. Sob esta premissa, e para garantir uma adequada coordenação do tema, o Grupo procedeu, em 2022, à revisão da sua estrutura de governance da sustentabilidade refletido nos seguintes órgãos:

- **O Conselho de Administração Executivo**  
A gestão dos riscos climáticos é conduzida diretamente pelo Conselho de Administração Executivo (CAE), que participa diretamente na sua definição e implementação, e é supervisionada pelo Conselho Geral e de Supervisão (CGS).
- **O Steering de Sustentabilidade**, criado em 2021, promove a tomada de decisão eficiente e a preparação de decisões de gestão das questões relacionadas com a sustentabilidade e gestão dos riscos climáticos, destacando-se as responsabilidades apresentadas na figura abaixo:

O Steering de Sustentabilidade tem a participação das várias empresas do Grupo novobanco e dos departamentos relevantes para a integração do ESG nas diversas atividades do banco, suportado numa equipa especializada e responsável pela coordenação da abordagem ESG do Grupo novobanco, o Gabinete de ESG e Departamento de Risco Global. Este Steering reúne com uma periodicidade mensal e contando com 4 administradores do Conselho de Administração Executivo, que detêm os pelouros de ESG, Risco, Crédito e Segmento de Empresas. Trimestralmente conta ainda com a presença do CEO e um elemento do Conselho Geral de Supervisão.

Em 2023, o Steering de ESG reuniu-se 11 vezes, para garantir a integração dos temas ESG em todas as linhas de negócio e atividades.

#### STEERING DE SUSTENTABILIDADE

Atendendo ao elevado ritmo de transformação em todas as matérias de Sustentabilidade, ESG e Riscos Climáticos e Ambientais, este fórum mensal promove a tomada de decisão eficiente e a preparação de decisões de gestão e de supervisão em todas as questões relacionadas com a sustentabilidade, adicionando assim à tradicional dimensão económica a vertente ambiental, social e de governance garantindo:

- A definição da estratégia, posicionamento e planos de ação relacionadas com os temas de sustentabilidade e o alinhamento dos mesmos com os planos de ação das diferentes operações e áreas de negócio do Grupo;
- A integração dos temas ESG em todas as linhas de negócio e atividades, com poderes de decisão e aprovação delegados em matérias incluídas nos planos de implementação ESG e de riscos Climáticos e Ambientais;
- A monitorização do desenvolvimento e a implementação do plano de ação e iniciativas definidos;
- A coordenação das equipas nomeadas para apoio na implementação do plano de ação ESG;
- A avaliação do impacto das iniciativas e do desempenho dos principais indicadores face à ambição definida;
- A coordenação da ligação com todos os stakeholders relevantes e o reporte do desempenho nos diferentes canais de comunicação interna e externa.

- Gabinete de ESG** – Estrutura exclusivamente dedicada aos temas ESG do Grupo novobanco, e que tem como missão promover a integração dos princípios de sustentabilidade na organização, estratégia e atividade do Grupo. Assume funções simultâneas de apoio ao negócio e à gestão dos riscos do Banco, colaborando tanto no desenvolvimento de produtos e iniciativas comerciais como no desenvolvimento de metodologias e controlos de risco. Globalmente, é responsável pela coordenação da estratégia ESG do Banco – assumindo igualmente a execução de várias iniciativas internas – prestando aconselhamento aos órgãos de administração e fiscalização sobre qualquer matéria relativa ao ESG.

A Função de Gestão de Risco (Departamento de Risco Global) é responsável pelos processos globais de risco, que incluem a monitorização e avaliação dos riscos, assegurando o desenvolvimento das políticas, metodologias e informações necessárias para o efeito.

Implementámos também um PMO – equipa da Gestão de Projeto ESG – para apoiar o Gabinete ESG e todos os departamentos e equipas envolvidas durante a fase de transformação do plano estratégico, com o objetivo de aumentar a capacidade e o ritmo de entrega durante o período de transformação e, expandir o compromisso organizacional.

O modelo de governação e organização para a integração dos tópicos ESG no negócio e a gestão dos riscos climáticos e ambientais, sociais e de *governance*, é transversal a toda a organização e baseado em 2 princípios fundamentais:

- Identificar todas as atividades existentes que sejam afetadas ou alteradas pelo programa ESG, bem como as atividades adicionais que se espera que sejam criadas;
- Formalizar um modelo operativo avançado nas estruturas existentes com atribuição de funções e responsabilidades às diferentes estruturas do Grupo ao longo da sua jornada do ESG.



## 6.1.2 As nossas políticas ESG

O cumprimento da estratégia e dos objetivos ESG definidos pelo Grupo novobanco são alcançáveis com uma gestão do negócio assente em comportamentos que todos valorizam, acreditam e praticam. Deste modo, os compromissos ESG têm subjacente diversas políticas e princípios que definem a cultura do Grupo e que descrevem os princípios e atuação para alcançar os propósitos definidos.

Em 2023, destacamos a publicação de duas novas políticas direcionadas à componente do financiamento:

### Política de classificação de financiamentos e investimentos verdes

Um dos compromissos de sustentabilidade do novobanco é o financiamento e investimento “verde”, que tem como base o financiamento à transição dos nossos clientes.

A obtenção de um desempenho sustentável é suportada no fortalecimento da integração do ESG no negócio, pelo que é uma prioridade estratégica o apoio direto e ativo aos clientes na sua transição para modelos de negócio mais sustentáveis.

São considerados elegíveis para a classificação de financiamento verde pelo novobanco os financiamentos e investimentos que se destinem a apoiar as atividades, empresariais e particulares, que contribuem para a sustentabilidade ambiental e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e que sejam compatíveis com, pelo menos, um dos objetivos da Taxonomia Europeia, nomeadamente a) mitigação das alterações climáticas; ou b) adaptação às alterações climáticas.

Elencamos algumas das atividades que se podem enquadrar na política do novobanco:

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	ODS
<b>AGRICULTURA, FLORESTA, PESCA E PRODUÇÃO ANIMAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agricultura sustentável.</li> <li>Floresta e conservação da natureza.</li> <li>Pecuária sustentável e aquicultura.</li> </ul>	  
<b>ENERGIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Produção de energia através de fontes renováveis.</li> <li>Produção de energia através de cogeração.</li> <li>Armazenamento e distribuição de energias renováveis.</li> </ul>	  
<b>ÁGUA, TRATAMENTO DE RESÍDUOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão sustentável de resíduos e reciclagem.</li> <li>Abastecimento sustentável de água e tratamento de águas residuais.</li> </ul>	  
<b>INDÚSTRIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Produção de tecnologias de energias renováveis.</li> <li>Produtos e serviços que permitem poupanças energéticas nos processos industriais.</li> <li>Produção de equipamento de eficiência energética para edifícios.</li> </ul>	 
<b>IMOBILIÁRIO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção, compra de edifícios verdes.</li> <li>Obras de melhoria para edifícios verdes.</li> <li>Instalações sustentáveis, como aquecimento, ar condicionado com eficiência energética.</li> </ul>	  
<b>TRANSPORTES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Transportes terrestres sustentáveis.</li> <li>Transporte de água sustentável.</li> <li>Infraestruturas de transporte sustentáveis.</li> </ul>	 
<b>TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Soluções que reduzem as emissões de CO<sub>2</sub>.</li> <li>Tecnologia e software que permite poupanças de energia.</li> </ul>	 
<b>OUTRAS ATIVIDADES DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução, prevenção e remoção de emissões de CO<sub>2</sub>.</li> <li>Projetos de biodiversidade.</li> </ul>	    

Sumariamente, a aplicação da política considera:

#### A) FINANCIAMENTO A EMPRESAS

- **“Corredor Verde”** para operações comerciais consideradas alinhadas com a Taxonomia Europeia. Operações sem necessidade de definição de finalidade específica do financiamento, em empresas com atividade classificada em CAEs (Classificação das Atividades Económicas) ou BICS (Bloomberg Industry Classification System) que, de acordo com análise interna, têm uma atividade eminentemente alinhada com a Taxonomia Europeia.

- **Financiamentos com finalidade definida**

São consideradas operações na forma de Project Finance, Obrigações ou Empréstimos Verdes (Green Bonds/ Loans), Obrigações Sustentáveis (Sustainability Bonds), sendo as condições avaliadas, casuisticamente, com base na recolha da informação técnica de suporte à operação, nomeadamente, Green ou Sustainability Bond Frameworks e Second Party Opinions (SPO).

- **Financiamentos sem finalidade definida**

São consideradas operações na forma de Papel Comercial, Sustainability-Linked Bonds (SLB) e Sustainability-Linked Loans (SLL) de empresas ou projetos cuja atividade seja elegível para ser considerada sustentável de acordo com a Taxonomia Europeia.

Caso o financiamento não tenha atribuída uma das classificações acima identificadas, mas a empresa tenha maturidade no tema do ESG e alinhamento com a Taxonomia Europeia, é avaliada a consideração do financiamento, ou de uma percentagem do mesmo, enquanto verde, sendo as condições avaliadas, casuisticamente, com base na recolha da informação técnica de suporte à operação e por uma área/ função independente da área de negócio originadora.

- **Financiamentos Imobiliários**

São consideradas operações de financiamento à Construção, Renovação ou Aquisição de imóveis que tenham obtido (ou, através do projeto de construção ou renovação, projetem obter) certificação energética A ou superior, sendo igualmente tomadas em consideração as classificações, internacionalmente aceites, de BREEAM e LEED - os níveis a considerar, destas duas classificações, asseguram a compatibilidade, pelo menos, com o nível de certificação energética A.

#### B) FINANCIAMENTO A PARTICULARES

- **Crédito à Habitação**

São consideradas operações de crédito à habitação para aquisição, construção ou renovação de imóveis que tenham obtido (ou, através do projeto de construção ou renovação, projetem obter) certificação energética B ou superior.

- **Crédito Pessoal**

São consideradas operações de crédito automóvel para a aquisição de viaturas elétricas ou híbridas, bem como operações de crédito pessoal para aquisição de equipamentos de produção de energia renovável.

A análise da informação (ao nível da operação ou do produto) e a respetiva conclusão para classificação de um financiamento como verde resulta, em todos os casos, de uma análise dedicada realizada por área independente à originadora/ negócio. O modelo e os critérios de classificação de financiamento e investimento verde do novobanco são aprovados pela gestão executiva do Banco, competindo ao Steering de Sustentabilidade o acompanhamento, mensal, da evolução do montante de novas operações verdes (e demais características – ex. preço e condições de risco).

#### Princípios de Financiamento – Setores excluídos e condicionados

Considerando o desenvolvimento sustentável como um aspeto fundamental de uma gestão económica saudável, conforme estabelecido na Política de Sustentabilidade do Grupo, e pretendendo desenvolver a sua atividade em conformidade com a taxonomia definida pela União Europeia para o sector financeiro e alinhada com os princípios do “Global Compact” da Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Diretrizes da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais e as principais convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o novobanco exclui e condiciona alguns setores e projetos da sua atividade de financiamento e de investimento. As exclusões e condicionalismos encontram-se plasmadas nas políticas internas de Appetite de Risco, e de Risco de Crédito.



Estes princípios pretendem:

- Promover uma conduta ética e transparente de negócio com o intuito de criar valor a longo prazo;
- Integrar no negócio os princípios ambientais, sociais e de governance, estabelecidos a partir da definição dos temas e dos ODS materiais decorrentes da auscultação efetuada aos stakeholders;
- Aplicar os compromissos assumidos integrando-os na comercialização dos seus produtos financeiros ou obrigações de empresas enquanto investimentos sustentáveis.

Consideramos excluídos de financiamento:

- Empresas que de qualquer forma exerçam a sua atividade orientando-se por comportamentos repudiados pelo Grupo novobanco ou incumpram os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho e pela Carta Internacional dos Direitos Humanos, entre os quais o trabalho forçado, infantil ou de qualquer tipo de tratamento ou ameaça de tratamento desumano.
- Projetos de mineração e produção de energia a partir de carvão;
- Projetos de produção ou comercialização de armamento e munições (desde que não esteja associado à defesa nacional);
- Produção ou comercialização de armas químicas, nucleares, biológicas ou de destruição massiva;
- Atividades associadas à prostituição ou com o modelo de negócio baseado na pornografia;
- Projetos de extração e comércio Internacional de espécies selvagens de fauna e flora exóticas ameaçadas ou em vias de extinção;
- Qualquer atividade associada à pirataria.

Com o intuito de diminuir os impactos ambientais e sociais negativos indiretamente decorrentes da sua atividade e de, progressivamente, contribuir para uma economia sustentável, o Grupo novobanco condiciona o financiamento e investimento aos seguintes projetos em setores que possam ter elevados impactos negativos, sendo os mesmos alvo uma análise adicional aos potenciais impactos em causa, nomeadamente:

- Produção e comercialização de material de defesa: Restrição à produção e comercialização de material de defesa a empresas e de países com regimes políticos controversos, autocráticos e limitados por legislação nacional e convenções internacionais;

- Produção e comercialização de produtos e substâncias químicas: Restrição a clientes e projetos de produção de substâncias químicas perigosas que estejam restringidas na legislação nacional e convenções internacionais.
- Extração de Petróleo e Gás bruto: Restrições a operações decorrentes de projetos ou extensão de projetos de extração de petróleo e gás nas seguintes condições:
  - Produção a partir de fontes não convencionais;
  - Localizados em áreas de Património Mundial e áreas protegidas das Categorias I a IV da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza).
- Produção de energia nuclear: Restrições a operações e projetos relacionados com a produção de energia nuclear que não respeitem a Convenção sobre Segurança Nuclear;
- Extração de metais e minérios com elevado impacto ambiental e social: Restrições a operações ou projetos de extração, processamento e comercialização de minérios:
  - Extraídos em áreas afetadas por Conflitos e de Alto Risco;
  - Diamantes em bruto provenientes de países produtores envolvidos em conflitos e que não detenham a certificação pelo processo Kimberley (licença para a atividade de importação e exportação de diamantes em bruto);
- Extração e comercialização de madeiras: Restrições a operações ou projetos de extração e comercialização de madeiras provenientes de florestas tropicais e nativas e que originem um impacto ambiental negativo:
  - Madeira explorada ilegalmente;
  - Madeira oriunda de florestas sendo convertidas em plantações ou uso não-florestal;
  - Madeira oriunda de florestas nas quais altos valores de conservação estejam ameaçados por atividades de desflorestação;
  - Produtos com origem florestal de categorias consideradas inaceitáveis pelo Forest Stewardship Council (FSC).

### PRINCÍPIOS DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO – SETORES DE ATIVIDADE E PROJETOS EXCLUÍDOS E CONDICIONADOS

Princípios que estabelecem, que o banco não financia nem investe em empresas que incumpram com os Princípios e Direitos da OIT, os setores e atividades que estão excluídos do financiamento (excluídos das Políticas de Apetite de Risco e Risco de Crédito), bem como quais os setores e atividades com condicionamos no financiamento.

### POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

Princípios orientadores da atuação ESG do Grupo e compromisso de integração da sustentabilidade do modelo de negócio.

### CÓDIGO DE CONDUTA

Princípios que pautam a atividade do Grupo, promovendo uma conduta ética, o respeito e o cumprimento de toda a legislação e regulamentação aplicável, sustentando num regime transparente de relações com o exterior.

### POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES DO NOVOBANCO

### POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUPERVISÃO

### POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO DE FINANCIAMENTOS/ INVESTIMENTOS VERDES DO NOVOBANCO

Princípios que estabelecem a classificação para os financiamentos e investimentos que se destinem a apoiar as atividades comerciais que contribuem significativamente para pelo menos um dos objetivos da Taxonomia Europeia.

### POLÍTICA DE NÃO DISCRIMINAÇÃO E IGUALDADE DE GÊNERO

Princípios de não discriminação e promoção da igualdade, nomeadamente proibindo práticas discriminatórias em razão do género, raça, cor, credo, condições socioeconómicas ou orientação sexual.

### PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PROGRAMA DE VOLUNTARIADO

Estabelece áreas preferenciais da atuação alinhadas com a estratégia de sustentabilidade e condições de incentivo à participação no programa.

### POLÍTICA ANTI-SUBORNO E ANTI-CORRUPÇÃO

### POLÍTICA DE CONFLITO DE INTERESSES

### PRINCÍPIOS DE RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

Estabelece os requisitos mínimos, não só dos fornecedores, mas também do Grupo, no que diz respeito às práticas empresariais, saúde e segurança no trabalho, ética e gestão ambiental.

### POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS

Princípios de respeito pelos direitos humanos e procedimentos em caso de deteção de transgressão dos mesmos.

### DECLARAÇÃO AMBIENTAL

### DECLARAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL POSITIVO

Compromissos de sustentabilidade ambiental e social, que ultrapassam as obrigações legais e consubstanciam o impacto positivo que o novobanco almeja na sua relação com os stakeholders.

### POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES (WHISTLEBLOWING)

### POLÍTICA DE TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

### POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

#### Para consultar as políticas ESG

Site Sustentabilidade > Negócio Sustentável > A nossa abordagem e políticas  
 Site Grupo novobanco > Sobre nós > Compliance  
 Site Grupo novobanco > Sobre nós > Documentos Societários e Principais Regulamentos

## 6.2 Riscos ESG

### 6.2.1 Abordagem aos riscos ESG

A gestão dos riscos ESG está integrada no quadro global de sustentabilidade do Grupo novobanco o qual compreende os seguintes elementos:

- Estratégia transversal de sustentabilidade, a qual estabelece os objetivos, as metas e as ações para as áreas de negócio, de governação interna, controlo interno e de gestão de riscos, de atividades internas (v.g., operações próprias) e de reporte interno e externo.
- Um posicionamento, público, materializado pelas políticas e princípios ESG orientadores da atividade do banco, mas também pelos compromissos assumidos, nos quais o novobanco divulga os seus objetivos e principais práticas de sustentabilidade, com destaque para:
  - a) redução das emissões diretas ou financiadas de GEE, de forma alinhada com os objetivos globais do acordo de Paris;
  - b) o reforço do uso dos instrumentos de 'finanças sustentáveis', designadamente através da oferta comercial e políticas próprias de investimento, canalizando apoio financeiro direto para a transição da economia portuguesa (ex. política de financiamento e investimento verde); e
  - c) a gestão adequada dos riscos da transição climática, identificando e controlando, de forma sistemática os seus principais fatores;
- Uma estrutura de governação e operacional especificamente adaptadas para esta estratégia, assegurando, nas equipas internas, a existência de conhecimentos especializados e de abordagens/ planos de trabalho direcionados para assegurar o cumprimento dos objetivos do novobanco.

Os desenvolvimentos ao nível do sistema de gestão de riscos, na componente de riscos ESG, endereçam três objetivos primários:

- Cumprimento dos requisitos regulamentares, nomeadamente os que dizem respeito a divulgação de informação não-financeira sobre a estratégia de sustentabilidade e gestão dos riscos ESG, com especial enfoque nos riscos climáticos e ambientais;
- Alinhamento efetivo com as expectativas regulatórias e supervisoras nesta matéria, com destaque para a implementação do Guia do Banco Central Europeu (BCE) sobre a gestão dos riscos climáticos e ambientais (C&A);
- Implementação de procedimentos reforçados para a gestão dos riscos ESG, de forma adaptada à atividade do Grupo novobanco, com destaque para:
  - a) avaliação e quantificação de materialidade destes riscos;
  - b) rotinas de acompanhamento global da exposição aos riscos ESG;
  - c) integração no negócio de controlos específicos para os fatores de risco ESG, conduzindo a originação e o acompanhamento das exposições em risco – incluindo os procedimentos necessários à operacionalização da Taxonomia Europeia para as atividades sustentáveis; e
  - d) implementação de práticas de avaliação de risco, considerando metodologias de análise de sensibilidade ou de cenarização.

## 6.2.2 Perfil de risco ESG

A definição de riscos ESG diz respeito às situações de potenciais impactos negativos decorrentes dos efeitos, atuais ou futuros, dos fatores de risco presentes nos clientes e contrapartes ou nos ativos e passivos do Banco. Desde o ano de 2020 que estes riscos fazem parte da taxonomia interna do Grupo novobanco, com foco na componente de alterações climáticas (e respetivos impactos nas categorias de risco tradicionais).

São avaliadas as seguintes componentes de riscos:

- Uma componente climática e ambiental (risco C&A): relacionada com a qualidade e funcionamento do ambiente e sistemas naturais, incluindo elementos relativos a alterações climáticas, biodiversidade, poluição e gestão de resíduos, na medida em que estes elementos podem afetar o desempenho ou valor financeiro das contrapartes, clientes e ativos do Grupo novobanco.
- Uma componente social: relativa a direitos sociais, bem-estar e interesse geral da sociedade e das comunidades, incluindo fatores como igualdade, saúde, inclusão, relações de trabalho, higiene e segurança de trabalho, capital humano e o desenvolvimento das comunidades.
- Uma componente de governação: relativa aos aspetos de governo interno, incluindo os órgãos de administração e fiscalização, organização interna, políticas remuneratórias, controlo interno, práticas fiscais, conduta e transparência.

Cada uma destas componentes é individualmente reconhecida e avaliada quanto aos seus impactos nas demais categorias de risco, sendo principalmente valorizados os fatores com origem externa: isto é, os fatores internos são, atualmente, reconhecidos e controlados por processos já estabelecidos (exemplos: fatores internos relativos a aspetos sociais são geridos e controlados pela política de gestão do risco reputacional; fatores internos relativos a aspetos de governação são controlados pelas política de conformidade; fatores internos relativos a risco físico são reconhecidos e controlados pelas políticas e práticas de continuidade de negócio).

## 6.2.3 Estratégia de alinhamento com os objetivos do Acordo de Paris

O Grupo novobanco reconhece as oportunidades de negócio relativas ao financiamento de uma economia com menores níveis de emissões de GEE e, em simultâneo, estabelece controlos reforçados para as exposições com maiores desafios em matéria de transição. Neste sentido, são estabelecidos objetivos de negócio (e de controlo dos riscos), baseados nas principais variáveis de financiamento de uma economia com menor intensidade carbónica, com destaque para:

- Adoção de políticas setoriais (incluindo as modalidades de exclusão e de condicionalismos), para os setores com especial impacto no cumprimento dos objetivos do Acordo de Paris;
- Estabelecimento de objetivos gerais de nova produção verde, os quais orientam a ação comercial e financeira, e são suportados pelo reforço da estruturação de produtos 'verdes' ou ligados à sustentabilidade (incluindo os elementos relativos às garantias ou colaterais imobiliários da oferta de crédito);
- Implementação de métricas de acompanhamento regular do alinhamento dos portefólios de negócio do Grupo, incluindo a quantificação das emissões de GEE financiadas (i.e., âmbito 3) e a utilização de estimativas de alinhamento com a Taxonomia Europeia para as atividades sustentáveis;
- Estabelecimento de metas setoriais com base na metodologia SBTi.

Desta forma, o Grupo novobanco assume o objetivo de, de forma gradual, alinhar o seu balanço com os objetivos gerais de redução das emissões de carbono e, em simultâneo, limitar a exposição a risco de transição.

## 6.2.4 Aplicação da Taxonomia Europeia para as Atividades Sustentáveis

O Grupo novobanco reconhece a centralidade da Taxonomia Europeia para a integração de objetivos de sustentabilidade no seu negócio e, em simultâneo, para a melhor avaliação e gestão dos fatores de risco de transição dos seus clientes.

Assim, as abordagens de gestão e de controlo dos riscos têm a orientação global de assegurar um alinhamento com os critérios da Taxonomia, promovendo a consistência entre os procedimentos de gestão interna e o enquadramento regulamentar e prudencial das atividades bancárias sustentáveis.

### Princípios de comunicação de informação de Taxonomia UE

A Taxonomia da UE é um sistema de classificação das atividades que contribuem substancialmente para o ambiente e, em geral, para a sustentabilidade. O Regulamento (UE) 2020/852, no seu Artigo 3.º, estabelece os critérios que uma atividade económica deve satisfazer para ser qualificada como ambientalmente sustentável. Tais critérios incluem: a) contribuir substancialmente para um ou mais dos seis objetivos ambientais da UE; b) não causar danos significativos (DNSH – Do No Significant Harm) aos outros objetivos ambientais; e simultaneamente c) cumprir com determinadas salvaguardas mínimas em matéria social e de governação.

O novobanco tem vindo a desenvolver os seus procedimentos internos para efeitos do cumprimento das obrigações, de aplicação e reporte, dos critérios da Taxonomia, os quais incluem:

- Recolha de informação, ao longo dos processos de concessão de crédito, sobre as características dos clientes, das suas atividades e das garantias recebidas;
- Participação em soluções nacionais com o objetivo de aumentar a efetividade da recolha de dados com a qualidade e detalhe exigido para os efeitos do Regulamento da Taxonomia;

- Realização das análises internas e aplicação das metodologias que permitem, por um lado, efetivar a classificação de sustentável e, por outro, permitir à gestão do Banco o acompanhamento (mensal) do desempenho (sustentável) dos clientes e das garantias recebidas.

Para este efeito, as disposições do referido Regulamento, respetivos Atos Delegados e as subsequentes interpretações publicadas pela Comissão Europeia (e/ ou plataforma para as finanças sustentáveis) são tidas em conta, sendo considerados todos os objetivos ambientais atualmente regulamentados:

- Mitigação das alterações climáticas;
- Adaptação às alterações climáticas;
- Proteção sustentável dos recursos aquáticos e marinhos;
- Transição para a economia circular;
- Prevenção e controlo da poluição;
- Proteção e restauração de biodiversidade e ecossistemas.

Nas secções seguintes, o Grupo novobanco dá cumprimento às obrigações de divulgação de informação do Regulamento da Taxonomia, tendo por base os requisitos do Ato Delegado - que complementa o Artigo 8.º do Regulamento da Taxonomia - Ato Delegado 2021/2178, versão consolidada a 1 de Janeiro 2024.

A preparação da informação sobre Taxonomia baseia-se no perímetro prudencial do Grupo novobanco, estando de acordo com o reporte para fins de supervisão das instituições financeiras, tal como definido em Regulamento (UE) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e o regulamento de execução da Comissão (UE) 2021/451 (FINREP).

## Contribuição substancial para os objetivos ambientais da UE

O novobanco apoia uma variedade de atividades que contribuem substancialmente para os objetivos ambientais da UE, nomeadamente através do financiamento a Grandes Empresas (i.e., sujeitas às obrigações da Diretiva relativa à divulgação de informações não financeiras, NFRD - Non-Financial Reporting Directive), e que já apresentam, publicamente, a sua informação de alinhamento com a Taxonomia. Também, através do financiamento da aquisição, ou renovação, de habitações residenciais energeticamente eficientes e da aquisição de veículos automóveis com emissões de CO2 reduzidas – que cumpram os critérios aplicáveis em termos de contribuição para a mitigação das ou adaptação às alterações climáticas – estamos a contribuir para este alinhamento.

## Não causar danos significativo (DNSH)

As contrapartes com atividades sustentáveis não podem prejudicar significativamente nenhum dos seis objetivos (critério DNSH). A avaliação do cumprimento deste requisito é efetuada com base nos relatórios de taxonomia publicados pelas próprias empresas. Relativamente ao financiamento automóvel, a limitação de dados relativamente à reciclabilidade dos veículos e desempenho em termos de emissões atmosféricas e ruído gerado, não permite a concretização da análise de alinhamento para este segmento.

## Salvaguardas Mínimas Sociais

Como parte da avaliação da sustentabilidade ambiental das atividades económicas, exige-se que a atividade económica seja efetuada no respeito de garantias mínimas como parte do Artigo 18.º do Regulamento Taxonomia.

A finalidade das garantias mínimas, previstas no Regulamento, pretende que as atividades económicas que são definidas e consideradas sustentáveis têm a) de respeitar os direitos humanos - incluindo os direitos do trabalho; b) não ter práticas de corrupção ou praticar infrações ao abrigo da regulamentação fiscal.

O novobanco tem uma cláusula específica nos seus contratos de crédito a empresas onde estas se obrigam a conduzir os seus negócios e exercer a respetiva

atividade de acordo com critérios de uma sã e prudente gestão, cumprindo as leis, regulamentos e os padrões aplicáveis ao sector de atividade, incluindo os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho e pela Carta Internacional dos Direitos Humanos, sem recurso a trabalho forçado, infantil ou a qualquer tipo de tratamento ou ameaça de tratamento desumano.

Relativamente ao financiamento associado a habitações e veículos automóveis, e considerando as orientações para aferição do alinhamento destas atividades, o cumprimento das salvaguardas mínimas sociais está dependente de informação de terceiros, nomeadamente, dos produtores e/ou fornecedores dos produtos e/ou serviços contratados pela contraparte direta; neste sentido, e dada a ausência da informação necessária, não é possível confirmar o cumprimento destes critérios e, conseqüentemente, o alinhamento das atividades de acordo com o regulamento da Taxonomia.

## Descrição da conformidade com o Regulamento (UE) 2020/852 no quadro da estratégia empresarial da empresa financeira, dos processos de conceção dos produtos e do envolvimento com os clientes e as contrapartes

De acordo com o descrito nos capítulos anteriores, o Grupo novobanco tem vindo a implementar uma estratégia transversal de sustentabilidade, na qual se enquadra a implementação operacional da Taxonomia Europeia, com foco nos seguintes elementos:

- Adoção da Taxonomia, com base em estimativas, para assegurar uma monitorização regular da tendência de evolução do balanço e dos portefólios do Grupo novobanco – esta informação é acompanhada mensalmente nos fóruns de gestão do Banco;
- Definição de um conceito interno de 'investimento verde', o qual é operacionalizado através da validação das condições técnicas (da operação e/ou da atividade do cliente) com base nos critérios da Taxonomia Europeia, permitindo assim determinar elegibilidade do novo negócio para efeitos de cumprimento de valores mínimos de produção verde anual (os quais orientam já a atuação comercial);
- Consideração dos objetivos e critérios da Taxonomia Europeia no desenho de novos produtos e soluções de financiamento;

- Definição de requisitos operacionais para a implementação da Taxonomia nos processos de concessão de crédito e de investimento, incluindo: a) estabelecimento de princípios de segmentação de clientes e de operações, visando a melhor definição de informação a recolher; b) controlos a serem realizados sobre a informação prestada pelos clientes; e c) a adaptação do sistema informacional para a recolha e manutenção dos indicadores da Taxonomia;
- Desenvolvimento de metodologias para a adoção de processos de avaliação dos riscos climáticos & ambientais dos clientes e contrapartes do Banco, os quais dependem de informação recolhida junto dos clientes;
- Utilização dos requisitos da Taxonomia Europeia na caracterização das garantias (imobiliárias) recebidas nos financiamentos concedidos;
- Estabelecimento de práticas de acompanhamento e divulgação das alterações legais e regulatórias, com vista à adoção dos desenvolvimentos ainda esperados em matéria de Taxonomia Europeia.

## Limitações nos dados

Ao avaliar o alinhamento e a elegibilidade das atividades à Taxonomia é necessária informação pública ou fornecida diretamente pelas contrapartes. No entanto, face ao âmbito restrito de empresas obrigadas a divulgações não-financeiras, o volume de informação disponível é limitado e a informação existente respeita sobretudo a dados anteriores à data de referência deste reporte (2023). Os rácios de alinhamento de elegibilidade utilizados baseiam-se em informações que as contrapartes divulgam publicamente, disponibilizadas por um fornecedor de informação externo.

Paralelamente, a ausência de evidências robustas para verificar o alinhamento de empréstimos com fins específicos, especialmente quando se trata de validar os critérios de DNSH (não causar danos significativos) e de salvaguardas mínimas sociais, impossibilita a verificação integral do alinhamento dos financiamentos relevantes com a Taxonomia.

Ao nível da certificação energética dos colaterais imobiliários, ou seja - os Certificados de Desempenho Energético (EPC) - o Banco tem em curso várias iniciativas para a obtenção do EPC, designadamente em operações de crédito com maior antiguidade

(i.e., realizadas numa fase em que não se encontravam ainda implementados os mecanismos para a recolha e caracterização digital dos EPC).

## KPIs de Taxonomia

Rácio total de ativos verdes (GAR) = Atividades alinhadas com a taxonomia em proporção do total de ativos.

O numerador inclui ativos financeiros relacionados com empresas financeiras e não financeiras sujeitas às obrigações de divulgação não-financeiras (NFRD). O denominador refere-se às mesmas exposições cobertas pelo numerador, incluindo também outras classes de ativos exigidas pelo regulamento da Taxonomia (exposição a empresas não abrangidas pelo NFRD, dívidas soberanas, bancos centrais e carteira de negociação).

Nos quadros que se seguem são apresentados de acordo com os Atos Delegados Anexo VI e Anexo XII.

## O. Resumo dos KPI a divulgar pelas instituições de crédito ao abrigo do artigo 8.º do Regulamento Taxonomia

(milhões de euros)		<b>Total dos ativos sustentáveis do ponto de vista ambiental****</b>	ICD Volume de negócios	ICD CAPEX	% de cobertura (em relação ao total dos ativos)***
<b>ICD principal</b>	Rácio dos ativos ecológicos (RAE) dos stocks	155	0,39%	0,44%	0,35%
		<b>Total dos ativos sustentáveis do ponto de vista ambiental</b>	<b>ICD Volume de negócios</b>	<b>ICD CAPEX</b>	<b>% de cobertura (em relação ao total dos ativos)***</b>
ICD adicionais	RAE (fluxos)	15	0,10%	0,10%	0,10%
	Carteira de negociação*				
	Garantias financeiras	3	0,83%	5,50%	
	Ativos sob gestão				
	Receitas de taxas e comissões**				

Valores em milhões de euros

\* Relativamente às instituições de crédito que não cumprem as condições estabelecidas no artigo 94.o, n.o 1, do CRR ou as condições estabelecidas no artigo 325.o-A, n.o 1, do CRR

\*\* Receitas de taxas e comissões provenientes de serviços distintos da concessão de empréstimos e da gestão de ativos.

\*\*\* % de ativos abrangidos pelo KPI em relação ao total dos ativos do banco.

\*\*\*\* Total de ativos sustentáveis para o cálculo do KPI através da informação de CAPEX é de 177 Mn€.



## 1. Ativos para o cálculo do RAE (Rácio de Ativos Ecológicos) baseado no Volume de Negócios

	Total da quantia escriturada (bruta)	Mitigação das alterações climáticas (MAC)					Adaptação às alterações climáticas (AAC)				TOTAL (MAC + AAC)				
		Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)					Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)				Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)				
		Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)					Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)				Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)				
		Dos quais, utilização de recursos	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes			Dos quais, utilização de recursos	Dos quais, capacitantes			Dos quais, utilização de recursos	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes		
(milhões de euros)															
<b>RAE - ativos abrangidos tanto no numerador como no denominador</b>	21 161	150	150	0	5	1	0	0	0	0	150	150	0	5	1
Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital não elegíveis detidos para negociação para cálculo do RAE	21 161	150	150	0	5	1	0	0	0	0	150	150	0	5	1
<b>Empresas financeiras</b>	2 921	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituições de crédito	420	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos e adiantamentos	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	393	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos de capital	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Outras empresas financeiras</b>	2 501	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
das quais, empresas de investimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
das quais, sociedades gestoras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
das quais, empresas de seguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Empresas não financeiras</b>	1 748	150	150	0	5	1	0	0	0	0	150	150	0	5	1
Empresas não financeiras sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD	1 748	150	150	0	5	1	0	0	0	0	150	150	0	5	1
Empréstimos e adiantamentos	1 025	110	110	0	0	1	0	0	0	0	110	110	0	0	1
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	722	40	40	0	5	0	0	0	0	0	40	40	0	5	0
Instrumentos de capital	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Famílias</b>	11 669	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais, empréstimos caucionados por imóveis de habitação	9 939	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais, empréstimos para renovação de edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais, empréstimos automóveis	58	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Financiamento do setor público local</b>	4 722	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento à habitação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro financiamento ao setor público local	4 722	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Cauções obtidas por aquisição da posse: bens imóveis residenciais e comerciais</b>	101	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Ativos excluídos do numerador para efeitos do cálculo do RAE (abrangidos no denominador)</b>	17 479	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Empresas não financeiras</b>	14 033														
PMEs e empresas não financeiras (distintas de PME) não sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD	13 145														
Empréstimos e adiantamentos	12 212														
dos quais, empréstimos acaucionados por imóveis comerciais	2 630														
dos quais, empréstimos para renovação de edifícios	0														
Títulos de dívida	870														
Instrumentos de capital	63														
Contrapartes de países terceiros não sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD	888														
Empréstimos e adiantamentos	192														
Títulos de dívida	696														
Instrumentos de capital	0														
<b>Derivados</b>	600														
Empréstimos interbancários à vista	314														
<b>Ativos em numerário e equivalentes a numerário</b>	179														
<b>Outras categorias de ativos (p.ex.: goodwill, produtos de base etc.)</b>	2 353														
<b>Total dos ativos RAE</b>	38 640	150	150	0	5	1	0	0	0	0	150	150	0	5	1
<b>Ativos não abrangidos para efeitos de cálculo do RAE</b>	6 182														
<b>Administrações centrais e emitentes supranacionais</b>	372														
<b>Posições em risco sobre bancos centrais</b>	5 375														
<b>Carteira de negociação</b>	436														
<b>Total dos ativos</b>	44 822	150	150	0	5	1	0	0	0	0	150	150	0	5	1
<b>Posições em risco extrapatrimoniais - empresas sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD</b>															
Garantias financeiras	348	3	3	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0
<b>Ativos sob gestão</b>	3 770	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dos quais, títulos de dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dos quais, instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## 1. Ativos para o cálculo do RAE (Rácio de Ativos Ecológicos) baseado no CAPEX

	Total da quantia escriturada (bruta)	Mitigação das alterações climáticas (MAC)					Adaptação às alterações climáticas (AAC)				TOTAL (MAC + AAC)				
		Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)					Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)				Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)				
		Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)					Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)				Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)				
		Dos quais, utilização de recursos	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes			Dos quais, utilização de recursos	Dos quais, capacitantes			Dos quais, utilização de recursos	Dos quais, de transição/ adaptação	Dos quais, capacitantes		
(milhões de euros)															
<b>RAE - ativos abrangidos tanto no numerador como no denominador</b>	21 161	171	171	0	0	0	0	0	0	171	171	0	0	0	
Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital não elegíveis detidos para negociação para cálculo do RAE	21 161	171	171	0	0	0	0	0	0	171	171	0	0	0	
<b>Empresas financeiras</b>	2 921	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Instituições de crédito	420	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Empréstimos e adiantamentos	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	393	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Instrumentos de capital	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Outras empresas financeiras</b>	2 501	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
das quais, empresas de investimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
das quais, sociedades gestoras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
das quais, empresas de seguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Empresas não financeiras</b>	1 748	171	171	0	0	0	0	0	0	171	171	0	0	0	
Empresas não financeiras sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD	1 748	171	171	0	0	0	0	0	0	171	171	0	0	0	
Empréstimos e adiantamentos	1 025	166	166	0	0	0	0	0	0	166	166	0	0	0	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	722	5	5	0	0	0	0	0	0	5	5	0	0	0	
Instrumentos de capital	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Famílias</b>	11 669	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
dos quais, empréstimos caucionados por imóveis de habitação	9 939	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
dos quais, empréstimos para renovação de edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
dos quais, empréstimos automóveis	58	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Financiamento do setor público local</b>	4 722	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Financiamento à habitação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outro financiamento ao setor público local	4 722	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Cauções obtidas por aquisição da posse: bens imóveis residenciais e comerciais</b>	101	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Ativos excluídos do numerador para efeitos do cálculo do RAE (abrangidos no denominador)</b>	17 479	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Empresas não financeiras</b>	14 033														
PMEs e empresas não financeiras (distintas de PME) não sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD	13 145														
Empréstimos e adiantamentos	12 212														
dos quais, empréstimos acaucionados por imóveis comerciais	2 630														
dos quais, empréstimos para renovação de edifícios	0														
Títulos de dívida	870														
Instrumentos de capital	63														
Contrapartes de países terceiros não sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD	888														
Empréstimos e adiantamentos	192														
Títulos de dívida	696														
Instrumentos de capital	0														
<b>Derivados</b>	600														
Empréstimos interbancários à vista	314														
Ativos em numerário e equivalentes a numerário	179														
Outras categorias de ativos (p.ex.: goodwill, produtos de base etc.)	2 353														
<b>Total dos ativos RAE</b>	38 640	171	171	0	0	0	0	0	0	171	171	0	0	0	
<b>Ativos não abrangidos para efeitos de cálculo do ERA</b>	6 182														
Administrações centrais e emitentes supranacionais	372														
Posições em risco sobre bancos centrais	5 375														
Carteira de negociação	436														
<b>Total dos ativos</b>	44 822	171	171	0	0	0	0	0	0	171	171	0	0	0	
<b>Posições em risco extrapatrimoniais - empresas sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD</b>															
Garantias financeiras	348	19	19	0	0	0	0	0	0	19	19	0	0	0	
Ativos sob gestão	3 770	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Dos quais, títulos de dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Dos quais, instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

## 2. RAE por setor, baseado no Volume de Negócios

Discriminação por setor - nível de 4 dígitos da NACE (código e rótulo)	Mitigação das alterações climáticas (MAC)				Adaptação às alterações climáticas (AAC)				TOTAL (MAC + AAC)			
	Empresas não financeiras (sujeitas a NFRD)		PME e outras empresas não financeiras não sujeitas a NFRD		Empresas não financeiras (sujeitas a NFRD)		PME e outras empresas não financeiras não sujeitas a NFRD		Empresas não financeiras (sujeitas a NFRD)		PME e outras empresas não financeiras não sujeitas a NFRD	
	Quantia escriturada (bruta)		Quantia escriturada (bruta)		Quantia escriturada (bruta)		Quantia escriturada (bruta)		Quantia escriturada (bruta)		Quantia escriturada (bruta)	
	Milhões de EUR	Dos quais, sustentável do ponto de vista ambiental (MAC)	Milhões de EUR	Dos quais, sustentável do ponto de vista ambiental (MAC)	Milhões de EUR	Dos quais, sustentável do ponto de vista ambiental (AAC)	Milhões de EUR	Dos quais, sustentável do ponto de vista ambiental (AAC)	Milhões de EUR	Dos quais, sustentável do ponto de vista ambiental (MAC + AAC)	Milhões de EUR	Dos quais, sustentável do ponto de vista ambiental (MAC + AAC)
0729 - Extracção e preparação de outros minérios metálicos não ferrosos	15	4			15	0			15	4		
1629 - Fabricação de outras obras de madeira, de cestaria e espartaria; indústria da cortiça	7	0			7	0			7	0		
1711 - Fabricação de pasta	41	3			41	0			41	3		
1712 - Fabricação de papel e de cartão (excepto canelado)	8	0			8	0			8	0		
1721 - Fabricação de papel e de cartão canalados e de embalagens de papel e cartão	13	0			13	0			13	0		
1920 - Fabricação de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	104	0			104	0			104	0		
2211 - Fabricação de pneus e câmaras-de-ar; reconstrução de pneus	15	4			15	0			15	4		
2351 - Fabricação de cimento	68	3			68	0			68	3		
2711 - Fabricação de motores, geradores e transformadores eléctricos	2	0			2	0			2	0		
2892 - Fabricação de máquinas para as indústrias extractivas e para a construção	5	1			5	0			5	1		
2910 - Fabricação de veículos automóveis	20	0			20	0			20	0		
3020 - Fabricação de material circulante para caminhos-de-ferro	8	1			8	0			8	1		
3511 - Produção de electricidade	108	106			108	0			108	106		
3514 - Comércio de electricidade	1	1			1	0			1	1		
4110 - Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios)	120	0			120	0			120	0		
4120 - Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	0	0			0	0			0	0		
4222 - Actividades de Defesa	20	11			20	0			20	11		
4299 - Construção de outras obras de engenharia civil, n.e.	218	0			218	0			218	0		
4676 - Comércio por grosso de outros bens intermédios	4	0			4	0			4	0		
4711 - Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco	77	0			77	0			77	0		
5020 - Transportes marítimos de mercadorias	20	1			20	0			20	1		
5320 - Outras actividades postais e de courier	10	3			10	0			10	3		
5920 - Actividades de gravação de som e edição de música	27	0			27	0			27	0		
6499 - Outras actividades de serviços financeiros n.e., excepto seguros e fundos de pensões	1	0			1	0			1	0		
6820 - Arrendamento de bens imobiliários	45	4			45	0			45	4		
7010 - Actividades das sedes sociais	19	1			19	0			19	1		
7112 - Actividades de engenharia e técnicas afins	5	5			5	0			5	5		
9609 - Outras actividades de serviços pessoais, n.e	48	0			48	0			48	0		

## 2. RAE por setor, baseado no CAPEX

Discriminação por setor - nível de 4 dígitos da NACE (código e rótulo)	Mitigação das alterações climáticas (MAC)				Adaptação às alterações climáticas (AAC)				TOTAL (MAC + AAC)			
	Empresas não financeiras (sujeitas a NFRD)		PME e outras empresas não financeiras não sujeitas a NFRD		Empresas não financeiras (sujeitas a NFRD)		PME e outras empresas não financeiras não sujeitas a NFRD		Empresas não financeiras (sujeitas a NFRD)		PME e outras empresas não financeiras não sujeitas a NFRD	
	Quantia escriturada (bruta)		Quantia escriturada (bruta)		Quantia escriturada (bruta)		Quantia escriturada (bruta)		Quantia escriturada (bruta)		Quantia escriturada (bruta)	
	Milhões de EUR	Dos quais, sustentável do ponto de vista ambiental (MAC)	Milhões de EUR	Dos quais, sustentável do ponto de vista ambiental (MAC)	Milhões de EUR	Dos quais, sustentável do ponto de vista ambiental (AAC)	Milhões de EUR	Dos quais, sustentável do ponto de vista ambiental (AAC)	Milhões de EUR	Dos quais, sustentável do ponto de vista ambiental (MAC + AAC)	Milhões de EUR	Dos quais, sustentável do ponto de vista ambiental (MAC + AAC)
1629 - Fabricação de outras obras de madeira, de cestaria e espartaria; indústria da cortiça	7	1			7	0			7	1		
1711 - Fabricação de pasta	41	21			41	0			41	21		
1920 - Fabricação de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	74	25			74	0			74	25		
2351 - Fabricação de cimento	50	8			50	0			50	8		
3511 - Produção de electricidade	103	99			103	0			103	99		
3514 - Comércio de electricidade	1	1			1	0			1	1		
4110 - Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios)	120	0			120	0			120	0		
4120 - Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	0	0			0	0			0	0		
4222 - Actividades de Defesa	1	1			1	0			1	1		
4299 - Construção de outras obras de engenharia civil, n.e.	218	0			218	0			218	0		
4511 - Comércio de veículos automóveis ligeiros	4	0			4	0			4	0		
4649 - Outro comércio por grosso de bens de consumo	4	0			4	0			4	0		
4676 - Comércio por grosso de outros bens intermédios	4	0			4	0			4	0		
4711 - Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco	29	1			29	0			29	1		
6020 - Actividades de televisão	11	2			11	0			11	2		
6820 - Arrendamento de bens imobiliários	11	0			11	0			11	0		
7010 - Actividades das sedes sociais	19	2			19	0			19	2		
7022 - Outras actividades de consultoria para os negócios e a gestão	70	1			70	0			70	1		
7112 - Actividades de engenharia e técnicas afins	5	5			5	0			5	5		
8211 - Actividades combinadas de serviços administrativos	18	3			18	0			18	3		
8299 - Outras actividades de serviços de apoio prestados às empresas, n.e	17	1			17	0			17	1		

## 3. RAE ICD stock baseado no Volume de Negócios

	2023														Proporção do total dos ativos abrangidos
	Mitigação das alterações climáticas (MAC)					Adaptação às alterações climáticas (AAC)				TOTAL (MAC + AAC)					
	Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)					Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)				Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)					
	Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)					Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)				Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)					
		Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes			Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, capacitantes			Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes		
<b>RAE - ativos abrangidos tanto no numerador como no denominador</b>															
Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital não elegíveis detidos para negociação para cálculo do RAE	0,7%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	54,8%
<b>Empresas financeiras</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	7,6%
Instituições de crédito	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%
Outras empresas financeiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,5%
das quais, empresas de investimento	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
das quais, sociedades gestoras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
das quais, empresas de seguros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Empresas não financeiras</b>	8,6%	8,6%	0,0%	0,3%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,6%	8,6%	0,0%	0,3%	0,1%	4,5%
Empresas não financeiras sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD	8,6%	8,6%	0,0%	0,3%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,6%	8,6%	0,0%	0,3%	0,1%	4,5%
Empréstimos e adiantamentos	10,7%	10,7%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	10,7%	10,7%	0,0%	0,0%	0,1%	2,7%
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	5,5%	5,5%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,5%	5,5%	0,0%	0,7%	0,0%	1,9%
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Famílias</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	30,2%
dos quais, empréstimos caucionados por imóveis de habitação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,7%
dos quais, empréstimos para renovação de edifícios	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
dos quais, empréstimos automóveis	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
<b>Financiamento do setor público local</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	12,2%
Financiamento à habitação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outro financiamento ao setor público local	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	12,2%
<b>Cauções obtidas por aquisição da posse: bens imóveis residenciais e comerciais</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
<b>RAE total dos ativos</b>	0,4%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	54,8%

## 3. RAE ICD stock baseado no CAPEX

	2023														Proporção do total dos ativos abrangidos	
	Mitigação das alterações climáticas (MAC)					Adaptação às alterações climáticas (AAC)					TOTAL (MAC + AAC)					
	Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)					Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)					Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)					
	Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)					Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)					Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)					
	Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes		Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes		Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes		Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes	
<b>RAE - ativos abrangidos tanto no numerador como no denominador</b>																
Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital não elegíveis detidos para negociação para cálculo do RAE	0,8%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	54,8%	
<b>Empresas financeiras</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	7,6%	
Instituições de crédito	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%	
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
Outras empresas financeiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,5%	
das quais, empresas de investimento	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
das quais, sociedades gestoras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
das quais, empresas de seguros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
<b>Empresas não financeiras</b>	9,8%	9,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,8%	9,8%	0,0%	0,0%	0,0%	4,5%	
Empresas não financeiras sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD	9,8%	9,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,8%	9,8%	0,0%	0,0%	0,0%	4,5%	
Empréstimos e adiantamentos	16,2%	16,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	16,2%	16,2%	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,7%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	1,9%	
Instrumentos de capital	4,0%	4,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	4,0%	4,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
<b>Famílias</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	30,2%	
dos quais, empréstimos caucionados por imóveis de habitação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,7%	
dos quais, empréstimos para renovação de edifícios	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
dos quais, empréstimos automóveis	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	
<b>Financiamento do setor público local</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	12,2%	
Financiamento à habitação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Outro financiamento ao setor público local	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	12,2%	
<b>Cauções obtidas por aquisição da posse: bens imóveis residenciais e comerciais</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	
<b>RAE total dos ativos</b>	0,4%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	54,8%	

#### 4. RAE ICD dos fluxos baseado no Volume de Negócios

% (em comparação cmo fluxo do total dos ativos elegíveis)	2023														Proporção do total de novos ativos abrangidos	
	Mitigação das alterações climáticas (MAC)					Adaptação às alterações climáticas (AAC)					TOTAL (MAC + AAC)					
	Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)					Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)					Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)					
	Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)					Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)					Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)					
	Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes		Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes		Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes		Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes	
<b>RAE - ativos abrangidos tanto no numerador como no denominador</b>																
Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital não elegíveis detidos para negociação para cálculo do RAE	9,6%	9,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,6%	9,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	
<b>Empresas financeiras</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instituições de crédito	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
Outras empresas financeiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
das quais, empresas de investimento	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
das quais, sociedades gestoras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
das quais, empresas de seguros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
<b>Empresas não financeiras</b>	9,6%	9,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,6%	9,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	
Empresas não financeiras sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD	9,6%	9,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,6%	9,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	
Empréstimos e adiantamentos	9,5%	9,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,5%	9,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
<b>Famílias</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
dos quais, empréstimos caucionados por imóveis de habitação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
dos quais, empréstimos para renovação de edifícios	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
dos quais, empréstimos automóveis	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
<b>Financiamento do setor público local</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Financiamento à habitação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Outro financiamento ao setor público local	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Cauções obtidas por aquisição da posse: bens imóveis residenciais e comerciais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
<b>RAE total dos ativos</b>	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	

## 4. RAE ICD dos fluxos baseado no CAPEX

% (em comparação cmo fluxo do total dos ativos elegíveis)	2023														Proporção do total de novos ativos abrangidos	
	Mitigação das alterações climáticas (MAC)					Adaptação às alterações climáticas (AAC)				TOTAL (MAC + AAC)						
	Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)					Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)				Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)						
	Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)					Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)				Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)						
	Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes		Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes		Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes		Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes	
<b>RAE - ativos abrangidos tanto no numerador como no denominador</b>																
Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital não elegíveis detidos para negociação para cálculo do RAE	9,4%	9,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,4%	9,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	
<b>Empresas financeiras</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instituições de crédito	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
Outras empresas financeiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
das quais, empresas de investimento	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
das quais, sociedades gestoras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
das quais, empresas de seguros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Empréstimos e adiantamentos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
<b>Empresas não financeiras</b>	9,4%	9,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,4%	9,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	
Empresas não financeiras sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD	9,4%	9,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,4%	9,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	
Empréstimos e adiantamentos	9,4%	9,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,4%	9,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	
Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Instrumentos de capital	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	
<b>Famílias</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
dos quais, empréstimos caucionados por imóveis de habitação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
dos quais, empréstimos para renovação de edifícios	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
dos quais, empréstimos automóveis	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
<b>Financiamento do setor público local</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Financiamento à habitação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Outro financiamento ao setor público local	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
<b>Cauções obtidas por aquisição da posse: bens imóveis residenciais e comerciais</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
<b>RAE total dos ativos</b>	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	



## 5. ICD exposições extrapatrimoniais baseado no Volume de Negócios

% (em comparação com o total dos ativos extrapatrimoniais elegíveis)	2023													
	Mitigação das alterações climáticas (MAC)					Adaptação às alterações climáticas (AAC)				TOTAL (MAC + AAC)				
	Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)					Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)				Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)				
	Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)					Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)				Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)				
		Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes			Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, capacitantes			Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes	
Garantias financeiras (ICD FinGuar)	0,85%	0,82%	0,00%	0,00%	0,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,85%	0,82%	0,00%	0,00%	0,06%
Ativos sob gestão (ICD AuM)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

## 5. ICD exposições extrapatrimoniais no CAPEX

% (em comparação com o total dos ativos extrapatrimoniais elegíveis)	2023													
	Mitigação das alterações climáticas (MAC)					Adaptação às alterações climáticas (AAC)				TOTAL (MAC + AAC)				
	Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)					Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)				Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia)				
	Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)					Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)				Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia)				
		Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes			Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, capacitantes			Dos quais, utilização de receitas	Dos quais, de transição	Dos quais, capacitantes	
Garantias financeiras (ICD FinGuar)	5,50%	5,50%	0,00%	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,50%	5,50%	0,00%	0,01%	0,01%
Ativos sob gestão (ICD AuM)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

## Divulgação de acordo com o Anexo XII – Atividades relacionadas com energia nuclear e/ou gás fóssil

### 1. Atividades relacionadas com energia nuclear e gás fóssil.

ATIVIDADES RELACIONADAS COM ENERGIA NUCLEAR		
1	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	Não
2	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção e o funcionamento seguro de novas instalações nucleares destinadas a produzir eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio, bem como para a melhoria da sua segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	Não
3	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante o funcionamento seguro de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio a partir de energia nuclear, bem como a melhoria da sua segurança.	Sim*
ATIVIDADES RELACIONADAS COM O GÁS FÓSSIL		
4	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos.	Sim**
5	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade que utilizam combustíveis fósseis gasosos.	Sim**
6	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio a partir de combustíveis fósseis gasosos.	Não

\* Este "Sim" deve-se a exposição residual a empresas que têm associação à atividade de produção de energia nuclear, mas nenhuma reportou rácios de elegibilidade ou alinhamento com a taxonomia.

\*\* Os valores subjacentes a esta entrada referem-se apenas à única empresa que divulgou os rácios publicamente.

## 2. Atividades económicas alinhadas com a Taxonomia (denominador) baseado no Volume de Negócios.

Linha	Atividades económicas alinhadas pela taxonomia (denominador) baseado no Volume de Negócios (milhões €)	Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do ICD aplicável.	149,6	100,0%	149,6	100,0%	0,0	0,0%
8	<b>Total ativos ecológicos por Volume de Negócio.</b>	<b>149,6</b>	<b>0,4%</b>	<b>149,6</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>

## 2. Atividades económicas alinhadas com a Taxonomia (denominador) baseado no CAPEX.

Linha	Atividades económicas alinhadas pela taxonomia (denominador) baseado no CAPEX (milhões €)	Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do ICD aplicável.	170,9	100,0%	170,9	100,0%	0,0	0,0%
8	<b>Total ativos ecológicos por CAPEX.</b>	<b>170,9</b>	<b>0,4%</b>	<b>170,9</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>

## 3. Atividades económicas alinhadas com a Taxonomia (numerador) baseado no Volume de Negócios.

Linha	Atividades económicas alinhadas pela taxonomia (numerador) baseado no Volume de Negócios (milhões €)	Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do ICD aplicável.	149,6	100,0%	149,6	100,0%	0,0	100,0%
8	<b>Montante e proporção total das atividades económicas alinhadas pela taxonomia no numerador baseado no Volume de Negócio.</b>	<b>149,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>149,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>

## 3. Atividades económicas alinhadas com a Taxonomia (numerador) baseado no CAPEX

Linha	Atividades económicas alinhadas pela taxonomia (numerador) baseado no CAPEX (milhões €)	Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do ICD aplicável.	170,9	100,0%	170,9	100,0%	0,0	0,0%
8	<b>Montante e proporção total das atividades económicas alinhadas pela taxonomia no numerador baseado no CAPEX.</b>	<b>170,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>170,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>

## 4. Atividades económicas elegíveis, mas não alinhadas com a Taxonomia baseado no Volume de Negócios.

Linha	Atividades económicas elegíveis, mas não alinhadas com a Taxonomia baseado no Volume de Negócios (milhões €)	Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0%
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0%
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0%
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,2	0,1%	0,2	0,0	0,0	0,0%
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0%
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0%
7	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do ICD aplicável.	149,6	99,9%	149,6	99,9%	0,0	0,0%
8	<b>Montante e proporção total das atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia no denominador baseado no Volume de negócio.</b>	<b>149,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>149,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>

## 4. Atividades económicas elegíveis, mas não alinhadas com a Taxonomia baseado no CAPEX.

Linha	Atividades económicas elegíveis, mas não alinhadas com a Taxonomia baseado no CAPEX (milhões €)	Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0%
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0%
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0%
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0%
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0%
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0%
7	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do ICD aplicável.	170,9	100,0%	170,9	100%	0,0	0,0%
8	<b>Montante e proporção total das atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia no denominador baseado no CAPEX.</b>	<b>170,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>170,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>

## 5. Atividades económicas não elegíveis com a Taxonomia baseado no Volume de Negócios.

Linha	Atividades económicas com base no ICD Volume de Negócio (milhões €)	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 1 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%
2	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 2 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%
3	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 3 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%
4	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 4 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	1,2	0,0%
5	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 5 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%
6	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 6 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%
7	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do ICD aplicável.	38 483,7	100,0%
8	<b>Montante e proporção total de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia no denominador baseado no ICD aplicável (Volume de Negócio).</b>	<b>38 484,8</b>	<b>99,6%</b>

## 5. Atividades económicas não elegíveis com a Taxonomia baseado no CAPEX.

Linha	Atividades económicas com base no ICD CAPEX (milhões €)	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 1 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%
2	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 2 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%
3	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 3 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%
4	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 4 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	1,3	0,0%
5	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 5 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%
6	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 6 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável.	0,0	0,0%
7	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do ICD aplicável.	38 467,5	100,0%
8	<b>Montante e proporção total de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia no denominador baseado no ICD aplicável (CAPEX).</b>	<b>38 468,8</b>	<b>99,6%</b>

## Divulgações voluntárias no âmbito do Regulamento (UE) 2020/852

Conforme descrito nas secções anteriores, o novobanco utilizou apenas informação real, publicada pelas suas contrapartes, para os efeitos do apuramento do nível de alinhamento dos seus financiamentos e investimentos com os critérios da Taxonomia.

Não obstante, considera-se que a exposição ao portefólio de crédito habitação pode, em base voluntária, ter uma representação do seu potencial alinhamento com a Taxonomia Europeia utilizando a melhor informação disponível (e real) relativa aos colaterais imobiliários do novobanco (e para os quais o Banco recolhe, regista e mantém a sua informação).

Nestes termos, e para uma melhor transparência na prestação de informação ao mercado, o novobanco apurou o seguinte alinhamento, potencial, do seu portefólio de crédito habitação:

Milhões de Euros	31 de dezembro de 2023
Exposições de retalho	11,669 milhões €
Das quais, crédito habitação	9,939 milhões €
Exposição elegível	3,625 milhões € (36.5%)
Exposição alinhada	45 milhões € (0.4%)
Exposição não elegível	6,314 milhões € (63.5%)

Os valores de alinhamento, potenciais, acima apresentados permitem aumentar o GAR% consolidado do novobanco (apresentado nas secções anteriores) em 0.12% (i.e., correspondente a um GAR% potencial de 0.52% no caso da visão Turnover, e GAR% potencial de 0.56% no caso de CAPEX).

Para o apuramento da estimativa acima, a seguinte metodologia foi utilizada:

- Verificação da contribuição substancial: a contribuição substancial para o objetivo de mitigação das alterações climáticas foi aferido com base no ano de construção do imóvel e o seu nível de EPC (de acordo com os critérios técnicos da atividade 7.7). Para edifícios construídos antes de 31 de Dezembro de 2020, foram considerados apenas os que apresentam um EPC superior a A (inclusive); para edifícios construídos após esta data, não foi possível garantir o seu alinhamento, dada as necessidades de informação inerentes ao cumprimento dos critérios técnicos da atividade 7.1.

- Verificação dos critérios de DNSH: o cumprimento dos critérios de DNSH relativos à adaptação às alterações climáticas foi avaliado com base numa avaliação da exposição dos colaterais imóveis a riscos climáticos físicos, selecionados de entre os contemplados na matriz de riscos da Secção 2 do Apêndice A do regulamento da Taxonomia. Esta análise contemplou apenas a exposição dos colaterais a riscos físicos agudos (especificamente, incêndios, cheias e deslizamentos de terra), se relevantes no território respetivo; os riscos crónicos não foram considerados na medida em que o seu impacto na integridade dos colaterais imóveis não é direta nem imediata, não sendo possível concluir sobre a materialidade destes riscos para este tipo de infraestruturas. A estimativa de alinhamento foi informada pelo nível de risco de cada colateral i.e., imóveis com uma exposição avaliada em alta ou severa a pelo menos um dos riscos considerados, foram excluídos (classificados como não alinhados).

## 6.2.5 Avaliação da Materialidade Climática

Em 2015, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB- Financial Stability Board) criou o Grupo de Trabalho para as Divulgações Financeiras Relacionadas com o Clima (TCFD) para responder às preocupações em torno da insuficiente divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima. Em junho de 2017, o TCFD divulgou as suas recomendações finais que visam apoiar as empresas e organizações a divulgarem os riscos e oportunidades relacionados com o clima de forma eficaz e clara, promovendo a transparência para os investidores e para o público.

Estamos conscientes da importância da utilização desta abordagem e acreditamos que aplicando estas recomendações de reporte, a informação climática se tornará mais comparável e clara e contribuirá para promover estratégias de negócio mais sustentáveis. Acresce, em benefício, o facto de abordarmos as questões relacionadas com o clima não só como riscos, mas também como oportunidades e considerando estas duas vertentes na nossa estratégia de negócio e este ano integramos esta abordagem no relatório e não em documento independente.

No quadro abaixo divulgamos brevemente a nossa abordagem sobre as quatro áreas temáticas do TCFD: governação, estratégia, gestão de riscos e métricas e metas.

ÁREA TEMÁTICA	ABORDAGEM DO NOVOBANCO (sumário)	REFERÊNCIA NO RELATÓRIO
<b>GOVERNAÇÃO</b> A governação do novobanco em torno dos riscos e oportunidades relacionados com o clima.	<p>As questões relacionadas com o clima são geridas de acordo com o modelo de Governação da Sustentabilidade, liderado diretamente pelo Conselho de Administração Executivo e supervisionado pelo Conselho Geral e de Supervisão. Realizamos mensalmente o <i>Steering</i> de Sustentabilidade, com a participação de membros do Conselho de Administração Executivo e de equipas multidisciplinares, responsável pela coordenação da abordagem ESG no novobanco.</p> <p>a. Descrever a supervisão da Administração sobre os riscos e oportunidades relacionados com o clima.</p> <p>b. Descrever o papel da gestão na avaliação e gestão dos riscos e oportunidades relacionados com o clima.</p>	<p>Capítulo 6.1</p> <p>Capítulos 6.1; 6.2.3; 6.2.5</p>
<b>ESTRATÉGIA</b> Analisar os impactos reais e potenciais dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, no negócio, na estratégia e no planeamento financeiro do novobanco.	<p>O novobanco desenvolve as suas atividades com o firme objetivo de contribuir positivamente para todo o ecossistema em que opera. Com base na Política de Sustentabilidade, é assumida uma posição clara de desenvolvimento de um negócio sustentável que pretende contribuir para a transição para uma economia de baixo carbono. Neste sentido, foi subscrita a iniciativa "<i>Business Ambition for 1.5°C</i>" que tem como objetivo definir metas científicas para reduzir as emissões de GEE do novobanco. Foi também assinada a "Carta de Compromisso para as Finanças Sustentáveis em Portugal", que visa contribuir para a promoção de práticas de investimento sustentável no país.</p> <p>Está em processo de avaliação pela Plataforma SBTi a submissão aos compromissos de redução da pegada carbónica da carteira pelos Science Based Targets. O modelo de Governação da Sustentabilidade permite ao Banco integrar os riscos climáticos, físicos e de transição, nos nossos modelos de gestão de risco, bem como aproveitar as oportunidades associadas às alterações climáticas.</p> <p>a. Descrever os riscos e oportunidades relacionados com o clima identificados pela Organização para o curto, médio e longo prazo.</p> <p>b. Descrever o impacto dos riscos e oportunidades relacionados com o clima no negócio, estratégia e planeamento Financeiro da Organização.</p> <p>c. Descrever a resiliência da estratégia da Organização, tendo em consideração os diferentes cenários relacionados com o clima, incluindo o cenário 2°C ou inferior.</p>	<p>Capítulo 6.2.5.1</p> <p>Capítulo 6.2.5.1</p> <p>Capítulo 6.2.5.1.2</p>
<b>GESTÃO DE RISCOS</b> Os processos utilizados pelo novobanco para identificar, avaliar e gerir os riscos relacionados com o clima.	<p>O Banco está a incorporar progressivamente os riscos ambientais e climáticos no modelo de negócio, para cumprir eficazmente os requisitos regulamentares e de supervisão e reduzir o impacto negativo que decorre da sua atividade. O quadro de Gestão de Riscos é centralizado na Função de Gestão de Riscos e é composto pelo Departamento de Risco Global e pelo Departamento de Rating.</p> <p>a. Descrever o processo da Organização para identificação e avaliação dos riscos relacionados com o clima.</p> <p>b. Descrever o processo da Organização para gerir os riscos relacionados com o clima.</p> <p>c. Descrever como os processos de identificação, avaliação e gestão dos riscos da Organização, relacionados com o clima, são integrados na gestão de risco global.</p>	<p>Capítulo 6.2.5.2.3</p> <p>Capítulo 6.2.5.2.4</p> <p>Capítulo 6.2.5.2.4</p>
<b>MÉTRICAS E METAS</b> As métricas e metas utilizadas para avaliar e gerir riscos e oportunidades relevantes relacionados com o clima.	<p>Estão definidas e comunicadas um conjunto de métricas e metas relacionadas com o clima, um conjunto de compromissos que incorporam a estratégia ESG do novobanco. O Banco comprometeu-se com a <i>Science Based Target Initiative</i> (SBTi) com o objetivo de reduzir as emissões próprias de GEE, bem como as emissões financiadas e contribuir para uma economia de baixo carbono a longo prazo.</p> <p>As métricas e os progressos são comunicados numa base semestral.</p> <p>a. Divulgar as métricas utilizadas pela organização para avaliar os riscos e oportunidades relacionados com o clima, em linha com a estratégia e processo de gestão do risco.</p> <p>b. Divulgar as emissões de GEE (âmbitos 1,2,3) e os riscos associados.</p> <p>c. Descrever os objetivos utilizados pela Organização, para gerir os riscos e oportunidades relacionados com o clima e avaliar a sua performance face aos objetivos.</p>	<p>Capítulo 2.4; 2.5.; 2.6</p> <p>Capítulos 4.1; 6.2.5.2.3</p> <p>Capítulos 2.4; 2.6; 2.7; 6.2.5.2.4</p>



### 6.2.5.1 Riscos Relacionados com o clima

As alterações climáticas são uma das maiores ameaças atualmente enfrentadas pela sociedade, as quais podem ter impactos significativos nos modelos de negócio e na economia com um todo. Vulgarmente, é adotada a perspetiva da dupla materialidade na consideração dos impactos do clima nas atividades das instituições financeiras:

a) por um lado, há impactos que decorrem numa lógica financeira e indireta – ou seja, a materialização dos riscos relacionados com o clima no desempenho dos nossos clientes e contrapartes; e

b) por outro lado, há impactos ambientais e sociais que decorrem, diretamente, das atividades do Banco. A abordagem do novobanco à materialidade ambiental e social tem uma estratégia dedicada que é apresentada no capítulo 2 deste relatório.

#### Riscos climáticos na materialidade financeira

Os riscos inerentes às alterações climáticas incluem, principalmente, os riscos físicos – como os eventos climáticos externos (tempestades, secas, inundações) – e riscos de transição, relativos ao esforço de adaptação das atividades económicas para modelos com menor pegada carbónica e mais circulares.

Genericamente, estes riscos afetam as instituições financeiras fundamentalmente pelo impacto na atividade dos seus clientes e contrapartes: os riscos físicos podem causar danos em ativos produtivos das empresas, interrupções nas operações ou mesmo na perda de receita associada a interrupções nas cadeias de fornecimento. Os riscos de transição podem afetar o valor de ativos financeiros de forma direta (ex. ativos relacionados com energia de origem fóssil) ou de forma indireta, pelo esforço (e custo) de adaptação exigido às empresas.

Ao mesmo tempo as oportunidades relacionadas com as alterações climáticas podem ser relevantes – por exemplo, o apoio à transição das empresas ou à criação de infraestruturas mais resilientes aos riscos físicos, pode permitir a disponibilização de novos produtos e serviços ou até o aumento do volume de negócio. Apesar de sabermos que estamos apenas no início desta jornada, pretendemos apoiar os nossos clientes a gerir os seus próprios riscos e oportunidades relacionadas com o clima fornecendo soluções financeiras sustentáveis e a orientação necessária neste caminho de transição para uma economia e baixo carbono e mais circular.

O novobanco procura compreender e gerir os riscos e oportunidades relacionados com o clima através da identificação destes mesmos riscos e avaliação do seu impacto na carteira de crédito e de investimentos.

Numa perspetiva de discussão estratégica é adotada uma visão sistemática (conforme ao lado apresentada e descrita na próxima secção) sobre os riscos climáticos, a qual permite discutir o seu impacto na estratégia de negócio e planear a melhor resposta aos mesmos. Sem prejuízo, adotamos uma abordagem mais granular no que respeita à gestão e controlo destes riscos, utilizando definições mais detalhadas (v.g., taxonomia interna) permitindo a plena avaliação dos fatores de risco climático nas demais categorias financeiras e não-financeiras de risco.

TIPOLOGIAS DE RISCO FÍSICO	HORIZONTE
<b>Riscos agudos</b> Causados por eventos casuísticos, como as secas, as inundações e as tempestades.	C M L
<b>Riscos crónicos</b> Causados por mudanças nos padrões climáticos resultantes de mudanças progressivas, como aumento da temperatura ou do nível do mar, pressão sobre os recursos hídricos, perda de biodiversidade, alterações no uso da terra.	C M L
TIPOLOGIAS DE RISCO DE TRANSIÇÃO	HORIZONTE
<b>Política pública, legislação e regulamentação</b> A regulamentação impacta cada vez mais na responsabilidade do banco em incluir critérios de sustentabilidade nos produtos e serviços.	C M L
<b>Tecnológicos</b> Necessidade de incorporar novas tecnologias nos processos de produção, que podem afetar a competitividade e os custos de produção.	C M L
<b>Mercado</b> Mudanças na oferta e procura de produtos e serviços, à medida que os efeitos das alterações climáticas são cada vez mais valorizados.	C M L
<b>Reputacional</b> Perceção pelos clientes, partes interessadas e sociedade em geral da abordagem do Banco ao ESG e integração desses valores no negócio.	C M L

**C** Curto prazo   **M** Médio prazo   **L** Longo prazo

## Análise estratégica aos principais riscos climáticos

De seguida descrevemos a forma em como analisámos os principais riscos climáticos em termos do seu potencial impacto na estratégia, negócio e atividade do Banco e quais as medidas mais significativas que adotámos (ou estamos em processo de adoção), de modo a evitar ou mitigar os riscos e desafios identificados.

RISCOS	POTENCIAL IMPACTO NA ESTRATÉGIA E NEGÓCIO DO BANCO	AS NOSSAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Riscos físicos <b>Tipologia aguda</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eventuais custos decorrentes de danos nos ativos físicos do Banco incluindo interrupção de atividade.</li> <li>Eventual absentismo adicional dos colaboradores do Banco.</li> <li>Disrupção de atividade dos clientes e contrapartes por danos em ativos produtivos ou limitações na cadeia de valor.</li> <li>Potencial desvalorização dos colaterais reais das operações de crédito do Banco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Planeamento da continuidade de negócio, assegurando uma adequada avaliação dos riscos físicos nos principais ativos e atividades do Banco e determinando as necessárias medidas de contingência.</li> <li>Com base no reforço das metodologias de avaliação e quantificação de risco físico: a) adoção de política de aceitação de colaterais incluindo requisitos adicionais/ diferenciados para a formalização das apólices de seguro dos colaterais recebidos; e b) estipulação de covenants e condições de aceitação de financiamento que permitam incluir aspetos relativos à continuidade de negócio das empresas financiadas.</li> </ul>
Riscos físicos <b>Tipologia crónica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diminuição de produtividade e/ ou aumento de custos operacionais e produtivos em setores expostos, impactando o desempenho financeiro dos clientes e contrapartes ou projetos financiados pelo Banco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento de metodologias de avaliação de risco, incluindo o reforço do contacto/envolvimento com os clientes (e recolha de informação relativa à sua atividade e projetos).</li> <li>Integração da avaliação dos riscos climáticos nos processos de decisão de crédito e de preço.</li> </ul>
Riscos de transição <b>Políticas e quadro legal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Limitações ao desenvolvimento das estratégias comerciais, aumento dos custos de conformidade do Banco (ou de ineficiência dos processos) em resultado de uma inadequada implementação dos requisitos legais e regulamentares, em especial os de natureza prudencial.</li> <li>Aumento dos custos operacionais dos setores e empresas expostos.</li> <li>Incapacidade de investimento (por via de restrições de acesso a financiamento) com impacto na atividade comercial das empresas/ contrapartes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alterações realizadas ao modelo de governação e organizacional de modo a garantir um acompanhamento dedicado das questões relacionados com o ESG.</li> <li>Reforço da interação com empresas e contrapartes, permitindo melhor conhecer os seus desafios de transição e adaptação de atividade.</li> <li>Desenvolvimento de produtos e serviços, com condições e lógicas de estruturação alinhadas com as necessidades de transição dos nossos clientes.</li> </ul>

RISCOS	POTENCIAL IMPACTO NA ESTRATÉGIA E NEGÓCIO DO BANCO	AS NOSSAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Riscos de transição <b>Tecnologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inadaptação das empresas e contrapartes do Banco, por ausência de capacidade de investimento ou de acesso a financiamento.</li> <li>Indisponibilidade das melhores tecnologias (e a custo adequado) necessárias ao cumprimento dos novos padrões de atividade empresarial.</li> <li>Custos de transformação e de reconversão da atividade, com impacto no desempenho financeiro de clientes e contrapartes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforço da interação com empresas e contrapartes, permitindo melhor conhecer os seus desafios de transição e adaptação de atividade.</li> <li>Desenvolvimento de produtos e serviços, com condições e lógicas de estruturação alinhadas com as necessidades de transição dos nossos clientes.</li> <li>Estabelecimento de parcerias que permitam acompanhar os desenvolvimentos de mercado e respetiva oferta de soluções/ tecnologia.</li> </ul>
Riscos de transição <b>Mercado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mudanças na oferta e procura de produtos e serviços bancários orientados para o ESG, com impacto na competitividade comercial do Banco.</li> <li>Aumento geral dos preços de mercado, ao nível de tecnologias e de fatores de produção com impacto na competitividade e desempenho financeiro das empresas.</li> <li>Limitações ao crescimento das empresas e setores com maior desalinhamento face aos padrões de eficiência e de descarbonização da economia (ex. redução da procura de bens e serviços).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção de iniciativas de consciencialização dos clientes e contrapartes do Banco, promovendo a antecipação dos desafios de transição.</li> <li>Desenvolvimento de metodologias de avaliação de risco, incluindo o reforço do contacto/ envolvimento com os clientes (e recolha de informação relativa à sua atividade e projetos).</li> <li>Reforço da interação com empresas e contrapartes, permitindo melhor conhecer os seus desafios de transição e adaptação de atividade.</li> <li>Desenvolvimento de produtos e serviços, com condições e lógicas de estruturação alinhadas com as necessidades de transição dos nossos clientes.</li> </ul>
Riscos de transição <b>Reputacional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Risco de não atender às expectativas dos stakeholders em relação à atuação do Banco nas questões mais prementes das alterações climáticas.</li> <li>Limitações ao nível da imagem de marca percebida por investidores e stakeholders.</li> <li>Envolvimento do Banco em situações de incumprimento dos novos requisitos ESG com impacto na sua imagem e reputação.</li> <li>Associação elo Banco a clientes, contrapartes, fornecedores e outras terceiras partes com perfil ESG sensível.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento, implementação e monitorização contínua de um plano estratégico ESG que promove a preparação do Banco para melhor responder aos desafios dos riscos climáticos.</li> <li>Adoção de políticas e critérios conservadores que assegurem o maior nível de rigor e conformidade das decisões e dos resultados do Banco.</li> <li>Rigor na comunicação com o mercado.</li> <li>Implementação de controlos de seleção e acompanhamento de fornecedores.</li> <li>Realização de exercício de identificação e avaliação de riscos reputacionais.</li> </ul>

### 6.2.5.2 Identificação e avaliação dos riscos

Os riscos ESG dizem respeito aos potenciais impactos negativos decorrentes dos efeitos, atuais ou futuros, dos fatores de risco ESG os quais podem estar presentes nos clientes, contrapartes ou nos ativos e passivos do Banco. Os seus impactos são, usualmente, transmitidos por via das categorias de risco ‘tradicionais’ financeiras e não financeiras.







A integração na taxonomia dos riscos determina que esta categoria de risco, de forma consistente com os demais riscos, seja sujeita a processos de identificação e avaliação da sua materialidade. Nas situações em que se conclua a sua materialidade, os usuais (e formais) processos de gestão e de monitorização são aplicáveis. A taxonomia interna compreende as seguintes componentes de acordo com as quais os fatores de risco ESG são descritos:

- **Riscos climáticos e ambientais:** é a principal componente deste risco e está relacionada com a qualidade e funcionamento do ambiente e sistemas naturais, incluindo fatores relativos a alterações climáticas, biodiversidade, poluição e gestão de resíduos.

- **Riscos sociais:** relativa a direitos sociais, bem-estar e interesse geral da sociedade e das comunidades, incluindo fatores como igualdade, saúde, inclusão, relações de trabalho, higiene e segurança de trabalho, capital humano e o desenvolvimento das comunidades.
- **Riscos de governação:** relativa aos aspetos de governo interno, incluindo os órgãos de administração e fiscalização, organização interna, políticas remuneratórias, controlo interno, práticas fiscais, conduta ou transparência

Cada uma destas componentes é individualmente reconhecida e avaliada quanto aos seus impactos nas demais categorias de risco, sendo principalmente valorizados os fatores com a) origem externa; e b) aqueles relacionados com a componente climática e ambiental.

Os impactos internos dos fatores de risco são, em grande medida, reconhecidos e controlados pelo quadro de gestão de riscos já estabelecido para as demais categorias de risco: considere-se o exemplo dos fatores relativos aos riscos de governação do Banco – geridos pelo modelo de governo e de controlo interno do novobanco e pela gestão de conformidade – ou os impactos dos fatores de risco físico na atividade e instalações do Banco – geridos através do quadro de gestão da continuidade de negócio.

A NOSSA TAXONOMIA DOS RISCOS ESG		
Fatores de risco de transição		Tratam-se dos fatores associados aos desafios, e respetivos impactos, decorrentes da transição para uma economia com <b>baixos níveis de emissões de GEE</b> , incluindo o esforço associado à <b>alteração do mix energético (i.e., mudança para fontes renováveis)</b> e a <b>adoção de modelos de atividade mais circulares</b> .
Fatores de risco físico		Fatores que decorrem da <b>manifestação física das alterações climáticas e da degradação do ambiente</b> , analisados em duas categorias: a) <b>agudos</b> – que ocorrem a partir de eventos climáticos e meteorológicos com impacto negativo pontual; ou b) <b>crónicos</b> – que são determinados por alterações graduais nas condições climáticas e meteorológicas, provocando uma degradação progressiva dos ecossistemas.
Fatores de biodiversidade		Fatores relacionados com a <b>qualidade e o normal funcionamento dos sistemas naturais</b> incluindo os fatores climáticos, de perda da biodiversidade ( <b>lógica de impacto</b> ) ou de consumo de recursos, físicos e energéticos ( <b>lógica de dependência</b> ).
Fatores de risco social		Fatores que estão relacionados com as <b>componentes base de bem-estar, de segurança e de evolução</b> da sociedade e da economia.
Fatores de governação		Fatores que se relacionam com a <b>boa governação das instituições e das empresas</b> , que deverá ser garante de bons princípios de gestão e de controlo, incluindo o reconhecimento dos desafios do ESG.
Fatores de greenwashing		Tratam-se de fatores transversais aos demais fatores de risco, e estão relacionados com o eventual <b>desalinhamento entre os objetivos e propósito anunciados por determinada contraparte, emitente ou instrumento e o seu efetivo cumprimento</b> , no que diz respeito às questões do ESG.

● Riscos climáticos e ambientais    
 ● Outros riscos ambientais    
 ● Outros riscos ESG

### 6.2.5.2.1 Cenários Climáticos

O novobanco reconhece que as características dos riscos climáticos e ambientais aconselham a que a sua avaliação, gestão e acompanhamento tenham em consideração os possíveis cenários de evolução dos seus fatores e respetivo prazo de materialização.

A dinâmica de impacto dos fatores de transição e de risco físico está dependente do sucesso da implementação das políticas e propostas legislativas atualmente em execução (ou ainda discussão): por exemplo, o seu sucesso pode significar maior risco de transição (na lógica de esforço de adaptação ou reconversão da atividade económica) e menor risco físico (pela capacidade de controlar o aumento da temperatura global).

Os cenários são o ponto de referência das abordagens de risco, na medida em que estabelecem um entendimento sobre a forma em como as alterações climáticas vão evoluir e que tipo de impactos se encontram associados: ou seja, de acordo com o cenário, diferentes pressupostos são assumidos para as estratégias, metodologias e procedimentos de gestão dos riscos climáticos.

Assim, mediante proposta das funções de sustentabilidade e de gestão de riscos do novobanco são, anualmente, adotados cenários (e respetivos calendários) relativos à evolução dos riscos climáticos, considerando:

- O desenho do cenário (v.g., as principais variáveis e respetiva narrativa que o suportam); e
- A probabilidade de ocorrência de cada um.

Em 2023, e reconhecendo que ainda estamos na fase inicial de entendimento, avaliação e gestão dos riscos climáticos, foram adotados os cenários estipulados pelo NGFS, tendo sido valorizados de forma igual (i.e., assumida a mesma probabilidade de ocorrência), de acordo com a matriz apresentada abaixo na figura. Cada um dos cenários representados vê a sua narrativa desenvolvida através de cenários complementares, dos quais o novobanco considerou:

- Transição ordenada - cenário net-zero 2050: o aquecimento global é limitado em até 1.5º C através de políticas climáticas exigentes, permitindo atingir um estado net-zero em 2050.
- Transição desordenada - cenário desordenado: admite a aceleração dos esforços de transição a partir de 2030, mantendo-se as NDC até lá. O nível de aquecimento global fica em 2.º C.

- Mundo mais quente – políticas atuais: é o cenário de simulação dos maiores impactos dos riscos físicos, assumindo que apenas as políticas atualmente conhecidas são executadas.

Com base nos cenários escolhidos, o novobanco avalia diferentes horizontes temporais para a materialização dos riscos, numa perspetiva forward-looking: através da utilização das projeções das variáveis e métricas de risco previstas nos cenários são avaliadas as diferentes dinâmicas dos riscos ao longo do tempo. Sem prejuízo, o ano de 2030 foi selecionado como o ano de referência para a avaliação da materialidade dos riscos.

O ano de 2030 foi selecionado para a avaliação de materialidade pelos seguintes motivos:

- Trata-se de um marco das políticas públicas a nível europeu;
- Trata-se de um horizonte temporal suficientemente longo para avaliar a materialização dos riscos mas, ainda suficientemente próximo para que se determinem medidas de gestão que possam ser previsíveis e, nessa medida, normalmente incluídas nos processos de planeamento e de gestão do Banco; e
- O ano de 2030 será o prazo temporal considerado para o estabelecimento de planos e métricas de alinhamento/ transição do balanço do Banco.

### Utilização dos cenários climáticos por tipo de risco

A avaliação dos riscos ESG (e, em particular, dos climáticos e ambientais) segue, sempre que possível, uma abordagem forward looking, a qual reconhece a dinâmica da evolução dos fatores de risco e, em resultado, as diferentes avaliações de risco que delas resultam.

O novobanco considera na identificação e avaliação da materialidade dos riscos cenários climáticos para as componentes de a) risco de transição; b) risco físico e c) risco social.

**A avaliação do Risco de Transição** é apoiada por uma abordagem sectorial, que tem em conta o impacto esperado do preço do carbono, das flutuações dos preços da energia e do investimento tecnológico – impulsionado pelos esforços de transição energética – na margem de lucro das empresas de cada sector. A pontuação de transição abrange um total de 79 setores da agricultura, indústrias extrativas e manufatureiras e serviços, e leva em conta o impacto esperado dos próximos custos de carbono, energia e

investimento na margem de lucro de uma empresa – o choque climático – considerando os seguintes fatores de risco- componentes:

- **Intensidade de GEE da carteira – choque de carbono:** A componente de choque de carbono representa os custos do preço do carbono com base na intensidade de emissões de GEE de Âmbito 1 das atividades abrangidas pelo ETS, nomeadamente, produção de eletricidade e calor, setores industriais com utilização intensiva de energia, incluindo refinarias de petróleo, siderurgia e produção de ferro, alumínio, metais, cimento, cal, vidro, cerâmica, celulose, papel, papelão, ácidos e produtos químicos orgânicos a granel e setor de aviação; reflete o risco da intensidade de GEE da carteira.
- **Intensidade energética da carteira – choque energético:** A componente choque energético representa os custos dos preços da energia com base na intensidade do consumo energético (por tipo de energia: eletricidade, carvão, gás natural, petróleo bruto e derivados de petróleo); reflete o risco da intensidade energética da carteira.
- **Investimento verde na carteira – choque de investimento:** A componente de choque de investimento representa os custos do investimento verde com base (CAPEX) na distância global aos requisitos da Taxonomia; reflete o risco de desalinhamento da carteira com a Taxonomia.

O modelo de Risco Físico tem como base na integração de 4 componentes:

- A componente Risco, Exposição, Vulnerabilidade e Cenários futuros. A componente Risco representa a intensidade e/ou frequência de cada perigo climático num local específico e foi calculada para sete tipos diferentes: Cheias (fluviais, urbanas e costeiras), Calor Extremo, Deslizamentos de Terra, Terremoto, Tsunami, Escassez de Água e Incêndios Florestais.
- A componente Exposição representa a localização da sede do cliente, especificamente, o seu município;
- A componente Vulnerabilidade representa a suscetibilidade inerente a uma localização específica e ao uso setorial do solo (agrofloresta, indústria, áreas urbanas e turismo) às consequências da ocorrência de um perigo climático;
- A componente Cenários Futuros representa como é que a Exposição pode mudar de acordo com três cenários climáticos diferentes para 2050 (NetZero 2050, Transição Atrasada e Políticas Atuais).

A metodologia para o risco social coloca uma forte ênfase nas questões relacionadas com o trabalho e está dividida em seis temas principais, nomeadamente:

- **Liberdade de associação** – o direito dos indivíduos de aderirem ou formarem grupos, incluindo sindicatos e organizações, sem interferência ou coerção. Permite que as pessoas busquem coletivamente interesses comuns e protejam seus direitos.

MATRIZ DE CENARIZAÇÃO POR COMPONENTE DE RISCO – PRAZOS CONSIDERADOS E PRINCIPAIS VARIÁVEIS VALORIZADAS									
	Transição	2025	2030	2035	2040	2045	2050	Pontual (hist.)	Evolução das emissões de GEE, preços de carbono, estimativas de CAPEX verde.
	Físico	2025	2030	2035	2040	2045	2050	Pontual (hist.)	Evolução de cada fator de risco no tempo e no espaço (ex. cheias, fogos florestais, seca e calor extremo).
	Biodiversidade	2025	2030	2035	2040	2045	2050	Pontual (hist.)	Sem cenarização – utilização de avaliação pontual, tendo por base as características da exposição na data de referência.
	Social	2025	2030	2035	2040	2045	2050	Pontual (hist.)	Sem cenarização – utilização de avaliação pontual, tendo por base as características da exposição na data de referência.
	Governança	2025	2030	2035	2040	2045	2050	Pontual (hist.)	Sem cenarização – utilização de avaliação pontual, tendo por base as características da exposição na data de referência.
	Greenwashin	2025	2030	2035	2040	2045	2050	Pontual (hist.)	Sem cenarização – utilização de avaliação pontual, tendo por base as características da exposição na data de referência.

- Trabalho forçado – qualquer trabalho ou serviço não realizado voluntariamente e exigido de um indivíduo sob ameaça de força ou penalidade.
- Discriminação – tratamento injusto ou prejudicial de indivíduos ou grupos com base em determinadas características, tais como raça, género, idade, religião, deficiência ou outros fatores.
- Trabalho infantil – emprego de crianças abaixo da idade mínima de emprego, conforme definido pela Convenção da OIT sobre a Idade Mínima, 1973 (N.º 138) e pela Convenção da OIT sobre Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999 (N.º 182).
- Saúde e Segurança Ocupacional – processos e medidas necessárias que abordam a segurança e saúde dos trabalhadores.
- Conflitos Armados – conflitos divididos em seis tipos de eventos (batalhas, explosões/violência remota, violência contra civis, motins, protestos e desenvolvimentos estratégicos).

### 6.2.5.2.2 Materialidade dos Riscos

Numa base anual, o novobanco realiza o seu exercício de identificação e avaliação dos riscos. Nesse exercício, todos os riscos importantes para atividade bancária são analisados e, através de metodologias próprias, a sua materialidade avaliada (considerando a probabilidade de ocorrência e a significância dos seus impactos), com os seguintes objetivos:

- Determinar a lógica de relacionamento/ integração entre os riscos ESG e as demais categorias de risco do Banco;

- Justificar, de forma qualitativa, o impacto material (ou imaterial) que os fatores de risco ESG apresentam informando, por exemplo, o ICAAP; e
- Identificar quais as categorias e fatores de risco que devem ser especificamente geridas e controladas, em termos de apetência e estratégia de risco.

Aqueles riscos que se revelem materiais são, posteriormente, sujeitos a procedimentos formais de quantificação, gestão/ controlo e monitorização regular. A integração dos riscos ESG neste exercício é realizada através do reconhecimento que os seus fatores impactam as categorias ‘tradicionais’ de risco, de acordo com a seguinte abordagem:

- Matrizes de fatores e métricas de risco ESG: com base nas componentes e fatores anteriormente descritas, são estabelecidas métricas (sempre que possível, ajustadas por área de negócio e/ ou portefólio). As métricas permitem, de forma objetiva, realizar a avaliação da relevância da exposição do Banco e, quando aplicável, determinar a cenarização do respetivo fator de risco.
- Mapeamento transversal dos fatores e métricas de risco ESG para as categorias de risco tradicionais: considera-se que os riscos ESG são materializáveis pelo impacto (ou acréscimo de risco) revelado nas categorias de risco financeiras e não-financeiras.
- Escala de avaliação da materialidade dos riscos, integrada nas (tradicionais) categorias de risco, demonstrando o potencial de materialização (presente e a prazo) dos fatores de risco.

Esta integração pode ser entendida na tabela abaixo, com a ligação entre os fatores de risco ESG e as categorias tradicionais.

DESCRIÇÃO DA CATEGORIA DE RISCO TRADICIONAL							
<b>Risco de crédito</b>	Perdas de capital (ou de remuneração) nas operações da carteira bancária decorrente da incapacidade de uma contraparte em cumprir com as suas obrigações. Inclui os riscos soberano e de concentração.	●	●	●	●	●	●
<b>Risco liquidez, financiamento</b>	Perdas decorrentes da incapacidade presente ou futura de liquidação das responsabilidades (passivos) do Banco à medida que os mesmos maturam.	●	●	●	●	●	●
<b>Risco de taxa de juro da carteira bancária</b>	Perdas decorrentes de alterações desfavoráveis nas taxas de juro de mercado, seja em termos dos resultados financeiros ou do valor económico do Banco.	●	●	●	●	●	●
<b>Risco de mercado</b>	Impactos resultantes da flutuação dos preços de mercado e associados a qualquer fator que afete a valorização dos instrumentos avaliados ao justo valor (ex. spread de crédito, taxa de juro, cambial).	●	●	●	●	●	●
<b>Risco operacional</b>	Impactos financeiros resultantes da desadequação ou de falhas em processos, sistemas de informação ou relativos à conduta humana. Inclui os riscos de conformidade, reputacional e sistemas informação.	●	●	●	●	●	●
<b>Risco do fundo de pensões</b>	Impactos resultantes da reavaliação do valor dos ativos ou das responsabilidades do Fundo de Pensões que determinem um valor de passivos superior ao dos ativos	●	●	●	●	●	●
<b>Risco de estratégia</b>	Impactos correntes ou futuros decorrentes de alterações na estratégia do Banco, de limitações na sua execução ou relacionadas com impactos adversos de determinadas decisões de negócio.	●	●	●	●	●	●

## Resultados da avaliação de materialidade

Pela primeira vez e com referência a 31 de dezembro de 2022, o novobanco realizou uma avaliação, exaustiva, da materialidade do impacto dos riscos ESG no seu perfil de risco e atividade. Este exercício, foi revisto em 2023, cujos resultados aqui se resumem, integra agora as abordagens de gestão e controlo de risco – considere-se, a título de exemplo, o facto da avaliação de materialidade para o risco de crédito determinar, em sede de modelo de segmentação de crédito (ESG), a priorização dos clientes sujeitos a recolha de informação e análise adicional de risco.

Pelo impacto dos fatores de risco de transição e de risco físico, os riscos ESG afetam especialmente o risco de crédito e de estratégia:

Estima-se que o esforço de adaptação de alguns setores a que o Banco está exposto seja particularmente significativo, a médio e longo prazo, com impacto na qualidade creditícia dessas empresas. Por outro lado, o impacto dos riscos físicos na atividade das empresas (impacto na continuidade de negócio) poderá ser relevante pela ausência de medidas de mitigação.

Pelas mesmas razões e face ao peso dos setores mais expostos nos resultados do Banco, conclui-se por um impacto relevante dos riscos ESG no risco estratégico.

CATEGORIAS	PRINCIPAIS FATORES E MÉTRICAS DE RISCO	PRINCIPAIS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	AVALIAÇÃO
<b>Risco de crédito</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Intensidade das emissões GEE, preços de carbono.</li> <li>Intensidade energética, custos energéticos.</li> <li>Esforço financeiro do CAPEX verde.</li> <li>Disrupção nas cadeias de valor (risco social).</li> <li>Risco físico nos colaterais imobiliário e na (localização) da atividade empresarial.</li> <li>Performance energética dos colaterais imobiliários.</li> <li>Variáveis de risco-país (físico, transição, social &amp; governação).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Políticas de seguro/cobertura de colaterais.</li> <li>Abordagens e políticas setoriais.</li> <li>Diversificação setorial.</li> </ul>	
<b>Risco de liquidez e financiamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perfil das principais contrapartes (riscos físicos, risco reputacional).</li> <li>Localização dos depositantes (risco físico).</li> <li>Setores de emprego dos depositantes (risco de transição).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Limitada exposição a contrapartes financeiras, designadamente entidades do setor segurador.</li> <li>Diversificação geográfica dos depositantes.</li> </ul>	
<b>Risco de taxa de juro da carteira bancária</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abordagem semelhante a risco de liquidez, incluindo a avaliação de eventuais impactos a nível de linhas/ compromissos contingentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Limitada exposição a contrapartes financeiras.</li> <li>Diversificação geográfica dos depositantes.</li> </ul>	
<b>Risco de mercado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Réplica das análises para risco de crédito.</li> <li>Perfil reputacional das principais contrapartes.</li> <li>Robustez dos instrumentos com etiqueta ESG – risco de greenwashing.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perfil de risco dos emitentes e contrapartes.</li> <li>Limitada exposição a instrumentos com etiqueta ESG.</li> </ul>	
<b>Risco operacional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Localização das principais instalações do Banco – risco físico.</li> <li>Perfil ESG (lógica reputacional) dos principais fornecedores e contrapartes do novobanco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Robustez do framework de planeamento e gestão da continuidade de negócio do Banco Modelo de gestão de fornecedores/ terceiros (ratings ESG).</li> </ul>	
<b>Risco do fundo de pensões</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Réplica da análise realizada ao risco de mercado.</li> <li>Performance energética dos ativos imobiliários.</li> <li>Localização dos ativos imobiliários.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perfil de risco dos emitentes e contrapartes.</li> <li>Limitada exposição a instrumentos com etiqueta ESG.</li> <li>Baixo peso de ativos imobiliários.</li> </ul>	
<b>Risco de estratégia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nível de rendimentos (v.g., margem financeira e comissões) dependente de setores expostos a elevados riscos de transição.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Controlos de gestão e dinamização regular dos planos de negócio e orçamento do Banco.</li> <li>Novos produtos e abordagem a clientes (financiamento à transição).</li> </ul>	



### 6.2.5.2.3 Análise dos Riscos

#### O risco de transição e as emissões financiadas

O novobanco reconhece a relação direta entre o nível de emissões de GEE das suas contrapartes e o seu risco de transição: quanto maior a intensidade das emissões GEE verificada na atividade da empresa, ceteris paribus, maior será a exigência de adaptação ou transição da empresa. Assim, e sem prejuízo das demais metodologias de avaliação de risco de transição, monitorizamos as emissões do portefólio de empresas que financiamos (ou seja, as nossas emissões de âmbito 3, categoria 15 - investimentos): sempre que possível, procurámos obter a informação reportada pelos nossos clientes. Quando não disponível, adotamos abordagens baseadas em estimativas.

A metodologia que usamos para medir as emissões é baseada no standard global “Partnership for Carbon Accounting Financials” (PCAF) para contabilização e relato de emissões de GEE relacionadas com empréstimos e investimentos.

Para o cálculo de emissões são utilizados os valores de emissões GEE das contrapartes (reais ou estimados) e é aplicado um fator de atribuição de forma a determinar qual a quota-parte a reportar pelo novobanco por intermédio do financiamento da atividade da empresa. Ou seja, de forma genérica: emissões GEE novobanco = emissões GEE empresa x fator de atribuição. Ao calcular as emissões das nossas contrapartes (âmbito 1,2,3, quando disponíveis), adotámos a seguinte hierarquia de qualidade de dados do PCAF:

- Score 2: emissões das contrapartes calculadas com base em emissões reportadas pelas mesmas, incorporando-se informações financeiras obtidas no IES e nos R&C das empresas.

$$\sum_c \frac{\text{Outstanding amount}_c}{\text{Total equity} + \text{debt}_c} \times \text{Unverified company emissions}_c$$

- Score 4: neste scoring são incorporadas informações financeiras das empresas e posteriormente aplicados rácios de intensidade carbónica setoriais (tCO<sub>2</sub>/M€ receitas) ao nível da Classe de Atividade Económica da empresa (aplicadas 80 divisões setoriais).

$$\sum_c \frac{\text{Outstanding amount}_c}{\text{Total equity} + \text{debt}_c} \times \text{Revenue}_c \times \frac{\text{GHG emissions}_s}{\text{Revenue}_s}$$

- Score 5: menor nível qualidade de dados, com recurso a rácios de intensidade carbónica setoriais ao nível da Classe de Atividade Económica da empresa (aplicadas 80 divisões setoriais).

$$\sum_c \text{Outstanding amount}_c \times \frac{\text{GHG emissions}_s}{\text{Assets}_s}$$

Estimamos que as nossas emissões relacionadas com empréstimos a empresas ascendam em 2023 a 2,6 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente, cobrindo aproximadamente 99,8% do portefólio de crédito a empresas do novobanco (em valor de exposição e excluindo atividades financeiras e administração pública).

A intensidade carbónica da carteira de financiamentos do novobanco situa-se, assim, em aproximadamente 199/tCO<sub>2</sub>e por milhão de euros financiados.

Observa-se assim um aumento muito significativo quer do total das emissões financiadas, quer da intensidade carbónica da carteira de financiamentos a empresas do novobanco. Este aumento é explicado em mais de 85% pelo aumento da informação real disponível de âmbito 3 e, no remanescente, pelo aumento significativo de emissões de âmbito 1 referentes a uma exposição que até aqui tinha por base médias setoriais (score 4 ou 5 do PCAF) e passou a reportar dados reais (score 2 do PCAF).

<b>Emissões Financiadas (carteira de crédito)</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Montante de Exposição com cálculo (Milhoes €)	13 052	13 014
Total de Emissões S1 (tCO <sub>2</sub> )	1 521 809	1 393 901
Total de Emissões S2 (tCO <sub>2</sub> )	148 275	155 125
Total de Emissões S3 (tCO <sub>2</sub> )	922 372	150 083
Total Emissões (tCO <sub>2</sub> )	2 592 456	1 699 109
Intensidade Carbónica (tCO <sub>2</sub> /M€)	199	131

Apenas foi possível recorrer a informação real de emissões reportada pelas empresas para 6% do portefólio de crédito analisado (âmbito 1). No entanto, os dados reais de emissões reportados representam 43% do total das emissões financiadas, o que se explica pela sua concentração nas empresas de maior dimensão e em setores particularmente relevantes para as políticas climáticas.

Sem prejuízo, o novobanco reconhece a substancial melhoria na disponibilidade e qualidade da informação de emissões de GEE reportada pelas empresas e acredita que esta melhoria continuará a observar-se de forma cada vez mais acelerada nos próximos anos, não só por via dos requisitos legais e/ou regulamentares de reporte aplicáveis a cada vez mais empresas, mas principalmente

como resultado do desenvolvimento e evolução dos planos de transição e de práticas de monitorização dos mesmos por uma parte cada vez mais significativa das empresas a operar no mercado. O novobanco reforça assim o compromisso de continua monitorização e divulgação dos dados de emissões financiadas, bem como de continua melhoria da qualidade e abrangência dos dados recolhidos, que é fundamental para o aprofundamento da análise e monitorização dos impactos e para alargamento dos planos de implementação do seu próprio plano e estratégia de transição.

As emissões financiadas do portfólio estão fortemente concentradas em três setores intensivos em carbono que respondem por 80% do total de emissões, mas representam apenas 32% do montante em dívida da carteira analisada:

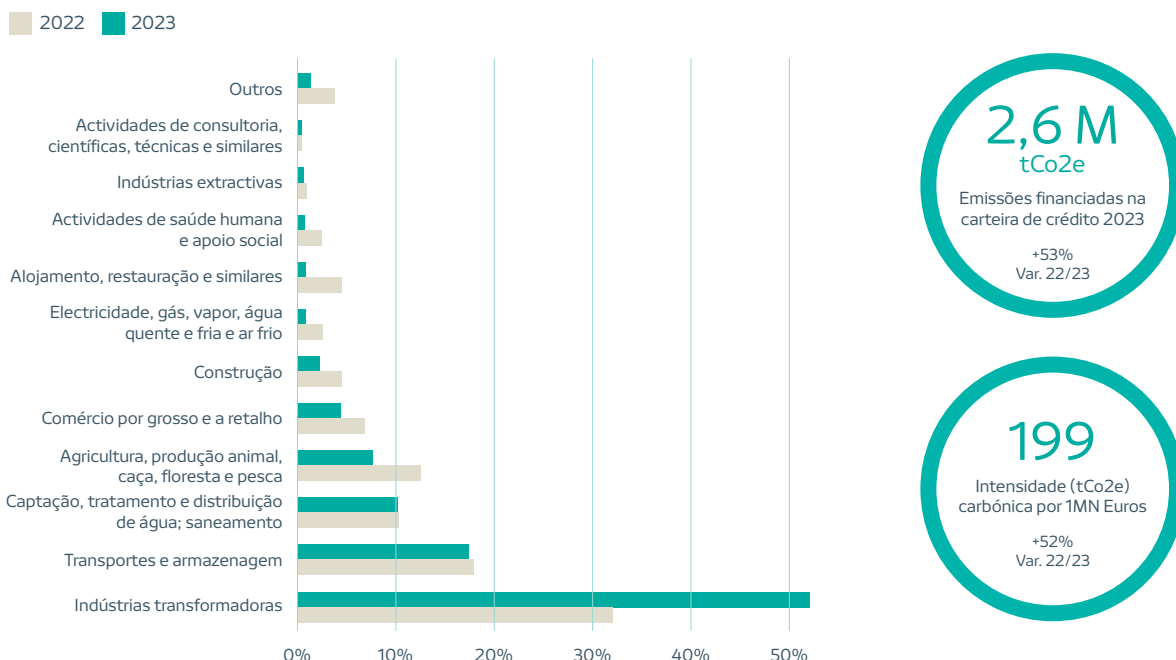
- C - Indústria transformadora;
- H - Transporte e armazenamento; e
- E - Captação, tratamento e Distribuição de água, saneamento e gestão de resíduos.

### Metodologias adicionais de risco de transição

De forma complementar à análise das emissões de GEE, usamos classificações adicionais da nossa carteira de crédito empresarial e acompanhamos no nosso Steering de sustentabilidade KRI, onde podemos destacar:

- **A metodologia de CPRS** (Climate Policy Relevant Sectors)- o Risco de crédito em setores relevantes para a política climática - é utilizada pelo novobanco para melhor avaliar e acompanhar o risco de transição, com foco nos setores negativamente afetados ou de impacto incerto. Esta metodologia toma em consideração os seguintes fatores: contribuição direta e indireta para as emissões de GEE (como a produção e distribuição de combustíveis fósseis ou de energias renováveis); a relevância para a política climática (como a sensibilidade da estrutura de custos a alterações regulatórias ou fiscais baseadas nas emissões de GEE); e a importância na cadeia de valor da energia (produção, utilização, consumo). Considerando os setores com impacto “negativo” e “incerto”, e a classificação de setores constante no “Relatório Anual sobre a Exposição do Setor Bancário ao Risco Climático” (julho 2023, BP), em dezembro de 2023, a exposição da carteira de crédito e de investimento do novobanco a estes setores CPRS ascendeu a 47% (melhor do que o valor médio do setor bancário, de 59%, em 2021, constante no nesse relatório).

### Distribuição do contributo setorial para a pegada carbónica (carteira de crédito)



(1) Cálculo baseado numa abordagem de melhor esforço, excluindo empresas dos setores, K,O,T,U, respetivamente, “Atividades financeiras e de seguros” e “Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória”, Atividades das famílias, Atividades dos organismos internacionais.

Verificamos uma redução desta exposição face a dezembro de 2022, onde esta percentagem ascendia a 48%. Analisamos mensalmente a exposição do banco aos CPRS em termos do peso no volume do crédito concedido e investimentos efetuados, bem como o peso em termos de receita na componente do crédito.

**- Setores intensivos em emissões de carbono –** analisamos a percentagem de exposição da carteira de crédito e de investimentos a estes setores e a sua evolução, sendo que em dezembro de 2023 esta exposição ascendia a 11% (considerando a exposição de crédito e a carteira de investimento, aos setores de intensidade “elevada” e “muito elevada”).

**- Exposição a setores excluídos dos Benchmarks alinhados com o Acordo Paris –** analisamos a percentagem de exposição da carteira de crédito e de investimentos a estes setores e a sua evolução, sendo que em dezembro de 2023 esta exposição ascendia a 11% (considerando a exposição de crédito e a carteira de investimento, aos setores de intensidade “elevada” e “muito elevada”).

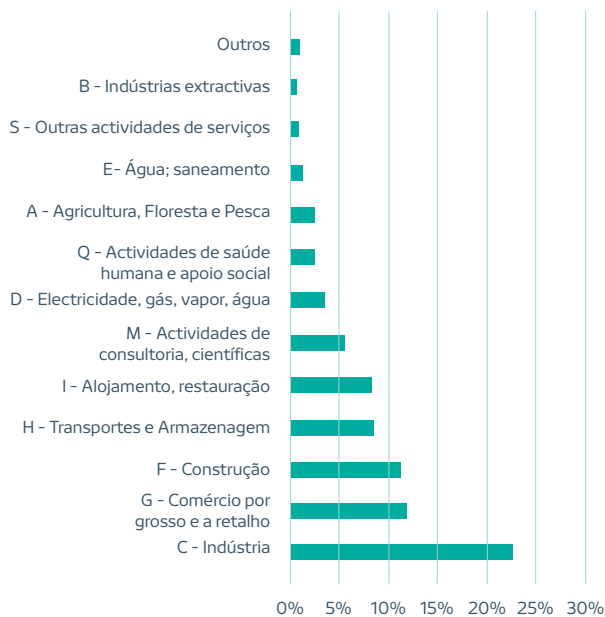
## O risco de transição nos colaterais imobiliários

À medida que a economia transita para uma economia de baixo carbono, as políticas e as tendências do mercado poderão impactar indiretamente no valor financeiro dos imóveis – imóveis com menores níveis de eficiência energética poderão registar alterações na sua procura e, com a promoção de oferta com melhor desempenho (para a qual contribuem as alterações legislativas em discussão) poderão igualmente tornar-se menos competitivos. Nestes termos, o risco de transição é também avaliado no que respeita ao nível dos colaterais imobiliários das operações de crédito do Banco.

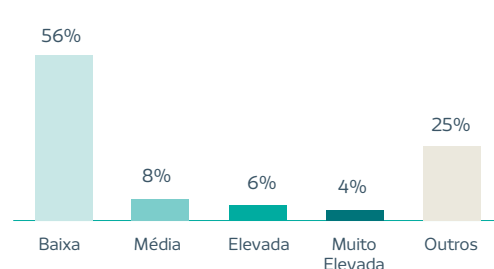
A classificação energética dos imóveis também afetará o alinhamento da carteira de crédito do novobanco com os compromissos de redução da pegada carbónica. Durante o ano de 2023 o Banco desenvolveu um forte esforço de recolha e registo do nível de certificação energética dos seus colaterais imóveis. Temos atualmente 36% de colaterais registados com nível real de certificação energética, sendo que considerando os imóveis residenciais de créditos concedidos após 2013, esta cobertura aumenta para 55% e nos comerciais ascende a 46%. Nas dados reais de EPC, ao nível atual 34% dos imóveis têm certificação B- ou superior.

Implementámos novos processos na concessão de crédito com colateral imóvel tornando obrigatória a entrega do certificado energético por parte do cliente.

## Distribuição do contributo setorial para a pegada carbónica (carteira de crédito)



## Exposição do portefólio por intensidade carbónica



Estão ainda em curso vários desenvolvimentos informáticos que permitirão gerar informação sobre o desempenho energético dos imóveis financiados no passado, sendo atualmente obrigatória a recolha do certificado energético para novos financiamentos com colateral imobiliário.

De referir que o novobanco gere ativamente a eficiência energética dos seus colaterais disponibilizando, desde há muito, soluções de financiamento com condições especiais para imóveis que apresentem um nível de desempenho energético mais favorável.

## Avaliação dos riscos físicos

Para além do risco de transição, o novobanco investe especial atenção no acompanhamento dos riscos físicos. Para o efeito, utiliza metodologias baseadas na classificação dos riscos por localização geográfica, seguindo as recomendações regulatórias.

A metodologia usada no apuramento dos resultados aqui reportados é baseada em informação pública – ThinkHazard! – a qual é preparada por uma iniciativa liderada pelo Banco Mundial. Das várias tipologias de risco físicos disponíveis, são utilizadas as que apresentam maior impacto na estrutura dos imóveis financiados, ou seja, a) cheias; b) incêndio; e c) derrocadas; de acordo com os mapas de cores abaixo.

Os mapas são utilizados de forma individual – para a valorização de uma determinada tipologia de risco – e de forma agregada, para a compreensão global da exposição ao risco. De notar que se trata de uma avaliação conservadora, na medida em que a avaliação do distrito resulta da classificação mais grave dos seus concelhos.

## Colaterais imobiliários por classe energética

% Relativa à exposição

△ 2023,2022		2023	2022
	A	↑	7% / 6%
	B	↑	22% / 20%
	C	↓	46% / 47%
	D	↑	19% / 22%
	E	↑	4% / 3%
	F	↑	2% / 1%
	G	≡	1% / 1%

## Exposição a riscos físicos

Exposição a riscos físicos corresponde à avaliação agregada das tipologias de a) cheias; b) incêndios; e c) derrocadas. O nível de risco é representado pela cor do distrito, enquanto a exposição em risco do novobanco é dada pela percentagem de concentração dos colaterais imobiliários (residenciais e comerciais), medida através do número de imóveis constituídos como garantia real imobiliária a 31 de dezembro de 2023.

Globalmente, são de considerar os seguintes resultados: Por razões demográficas, observa-se uma tendência de concentração de imóveis financiados nas grandes zonas urbanas as quais, atentas as características do território nacional, se localizam maioritariamente no litoral e, por tal, sujeitos a riscos específicos (ex. inundação, derrocada). Os riscos de incêndio são mais significativos nas zonas centro e interior do país, onde não existe uma especial concentração de imóveis financiados pelo Banco. A avaliação aqui apresentada é conservadora, na medida em que o nível de risco do distrito é equivalente à avaliação mais gravosa registada em qualquer um dos seus concelhos. No entanto, a exposição a riscos físicos pode ser relevante, atentas as condições do território nacional – as políticas e exigências de seguro/ apólice de riscos do Banco desempenham, assim, um papel importante na proteção dos valores destas garantias.

## Concentração de colaterais imobiliários

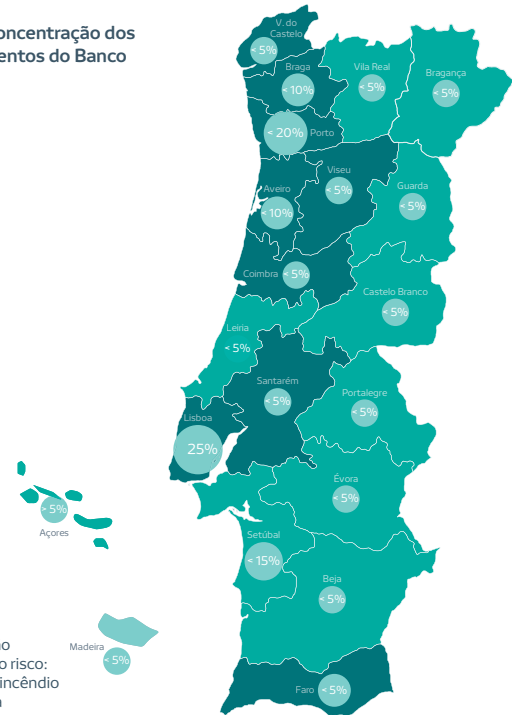
% Relativa ao número de bens

■ Alto ■ Médio ■ Baixo ■ Residual

Nível de concentração dos financiamentos do Banco



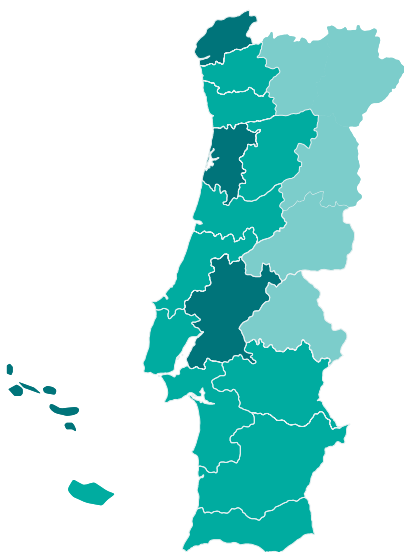
Classificação agregada do risco: inundação, incêndio e derrocada



## Mapas de risco físico em Portugal - Informação externa

■ Alto ■ Médio ■ Baixo ■ Residual

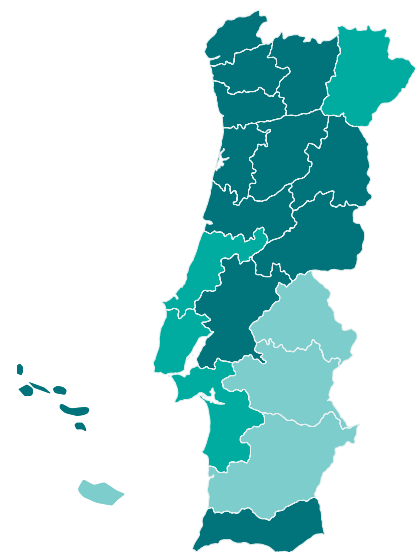
### Risco de inundação<sup>1</sup>



### Risco de Incêndio



### Risco de derrocada



<sup>1</sup>Risco Cheia urbana, fluvial e costeira

### 6.2.5.2.4 Integração dos Riscos

#### O nosso modelo de ‘transition finance’

A nossa estratégia de gestão dos riscos climáticos assume que manteremos as relações de negócio e financiamento com setores e empresas que enfrentam desafios de transição relevantes. Desde sempre que o novobanco tem um papel de liderança no apoio ao tecido empresarial português: assim, a nossa abordagem baseia-se no apoio direto à transição dos nossos clientes. Para tal, consideramos essencial conhecer e avaliar os desafios que a transição climática e energética irá colocar às empresas por nós financiadas. Com base nessa avaliação, pretendemos a) reforçar a oferta de produtos e serviços, melhor adaptados às necessidades concretas de transição ou reconversão de cada empresa; e b) identificar os possíveis impactos desses desafios nas finanças de cada empresa; c) Dotarmo-nos de parceiros, especializados em várias áreas da Sustentabilidade, que possam ajudar os nossos clientes a realizarem os investimentos procedimentos para incorporarem a sustentabilidade na sua estratégia.

Temos a expectativa de que as empresas que melhor preparem a sua transição terão maior capacidade de desempenho operacional e financeiro, facto que deve ser reconhecido no acesso e condições de financiamento. O novobanco pretende valorizar essa redução de incerteza e melhor desempenho nas condições de acesso a financiamento, e tem aliás já benefícios de preço para alguns produtos ligados à sustentabilidade. Por outro lado, a identificação de desafios, colocados pelo ESG, que não sejam compatíveis com a avaliação da viabilidade e capacidade financeira da empresa e dos clientes do Banco, podem determinar decisões de restrição do financiamento ou de agravamento do preço.

Desta forma, o novobanco assume uma estratégia de transição ou alinhamento do seu balanço baseada na tendência de transição verificada nos seus clientes a qual será, sempre que possível, promovida pela oferta de produtos e serviços.

#### Metodologias para o alinhamento do balanço

Desde o final do ano de 2021 que o novobanco, no âmbito do seu planeamento estratégico, tem vindo a desenvolver as metodologias que lhe permitirão assumir objetivos, a prazo, de alinhamento do seu balanço.

Em primeiro lugar, considerámos serem necessárias metodologias que nos permitissem ter uma visão geral sobre os riscos climáticos (e ESG) presentes nos nossos portfólios através do modelo de scoring. De seguida, avançámos para o desenvolvimento de metodologias que, com base na recolha de informação dos nossos clientes nos permitissem realizar uma avaliação de risco efetiva, considerando a realidade de cada empresa (do seu desempenho ao seu planeamento estratégico) – corredor ESG.

Finalmente, a aplicação desta abordagem deverá permitir identificar os clientes e operações prioritários para o nosso modelo de ‘transition finance’: ou seja, os clientes com boa capacidade e viabilidade do ponto de vista financeiro mas que enfrentam ou irão enfrentar um desafio de transição relevante.

A implementação destas peças segue a estrutura abaixo apresentada para cuja dinamização contribuem a) os targets de alinhamento a serem assumidos (emissões ou outros, incluindo os relativos à redução ou mitigação de risco); b) as políticas e estratégias de financiamento setorial; e c) as prioridades estratégicas do Banco (comerciais e de organização interna).



## O funcionamento integrado do modelo

Tendo por base os objetivos de alinhamento de balanço e o apetite ao risco a matriz de segmentação ESG é calibrada - todos os clientes-empresa são sujeitos a scoring ESG,

O Banco tem progredido na integração da avaliação e quantificação do risco ESG na gestão de crédito:

- a) as notações scoring ESG;
- b) informações de ESG recolhida junto dos clientes;
- c) Estão implementados controles de salvaguardas mínimas no financiamento;

Durante 2023, o novobanco reviu o plano de ação para integração do risco de ESG no crédito, no sentido de passar a para priorizar a integração da avaliação de risco ESG na avaliação do risco de crédito nas transações mais significativas, e em setores de maior risco ESG (risco 'alto' e 'severo' de acordo com nosso Setorial ESG Scoring), garantindo a inclusão de uma avaliação de risco ESG na análise de crédito, para todas as operações que apresentem estes critérios. A avaliação do analista será apoiada por diretrizes setoriais e dados de clientes ESG (consultas públicas e de clientes quando necessário), e entrará em aplicação durante o 1º semestre de 2024.

O novobanco está também a acelerar a recolha de dados para fins de divulgação e gestão de risco de carteira, para maximizar a cobertura nas maiores exposições dos setores mais expostos ao risco ESG (risco "alto" e "severo"). Este esforço de recolha de dados aproveitará os dados disponíveis publicamente, bem como o envolvimento do cliente e deverá permitir um aumento do peso dos dados reais nas divulgações de 2024 e nos próximos testes de esforço.

De referir também que está em curso um esforço do ecossistema bancário português para criar uma plataforma comum para recolher dados de risco ESG de clientes comerciais. O lançamento da plataforma está previsto para 2024 e deverá permitir aos bancos acelerar consideravelmente a recolha de dados, tanto para a gestão de riscos como para a tomada de decisões de crédito. Esta plataforma deverá ser altamente benéfica para os nossos esforços de recolha de dados, e pretendemos integrá-la progressivamente nos nossos processos de análise e divulgação de risco C&E, como alternativa aos questionários proprietários do novobanco.

## Monitorização dos riscos climáticos

O novobanco formalizou a sua estratégia e Apetite ao Risco e de Risco de Crédito numa lógica de médio e longo-prazo, assegurando que os efeitos de curto prazo são, em todo o caso, previstos e salvaguardados.

Essa estratégia e os respetivos indicadores que a suportam estão presentes no RAF-RAS do Banco. Mensalmente, é preparado e reportado aos órgãos de gestão do novobanco um relatório de monitorização com a análise das principais métricas relativas aos riscos climáticos.

Também no Steering de Sustentabilidade mensalmente são apresentados KRI que monitorizam vários índices de risco, onde podemos destacar:

- Exposição aos Climate Policy Relevante Sectors,
- Exposição a setores com maior intensidade carbónica,
- Exposição colateralizada com imóveis residenciais e comerciais com EPC com piores certificações energéticas,
- Produção de financiamentos e investimentos verdes
- Alinhamento com a taxonomia

De referir também que tanto a estratégia como a apetência pelo risco fornecem indicações ao sistema de incentivos e políticas de remuneração do Banco os quais, por princípio, asseguram um alinhamento com as principais métricas de risco e respetivos objetivos. Atualmente, a política de remuneração do órgão de administração do novobanco inclui métricas de avaliação relativas ao desempenho ESG do Banco.

---

### ACOMPANHAMENTO MENSAL

- Produção verde (financiamento, investimento)
  - Inexistência de exposição a setores excluídos
  - Operações com Salvaguardadas Mínimas
  - Exposição a elegibilidade da taxonomia
  - Exposição a setores climaticamente expostos
  - Exposição setorial por intensidade carbónica
  - Exposição a risco físico
- 



## 6.2.6 Os nossos próximos objetivos no âmbito da gestão de riscos climáticos e ambientais

A nossa estratégia ESG contempla as seguintes principais atividades por área temática:

### A) Estratégia de Negócio

#### Orientações estratégicas:

- Entender o impacto dos riscos climáticos e ambientais no ambiente de negócios em que operamos, a curto, médio e longo prazo, para que possamos tomar decisões informadas, consistentes e estratégicas
- Reforçar a integração dos riscos climáticos e ambientais que afetam o ambiente de negócios no curto, médio ou longo prazo

#### Desafios que se colocam:

- Avaliar e monitorizar o ambiente de negócios em que operamos em termos de produtos e serviços e reforçar a oferta do Banco direcionada à jornada de transição climática dos clientes
- Identificar os riscos decorrentes das alterações climáticas e degradação ambiental ao nível de setores-chave, áreas geográficas e relacionados com produtos e serviços – reforçando as políticas setoriais
- Definir e monitorizar os principais indicadores de desempenho (KPIs) ao nível de linhas de negócio (cascading down)
- Determinar quais os riscos climáticos e ambientais que afetam a estratégia de negócios no curto, médio e longo prazo, por exemplo, usando análises de cenários e de testes de esforço

### B) Governação e apetite pelo risco

#### Orientações estratégicas:

- Considerar os riscos climáticos e ambientais ao desenvolver a estratégia de negócios e os objetivos
- Melhorar o modelo de gestão dos riscos climáticos
- Definição de Apetite ao risco para riscos climáticos

#### Desafios que se colocam:

- Reforçar a aplicação da política de exclusões e Salvaguardas Mínimas de financiamento e investimento em determinados setores e atividades transposta para a política de apetite de risco e construir operativa robusta de controle e implementação dos processos
- Reforçar a presença dos KRI dos riscos climáticos e ambientais na política de apetite de risco (RAF/RAS)
- Continuar a desenvolver os indicadores-chave de risco apropriados e estabelecer limites apropriados para gerir eficazmente os riscos climáticos e ambientais
- Construir um controlo eficaz sobre as exposições e respostas aos riscos climáticos e ambientais
- Recolher dados e a avaliar carteira do Banco relativa à taxonomia

### C) Gestão do risco

#### Orientações estratégicas:

- Incorporar os riscos climáticos e ambientais na gestão de riscos, com o objetivo de monitorização e mitigação em horizontes suficientemente longos
- Monitorizar continuamente o efeito das mudanças climáticas e fatores ambientais nas posições de risco de mercado atuais

#### Desafios que se colocam:

- Continuar a melhorar a nossa avaliação da materialidade de riscos, incluindo a visão holística e bem documentada do impacto dos riscos climáticos e ambientais nas categorias de risco existentes
- Implementar uma abordagem reforçada para a identificação/avaliação de riscos e o desenvolvimento de metodologias de risco, com definições metodológicas e resultados de scoring ESG de classificação de clientes (modelo de segmentação)
- Reforçar as medidas de mitigação de riscos em relação aos riscos de C&E
- Adotar uma abordagem estratégica para medir e mitigar riscos climáticos e ambientais de acordo com a estratégia de apetite ao risco, e adaptar as políticas e procedimentos, limites de risco e controle de risco



## D) Gestão do risco de crédito

### Orientações estratégicas:

- Considerar os riscos climáticos e ambientais nas várias etapas do processo de concessão de crédito e monitorização dos riscos das carteiras.

### Desafios que se colocam:

- Plena integração dos riscos de C&E no quadro de origemação de financiamentos
- Esta fase compreende o desenvolvimento de metodologias de risco, com base nas quais os procedimentos de integração e o quadro de decisão serão ajustados para incorporar os riscos de C&E.
- Definir e aplicar guidelines setoriais nos processos de origemação de crédito para aplicação de análise mais detalhada do risco ESG em financiamentos de maior valor
- Conceção de metodologias para fornecer uma avaliação integrada em termos do perfil de risco cliente/transação e da classificação de Taxonomia da UE (alinhamento).
- Considerar os riscos relacionados com o clima nas avaliações de garantias, em particular nos imóveis

## E) Gestão do risco operacional

### Orientações estratégicas:

- Considerar os possíveis impactos adversos dos eventos climáticos e ambientais na continuidade do negócio e também impactantes nos riscos reputacionais

### Desafios que se colocam:

- Avaliar o impacto dos riscos físicos nas operações em geral, incluindo a capacidade de recuperar rapidamente e continuar a prestar serviços
- Assegurar que as políticas e práticas de remuneração estimulam comportamentos consistentes com a abordagem climática e ambiental (risco), bem como com os compromissos assumidos voluntariamente pela instituição
- Identificar as fontes de riscos relacionados com o clima de responsabilidade futura e/ou litígios relacionados com as suas próprias atividades, a realizar uma avaliação desses riscos e a adotar medidas de atenuação em caso de riscos identificados

## F) Metodologias de quantificação e de testes de esforço

### Orientações estratégicas:

- Reforçar as abordagens de testes de esforço
- Desenvolver metodologias de quantificação dos riscos climáticos

### Desafios que se colocam:

- Desenvolver modelos de teste de esforço com incidência nos riscos climáticos
- Melhorar as metodologias de quantificação dos riscos climáticos à medida que aumenta a profundidade dos dados históricos

---

# 7 INDICADORES DE DESEMPENHO ESG

## 7.1 Indicadores Ambientais

<b>Indicadores Ambientais</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>23 vs 22</b>
<b>Consumo de materiais</b>				
<b>Papel branco</b>				
Para uso interno (toneladas)	172,8	148,2	155,2	16,6%
Para uso interno (kg/colaborador)	41,1	36,2	37,0	13,3%
<b>Consumíveis informáticos e eletrónico</b>				
Toners (unidades) <sup>1</sup>	2 482	2 856	-	-13,1%
<b>Indicadores Ambientais – Energia</b>				
<b>Eletricidade</b>				
Consumo de eletricidade total (kWh)	13 822 891,5	13 183 802,0	16 296 473,1	4,8%
Consumo de eletricidade total (GJ)	49 762,4	47 461,7	58 667,3	
Consumo de eletricidade (kWh/colaborador)	3 284,1	3 223,4	3 886,6	1,9%
<b>Gasóleo</b>				
Consumo de gasóleo geradores (litros) <sup>2</sup>	4 549,5	3 610,8	504,2	26,0%
Consumo de gasóleo geradores (GJ) <sup>2</sup>	164,0	130,2	18,2	26,0%
Consumo de gasóleo viaturas (litros)	1 352 296,1	1 563 746,0	1 620 056,6	-13,5%
Consumo de gasóleo viaturas (GJ)	48 617,7	5 6219,8	58 244,3	-13,5%
<b>Gasolina</b>				
Consumo de gasolina viaturas (litros)	35 035,3	1 680,0	840,0	19 854%
Consumo de gasolina viaturas (GJ)	1 148,5	55,1	27,5	19 854%
<b>Consumo total de energia (GJ)</b>	<b>99 962,7</b>	<b>103 736,6</b>	<b>116 957,3</b>	<b>-3,8%</b>
<b>Consumo total de energia por colaborador (GJ)</b>	<b>23,7</b>	<b>25,4</b>	<b>27,9</b>	<b>-6,5%</b>
<b>Deslocações</b>				
Número de veículos	958	922	957	3,9%
Número de viagens de avião	1 275	783	517	62,5%

1) Valor de de toners de 2022 foi recalculado devido a novos procedimentos de encomenda.

2) O consumo de gasóleo foi calculado através da estimativa do seu consumo, baseada nas horas de funcionamento dos geradores.

O consumo de gasolina e gasóleo de 2023 foi efetuado com base no questionário de mobilidade dos colaboradores.

<b>Indicadores Ambientais</b> Emissões de CO <sub>2</sub> * (ton)	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>23 vs 22</b>
<b>Emissões diretas (Âmbito 1)</b>	<b>3 675,3</b>	<b>4 158,1</b>	<b>4 696,1</b>	<b>-11,6%</b>
Emissões em deslocações em frota da empresa	3 583,6	3 999,2	4 311,8	-10,4%
Emissões em geradores de emergência	12,8	10,2	1,3	-25,2%
Emissões decorrentes fugas de gases fluorados	78,9	148,7	382,9	-46,9%
<b>Emissões indiretas (Âmbito 2)**</b>	<b>1 146,3</b>	<b>811,3</b>	<b>2 937,5</b>	<b>41,3%</b>
Emissões da produção de eletricidade adquirida (Método Market based)	1 146,3	811,3	2 937,5	41,3%
Emissões da produção de eletricidade adquirida (Método located based)	1 534,8	2 013,3	2 386,5	-23,8%
<b>Total (Âmbito 1 e 2)</b>	<b>4 821,6</b>	<b>4 969,4</b>	<b>7 633,5</b>	<b>-3,0%</b>
<b>Emissões indirectas (Âmbito 3)</b>	<b>4 234,4</b>	<b>6 102,6</b>	<b>4 184,2</b>	<b>-30,6%</b>
Emissões em deslocações de trabalho/ viagens de negócios de avião	520,8	357,4	149,4	45,7%
Emissões das viagens pendulares de colaboradores***	3 608,9	5 649,5	3 909,8	-36,1%
Emissões no ciclo de vida do papel consumido	82,2	71,0	76,6	15,8%
Emissões no processo de reciclagem do papel	3,7	3,2	3,9	15,6%
Emissões do consumo de água	9,3	10,6	11,0	-12,3%
Tratamento de águas residuais	9,5	10,8	-	-12,4%
<b>Total (Âmbito 1, 2 e 3)</b>	<b>9 056,0</b>	<b>11 072,0</b>	<b>11 817,7</b>	<b>-18,2%</b>
<b>Total (Âmbito 1, 2 e 3) por colaborador</b>	<b>2,2</b>	<b>2,7</b>	<b>2,7</b>	<b>-20,5%</b>
Emissões Financiadas	2 592 458,0	1 699 109,0	-	52,6%
<b>Total (Âmbito 1, 2 e 3 com emissões financiadas)</b>	<b>2 609 423,7</b>	<b>1 720 441,6</b>	<b>-</b>	<b>51,7%</b>

\*Consultar notas metodológicas.

\*\*O Âmbito 2 é calculado com base no método Location-based apenas desde 2018.

O Total (A1+A2) reflete o valor calculado com base no Market-Based.

\*\*\* Âmbito novobanco

<b>Indicadores Ambientais</b> Água	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>23 vs 22</b>
Consumo de água da rede pública (m <sup>3</sup> )	35 010,2	39 870,2	41 355,10	-12,2%
Consumo de água por colaborador (m <sup>3</sup> /colaborador)	8,3	9,8	9,9	-15,1%

<b>Indicadores Ambientais</b> Gestão de resíduos	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>23 vs 22</b>
Papel enviado para reciclagem (toneladas)	157,4	99,0	117,4	59,0%
Cartão enviado para reciclagem (toneladas)	61,8	51,9	66,3	19,1%
Outros papeis	4,1	-	-	-
Cartões Bancários de Plástico enviados para reciclagem (toneladas)	1,7	1,4	0	21,4%
Toners encaminhados para reciclagem(unidades)	na	2 950,0	5 944	-

## 7.2 Indicadores Sociais

<b>Colaboradores</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>23 vs 22</b>
<b>Total</b>	<b>4 209</b>	<b>4 090</b>	<b>4 193</b>	<b>2,9%</b>
Homens (#)	1 926	1 880	1 944	2,4%
Homens (%)	45,8%	46,0%	46,4%	-0,2 p.p.
Mulheres (#)	2 283	2 210	2 249	3,3%
Mulheres (%)	54,2%	54,0%	53,6%	2 p.p.

<b>Contrato de Trabalho</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>23 vs 22</b>
<b>Total</b>	<b>4 046</b>	<b>4 026</b>	<b>4 153</b>	<b>0,5%</b>
Homens (#)	1 858	1 857	1 929	0,1%
Homens (%)	45,9%	46,1%	46,4%	-0,2 p.p.
Mulheres (#)	2 188	2 169	2 224	0,9%
Mulheres (%)	54,1%	53,9%	53,6%	0,2 p.p.
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>64</b>	<b>40</b>	<b>154,7%</b>
Homens (#)	68	23	15	195,7%
Homens (%)	41,7%	35,9%	37,5%	5,8 p.p.
Mulheres (#)	95	41	25	131,7%
Mulheres (%)	58,3%	64,1%	62,5%	-5,8 p.p.

<b>Estagiários e Profissionais Independentes*</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>23 vs 22</b>
<b>Estagiários</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>0,0%</b>
Homens (#)	5	4	5	25,0%
Mulheres (#)	5	6	9	-16,7%
<b>Serviço Temporário</b>	<b>13</b>	<b>42</b>	<b>30</b>	<b>-69,0%</b>
Homens (#)	5	10	7	-50,0%
Homens (%)	8	32	23	-75,0%
<b>Prestação de Serviço</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>-50,0%</b>
Homens (#)	1	0	2	100,0%
Mulheres (#)	0	2	2	-
<b>Total (#)</b>	<b>24</b>	<b>54</b>	<b>48</b>	<b>-55,6%</b>

\* Não se encontram contemplados no número total de colaboradores do Grupo novobanco. São profissionais em regime de trabalho independente que desenvolvam a sua atividade nas instalações das empresas do grupo, perante os quais as empresas são responsáveis pela sua segurança geral no ambiente de trabalho.

<b>Colaboradores por Habilitações Académicas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>23 vs 22</b>
<b>Ensino Superior</b>	<b>3 245</b>	<b>3 117</b>	<b>3 100</b>	<b>4,1%</b>
Homens (#)	1 414	1 356	1 357	4,3%
Homens (%)	33,6%	33,2%	32,4%	0,4 p.p.
Mulheres (#)	1 831	1 761	1 743	4,0%
Mulheres (%)	43,5%	43,1%	41,6%	0,4 p.p.
<b>Ensino Secundário/Básico</b>	<b>964</b>	<b>973</b>	<b>1 093</b>	<b>-0,9%</b>
Homens (#)	512	524	587	-2,3%
Homens (%)	12,2%	12,8%	14,0%	-0,6 p.p.
Mulheres (#)	452	449	506	0,7%
Mulheres (%)	10,7%	11,0%	12,1%	-0,3 p.p.

<b>Colaboradores por Género e Categoria Profissional</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>23 vs 22</b>
<b>Diretores</b>				
<b>Total</b>	<b>481</b>	<b>481</b>	<b>472</b>	<b>0,0%</b>
Homens (#)	295	307	301	-3,9%
Homens (%)	7,0%	7,5%	7,2%	-0,5 p.p.
Mulheres (#)	186	174	171	6,9%
Mulheres (%)	4,4%	4,3%	4,1%	1 p.p.
< 30 anos	1	1	2	0,0%
30 a 50 anos	242	265	292	-8,7%
> 50 anos	238	215	178	10,7%
<b>Chefias</b>				
<b>Total</b>	<b>373</b>	<b>388</b>	<b>461</b>	<b>-3,9%</b>
Homens (#)	205	218	257	-6,0%
Homens (%)	4,9%	5,3%	6,1%	-0,4 p.p.
Mulheres (#)	168	170	204	-1,2%
Mulheres (%)	4,0%	4,2%	4,9%	-0,2 p.p.
< 30 anos	0	0	0	-
30 a 50 anos	244	272	346	-10,3%
> 50 anos	129	116	115	11,2%
<b>Específico</b>				
<b>Total</b>	<b>2 265</b>	<b>2 170</b>	<b>1 973</b>	<b>4,4%</b>
Homens (#)	1 003	955	891	5,0%
Homens (%)	23,8%	23,3%	21,2%	0,5 p.p.
Mulheres (#)	1 262	1 215	1 082	3,9%
Mulheres (%)	30,0%	29,7%	25,8%	0,3 p.p.
< 30 anos	145	101	111	43,6%
30 a 50 anos	1 456	1 524	1 459	-4,5%
> 50 anos	664	545	403	21,8%
<b>Administrativo</b>				
<b>Total</b>	<b>1 083</b>	<b>1 044</b>	<b>1 279</b>	<b>3,7%</b>
Homens (#)	416	393	487	5,9%
Homens (%)	9,9%	9,6%	11,6%	0,3 p.p.
Mulheres (#)	667	651	792	2,5%
Mulheres (%)	15,8%	15,9%	18,9%	-0,1 p.p.
< 30 anos	143	84	61	70,2%
30 a 50 anos	562	639	831	-12,1%
> 50 anos	378	321	387	17,8%
<b>Auxiliares</b>				
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>0,0%</b>
Homens (#)	7	7	8	0,0%
Homens (%)	0,2%	0,2%	0,2%	-
Mulheres (#)	0	0	0	-
Mulheres (%)	-	-	-	-
< 30 anos	0	0	0	-
30 a 50 anos	4	4	4	0,00%
> 50 anos	3	3	4	0,0%



Entradas e Saídas	2023		2022		2021		23 vs 22	
	E	S	E	S	E	S	E	S
<b>Total</b>	<b>326</b>	<b>207</b>	<b>159</b>	<b>262</b>	<b>66</b>	<b>455</b>	<b>105,0%</b>	<b>-21,0%</b>
<b>Gênero</b>								
Homens	155	109	77	141	39	254	101,3%	-22,7%
Mulheres	171	98	82	121	27	201	108,5%	-19,0%
<b>Faixa etária</b>								
< 30 anos	180	48	83	49	27	68	116,9%	-2,0%
30 a 50 anos	121	83	68	85	34	156	77,9%	-2,4%
> 50 anos	25	76	8	128	5	231	212,5%	-40,6%

E - Entradas; S - Saídas

Taxa de Rotatividade (%)	2023	2022	2021	23 vs 22
<b>Total</b>	<b>6,3%</b>	<b>5,0%</b>	<b>6,2%</b>	<b>1,3 p.p.</b>
<b>Gênero</b>				
Homens	3,1%	2,6%	3,5%	0,5 p.p.
Mulheres	3,2%	2,4%	2,7%	0,8 p.p.
<b>Faixa etária</b>				
< 30 anos	2,7%	1,6%	1,1%	1,1 p.p.
30 a 50 anos	2,4%	1,8%	2,3%	0,6 p.p.
> 50 anos	1,2%	1,6%	2,8%	-0,4 p.p.

Taxa de Rotatividade Contemplando Estagiários, Trabalho Temporário e Prestação de Serviços (%)	2023			2022			2021	23 vs 22		
	E	S	T	E	S	T	T	E	S	T
<b>Total</b>	<b>370</b>	<b>277</b>	<b>3,3%</b>	<b>218</b>	<b>314</b>	<b>6,4%</b>		<b>69,7%</b>	<b>-11,8%</b>	<b>-3,1 p.p.</b>
<b>Gênero</b>										
Homens	168	126	1,5%	92	155	3,0%	-	82,6%	-18,7%	-1,5 p.p.
Mulheres	202	151	1,8%	126	159	3,4%	-	60,3%	-5,0%	-1,6 p.p.
<b>Faixa etária</b>										
< 30 anos	211	102	1,2%	124	88	2,6%	-	70,2%	15,9%	-1,4 p.p.
30 a 50 anos	132	97	1,1%	84	97	2,2%	-	51,7%	0,0%	-1,1 p.p.
> 50 anos	27	78	0,9%	10	129	1,7%	-	170,0%	-39,5%	-0,8 p.p.

E - Entradas; S - Saídas

Avaliação de Desempenho	2023			2022			2022			23 vs 22		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
Colaboradores(#)	1 671	1 966	3 637	1 884	2 173	4 057	2 074	2 318	4 392	-11,3%	-9,5%	-10,4%
Diretores (#)	261	160	421	286	166	452	294	168	462	-8,7%	-3,6%	-6,9%
Diretores (#)	85,0	92,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chefias (#)	200	163	363	254	199	453	285	220	505	-21,3%	-18,1%	-19,9%
Chefias (#)	91,7	95,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Especificos(#)	864	1 104	1 968	860	1 041	1 901	951	1 152	2 103	0,5%	6,1%	3,5%
Especificos(#)	90,5	90,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrativos (#)	339	539	878	476	767	1 243	536	778	1 314	-28,8%	-29,7%	-29,4%
Administrativos (#)	86,3	82,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auxiliares (#)	7	0	7	8	0	8	8	0	8	-12,5%	-	-12,5%
Auxiliares (#)	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A avaliação de desempenho finaliza no mês de maio de cada ano.

Os valores apresentados dizem respeito à avaliação recebida no ano, mas referente ao ano n-1.

M - Homens; F - Mulheres; T - Total

Promoções	2023	2022	2021	23 vs 22
Mudança de função(#)	303	283	251	7,1%
Mérito(#)	1 038	1 002	811	3,6%
Total (#)	1 341	1 285	1 062	4,4%

Horas de Formação	2023		2022		2021		23 vs 22	
	T	M	T	M	T	M	T	M
<b>Total</b>	<b>169 433,2</b>	<b>40,3</b>	<b>164 052,3</b>	<b>40,1</b>	<b>179 294,0</b>	<b>42,8</b>	<b>3,3%</b>	<b>0,4%</b>
<b>Gênero</b>								
Homens	77 610,3	40,3	75 368,4	40,1	79 999,0	41,2	-100,0%	0,5%
Mulheres	91 822,9	40,2	88 683,9	40,1	99 295,0	44,2	-100,0%	0,2%
<b>Categoria Profissional</b>								
<b>Diretores</b>	<b>19 568,4</b>	<b>40,7</b>	<b>18 270,2</b>	<b>38,0</b>	<b>9 372,0</b>	<b>19,9</b>	<b>7,1%</b>	<b>7,1%</b>
Homens	11 856,9	40,2	12 021,8	39,2	5 838,0	19,4	-1,4%	2,5%
Mulheres	7 711,5	41,5	6 248,3	35,9	3 534,0	20,7	23,4%	15,5%
<b>Chefias</b>	<b>16 099,7</b>	<b>43,2</b>	<b>18 287,6</b>	<b>47,1</b>	<b>9 914,0</b>	<b>21,5</b>	<b>-12,0%</b>	<b>-8,4%</b>
Homens	9 087,7	44,3	10 288,9	47,2	5 436,0	21,2	-11,7%	-6,1%
Mulheres	7 012,0	41,7	7 998,7	47,1	4 478,0	22,0	-12,3%	-11,4%
<b>Específicos</b>	<b>77 498,1</b>	<b>34,2</b>	<b>79 284,4</b>	<b>36,5</b>	<b>94 958,0</b>	<b>48,1</b>	<b>-2,3%</b>	<b>-6,3%</b>
Homens	33 917,4	33,8	34 207,6	35,8	43 078,0	48,3	-0,8%	-5,5%
Mulheres	43 580,7	34,5	45 076,9	37,1	51 880,0	47,9	-3,3%	-6,9%
<b>Administrativos</b>	<b>56 238,1</b>	<b>51,9</b>	<b>48 191,1</b>	<b>46,2</b>	<b>65 049,0</b>	<b>50,9</b>	<b>16,7%</b>	<b>12,4%</b>
Homens	22 719,3	54,6	18 831,1	47,9	25 647,0	52,7	20,6%	14,0%
Mulheres	33 518,8	50,3	29 360,0	45,1	39 403,0	49,8	14,2%	11,4%
<b>Auxiliares</b>	<b>29,0</b>	<b>4,1</b>	<b>19,0</b>	<b>2,7</b>	<b>0,0</b>		<b>52,6%</b>	<b>53,4%</b>
Homens	29,0	4,1	19,0	2,7	0,0		52,6%	53,4%
Mulheres	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		-	-

T - Total; M - Média por Colaborador

Licença de Maternidade /Paternidade	2023		2022		2021		23 vs 22	
	E	S	E	S	E	S	E	S
Colaboradores que beneficiaram de licença de maternidade/ paternidade	63,0	83,0	58,0	107,0	39	88	8,62%	-22,43%
Colaboradores que regressaram ao trabalho após a licença de maternidade/ paternidade	62,0	55,0	58,0	58,0	39	50	6,90%	-5,17%
Colaboradores que regressaram ao trabalho após a licença de paternidade / maternidade e continuam empregados após 12 meses de trabalho	-	-	51	103	36	80	-	-
Taxa de retorno ao trabalho	98,4%	66,3%	100%	54,2%	100,00%	56,8%	-1,6%	-12,1 p.p.
Taxa de Retenção após 12 meses de trabalho*	-	-	87,9%	96,3%	92,3%	90,0%	-	-

E - Entradas; S - Saídas

<b>Serviços de Saúde</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>23 vs 22</b>
<b>Saúde Ocupacional – Medicina do Trabalho</b>				
Exames Médicos	3 210	2 493	3 007	28,76%
Consultas de Medicina Geral	7 104	7 038	7 597	0,94%
Consultas de Medicina Curativa e receitas médicas	-	583	11 952	-
Consultas de outras especialidades médicas				
Consultas de saúde mental (psicologia e psiquiatria)	1 396	1 057	928	32,07%
Consultas de Nutrição	467	457	383	2,19%
Enfermagem				
Total de atos (tratamentos, administração de vacinas, medicação, ECG)	2 400	4 337	6 772	-44,66%
<b>Programas de Prevenção e Controlo de Riscos</b>				
Rastreio Cardiovascular	2 920	2 091	2 408	39,6%
Rastreio Oncológico	1 016	794	724	54,2%
Rastreio Visual	2 645	1 875	2 674	41,1%
Check up Executive (destinado a quadros diretivos)	354	510	186	-30,6%

<b>Indicadores de Saúde e Segurança</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>23 vs 22</b>
<b>Acidentes de trabalho</b>	<b>38</b>	<b>29</b>	<b>27</b>	<b>31,03%</b>
Homens	4	11	10	-63,64%
Mulheres	34	18	17	88,89%
<b>Doenças de trabalho</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Homens	3	-	-	-
Mulheres	6	-	-	-
<b>Óbitos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
Homens	0	0	0	-
Mulheres	0	0	0	-
<b>Taxa de acidentes</b>	<b>5,0%</b>	<b>3,9%</b>	<b>3,8%</b>	<b>1,1 p.p.</b>
Homens	1,1%	3,2%	3,0%	0,2 p.p.
Mulheres	8,3%	4,6%	4,6%	-
<b>Taxa de dias perdidos</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>
Homens	0,0%	0,1%	0,0%	0,1 p.p.
Mulheres	0,1%	0,1%	0,0%	0,0 p.p.
<b>Taxa de absentismo</b>	<b>2,4%</b>	<b>2,7%</b>	<b>3,2%</b>	<b>-0,3 p.p.</b>
Homens	1,6%	1,9%	2,3%	-0,3 p.p.
Mulheres	3,1%	3,4%	3,9%	-0,3 p.p.
<b>Formação em Saúde e Segurança</b>				
Horas de formação em saúde (#)	836,0	3 844,0	29,0	-78,3%
Horas de formação em segurança (#)	1 341,0	4 409,0	520,5	-69,6%
Horas de promoção de sensibilização relativamente à saúde (#)	6 665,0	6 013,0	2 938,0	10,8%
<b>Total (#)</b>	<b>8 842,0</b>	<b>14 266,0</b>	<b>3 487,5</b>	<b>-38,0%</b>
Número de auditorias de segurança às instalações (#)	164	178	107	-7,9%
Número de avaliações ergonómicas realizadas (#)	19	16	2	18,8%
Identificações de peritos e avaliação de risco das atividades (IPAR) (#)	152	168	150	-9,5%
Avaliações do ambiente térmico (#)	0	2	1	-100,0%
Avaliações da qualidade do ar interior (#)	0	0	0	-
Avaliações ao nível de iluminação (#)	144	0	0	100,0%
Investigação de Causas de Acidentes de Trabalho (#)	14	11	6	27,3%
Avaliação Conformidade Requisitos COVID-19 (#)	-	3	-	-
Investigação de Causas de Doenças Profissionais (#)	10	15	-	-
Elaboração/Acompanhamento Plano de Ações Integrado (#)	161	184	-	-
Avaliação de Riscos e Listagem de Equipamentos de Trabalho (#)	151	164	-	-

<b>Associativismo</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>23 vs 22</b>
Colaboradores abrangidos por Acordos de negociação colectiva (#)	4 113	3 964	4 032	3,8%
Colaboradores abrangidos por Acordos de negociação colectiva (%)	97,7%	96,5%	96,2%	1,2 p.p.
Colaboradores sindicalizados (#)	3931	3786	3901	3,8%
Colaboradores sindicalizados (%)	93,4%	92,6%	93,0%	0,8 p.p.

<b>Benefícios para Colaboradores</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>23 vs 22</b>
<b>Apoio à educação (mil €)</b>	<b>702,2</b>	<b>706,5</b>	<b>705,9</b>	<b>-0,6%</b>
Apoios à primeira infância (#)	280	367	398	-23,7%
Apoios à primeira infância (mil €)	380,5	423,4	454,4	-10,1%
Bolsas de estudo (#)	360	268	224	34,3%
Bolsas de estudo (mil €)	218,1	196,5	164,1	11,0%
Apoios a crianças e jovens com necessidades especiais (#)	105	94	91	11,7%
Apoios a crianças e jovens com necessidades especiais (mil €)	103,6	86,6	87,4	19,6%
<b>Apoio a colaboradores reformados (mil €)</b>	<b>126,2</b>	<b>87,7</b>	<b>124,7</b>	<b>43,9%</b>
Encargos com internamentos em lares, centros de dia, apoio domiciliário e apoio na compra de medicamentos ou outros bens de primeira necessidade (#)	66	67	68	-1,5%
<b>Apoio a colaboradores no ativo e reformados (mil €)</b>	<b>828,4</b>	<b>794,2</b>	<b>830,6</b>	<b>4,3%</b>
<b>Presente de Natal (#)</b>	<b>3 032</b>	<b>3 160</b>	<b>3 171</b>	<b>-4,1%</b>
Presente de Natal (mil €)	121,8	126,4	126,8	-3,6%
<b>Ao abrigo do ACT (Acordo Coletivo de trabalho) (mil €)</b>	<b>30 782,9</b>	<b>17 904,8</b>	<b>33 645,2</b>	<b>71,9%</b>
Crédito à habitação (mil €)	22 653,1	16 896,3	31 611,9	38,6%
Aquisição de bens de consumo (mil €)	2 129,8	1 559,6	2 033,4	36,6%
Apoio social	6 000,0	0,0	0,0	100,0%
<b>Em carteira :</b>	<b>274 141,5</b>	<b>257 487,2</b>	<b>271 856,0</b>	<b>6,5%</b>
Crédito Habitação (mil €)	265 530,0	247 930,6	260 419,1	7,1%
Crédito Individual (mil €)	8 611,5	9 556,6	11 436,9	-9,9%

Colaboradores com Incapacidade Superior a 60% (ao abrigo da Lei n.º 4/2019)	2023			2022			2021	23 vs 22
	M	F	T	M	F	T	T	T
Diretores (#)	3	6	9	3	5	8	-	-12,5%
Chefias (#)	4	3	7	4	4	8	-	-12,5%
Específicos (#)	21	44	65	16	42	58	-	-12,5%
Administrativos (#)	17	22	39	14	22	36	-	-8,3%
Auxiliares (#)	1	0	1	1	0	1	-	0%
<b>Total (#)</b>	<b>46</b>	<b>75</b>	<b>121</b>	<b>38</b>	<b>73</b>	<b>111</b>	<b>-</b>	<b>159</b>

## 7.3 Indicadores de Governance

Igualdade de Género (Género sub-representado %)	2023	2022	2021	23 vs 22
Administração e Direcção de 1.ª linha (Género sub representado)	27,3%	27,5%	25,5%	-0,2 p.p.
Quadros Diretivos	38,7%	36,2%	36,7%	2,5 p.p.
Disparidade Salarial (equal pay)	5,4%	5,7%	5,9%	-0,3 p.p.
<b>Rácio do salário total da remuneração entre homens e mulheres, por categoria de funções</b>				
Diretores	0,87	0,90	0,88	-0,03 p.p.
Chefias	0,96	0,97	0,97	-0,01 p.p.
Específicos	0,90	0,90	0,90	0,00 p.p.
Administrativos	0,92	0,91	0,90	0,01 p.p.
Auxiliares	-	-	0,00	-
<b>Total</b>	<b>0,81</b>	<b>0,81</b>	<b>0,76</b>	<b>0,00 p.p.</b>

Fornecedores que Subscreveram os Princípios de Relacionamento do Grupo novobanco e com Scoring de Sustentabilidade (%)	2023	2022	2021	23 vs 22
	75,7%	61,1%	52,0%	14,6 p.p.

---

# 8 SOBRE ESTE RELATÓRIO

Este relatório retrata a forma como o Grupo novobanco aborda a sustentabilidade na gestão da sua atividade, no envolvimento com colaboradores e clientes, no negócio sustentável e na conduta responsável. Detalha ainda o desempenho dos dois últimos anos no âmbito da sustentabilidade.

O modelo do *Global Reporting Initiative* (GRI) orienta a elaboração deste relatório que é executado de acordo com a opção Standard. A tabela GRI pode ser consultada no site em: NOVO BANCO/Institucional/Relatórios de Sustentabilidade. Este relatório dá igualmente resposta aos requisitos legais introduzidos pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, sendo, nos termos do artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, a Demonstração Não Financeira do Grupo novobanco.

A Ernst & Young, Audit & Associados, SROC, SA concedeu a garantia independente a este desempenho de sustentabilidade, considerando que os indicadores adequados foram relatados de acordo com as normas de relatório de sustentabilidade do GRI e do Decreto-Lei n.º 89/2017, conforme pode ser consultado nas páginas 288 e 289.

O Relatório de Sustentabilidade 2023 encontra-se integrado no Relatório & Contas do Grupo novobanco 2023 demonstrando que a sustentabilidade faz parte da estratégia do banco e complementa, em alguns temas, de forma mais detalhada, a informação constante naquele Relatório,

Com o propósito de continuar a evoluir e melhorar o seu desempenho, o Grupo novobanco tem em consideração as preocupações e sugestões dos seus stakeholders, disponibilizando para questões, comentários ou sugestões o seguinte email:

[sustentabilidade@novobanco.pt](mailto:sustentabilidade@novobanco.pt)



## 8.1 Notas metodológicas

<b>Sociais</b>	
Taxa de Rotatividade	$((\text{Número de entradas} + \text{saídas}) / 2) / \text{total colaboradores}$
Taxa de Novas Contratações	Novas contratações em 2023 / número total de colaboradores em 2023
Taxa de Acidentes	Número de acidentes de trabalho / Horas trabalhadas*1000000
Taxa de Absentismo	Número de ausências (sem maternidade/paternidade) / Horas de trabalho possíveis*100
Taxa de Retenção	Nº Total de colaboradores retidos em 12 meses após o regresso do trabalho seguido da licença parental/Nº de trabalhadores que regressaram da licença parental no ano anterior * 100, por género
Taxa de Retorno ao Trabalho	Número de ausências (sem maternidade/paternidade) / Horas de trabalho possíveis*100
Média de horas de formação por género	Número total de horas de formação por género/ Número total de colaboradores em cada género
Média de horas de formação por categoria profissional	Número total de horas de formação por categoria profissional/ Número total de colaboradores em cada categoria
Balcões localizados em zonas de baixa densidade	Número de balcões que se situam nos 165 municípios de baixa densidade identificados pela Deliberação n.º 55/2015 da Comissão Interministerial de Coordenação, Portugal 2020
Diretores	Função de gestão e coordenação global de departamento e equipa, com responsabilidades e atividades ao nível mais estratégico, diretamente ligadas com a gestão de topo. Função que atua ao nível do planeamento, gestão, supervisão e cumprimento dos objetivos de negócio. Define e acompanha a execução de um orçamento anual e decide medidas de mitigação de desvios. Define e delega objetivos de área para o seu departamento e controla o seu cumprimento.
Chefias	Função que atua no planeamento, coordenação e execução das atividades diárias e dos projetos da equipa. Garante a concretização das decisões provenientes da direção. Gere equipas de trabalho e garante uma boa gestão de relacionamentos interpessoais.
Específicos	Função que operacionaliza conhecimentos técnicos de uma área de especialização. Tem uma abrangência de conhecimentos sobre a sua área de atuação profissional e atividades funcionais adjacentes. Supervisiona atividades de cariz mais técnico e operacional, bem como a verificação da correta execução de tarefas relacionadas por parte de outros.
Administrativos	Função que executa tarefas relacionadas com o expediente geral do Banco. Processa e arquiva informação, respeitando regras e procedimentos de arquivo. Preenche e confere documentação de apoio à atividade operacional e quotidiana do Banco, assim como atende e encaminha, telefónica ou pessoalmente, o público interno e externo à empresa, em função do tipo de informação ou serviço pretendido.
Auxiliares	Função que participa na elaboração de tarefas diárias de natureza muito operacional, executando as atividades necessárias, sob orientação. Efetua operações de rotina e verifica o estado geral de instalações e equipamentos, assegurando a sua manutenção e conservação.

## Ambientais

Água	Valor estimado tendo como base o consumo real de água em 100% dos edifícios centrais e de 48% dos balcões
Eletricidade	Valor apurado diretamente a partir dos registos e faturação da EDP e restantes fornecedores
Gasóleo dos geradores	O consumo de gasóleo em 2023 foi calculado através da estimativa do seu consumo, baseada nas horas de funcionamento dos geradores
Energia	Para o cálculo do consumo direto de energia (consumo de combustíveis) em GJ foi utilizada a seguinte fórmula: Consumo de combustível (l) * PCIX * Densidade X / 1000, recorrendo aos seguintes fatores de conversão:
Gasóleo (rodoviário)	42,8 GJ/t (Fonte: Despacho n.º 17313/2008 (SGCIE) 0,84 kg/l (Fonte: DGEG 2017, dados a 21-09-2019)
Gasolina (rodoviário)	44,3 GJ/t (Fonte: Despacho n.º 17313/2008 (SGCIE) 0,74 kg/l (Fonte: DGEG 2017, dados a 21-09-2019)
Gasóleo (geradores)	43,1 GJ/ (Fonte: APA - Valores de densidade dos combustíveis a utilizar no âmbito do regime CELE)
Eletricidade	1 kWh = 0,0036 GJ (Fonte: Agência Internacional de Energia e GRI)
Emissões de CO <sub>2</sub> Âmbito 1	<p>No cálculo das emissões provenientes do consumo de energia recorreu-se à seguinte fórmula:</p> <p>Emissão = Consumo X * Fator de emissão (FE)X          Contempla ainda os seguintes fatores de emissão e parâmetros usados no cálculo das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Gasóleo (geradores): 0,078 ton CO<sub>2</sub>eq/GJ</li> <li>• Automóvel ligeiro, gasolina, cilindrada do motor &lt; 1 400 cm<sup>3</sup> - 0,164 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: APA – NIR 2023)</li> <li>• Automóvel ligeiro, gasolina, cilindrada do motor ≥ 1 400 e &lt; 2000 cm<sup>3</sup> - 0,195 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: APA – NIR 2023)</li> <li>• Automóvel ligeiro, gasolina, cilindrada do motor ≥ 2000 cm<sup>3</sup> - 0,228 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: APA – NIR 2023)</li> <li>• Automóvel ligeiro, gasóleo, cilindrada do motor &lt; 2 000 cm<sup>3</sup> - 0,172 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: APA – NIR 2023)</li> <li>• Automóvel ligeiro, gasóleo, cilindrada do motor ≥ 2 000 cm<sup>3</sup> - 0,172 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: APA – NIR 2023)</li> <li>• Automóvel Híbrido - 0,142 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: APA – NIR 2023)</li> </ul>
Emissões de CO <sub>2</sub> Âmbito 2	<p>No cálculo das emissões provenientes do consumo de energia recorreu-se à seguinte fórmula:</p> <p>Emissão = Consumo X * Fator de emissão (FE)X          Contempla ainda os seguintes fatores de emissão e parâmetros usados no cálculo das emissões de GEE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de eletricidade continente – método market based - 0,217 kg CO<sub>2</sub>e/kWh (Fonte: Mix da oferta 2023 – Clientes Empresariais EDP)</li> <li>• Produção de eletricidade continente – método location based - 0,137 kg CO<sub>2</sub>e/kWh (Fonte: APREN, mix energético 2022)</li> <li>• Produção de eletricidade na ilha da Madeira – método location e market - 0,518 kg CO<sub>2</sub>e/kWh (Fonte: EE Madeira 2022)</li> <li>• Produção de eletricidade na ilha dos Açores – método location e market - 0,446 kg CO<sub>2</sub>e/kWh (Fonte: EDA, Relatório e Contas 2022)</li> </ul>

## Ambientais

### Emissões de CO<sub>2</sub> Âmbito 3

No cálculo são incluídas as emissões resultantes das deslocações dos colaboradores em trabalho, das deslocações Casa/Trabalho/Casa (CTC), recorrendo à seguinte fórmula: Emissão = Viagem (km) X \* FEX  
Contempla ainda os seguintes fatores de emissão e parâmetros usados no cálculo das emissões de GEE:

- Automóvel Gasóleo - 0,210 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: APA - NIR 2021)
- Automóvel Gasolina - 0,208 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: APA - NIR 2021)
- Automóvel GPL - 0,193 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: APA - NIR 2021)
- Automóvel Híbrido - 0,144 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: APA - NIR 2021)
- Automóvel elétrico - 0,018 kg CO<sub>2</sub>e/km (consumo de 13,3 kW/100 km) (Fonte: APREN 2021)
- Autocarro - 0,131 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: DEFRA 2020); 1,420 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: STCP 2011) e 0,189 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: Carris 2020)
- Metropolitano - 0,06 kg CO<sub>2</sub>e (Fonte: Metro Lisboa 2016) e km, 0,040 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: Metro do Porto 2018)
- Comboio - 0,024 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: CP 2019) e 0,021 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: Fertagus 2013/2014)
- Barco - 0,190 CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: Transtejo+Soflusa, 2014)
- Motociclo (gasolina) - 0,132 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: APA - NIR 2021)
- Motociclo (elétrico) - 0,012 kg CO<sub>2</sub>e/km (Consumo de 9 kW/100 km) (Fonte: APREN 2021)
- Motociclo (gasóleo) - 0,134 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: APA - NIR 2021)
- Emissão Avião = Viagem (Km) X \* FÉX \* Fator Descolagem \* RFI2  
Contempla ainda os seguintes fatores de emissão e parâmetros usados no cálculo das emissões de GEE:
- Avião, Voo Doméstico FE CO<sub>2</sub> - 0,17147 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: GHG Protocol: Emission Factors from Cross-Sector Tools 2017)
- Avião, Voo Curto Curso FE CO<sub>2</sub> - 0,09700 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: GHG Protocol: Emission Factors from Cross-Sector Tools 2017)
- Avião, Voo Longo Curso FE CO<sub>2</sub> - 0,11319 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: GHG Protocol: Emission Factors from Cross-Sector Tools 2017)
- Avião, Voo Doméstico FE CH<sub>4</sub> - 0,0001 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: DEFRA 2021)
- Avião, Voo Curto Curso FE CH<sub>4</sub> - 0,00001 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: DEFRA 2021)
- Avião, Voo Longo Curso FE CH<sub>4</sub> - 0,00001 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: DEFRA 2021)
- Avião, Voo Doméstico FE N<sub>2</sub>O - 0,00122 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: DEFRA 2021)
- Avião, Voo Curto Curso FE N<sub>2</sub>O - 0,00076 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: DEFRA 2021)
- Avião, Voo Longo Curso FE N<sub>2</sub>O - 0,00096 kg CO<sub>2</sub>e/km (Fonte: DEFRA 2021)
- Fator de Descolagem - 109% (Fonte: DEFRA/IPCC 1999)
- RFI - 1.9% (Fonte: DEFRA/IPCC 1999)
- Contempla ainda os seguintes fatores de emissão e parâmetros utilizados no cálculo das emissões de GEE proveniente do tratamento de águas residuais: 0,0019 kgCH<sub>4</sub>/por dia (o dia corresponde a 8 horas e foram considerados os dias de trabalho presencial dos colaboradores no ano de 2021), com os seguintes fatores:
- Potencial de Aquecimento Global (PAG)/(GWP) CO<sub>2</sub> - 1
- PAG (GWP) CH<sub>4</sub> - 28
- PAG (GWP) N<sub>2</sub>O - 265
- Contempla ainda os seguintes fatores de emissão para o cálculo das emissões associadas ao consumo de papel, tratamento de papel encaminhado para reciclagem e consumo de água:
- Ciclo de vida do papel - 0,3 t CO<sub>2</sub>e/t papel consumido (Fonte: CEPI - Key Statistics 2020)
- Reciclagem de papel - 0,0213 kg CO<sub>2</sub>e/ kg de papel enviado para reciclagem (Fonte: DEFRA 2021)
- Consumo de água - 0,265 kg CO<sub>2</sub>e/m<sup>3</sup> de água captada (Fonte: EPAL 2017)
- Tratamento de água - 0,272 kg CO<sub>2</sub>e/m<sup>3</sup> de água tratada

## Governance

Rácio de Remuneração	Rácio da remuneração total média entre mulheres e homens, por categoria de funções - (remuneração mulheres / remuneração homens)*100
Scoring de Sustentabilidade	Calculado com base na informação recolhida através do formulário de registo preenchido pelos fornecedores no Portal de Fornecedores do Grupo novo-banco, com base num conjunto de critérios nas seguintes dimensões e com o respetivo peso de ponderação: Políticas e Governance – 40%; Higiene e Segurança no Trabalho – 30% e Ambiente – 30%

## Clientes

Atendimento	O peso de clientes muito satisfeitos com o atendimento correspondem à % de respostas de 8 a 10 numa escala de 1 a 10
Satisfação Global	O peso de clientes muito satisfeitos com o Banco correspondem à % de respostas de 8 a 10 numa escala de 1 a 10
Confiança	O índice de confiança corresponde à média das respostas numa escala de 0 a 10, sendo a média convertida num índice de 0 a 100
Net Promoter Score	O Net Promoter Score é calculado a partir da intenção de recomendação e é obtido pela diferença entre a % de promotores e a % de detratores A % de promotores corresponde à % de respostas de 9 a 10 numa escala de 0 a 10 A % de detratores corresponde à % de respostas de 0 a 6 numa escala de 0 a 10
Cientes muito satisfeitos	O peso de clientes muito satisfeitos corresponde à % de respostas de 8 a 10 numa escala de 1 a 10
Índice de reclamação por cada 1000 clientes ativos	Número de reclamações existentes a dividir pelo número de clientes ativos, sendo considerados clientes ativos, clientes que utilizaram o serviço do Banco nos últimos 3 meses.
Balcões localizados em zonas de baixa densidade	Número de balcões que se situam nos 165 municípios de baixa densidade identificados pela Deliberação n.º 55/2015 da Comissão Interministerial de Coordenação, Portugal 2020

## 8.2 Tabela GRI

RS – Relatório de Sustentabilidade  
RC- Relatório e Contas  
RG- Relatório de Gestão  
DF – Demonstrações Financeiras

■ Grupo novobanco  
■ Grupo novobanco  
(novobanco, novobanco dos Açores,  
Banco Best e GNBGA)  
■ novobanco

<b>DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO</b>	O novobanco reportou de acordo com as Normas GRI para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023
<b>VERSÃO UTILIZADA</b>	GRI: Foundation 2021
<b>GRI STANDARDS SETORIAIS APLICÁVEIS</b>	N.A. à data da publicação deste Relatório

<b>GRI 2: DIVULGAÇÕES GERAIS 2021</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
<b>PERFIL ORGANIZACIONAL</b>	RC- Novo Banco, S.A. RG – Av. da Liberdade, nº 195, 1250-142 Lisboa RS – páginas 125-126;132.				
<b>2-1 Detalhes da Organização</b>	O Relatório de Sustentabilidade de 2023 abrange o Grupo novobanco – novobanco, novobanco dos Açores, Banco Best e GNBGA RG páginas 16-23; 28-34; 68-75 DF – página 298.				
<b>2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização</b>	O Relatório de Sustentabilidade de 2023 abrange o Grupo novobanco – novobanco, novobanco dos Açores, Banco Best e GNBGA				
<b>2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato</b>	Período coberto pelo relatório: 1 janeiro a 31 dezembro de 2023 Frequência: anual Ciclo de emissão de relatórios: anual Contatos para questões sobre o relatório ou os seus conteúdos: sustentabilidade@novobanco.pt				
<b>2-4 Reformulações de informações</b>	O Relatório de Sustentabilidade 2023 detalha o desempenho dos últimos três anos no âmbito do Grupo novobanco.  Alterações significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório: Benjamin Dickgiesser passou a integrar o Conselho de Administração Executivo (“CAE”) do novobanco no mandato em curso (2022-2025), na função de Chief Financial Officer. Nomeação de Evgeniy Kazarez como membro do Conselho Geral e de Supervisão (“CGS”) para o atual mandato (2021-2024).				

GRI 2: DIVULGAÇÕES GERAIS 2021	Página do Relatório	ODS	Princípios GC	Omissões	Âmbito																				
	<p>Aumento do capital social do Banco para o montante de 6 567 843 862,91 Euros.</p> <p>Estrutura Acionista            Nani Holdings S.G.P.S., S.A - 75,00%            Fundo de Resolução - 13,04%            Direcção-Geral do Tesouro e Finanças - 11,96%</p> <p>RS – página 124-125.            RG – páginas 19; 24-25.</p>																								
2-5 Verificação externa	RS – página 288-289.																								
<b>ATIVIDADE E COLABORADORES</b>																									
2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	<p>RS – páginas 123; 140- 152; 171-173;177-191; 203-207;225-230;</p> <p>RG – páginas 19; 20-25;68-73.</p> <p>DF - 298.</p> <p>Site institucional, produto e empresa</p> <p>O Relatório de Sustentabilidade de 2023 abrange o âmbito do Grupo novobanco (novobanco, novobanco dos Açores, Banco Best e Grupo novobanco Gestão de Ativos). A informação referente aos colaboradores reportados neste relatório tem o mesmo âmbito do Relatório e Contas, ou seja, contempla colaboradores efetivos, contratos a termo e colaboradores cedidos. Os colaboradores com os restantes contratos de trabalho – estagiários, trabalhadores temporários e prestadores de serviços, num total de 24 (11 homens e 13 mulheres), em 2023 representam somente 0,56% da totalidade dos colaboradores do Grupo.</p>																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Vínculos Laborais</th> <th>H</th> <th>M</th> <th>Variação 2023/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Estagiários</td> <td>5</td> <td>5</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>Trabalhadores Temporários</td> <td>5</td> <td>8</td> <td>-69,0%</td> </tr> <tr> <td>Prestadores Serviços</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>-50,0%</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>11</b></td> <td><b>13</b></td> <td><b>-55,6%</b></td> </tr> </tbody> </table>						Vínculos Laborais	H	M	Variação 2023/2022	Estagiários	5	5	0%	Trabalhadores Temporários	5	8	-69,0%	Prestadores Serviços	1	0	-50,0%	<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>-55,6%</b>
Vínculos Laborais	H	M	Variação 2023/2022																						
Estagiários	5	5	0%																						
Trabalhadores Temporários	5	8	-69,0%																						
Prestadores Serviços	1	0	-50,0%																						
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>-55,6%</b>																						

<b>GRI 2: DIVULGAÇÕES GERAIS 2021</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
	Ver nota 2-4				
<b>2-7 Colaboradores</b>	RS – páginas 121; 176-195; 246-255. RG – páginas 48-49.	8	6		
<b>2-8 Trabalhadores que não são colaboradores</b>	RS – páginas 247; 249.	8	6		
<b>GOVERNANCE DA SOCIEDADE</b>					
<b>2-9 Estrutura de governança e composição</b>	RS – páginas 197-199 RG – páginas 84-111; 28-32. Site Grupo novobanco > Sobre nós> Modelo de governo da sociedade	5, 16			
<b>2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança</b>	RS – páginas 197-199. RG – páginas 28-32; 84-111. Site Grupo novobanco > Sobre nós> Modelo de governo da sociedade, estatutos do novobanco	5, 16			
<b>2-11 Presidente do mais alto órgão de governança</b>	RS – páginas 197-199 RG – páginas 28-32; 84-111 Site Grupo novobanco> Sobre nós> Documentos societários e principais regulamentos >Estatutos	16			
<b>2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos</b>	O Presidente do Conselho de Administração Executivo e restantes membros o Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral de Supervisão que fazem parte do <i>Steering</i> de Sustentabilidade, com base em objetivos definidos para 2024 e 2030 controlam e aprovam a gestão da sustentabilidade numa base mensal.	16			

GRI 2: DIVULGAÇÕES GERAIS 2021	Página do Relatório	ODS	Princípios GC	Omissões	Âmbito
	<p>Estes objetivos são monitorizados através de um plano de ações e coordenação de equipas nomeadas para o progresso do modelo de negócio sustentável. Os modelos e respetivos procedimentos garantem o alinhamento da atuação em termos de sustentabilidade pelas diferentes operações do Banco, através da coordenação das iniciativas com os representantes nomeados em cada operação.</p> <p>RS – páginas 197-199. RG – páginas 28-32; 84-111. Site Grupo novobanco &gt;Sobre nós&gt; Modelo de governo da sociedade</p>	16			
2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	<p>Conselho de Administração Executivo, Comitês, Steering de Sustentabilidade</p> <p>RS – páginas 197-199. RG – páginas 228-32; 84-111. Site Grupo novobanco&gt;Sobre nós&gt; Modelo de governo da sociedade</p>				
2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no reporte de sustentabilidade	<p>O Relatório e Contas e o Relatório de Sustentabilidade são aprovados pelo Conselho de Administração Executivo e pelo Conselho Geral e de Supervisão.</p>				
2-15 Conflitos de interesse	<p>RS – páginas 197-199. RG – páginas 228-32; 84-111. Site Grupo novobanco&gt;sobre Nós&gt; Governação&gt;Documentos Societários e Principais Regulamentos&gt;Política Conflito de Interesses</p>	16			
2-16 Comunicação de preocupações cruciais	<p>RS – páginas 197-199. RG – páginas 28-32; 84-111. Site Grupo novobanco&gt;sobre Nós&gt; Governação&gt;Documentos Societários e Principais Regulamentos&gt;Comitês de supervisão e política de Comunicação de Irregularidades</p>				
2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	<p>RS – páginas 197-199. RG – páginas 228-32; 84-111. Site Grupo novobanco &gt;Sobre nós&gt; Modelo de governo da sociedade</p>	4			
2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	<p>A avaliação de desempenho dos Membros do CAE é efetuada anualmente considerando o desempenho e os objetivos definidos. A atribuição de remuneração variável anual é definida com base no cumprimento de indicadores chave de desempenho (KPI) financeiros e não financeiros, individuais e corporativos, acordados com cada membro do Conselho Administração Executivo.</p>				



GRI 2: DIVULGAÇÕES GERAIS 2021	Página do Relatório	ODS	Princípios GC	Omissões	Âmbito
	<p>Os KPIs são definidos com base numa combinação do desempenho financeiro global do banco, das áreas de responsabilidade individuais do membro (incluindo o desenvolvimento de colaboradores com reporte direto e o cumprimento de fatores ESG). Para mais informações consultar Política de Remuneração para os Órgãos de Administração e de Supervisão disponível no site Grupo novobanco&gt; Sobre Nós &gt; Governação &gt; Documentos Societários e Principais Regulamentos</p> <p>RS – páginas 197-199. RG – páginas 27- 30, 75-96.</p>				
2-19 Políticas de remuneração	<p>RS – páginas 197-199. RG – páginas 28-32; 99-105. Site Grupo novobanco&gt;sobre Nós&gt; Governação&gt;Documentos Societários e Principais Regulamentos&gt;Políticas de Remuneração</p>				
2-20 Processo para determinação da remuneração	<p>RS – páginas 197-199. RG – páginas 28-32; 99-105. Site Grupo novobanco&gt;Sobre Nós&gt; Governação&gt;Documentos Societários e Principais Regulamentos&gt;Políticas de Remuneração</p>				
2-21 Proporção da remuneração total anual	<p>Média da remuneração anual total de todos os colaboradores (excluindo o mais bem pago): € 42 447,60 Remuneração total anual auferida pelo CEO: 990 000,00 € Variação da remuneração do CEO: 155,7%</p> <p>Proporção entre a remuneração anual total auferida pelo CEO e a remuneração média anual total de todos os colaboradores (excluindo o mais bem pago): 23,32</p> <p>Em 2023 e no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho verificou-se um aumento salarial de 4,50%.</p> <p>Remuneração Média: 6,2%</p>				
<b>ESTRATÉGIA, POLÍTICAS E PRÁTICAS</b>					
2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	<p>RC- CEO Talk com Mark Bourke páginas 3-9. RS – páginas 121-123.</p>				

<b>GRI 2: DIVULGAÇÕES GERAIS 2021</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
<b>2-23 Políticas</b>	RS – 171-178; 180;185, 204-206. RG – 93-100. Site Grupo novobanco>sobre Nós>Governança>Documentos Societários e Principais Regulamentos	16	10		
<b>2-24 Incorporação de políticas</b>	RS – 171-178; 180;185; 204-206. RG – 93-100. Site Grupo novobanco>sobre Nós>Governança>Documentos Societários e Principais Regulamentos	16	10		
<b>2-25 Processos para reparar impactos negativos</b>	RS – páginas 171-177; 180;185, 204-206. RG – 93-100.	16	10		
<b>2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações</b>	RS – 126;178. RG – 94.	16	10		
<b>2-27 Conformidade com leis e regulamentos</b>	No decorrer de 2023 o Grupo não teve conhecimentos de casos de não conformidade com leis e regulamentos	16	8		
<b>2-28 Participação em associações</b>	RS – páginas 139;144;157-162; 173. Site de sustentabilidade>Negócio Sustentável>A nossa abordagem				
<b>ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS</b>					
<b>2-29 Abordagem ao envolvimento de stakeholders</b>	RS – páginas 126-127;139;144-145; 157-163; 171.173.				
<b>2-30 Acordos de negociação coletiva</b>	RS – página 254.	4			

GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023	Página do Relatório	ODS	Princípios GC	Omissões	Âmbito
3-1 Processo para determinar tópicos materiais	RS – páginas 128-131.				
3-2 Lista de tópicos materiais	RS - RS – páginas 128-131.				
<b>INDICADORES ECONÓMICOS ASPECTO: DESEMPENHO ECONÓMICO</b>					
3-3 Gestão dos temas materiais	<p>O Plano Estratégico definido para o triénio 2024-2026 pretende munir o Grupo novobanco das condições necessárias para cumprir a sua missão de ser o banco de confiança que apoia as famílias e empresas ao longo da sua vida. Esta missão guia e sustenta tudo o que o novobanco faz e permitindo-lhe construir valor a longo prazo, investir para o crescimento, focado na entrega de um dividendo social com uma contribuição positiva para a sociedade e impulsionar retornos sustentáveis para os acionistas.</p> <p>O modelo de negócio do novobanco é baseado em 2 segmentos da banca comercial: empresas e particulares. Em ambos, procura antecipar e responder às necessidades dos seus clientes, oferecendo produtos e serviços bancários inovadores, eficazes e transparentes, baseados em elevados padrões éticos e de integridade, e assentes em mecanismos de avaliação de qualidade e satisfação. A abordagem estratégica do novobanco está assente em quatro pilares, que sustentam o seu posicionamento competitivo. Durante o atual exercício foi efetuado um reforço da integração entre a estratégia do banco e a sua atuação ao nível da ação ambiental, social e de reforço de governança.</p> <p>Cada um dos pilares estratégicos do banco está alinhado com a sua visão ESG e ODS prioritários;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevar a abordagem centrada no cliente do banco, com propostas de valor diferenciadas, alavancando uma abordagem digital e omnicanal. reforçando o seu papel no suporte às necessidades advindas da transição energética dos seus clientes;</li> <li>• Proporcionar operações simples e eficientes, que melhorem a experiência bancária, e assegurem uma pegada ambiental e social mais sustentável;</li> <li>• Desenvolver pessoas e cultura, atraindo e cultivando ativamente uma equipa de profissionais qualificados que sejam referência dos valores fundamentais do nosso banco, incluindo os objetivos de inclusão, diversidade e de reforço do bem-estar de todos os colaboradores.</li> <li>• Assegurar um desempenho sustentável, ao nível da gestão dos riscos e do reforço da integração das componentes ESG no negócio, incluindo o risco climático e ambiental.</li> </ul> <p>O Grupo monitoriza mensalmente indicadores definidos no âmbito do plano estratégico associados a este tema.</p>				

<b>GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
<b>201-1 Valor económico direto gerado e distribuído</b>	Produto Bancário: 1 438,7M€ RG – página 63. Valor Económico Gerado: 1 438,7M€ RG – página 63. Gastos Gerais Administrativos: 182,9M€ RG – página 65. Custos com Pessoal: 252,7M€ RG – página 65. Provedores de Capital - Acionistas - Não houve distribuição de dividendos. Impostos Correntes: 15,1M€ DF – página 376 - nota 28. Comunidade: 0,474 M € RS – páginas – 159-161. Valor Económico Distribuído: 451,1M€ Valor Económico Acumulado: 987,6M€				
<b>201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas</b>	RS – páginas 141-146; 223-241. RG – páginas 51-59.			13	
<b>201-3 Planos de benefícios oferecidos pela organização</b>	RS – páginas 156-162; 176-195; 252.				
<b>201-4 Assistência financeira recebida do Estado</b>	DF – página 391, nota 35.				
<b>ASPECTO: PRESENÇA NO MERCADO</b>					
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	Consultar Indicador 3-3 Aspeto: Desempenho Económico da presente tabela.  Adicionalmente, o novobanco tem participado ao longo dos anos em diversas iniciativas ao nível do financiamento sustentável em parceria com a sua concorrência. Em 2019 assinou a “Carta Compromisso para o Financiamento Sustentável em Portugal”, que tem como intuito contribuir para a promoção de práticas de investimento sustentável no País, com o propósito de acelerar o processo de uma economia neutra em carbono até 2050 em total parceria com os seus pares. Participa ainda em mais dois grupos de trabalho subjacente ao tema Financiamento Sustentável, nomeadamente da Associação Portuguesa de Bancos e Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património-. Integrado no seu novo plano estratégico uma das prioridades é o pilar das parcerias que tenta encontrar mais valias e novos parceiros relevantes para o desenvolvimento de propostas de valor no sector financeiro, tentando dar uma resposta de ecossistema global aos clientes encontrando valor nos parceiros.				

<b>GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
<b>202-1 Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, por género, nas unidades operacionais importantes</b>	Para as categorias profissionais representativas do universo de colaboradores, o novobanco pratica salários mínimos superiores ao salário mínimo nacional (o salário mais baixo praticado pelo novobanco é 1,51 vezes superior ao salário mínimo nacional).	5, 7, 8	6		
<b>202-2 Proporção de contratação de pessoal para postos de alta gestão na comunidade em local</b>	O grupo exerce a maior parte da sua atividade em Portugal. A contratação local é parte integrante da prática de contratação. É sempre dada a prioridade a colaboradores locais de forma a garantir uma força de trabalho sustentada e competente, com possibilidades de progressão na carreira de forma a assumir cargos de chefia. Consequentemente, os cargos de direção são ocupados, maioritariamente por colaboradores locais, que colaboradores não locais são a exceção e em números com pouca relevância. Para cargos de Conselho de Administração Executivo consultar RG- página páginas 30-31.	8	6		
<b>ASPECTO: IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS</b>					
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	O Grupo novobanco tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas com impactos económicos indiretos.  O Grupo novobanco monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório & Contas, no site e no Relatório de Sustentabilidade.				
<b>203-1 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos</b>	RS – páginas 141-152. RG – páginas 68-73.	2, 5, 7, 9, 11			
<b>203-2 Impactes económicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactes</b>	RS – páginas 128-131; 140-155. RG – páginas 6-43; 68-73.	1, 2, 3, 8, 10, 17			

GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023	Página do Relatório	ODS	Princípios GC	Omissões	Âmbito								
<b>ASPECTO: PRÁTICAS DE COMPRA</b>													
3-3 Gestão dos temas materiais	<p>O Grupo novobanco tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas neste âmbito mediante a elaboração de um <i>scoring</i> de sustentabilidade no processo de registo dos seus fornecedores no portal de Fornecedores. O Grupo novobanco monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os tanto no Relatório &amp; Contas, no site e no Relatório de Sustentabilidade.</p> <p>RS – páginas 128-131; 139-140; 171-173.</p>												
204-1 Proporção de despesas com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	<p>O Grupo novobanco adquire os seus produtos de consumo regular como por exemplo o economato, equipamentos e serviços especializados para Portugal Continental e Ilhas, a empresas nacionais. Cerca de 92,1% das despesas referem-se a fornecedores nacionais vs 7,9% de fornecedores internacionais.</p> <p>RS – páginas 171-177;255.</p>	12											
<b>ASPECTO: ANTI-CORRUPÇÃO</b>													
3-3 Gestão dos temas materiais	<p>A atuação do Grupo novobanco centra-se na prevenção, deteção, comunicação e gestão de situações que acarretem riscos de conduta ou de condutas irregulares segundo princípios de integridade, honestidade, diligência, competência, transparência e isenção. O Grupo novobanco monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os tanto no Relatório &amp; Contas, como no site e no Relatório de Sustentabilidade.</p>												
205-1 Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise	<p>O Relatório de Sustentabilidade de 2023 abrange o Grupo novobanco – novobanco, novobanco dos Açores, Banco Best e GNBGA.</p> <table border="1" data-bbox="557 1767 975 1973"> <tbody> <tr> <td>Gestão do crime financeiro</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Comunicações a entidades judiciais</td> <td>571</td> </tr> <tr> <td>Resposta a pedidos de entidades judiciais</td> <td>1349</td> </tr> <tr> <td>Número total dos casos comunicados de corrupção e infrações conexas (Decreto-Lei 109-E/2021)</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>	Gestão do crime financeiro		Comunicações a entidades judiciais	571	Resposta a pedidos de entidades judiciais	1349	Número total dos casos comunicados de corrupção e infrações conexas (Decreto-Lei 109-E/2021)	0	16	10		
Gestão do crime financeiro													
Comunicações a entidades judiciais	571												
Resposta a pedidos de entidades judiciais	1349												
Número total dos casos comunicados de corrupção e infrações conexas (Decreto-Lei 109-E/2021)	0												
	RG – página 95.												

<b>GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
205-2 Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização	RG – página 95.				
205-3 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	Consulta indicador 2-27.	16	10		
<b>ASPECTO: CONCORRÊNCIA DESLEAL</b>					
3-3 Gestão dos temas materiais	O grupo exerce a sua atividade agindo no estrito respeito pela lei e regulamentação aplicável à sua atividade e em conformidades com um conjunto de normas, princípios e valores, de forma ética, respeitando e respondendo a todos os stakeholders. Com este propósito guia e sustenta a sua atuação, o que lhe permite construir valor a longo prazo, investir para o crescimento, focado na entrega de um dividendo com uma contribuição positiva para a sociedade e impulsionando um retorno sustentável para o acionista.				
206-1 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados	No decorrer de 2023 não se verificou nenhum registo de qualquer processo decorrente de ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.	16			
<b>INDICADORES AMBIENTAIS ASPECTO: MATERIAIS</b>					
3-3 Gestão dos temas materiais	O Grupo novobanco tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas que tem como intuito diminuir o seu impacto ambiental direto, encontrando-se algumas medidas contempladas no seu programa Ambiente, que se encontra integrado no seu modelo de Dividendo Social. O Grupo novobanco monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade e no site sustentabilidade>A nossa abordagem e políticas .				
301-1 Consumo total de materiais por peso ou volume	RS – páginas 123;164-170; 243-245.	8, 12	7, 8		

<b>GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
<b>ASPECTO: ENERGIA ÁGUA e EMISSÕES de CO2</b>					
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	<p>O Grupo novobanco tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas que tem como intuito diminuir o seu impacto ambiental direto, sendo que algumas das quais se encontram contempladas no seu programa Ambiente, que se encontra integrado no seu modelo de Dividendo Social. O novobanco tem promovido diversas iniciativas que permitem a diminuição do consumo de energia principalmente no que se refere ao consumo de eletricidade. Na maioria dos seus edifícios o consumo de energia é proveniente de fontes renováveis. Realiza anualmente o seu inventário de emissões de CO2, em 2021 pela primeira vez efetuado com âmbito Grupo novobanco. Em 2019, e no âmbito do compromisso em reduzir as emissões de CO2, o banco assinou a carta “Business Ambition for 1.5°C”, documento recentemente apresentado pela United Nations Global Compact, com esta assinatura, o banco assume o empenho em preservar o planeta e limitar o aumento da temperatura até 1.5°C até 2050, comprometendo-se a apresentar um projeto científico de redução de emissões de CO2 decorrente da sua atividade.</p> <p>O Grupo tem ainda promovido iniciativas que tem como intuito diminuir o seu impacto ambiental direto a nível do seu consumo da água face á escassez deste recurso. O Grupo novobanco monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade e no site de sustentabilidade.</p>				
<b>302-1 Consumo de energia dentro da organização</b>	RS – páginas 167;243.	7,8 12 13	7,8		
<b>302-3 Intensidade energética</b>	RS – páginas 167;243.	7,8 12 13	8		
<b>302-4 Redução do consumo de energia</b>	RS– páginas 167;243.	7,8 12 13	8,9		
<b>302-5 Reduções nas necessidades energéticas dos produtos e serviços</b>	RS –páginas167;243.	7,8 12 13	8,9		
<b>303-3 Captação de água</b>	RS - páginas 245.	7			
<b>305-1 Emissões diretas de GEE (Âmbito 1)</b>	RS –páginas 168;244.	3 12 13 14 15	7,8		



<b>GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
<b>305-2 Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2)</b>	RS – páginas 168;244.	3 12 13 14 15	7,8		
<b>305-3 Emissões indiretas de GEE (Âmbito 3)</b>	RS – páginas 168;244.	3 12 13 14 15	7,8		
<b>305-4 Intensidade de emissões de GEE</b>	RS – páginas 168;244.	13 14 15	8		
<b>305-5 Redução de emissões de GEE</b>	RS – páginas 168;244.	13 14 15	8,9		
<b>305-6 Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso</b>	Não são realizadas recargas de gases com potencial de destruição da camada do ozono, visto que estas estão proibidas à luz do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono, desde 2015. Adicionalmente o novobanco tem vindo a substituir gradualmente os equipamentos que provocam gases depletors da camada de ozono, caso estes ainda existam.	3 12	7,8		
<b>305-7 Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas</b>	As emissões de Sox e Nox associadas à atividade do grupo decorrem da combustão associada aos transportes, geradores de emergência e caldeiras. No entanto, face à baixa expressão destas atividades no âmbito da atividade típica do Grupo, as emissões são pouco significativas e por este motivo não são contabilizadas.	3 12 14 15	7,8		

GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023	Página do Relatório	ODS	Princípios GC	Omissões	Âmbito																				
<b>ASPECTO: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES</b>																									
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	O Grupo novobanco tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas para uma seleção mais criteriosa dos fornecedores e com base na informação disponibilizada. O grupo efetua o cálculo do scoring de sustentabilidade, que considera aspetos éticos, laborais, de higiene e segurança no trabalho e ambientais dos seus fornecedores. O Grupo novobanco monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade e site de sustentabilidade>Negócio Sustentável>Fornecedores.																								
<b>308-1 Novos fornecedores avaliados com critérios ambientais</b>	RS – páginas 171-173.	8																							
<b>308-2 Impactes ambientais negativos na cadeia de abastecimento e ações tomadas</b>	RS – páginas 171-173.	8																							
<b>ASPECTO: EMPREGO</b>																									
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	O Desenvolvimento da Cultura e das Pessoas é um dos pilares estratégicos do Grupo novobanco. O Grupo tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas que permitem o desenvolvimento de programas que garantem uma gestão do capital humano orientada para a captação e retenção de talento tendo a diversidade da sua base de colaboradores e uma cultura de inclusão e igualdade de oportunidades como alavancas estratégicas de crescimento e geração de valor, rejuvenescendo equipas e desenvolvendo o potencial dos colaboradores mais experientes, utilizando metodologias e programas que visam a valorização individual e a contribuição para o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, bem como a criação de um círculo de conhecimento e partilha. A informação referente aos colaboradores reportados neste relatório tem o mesmo âmbito do Relatório e Contas, ou seja, contempla colaboradores efetivos, contratos a termo e colaboradores cedidos. Os colaboradores com os restantes contratos de trabalho – estagiários, trabalhadores temporários e prestadores de serviços num total de 24 (11 homens e 13 mulheres), em 2023) representam somente 0,56% da totalidade dos colaboradores do Grupo.																								
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Vínculos Laborais</th> <th>H</th> <th>M</th> <th>Variação 2023/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Estagiários</td> <td>5</td> <td>5</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>Trabalhadores Temporários</td> <td>5</td> <td>8</td> <td>-69,0%</td> </tr> <tr> <td>Prestadores Serviços</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>-50,0%</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>11</b></td> <td><b>13</b></td> <td><b>-55,6%</b></td> </tr> </tbody> </table>					Vínculos Laborais	H	M	Variação 2023/2022	Estagiários	5	5	0%	Trabalhadores Temporários	5	8	-69,0%	Prestadores Serviços	1	0	-50,0%	<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>-55,6%</b>
Vínculos Laborais	H	M	Variação 2023/2022																						
Estagiários	5	5	0%																						
Trabalhadores Temporários	5	8	-69,0%																						
Prestadores Serviços	1	0	-50,0%																						
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>-55,6%</b>																						

<b>GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>																				
<b>401-1 Número e taxa de novas contratações e taxa de rotatividade por faixa etária, género e região</b>	RS – página 249.	5 8	6																						
<b>401-2 Benefícios para colaboradores a tempo integral que não são atribuídos aos colaboradores temporários ou a tempo parcial</b>	<p>O Grupo novobanco não emprega habitualmente funcionários a tempo parcial, sendo esta uma prática excepcional, com representatividade muito diminuta. Os colaboradores com contratos de trabalho do tipo estágio, trabalho temporário ou prestação de serviços em 2023 totalizaram 24 (11 homens e 13 mulheres), representando apenas 0,56% dos colaboradores do Grupo.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Vínculos Laborais</th> <th>H</th> <th>M</th> <th>Variação 2023/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Estagiários</td> <td>5</td> <td>5</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>Trabalhadores Temporários</td> <td>5</td> <td>8</td> <td>-69,0%</td> </tr> <tr> <td>Prestadores Serviços</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>-50,0%</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>11</b></td> <td><b>13</b></td> <td><b>-55,6%</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>Os estagiários e trabalhadores temporários não têm acesso a todos os benefícios concedidos aos restantes colaboradores, à exceção do seguro de saúde, condições especiais no crédito à habitação e individual e restantes benefícios que se encontram contemplados no Acordo Coletivo de Trabalho.</p>	Vínculos Laborais	H	M	Variação 2023/2022	Estagiários	5	5	0%	Trabalhadores Temporários	5	8	-69,0%	Prestadores Serviços	1	0	-50,0%	<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>-55,6%</b>	8 6	6		
Vínculos Laborais	H	M	Variação 2023/2022																						
Estagiários	5	5	0%																						
Trabalhadores Temporários	5	8	-69,0%																						
Prestadores Serviços	1	0	-50,0%																						
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>-55,6%</b>																						
<b>401-3 Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença parental, por género</b>	RS – página 251.	8	6																						
<b>ASPECTO: RELAÇÕES LABORAIS</b>																									
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	<p>O Desenvolvimento da Cultura e das Pessoas é um dos pilares estratégicos do Grupo novobanco. O Grupo tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas que permitem o desenvolvimento de programas que garantem uma gestão do capital humano orientada para a captação e retenção de talento, rejuvenescendo equipas e desenvolvendo o potencial dos colaboradores mais experientes, utilizando metodologias e programas que visam a valorização individual e a contribuição para o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, bem como a criação de um círculo de conhecimento e partilha. O Grupo monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade e site de sustentabilidade &gt;Negócio Sustentável&gt; Colaboradores.</p>																								

<b>GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
<b>Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva</b>	O Grupo novobanco tem como prática comunicar aos seus colaboradores os factos relevantes na gestão da sua carreira de acordo com os prazos ajustados às ocorrências, tentando estar em conformidade com a clausula 27ª do ACT, na qual se indica que as transferências de local de trabalho devem ser precedidas de comunicação escrita com antecedência mínima de 30 dias.	5	3		
<b>ASPECTO: SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL</b>					
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	<p>O bem-estar físico, psíquico e social dos colaboradores é essencial para o Grupo, sendo assegurado por via de uma política de saúde e bem-estar assente em oito linhas de atuação:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Bem-estar Físico</li> <li>2. Bem-estar Mental</li> <li>3. Bem-estar Emocional</li> <li>4. Bem-estar Social</li> <li>5. Bem-estar Financeiro</li> <li>6. Bem-estar Familiar</li> <li>7. Bem-estar Intelectual</li> <li>8. Bem-estar Profissional</li> </ol> <p>O Grupo novobanco monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade e site de sustentabilidade&gt;Negócio Sustentável &gt; Colaboradores.</p>				
<b>403-1 Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional</b>	Não existem comissões formais de segurança, no entanto o grupo novobanco envolve os colaboradores na definição e implementação de práticas de segurança e prevenção de riscos laborais. A legislação nacional exige a garantia mínima de condições de higiene, saúde e segurança. O Grupo vai para além do exigido por lei, reportando anualmente as suas práticas e resultados na gestão da higiene, saúde e segurança de todos os colaboradores.	8			
<b>403-2 Taxa de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e óbitos relacionados com o trabalho, por região e género</b>	RS – página 253.	8			

<b>GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
<b>403-3</b> Colaboradores com elevada incidência e elevado risco de doenças graves	O Grupo novobanco não tem conhecimento de colaboradores com elevada incidência e elevado risco de doenças graves decorrentes da sua atividade. RS- páginas 150-152;172.	8			
<b>403-4</b> Temas de saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos	O novobanco celebrou Acordos de Empresa com todos os sindicatos com representatividade na Instituição que consagram as obrigações de Medicina do Trabalho e higiene e segurança nos locais de trabalho. Para além das consultas e exames regulares legalmente obrigatórios, disponibilizando outras medidas. RS – página 253.	8			
<b>403-9 -</b> Acidentes de trabalho	RS - paginas 253.	8			
<b>403-10</b> Doenças profissionais	RS - paginas 253.	8			
<b>ASPECTO: FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO</b>					
<b>3-3</b> Gestão dos temas materiais	O Grupo tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas que permitem o desenvolvimento de programas que garantem uma gestão do capital humano orientada para a captação e retenção de talento. O Grupo novobanco monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade.				
<b>404-1</b> Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções	RS – páginas 182-183;251.	4, 5, 8	6		
<b>404-2</b> Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira	RS – páginas 182-183;251.	8			
<b>404-3</b> Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	RS –páginas 182-183;250.	5, 8	6		

<b>GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
<b>ASPECTO: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES</b>					
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	O novobanco tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas no âmbito do seu Bem-Estar Social e Financeiro com intuito de desenvolver um modelo de negócio justo e igualitário a nível de género, tendo, para este fim, definido objetivos concretos até 2024. O Grupo monitoriza indicadores associados a este tema trimestralmente e reporta-os no seu site e Relatório de Sustentabilidade anualmente. RS- páginas 184;254-255.				
<b>405-1 Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade</b>	RG- página 30-31. RS- página 248.	5, 8	6		
<b>405-2 Rácio do salário base e da remuneração entre homens e mulheres, por categoria de funções</b>	RS -página 255. O Grupo novobanco efetua o rácio utilizando a remuneração total e não a base, uma vez a remuneração base encontra vinculada a um nível definido pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).	5, 8, 10	6		
<b>ASPECTO: NÃO DISCRIMINAÇÃO</b>					
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	O novobanco tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas que tem como intuito diminuir impactos negativos a nível da discriminação através do seu pilar estratégico Desenvolvimento de Pessoas e Cultura, que se encontra integrado no seu modelo de Dividendo Social. O novobanco tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas no seu programa Banca Responsável que visam monitorizar e dar origem a um Banco mais justo e igualitário a nível de género, tendo, para este fim, definido objetivos concretos até 2024.				
<b>406-1 Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas</b>	Em 2023 o Grupo novobanco não teve conhecimento de incidentes ou ações em tribunal relacionados com discriminação de raça, cor, género, religião, opinião pública ou extrato social.	5, 8, 10	6		

GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023	Página do Relatório	ODS	Princípios GC	Omissões	Âmbito
<b>ASPECTO: TRABALHO INFANTIL E TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO</b>					
3-3 Gestão dos temas materiais	<p>O Grupo novobanco cumpre a legislação, normas e regulamentos em vigor e pauta a atuação em total conformidade com a sua Política de Igualdade e Não Discriminação e com a sua Política de Direitos Humanos, definidas com base em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Princípios do Global Compact da Organização das Nações Unidas;</li> <li>•Declaração Universal dos Direitos Humanos;</li> <li>•Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para Empresas Multinacionais;</li> <li>•Convenções Principais da Organização Internacional do Trabalho (OIT)</li> </ul> <p>A política de Direitos Humanos do novobanco manifesta-se através do compromisso estabelecido com os princípios do Global Compact. A função de compliance, auditoria e os mecanismos de reporte anónimo de irregularidades, minimizam o risco deste tipo de ocorrência nas operações do grupo no conjunto de colaboradores.</p> <p>O Grupo novobanco monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade e site de sustentabilidade.</p>				
408-1 409-1 Operações e fornecedores identificados com risco de trabalho infantil, e medidas tomadas	<p>O Grupo novobanco não teve conhecimento, durante 2023, de operações e fornecedores identificados com risco de trabalho infantil e de trabalho forçado ou análogo ao escravo.</p>	8, 16	5		
<b>ASPECTO: PRATICAS DE SEGURANÇA</b>					
3-3 Gestão dos temas materiais	<p>No âmbito do Pilar Estratégico “Desenvolvimento da Cultura e das Pessoas” o Grupo tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas sobre este tema. O Grupo atua em pleno cumprimento da legislação em vigor, possui uma política de Direitos Humanos e um Código de Conduta, pelo qual todos os colaboradores se regem, e sobre o qual realiza formações periódicas aos colaboradores, e conduz a sua atividade de acordo com os princípios de ética, inclusão, confiança e transparência. O Grupo monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade.</p>				

<b>GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
<b>ASPECTO: DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS</b>					
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	O Grupo não tem promovido iniciativas a este nível por exercer atividade zonas urbanas ou urbanizáveis.				
<b>411-1 Número total de casos de violação aos direitos dos povos indígenas, e medidas tomadas</b>	As operações do Grupo estão localizadas em zonas urbanas ou urbanizáveis, pelo que não se verificaram casos de violação de direitos dos povos indígenas.	2	1		
<b>ASPECTO: DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS</b>					
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	No âmbito do Pilar Estratégico “Desenvolvimento da Cultura e das Pessoas” o Grupo tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas que tem como intuito diminuir o impacto negativo sobre questões relativas aos Direitos Humanos, mais precisamente através do programa #Banca Responsável que se encontra integrado no seu modelo de Dividendo Social. Faz parte dos padrões de excelência do Grupo novobanco o desenvolvimento de uma cultura de respeito pelo ser humano: respeito pelos colaboradores, respeito na forma como se trabalha com os clientes, fornecedores e demais stakeholders, respeito nas relações que se estabelecem com as comunidades em que o grupo opera. O Grupo dispõe de uma política de Direito Humanos que pode ser consultada no seu site institucional. O Grupo novobanco monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade e site institucional.				
<b>412-1 Operações sujeitas a avaliações de Direitos Humanos</b>	Não aplicável.		1		
<b>412-2 Formação em políticas e práticas de Direitos Humanos</b>	Tratou-se de um dos temas abordados na formação ESG concedidas aos colaboradores. O banco tem uma política de Direitos Humanos.		1		
<b>412-3 Novos fornecedores avaliados com critérios de direitos humanos</b>	Todos os Fornecedores do Grupo novobanco estão abrangidos pelos Princípios dos Fornecedores, que exigem o cumprimento com os Direitos Humanos. Estes critérios, estão englobados nos contratos de todos os fornecedores (100%). A certificação de fornecedores, engloba questões de resposta obrigatória relativa, às políticas e práticas que permitem consubstanciar o direito pelos Direitos Humanos.		2		



GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023	Página do Relatório	ODS	Princípios GC	Omissões	Âmbito
<b>ASPECTO: COMUNIDADES LOCAIS</b>	<p>O Banco visita todos os fornecedores com importância significativa de forma a constatar a sua capacidade de fornecimento e o cumprimento com os requisitos dos Princípios de Fornecedores. Em 2023, o grupo não teve conhecimento de nenhuma ação de desrespeito referente aos princípios pelos seus principais Fornecedores, incluindo nas suas visitas regulares às instalações de principais fornecedores. Na ocorrência de casos relativos à violação de direitos humanos, o grupo compromete-se a investigar e reserva o direito de terminar o contrato com o Fornecedor envolvido, caso existam evidências do não cumprimento com os Direitos Humanos.</p>		2		
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	<p>O grupo novobanco tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas através do programa de Responsabilidade Social Empresarial, que tem como propósito contribuir na criação de soluções para questões importantes na comunidade em que o Banco exerce a sua atividade, assente em 3 pilares, nomeadamente: cultural, literacia financeira e solidariedade. Algumas das iniciativas destes pilares fazem parte do seu programa Bem- Estar Social e Financeiro e Banca Responsável, que se encontra integrado no seu modelo de Dividendo Social do novobanco. O Grupo novobanco monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade e no site de sustentabilidade&gt;Atitude Sustentável.</p>				
<b>413-1 Operações com programas de envolvimento das comunidades locais</b>	RS – páginas 157-162.		1		
<b>413-2 Operações com impactes negativos nas comunidades locais</b>	O Grupo novobanco não teve conhecimento que tenham ocorrido operações com impactes negativos nas comunidades locais.	1, 2	1		

<b>GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
<b>ASPECTO: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES</b>					
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	No âmbito do pilar estratégico “Operações Simples e Eficientes” o Grupo novobanco tem como objetivo garantir a integração de critérios ESG também a montante na sua cadeia de valor, integrando de forma cada vez mais profunda critérios e preocupações ESG na seleção e na gestão da relação com os seus fornecedores, atuando também como um modelo para o tecido empresarial nacional. O Grupo tem vindo a promover diversas iniciativas na sua cadeia de valor, mais precisamente através da subscrição dos Princípios de Relacionamento com os fornecedores e o cálculo do “scoring de sustentabilidade”, que considera aspetos éticos, laborais, de higiene e segurança no trabalho e ambientais dos seus fornecedores. O Grupo monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade e site de sustentabilidade>Negócio Sustentável>Fornecedores..				
<b>414-1 Novos fornecedores avaliados com critérios relacionados com impactes na sociedade</b>	RS – páginas 171-173.	5, 16	2		
<b>414-2 Impactes negativos na sociedade na cadeia de abastecimento e ações tomadas</b>	Em 2023 o novobanco não teve conhecimento de impactes negativos a este nível.	5, 16	2		
<b>ASPECTO: POLÍTICAS PÚBLICAS</b>					
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	O Grupo novobanco tem gerido a sua atividade em total conformidade com a legislação existente. O novobanco monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade.				
<b>415-1 Contribuições políticas</b>	Contribuições políticas por empresas não são permitidas segundo o Decreto Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, com a qual o Grupo novobanco se encontra em conformidade.	16	10		
<b>ASPECTO: SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE</b>					
<b>3-3 Gestão dos temas materiais</b>	No âmbito do pilar estratégico Banco centrado no Cliente, bem como do pilar de Operações Simples e Eficientes o Grupo assegura em toda a sua atividade que são mantidos os mais altos níveis de atenção e investimento aos temas subjacentes à segurança do cliente, incluindo a sua segurança física, a segurança das operações que são realizadas, bem como a salvaguarda dos seus dados pessoais e dos demais titulares. O Grupo novobanco monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade.				

GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023	Página do Relatório	ODS	Princípios GC	Omissões	Âmbito
416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança de categorias de produtos e serviços	As instalações do Grupo cumprem todas as regras existentes para um atendimento seguro e privado ao cliente. O Grupo centra o seu relacionamento com o cliente em conformidade com o novo regulamento Geral de Proteção de Dados, garantindo a sua privacidade e segurança no tratamento de dados do cliente. A máxima atenção é dada à segurança e experiência do cliente no desenvolvimento das suas plataformas de interação com o cliente à distância, bem como a todos os seus sistemas IT. Para mais informações consultar o indicador 418-1.				
416-2 Número total de não-conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados com impactes na saúde e segurança causados pelos produtos e serviços	No decorrer de 2023 não houve sanções e/ou coimas aplicadas ao Grupo novobanco relacionadas com a segurança incluindo a segurança de dados no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGDP).	5, 16	2		
<b>ASPECTO: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS</b>					
3-3 Gestão dos temas materiais	O Banco Centrado no Cliente é um dos pilares estratégicos do Grupo. Neste âmbito tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas para prestar uma informação clara e transparente dos seus produtos e serviços aos seus clientes. A conceção de produtos, incluindo a sua rotulagem e nomenclatura, segue um criterioso e robusto processo de aprovação interna com a participação das funções de risco, conformidade e legal, entre outras, que é consagrado em norma interna e que leva em consideração preocupações de ética, transparência e proteção do cliente. A comunicação externa dos produtos é submetida à aprovação prévia à entidade de supervisão competente. O Grupo monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade e de sustentabilidade>Negócio sustentável>Oferta sustentável.				
417-1 Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	Para cada produto ou serviço oferecido pelo grupo, são disponibilizadas informações claras sobre os mesmos, incluindo as características e condições específicas de cada produto. Esta informação e os respetivos processos que a suportam, beneficiam de controlos rígidos internos, ao nível da auditoria interna do Banco e do controle de qualidade, bem como de controlos rígidos externos, através da supervisão do Banco de Portugal, CMVM e auditorias externas realizadas aos processos do banco.	12, 16			

<b>GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
<b>417-2</b> Número total de incidentes resultantes da não conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado	Durante 2023 não foram identificadas não conformidades com procedimentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem de produtos e serviços do Grupo novobanco	16			
<b>417-3</b> Número total de incidentes resultantes da não conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	Durante 2023 não foram identificadas não conformidades com procedimentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio do Grupo novobanco.				
<b>ASPECTO: PRIVACIDADE DO CLIENTE</b>					
<b>3-3</b> Gestão dos temas materiais	No âmbito do pilar estratégico “Banco Centrado no Cliente” o Grupo tem como prioridade assegurar a privacidade de todos os dados dos seus clientes. Nesse âmbito desenvolve as iniciativas necessárias e apropriadas para exercer a atividade em conformidade com as melhores práticas de mercado e com os requisitos legais e regulamentares. O Banco assegura a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação. O Grupo novobanco monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade.				
<b>418-1</b> Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	O Grupo recebeu duas reclamações, com origem na Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) e nenhuma reclamação direta por parte dos clientes.	12			

GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023	Página do Relatório	ODS	Princípios GC	Omissões	Âmbito
INDICADORES DE SUPLEMENTO FINANCEIRO ASPECTO: PORTEFÓLIO DE PRODUTOS					
3-3 Gestão dos temas materiais	<p>O Banco Centrado no Cliente é um dos pilares estratégicos do Grupo. Neste âmbito tem reforçado o seu modelo de monitorização de experiência do cliente com o intuito de oferecer a melhor experiência aos seus clientes.</p> <p>O conhecimento das suas expectativas ao longo do seu ciclo de vida, o acompanhamento próximo das tendências do mercado e uma aposta forte em inovação permitem identificar as oportunidades de melhoria, baseadas num robusto modelo de monitorização da experiência do cliente assente em vários pilares de atuação. Tem igualmente reforçado a sua oferta e serviços com base em critérios ambientais e sociais.</p> <p>O Grupo monitoriza indicadores associados a este tema e reporta-os no Relatório de Sustentabilidade e site de sustentabilidade&gt;Negócio sustentável&gt;Oferta Sustentável..</p>				
<b>Formas de Gestão</b>					
Políticas que contenham aspetos ambientais e sociais, aplicáveis às diferentes linhas de negócio	RS – página 171-173;199. RG – páginas 93-100.			10	
Procedimentos para avaliar os riscos sociais e ambientais nas diferentes linhas de negócio	RS – capítulo 2 Estratégia de Sustentabilidade			10	
Processos para monitorizar o cumprimento por parte dos Clientes, dos diferentes requisitos incluídos nos acordos e/ou contratos	<p>O Grupo novobanco dispõe de diversos mecanismos para regular o acompanhamento dos clientes.</p> <p>No caso de se verificarem situações que possam ser consideradas mais sensíveis existe também a negociação de planos de prevenção e acompanhamento destas situações, recorrendo sempre que necessário a especialistas externos.</p>			16	
Processos para desenvolver competências para a implementação de políticas e procedimentos ambientais e sociais, aplicáveis às linhas de negócio	<p>O Grupo novobanco concede a formação adequada aos seus colaboradores para que possam comercializar os seus produtos com vertente ambiental e social.</p>			10	
Interação com os Clientes/ Investidores/Parceiros no que respeita os riscos e oportunidades sociais e ambientais	RS – páginas 123-133;139; 144-145;137; 156-162;173.			10	

<b>GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023</b>	<b>Página do Relatório</b>	<b>ODS</b>	<b>Princípios GC</b>	<b>Omissões</b>	<b>Âmbito</b>
<b>FS6</b> Percentagem das linhas/ segmento de negócio específicas, no volume total, por região e dimensão	RS – páginas 141-152; RG – páginas 68-75,200-201.	1, 8, 9			
<b>FS7</b> Volume (monetário) dos produtos e serviços com benefício social, por linha de negócio	RS – páginas 141-152; RG – páginas 68-75,200-201.	1, 8, 9, 10, 11			
<b>FS8</b> Volume (monetário) dos produtos e serviços com benefício ambiental, por linha de negócio	RS – páginas 141-152;200-201. RG – páginas 68-75.				
<b>ASPECTO: AUDITORIA</b>					
<b>FS9</b> Âmbito e frequência das auditorias para avaliar a implementação das políticas ambientais e sociais e dos procedimentos de avaliação de risco	Não são efetuadas auditorias estritamente dedicadas à aplicabilidade das políticas de sustentabilidade ambiental e social. O grupo efetua anualmente uma verificação das práticas implementadas e dados numéricos, através de uma verificação externa e independente ao seu R&C e Relatório de Sustentabilidade.	10			
<b>ASPECTO: PROPRIEDADE ATIVA</b>					
<b>FS10</b> Percentagem e número de empresas incluídas no portefólio da organização e com as quais interagiu no que respeita a aspetos sociais e ambientais	RS – páginas 145; 174; 177-196; 200-201.	10			
<b>FS11</b> Percentagem de ativos sujeitos a avaliação ambiental e social	RS – páginas 145; 174; 177-196; 200-201; 208-242.	10			
<b>FS12</b> Políticas de voto em assuntos do meio ambiente/ sociais em participações sobre as quais a organização informante possui o direito de voto ou recomendação de voto	As participações, detidas em outras empresas pelo Grupo novobanco têm sempre o objetivo de rentabilização da sua participação num horizonte de longo prazo. Tendo isto em consideração, a participação como acionista por parte do banco tem em consideração os Princípios de forma a garantir a coerência na gestão dos aspetos éticos, sociais e ambientais.				

GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2023	Página do Relatório	ODS	Princípios GC	Omissões	Âmbito
<b>ASPECTO: COMUNIDADES LOCAIS</b>					
<b>FS13 Acesso em zonas de baixa densidade populacional ou economicamente desfavorecidas</b>	<p>Não obstante a redução de agências, o grupo continua a dispor de uma vasta rede de balcões por todo o país. O Grupo tem igualmente investido na digitalização dos seus serviços, o que tem permitido uma maior abrangência e um maior contacto com os seus clientes, independentemente do local em que se encontrem.</p> <p>RS – página 123;157.</p>	1, 10			
<b>FS14 Iniciativas para melhorar o acesso a serviços financeiros por parte de pessoas desfavorecidas</b>	<p>O Grupo inclui e tem reforçado com o seu novo modelo de distribuição na sua rede de balcões rampas de acesso e plataformas elevatórias. Disponibiliza ainda ATM's rebaixados e com teclado em Braille. Estes equipamentos são disponibilizados sempre que se revele necessário e à medida que a rede de balcões é remodelada. O objetivo é gradualmente implementar estas melhorias de acesso a todos os balcões e acessos a serviços do novobanco.</p> <p>RS – páginas 156-158.</p>	1, 10			
<b>ASPECTO: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS</b>					
<b>FS15 Políticas de desenho e comercialização de produtos e serviços financeiros</b>	<p>O Banco Centrado no cliente é um dos Pilares Estratégicos do Grupo novobanco. Neste âmbito todos os produtos e serviços financeiros são formulados respeitando as exigências impostas pela legislação, pelas orientações dos reguladores e pelas políticas da instituição, nomeadamente a norma de conceção, aprovação, distribuição e monitorização de produtos, já referido no indicador 417-1 desta tabela.</p> <p>O Grupo novobanco reporta regularmente aos respetivos reguladores, evidências que comprovam o respeito e concordância com as políticas e conduta externa e interna. A auditoria interna e externa aos procedimentos do grupo verifica a conformidade dos procedimentos, com os requisitos formulados pelo Banco de Portugal e pelo Instituto de Seguros de Portugal.</p>	10			
<b>Iniciativas para melhorar a literacia financeira, por tipo de beneficiário</b>	RS – páginas 156-158.	1,8, 10			

## 8.3 Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

*Account*

### Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Ao Conselho de Administração Executivo de  
Novo Banco, S.A.

#### Âmbito

Fomos contratados pelo Novo Banco, S.A. ("Novo Banco") para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade conforme definido pelas Normas Internacionais de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade sobre as divulgações identificadas no capítulo "8.2 Tabela GRI" do Relatório de Sustentabilidade, que integram a informação de sustentabilidade incluída no Relatório e Contas 2023 (a "Informação de Sustentabilidade"), relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

#### CrITÉrios aplicados

O Novo Banco preparou a Informação de Sustentabilidade de acordo com as normas de reporte de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI Standards* e com o disposto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais (divulgação de informação não financeira) (em conjunto os "CrITÉrios").

#### Responsabilidades do Órgão de Gestão

O Órgão de Gestão do Novo Banco é responsável pela seleção dos CrITÉrios e pela preparação da Informação de Sustentabilidade de acordo com esses CrITÉrios, em todos os aspetos materialmente relevantes. Esta responsabilidade inclui a implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, a manutenção de registos adequados e a elaboração de estimativas relevantes para a preparação da Informação de Sustentabilidade, de forma a que esta esteja isenta de distorções materialmente relevantes devido a fraude ou erro.

#### Responsabilidades do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em examinar a Informação de Sustentabilidade preparada pelo Novo Banco e emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade com base na evidência obtida.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - ISAE 3000 (Revista) emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)* da *International Federation of Accountants (IFAC)* e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas Normas exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se a Informação de Sustentabilidade está apresentada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os CrITÉrios.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados que um trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado. Nestas circunstâncias, os nossos procedimentos de revisão independente consistiram em:

- Indagações à gestão com o objetivo de compreender o contexto do negócio e o processo de reporte de sustentabilidade;
- Realização de entrevistas com os responsáveis pela preparação da informação para entender os processos de recolha, consolidação, apresentação e validação da Informação de Sustentabilidade referente ao período de reporte;





Novo Banco, S.A.  
Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade  
31 de dezembro de 2023

- Realização de procedimentos de revisão analítica para avaliar a razoabilidade dos dados;
- Execução, numa base de amostragem, de testes aos cálculos efetuados, bem como testes de comprovação da informação quantitativa e qualitativa incluída no relato;
- Verificação da conformidade da Informação de Sustentabilidade com o resultado do nosso trabalho e com os Critérios aplicados.

Consideramos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a nossa conclusão.

#### Qualidade e independência

Aplicámos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade que inclui políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e do *International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo normas internacionais de independência) (Código IESBA), que se baseiam em princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e dever de cuidado, confidencialidade e comportamento profissional.

#### Conclusão

Com base no trabalho efetuado e evidência obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a Informação de Sustentabilidade, para o período findo em 31 de dezembro de 2023, não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os Critérios.

Lisboa, 5 de março de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Manuel Ladeiro de Carvalho Coelho da Mota - ROC n.º 1410  
Registado na CMVM com o n.º 20161020



---

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO NOVOBANCO

## GRUPO novobanco

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

## DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Notas	2023	2022
(milhares de euros)			
Receitas de juros	10	1 955 662	834 679
Despesas com juros	10	( 813 078)	( 209 204)
<b>Margem Financeira</b>		<b>1 142 584</b>	<b>625 475</b>
Receitas de dividendos	12	2 133	5 035
Receitas de taxas e comissões	11	339 061	337 335
Despesas de taxas e comissões	11	( 44 746)	( 47 155)
Ganhos ou perdas com o desconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	12	( 58 055)	( 88 255)
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação	12	4 418	149 212
Ganhos ou perdas com ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	12	26 633	( 40 493)
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	12	79	116
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura	12	32 112	( 1 713)
Diferenças cambiais	12	24 369	6 789
Ganhos ou perdas com o desconhecimento de ativos não financeiros	13	27 901	83 289
Outras receitas operacionais	14	106 231	214 005
Outras despesas operacionais	14	( 124 054)	( 118 357)
<b>Receitas operacionais totais</b>		<b>1 478 666</b>	<b>1 125 283</b>
Despesas administrativas		( 435 577)	( 395 870)
<i>Despesas de pessoal</i>	15	( 252 704)	( 233 707)
<i>Outras despesas administrativas</i>	17	( 182 873)	( 162 163)
Contribuições para fundos de resolução e garantia de depósitos	18	( 78 481)	( 41 155)
Depreciação	25, 27	( 43 588)	( 52 493)
Provisões ou reversão de provisões	19	( 45 699)	( 39 245)
<i>Compromissos e garantias concedidos</i>		628	2 685
<i>Outras provisões</i>		( 46 327)	( 41 930)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	19	( 141 893)	( 101 882)
Imparidades ou reversão de imparidades de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	19	7 406	21 546
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros	19	6 351	8 375
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência	24	7 215	8 354
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos</b>		<b>754 400</b>	<b>532 913</b>
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação		( 5 769)	53 301
<i>Impostos correntes</i>		( 15 134)	( 10 048)
<i>Impostos diferidos</i>		9 365	63 349
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação após dedução de impostos</b>		<b>748 631</b>	<b>586 214</b>
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais descontinuadas	30	( 412)	( 270)
<b>Lucros ou prejuízos do exercício</b>		<b>748 219</b>	<b>585 944</b>
Atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe		743 088	560 842
Atribuíveis a interesses minoritários (interesses que não controlam)	35	5 131	25 102
		<b>748 219</b>	<b>585 944</b>
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)		10 948 426	10 034 965
Resultados por ação básicos (em euros)		0,07	0,06
Resultados por ação diluídos (em euros)		0,07	0,06
Resultados por ação básicos de atividades em continuação (em euros)		0,07	0,06
Resultados por ação diluídos de atividades em continuação (em euros)		0,07	0,06

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

## GRUPO novobanco

## DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Notas	2023	(milhares de euros) 2022
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>748 219</b>	<b>585 944</b>
<b>Outro rendimento integral</b>			
<b>Itens que não serão reclassificados para resultados</b>		<b>( 51 592)</b>	<b>116 903</b>
Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensões de benefício definido	a)	( 27 294)	101 726
Outro rendimento integral apropriado de associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial	a)	( 583)	332
Variação de justo valor de instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral	a)	( 23 715)	14 845
<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados</b>		<b>216 040</b>	<b>( 305 988)</b>
Conversão cambial	a)	( 45)	( 892)
Cobertura de fluxos de caixa		192 974	( 100 418)
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	a)	23 111	( 204 678)
<b>Total de rendimento integral do exercício</b>		<b>912 667</b>	<b>396 859</b>
Atribuível aos interesses que não controlam		5 131	25 102
<b>Atribuível aos acionistas do Banco</b>		<b>907 536</b>	<b>371 757</b>

a) Ver Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

## GRUPO novobanco

### BALANÇO CONSOLIDADO

#### EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Notas	2023	2022
(milhares de euros)			
<b>ATIVO</b>		<b>43 500 790</b>	<b>45 995 029</b>
Caixa, saldos de caixa em Bancos Centrais e outros depósitos à ordem	20	5 867 189	6 599 078
Ativos financeiros detidos para negociação	21	436 148	171 810
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	22	264 912	313 702
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	22	-	13
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	22	838 523	2 331 099
Ativos financeiros pelo custo amortizado	22	32 452 537	32 559 148
Títulos		7 870 536	7 964 664
Aplicações em instituições de crédito		47 940	43 548
Crédito a clientes		24 534 061	24 550 936
Derivados - Contabilidade de cobertura	23	683 063	562 845
Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela cobertura de carteira para o risco de taxa de juro	23	( 83 498)	( 165 144)
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	24	59 511	119 744
Ativos tangíveis		757 549	798 831
Ativos fixos tangíveis	25	363 754	299 264
Propriedades de investimento	26	393 795	499 567
Ativos intangíveis	27	86 748	69 832
Ativos por impostos	28	931 036	956 000
Ativos por impostos correntes		29 376	32 570
Ativos por impostos diferidos		901 660	923 430
Outros ativos	29	1 117 258	1 618 484
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	30	89 814	59 587
<b>PASSIVO</b>		<b>39 078 362</b>	<b>42 483 411</b>
Passivos financeiros detidos para negociação	21	100 639	99 386
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	31	37 330 355	40 987 177
Recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito		5 745 326	9 705 154
(dos quais: Operações com acordo de recompra)		3 867 053	2 150 824
Recursos de clientes		29 984 273	29 277 858
(dos quais: Operações com acordo de recompra)		1 366 382	450 906
Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados e Passivos associados a ativos transferidos		1 107 585	1 628 897
Outros passivos financeiros		493 171	375 268
Derivados - Contabilidade de cobertura	23	124 729	119 578
Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela cobertura de carteira para o risco de taxa de juro	23	62 049	-
Provisões	32	430 829	413 432
Passivos por impostos	28	10 808	8 427
Passivos por impostos correntes		10 808	7 582
Passivos por impostos diferidos		-	845
Outros passivos	33	1 005 846	839 919
Passivos incluídos em grupos para alienação classificados como detidos para venda	30	13 107	15 492
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>4 422 428</b>	<b>3 511 618</b>
Capital	34	6 567 844	6 304 661
Outro rendimento integral acumulado	35	(1 070 125)	(1 234 573)
Resultados retidos	35	(8 577 074)	(8 577 074)
Outras reservas	35	6 736 004	6 439 418
Resultados atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe		743 088	560 842
Interesses minoritários (interesses que não controlam)	35	22 691	18 344
<b>TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>43 500 790</b>	<b>45 995 029</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

## GRUPO novobanco

## DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(milhares de euros)

	Notas	Capital	Outro rendimento integral acumulado	Resultados retidos	Outras reservas	Resultados atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe	Interesses que não controlam		Total do Capital Próprio
							Outro rendimento integral acumulado	Outros	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>6 054 907</b>	<b>( 1 045 489)</b>	<b>( 8 576 860)</b>	<b>6 501 374</b>	<b>184 504</b>	<b>( 35 301)</b>	<b>66 336</b>	<b>3 149 471</b>
Aumento de capital por incorporação reserva especial de impostos diferidos	34	249 754	-	-	( 249 754)	-	-	-	-
<b>Outros aumentos/diminuições do capital próprio</b>		<b>-</b>	<b>1</b>	<b>( 214)</b>	<b>187 798</b>	<b>( 184 504)</b>	<b>-</b>	<b>( 37 793)</b>	<b>( 34 712)</b>
<i>Incorporação em resultados transitados do resultado líquido do ano anterior</i>		-	-	-	184 504	( 184 504)	-	-	-
<i>Outros movimentos</i>		-	1	( 214)	3 294	-	-	( 37 793)	( 34 712)
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>-</b>	<b>( 189 085)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>560 842</b>	<b>25 102</b>	<b>-</b>	<b>396 859</b>
<i>Alterações de justo valor, líquidas de imposto</i>	35	-	( 185 616)	-	-	-	-	-	( 185 616)
<i>Diferenças de câmbio, líquidas de imposto</i>		-	( 892)	-	-	-	-	-	( 892)
<i>Remensurações de planos de benefícios definidos, líquidos de imposto</i>	16	-	101 726	-	-	-	-	-	101 726
<i>Outro rendimento integral apropriado de associadas</i>		-	332	-	-	-	-	-	332
<i>Reservas de imparidade de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral</i>	35	-	( 3 052)	-	-	-	-	-	( 3 052)
<i>Reservas de vendas de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral</i>	35	-	( 1 165)	-	-	-	-	-	( 1 165)
<i>Reservas de cobertura de fluxos de caixa</i>		-	( 100 418)	-	-	-	-	-	( 100 418)
<i>Resultado líquido do exercício</i>		-	-	-	-	560 842	25 102	-	585 944
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>6 304 661</b>	<b>( 1 234 573)</b>	<b>( 8 577 074)</b>	<b>6 439 418</b>	<b>560 842</b>	<b>( 10 199)</b>	<b>28 543</b>	<b>3 511 618</b>
Aumento de capital por incorporação reserva especial de impostos diferidos	34	263 183	-	-	( 263 183)	-	-	-	-
<b>Outros aumentos/diminuições do capital próprio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>559 769</b>	<b>( 560 842)</b>	<b>-</b>	<b>( 784)</b>	<b>( 1 857)</b>
<i>Incorporação em resultados transitados do resultado líquido do ano anterior</i>		-	-	-	560 842	( 560 842)	-	-	-
<i>Outros movimentos</i>		-	-	-	( 1 073)	-	-	( 784)	( 1 857)
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>-</b>	<b>164 448</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>743 088</b>	<b>5 131</b>	<b>-</b>	<b>912 667</b>
<i>Alterações de justo valor, líquidas de imposto</i>	35	-	283 614	-	-	-	-	-	283 614
<i>Diferenças de câmbio, líquidas de imposto</i>		-	( 45)	-	-	-	-	-	( 45)
<i>Remensurações de planos de benefícios definidos, líquidos de imposto</i>	16	-	( 27 294)	-	-	-	-	-	( 27 294)
<i>Outro rendimento integral apropriado de associadas</i>		-	( 583)	-	-	-	-	-	( 583)
<i>Reservas de imparidade de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral</i>	35	-	( 421)	-	-	-	-	-	( 421)
<i>Reservas de vendas de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral</i>	35	-	( 283 797)	-	-	-	-	-	( 283 797)
<i>Reservas de cobertura de fluxos de caixa</i>		-	192 974	-	-	-	-	-	192 974
<i>Resultado líquido do exercício</i>		-	-	-	-	743 088	5 131	-	748 219
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>6 567 844</b>	<b>( 1 070 125)</b>	<b>( 8 577 074)</b>	<b>6 736 004</b>	<b>743 088</b>	<b>( 5 068)</b>	<b>27 759</b>	<b>4 422 428</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

## GRUPO novobanco

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

## DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Notas	2023	(milhares de euros) 2022
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		<b>1 145 231</b>	<b>577 845</b>
Juros recebidos		1 995 630	862 685
Juros pagos		( 696 029)	( 211 860)
Taxas e comissões recebidas		339 061	337 335
Taxas e comissões pagas		( 44 764)	( 47 155)
Recuperações de créditos		32 512	40 423
Contribuições para o fundo de pensões		-	( 249)
Contribuições para fundos de resolução e garantia de depósitos		( 78 481)	( 41 155)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		( 402 698)	( 362 179)
<b>Variação nos ativos e passivos operacionais:</b>			
Disponibilidades em Instituições de Crédito e Aplicações/Recursos de Bancos Centrais		(5 228 153)	(1 702 869)
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		140 610	361 790
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados		( 226 476)	146 801
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		1 831 667	4 463 594
Ativos financeiros pelo custo amortizado		322 820	(6 738 365)
<i>  Títulos</i>		<i>259 862</i>	<i>(5 831 051)</i>
<i>  Aplicações em instituições de crédito</i>		<i>( 4 227)</i>	<i>7 342</i>
<i>  Crédito a clientes</i>		<i>67 185</i>	<i>(914 656)</i>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		1 865 439	2 343 653
<i>  Recursos de outras instituições de crédito</i>		<i>1 226 408</i>	<i>635 597</i>
<i>  Recursos de clientes</i>		<i>639 031</i>	<i>1 708 056</i>
Derivados de cobertura		( 353 209)	( 53 738)
Outros ativos e passivos operacionais		217 716	960 322
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>( 284 355)</b>	<b>359 033</b>
Impostos sobre os lucros pagos		( 33 035)	( 44 800)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>		<b>( 317 390)</b>	<b>314 233</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	( 1 560)
Dividendos recebidos		2 133	5 035
Compra de propriedades de investimento		( 611)	( 16 464)
Venda de propriedades de investimento		183 309	367 213
Compra de ativos fixos tangíveis		( 88 091)	( 137 533)
Venda de ativos fixos tangíveis		980	107 261
Compra de ativos intangíveis		( 30 345)	( 25 306)
Venda de ativos intangíveis		-	4
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>		<b>67 375</b>	<b>298 650</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Emissão de obrigações e outros passivos titulados		-	106 000
Reembolso/ outros movimentos de obrigações e outros passivos titulados		( 582 980)	( 14 285)
Emissão de passivos subordinados		500 000	-
Reembolso de passivos subordinados		( 400 000)	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>		<b>( 482 980)</b>	<b>91 715</b>
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>( 732 995)</b>	<b>704 598</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>		<b>6 311 181</b>	<b>5 606 583</b>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		( 732 995)	704 598
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>		<b>5 578 186</b>	<b>6 311 181</b>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa	20	179 229	182 895
Saldos de caixa em Bancos Centrais	20	5 374 612	5 942 498
(Das quais, Disponibilidades de natureza obrigatória)		( 289 003)	( 287 897)
Outros depósitos à ordem	20	313 348	473 685
<b>Total</b>		<b>5 578 186</b>	<b>6 311 181</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas



Nota 1 – Atividade e Estrutura do Grupo .....	298
Nota 2 – Bases de Apresentação .....	302
Nota 3 – Declaração de Conformidade .....	302
Nota 4 – Apresentação das Demonstrações Financeiras .....	302
Nota 5 – Alterações de Políticas Contabilísticas.....	302
Nota 6 – Princípios de Consolidação.....	304
Nota 7 – Políticas Contabilísticas Materiais .....	306
Nota 8 – Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras.....	331
Nota 9 – Reporte por Segmentos .....	334
Nota 10 – Margem Financeira .....	339
Nota 11 – Resultados de Taxas e Comissões.....	340
Nota 12 – Resultados de Operações Financeiras .....	341
Nota 13 – Ganhos ou Perdas com o Desreconhecimento de Ativos não Financeiros .....	342
Nota 14 – Outras Receitas Operacionais e Outras Despesas Operacionais.....	342
Nota 15 – Despesas de Pessoal .....	343
Nota 16 - Benefícios a Empregados .....	343
Nota 17 – Outras Despesas Administrativas .....	349
Nota 18 – Contribuições para Fundos de Resolução e Garantia de Depósitos .....	349
Nota 19 – Imparidade .....	350
Nota 20 – Caixa, Saldos de Caixa em Bancos Centrais e Outros Depósitos à Ordem.....	350
Nota 21 – Ativos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação .....	351
Nota 22 – Ativos Financeiros Obrigatoriamente Contabilizados pelo Justo Valor Através dos Resultados, pelo Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral e pelo Custo Amortizado .....	352
Nota 23 – Derivados – Contabilidade de Cobertura e Variação do Justo Valor dos Elementos Cobertos .....	367
Nota 24 – Investimentos em Subsidiárias, Empreendimentos Conjuntos e Associadas .....	369
Nota 25 – Ativos Fixos Tangíveis.....	370
Nota 26 – Propriedades de Investimento .....	372
Nota 27 – Ativos Intangíveis.....	373
Nota 28 – Impostos .....	375
Nota 29 – Outros Ativos .....	379
Nota 30 – Ativos não Correntes e Grupos para Alienação Classificados como Detidos para Venda e Passivos Incluídos em Grupos para Alienação Classificados como Detidos para Venda .....	381
Nota 31 – Passivos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado .....	382
Nota 32 – Provisões.....	385
Nota 33 – Outros Passivos.....	387
Nota 34 – Capital.....	388
Nota 35 – Outro Rendimento Integral Acumulado, Resultados Retidos, Outras Reservas e Interesses que não Controlam.....	389
Nota 36 – Passivos Contingentes e Compromissos .....	392
Nota 37 – Desintermediação .....	397
Nota 38 – Saldos e Transações com Partes Relacionadas .....	398
Nota 39 – Securitização de Ativos.....	400
Nota 40 – Justo Valor dos Ativos e Passivos Financeiros.....	402
Nota 41 – Transferência de Ativos .....	414
Nota 42 – Gestão dos Riscos de Atividade .....	416
Nota 43 – NPL Disclosures.....	445
Nota 44 – Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros .....	450
Nota 45 – Eventos Subsequentes .....	450

# Grupo novobanco

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em milhares de euros, exceto quando indicado)

### Nota 1 – Atividade e Estrutura do Grupo

O Novo Banco, S.A. é a entidade principal do Grupo financeiro novobanco centrado na atividade bancária, tendo sido constituído no dia 3 de agosto de 2014 por deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de dia 3 de agosto de 2014 (20 horas), ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF)<sup>1</sup>, aprovado pelo DL n.º 298/92, de 31 de dezembro, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal de uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES), nos termos dos n.ºs 1 e 3, alínea c) do artigo 145º-C do RGICSF, da qual resultou a transferência de um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES para o Novo Banco (novobanco ou Banco). Decorrente da medida de resolução aplicada, o Fundo de Resolução passou a ser o detentor único do capital social do novobanco, no valor de 4 900 milhões de euros.

A 18 de outubro de 2017 foi concluído o processo de venda do novobanco, na sequência da aquisição de uma posição maioritária (75%) do seu capital social pela Nani Holdings, SGPS, S.A., sociedade que pertence ao grupo norte-americano Lone Star, através de dois aumentos de capital no valor de 750 milhões de euros e 250 milhões de euros, ocorridos em outubro e dezembro, respetivamente.

Desde 18 de outubro de 2017, as demonstrações financeiras do Grupo novobanco são consolidadas em Portugal pela Nani Holdings SGPS, S.A., com sede Avenida D. João II, n.º 46, 4A, Lisboa. A 19 de dezembro de 2023, a sociedade alterou a sua denominação para Nani Holdings S.à.r.l, e a sua sede para a Rue des Mérovingiens 7A, Bertrange, Luxemburgo. A LSF Nani Investments S.à.r.l., com sede no Luxemburgo, é a empresa-mãe do grupo.

O Novo Banco, S.A. tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, n.º 195 em Lisboa.

O Grupo novobanco (à frente designado por Grupo ou Grupo novobanco) dispõe de uma rede de retalho de 290 balcões em Portugal e no estrangeiro (31 de dezembro de 2022: 292 balcões), sucursal no Luxemburgo, para além de 2 escritórios de representação: 1 na Suíça e 1 em Espanha (31 de dezembro de 2022: 2 escritórios de representação na Suíça).

Seguidamente apresenta-se a estrutura do Grupo com discriminação das empresas nas quais o Banco detém uma participação direta ou indireta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

---

<sup>1</sup> As referências efetuadas ao RGICSF referem-se à versão em vigor na data da medida de resolução. A atual versão do RGICSF sofreu alterações, nomeadamente no art.º 145 por força da Lei 23-A 2015, de 26 de março, que entrou em vigor no dia seguinte à sua publicação.

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Atividade	% Interesse económico	Método de consolidação
<b>NOVO BANCO, SA</b>	2014	-	Portugal	Banca		
Novo Banco dos Açores, SA (novobanco Açores)	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca eletrónica	100,00%	Integral
NB África, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<b>GNB - Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. (GNB GA)</b>	<b>1987</b>	<b>1987</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	1989	1989	Portugal	Gestão de fundos de investimento	100,00%	Integral
GNB - International Management, SA	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de investimento	100,00%	Integral
<b>ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)</b>	<b>2000</b>	<b>2000</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
Yunit Serviços, SA	2000	2000	Portugal	Gestão de portais na internet	33,33%	Eq. Patrimonial
NB Finance, Ltd. (NB FINANCE)	2015	2015	Ilhas Caimão	Emissão e colocação de valores mobiliários	100,00%	Integral
GNB Concessões, SGPS, SA (GNB CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99,99%	Integral
Aroleri, SLU	2021	2021	Espanha	Promoção imobiliária	100,00%	Integral
Righthour, SA	2013	2013	Portugal	Prestação de serviços	100,00%	Integral
Fundo de Gestão de Património Imobiliário - FUNGEPI - Novo Banco	1997	2012	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário	100,00%	Integral
ImoInvestimento - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	2012	2012	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário	100,00%	Integral
Predilloc Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	2006	2012	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário	100,00%	Integral
Imogestão - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	2006	2013	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário	100,00%	Integral
NB Património - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	1992	2014	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário	96,34%	Integral
NB Arrendamento - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional	2009	2012	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário	100,00%	Integral
Fimes Oriente - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	2004	2012	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário	100,00%	Integral
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Amoreiras	2006	2015	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário	95,24%	Integral
NB Branches - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	2006	2019	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário	100,00%	Integral
JCN - IP - Investimentos Imobiliários e Participações, SA	1995	2012	Portugal	Promoção imobiliária	100,00%	Integral
Greenwoods Ecoresorts empreendimentos imobiliários, SA	2012	2012	Portugal	Promoção imobiliária	100,00%	Integral
Herdade da Boia - Sociedade Imobiliária	1999	2012	Portugal	Promoção imobiliária	100,00%	Integral
Benagil - Promoção Imobiliária, SA	1970	2012	Portugal	Promoção imobiliária	100,00%	Integral
Promofundo - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	2008	2018	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário	100,00%	Integral
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)	2003	2003	Portugal	Renting	50,00% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, SA	1974	2010	Portugal	Sociedade financeira de crédito	17,5% <sup>a)</sup>	Eq. Patrimonial
Edenred Portugal, SA	1984	2013	Portugal	Prestação de serviços diversos	50,00% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
Multipessoal Recursos Humanos - SGPS, S.A	1993	1993	Portugal	Gestão de participações sociais	22,52%	Eq. Patrimonial
Lusitano Mortgages No.6 plc <sup>c)</sup>	2007	2007	Irlanda	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.7 plc <sup>c)</sup>	2008	2008	Irlanda	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral

a) A percentagem apresentada reflete o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas atividades

b) Entidades consolidadas pelo método de equivalência patrimonial devido à respetiva decomposição dos direitos de voto não dar o controlo ao novobanco

c) Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização, registadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o envolvimento continuado do Grupo nestas operações, determinado com base na percentagem detida de *equity pieces* dos respetivos veículos (ver Nota 39)

Durante o exercício de 2023 as alterações mais relevantes ao nível da estrutura do Grupo novobanco foram as seguintes:

- Em março de 2023, a Sucursal do novobanco em Espanha foi encerrada;
- Em junho de 2023, o Fundo FCR NB Capital Growth foi liquidado, tendo os ativos e passivos deste Fundo sido transferidos para o novobanco;
- Em junho de 2023, foi realizada a fusão por incorporação do Fungepi II no Fungepi;
- Em outubro de 2023 o novobanco resgatou unidades de participação do Fungepi, no valor de 66 280 milhares de euros;
- Em dezembro de 2023 foram liquidados o Invesfundo VII, a Febagri e Imalgarve;
- Em dezembro de 2023, no âmbito da reorganização interna do subgrupo GNB GA, a GNB – Gestão de Ativos, SGPS, a GNB Real Estate – SGOIC e a GNB – Sociedade Gestora de Patrimónios foram fusionadas por incorporação na GNB Fundos Mobiliários, SGOIC, tendo esta última alterado a denominação social para GNB – Gestão de Ativos, SGOIC, S.A..

Durante o exercício de 2022, as alterações mais relevantes ao nível da estrutura do Grupo novobanco foram as seguintes:

- Em janeiro de 2022, o Fundo de Pensões NB efetuou o resgate de unidades de participação no Fungere, tendo a participação do Grupo novobanco alterado para 98,22%. Em março de 2022, o novobanco submeteu o resgate de 12 688 194 unidades de participação do Fungere, no valor de 15 051 milhares de euros, alterando a participação do Grupo para 97,87%. Em setembro de 2022, foi efetuada a fusão do Fungere no Fungepi. Após esta fusão, o novobanco resgatou unidades de participação do Fungepi no valor de 39 964 milhares de euros;
- Em fevereiro de 2022, o Fundo Five Stars alterou a denominação para NB Branches e em novembro de 2022 aumentou o seu capital em 43 milhões de euros;
- Em março de 2022 foi alienada a participação detida na Autodril, com um impacto negativo de 591 milhares de euros;
- Em maio de 2022 o Fundo FCR PME NB procedeu ao reembolso de capital, tendo o novobanco recebido 3 174 milhares de euros;
- Em junho de 2022 o novobanco resgatou unidades de participação no Fundo Imogestão no valor de 38 000 milhares de euros;
- Em agosto de 2022, o Fundo Imoinvestimento alienou as sociedades Várzea da Lagoa e Quinta D. Manuel I, por 2 592 milhares de euros e 1 107 milhares de euros, respetivamente. Ao nível do Grupo novobanco estas vendas geraram uma mais-valia de 88 milhares de euros;
- Em setembro de 2022, o novobanco resgatou unidades de participação do Fungepi II no valor de 4 068 milhares de euros;
- Em setembro de 2022, o Fundo de Pensões novobanco resgatou a totalidade das unidades de participação que detinha no NB Património, passando o novobanco a deter 96,24% do Fundo;
- Em setembro de 2022, o Fundes foi liquidado;
- Em dezembro de 2022, foram liquidados os Fundos Imobiliários Quinta da Ribeira, Novimove e NB Logística e o FCR PME NB, tendo este último durante o exercício de 2022 alienado todas as participações que detinha (M N Ramos Ferreira, Epedal, Cristalmx, Nexxpro e Ach Brito);
- Em dezembro de 2022, foi alienada a participação na Ribagolfe com impacto positivo de 270 milhares de euros;
- Em dezembro de 2022, foi alienada a participação no Fundo Arrábida com impacto positivo de 999 milhares de euros;
- Em dezembro de 2022, foi alienada a participação na Herdade da Vargem Fresca VI com impacto positivo de 136 milhares de euros;
- Em dezembro de 2022, a Espírito Santo International Management foi liquidada.

O novobanco detém no seu balanço valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis (VMOC) de duas Sociedades obtidos por recuperação de crédito, valorizados no balanço pelo seu justo valor que se estimou em zero. O prazo de prorrogação da conversão dos VMOC em ações terminou durante o mês de dezembro de 2021. O Grupo contesta esta conversão, tendo endereçado, às Sociedades emitentes destes títulos, cartas de interpelação para procederem ao pagamento dos valores em dívida.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

(milhares de euros)

	2023						Mais/ (menos valias) em vendas/ liquidações
	Aquisições			Reduções			
	Valor de aquisição	Outros investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (a)	Total	
<b>Empresas subsidiárias</b>	-	<b>135</b>	<b>135</b>	-	<b>( 133 675)</b>	<b>( 133 675)</b>	-
Benagil	-	135	135	-	-	-	-
Febagri	-	-	-	-	( 12 412)	( 12 412)	-
Imoinvestimento	-	-	-	-	( 25 150)	( 25 150)	-
FCR NB Growth	-	-	-	-	( 3 847)	( 3 847)	-
Imalgarve	-	-	-	-	( 11 764)	( 11 764)	-
Invesfundo VII	-	-	-	-	( 14 222)	( 14 222)	-
Fungepi	-	-	-	-	( 66 280)	( 66 280)	-
	-	<b>135</b>	<b>135</b>	-	<b>( 133 675)</b>	<b>( 133 675)</b>	-

(a) Aumentos / reduções de capital, prestações suplementares, suprimentos, operações de troca de instrumentos financeiros e constituição de sociedades

(milhares de euros)

	2022						Mais/ (menos valias) em vendas/ liquidações
	Aquisições			Reduções			
	Valor de aquisição	Outros investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (a)	Total	
<b>Empresas subsidiárias</b>	-	<b>43 000</b>	<b>43 000</b>	<b>32 373</b>	<b>( 100 258)</b>	<b>( 67 885)</b>	<b>902</b>
Autodril	-	-	-	504	-	504	( 591)
Fungere	-	-	-	-	( 15 051)	( 15 051)	-
FCR PME NB	-	-	-	-	( 3 174)	( 3 174)	-
Várzea da Lagoa	-	-	-	2 592	-	2 592	66
Quinta D. Manuel I	-	-	-	1 107	-	1 107	22
Fungepi II	-	-	-	-	( 4 068)	( 4 068)	-
Fungepi	-	-	-	-	( 39 965)	( 39 965)	-
Arrábida	-	-	-	20 057	-	20 057	999
H. Vargem Fresca VI	-	-	-	500	-	500	136
Imogestão	-	-	-	-	( 38 000)	( 38 000)	-
NB Branches	-	43 000	43 000	-	-	-	-
Ribagolfe	-	-	-	7 613	-	7 613	270
<b>Empresas associadas</b>	-	-	-	<b>7 506</b>	-	<b>7 506</b>	<b>67</b>
Epedal	-	-	-	1 709	-	1 709	67
Nexxpro	-	-	-	2 790	-	2 790	-
Cristalmax	-	-	-	2 667	-	2 667	-
M N Ramos Ferreira	-	-	-	340	-	340	-
	-	<b>43 000</b>	<b>43 000</b>	<b>39 879</b>	<b>( 100 258)</b>	<b>( 60 379)</b>	<b>969</b>

(a) Aumentos / reduções de capital, prestações suplementares, suprimentos, operações de troca de instrumentos financeiros e constituição de sociedades

As subsidiárias que foram classificadas, nos termos da IFRS 5, como ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas, encontram-se detalhadas na Nota 30.

## Nota 2 – Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do novobanco agora apresentadas reportam-se a 31 de dezembro de 2023 e encontram-se expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na sua preparação são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2022. As alterações às políticas contabilísticas mais relevantes são descritas na Nota 5.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos e seguindo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, propriedades de investimento e ativos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objeto de cobertura.

As demonstrações financeiras consolidadas e o Relatório de Gestão de 31 de dezembro de 2023 foram aprovados em reunião do Conselho de Administração Executivo em 29 de fevereiro de 2024 e serão apresentadas à Assembleia Geral de Acionistas, a qual tem o poder de deliberar que se proceda a alterações. Contudo, é convicção do Conselho de Administração Executivo que sejam aprovadas sem alterações.

## Nota 3 – Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do novobanco são elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia em vigor à data de 1 de janeiro de 2023, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, e do Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores *Standing Interpretations Committee* (SIC).

## Nota 4 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O Grupo apresenta o seu Balanço por ordem de liquidez com base na intenção e capacidade de recuperar/liquidar a maioria dos ativos/passivos da respetiva rubrica das demonstrações financeiras.

A análise relativa à recuperação ou liquidação dentro de 12 meses após a data de referência das demonstrações financeiras (corrente) e mais de 12 meses após a data de relato (não corrente) é apresentada na Nota 42 - Gestão dos riscos da atividade.

## Nota 5 – Alterações de Políticas Contabilísticas

O Grupo não adotou antecipadamente na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2023, nenhuma nova norma, interpretação ou alteração emitida, mas que ainda não esteja em vigor. As alterações às normas adotadas pelo Grupo são como segue:

## Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

Norma / Interpretação	Descrição
IFRS 17 – Contratos de Seguro	A IFRS 17 substitui a IFRS 4 e aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.
Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	<p>Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17.</p> <p>A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um ‘overlay’ na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O ‘overlay’ permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.</p>
Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	<p>Estas alterações pretendem auxiliar uma entidade na divulgação das políticas contabilísticas ‘materiais’, anteriormente designadas por políticas ‘significativas’. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito “materialidade”, um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras.</p> <p>Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade deve considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.</p>
Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas	A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e <i>inputs</i> para desenvolver estimativas contabilísticas.
Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única	<p>A IAS 12 passa a exigir que uma entidade reconheça imposto diferido quando o seu reconhecimento inicial dê origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis.</p> <p>Contudo, trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Este facto é particularmente importante na determinação da existência de diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo, na medida em que a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.</p> <p>Entre as transações aplicáveis encontram-se o registo de (i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; (ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes montantes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais.</p> <p>Esta alteração é de aplicação retrospectiva.</p>
Alterações à IAS 12 – Reforma Fiscal Internacional – Regras-Modelo do Segundo Pilar	<p>Estas alterações surgem no âmbito da implementação das regras do <i>Global Anti-Base Erosion</i> (“Globe”) da OCDE, as quais poderão implicar impactos significativos no apuramento de impostos diferidos que à data de emissão destas alterações são difíceis de estimar.</p> <p>Estas alterações introduzem uma exceção temporária à contabilização de impostos diferidos decorrentes da aplicação das regras-modelo do segundo pilar da OCDE, e adicionalmente institui novos requisitos de divulgações específicos para as entidades afetadas.</p>

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras do Grupo.

## Nota 6 – Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos, gastos, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do novobanco e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo novobanco) e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as subsidiárias e associadas do Grupo, relativamente aos exercícios cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

### Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tenha direitos à variabilidade do retorno proveniente do seu envolvimento com a mesma entidade, podendo apoderar-se do mesmo através do poder que detém sobre esta entidade (controlo de facto) e tendo a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade. Conforme estabelecido na IFRS 10, o Grupo procede à análise do objetivo e da estruturação do modo como as operações de uma entidade são desenvolvidas na avaliação de controlo sobre esta. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa. A participação de terceiros nestas empresas é apresentada na rubrica de interesses que não controlam, exceto quanto aos fundos de investimento abertos em que este valor é apresentado na rubrica de Outros passivos devido à possibilidade de resgate dos mesmos ou pela duração limitada que obriga à entrega de valores aos restantes participantes.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

A entidade identificada como adquirente ou incorporante integra os resultados da entidade/negócio adquirido desde a data da aquisição, ou seja, desde a data da tomada de controlo.

### Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada, mas menos de 50% dos mesmos. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respetivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade. O Grupo realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verifiquem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.



Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa. Os dividendos atribuídos pelas associadas reduzem o valor de balanço registado pelo Grupo.

#### Entidades Estruturadas (EE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objetivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios estabelecidos na IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com os quais uma EE é controlada se (i) o Grupo está exposto, ou tem direitos sobre os seus resultados; e (ii) o Grupo detém o poder de afetar os resultados da EE através do controlo que exerce sobre a mesma.

#### Fundos de investimento geridos pelo Grupo

No âmbito da atividade de gestão de ativos, o Grupo gere fundos de investimento por conta e risco dos detentores das unidades de participação. As demonstrações financeiras destes fundos não são consolidadas pelo Grupo exceto nos casos em que é exercido controlo sobre a sua atividade ou o Grupo está exposto aos seus rendimentos variáveis nos termos definidos na IFRS 10.

#### Goodwill

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

As concentrações de atividades empresariais ocorridas após 31 de dezembro de 2009 foram registadas pelo método da compra. O custo de aquisição inclui os justos valores: i) dos ativos transferidos, ii) dos passivos assumidos pelo adquirente para com os anteriores acionistas da adquirida, e iii) dos instrumentos de capital próprio emitidos.

Em conformidade com o disposto na IFRS 3, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor de aquisição do negócio, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos ativos adquiridos e passivos assumidos e quaisquer instrumentos de capital próprio emitidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra no valor de aquisição.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos sem a respetiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos acionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no ativo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com a IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respetivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido diretamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

Para as concentrações de atividades empresariais que não estejam concluídas no final do período de relato, estimamos as quantias provisórias dos ativos e passivos a incluir nas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo o respetivo *goodwill*. Durante o período de mensuração, que não excede um ano desde a data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas serão ajustadas retrospectivamente para refletir as novas informações obtidas, incluindo o reconhecimento de ativos ou passivos adicionais.

O *goodwill* é testado para imparidade anualmente e sempre que as circunstâncias indicarem que se o valor de balanço pode estar deteriorado. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado pela avaliação de cada unidade geradora de caixa (ou grupo de unidades geradoras de caixa) a que o *goodwill* se refere. Quando uma unidade geradora de caixa tiver um valor recuperável menor que seu valor de balanço, é reconhecida uma perda por imparidade. As perdas por imparidade relacionadas com o *goodwill* não podem ser revertidas em períodos futuros.

#### Transações com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os interesses que não controlam relativos a Fundos Imobiliários Abertos são registados em Outros Passivos.

#### Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indicem a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indicem existência de imparidade.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

## Nota 7 – Políticas Contabilísticas Materiais

### 7.1. Operações em moeda estrangeira

#### 7.1.1 Moeda funcional e de relato

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do novobanco.

#### 7.1.2. Transações e saldos

As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas em euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e valorizados ao custo histórico são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio aplicada na data da transação. Aqueles que são valorizados ao justo valor utilizam a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto quanto às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, as quais são registadas no rendimento integral.

No caso de existirem relações de cobertura efetivas de fluxos de caixa ou de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, as diferenças cambiais da componente efetiva são reconhecidas em outro rendimento integral.

## 7.2. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos nas rubricas de receitas de juros ou despesas com juros, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Os juros dos ativos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de receitas de juros ou despesas com juros, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente, exceto no que se refere a ativos e passivos financeiros a taxa variável a qual é reestimada periodicamente tendo em consideração os impactos nos *cash flows* futuros estimados decorrentes da variação na taxa de juro de referência.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

As receitas de juros incluem o juro de ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade. Os juros de ativos financeiros classificados no *Stage 3* são apurados pelo método da taxa de juro efetiva aplicado ao valor líquido de balanço. Quando o ativo deixa de ser incluído no *Stage 3*, o juro passa a ser calculado com base no valor bruto de balanço. No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como *fair value hedge* e *fair value option* é reconhecida nas rubricas de receitas de juros ou despesas com juros. Para os restantes derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não será separada e será classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos detidos para negociação (ver Nota 7.5).

## 7.3. Reconhecimento de receitas de taxas e comissões

As receitas de taxas e comissões são reconhecidas como rédito de contratos com clientes na medida em que as obrigações de performance são satisfeitas:

- As receitas de taxas e comissões obtidas na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- As receitas de taxas e comissões obtidas à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- As receitas de taxas e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva, conforme descrito na nota 7.2.

## 7.4. Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração inicial

### 7.4.1. Data de reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros, com exceção dos empréstimos e adiantamentos a clientes e saldos devidos a clientes, são inicialmente reconhecidos na data de negociação, ou seja, na data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Isso inclui negociações regulares, ou seja, compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro do prazo geralmente estabelecido por regulamento ou convenção no mercado. Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidos quando os fundos são transferidos para as contas dos clientes. O Grupo reconhece os saldos devidos aos clientes quando os recursos são transferidos para o Grupo.

#### 7.4.2. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos seus termos contratuais e do modelo de negócio de gestão dos instrumentos, conforme descrito na nota 7.6. Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido dos custos de transação (conforme definido na Nota 7.5), exceto no caso de ativos e passivos financeiros registados em justo valor através de resultados, para os quais os custos da transação são diretamente reconhecidos em resultados. Os valores a receber de clientes são mensurados pelo preço da transação. Quando o justo valor dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial difere do preço da transação, o Grupo contabiliza os resultados do Dia 1, conforme descrito abaixo.

#### 7.4.3. Resultados do Dia 1

Quando o preço da transação do instrumento difere do justo valor na origem e o justo valor é baseado numa técnica de avaliação usando apenas dados observáveis nas transações de mercado, o Grupo reconhece a diferença entre o preço da transação e o justo valor na receita líquida de negociação. Nos casos em que o justo valor é baseado em modelos para os quais alguns dos dados não são observáveis, a diferença entre o preço da transação e o justo valor é diferida e só é reconhecida no resultado quando os dados se tornam observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflete o acesso do Grupo ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

#### 7.4.4. Categorias de mensuração de ativos e passivos financeiros

O Grupo classifica todos os seus ativos financeiros com base no modelo de negócio para gerir os ativos e nos termos contratuais do ativo, mensurados ao:

- Custo amortizado, conforme explicado na nota 7.6.1;
- Justo valor através de outro rendimento integral, conforme explicado na nota 7.6.1, 7.6.2 e 7.6.3;
- Justo valor através de resultados, conforme explicado na nota 7.6.4.
- Justo valor obrigatoriamente através de resultados, conforme explicado na nota 7.6.4.

O Grupo classifica e mensura a sua carteira de derivados de negociação na carteira de negociação, conforme explicado na Nota 7.6.5. O Grupo pode designar instrumentos financeiros nesta carteira, caso isso elimine ou reduza significativamente as inconsistências de mensuração ou reconhecimento, conforme explicado na Nota 7.6.6.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto compromissos de empréstimos e garantias financeiras, ou os passivos da carteira de negociação que são mensurados ao justo valor.

#### 7.5. Justo valor dos ativos e passivos financeiros

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado com base na cotação de fecho (*bid-price*), no preço da última transação efetuada ou no valor da última cotação (*bid*) conhecida. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Para os ativos incluídos no nível 3 da hierarquia de justo valor, cuja cotação é fornecida por uma terceira entidade com recurso a parâmetros não observáveis no mercado, o Grupo procede, quando aplicável, a uma análise detalhada da performance histórica e de liquidez destes ativos. Decorrente desta análise, bem como em resultado de avaliações internas ou externas adicionais, podem ser aplicados ajustamentos à cotação fornecida para determinar o justo valor destes ativos.

Seguidamente apresenta-se uma breve descrição do tipo de ativos e passivos incluídos em cada nível da hierarquia e correspondente forma de valorização:

### Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Grupo considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse económico e que tais preços são representativos do mercado ativo, utilizando sempre que possível, preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo). No processo de reavaliação dos Instrumentos Financeiros, o Grupo procede à análise dos diferentes preços no sentido de selecionar aquele que se afigura mais representativo para o instrumento em análise. Adicionalmente, são utilizados como inputs, caso existam, os preços relativos a transações recentes sobre instrumentos financeiros semelhantes, os quais são posteriormente comparados com os fornecidos pelas entidades referidas no sentido de melhor fundamentar a opção do Grupo por um dado preço.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros:

- (i) Derivados negociados em mercado organizado;
- (ii) Ações cotadas em bolsa;
- (iii) Fundos mobiliários abertos cotados em bolsa;
- (iv) Fundos mobiliários fechados cujos ativos subjacentes são unicamente instrumentos financeiros cotados em bolsa;
- (v) Obrigações com valorizações observáveis no mercado;
- (vi) Instrumentos financeiros com ofertas de mercado mesmo que não disponíveis nas normais fontes de informação (ex. títulos a negociar com base na *recovery rate*).

### Métodos de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como inputs nos seus modelos variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Grupo utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros:

- (i) Obrigações sem valorizações observáveis em mercado valorizadas com recurso a inputs observáveis em mercado;
- (ii) Derivados (OTC) mercado de balcão valorizados com recurso a inputs observáveis em mercado; e
- (iii) Ações não cotadas valorizadas com modelos internos com recurso a inputs observáveis em mercado.

### Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades, mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. As bases e pressupostos de cálculo do justo valor estão em conformidade com os princípios da IFRS 13.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros:

- (i) Títulos de dívida valorizados com recurso a inputs não observáveis no mercado;
- (ii) Ações não cotadas;
- (iii) Fundos imobiliários fechados;
- (iv) *Hedge Funds*;

- (v) *Private equities*;
- (vi) Fundos de Reestruturação; e
- (vii) Derivados (OTC) mercado de balcão com cotações fornecidas por terceiras entidades.

## 7.6. Ativos e Passivos Financeiros

O Grupo classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição em função do modelo de negócio considerado e das características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Essa classificação determina a forma como o ativo passa a ser mensurado após o seu reconhecimento inicial:

- Ao custo amortizado: se for incluído num modelo de negócio cujo objetivo é somente a obtenção dos fluxos de caixa contratuais, sendo que os mesmos correspondem somente a pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida (SPPI – *solely payments of principal and interest*);
- Ao justo valor através de outro rendimento integral: se for incluído num modelo de negócio cujo objetivo é a obtenção dos fluxos de caixa contratuais e/ou venda e os fluxos de caixa contratuais se enquadrarem no âmbito SPPI. Adicionalmente pode-se optar irrevogavelmente, no reconhecimento inicial, por apresentar em capital próprio as alterações subsequentes no justo valor de um investimento num instrumento de capital;
- Mensurados obrigatoriamente ao justo valor através de resultados: todos os casos não enquadráveis no âmbito SPPI;
- Mensurados ao justo valor através de resultados: restantes instrumentos financeiros não enquadráveis nos modelos de negócio acima descritos. Se estes ativos forem adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo, são classificados como detidos para negociação.

### 7.6.1. Ativos financeiros ao custo amortizado

De acordo com a Norma IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, para um ativo financeiro ser classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, é necessário que:

- (i) as cláusulas contratuais devem dar origem a fluxos de caixa que correspondem somente a pagamentos de capital e juros sobre o montante em dívida (SPPI – *solely payments of principal and interest*). Para efeitos do teste SPPI, o capital é o justo valor do ativo financeiro no momento do reconhecimento inicial. Os fluxos contratuais que são SPPI são consistentes com um acordo de empréstimo básico. Cláusulas contratuais iniciais que introduzam exposição a riscos ou volatilidade dos fluxos de caixa contratuais que não estejam relacionados com um contrato básico de empréstimo, como a exposição a alterações nos preços de ações ou de mercadorias, não dão origem a fluxos de caixa contratuais que são apenas pagamentos relativos a capital e a juros calculados sobre o montante de capital em dívida. Nestes casos, os ativos financeiros devem ser mensurados ao justo valor obrigatoriamente através de resultados;
- (ii) O modelo de negócio do ativo financeiro seja receber somente os fluxos contratuais até à maturidade (ativo ao custo amortizado) ou receber os fluxos contratuais até à maturidade e obter mais-valia na venda (ativo ao justo valor através de outro rendimento integral). A avaliação dos modelos de negócio do ativo financeiro é fundamental para a sua classificação. O Grupo determina os modelos de negócio por grupos de ativos financeiros de acordo com a forma como são geridos para atingir um determinado objetivo de negócio. Os modelos de negócio do Grupo determinam se os fluxos de caixa vão ser gerados através da obtenção somente dos fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou ambos. No reconhecimento inicial de um ativo financeiro, o Grupo determina se o mesmo faz parte de um modelo de negócio existente ou se reflete um novo modelo de negócio. O Grupo reavalia os seus modelos de negócio em cada período de reporte, de forma a determinar se ocorreram alterações dos modelos de negócio desde o último período de reporte.

Os requisitos acima referidos não são aplicáveis a contas a receber de locações, que cumprem os critérios definidos na IFRS 16 – Locações.

Ativos financeiros que sejam subsequentemente mensurados ao custo estão sujeitos a cálculo de imparidade, conforme explicado na nota 7.12.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente registados ao valor de aquisição, subsequentemente são mensurados ao custo amortizado com base na taxa de juro efetiva. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados.

#### 7.6.2. Instrumentos de dívida com variações de justo valor em outro rendimento integral

O Grupo classifica os instrumentos de dívida com variações de justo valor em outro rendimento integral quando as seguintes condições são verificadas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através do recebimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Os instrumentos de dívida assim classificados são subsequentemente mensurados ao justo valor, com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidas em outro rendimento integral até que os ativos sejam desreconhecidos, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados na rubrica de ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados. Os rendimentos de juros e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado da mesma forma que para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado conforme explicado na Nota 7.2.

O cálculo da imparidade é explicado na Nota 7.12. Quando o Grupo detém mais de um investimento no mesmo valor mobiliário, considera-se que a alienação é feita com base na antiguidade de aquisição.

#### 7.6.3. Instrumentos de capital com variações de justo valor em outro rendimento integral

Após o reconhecimento inicial, o Grupo classifica de forma irrevogável instrumentos financeiros de capital com variações em outro rendimento integral quando os mesmos são classificados como instrumentos de capital de acordo com a IAS 32 e não são detidos para negociação. Esta designação é determinada casuisticamente.

Ganhos e perdas nestes instrumentos financeiros nunca são reciclados para resultados. Os dividendos são reconhecidos em resultados como receitas de dividendos quando o direito ao pagamento tenha sido estabelecido, exceto quando o Grupo beneficia de tal rendimento como uma recuperação de parte do custo do instrumento, caso em que esses ganhos são registados em outro rendimento integral.

Os Instrumentos de capital com variações de justo valor em outro rendimento integral não estão sujeitos a imparidade.

#### 7.6.4. Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados

Um ativo registado ao justo valor através de resultados apresenta as seguintes características:

- os fluxos de caixa contratuais não são SPPI (obrigatoriamente ao justo valor através de resultados); ou/e
- é detido num modelo de negócio que não tenha como objetivo a obtenção somente dos fluxos de caixa contratuais ou a obtenção dos fluxos de caixa contratuais e venda; ou,
- é designado ao justo valor através de resultados, como resultado da aplicação do *fair value option*.

#### 7.6.5. Ativos e passivos detidos para negociação

O Grupo classifica os ativos financeiros ou passivos financeiros como detidos para negociação quando foram adquiridos ou emitidos principalmente com o objetivo de obter lucro no curto prazo através de atividades de negociação ou fazem parte de uma carteira de ativos financeiros geridos em conjunto para os quais há evidências recentes de realização de lucros no curto prazo.

Os ativos e passivos detidos para negociação são registados e avaliados no balanço ao justo valor. As alterações de justo valor são reconhecidas em resultados de operações financeiras. A receita ou despesa de juros e dividendos é registada na mesma rubrica de acordo com os termos do contrato ou quando o direito ao pagamento é estabelecido.

Incluídos nesta carteira estão os títulos de dívida, ações, posições curtas e empréstimos a clientes que foram adquiridos principalmente com a finalidade de venda ou recompra no curto prazo.

#### 7.6.6. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

##### Classificação

O Grupo classifica a sua carteira de derivados em (i) derivados de cobertura e (ii) derivados de negociação, que incluem, para além dos derivados contratados com o objetivo de realização de proveitos, os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos ativos e passivos designados ao justo valor através de resultados, mas que não foram classificados como de cobertura (*fair value option*).

##### Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. As contas margem são registadas em Outros ativos e Outros passivos (ver Notas 29 e 33) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

O justo valor dos restantes instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

##### Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- Os instrumentos de cobertura e os itens cobertos são elegíveis para o relacionamento de cobertura;
- À data de início da transação, a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura, a natureza do risco coberto e a avaliação da efetividade da cobertura;
- Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação.

Para os casos em que o Grupo utiliza o macro *hedging*, a contabilização é efetuada de acordo com o IAS 39, utilizando a opção prevista na IFRS 9, sendo que o Grupo executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a confirmar, em cada data de balanço, a efetividade das relações de cobertura, demonstrando que as variações do justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por variações de justo valor do elemento coberto na parcela atribuída ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre, em ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura. No caso específico da cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da carteira de depósitos, foi adotada a exceção prevista no *carve out* do IAS 39 para a aplicação do macro *hedging* aos depósitos *core*.

A utilização dos derivados está enquadrada na estratégia e objetivos de gestão de risco do Grupo.



- Cobertura de justo valor

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo, o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto. Nos casos em que o item coberto é um instrumento de capital próprio designado ao justo valor através de outro rendimento integral, as variações de justo valor dos instrumentos de cobertura são também reconhecidas em outro rendimento integral.

Se a cobertura deixar de cumprir com o requisito da eficácia, mas o objetivo da gestão de risco se mantiver, o Grupo pode proceder ao ajustamento da cobertura, para cumprir com os critérios de elegibilidade (reequilíbrio).

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura (no caso de o instrumento de cobertura expirar, ser vendido, ter terminado ou exercido, sem que se tenha procedido à sua substituição de acordo com objetivo de gestão do risco documentado da entidade), o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado em resultados até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida na reserva de cobertura de fluxos de caixa. O valor desta reserva é transferido para resultados nos exercícios em que os fluxos de caixa esperados do item coberto afetam resultados. A parte inefetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

### Derivados embutidos

Se um contrato híbrido incluir um contrato de base que seja um ativo financeiro no âmbito da IFRS 9, o Grupo classifica a totalidade do contrato de acordo com a política referida na Nota 7.5.

Se um contrato híbrido incluir um contrato de base que não seja um ativo no âmbito da IFRS 9, um derivado embutido deve ser separado do contrato de base e contabilizado como derivado segundo esta Norma se, e apenas se:

- (i) As características económicas e os riscos do derivado embutido não estiverem intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base;
- (ii) Um instrumento separado com os mesmos termos que o derivado embutido satisfizesse a definição de um derivado; e
- (iii) O contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor sendo as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados (isto é, um derivado que esteja embutido num passivo financeiro pelo justo valor através dos resultados não é separado).

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

### 7.6.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que de outra forma resultaria;
- o passivo financeiro integra um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, que é gerido e avaliado numa base de justo valor, de acordo com a estratégia de gestão de risco ou de investimento do Grupo; ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos e a IFRS 9 permite designar a totalidade do contrato híbrido ao justo valor através de resultados.

Não são permitidas reclassificações entre categorias de passivos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo – com exceção dos produtos estruturados em que os derivados embutidos foram bifurcados e registados separadamente e reavaliados ao justo valor – por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Estes passivos são mensurados ao justo valor, e os respetivos ganhos ou perdas na reavaliação são reconhecidos em resultados com exceção das alterações resultantes da alteração do risco próprio do Grupo, o “*Debt Valuation Adjustment*” (DVA), o qual é reconhecido em outro rendimento integral. O Grupo novobanco não regista qualquer ganho associado ao risco de crédito próprio.

Os ganhos ou perdas decorrentes da reavaliação dos passivos ao justo valor são registados em resultados. Contudo a variação de justo valor atribuível a alterações no risco de crédito é reconhecida em outro rendimento integral. No momento de desreconhecimento do passivo o valor registado em outro rendimento integral relativo a alterações no risco de crédito não é transferido para resultados.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

### 7.6.8. Garantias financeiras e garantias de performance

#### Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação

decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente equivalente ao valor da comissão inicial recebida tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subseqüentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

#### Garantias de performance

As garantias de performance são contratos que resultam na compensação de uma das partes caso exista incumprimentos da obrigação contratual definida. As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Caso a obrigação contratual definida não seja cumprida, o Grupo tem o direito de regresso sobre o devedor principal da garantia, sendo os valores reconhecidos em Crédito a Clientes após o pagamento da compensação ao beneficiário da garantia. Como o direito de regresso está embutido na garantia de performance, e, portanto, parte da mesma unidade de conta, o Grupo entende que não assume risco de seguro, mas apenas risco financeiro (de crédito) sobre o devedor principal, e, nesse sentido, trata estas garantias como instrumentos financeiros.

#### 7.7. Reclassificação de ativos e passivos financeiros

No caso de o Grupo alterar um modelo de negócio, os ativos financeiros incluídos nesse modelo são reclassificados, e os requisitos de classificação e mensuração relativos à nova categoria são aplicados prospectivamente a partir dessa data.

#### 7.8. Modificação de ativos e passivos financeiros

A atividade de renegociação comercial de ativos financeiros é uma das ferramentas que o Grupo tem disponível e que utiliza regularmente na gestão e recuperação destes instrumentos. Deste modo, o Grupo entende que a avaliação para determinar se essas renegociações resultam em desreconhecimento de ativos financeiros deverá ser de carácter excepcional e casuística, tendo em conta a identificação das operações em causa por julgamento profissional e a materialidade das mesmas.

Nestas situações, o Grupo realiza uma avaliação para determinar se as modificações resultam no desreconhecimento desse ativo financeiro. Para os ativos financeiros, essa avaliação é baseada em fatores qualitativos. Ao avaliar se deve ou não desreconhecer um empréstimo a um cliente, o Grupo considera, entre outros, os seguintes fatores:

- Mudança na moeda do empréstimo;
- Introdução de uma característica de capital;
- Mudança na contraparte;
- A modificação é tal que o instrumento não passa no teste SPPI.

Se a modificação não resultar em fluxos de caixa substancialmente diferentes, conforme a seguir se define, ela não resultará em desreconhecimento. Com base na alteração nos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original, o Grupo regista um ganho ou perda de modificação, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não tenha sido registada. A política contabilística do Grupo em relação a créditos vencidos é apresentada na Nota 7.10.

Quando a modificação dos termos de um passivo financeiro existente não é classificada como substancial e, conseqüentemente, não resulta em desreconhecimento, o custo amortizado do passivo financeiro é recalculado pelo cálculo do valor presente dos fluxos de caixa contratuais futuros estimados que são descontados com base na taxa de juro efetiva original do passivo financeiro. Qualquer diferença resultante é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo contabiliza a modificação substancial dos termos de um passivo existente ou de parte deste como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. Assume-se que os termos são substancialmente diferentes se o valor atual dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer comissões pagas líquidas de quaisquer comissões recebidas, e descontados usando a taxa de juro efetiva original é pelo menos 10%

diferente do valor atual descontado dos fluxos de caixa remanescentes do passivo financeiro original. A diferença entre o valor de balanço do passivo original e o valor do novo passivo é registada em resultados.

### 7.9. Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respetivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido. Quando uma operação mensurada ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecida, o ganho ou perda acumulada previamente reconhecida em outro rendimento integral é reclassificada para resultados. No caso específico dos instrumentos de capital, o ganho ou perda acumulada previamente reconhecida em outro capital próprio não é reclassificada para resultados, sendo transferida entre rubricas de capital próprio.

No caso específico de créditos a clientes, no momento da venda o diferencial entre o valor de venda e o valor de balanço deverá estar 100% provisionado, sendo que no momento da venda será efetuado o desreconhecimento do crédito vendido por contrapartida dos fundos/ativos recebidos e consequente utilização de imparidade em balanço.

### 7.10. Empréstimos reestruturados

No âmbito da recuperação de crédito, o Grupo faz modificações aos termos originais dos contratos em resposta às dificuldades financeiras do mutuário, em vez de tomar posse ou de outra forma exigir a cobrança de garantias. O Grupo considera um empréstimo reestruturado quando tais modificações ocorrem em resultado das dificuldades financeiras presentes ou esperadas do cliente e o Grupo não teria concordado com elas se o mutuário estivesse financeiramente saudável. Os indicadores de dificuldades financeiras incluem incumprimentos contratuais ou outros sinais de alerta identificados pelo Departamento de Risco Global. As alterações podem envolver a extensão dos acordos de pagamento e/ou o acordo de novas condições de empréstimo. Se as modificações forem substanciais, o empréstimo é desreconhecido, conforme explicado na Nota 7.8. Uma vez que os termos tenham sido renegociados sem que isso resulte no desreconhecimento do empréstimo, qualquer redução no valor recuperável é medida usando a taxa de juro efetiva original calculada antes da modificação dos termos. Adicionalmente, o Grupo reavalia se houve aumento significativo do risco de crédito, conforme demonstrado na Nota 42 e se os ativos devem ser classificados como *Stage 3*.

As decisões de desreconhecimento e a classificação entre *Stage 2* e *Stage 3* são determinadas caso a caso. Se esses procedimentos identificam uma perda em relação a um empréstimo, ele é classificado como um ativo reestruturado de *Stage 3* com redução ao valor recuperável. Uma vez que um ativo tenha sido classificado como reestruturado, ele permanecerá reestruturado por um período mínimo de 24 meses. Para que o empréstimo deixe de ser reclassificado nesta categoria, o cliente deve cumprir com os seguintes critérios:

- Todos os seus financiamentos devem ser considerados *performing*;
- O período de cura de dois anos ocorreu e o empréstimo passou a ser considerado *performing*;
- Verificaram-se pagamentos regulares de mais do que um valor insignificante de capital ou juros durante pelo menos metade do período de cura;
- O cliente não tem nenhum contrato que esteja vencido há mais de 30 dias.

### 7.11. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal executável de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da atividade do Grupo novobanco, assim como em caso de *default*, falência ou insolvência do Grupo ou da contraparte.

## 7.12. Imparidade de ativos financeiros

### Os princípios de imparidade

O Grupo reconhece imparidade para perdas de crédito esperadas para os seguintes instrumentos de dívida:

- Crédito a clientes;
- Garantias Prestadas;
- Crédito Documentários de Importação;
- Créditos Documentários de Exportação Confirmados;
- Linhas de Crédito não utilizadas;
- Disponibilidades e Aplicações em instituições de crédito (“*Money Market*”);
- Carteira de Títulos.

Instrumentos de capital não estão sujeitos a imparidade de acordo com a IFRS 9.

Consideram-se no âmbito de cálculo de imparidade os instrumentos de dívida deste universo que estejam classificados em custo amortizado ou justo valor através de outro rendimento integral.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

A imparidade é baseada em perdas de crédito esperadas para 12 meses desde que não se registre deterioração significativa no risco de crédito desde a originação. Na eventualidade de se verificar aumento significativo no risco de crédito desde a originação, as perdas de crédito esperadas passam a considerar o período de vida remanescente do ativo, ou seja, consideram a maturidade remanescente desse ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses representam a parte das perdas de crédito esperadas até à maturidade do ativo resultante de eventos de incumprimento num instrumento que ocorrem nos 12 meses após a data do balanço. As perdas de crédito esperadas podem ser calculadas de forma individual ou coletiva, dependendo da natureza da carteira subjacente de instrumentos financeiros.

O Grupo estabeleceu uma política para avaliar, ao final de cada período de reporte, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de incumprimento que ocorre ao longo da vida remanescente do ativo financeiro.

Com base no processo acima, o Grupo agrega as exposições por *stage* conforme descrito abaixo:

- *Stage 1*: inclui todas as exposições sem qualquer indício de deterioração significativa de risco crédito e sem estado de *default* ativo. Para estas exposições a imparidade é reconhecida como perda esperada a 12 meses;
- *Stage 2*: inclui todas as exposições onde foi identificado pelo menos um indício de deterioração significativa de risco crédito. Para estas exposições a imparidade é reconhecida pelo valor atual das perdas esperadas acumuladas até à maturidade. Este universo também inclui exposições em período de quarentena, isto é, exposições que deixaram de ter recentemente (1) indícios de deterioração significativa de risco de crédito e/ou (2) classificação de *default*;
- *Stage 3*: inclui todas as exposições classificadas em *default* – de acordo com definição interna do Grupo que está alinhada com a definição regulamentar<sup>2</sup>. Esta definição inclui, cumulativamente:
  - Exposições com incumprimento material há mais de 90 dias consecutivos; ou
  - Exposições que, não tendo incumprimento material há mais de 90 dias consecutivos, são classificadas como “*Unlikely to pay*”.

<sup>2</sup> EBA/GL/2016/07: Guidelines on the application of the definition of default under Article 178 of Regulation (EU) No 575/2013

Os ativos financeiros comprados ou originados com imparidade (POCI), isto é, para os quais foi identificada imparidade no seu reconhecimento inicial podem ser classificados em *stage 2* ou *stage 3*.

#### O cálculo da imparidade coletiva

Para o apuramento de imparidade numa base coletiva, as exposições são segmentadas com base em características semelhantes de risco de crédito em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Para cada um desses segmentos homogêneos de risco são estimados fatores de risco que são aplicados no âmbito do cálculo de imparidade.

Para efeitos da determinação da imparidade coletiva, os fatores de risco considerados em cada segmento de risco devem refletir, em conformidade com a regulamentação IFRS, informação prospetiva. Adicionalmente, o cálculo de imparidade deve também refletir a consideração de múltiplos cenários, sendo a imparidade final resultar da soma dos montantes apurados em cada cenário, ponderados pela respetiva probabilidade associada.

O cálculo da perda esperada envolve sempre a consideração de:

- Probabilidade de incumprimento (PD) – este fator de risco é uma estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado período tempo. O incumprimento só pode ocorrer num determinado momento do período avaliado, caso a linha de crédito não tenha sido desreconhecida anteriormente e ainda se encontra em balanço;
- Severidade (LGD) - este fator de risco é uma estimativa da perda que surge no caso de o incumprimento ocorrer num determinado momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e aqueles que o Grupo estima receber, incluindo a execução de colaterais ou outras alterações contratuais que se tornem parte integrante do empréstimo e não cumpram os critérios para serem reconhecidos separadamente.
- Exposição – representa o valor nominal da exposição na data de reporte e é este montante o considerado para efeitos da base de incidência do cálculo de imparidade coletiva. No caso de serem exposições extrapatrimoniais, é aplicado um fator de conversão para crédito (CCF) ao valor nominal da exposição. Este fator representa a probabilidade das exposições extrapatrimoniais se converterem em exposições patrimoniais.

Quando uma exposição está classificada em *stage 2*, considera-se para efeitos de cálculo de imparidade que a exposição evolui de acordo com plano de amortização de capital e juros contratado, ou na ausência desta informação, que o desembolso ocorre na maturidade.

Os detalhes do cálculo da imparidade são apresentados como segue:

- *Stage 1*: este cálculo incide sobre exposições produtivas que não apresentam qualquer indício ativo de deterioração significativa de risco de crédito face à originação. A imparidade representa a perda esperada resultante de eventos de *default* num instrumento financeiro que são possíveis de ocorrer num prazo de 12 meses após a data do balanço. Os fatores de risco - PD e LGD – consideram o horizonte a 12 meses e são aplicados sobre o valor da exposição. Este cálculo é efetuado por cenário, uma vez que cada cenário considerado tem fatores de risco específicos - PD e LGD;
- *Stage 2*: este cálculo incide sobre exposições produtivas que apresentam um indício de aumento significativo no risco de crédito desde a originação. A imparidade representa o valor atual da soma das perdas esperadas até à maturidade da exposição. As perdas esperadas são apuradas sobre a exposição projetada em cada momento de amortização da dívida, de acordo com o plano de amortização da exposição, e essas perdas esperadas são descontadas à taxa efetiva original do contrato para obter o seu valor atual, à data de reporte. Conforme acima referido, este apuramento faz-se por cenário uma vez que se consideram fatores de risco distintos para cada cenário;
- *Stage 3*: este cálculo incide sobre exposições não produtivas, onde a imparidade corresponde à diferente entre o montante em dívida e o valor atual das recuperações esperadas para essa exposição, dadas as suas características. Para apurar o valor atual das recuperações esperadas é também utilizada a taxa efetiva original do contrato;
- Conforme anteriormente referido, POCI são ativos financeiros originados ou adquiridos com imparidade no reconhecimento inicial. Exposições nesta situação não poderão ser classificadas em *stage 1*;

- Compromissos irrevogáveis e cartas de crédito: conforme anteriormente referido, dada a natureza extrapatrimonial dos compromissos irrevogáveis, o Grupo estima sobre estes contratos qual o montante respetivo que espera vir a ser convertido em montante patrimonial (crédito). Desta forma, o fator de conversão estimado para este tipo de exposição é aplicado ao seu valor nominal e o resultado respetivo é tido em conta como a base de incidência para o cálculo de imparidade coletiva;
- Para cartões de crédito e linhas de revolving que incluem um compromisso irrevogável, a imparidade é calculada e deduzida ao ativo. Para compromissos irrevogáveis e cartas de crédito, a imparidade é reconhecida em Provisões no passivo.

A imparidade para instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral não reduz o valor de balanço desses ativos financeiros, que se mantém ao justo valor. Desta forma, um montante igual à provisão que surgiria se os ativos fossem mensurados ao custo amortizado é reconhecido em outro rendimento integral como um valor acumulado de redução ao valor recuperável, com um débito correspondente ao resultado. A perda acumulada reconhecida em outro rendimento integral é reciclada para resultados no desreconhecimento dos ativos.

#### Processo de análise da imparidade individual

A Análise Individual de crédito compreende uma análise de *staging* e uma análise de quantificação de imparidade individual. A análise de *staging* é realizada para os devedores classificados previamente em *stage 1* e *stage 2* tem como propósito avaliar a adequação do *stage* atribuído com informação adicional obtida em base individual. A análise de quantificação de imparidade individual tem por objetivo determinar a taxa de imparidade mais adequada a cada cliente de crédito, independentemente do valor resultante do Modelo de Imparidade Coletivo. Os clientes que tenham sido alvo de Análise Individual, mas para os quais não foi considerada uma perda objetiva de imparidade, voltam a ser incluídos no Modelo de Imparidade Coletivo. A Análise Individual dos clientes selecionados é realizada tendo por base a informação prestada pelas Estruturas Comerciais quanto ao enquadramento do cliente/Grupo, fluxos de caixa históricos e previsionais (quando disponíveis) e colaterais existentes.

#### 7.13. Valorização de colaterais e garantias financeiras

Com o objetivo de mitigar o risco de crédito dos ativos financeiros, o Grupo procura obter colaterais, sempre que possível. Os colaterais assumem várias formas, como sendo imóveis, títulos e outros ativos. Estes colaterais, a menos que sejam retomados, são registados em contas extrapatrimoniais, sem reflexo na demonstração da posição financeira do Grupo. O colateral é geralmente avaliado, no mínimo, no início da operação de crédito e sempre que se justifique. No entanto, alguns colaterais, como por exemplo, dinheiro ou títulos relacionados com os requisitos de margem, são avaliadas diariamente. Na medida do possível, o Grupo usa dados de mercados ativos para avaliar os ativos financeiros detidos como garantia. Outros ativos financeiros que não têm valores de mercado prontamente determináveis são avaliados por meio de modelos. Os colaterais não financeiros, como imóveis, são avaliados com base em dados fornecidos por terceiros, como avaliadores imobiliários, ou com base em índices de preços de habitação.

#### 7.14. Ativos recebidos por recuperação de crédito

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito, o Grupo incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Grupo procede à execução das mesmas recebendo imóveis. O Grupo recebe também bens imóveis em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os Bancos estão impedidos, salvo autorização concedida pelo Banco de Portugal, de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento ou à prossecução do seu objeto social (n.º1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de crédito próprio, devendo as situações daí resultantes serem regularizadas no prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

Embora o Grupo tenha como objetivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação ou através da execução de garantias, durante o exercício de 2016 o Grupo alterou a classificação destes imóveis de Ativos não correntes detidos para venda para Outros ativos (e para Propriedades de investimento, no caso dos ativos detidos por fundos de investimento ou imóveis arrendados), devido ao tempo de permanência dos mesmos em carteira ser superior a 12 meses. Contudo o método de contabilização não se alterou, sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor

de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. Para os imóveis registados no balanço do novobanco e das restantes instituições de crédito que integram o perímetro de consolidação do Grupo, considera-se o valor de venda imediata como o respetivo justo valor. Para os imóveis detidos por fundos de investimento, e de acordo com a Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, considera-se o seu justo valor como a média aritmética simples de duas avaliações efetuadas por peritos independentes, determinada de acordo com o melhor preço que poderia ser obtido se fosse colocado para venda, em condições normais de mercado, no momento das avaliações, o qual é revisto com uma periodicidade mínima anual ou, no caso de organismos de investimento coletivo abertos, com a periodicidade dos resgates se inferior àquela, e sempre que ocorram aquisições ou alienações ou ainda alterações significativas do valor do imóvel. O valor de mercado dos imóveis para os quais foi celebrado um contrato promessa de compra e venda corresponde ao valor desse contrato.

As avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

- (i) Método de Mercado  
O Método de Mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através de prospeção de mercado realizada na zona.
- (ii) Método do Rendimento  
Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.
- (iii) Método do Custo  
O Método de Custo tem por finalidade refletir o montante que seria exigido correntemente para substituir o ativo nas atuais condições, decompondo o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indiretos.

As avaliações realizadas são conduzidas por peritos avaliadores independentes. Os relatórios de avaliação são analisados internamente para aferição da adequação de pressupostos, comparando os valores de venda históricos com os valores reavaliados dos imóveis, a fim de se manterem atualizados os parâmetros e processos de avaliação à evolução do mercado.

Adicionalmente, uma vez que se trata de ativos cujo nível de justo valor da hierarquia da IFRS 13 corresponde maioritariamente ao nível 3, dada a subjetividade de alguns pressupostos utilizados nas avaliações e o facto de existirem indicações externas com valores alternativos, o Grupo procede a análises internas sobre os pressupostos utilizados o que poderá implicar ajustamentos adicionais ao seu justo valor, suportados por avaliações internas ou externas adicionais.

Para ativos de maior relevância, é efetuado o *challenge* das avaliações que servem de base à valorização dos imóveis, por uma área do Grupo especializada e independente desse processo de avaliação, de acordo com um plano de trabalho anual previamente aprovado pelo Conselho de Administração Executivo.

Ativos não correntes ou grupos para alienação (grupo de ativos a alienar em conjunto numa só transação, e passivos diretamente associados que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando seja expectável que o seu valor de Balanço será recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), os ativos ou grupos para alienação estiverem em condição de venda imediata e a venda for altamente provável (no prazo de um ano).

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes (ou de todos os ativos e passivos do grupo) é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda. Quando o valor contabilístico dos ativos não correntes corresponde ao justo valor menos custos de venda, o nível de justo valor da hierarquia da IFRS 13 corresponde maioritariamente ao nível 3.



Os ativos/passivos de subsidiárias adquiridas para revenda refletem, fundamentalmente, ativos e passivos de sociedades adquiridas pelo Grupo no âmbito de operações de reestruturação de crédito que o Grupo pretende alienar no prazo de um ano. Por se tratar de aquisições de entidades no âmbito de operações de reestruturação de crédito, tais aquisições são contabilizadas ao justo valor e qualquer diferença entre este justo valor e o valor do crédito extinto por via da aquisição é reconhecida como uma imparidade do crédito. No momento da aquisição de uma entidade que obedece ao conceito de subsidiária e cujo objetivo é a sua revenda, a mesma é objeto de consolidação de acordo com os procedimentos habituais implementados pelo Grupo, sendo os seus ativos e passivos mensurados ao justo valor determinado na data da aquisição. Contudo, nestes casos em particular, os ativos são classificados como ativos não correntes detidos para venda e os passivos como passivos não correntes detidos para venda. Nessa base, e na data da primeira consolidação, o valor líquido dos ativos e passivos dessa subsidiária, reflete o respetivo justo valor determinado na data da aquisição (que resulta da operação de reestruturação do crédito).

Estas subsidiárias continuam a ser consolidadas até à sua venda efetiva. Em cada data de balanço o valor líquido contabilístico dos respetivos ativos e passivos é comparado com o justo valor, líquido dos custos de venda, e é reforçada a imparidade sempre que aplicável. Os ativos e os passivos relativos a operações descontinuadas são registados de acordo com as políticas de valorização aplicáveis a cada categoria de ativos e passivos, conforme disposto na IFRS 5, em função das IAS/IFRS aplicáveis aos respetivos ativos e passivos.

Na determinação do justo valor das subsidiárias detidas para venda o Grupo usa as seguintes metodologias:

- no caso de subsidiárias cujos ativos são formados predominantemente por bens imobiliários, o seu justo valor é determinado por referência ao valor desses ativos com base em avaliações efetuadas por peritos independentes;
- para as restantes entidades, o justo valor é determinado com base na metodologia dos *cash flows* futuros descontados, utilizando pressupostos consistentes com o risco associado ao negócio da subsidiária em avaliação. Caso essas subsidiárias deixem de cumprir com as condições para serem registadas como ativos não correntes detidos para venda em conformidade com a IFRS 5, os seus ativos e passivos passam a ser consolidados integralmente nas respetivas rubricas de ativo e passivo, em conformidade com o disposto na Nota 30.

### 7.15. Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados e, subsequentemente, ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados, nas rubricas de Outras receitas operacionais ou Outras despesas operacionais, com base em avaliações periódicas realizadas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviço. As propriedades de investimento não são objeto de amortização.

Dado tratar-se de ativos cujo nível de justo valor da hierarquia da IFRS 13 corresponde maioritariamente ao nível 3, a subjetividade de alguns pressupostos utilizados nas avaliações e o facto de existirem indicações externas com valores alternativos, o Grupo procede a análises internas sobre os pressupostos utilizados nas avaliações destes ativos o que poderá implicar ajustamentos adicionais ao seu justo valor, suportados por avaliações internas ou externas adicionais.

As transferências de e para a rubrica Propriedades de investimento podem ocorrer sempre que se verificar uma alteração quanto ao uso do imóvel. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado, para relevação contabilística, é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado para propriedades de investimento, o Grupo regista esse ativo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio, até à data da sua transferência para propriedades de investimento e ao justo valor subsequentemente, sendo a diferença de valorização apurada à data da transferência reconhecida em reservas de reavaliação. Se um imóvel é transferido de Outros ativos para Propriedades de investimento, qualquer diferença entre o justo valor do ativo nessa data e a quantia escriturada anterior é reconhecida como resultado do exercício.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

As mais e menos valias apuradas na alienação das propriedades de investimento resultantes da diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico são reconhecidas em resultados do exercício nas rubricas de Outras receitas operacionais ou Outras despesas operacionais. São igualmente reconhecidos em resultados do exercício nas rubricas de Outras receitas operacionais ou Outras despesas operacionais todos os gastos e rendimentos gerados com propriedades de investimento, para além das variações de justo valor anteriormente referidas.

As Propriedades de Investimento registadas decorrem apenas de atividades não bancárias (Fundos de Investimento e Sociedades Imobiliárias).

#### 7.16. Write-offs

O *write-off* é definido como o desreconhecimento de um ativo financeiro do balanço do Grupo, o qual só deve ocorrer quando cumulativamente:

- (i) Terá sido exigido o vencimento da parcela do crédito a abater (total ou parcial), isto é, os créditos deverão encontrar-se registados (total ou parcial) em crédito vencido. São exceção deste requisito (i) as reestruturações/perdões de dívida efetuados no âmbito de acordos extra-judiciais, PER e Insolvências, em que uma parte do crédito poderá manter-se vivo e o remanescente da dívida ser abatida por decisão judicial/extra-judicial e (ii) situações em que apesar do contrato não se encontrar vencido na sua totalidade, o Grupo entende estar perante um cenário de perda total ou parcial;
- (ii) Já terão sido desenvolvidos esforços de cobrança considerados adequados (e reunidas as provas relevantes e adequadas);
- (iii) As expectativas de recuperação do crédito são muito reduzidas, sendo necessário que o montante a abater (quer seja abate total ou parcial da dívida) esteja totalmente coberto por imparidade e sob gestão da aplicação de recuperação central de crédito. É necessário assegurar que o valor a abater ao ativo está integralmente coberto por imparidade (constituída pelo menos no mês anterior ao do abate).

Pagamentos posteriores à passagem a *write-off* deverão ser registados como recuperações pós *write-off*, com impacto na demonstração de resultados em Outras receitas operacionais.

#### 7.17. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação e cujo risco de variação de valor é imaterial, onde se incluem a caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

#### 7.18. Ativos cedidos com acordo de recompra, empréstimos de títulos e vendas a descoberto

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 7.10. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos que não constam do ativo do Grupo. São registadas como um passivo financeiro de negociação pelo justo valor dos ativos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda. Os ganhos e perdas resultantes da variação do respetivo justo valor são diretamente reconhecidos em resultados na linha de Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

## 7.19. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos fixos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<b>Número de anos</b>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

As vidas úteis e valores residuais dos ativos fixos tangíveis são revistas a cada data de relato financeiro.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciada não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

O valor recuperável é determinado como o menor entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Na data do desreconhecimento de um ativo tangível, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica Outras receitas operacionais ou Outras despesas operacionais.

## 7.20. Locações

### Definição de locação

O Grupo avalia se um contrato é ou contém uma locação com base na definição de locação, que tem o seu enfoque no direito de orientar o uso de um ativo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição.

### Como locatário

Enquanto locatário, o Grupo aluga vários ativos, incluindo imóveis, viaturas e equipamento informático. O Grupo reconhece um ativo pelo direito de uso do ativo objeto de locação e um passivo de locação pela obrigação de pagar as rendas.

O Grupo não reconhece ativos sob direito de uso e passivos da locação para locações de curta duração, cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses, e locações de ativos de baixo valor (p.e. equipamento informático), com valor em novo inferior a 5 milhares de euros. O Grupo reconhece os pagamentos da locação associados a estas locações como

despesas numa base linear ao longo do prazo de locação, na rubrica "Outras despesas administrativas – Rendas e alugueres".

O Grupo apresenta os ativos relativos ao direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento em "ativos fixos tangíveis", na mesma linha de itens em que apresenta os ativos subjacentes da mesma natureza que são sua propriedade. Os ativos sob direito de uso que se enquadram na definição de propriedade de investimento são apresentados como propriedade de investimento. Estes ativos são mensurados ao custo menos amortizações acumuladas e imparidade, sendo amortizados linearmente pelo menor do prazo da locação ou da vida útil do ativo. O valor do custo corresponde ao valor do passivo da locação reconhecido, custos diretos incorridos e menos algum incentivo recebido para a locação.

O Grupo apresenta os passivos da locação em "Outros passivos" na demonstração da posição financeira. O passivo da locação é determinado pelo valor presente das rendas a pagar durante o prazo da locação. As rendas incluem os valores fixos, valores variáveis que dependam de uma taxa de juro, montantes a pagar relativos a garantias sobre o valor residual do ativo. Eventuais opções também são incluídas se se espera razoavelmente que venham a ser exercidas.

Valores variáveis que não dependem de uma taxa, são reconhecidos como um custo no período a que dizem respeito. Durante o período da locação, o passivo da locação aumenta pela contagem do juro e diminui pelo pagamento das rendas. O valor do passivo da locação é alterado caso se alterem os termos da locação (como o prazo ou o valor do indexante) ou se altere a avaliação do exercício da opção de aquisição do bem.

### Como locador

#### Locações financeiras

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados, juntamente com qualquer valor residual não garantido estimado. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

#### Locações operacionais

Todas as operações de locação que não se enquadram na definição de locação financeira são classificadas como locações operacionais. Os recebimentos relativos a estes contratos são reconhecidos de forma linear pelo prazo da locação e registados em "Outras receitas operacionais".

### 7.21. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos. Exceionalmente, estes prazos poderão ser alargados sempre que se verifique que a vida útil do ativo é comprovadamente superior.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

### 7.22. Imparidade de ativos não financeiros

O Grupo avalia, a cada data de reporte, se existe uma indicação de que um ativo pode estar com imparidade. Se houver qualquer indicação, ou quando o teste anual de avaliação do valor recuperável de um ativo for necessário, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o justo valor de um ativo ou unidade

geradora de caixa menos os custos de alienação e o seu valor de uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa independentes das de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor de balanço de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é reduzido para o seu valor recuperável.

Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Na determinação do justo valor menos custos de alienação, são consideradas transações recentes de mercado para ativos semelhantes. Se nenhuma dessas transações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para empresas de capital aberto ou outros indicadores de justo valor disponíveis.

O Grupo baseia a sua análise do valor recuperável nos orçamentos e estimativas mais recentes, que são preparados separadamente para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo às quais os ativos individuais estão alocados. Esses orçamentos e estimativas geralmente cobrem um período de cinco anos. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada para projetar fluxos de caixa futuros após o quinto ano (perpetuidade).

As perdas por imparidade de operações continuadas são reconhecidas na demonstração de resultados em categorias de custos consistentes com a função do ativo que perdeu valor, exceto para ativos previamente reavaliadas através de outro rendimento integral. Para esses ativos, a imparidade é reconhecida em outro rendimento integral até ao montante de qualquer reavaliação anterior.

Para os ativos, excluindo o *goodwill*, é efetuada uma avaliação em cada data de relato para determinar se existe uma indicação de que as perdas por imparidade anteriormente reconhecidas já não existem ou diminuíram. Se houver tal indicação, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou unidade geradora de caixa. Uma perda por redução de valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se houver uma mudança nas premissas usadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada de forma que o valor de balanço do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor de balanço que teria sido apurado, líquido de amortizações, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração de resultados, a menos que o ativo esteja registado por um valor reavaliado, caso em que a reversão é tratada como um aumento de reavaliação.

O Grupo avalia onde os riscos climáticos podem ter um impacto significativo, como a introdução de legislação de redução de emissões que pode aumentar os custos de produção. Esses riscos em relação aos assuntos relacionados com o clima são incluídos como premissas principais quando afetam materialmente a mensuração do valor recuperável. Essas premissas foram incluídas nas previsões de fluxo de caixa na avaliação dos valores de uso.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a teste de imparidade anualmente ao nível da unidade geradora de caixa, conforme apropriado, e quando as circunstâncias indicarem que o valor de balanço pode estar deteriorado.

## 7.23. Benefícios aos empregados

### Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subseqüentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, conforme referido na Nota 16, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O juro líquido com o plano de pensões foi calculado pelo Grupo multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o juro líquido foi apurado através do custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O juro líquido com o plano de pensões foi reconhecido como receitas de juros ou despesas com juros, consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas corresponderão ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes de o empregado atingir os 65 anos de idade (idade normal da reforma previsto no ACTV) e que serve de base do cálculo atuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Sempre que for invocada a possibilidade de reformas antecipadas prevista no regulamento do fundo de pensões, as responsabilidades do mesmo têm de ser incrementadas pelo valor do cálculo atuarial das responsabilidades correspondentes ao período que ainda falta ao colaborador para perfazer os 65 anos.

O Grupo efetua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Grupo avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

### Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo. O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Grupo, correspondem a um montante fixo mensal (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano, registado numa base mensal em custos com pessoal, enquanto a componente a cargo do colaborador é descontada mensalmente no processamento do ordenado, por contrapartida da rubrica valores a pagar (SAMS).

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde (plano de benefício definido).

### Prémio de carreira

O ACT prevê o pagamento por parte do Grupo de um prémio de carreira, devido no momento imediatamente anterior ao da reforma do colaborador caso o mesmo se reforme ao serviço do Grupo, correspondente a 1,5 do seu salário no momento do pagamento.

O prémio de carreira é contabilizado pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outro benefício de longo prazo a empregados. O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios é estimado periodicamente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma. Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de carreira, incluindo remensurações e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados, na linha de Despesas de Pessoal.

### Remunerações variáveis aos empregados e outras obrigações

O Grupo reconhece em custos os benefícios a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

- Planos de participação nos lucros e de bónus

O Grupo reconhece em custos do exercício/período o gasto esperado dos pagamentos de participação nos lucros e bónus quando tem uma obrigação presente, legal ou contratual de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados, e pode fazer uma estimativa fiável da obrigação.

- Obrigações com férias, subsídio de férias e subsídio de Natal

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente os colaboradores têm anualmente direito a um mês de subsídio de Natal, direito esse adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de dezembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

### 7.24. Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou contratual, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o Grupo a entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Gestão, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais, quer internos quer externos.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação. Nestes casos, o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações deles decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor atual do menor de entre os custos de cessar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são sempre objeto de divulgação, exceto nos casos em que a possibilidade da sua concretização seja remota.

## 7.25. Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

## 7.26. Impostos sobre o rendimento

O novobanco e suas subsidiárias estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), ao Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (aprovado pela Lei N.º 61/2014, de 26 de agosto), e a legislação avulsa.

O total dos impostos sobre o rendimento compreende os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da mensuração ao justo valor de ativos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

### Impostos correntes

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O imposto é reconhecido em cada período de relato financeiro baseado em estimativas da gestão sobre a taxa média anual de imposto efetiva prevista para a totalidade do exercício fiscal.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em exercícios posteriores.

### Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção: i) do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais; ii) das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal; iii) que não resultem de uma concentração de atividades empresariais; e iv) de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Os impostos diferidos passivos são sempre contabilizados, independentemente da performance do Grupo.

O lucro tributável ou prejuízo fiscal apurado pelo Banco e suas subsidiárias pode ser corrigido pela administração fiscal portuguesa no prazo de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. O Conselho de Administração Executivo considera que eventuais correções, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Na sequência das alterações previstas na Lei n.º 27.º-A/2020, de 24 de julho, no âmbito do Orçamento Suplementar para 2020, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais passou a ser de 14 anos para os prejuízos fiscais gerados em 2014, 2015 e 2016 e de 7 anos para os prejuízos fiscais gerados em 2017, 2018 e 2019. Os prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021 têm um prazo de 12 anos, podendo ser deduzidos até 2032 e 2033, respetivamente. O limite dos prejuízos fiscais passa de 70% para 80%, aplicável apenas aos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021.



A Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2023) introduziu alterações ao nível do reporte de prejuízos fiscais. Deixa de estar previsto um período temporal para reporte de prejuízos fiscais. Por outro lado, o limite anual da dedução ao lucro tributável é reduzido para 65% (atualmente, 70%). Esta alteração aplica-se à dedução de prejuízos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023.

A eliminação da limitação temporal dos prejuízos fiscais não se aplica àqueles apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 em que se tenha verificado uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 6.º do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAI), aprovado em anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto (conversão de ativos por impostos diferidos em créditos tributários), aplicando-se aos prejuízos fiscais apurados nestes períodos de tributação o prazo de dedução em vigor em 31 de dezembro de 2023.

Esta alteração não prejudica a aplicação do n.º 2 do artigo 11.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho (que permite um aumento de 10 pontos percentuais na dedução do lucro tributável quando se trate de prejuízos fiscais apurados em 2020 e 2021).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos, sempre que (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

O Grupo cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas suas demonstrações financeiras.

#### DAC6

A obrigação de comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (“AT”) dos mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal surge no contexto da Lei n.º 26/2020, de 21 de julho (“Lei n.º 26/2020”), que transpõe a Diretiva (UE) 2018/822 do Conselho, de 25 de maio de 2018 (“DAC6”) para a ordem jurídica portuguesa. A DAC6 visa desencorajar a utilização de mecanismos de planeamento fiscal potencialmente agressivos, impondo o cumprimento de obrigações de reporte perante as Autoridades Fiscais dos diferentes Estados-Membros da União Europeia. Além disso, visa fornecer às administrações fiscais e aos legisladores nacionais informações que facilitem o combate ao planeamento fiscal agressivo.

O novobanco implementou medidas que permitem a identificação de operações sujeitas a reporte às autoridades fiscais. Estas medidas centram-se essencialmente numa análise primária por parte das áreas de negócio, e numa análise de segunda linha por parte da área fiscal do novobanco. As operações próprias do Grupo são analisadas pela área fiscal do novobanco e validadas pelo Departamento de *Compliance*.

#### BEPS - Pilar II

Em outubro de 2021, no âmbito do projeto Erosão da Base Tributável e Transferência de Lucros (“BEPS 2.0 – Base Erosion and Profit Shifting 2.0”) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (“OCDE”), cerca de 137 membros da OCDE/G20, que representam 90% do PIB mundial chegaram a acordo para uma reforma do sistema tributário internacional, através do qual foi aprovado um quadro geral para um regime de imposto mínimo mundial comumente designado de “Pilar II”.

Neste sentido, o Pilar II do BEPS 2.0, consagrado na Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022, veio instituir um nível mínimo mundial de tributação de 15% às grandes empresas multinacionais e aos grandes grupos domésticos, o qual poderá resultar no pagamento de um imposto complementar, o qual ainda se encontra pendente de transposição.

O Grupo novobanco tem vindo a identificar os potenciais impactos associados à implementação das regras do Pilar II, tendo verificado que deverá cumprir com os critérios de elegibilidade para a aplicação das regras do Pilar II, nomeadamente por apresentar rendimentos anuais consolidados superiores a 750 milhões de euros em dois dos últimos quatro exercícios.

Não obstante, tanto a Diretiva como anteprojeto estabelecem uma regra de exclusão de aplicação da *Income Inclusion Rule* (“IIR”) e da *Undertaxed Payments Rule* (“UTPR”) para os grandes grupos nacionais e os grupos de empresas multinacionais que se encontrem em fase inicial de atividade internacional.

Adicionalmente, a referida norma prevê a possibilidade de aplicação da regra de exclusão durante cinco anos após o início do primeiro exercício fiscal em que o grupo passe a estar abrangido pelas regras do Pilar II. No entanto, deverá ser aferido anualmente se os requisitos se encontram cumpridos.

Neste sentido, de acordo com a análise realizada, o Grupo novobanco deverá cumprir com os requisitos para aplicação da regra de exclusão referente a grupos de empresas multinacionais que se encontrem em fase inicial da sua atividade internacional, não se antevendo impactos materiais durante o período em que se aplicar tal regra de exclusão.

### 7.27. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

#### Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes	1-jan-2024	<p>Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.</p> <p>A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “<i>covenant</i>”.</p> <p>No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.</p> <p>Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.</p>
Alterações à IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	1-jan-2024	<p>Esta alteração à IFRS 16 introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“<i>sale &amp; leaseback</i>”) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.</p> <p>Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de maneira que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm.</p> <p>Esta alteração é de aplicação retrospectiva.</p>

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

### Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações a IAS 7 e IFRS 7 - Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores	<p>Estas alterações à IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, visam esclarecer as características de um acordo de financiamento de fornecedores e introduzem requisitos de divulgação adicionais quando tais acordos existam.</p> <p>Os requisitos de divulgação destinam-se a auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento do fornecedor quanto aos passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.</p> <p>As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, contudo deverá ser divulgada.</p>
Alterações a IAS 21 - Os Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio: Falta de permutabilidade	<p>Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período.</p> <p>A alteração especifica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda dentro de um período que permita uma gestão administrativa normal, e através de um mecanismo de troca ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução.</p> <p>Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio na data de mensuração da transação. O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, na data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento.</p> <p>As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, contudo deverá ser divulgada os requisitos de transição aplicados.</p>

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

## Nota 8 - Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Considerando que o atual quadro contabilístico exige que sejam realizados julgamentos e calculadas estimativas que incorporam algum grau de subjetividade, o uso de parâmetros diferentes ou julgamentos com base em evidências diferentes podem resultar em estimativas diferentes. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta Nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Os julgamentos relevantes efetuados pela gestão na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo e as principais fontes da incerteza das estimativas foram as mesmas que as descritas no último reporte das Demonstrações Financeiras consolidadas.

### 8.1. Imparidade dos ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e pelo justo valor através de outro rendimento integral

Os julgamentos críticos com maior impacto nos montantes reconhecidos de imparidade dos ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e pelo justo valor através de outro rendimento integral são os seguintes:

- Avaliação do modelo de negócio: a classificação e a mensuração dos ativos financeiros dependem dos resultados do teste SPPI e da definição do modelo de negócio. O Grupo determina o modelo de negócio em função da forma como quer gerir os ativos financeiros e os objetivos de negócio. O Grupo anualmente monitoriza se a classificação do modelo de negócio é apropriada, avaliando se é necessária uma alteração prospetiva da mesma;
- Aumento significativo do risco de crédito: como referido na política 7.12, a determinação da transferência de um ativo do *stage*1 para o *stage*2 para efeitos de determinação da respetiva imparidade é efetuada com base no julgamento que, de acordo com a Gestão do Grupo, constitui um aumento significativo do seu risco de crédito;

- Classificação de exposição em *default*: a definição interna no Grupo novobanco de exposição em *default* está globalmente em linha com a definição regulamentar constante no artigo 178º da CRR/CRD IV. Esta mesma regulamentação define critérios qualitativos para a aferição do estado de *default – Unlikely to pay* –, critérios esses que estão replicados na definição interna implementada pelo novobanco e que se traduzem em julgamentos sobre a elevada probabilidade de o mutuário não cumprir as suas obrigações dentro das condições acordadas com o novobanco. Este conceito é abordado com maior detalhe abaixo;
- Definição de grupos de ativos com características de risco de crédito semelhantes: quando as perdas de crédito esperadas são mensuradas num modelo coletivo, os instrumentos financeiros são agrupados com base nas mesmas características de risco. O Grupo monitoriza a adequação das características de risco de crédito de forma a assegurar que é efetuada a devida reclassificação dos ativos, em caso de alteração das características de risco de crédito;
- Modelos e pressupostos utilizados: o Grupo utiliza vários modelos e pressupostos na mensuração da estimativa das perdas de crédito esperadas. O julgamento é aplicado na identificação do modelo mais apropriado para cada tipologia de ativos assim como para determinar os pressupostos utilizados nestes modelos, incluindo os pressupostos relacionados com os principais *drivers* de risco de crédito. Adicionalmente, em cumprimento com a regulamentação da IFRS 9 que explicita a necessidade de o resultado de imparidade considerar múltiplos cenários, foi implementada uma metodologia de incorporação de cenarização nos parâmetros de risco. Assim, o cálculo de imparidade coletiva considera diversos cenários com uma ponderação específica, com base na metodologia interna definida sobre cenarização – definição de múltiplas perspetivas de evolução macroeconómica, com probabilidade de ocorrência relevante.

## 8.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros valorizados pelo justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis e, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade, em conformidade com os princípios da IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor. O Grupo utiliza vários modelos e pressupostos na mensuração do justo valor dos ativos financeiros. O julgamento é aplicado na identificação do modelo mais apropriado para cada tipologia de ativos assim como para determinar os pressupostos utilizados nestes modelos, incluindo os pressupostos relacionados com os principais drivers de risco de crédito.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar valorizações diferentes daquelas reportadas e resumidas na Nota 40.

## 8.3. Impostos sobre o rendimento

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre o rendimento em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre o rendimento, correntes e diferidos, reconhecidos no período e evidenciados na Nota 28.

Este aspeto assume relevância acrescida para efeitos de análise de recuperabilidade dos impostos diferidos, sendo que o Grupo considera projeções de lucros tributáveis futuros baseados num conjunto de pressupostos, incluindo a estimativa de resultados antes de impostos, ajustamentos à matéria coletável e a sua interpretação da legislação fiscal. Desta forma, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração Executivo, nomeadamente na capacidade de gerar os resultados tributáveis estimados e da interpretação da legislação fiscal.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto ou dedução de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do novobanco de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### 8.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma apresentadas na Nota 16 requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de tábuas atuariais, pressupostos de crescimento das pensões e dos salários e taxas de desconto (as quais são determinadas com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano). Estes pressupostos são baseados nas expectativas do Grupo novobanco para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### 8.5. Provisões e passivos contingentes

O reconhecimento de provisões envolve um grau significativo de julgamento complexo, nomeadamente identificar se existe uma obrigação presente e estimar a probabilidade e o momento, bem como quantificar as saídas de fluxos que podem surgir decorrentes de eventos passados. Quando os eventos estão numa fase inicial, os julgamentos e estimativas podem ser difíceis de quantificar devido ao elevado grau de incerteza envolvido. O Conselho de Administração Executivo monitoriza estes assuntos à medida que os mesmos se desenvolvem para reavaliar regularmente se as provisões devem ser reconhecidas. No entanto, muitas vezes não é praticável efetuar estimativas, mesmo quando os eventos já estão numa fase mais avançada, devido às incertezas existentes.

A complexidade de tais questões frequentemente requer aconselhamento profissional especializado na determinação de estimativas, nomeadamente ao nível de questões jurídicas e regulatórias. O valor das provisões reconhecidas também pode ser sensível aos pressupostos utilizados, o que poderá originar a uma variedade de potenciais resultados que requerem julgamento para a determinação de um nível de provisão que se considere apropriado face ao evento em causa.

#### 8.6. Propriedades de investimento, Ativos recebidos por recuperação de crédito e Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados e, subsequentemente, ao seu justo valor. Os ativos por recuperação de crédito e os ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor líquido contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda.

O justo valor destes ativos é apurado com base em avaliações, conduzidas por entidades independentes especializadas, utilizando os métodos de mercado, rendimento ou custo, tal como definidos nas Notas 7.14 e 7.15. Os relatórios de avaliação são analisados internamente, designadamente comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis a fim de se manterem atualizados os parâmetros e processos de avaliação à evolução do mercado.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos poderá resultar num nível diferente de justo valor com impacto respetivo valor de balanço reconhecido.

#### 8.7. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para a determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida (i) está exposto, ou tem direitos, à variabilidade do retorno proveniente do seu envolvimento com esta entidade e (ii) pode apoderar-se desse retorno através do seu poder. Nesta análise, o Grupo também tem em consideração contratos parassociais que possam existir e que resultam no poder de tomar decisões com impacto na gestão da atividade da entidade. A decisão de que uma entidade tem de ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamentos para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno de uma entidade e tem o poder de apoderar-se desse retorno. Na utilização desse julgamento, o Grupo analisa pressupostos e estimativas. Assim, outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação fosse diferente, com impacto direto no balanço.

## 8.8. Prazo dos contratos de locação

O Grupo aplica julgamento para determinar o prazo de locação de alguns contratos, nos quais se encontra na posição de locatário, e que incluem opções de renovação e rescisão. O Grupo determina o prazo da locação como o prazo não cancelável da locação, juntamente com quaisquer períodos cobertos por uma opção de prorrogar a locação se for razoavelmente certo que seja exercida, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção de rescindir a locação, se for razoavelmente certo que não seja exercida. Esta avaliação terá impacto no prazo de locação, que afetará significativamente o montante dos passivos da locação e dos ativos sob direito de uso reconhecidos.

O Grupo tem a opção, nomeadamente nos contratos de arrendamento de imóveis, de arrendar os ativos por prazos adicionais de 1 mês a 20 anos. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo exercer a opção de renovação. Ou seja, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação.

## Nota 9 – Reporte por Segmentos

O Grupo novobanco desenvolve a sua atividade centrada no setor financeiro direcionado para as empresas, de pequena, média, grande dimensão e institucionais, bem como clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal, o que confere ao território nacional o seu mercado natural de atuação.

Os produtos e serviços prestados incluem a captação de depósitos, a concessão de crédito, a gestão de fundos de investimento, serviços de pagamento, corretagem e custódia e ainda a comercialização de seguros de vida e não vida, entre outros. Adicionalmente, o Grupo realiza investimentos nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis, bem como estratégia de cobertura para alguns dos riscos a que esta sujeita a sua atividade.

Para o efeito o Grupo conta a 31 de dezembro de 2023 com o novobanco como principal unidade operacional – com uma rede de 272 balcões em Portugal (31 de dezembro de 2022: 273 balcões) com uma sucursal no Luxemburgo e 2 escritórios de representação – com o novobanco dos Açores (12 balcões), Banco BEST (5 balcões), GNB GA, entre outras empresas.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Grupo considera os seguintes Segmentos Operacionais: (1) Retail, que engloba essencialmente a atividade dos clientes particulares e de pequenos negócios; (2) *Corporate*, que engloba a atividade das restantes empresas e institucionais; e (3) Estrutura Corporativa e Unidades de Suporte. Cada segmento engloba as estruturas diretamente dedicadas do novobanco, bem como as unidades do Grupo com a qual a atividade mais se identifica. A monitorização individual e isolada de cada unidade operacional é complementada, a nível do Conselho de Administração Executivo do novobanco, pela definição de estratégias e planos comerciais próprios a cada unidade.

### 9.1. Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes atividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo, agregados por critérios de risco, mercado/geografia e natureza dos produtos e serviços:

#### Retail

Este Segmento inclui a atividade bancária com clientes particulares e pequenos negócios desenvolvida em território nacional baseada na rede de distribuição de balcões, centros de investimento e outros canais. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito ao consumo, o financiamento dos pequenos negócios, os depósitos, os produtos de seguros para particulares e empresas, a gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento, PPR e outros produtos e serviços de poupança, incluindo a compra e venda de títulos e sua custódia;

#### *Corporate*

Congrega a atividade com as empresas de média e grande dimensão, através de estrutura comercial dedicada a este segmento constituída por 20 Centros de Empresas. Inclui também o negócio com os clientes institucionais, nacionais e

estrangeiros. O Grupo detém uma importante presença neste segmento, fruto do seu know-how no apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional, focalizado nas empresas de bom risco, com cariz inovador e vocação exportadora.

#### Estrutura Corporativa e Unidades de Suporte

Esta área não corresponde a um segmento operacional na verdadeira aceção do conceito, tratando-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais, que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, Tesouraria, Compliance, Planeamento, Contabilidade, Controlo de Risco, Comunicação, Auditoria Interna, Recursos Humanos, entre outras. As decisões de ordem estratégica com impacto transversal a todo o Grupo são reconhecidas neste segmento.

### 9.2. Critérios de imputação da atividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação de gestão interna e respetiva monitorização por parte do Conselho de Administração Executivo.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 7, tendo sido adotados ainda os seguintes princípios:

#### Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

#### Unidades operacionais autónomas

Cada unidade operacional autónoma (sucursal no exterior e empresas subsidiárias e associadas) é avaliada per se atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, ativos, passivos, proveitos e custos.

#### Estruturas do novobanco dedicadas ao Segmento

A atividade do novobanco abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objeto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento; (ii) da imputação de uma margem de comercialização para os produtos-massa a qual é definida ao mais alto nível aquando do lançamento dos produtos; (iii) da imputação da margem que haja sido negociada, para os produtos não massa, diretamente pelas estruturas comerciais com os clientes; (iv) da imputação dos custos da estrutura corporativa e unidades de suporte aos restantes segmentos (v) da imputação dos custos indiretos (serviços centrais e de apoio) determinados com base em drivers específicos; (vi) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade e (vii) afetação da totalidade do capital próprio contabilístico de acordo com os requisitos de capital regulamentar apurados para cada segmento.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado, sendo o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito). As restantes prestações internas são alocadas aos segmentos, sem qualquer margem das estruturas fornecedoras, e as decisões de natureza estratégica e/ou natureza excecional são analisadas casuisticamente sendo os rendimentos e/ou encargos, regra geral, imputados ao segmento de Funções de Suporte.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao Departamento Financeiro o qual tem por missão proceder à gestão financeira global do Grupo estando a respetiva atividade e resultados incluídos no segmento de Funções de Suporte.

### Juros ativos e passivos

Sendo a atividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus ativos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a atividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da atividade de intermediação são apresentados, tal como permitido, pelo parágrafo 23 da IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Margem Financeira.

### Investimentos apresentados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas apresentados pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Funções de Suporte para o caso das associadas do novobanco. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afetas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

### Ativos não correntes

Os ativos não correntes, na ótica preconizada na IFRS 8, incluem os Ativos fixos tangíveis, os Ativos intangíveis e os Ativos não correntes detidos para venda. No novobanco estes ativos encontram-se afetos ao segmento de Funções de Suporte. Para as restantes subsidiárias são alocados ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

### Impostos sobre o rendimento

A componente de impostos sobre o rendimento é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afeta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais, para efeitos da monitorização de performance dos Segmentos Operacionais, realizada pelo Conselho de Administração Executivo. Nos quadros seguidamente apresentados os impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício foram incluídos nas Funções de Suporte, bem como os ativos e passivos por impostos diferidos.

### Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as sucursais do novobanco em Espanha (em 2022, entretanto encerrada em 2023) e Luxemburgo, as unidades localizadas no exterior da GNB GA e Ijar Leasing Algérie como operação descontinuada.

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respetivos ajustamentos e eliminações de consolidação.



O reporte por segmentos operacionais é apresentado conforme segue:

	2023			
	Retailho	SMEs e corporate	Funções de Suporte	Total
Margem Financeira	648 466	550 156	( 56 038)	1 142 584
Resultado de taxas e comissões	196 355	92 544	5 416	294 315
<b>Produto bancário comercial</b>	<b>844 821</b>	<b>642 700</b>	<b>( 50 622)</b>	<b>1 436 899</b>
Outros resultados operacionais (excluindo contribuição sobre o sector bancário e adicional de solidariedade)	2 012	37 983	37 052	77 047
Contribuições para fundos de resolução e garantia de depósitos	-	-	78 481	78 481
Custos operacionais	318 415	98 980	61 770	479 165
Provisões/Imparidade	54 137	89 995	29 703	173 835
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência	-	-	7 215	7 215
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos e interesses que não controlam (excluindo contribuição sobre o sector bancário e adicional de solidariedade)</b>	<b>474 281</b>	<b>491 708</b>	<b>( 176 309)</b>	<b>789 680</b>
Contribuição sobre o sector bancário e adicional de solidariedade	-	-	35 280	35 280
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos e interesses que não controlam</b>	<b>474 281</b>	<b>491 708</b>	<b>( 211 589)</b>	<b>754 400</b>
Despesas ou receitas com impostos	1 395	150	4 224	5 769
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais descontinuadas	-	-	( 412)	( 412)
Lucros ou prejuízos do período atribuíveis a interesses minoritários (interesses que não controlam)	4 488	-	643	5 131
<b>Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe</b>	<b>468 398</b>	<b>491 558</b>	<b>( 216 868)</b>	<b>743 088</b>
<i>Proveitos operacionais intersegmentos<sup>(1)</sup></i>	<i>21 704</i>	<i>( 52 673)</i>	<i>38 483</i>	<i>7 514</i>
<b>Total do Ativo líquido</b>	<b>14 613 687</b>	<b>13 941 951</b>	<b>14 945 152</b>	<b>43 500 790</b>
Crédito a clientes	13 424 547	11 092 049	17 465	24 534 061
<b>Total do Passivo</b>	<b>21 239 578</b>	<b>7 542 180</b>	<b>10 296 604</b>	<b>39 078 362</b>
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59 511</b>	<b>59 511</b>
<b>Investimentos em ativos fixos tangíveis</b>	<b>4 632</b>	<b>280</b>	<b>83 164</b>	<b>88 076</b>
<b>Investimentos em ativos intangíveis</b>	<b>168</b>	<b>-</b>	<b>30 195</b>	<b>30 363</b>
<b>Investimentos em propriedades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>611</b>	<b>611</b>
<b>Investimentos em outros ativos - imóveis</b>	<b>134</b>	<b>-</b>	<b>8 898</b>	<b>9 032</b>

(1) os proveitos operacionais intersegmentos referem-se essencialmente a juros (resultado financeiro)

	2022			
	Retailho	SMEs e corporate	Funções de Suporte	Total
Margem Financeira	247 868	338 274	39 333	625 475
Resultado de taxas e comissões	202 434	88 316	( 570)	290 180
<b>Produto bancário comercial</b>	<b>450 302</b>	<b>426 590</b>	<b>38 763</b>	<b>915 655</b>
Outros resultados operacionais (excluindo contribuição sobre o sector bancário e adicional de solidariedade)	17 501	63 957	162 302	243 760
Contribuições para fundos de resolução e garantia de depósitos	-	-	41 155	41 155
Custos operacionais	286 483	90 722	71 158	448 363
Provisões/Imparidade	10 420	86 739	14 047	111 206
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência	-	-	8 354	8 354
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos e interesses que não controlam (excluindo contribuição sobre o sector bancário e adicional de solidariedade)</b>	<b>170 900</b>	<b>313 086</b>	<b>83 059</b>	<b>567 045</b>
Contribuição sobre o sector bancário e adicional de solidariedade	722	-	33 410	34 132
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos e interesses que não controlam</b>	<b>170 178</b>	<b>313 086</b>	<b>49 649</b>	<b>532 913</b>
Despesas ou receitas com impostos	2 450	956	( 56 707)	( 53 301)
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais descontinuadas	-	-	( 270)	( 270)
Lucros ou prejuízos do período atribuíveis a interesses minoritários (interesses que não controlam)	1 941	23 161	-	25 102
<b>Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe</b>	<b>165 787</b>	<b>288 969</b>	<b>106 086</b>	<b>560 842</b>
<i>Proveitos operacionais intersegmentos<sup>(1)</sup></i>	<i>4 232</i>	<i>36 871</i>	<i>( 34 077)</i>	<i>7 026</i>
<b>Total do Ativo líquido</b>	<b>14 311 696</b>	<b>13 363 952</b>	<b>18 319 381</b>	<b>45 995 029</b>
Crédito a clientes	13 164 282	11 385 481	1 191	24 550 954
<b>Total do Passivo</b>	<b>21 287 734</b>	<b>7 842 800</b>	<b>13 352 877</b>	<b>42 483 411</b>
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>119 744</b>	<b>119 744</b>
<b>Investimentos em ativos fixos tangíveis</b>	<b>615</b>	<b>-</b>	<b>136 918</b>	<b>137 533</b>
<b>Investimentos em ativos intangíveis</b>	<b>146</b>	<b>-</b>	<b>25 160</b>	<b>25 306</b>
<b>Investimentos em propriedades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16 464</b>	<b>16 464</b>
<b>Investimentos em outros ativos - imóveis</b>	<b>758</b>	<b>829</b>	<b>15 587</b>	<b>17 174</b>

(1) os proveitos operacionais intersegmentos referem-se essencialmente a juros (resultado financeiro)

A informação geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo é a seguinte:

	2023					
	Portugal	Espanha	Luxemburgo	Brasil	Outros	Total
Lucros ou prejuízos do período atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe	706 173	440	36 854	( 379)	-	743 088
<i>(do qual: relativo a operações descontinuadas)</i>	<i>(1 218)</i>	-	-	<i>806</i>	-	<i>( 412)</i>
Total de Proveitos	6 275 487	677	277 488	806	-	6 554 458
<i>Proveitos operacionais intersegmentos</i>	<i>60 187</i>	-	<i>(52 673)</i>	-	-	<i>7 514</i>
Ativo líquido	40 455 077	5 655	3 033 036	1 987	5 035	43 500 790
<i>(do qual: relativo a operações descontinuadas)</i>	<i>83 501</i>	-	-	<i>1 987</i>	<i>4 326</i>	<i>89 814</i>
Investimentos em associadas	59 511	-	-	-	-	59 511
Investimentos em ativos fixos tangíveis	87 796	-	280	-	-	88 076
Investimentos em ativos intangíveis	30 363	-	-	-	-	30 363
Investimentos em propriedades de investimento	611	-	-	-	-	611
Investimentos em outros ativos - imóveis	9 032	-	-	-	-	9 032
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos e interesses que não controlam	717 485	440	36 854	( 379)	-	754 400
Volume de negócios <sup>(a)</sup> / <sub>(b)</sub>	2 283 202	677	182 825	806	-	2 467 510
Número de colaboradores <sup>(a)</sup>	4 113	3	13	-	3	4 132
Subvenções públicas recebidas <sup>(a)</sup>	-	-	-	-	-	-

<sup>(a)</sup> Informação financeira apresentada de acordo com o artº 2º do DL nº 157/2014.

<sup>(b)</sup> O volume de negócios corresponde à soma dos seguintes itens da conta de exploração consolidada: receitas de juros, receitas de dividendos, receitas de taxas e comissões, ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, ganhos ou perdas com ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados, ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, diferenças cambiais, ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, outras receitas operacionais de exploração e proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência

	2022					
	Portugal	Espanha	Luxemburgo	Brasil	Outros	Total
Lucros ou prejuízos do período atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe	533 282	( 5 568)	30 893	2 235	-	560 842
<i>(do qual: relativo a operações descontinuadas)</i>	<i>( 270)</i>	-	-	-	-	<i>( 270)</i>
Total de Proveitos	6 933 076	463	226 885	2 235	-	7 162 659
<i>Proveitos operacionais intersegmentos</i>	<i>(29 845)</i>	-	<i>36 871</i>	-	-	<i>7 026</i>
Ativo líquido	43 490 936	47 959	2 448 197	2 747	5 190	45 995 029
<i>(do qual: relativo a operações descontinuadas)</i>	<i>51 650</i>	-	-	<i>2 747</i>	<i>5 190</i>	<i>59 587</i>
Investimentos em associadas	119 744	-	-	-	-	119 744
Investimentos em ativos fixos tangíveis	137 533	-	-	-	-	137 533
Investimentos em ativos intangíveis	25 306	-	-	-	-	25 306
Investimentos em outros ativos - imóveis	16 345	829	-	-	-	17 174
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos e interesses que não controlam <sup>(a)</sup>	494 784	( 5 568)	41 462	2 235	-	532 913
Volume de negócios <sup>(a)</sup> / <sub>(b)</sub>	1 406 239	352	97 712	2 235	-	1 506 538
Número de colaboradores <sup>(a)</sup>	4 071	6	10	-	3	4 090
Subvenções públicas recebidas <sup>(a)</sup>	-	-	-	-	-	-

<sup>(a)</sup> Informação financeira apresentada de acordo com o artº 2º do DL nº 157/2014.

<sup>(b)</sup> O volume de negócios corresponde à soma dos seguintes itens da conta de exploração consolidada: receitas de juros, receitas de dividendos, receitas de taxas e comissões, ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, ganhos ou perdas com ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados, ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, diferenças cambiais, ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, outras receitas operacionais de exploração e proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência

## Nota 10 – Margem Financeira

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Receitas de juros</b>	<b>1 955 662</b>	<b>834 679</b>
Custo amortizado <sup>(*)</sup>	1 595 275	735 159
Juros de crédito a clientes	1 224 643	596 394
(dos quais: Operações de locação financeira)	35 550	30 046
(dos quais: Operações com acordo de recompra)	8	-
Juros de disponibilidades e aplicações / recursos em instituições de crédito	143 547	24 958
(dos quais: Operações com acordo de recompra)	47	160
Juros de títulos	217 259	112 981
Outros juros e proveitos similares	9 826	826
Justo valor através de outro rendimento integral <sup>(*)</sup>	40 253	38 850
Juros de títulos	40 253	38 850
Resultantes de taxas de juro negativas <sup>(*)</sup>	1 862	40 142
Juros de disponibilidades e aplicações / recursos em instituições de crédito	9	38 413
Juros de derivados	1 853	1 729
Justo valor através de resultados	318 272	20 528
Juros de crédito a clientes	611	18
Juros de títulos	10 763	1 453
Juros de derivados	306 898	19 057
<b>Despesas com juros</b>	<b>813 078</b>	<b>209 204</b>
Custo amortizado <sup>(*)</sup>	595 494	167 604
Juros de responsabilidades representadas por títulos	57 420	58 520
Juros de recursos de clientes	208 104	45 050
(dos quais: Operações com acordo de recompra)	33 880	3 397
Juros de recursos / disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	272 119	22 268
(dos quais: Operações com acordo de recompra)	116 938	4 859
Juros de passivos subordinados	44 779	34 178
Outros juros e custos similares	13 072	7 588
Resultantes de taxas de juro negativas <sup>(*)</sup>	305	19 737
Juros de recursos / disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	222	12 306
Juros de derivados	83	6 850
Outros juros e custos similares	-	581
Justo valor através de resultados	217 279	21 863
Juros de derivados	217 279	21 863
	<b>1 142 584</b>	<b>625 475</b>

\* Utilizado o método do juro efetivo.

### Taxas médias dos ativos e passivos financeiros

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Grupo, para 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem assim como os respetivos saldos médios e os juros do exercício:

	(milhares de euros)					
	2023			2022		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Ativos monetários	4 536 215	143 325	3,12%	6 308 062	12 654	0,20%
Crédito a clientes	25 571 497	1 213 069	4,68%	25 424 392	590 751	2,29%
Aplicações em títulos e outros	10 938 065	368 603	3,32%	10 181 113	153 284	1,48%
<b>Ativos financeiros e diferenciais</b>	<b>41 045 777</b>	<b>1 724 997</b>	<b>4,15%</b>	<b>41 913 567</b>	<b>756 689</b>	<b>1,78%</b>
Recursos monetários	7 265 138	238 230	3,23%	10 455 407	( 19 542)	-0,18%
Recursos de clientes	28 981 803	241 984	0,82%	28 321 910	48 466	0,17%
Recursos titulados e outros	1 402 137	102 199	7,19%	1 452 268	92 698	6,30%
Recursos diferenciais	3 396 699	-	-	1 683 982	9 592	-
<b>Passivos financeiros e diferenciais</b>	<b>41 045 777</b>	<b>582 413</b>	<b>1,40%</b>	<b>41 913 567</b>	<b>131 214</b>	<b>0,31%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1 142 584</b>	<b>2,75%</b>		<b>625 475</b>	<b>1,47%</b>

### Nota 11 – Resultados de Taxas e Comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Receitas de taxas e comissões</b>	<b>339 061</b>	<b>337 335</b>
Por serviços bancários prestados	248 624	250 119
Cartões	46 884	42 336
Gestão de Meios de Pagamento	115 328	109 290
Gestão de Ativos	35 715	38 256
Operações de crédito	50 697	60 237
Por garantias prestadas	31 054	32 202
Por operações realizadas com títulos	11 867	10 968
Por compromissos perante terceiros	6 871	6 601
Bancassurance	29 356	30 294
Outros rendimentos de serviços e comissões	11 289	7 151
<b>Despesas de taxas e comissões</b>	<b>44 746</b>	<b>47 155</b>
Por serviços bancários prestados por terceiros	28 212	30 902
Cartões	9 319	9 438
Gestão de Meios de Pagamento	13 513	15 026
Gestão de Ativos	2 723	2 488
Operações de crédito	2 657	3 950
Por garantias recebidas	1 313	1 903
Por operações realizadas com títulos	5 277	5 147
Outros encargos com serviços e comissões	9 944	9 203
	<b>294 315</b>	<b>290 180</b>

## Nota 12 – Resultados de Operações Financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Receitas de dividendos</b>	<b>2 133</b>	<b>5 035</b>
De ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	185	1 276
Ações	77	113
Unidades de participação	108	1 164
De ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	1 948	3 759
Ações	1 948	3 759
<b>Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados</b>	<b>( 58 055)</b>	<b>( 88 255)</b>
De ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	5 090	( 82 802)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	5 090	( 30 768)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	-	( 52 034)
De ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado	( 63 145)	( 5 453)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	( 387)	2
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	( 69 296)	( 6 496)
Crédito	6 538	1 041
<b>Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação</b>	<b>4 418</b>	<b>149 212</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	205	( 23 620)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	106	39
Instrumentos financeiros derivados	4 107	172 793
Contratos sobre taxas de câmbio	( 1 302)	5 385
Contratos sobre taxas de juro	938	163 685
Contratos sobre ações/índices	4 306	1 216
Contratos sobre créditos	( 2)	187
Outros	167	2 320
<b>Ganhos ou perdas com ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados</b>	<b>26 633</b>	<b>( 40 493)</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	13 329	( 408)
Ações	1 280	14 074
Outros títulos de rendimento variável	6 639	( 22 962)
Crédito a clientes	5 385	( 31 197)
<b>Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados</b>	<b>79</b>	<b>116</b>
Outros títulos de rendimento variável	79	116
<b>Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura</b>	<b>32 112</b>	<b>( 1 713)</b>
Variações de justo valor do instrumento de cobertura		
Contratos sobre taxas de juro	( 153 359)	439 936
Variações de justo valor do item coberto atribuível ao risco coberto	185 471	( 441 649)
<b>Reavaliação cambial</b>	<b>24 369</b>	<b>6 789</b>
	<b>31 689</b>	<b>30 691</b>

A 31 de dezembro de 2023, os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*) reconhecidos em resultados, estão relacionados essencialmente com operações cambiais, ascenderam a cerca de 3 684 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 3 693 milhares de euros).

### Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura

Os ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura incluem as variações de justo valor do instrumento de cobertura (derivado) e as variações de justo valor do item coberto atribuível ao risco coberto. No caso em que as operações de cobertura são interrompidas antecipadamente pode ocorrer o pagamento/recebimento de uma compensação, a qual é registada em Outras despesas operacionais/ Outras receitas operacionais. Em 31 de dezembro de 2023, não houve lugar a compensações (31 de dezembro de 2022: 89 milhares de euros).

## Nota 13 – Ganhos ou Perdas com o Desreconhecimento de Ativos não Financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Imóveis	27 343	86 516
Equipamento	526	( 5 790)
Outros	31	2 563
	<b>27 901</b>	<b>83 289</b>

A rubrica de ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros - imóveis inclui, a 31 de dezembro de 2022, o ganho de 66 797 milhares de euros com a venda do edifício sede do novobanco, conforme detalhado na nota 25.

## Nota 14 – Outras Receitas Operacionais e Outras Despesas Operacionais

O valor destas rubricas é composto por:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>106 231</b>	<b>214 005</b>
Resultados de recuperação de operações de crédito	32 512	40 423
Serviços não recorrentes de consultoria	331	334
Proveitos de Fundos e sociedades imobiliárias	19 470	35 461
Ganhos na aquisição de dívida emitida pelo Grupo (ver Nota 31)	-	13
Ganhos na reavaliação de propriedades de investimento (ver Nota 26)	45 091	118 433
Outros proveitos	8 827	19 341
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>( 124 054)</b>	<b>( 118 357)</b>
Perdas na aquisição de dívida emitida pelo Grupo (ver Nota 31)	( 1 432)	-
Impostos diretos e indiretos	( 4 727)	( 5 275)
Contribuição sobre o setor bancário	( 29 853)	( 28 881)
Adicional de solidariedade	( 5 427)	( 5 251)
Quotizações e donativos	( 1 460)	( 2 490)
Custos de Fundos e sociedades imobiliárias	( 7 639)	( 7 465)
Encargos com entidades de Supervisão	( 2 228)	( 2 254)
Perdas na reavaliação de propriedades de investimento (ver Nota 26)	( 28 565)	( 27 300)
Outros custos	( 42 723)	( 39 441)
<b>Outras receitas/ (despesas) operacionais</b>	<b>( 17 823)</b>	<b>95 648</b>

Em 31 de dezembro de 2023 não houve lugar a recebimento relativo a compensação por interrupção de operações de cobertura, incluído nos outros proveitos (31 de dezembro de 2022: 89 milhares de euros) (ver Nota 12).

## Nota 15 – Despesas de Pessoal

O valor das despesas de pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Vencimentos e salários	192 712	179 909
Remunerações	191 465	179 905
Prémios de carreira (ver Nota 16)	1 247	4
Encargos sociais obrigatórios	49 632	47 216
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 16)	316	301
Outros custos	10 044	6 281
	<b>252 704</b>	<b>233 707</b>

As provisões e os custos relacionados com o processo de reestruturação encontram-se apresentados na Nota 32.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o número de colaboradores do Grupo novobanco, decompõe-se como segue:

	2023	2022
Colaboradores do novobanco	3 939	3 817
Colaboradores das subsidiárias do Grupo	270	273
<b>Total colaboradores do Grupo</b>	<b>4 209</b>	<b>4 090</b>

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo novobanco analisa-se como se segue:

	2023	2022
Funções diretivas	481	481
Funções de chefia	373	388
Funções específicas	2 265	2 170
Funções administrativas e outras	1 090	1 051
	<b>4 209</b>	<b>4 090</b>

## Nota 16 - Benefícios a Empregados

### Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na política contabilística 7.23, o Grupo assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência e outras responsabilidades tais como um Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), gerido pelo Sindicato.

Para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008, as prestações pecuniárias a título de reforma por invalidez e pensões de invalidez, sobrevivência e morte relativas às obrigações consagradas no âmbito do ACT, assim como as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS), são cobertas por um fundo de pensões fechado, gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A proteção dos colaboradores na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, e ainda de velhice, é assegurada pelo regime geral da Segurança Social, pois com a publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, foram integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011.

Os colaboradores admitidos após 31 de dezembro de 2008 beneficiam do Regime Geral da Segurança Social.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo, contudo, lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos Bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os Bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 e na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011 a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas, fossem transmitidos para o Estado.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 (20:00 horas), com a redação que lhe foi dada pela deliberação do mesmo Conselho de Administração de 11 de agosto de 2014 (17:00 horas), e os esclarecimentos adicionais constantes da deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 11 de fevereiro de 2015, foi clarificado que as responsabilidades do BES não transferidas para o novobanco respeitam às responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência e de complementos de pensão de reforma e sobrevivência dos administradores do BES que tenham sido membros da sua Comissão Executiva, tal como definidas no Contrato de Sociedade do BES e nos Regulamentos da Assembleia Geral do BES para os quais o Contrato de Sociedade remete, não tendo, por isso, sido transferidas para o novobanco, sem prejuízo da transferência das responsabilidades destes participantes decorrentes exclusivamente do seu contrato de trabalho com o BES.

Face ao atrás exposto apenas as responsabilidades do fundo de pensões decorrentes do Plano Complementar Comissão Executiva foram divididas permanecendo uma parte (acima descrita) no BES e sendo transferidas para o novobanco as restantes responsabilidades afetas ao Plano Complementar Comissão Executiva, conjuntamente com as responsabilidades do Fundo de Pensões respeitantes ao Plano Base e ao Plano Complementar.

Para a quantificação dos montantes respeitantes à separação dos ativos do Fundo de Pensões afetos às responsabilidades que permaneceram no BES, decorrente da deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 11 de fevereiro de 2015 e às que foram transferidas para o novobanco, procedeu-se à separação do património existente a 3 de agosto de 2014, de forma proporcional às responsabilidades calculadas à mesma data, afetos a cada um dos grupos de ex-participantes e beneficiários alocados a cada uma das entidades. Da separação efetuada nestes termos, resultará um nível de financiamento no Plano Complementar da Comissão Executiva igual, a 3 de agosto de 2014, para cada um dos associados do Fundo (novobanco e BES).

Os ativos da parte indivisa não ficam afetos a qualquer passivo do novobanco ou do BES até à decisão final do tribunal (limite do artigo 402º), sendo que se encontra registado na rubrica de Provisões do passivo do Grupo o valor de 8,8 milhões de euros de responsabilidades líquidas do valor dos ativos do fundo relativos à parte indivisa.

Em 1 de junho de 2016 foi efetuada uma alteração ao contrato constitutivo do Fundo de Pensões do NB, passando o plano complementar para contribuição definida em vez de benefício definido. Face ao atrás exposto, e de acordo com a IAS 19, as responsabilidades e os ativos deste plano foram expurgados dos valores apresentados para os planos de



benefício definido. Em 31 de dezembro de 2023, foi registado em Custos com o pessoal o valor de 629 milhares de euros relativo ao plano de contribuição definida (31 de dezembro de 2022: 558 milhares de euros).

Durante o exercício de 2021 foram efetuadas duas alterações ao Fundo de Pensões:

- Inclusão de Pensão de Segurança Social – Pensionistas

Até 2020, a metodologia aplicada considerava as pensões em pagamento pelo Fundo de Pensões para o cálculo das responsabilidades com pensionistas. Em 2021, esta metodologia foi alterada para pensionistas que iniciaram pensão posterior a 2011, e não têm atribuída uma pensão de Segurança Social. Para este grupo de pensionistas com idade inferior à idade normal de reforma do Regime Geral da Segurança Social (RGSS) foi abatida a responsabilidade decorrente de uma pensão de Segurança Social, a ser paga a partir da idade normal de reforma do RGSS. Quanto aos pensionistas com idade superior à idade normal de reforma do RGSS foi abatida a responsabilidade decorrente de uma pensão de Segurança Social, a ser paga a partir do momento da avaliação.

- Inclusão de Direitos Adquiridos (Cláusula 98 ACT)

Em 2021, foram incluídas as responsabilidades com ex-colaboradores que saíram do Grupo novobanco após 2011, e que podem reclamar ao Fundo de Pensões direitos ao abrigo da Cláusula 98 do ACT.

As responsabilidades e níveis de cobertura do Grupo, calculadas de acordo com a política contabilística definida na Nota 7.23 – Benefícios aos empregados, reportáveis a 31 de dezembro de 2023 e 2022 são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Responsabilidades</b>		
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	<b>1 418 647</b>	<b>1 929 188</b>
Custo do serviço corrente	116	( 26)
Custo dos juros	54 974	25 469
Contribuições dos participantes	2 700	2 601
Contribuições de outras entidades	214	206
(Ganhos) e perdas atuariais no exercício:		
- Alteração de pressupostos financeiros	103 329	( 527 073)
- (Ganhos) e perdas de experiência	93 981	52 113
Pensões pagas pelo fundo / transferências e prémios únicos	( 88 597)	( 81 459)
Reformas antecipadas	11 444	19 473
Diferenças cambiais e outros	2	( 1 845)
<b>Responsabilidades no final do exercício</b>	<b>1 596 810</b>	<b>1 418 647</b>
Das quais:		
Pensionistas	1 195 361	1 075 292
Ativos	401 449	343 355
<b>Fundos de Pensões</b>		
<b>Saldo dos fundos no início do exercício</b>	<b>1 478 263</b>	<b>1 907 928</b>
Rendimento líquido do fundo	222 774	( 348 984)
- Quota parte do juro líquido sobre os ativos	53 494	23 153
- Retorno dos ativos excluindo o juro líquido	169 280	( 372 137)
Contribuições do Grupo	-	249
Contribuições dos empregados	2 700	2 601
Pensões pagas pelo fundo / transferências e prémios únicos	( 88 597)	( 81 459)
Diferenças cambiais e outros	374	( 2 072)
<b>Saldo dos fundos no final do exercício</b>	<b>1 615 514</b>	<b>1 478 263</b>
<b>Ativos/(responsabilidades) líquidos em balanço (ver Notas 29 e 33)</b>		
<b>No início do exercício</b>	<b>59 616</b>	<b>( 21 260)</b>
Custo do exercício	( 1 797)	( 2 617)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	( 27 294)	101 726
Contribuições efetuadas no exercício	-	249
Outros	( 11 821)	( 18 482)
<b>No final do exercício</b>	<b>18 704</b>	<b>59 616</b>
<b>Perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento integral</b>		
<b>Perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento integral no início do exercício</b>	<b>697 326</b>	<b>799 052</b>
(Ganhos) e perdas atuariais no exercício:		
- Alteração de pressupostos		
- Financeiros	103 329	( 527 073)
- Retorno dos ativos do plano (excluindo juro líquido)	( 75 299)	424 250
Amortização do período		
Outros	( 545)	1 097
<b>Perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento integral no final do exercício</b>	<b>724 811</b>	<b>697 326</b>
<b>Participantes no plano de pensões</b>	<b>12 311</b>	<b>12 108</b>
Ativos	4 143	3 958
Reformados e sobreviventes	7 074	7 066
Participantes ao abrigo da Cláusula 98	1 094	1 084

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	(milhares de euros)					
	2023			2022		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Instrumentos de capital	-	125 736	125 736	-	63 411	63 411
Instrumentos de dívida	1 034 102	-	1 034 102	947 801	-	947 801
Fundos de investimento	127 841	56 200	184 041	155 923	55 794	211 717
Dívida estruturada	20	-	20	60	15	75
Imóveis	-	228 483	228 483	-	181 960	181 960
Caixa e equivalentes de caixa	-	43 132	43 132	-	73 299	73 299
<b>Total</b>	<b>1 161 963</b>	<b>453 551</b>	<b>1 615 514</b>	<b>1 103 784</b>	<b>374 479</b>	<b>1 478 263</b>

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como seguem:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	21 408	63 802
Imóveis	39 965	39 056
<b>Total</b>	<b>61 373</b>	<b>102 858</b>

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões e por benefícios de saúde são iguais e apresentam-se como segue:

	2023		2022	
	Pressupostos	Verificado	Pressupostos	Verificado
<b>Pressupostos Atuariais</b>				
Taxas de rendimento projetado	3,45%	15,87%	4,00%	-18,92%
Taxa de desconto	3,45%	-	4,00%	-
Taxa de crescimento de pensões	0,75%	4,36%	0,75%	1,41%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	5,71%	1,00%	2,54%
Tábua de Mortalidade masculina	TV 88/90		TV 88/90	
Tábua de Mortalidade feminina	TV 88/90-3 anos		TV 88/90-3 anos	

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A determinação da taxa de desconto com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) a *duration* das responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a análise de sensibilidade a uma variação de 0,25% na taxa dos pressupostos utilizados e de um ano na tabela de mortalidade resulta nas seguintes variações no valor atual das responsabilidades apuradas por serviços passados:

Pressupostos	(milhares de euros)			
	Variação no valor das responsabilidades resultantes da variação:			
	2023		2022	
	de +0,25% na taxa utilizada	de -0,25% na taxa utilizada	de +0,25% na taxa utilizada	de -0,25% na taxa utilizada
Taxa de desconto	( 47 893)	50 439	( 41 764)	43 959
Taxa de crescimento dos salários	9 665	( 9 349)	6 893	( 6 658)
Taxa de crescimento das pensões	47 559	( 45 481)	44 420	( 42 463)
	de +1 ano	de -1 ano	de +1 ano	de -1 ano
Tábua de mortalidade	( 49 967)	49 683	( 41 178)	40 787

Os custos com pensões de reforma e com benefícios de saúde nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Custo do serviço corrente <sup>(a)</sup>	116	( 26)
Juro líquido	1 481	2 316
Reformas antecipadas <sup>(a)</sup>	200	327
<b>Custos com benefícios pós emprego</b>	<b>1 797</b>	<b>2 617</b>

(a) registado em Despesas de pessoal (ver Nota 15)

No exercício de 2023, o valor de reformas antecipadas foi de 11,4 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 19,4 milhões de euros), dos quais 11,2 milhões de euros enquadram-se no processo de reestruturação do Grupo (31 de dezembro de 2022: 19,1 milhões de euros) e, como tal, foram reconhecidos por contrapartida da utilização da provisão para reestruturação (ver Nota 32).

A duração média das responsabilidades dos planos de benefício definido é de aproximadamente 13 anos (31 de dezembro de 2022: aproximadamente 13 anos).

#### Prémio de carreira

A 31 de dezembro de 2023 as responsabilidades assumidas pelo Grupo ascendem a 6 602 milhares de euros, correspondente às responsabilidades por serviços passados do prémio de carreira, conforme descrito na Nota 7.23 – Benefícios aos empregados (31 de dezembro de 2022: 5 621 milhares de euros) (ver Nota 33).

A 31 de dezembro de 2023 registou-se um custo de 1 247 milhares de euros com os prémios de carreira (31 de dezembro de 2022: 4 milhares de euros) (ver Nota 15).

## Nota 17 – Outras Despesas Administrativas

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Rendas e alugueres	4 909	4 250
Publicidade e publicações	6 055	5 513
Comunicações e expedição	10 616	11 600
Conservação e reparação	7 735	8 206
Deslocações e representação	2 652	2 211
Transporte de valores	2 889	2 711
Seguros	5 056	6 190
Serviços de informática	46 372	43 983
Trabalho independente	2 616	2 470
Mão de obra eventual	716	1 284
Sistema eletrónico de pagamentos	15 089	12 395
Serviços judiciais, contencioso e notariado	7 777	6 781
Consultoria e auditoria	42 435	28 066
Água, energia e combustíveis	1 521	2 826
Material de consumo corrente	1 683	1 586
Outros custos	24 752	22 091
	<b>182 873</b>	<b>162 163</b>

A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, serviços especializados com segurança e vigilância, informações, custos com formação e fornecimentos externos diversos.

A rubrica de rendas e alugueres inclui, em 31 de dezembro de 2023 um montante de 683 milhares de euros relativo a contratos de locação operacional de curto prazo (31 de dezembro de 2022: 704 milhares de euros), conforme descrito na nota 7.20.

Os honorários faturados durante os exercícios de 2023 e 2022 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no art.º 508.º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalha-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Revisão Oficial de Contas	1 689	1 445
Outros serviços de garantia de fiabilidade	2 005	1 264
<b>Valor total dos serviços faturados</b>	<b>3 694</b>	<b>2 709</b>

## Nota 18 – Contribuições para Fundos de Resolução e Garantia de Depósitos

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Contribuição para Fundo Único de Resolução	14 977	24 492
Contribuição para Fundo de Resolução Nacional	7 101	16 364
Contribuição para Fundo de Garantia de Depósitos	56 403	299
	<b>78 481</b>	<b>41 155</b>

No âmbito das contribuições periódicas anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD), o Novobanco e os restantes Bancos do Grupo assumiram compromissos irrevogáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 161.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF"), relativos a parte dessas contribuições, com o compromisso de efetuar o respetivo pagamento quando o FGD o solicitasse. No final do exercício de 2023, e por indicação desta instituição, o Grupo procedeu ao pagamento da totalidade do valor dos compromissos assumidos, no valor de 56 147 milhares de euros, tendo reconhecido este montante como custo do exercício.

Adicionalmente, o Grupo tem compromissos irrevogáveis de pagamentos o valor de 20 143 milhares de euros relativos a contribuições para o Fundo único de Resolução, decorrente da opção de efetuar parte das contribuições anuais através de um depósito colateral.

## Nota 19 – Imparidade

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Provisões líquidas de anulações (ver Nota 32)</b>	<b>45 699</b>	<b>39 245</b>
Provisões para garantias e compromissos	( 628)	( 2 685)
Outras provisões	46 327	41 930
<b>Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados (ver Nota 22)</b>	<b>141 893</b>	<b>101 882</b>
Títulos ao justo valor através de capital próprio	( 394)	( 433)
Títulos ao custo amortizado	32 960	68 067
Aplicações em instituições de crédito	( 62)	( 287)
Crédito a clientes	109 389	34 535
<b>Imparidades ou reversão de imparidades de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas (ver Nota 24)</b>	<b>( 7 406)</b>	<b>( 21 546)</b>
<b>Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros</b>	<b>( 6 351)</b>	<b>( 8 375)</b>
Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas (ver Nota 30)	14 486	( 664)
Ativos fixos tangíveis (ver Nota 25)	( 996)	( 1 776)
Ativos fixos intangíveis (ver Nota 27)	18	-
Outros ativos (ver Nota 29)	( 19 859)	( 5 935)
	<b>173 835</b>	<b>111 206</b>

## Nota 20 – Caixa, Saldos de Caixa em Bancos Centrais e Outros Depósitos à Ordem

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Caixa</b>	<b>179 229</b>	<b>182 895</b>
<b>Depósitos à ordem em bancos centrais</b>	<b>5 374 612</b>	<b>5 942 498</b>
Banco de Portugal	5 365 346	5 936 637
Bancos do SEBC	9 266	5 861
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no país</b>	<b>89 559</b>	<b>222 866</b>
Depósitos à ordem	9 167	62 900
Cheques a cobrar	80 392	159 966
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro</b>	<b>223 789</b>	<b>250 819</b>
Depósitos à ordem	193 526	213 506
Outras disponibilidades	30 263	37 313
	<b>5 867 189</b>	<b>6 599 078</b>

A rubrica Depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui depósitos de caráter obrigatório no montante de 289,0 milhões de euros (31 de dezembro 2022: 287,9 milhões de euros) que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de dezembro de 2023 a taxa de remuneração média destes depósitos era nula e em 31 de dezembro de 2022 era 2%.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2023 foi incluído no período de observação de 20 de dezembro de 2023 a 30 de janeiro de 2024.

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

## Nota 21 – Ativos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>	<b>436 148</b>	<b>171 810</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	318 528	36 428
Derivados de negociação com justo valor positivo	117 620	135 382
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>	<b>100 639</b>	<b>99 386</b>
Derivados de negociação com justo valor negativo	100 639	99 386

### Títulos detidos para negociação

O detalhe dos títulos detidos para negociação por hierarquia de justo valor é apresentado na Nota 40.

## Derivados

Os derivados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são analisados como segue:

	(milhares de euros)							
	2023				2022			
	Nocional		Justo valor		Nocional		Justo valor	
	Compras	Vendas	Ativo	Passivo	Compras	Vendas	Ativo	Passivo
<b>DERIVADOS DE NEGOCIAÇÃO</b>			<b>117 620</b>	<b>100 639</b>			<b>135 382</b>	<b>99 386</b>
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>			<b>11 227</b>	<b>11 413</b>			<b>23 141</b>	<b>22 069</b>
<i>Forward</i>	484 603	484 586	7 848	8 215	664 046	662 467	13 976	13 326
<i>Currency Swaps</i>	692 915	692 574	2 161	1 980	715 504	713 759	2 559	2 137
<i>Currency Options</i>	86 152	76 649	1 218	1 218	293 418	293 419	6 606	6 606
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>			<b>101 085</b>	<b>83 897</b>			<b>103 673</b>	<b>74 413</b>
<i>Interest Rate Swaps</i>	3 040 734	3 040 734	90 160	73 772	3 071 249	3 071 249	98 468	70 120
<i>Swaption - Interest Rate Options</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Interest Rate Caps &amp; Floors</i>	337 730	414 502	10 925	10 125	142 992	233 310	5 205	4 293
<b>Contratos sobre ações/índices</b>			<b>4 345</b>	<b>4 393</b>			<b>8 279</b>	<b>2 695</b>
<i>Equity / Index Options</i>	266 706	266 706	4 345	4 393	423 960	423 956	8 279	2 695
<b>Contratos sobre risco de incumprimento</b>			-	<b>104</b>			-	-
<i>Credit Default Swaps</i>	-	45 249	-	104	-	-	-	-
<b>Contratos sobre commodities</b>			<b>963</b>	<b>832</b>			<b>289</b>	<b>209</b>
<i>Commodities Swaps</i>	29 082	29 082	963	832	15 759	15 759	289	209

a) Derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem (ver Notas 29 e 33)

No exercício de 2023 o Grupo reconheceu um ganho de 228 milhares de euros relacionados com o CVA dos instrumentos derivados (31 de dezembro de 2022: perda de 1 820 milhares de euros). A forma de determinação do CVA é explicada na nota 40.

## Nota 22 – Ativos Financeiros Obrigatoriamente Contabilizados pelo Justo Valor Através dos Resultados, pelo Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral e pelo Custo Amortizado

Estas rubricas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são analisadas como segue:

	(milhares de euros)					
	2023					
	Obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	Justo valor através de resultados	Justo valor através de outro rendimento integral	Custo amortizado <sup>1</sup>	Variação do justo valor <sup>2</sup>	Total
Títulos	264 912	-	838 523	7 870 536	-	8 973 971
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	47 940	-	47 940
Crédito a clientes	-	-	-	24 534 061	( 83 498)	24 450 563
	<b>264 912</b>	<b>-</b>	<b>838 523</b>	<b>32 452 537</b>	<b>( 83 498)</b>	<b>33 472 474</b>

<sup>1</sup> Inclui os ajustamentos de justo valor decorrentes de microcobertura do risco de taxa de juro (ver Nota 23)

<sup>2</sup> Variação do justo valor dos elementos ao custo amortizado abrangidos pela carteira de cobertura do risco de taxa de juro (ver Nota 23)



(milhares de euros)

	2022					Total
	Obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	Justo valor através de resultados	Justo valor através de outro rendimento integral	Custo amortizado <sup>1</sup>	Varição do justo valor <sup>2</sup>	
Títulos	313 684	13	2 331 099	7 964 664	-	10 609 460
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	43 548	-	43 548
Crédito a clientes	18	-	-	24 550 936	( 165 144)	24 385 810
	<b>313 702</b>	<b>13</b>	<b>2 331 099</b>	<b>32 559 148</b>	<b>( 165 144)</b>	<b>35 038 818</b>

<sup>1</sup> Inclui os ajustamentos de justo valor decorrentes de microcobertura do risco de taxa de juro (ver Nota 23)<sup>2</sup> Variação do justo valor dos elementos ao custo amortizado abrangidos pela carteira de cobertura do risco de taxa de juro (ver Nota 23)

## 22.1. Títulos

O detalhe da carteira de Títulos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado como se segue:

	2023		2022	
<b>Títulos obrigatoriamente contabilizados ao justo valor através de resultados</b>	<b>264 912</b>		<b>313 684</b>	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	11 418		13 473	
Ações	142 282		141 119	
Outros títulos de rendimento variável	111 212		159 092	
<b>Títulos ao justo valor através de resultados</b>	<b>-</b>		<b>13</b>	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	-		13	
<b>Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>838 523</b>		<b>2 331 099</b>	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	371 675		1 764 578	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	389 194		479 406	
Ações	77 654		87 115	
<b>Títulos ao custo amortizado</b>	<b>7 870 536</b>		<b>7 964 664</b>	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	4 421 480		4 423 089	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	3 773 368		3 833 106	
Imparidade	( 324 312)		( 291 531)	
	<b>8 973 971</b>		<b>10 609 460</b>	

No dia 29 de dezembro de 2022 foi concluído o Projeto Crow, celebrado entre o novobanco, Banco Comercial Português, S.A., Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Santander Totta, S.A. e Oitante, S.A. (os vendedores) e a Davidson Kempner (a compradora), relativo ao processo de venda das unidades de participação detidas por estes bancos nos Fundos de reestruturação. Desta operação resultou: (i) a transferência das unidades de participação detidas no FRT, juntamente com os ativos direta e indiretamente detidos pelo fundo para a compradora; (ii) a transferência das ações no FLIT juntamente com os ativos direta e indiretamente detidos pelo fundo para a compradora; (iii) certos ativos hoteleiros detidos indiretamente pelo Fundo Recuperação, FCR foram adquiridos indiretamente pelo FLIT; e (iv) certos ativos detidos indiretamente pela FLIT e FRT foram transferidos para os Vendedores. Em resultado desta operação, no exercício de 2022 o novobanco recebeu, em termos líquidos, 224 milhões de euros, procedeu ao desreconhecimento de 267 milhões de euros de unidades de participação e adquiriu ativos registados como ativos não correntes no valor de 48 milhões de euros, tendo sido apurado um impacto positivo em resultados de 4,8 milhões de euros.

As restantes participações em fundos de reestruturação que permaneceram no balanço do Grupo, estão contabilizadas em ações e outros títulos de rendimento variável obrigatoriamente contabilizados ao justo valor através de resultados, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 7.6.4, tendo por base o valor líquido contabilístico divulgado pelas Sociedades Gestoras, ajustado em função de informação, análises ou avaliações independentes que se considerem necessárias para determinar o seu justo valor, dando resposta a orientações do Banco Central Europeu.

Tratando-se de ativos de “nível 3” de acordo com a hierarquia de justo valor do IFRS 13 (cotações fornecidas por terceiras entidades cujos parâmetros utilizados não são, na sua maioria, observáveis no mercado), o detalhe da metodologia de valorização encontra-se descrito na Nota 40.

Durante este ano, o Grupo decidiu, a título excepcional, alienar integralmente uma carteira de dívida supranacional registada ao custo amortizado cuja *yield* se encontrava significativamente abaixo das observadas no mercado, no âmbito da gestão de risco de taxa de juro, e em linha com a estratégia do Grupo de proteção da margem financeira num cenário de descida das taxas de juro já em 2024. Atendendo à excepcionalidade e ao caráter não repetível da operação, entendemos que a mesma está enquadrada no modelo de negócio adotado. Esta carteira era constituída por dezoito títulos com uma *duration* de cerca 5 anos (não considerando opções de compra), que representavam cerca de 9,4% (em valor nominal) do total da carteira de títulos registada ao custo amortizado. Com esta operação, o Grupo reconheceu uma perda na linha de Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor de 70 982 milhares de euros no exercício 2023, que corresponde à realização das perdas potenciais destes títulos, em benefício de ganhos na margem futura.

O detalhe dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

(milhares de euros)

	Custo <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Reserva de justo valor transferida para Resultados <sup>(2)</sup>	Valor de balanço	Reservas de imparidade
		Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	379 250	1 757	(9 332)	-	371 675	(49)
Residentes	70 492	10	(8 722)	-	61 780	(28)
Não residentes	308 758	1 747	(610)	-	309 895	(21)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	420 490	775	(27 052)	(5 019)	389 194	(190)
Ações	147 220	42 517	(112 083)	-	77 654	-
Outros títulos de rendimento variável	3	-	(3)	-	-	-
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>946 963</b>	<b>45 049</b>	<b>(148 470)</b>	<b>(5 019)</b>	<b>838 523</b>	<b>(239)</b>

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

<sup>(2)</sup> No âmbito das operações de *fair value hedge* (ver Nota 23)

(milhares de euros)

	Custo <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Reserva de justo valor transferida para Resultados <sup>(2)</sup>	Valor de balanço	Reservas de imparidade
		Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	1 783 420	321	(19 163)	-	1 764 578	(453)
Residentes	349 818	10	(13 271)	-	336 557	(115)
Não residentes	1 433 602	311	(5 892)	-	1 428 021	(338)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	541 022	-	(49 628)	(11 988)	479 406	(207)
Ações	445 229	41 222	(399 336)	-	87 115	-
Outros títulos de rendimento variável	3	-	(3)	-	-	-
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2 769 674</b>	<b>41 543</b>	<b>(468 130)</b>	<b>(11 988)</b>	<b>2 331 099</b>	<b>(660)</b>

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

<sup>(2)</sup> No âmbito das operações de *fair value hedge* (ver Nota 23)

Durante o exercício de 2023, o Grupo alienou 1 243,4 milhões de euros de obrigações e outros títulos de dívida classificados ao justo valor através de outro rendimento integral (31 de dezembro de 2022: 5 921,9 milhões de euros), com um ganho de 5,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: perda de 82,8 milhões de euros) registado em

resultados, pela venda de títulos de dívida e uma perda de 283,8 milhões de euros que foi transferida de reservas de reavaliação para reservas associadas a vendas (31 de dezembro de 2022: perda de 1,2 milhões de euros), proveniente da venda de instrumentos de capital.

As transferências entre *stages* ocorridas na carteira de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral e custo amortizado durante os exercícios de 2023 e 2022 são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

	2023					
	Transferências entre Stage 1 e 2		Transferências entre Stage 2 e 3		Transferências entre Stage 1 e 3	
	Para Stage 2 de Stage 1	Para Stage 1 de Stage 2	Para Stage 3 de Stage 2	Para Stage 2 de Stage 3	Para Stage 3 de Stage 1	Para Stage 1 de Stage 3
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - Capitais</b>						
De outros emissores	86 586	25 549	29 648	-	-	-
	<b>86 586</b>	<b>25 549</b>	<b>29 648</b>	-	-	-

(milhares de euros)

	2022					
	Transferências entre Stage 1 e 2		Transferências entre Stage 2 e 3		Transferências entre Stage 1 e 3	
	Para Stage 2 de Stage 1	Para Stage 1 de Stage 2	Para Stage 3 de Stage 2	Para Stage 2 de Stage 3	Para Stage 3 de Stage 1	Para Stage 1 de Stage 3
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - Capitais</b>						
De outros emissores	18 523	1 405	-	-	29 263	-
	<b>18 523</b>	<b>1 405</b>	-	-	<b>29 263</b>	-

Os movimentos ocorridos nas reservas de imparidade nos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	Movimento de Imparidade de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3 716</b>	-	-	<b>3 716</b>
Transferências para o <i>stage 3</i>	( 20)	-	20	-
Acréscimos por alteração do risco de crédito	2 339	-	-	2 339
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 2 752)	-	( 20)	( 2 772)
Utilizações	( 2 654)	-	-	( 2 654)
Outros movimentos	30	-	1	31
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>659</b>	-	<b>1</b>	<b>660</b>
Acréscimos por alteração do risco de crédito	416	-	-	416
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 810)	-	-	( 810)
Utilizações	( 22)	-	-	( 22)
Outros movimentos	( 5)	-	-	( 5)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>238</b>	-	<b>1</b>	<b>239</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos títulos ao custo amortizado são apresentados como segue:

	(milhares de euros)			
	<b>Movimento de Imparidade de títulos ao custo amortizado</b>			
	<b>Stage 1</b>	<b>Stage 2</b>	<b>Stage 3</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5 471</b>	<b>38 283</b>	<b>203 243</b>	<b>246 997</b>
Transferências para o <i>stage</i> 1	76	( 76)	-	-
Transferências para o <i>stage</i> 2	( 61)	61	-	-
Transferências para o <i>stage</i> 3	( 6 357)	-	6 357	-
Acréscimos por alteração do risco de crédito	15 463	173 771	1 687 706	1 876 940
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 9 262)	( 208 666)	( 1 590 945)	( 1 808 873)
Utilizações	( 41)	-	( 25 237)	( 25 278)
Outros movimentos	58	-	1 687	1 745
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5 347</b>	<b>3 373</b>	<b>282 811</b>	<b>291 531</b>
Transferências para o <i>stage</i> 1	1 883	( 1 883)	-	-
Transferências para o <i>stage</i> 2	( 1 784)	1 784	-	-
Transferências para o <i>stage</i> 3	-	( 1 654)	1 654	-
Acréscimos por alteração do risco de crédito	8 913	11 020	1 631 947	1 651 880
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 12 248)	( 9 201)	( 1 597 471)	( 1 618 920)
Utilizações	( 153)	( 23)	( 5)	( 181)
Outros movimentos	1 650	( 1 649)	1	2
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3 608</b>	<b>1 767</b>	<b>318 937</b>	<b>324 312</b>

De acordo com a política contábilística descrita na Nota 7.12, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 8.1.

O detalhe da carteira de títulos por hierarquia de justo valor é apresentado na Nota 40.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 36.

## 22.2. Aplicações em instituições de crédito

O detalhe das Aplicações em instituições de crédito a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado como se segue:

	(milhares de euros)	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>	<b>44 938</b>	<b>39 232</b>
Depósitos	24 761	4
Empréstimos	20 177	39 228
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>	<b>3 716</b>	<b>5 096</b>
Depósitos	3 716	5 096
	<b>48 654</b>	<b>44 328</b>
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>( 714)</b>	<b>( 780)</b>
	<b>47 940</b>	<b>43 548</b>

As aplicações em instituições de crédito encontram-se todas registadas na carteira de custo amortizado.

Os movimentos ocorridos com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)			
	Aplicações em instituições de crédito			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>217</b>	<b>474</b>	<b>422</b>	<b>1113</b>
Acréscimos por alteração do risco de crédito	371	391	-	762
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 413)	( 636)	-	( 1049)
Outros movimentos	25	( 75)	4	( 46)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>200</b>	<b>154</b>	<b>426</b>	<b>780</b>
Transferências para o <i>stage</i> 1	84	( 84)	-	-
Transferências para o <i>stage</i> 2	( 30)	30	-	-
Acréscimos por alteração do risco de crédito	302	517	-	819
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 446)	( 435)	-	( 881)
Outros movimentos	( 3)	( 2)	1	( 4)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>107</b>	<b>180</b>	<b>427</b>	<b>714</b>

### 22.3. Crédito a clientes

O detalhe do Crédito a Clientes a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
	<b>Crédito a empresas</b>	<b>13 494 029</b>
Créditos em conta corrente	1 388 599	1 171 800
Empréstimos	10 523 888	11 116 414
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	73 167	87 371
Factoring	817 655	700 708
Descobertos	13 674	46 709
Locação financeira	656 291	796 661
Outros créditos	20 755	29 441
<b>Crédito a particulares</b>	<b>11 629 113</b>	<b>11 337 636</b>
Habitação	10 050 449	9 966 380
Consumo e outros	1 578 664	1 371 256
<b>Crédito e juros vencidos</b>	<b>365 444</b>	<b>330 606</b>
Até 90 dias	27 461	13 267
Mais de 90 dias	337 983	317 339
	<b>25 488 586</b>	<b>25 617 346</b>
Perdas por imparidade	( 954 525)	(1 066 392)
	<b>24 534 061</b>	<b>24 550 954</b>
<b>Correções de valor por operações de cobertura para risco de taxa de juro (ver Nota 23)</b>	<b>( 83 498)</b>	<b>( 165 144)</b>
A empresas - Empréstimos	-	( 16 805)
A particulares - Habitação	( 83 498)	( 148 339)
	<b>24 450 563</b>	<b>24 385 810</b>

Em 31 de dezembro de 2023 existem operações obrigatoriamente registadas ao justo valor através de resultados, com valor nominal de 13 090 milhares de euros e justo valor de 0 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 31 197 milhares de euros e 18 milhares de euros, respetivamente), cujo impacto foi registado na linha Ganhos ou perdas com ativos

financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados da demonstração de resultados (ver Nota 12).

Em 31 de dezembro de 2023 o valor de crédito a clientes (líquido de imparidade) inclui o montante de 1 008,7 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 1 127,6 milhões de euros), referente a operações de securitização que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 6, são consolidadas pelo Grupo (ver Nota 1 e 39). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Nota 31).

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de crédito a clientes inclui 7 442,1 milhões de euros de crédito à habitação afeto à emissão de obrigações hipotecárias (31 de dezembro de 2022: 6 078,4 milhões de euros) (ver Nota 31).

Em 31 de dezembro de 2023, o valor dos juros e comissões registados em balanço relativo a operações de crédito ascende a 97 082 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 37 310 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nos montantes de capital do crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)			
	Movimento do crédito a clientes			
	Crédito empresas	Crédito à habitação	Outro crédito a particulares	Total
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>13 714 025</b>	<b>9 812 013</b>	<b>1 406 415</b>	<b>24 932 453</b>
Nova produção	1 791 033	1 241 684	246 522	3 279 239
Reembolsos programados	( 1 515 841)	( 259 060)	( 126 299)	( 1 901 199)
Reembolsos não programados	( 706 394)	( 703 526)	( 61 167)	( 1 471 087)
<i>Write off</i>	( 133 479)	( 52 200)	( 31 051)	( 216 730)
Outros movimentos	1 095 132	( 61 189)	( 39 273)	994 671
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>14 244 477</b>	<b>9 977 722</b>	<b>1 395 147</b>	<b>25 617 346</b>
Nova produção	2 290 752	1 429 897	433 695	4 154 344
Reembolsos programados	( 1 852 664)	( 304 718)	( 163 119)	( 2 320 501)
Reembolsos não programados	( 1 131 526)	( 885 942)	( 184 498)	( 2 201 966)
<i>Write off</i>	( 133 479)	( 52 200)	( 31 051)	( 216 730)
Outros movimentos	401 850	( 106 728)	160 971	456 093
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>13 819 410</b>	<b>10 058 031</b>	<b>1 611 145</b>	<b>25 488 586</b>

As transferências entre *stages* ocorridas no crédito durante os exercícios de 2023 e 2022 são apresentadas como segue:

	(milhares de euros)					
	2023					
	Transferências entre Stage 1 e 2		Transferências entre Stage 2 e 3		Transferências entre Stage 1 e 3	
	Para Stage 2 de Stage 1	Para Stage 1 de Stage 2	Para Stage 3 de Stage 2	Para Stage 2 de Stage 3	Para Stage 3 de Stage 1	Para Stage 1 de Stage 3
<b>Crédito - Capitais</b>						
Crédito a empresas	924 486	738 400	172 165	104 580	70 868	314
Crédito a particulares	509 329	281 917	53 510	30 955	25 747	5 603
	<b>1 433 815</b>	<b>1 020 317</b>	<b>225 675</b>	<b>135 535</b>	<b>96 615</b>	<b>5 917</b>

(milhares de euros)

	2022					
	Transferências entre Stage 1 e 2		Transferências entre Stage 2 e 3		Transferências entre Stage 1 e 3	
	Para Stage 2 de Stage 1	Para Stage 1 de Stage 2	Para Stage 3 de Stage 2	Para Stage 2 de Stage 3	Para Stage 3 de Stage 1	Para Stage 1 de Stage 3
<b>Crédito - Capitais</b>						
Crédito a empresas	555 353	514 595	81 989	40 423	29 605	2 250
Crédito a particulares	393 129	317 341	35 718	41 354	8 668	22 856
	<b>948 482</b>	<b>831 936</b>	<b>117 707</b>	<b>81 777</b>	<b>38 273</b>	<b>25 106</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	Movimento Imparidade crédito			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>63 575</b>	<b>322 194</b>	<b>862 148</b>	<b>1 247 917</b>
Transferências para o <i>stage</i> 1	73 627	( 73 627)	-	-
Transferências para o <i>stage</i> 2	( 19 094)	47 974	( 28 880)	-
Transferências para o <i>stage</i> 3	( 249)	( 18 699)	18 948	-
Ativos financeiros desconhecidos	( 4)	-	( 26 847)	( 26 851)
Acréscimos por alteração do risco de crédito	19 743	64 166	130 905	214 814
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 94 166)	( 41 063)	( 45 050)	( 180 279)
Utilizações	-	( 38)	( 198 740)	( 198 778)
Outros movimentos	18 842	( 300)	( 8 973)	9 569
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>62 274</b>	<b>300 607</b>	<b>703 511</b>	<b>1 066 392</b>
Transferências para o <i>stage</i> 1	145 919	( 145 918)	( 1)	-
Transferências para o <i>stage</i> 2	( 48 035)	86 820	( 38 785)	-
Transferências para o <i>stage</i> 3	( 379)	( 34 291)	34 670	-
Ativos financeiros desconhecidos	( 123)	( 188)	( 75 114)	( 75 425)
Acréscimos por alteração do risco de crédito	12 485	171 190	128 336	312 011
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 114 471)	( 39 941)	( 48 210)	( 202 622)
Utilizações	-	( 31)	( 155 306)	( 155 337)
Outros movimentos	5 740	( 3 618)	7 384	9 506
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>63 410</b>	<b>334 630</b>	<b>556 485</b>	<b>954 525</b>

A distribuição do crédito por tipo de taxa é como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Taxa fixa	3 494 865	2 802 871
Taxa variável	21 910 223	22 649 331
	<b>25 405 088</b>	<b>25 452 202</b>

O crédito de locação financeira, por prazos residuais, é apresentado de seguida:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Rendas e valores residuais vencidos</b>	<b>768 608</b>	<b>915 702</b>
Até um ano	228 441	216 621
De um a cinco anos	418 850	496 962
Mais de cinco anos	121 317	202 119
<b>Juros vencidos</b>	<b>100 061</b>	<b>97 481</b>
Até um ano	31 620	26 238
De um a cinco anos	52 892	54 097
Mais de cinco anos	15 549	17 146
<b>Capital vincendo</b>	<b>668 547</b>	<b>818 221</b>
Até um ano	196 821	190 383
De um a cinco anos	365 958	442 865
Mais de cinco anos	105 768	184 973
<b>Imparidade</b>	<b>( 66 291)</b>	<b>( 84 922)</b>
	<b>602 256</b>	<b>733 299</b>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individual e coletivamente, por segmento era o seguinte:

	(milhares de euros)					
	2023					
	Avaliação Individual <sup>(1)</sup>		Avaliação Coletiva <sup>(2)</sup>		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Empresas</b>	<b>871 878</b>	<b>419 296</b>	<b>12 947 533</b>	<b>343 662</b>	<b>13 819 411</b>	<b>762 958</b>
Stage 1	-	-	10 243 033	42 688	10 243 033	42 688
Stage 2	-	-	2 651 010	272 035	2 651 010	272 035
Stage 3	871 878	419 296	53 490	28 939	925 368	448 235
<b>Crédito à habitação</b>	<b>274</b>	<b>120</b>	<b>9 974 259</b>	<b>71 121</b>	<b>9 974 533</b>	<b>71 241</b>
Stage 1	-	-	9 102 417	3 896	9 102 417	3 896
Stage 2	-	-	775 655	37 565	775 655	37 565
Stage 3	274	120	96 187	29 660	96 461	29 780
<b>Outro Crédito a Particulares</b>	<b>52 005</b>	<b>49 058</b>	<b>1 559 139</b>	<b>71 268</b>	<b>1 611 144</b>	<b>120 326</b>
Stage 1	-	-	1 178 276	13 879	1 178 276	13 879
Stage 2	-	-	321 709	27 422	321 709	27 422
Stage 3	52 005	49 058	59 154	29 967	111 159	79 025
<b>Total</b>	<b>924 157</b>	<b>468 474</b>	<b>24 480 931</b>	<b>486 051</b>	<b>25 405 088</b>	<b>954 525</b>

<sup>(1)</sup> Créditos cuja imparidade final foi determinada e aprovada pelo Comité de Imparidade

<sup>(2)</sup> Créditos cuja imparidade final foi determinada de acordo com as regras de cálculo do modelo coletivo de imparidade



(milhares de euros)

	2022					
	Avaliação Individual <sup>(1)</sup>		Avaliação Coletiva <sup>(2)</sup>		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Empresas</b>	<b>1 093 692</b>	<b>542 602</b>	<b>13 133 980</b>	<b>333 908</b>	<b>14 227 672</b>	<b>876 510</b>
Stage 1	-	-	10 187 063	43 504	10 187 063	43 504
Stage 2	1 587	392	2 898 148	260 974	2 899 735	261 366
Stage 3	1 092 105	542 210	48 769	29 430	1 140 874	571 640
<b>Crédito à habitação</b>	<b>3 626</b>	<b>395</b>	<b>9 825 757</b>	<b>54 440</b>	<b>9 829 383</b>	<b>54 835</b>
Stage 1	-	-	8 939 605	3 595	8 939 605	3 595
Stage 2	-	-	781 080	20 958	781 080	20 958
Stage 3	3 626	395	105 072	29 887	108 698	30 282
<b>Outro Crédito a Particulares</b>	<b>80 441</b>	<b>74 467</b>	<b>1 314 706</b>	<b>60 580</b>	<b>1 395 147</b>	<b>135 047</b>
Stage 1	-	-	1 090 919	14 912	1 090 919	14 912
Stage 2	-	-	177 390	18 448	177 390	18 448
Stage 3	80 441	74 467	46 397	27 220	126 838	101 687
<b>Total</b>	<b>1 177 759</b>	<b>617 464</b>	<b>24 274 443</b>	<b>448 928</b>	<b>25 452 202</b>	<b>1 066 392</b>

<sup>(1)</sup> Créditos cuja imparidade final foi determinada e aprovada pelo Comité de Imparidade<sup>(2)</sup> Créditos cuja imparidade final foi determinada de acordo com as regras de cálculo do modelo coletivo de imparidade

No caso dos créditos analisados pelo Comité de Imparidade para os quais não foi alterada a imparidade determinada automaticamente pelo Modelo de imparidade são incluídos e apresentados na "Avaliação coletiva".

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por geografia era o seguinte:

(milhares de euros)

	2023					
	Avaliação Individual*		Avaliação Coletiva**		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Portugal	799 080	406 166	20 575 238	437 184	21 374 318	843 350
Espanha	-	-	1 101 455	15 191	1 101 455	15 191
Reino Unido	-	-	432 690	6 314	432 690	6 314
França	-	-	391 402	3 669	391 402	3 669
Suíça	-	-	243 967	2 482	243 967	2 482
Luxemburgo	-	-	337 211	1 418	337 211	1 418
Outros	125 077	62 308	1 398 968	19 793	1 524 045	82 101
<b>Total</b>	<b>924 157</b>	<b>468 474</b>	<b>24 480 931</b>	<b>486 051</b>	<b>25 405 088</b>	<b>954 525</b>

\* Créditos cuja imparidade resulta da análise individual (definida e aprovada pelo Comité de Imparidade)

\*\* Créditos cuja imparidade foi avaliada em base coletiva e determinada de forma automática pelo Modelo de imparidade

(milhares de euros)

	2022					
	Avaliação Individual*		Avaliação Coletiva**		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Portugal	1 090 184	563 773	20 879 466	396 301	21 969 650	960 074
Espanha	2	1	945 611	12 447	945 613	12 448
Reino Unido	-	-	366 848	4 279	366 848	4 279
França	-	-	389 677	13 946	389 677	13 946
Suíça	-	-	246 780	2 263	246 780	2 263
Luxemburgo	-	-	282 807	1 996	282 807	1 996
Outros	87 573	53 690	1 163 254	17 696	1 250 827	71 386
<b>Total</b>	<b>1 177 759</b>	<b>617 464</b>	<b>24 274 443</b>	<b>448 928</b>	<b>25 452 202</b>	<b>1 066 392</b>

\* Créditos cuja imparidade resulta da análise individual (definida e aprovada pelo Comité de Imparidade)

\*\* Créditos cuja imparidade foi avaliada em base coletiva e determinada de forma automática pelo Modelo de imparidade

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade constituída por segmento era o seguinte:

(milhares de euros)

Segmento	2023						Total
	Performing			Non-Performing			
	Vivo ou com atraso < 30 dias	Com atraso > 30 dias	Total	Dias de atraso		Total	
				<= 90 dias	> 90 dias		
<b>Valor Bruto</b>	<b>24 171 609</b>	<b>100 827</b>	<b>24 272 436</b>	<b>648 744</b>	<b>483 908</b>	<b>1 132 652</b>	<b>25 405 088</b>
Empresas	12 859 810	34 569	12 894 379	547 879	377 153	925 032	13 819 411
Crédito à habitação	9 825 151	54 568	9 879 719	46 948	47 866	94 814	9 974 533
Outro Crédito a particulares	1 486 648	11 690	1 498 338	53 917	58 889	112 806	1 611 144
<b>Imparidade</b>	<b>392 487</b>	<b>5 556</b>	<b>398 043</b>	<b>293 640</b>	<b>262 842</b>	<b>556 482</b>	<b>954 525</b>
Empresas	314 329	730	315 059	237 750	210 149	447 899	762 958
Crédito à habitação	44 741	2 729	47 470	11 954	11 817	23 771	71 241
Outro Crédito a particulares	33 417	2 097	35 514	43 936	40 876	84 812	120 326
<b>Valor líquido</b>	<b>23 779 122</b>	<b>95 271</b>	<b>23 874 393</b>	<b>355 104</b>	<b>221 066</b>	<b>576 170</b>	<b>24 450 563</b>

(milhares de euros)

Segmento	2022						Total
	Performing			Non-Performing			
	Vivo ou com atraso < 30 dias	Com atraso > 30 dias	Total	Dias de atraso		Total	
				<= 90 dias	> 90 dias		
<b>Valor Bruto</b>	<b>23 998 856</b>	<b>76 954</b>	<b>24 075 810</b>	<b>834 125</b>	<b>542 267</b>	<b>1 376 392</b>	<b>25 452 202</b>
Empresas	13 053 682	33 134	13 086 816	724 413	416 443	1 140 856	14 227 672
Crédito à habitação	9 689 291	35 682	9 724 973	55 744	48 666	104 410	9 829 383
Outro Crédito a particulares	1 255 883	8 138	1 264 021	53 968	77 158	131 126	1 395 147
<b>Imparidade</b>	<b>329 627</b>	<b>7 100</b>	<b>336 727</b>	<b>381 142</b>	<b>348 523</b>	<b>729 665</b>	<b>1 066 392</b>
Empresas	274 903	3 632	278 535	324 410	273 565	597 975	876 510
Crédito à habitação	27 858	1 881	29 739	13 308	11 788	25 096	54 835
Outro Crédito a particulares	26 866	1 587	28 453	43 424	63 170	106 594	135 047
<b>Valor líquido</b>	<b>23 669 229</b>	<b>69 854</b>	<b>23 739 083</b>	<b>452 983</b>	<b>193 744</b>	<b>646 727</b>	<b>24 385 810</b>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de referência era como segue:

(milhares de euros)

Ano de referência	2023											
	Empresas			Habitação			Outro Crédito a Particulares			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	861 106	251 696	8 094	50 883	854 736	9 750	220 535	53 430	3 534	1 132 524	1 159 862	21 378
2005	749	25 788	7 145	6 902	251 529	1 543	16 453	7 329	282	24 104	284 646	8 970
2006	863	104 772	9 880	11 593	479 751	2 986	19 595	7 263	362	32 051	591 786	13 228
2007	1 165	178 320	29 798	17 124	714 002	4 739	28 748	11 007	602	47 037	903 329	35 139
2008	1 081	315 201	11 073	11 439	504 010	3 177	21 880	10 309	336	34 400	829 520	14 586
2009	833	107 798	10 453	7 199	340 525	2 371	15 629	17 827	9 273	23 661	466 150	22 097
2010	873	104 891	13 570	6 897	354 314	2 561	23 967	20 904	604	31 737	480 109	16 735
2011	1 090	74 858	8 294	3 468	154 708	820	27 431	14 607	339	31 989	244 173	9 453
2012	1 409	136 269	24 948	1 674	62 978	589	32 797	12 060	415	35 880	211 307	25 952
2013	1 573	262 964	35 300	2 133	101 765	1 108	29 628	10 783	569	33 334	375 512	36 977
2014	1 274	131 331	29 270	1 411	73 298	584	28 260	13 469	837	30 945	218 098	30 691
2015	1 910	433 904	55 972	2 237	127 748	580	32 062	26 591	14 764	36 209	588 243	71 316
2016	2 231	351 925	39 052	4 668	288 543	1 619	46 239	49 972	20 818	53 138	690 440	61 489
2017	3 975	484 885	33 148	7 094	511 638	3 142	48 376	47 271	5 759	59 445	1 043 794	42 049
2018	5 155	787 112	64 961	7 968	674 503	2 894	56 608	71 534	4 177	69 731	1 533 149	72 032
2019	7 594	1 237 808	98 414	8 199	738 314	3 761	64 944	122 530	8 128	80 737	2 098 652	110 303
2020	9 763	1 381 935	40 676	6 138	581 242	3 307	44 573	112 278	5 024	60 474	2 075 455	49 007
2021	7 051	1 641 874	24 129	7 058	759 030	4 330	66 233	185 841	9 675	80 342	2 586 745	38 134
2022	10 939	3 307 172	115 057	8 980	1 105 734	4 074	102 987	323 930	16 834	122 906	4 736 836	135 965
2023	16 235	2 498 908	103 724	10 204	1 296 165	17 306	150 644	492 209	17 994	177 083	4 287 282	139 024
<b>Total</b>	<b>936 869</b>	<b>13 819 411</b>	<b>762 958</b>	<b>183 269</b>	<b>9 974 533</b>	<b>71 241</b>	<b>1 077 589</b>	<b>1 611 144</b>	<b>120 326</b>	<b>2 197 727</b>	<b>25 405 088</b>	<b>954 525</b>

(milhares de euros)

Ano de referência	2022											
	Empresas			Habitação			Outro Crédito a Particulares			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	3 823	201 587	18 281	58 261	987 666	8 872	739 976	12 245	12 765	802 060	1 201 498	39 918
2005	717	31 474	3 122	7 553	285 777	2 126	9 649	6 746	236	17 919	323 997	5 484
2006	890	153 885	31 646	12 611	538 293	3 735	11 937	7 053	325	25 438	699 231	35 706
2007	1 129	206 228	41 288	18 686	803 616	5 964	18 474	9 560	561	38 289	1 019 404	47 813
2008	1 031	349 863	14 284	12 704	570 092	4 103	17 723	7 470	263	31 458	927 425	18 650
2009	761	133 985	13 975	8 133	390 247	2 582	10 428	16 487	8 835	19 322	540 719	25 392
2010	818	119 542	15 204	7 666	408 947	3 112	16 191	20 681	603	24 675	549 170	18 919
2011	867	98 217	14 951	3 974	177 536	955	18 495	13 517	279	23 336	289 270	16 185
2012	1 057	161 198	30 331	2 118	76 338	803	23 971	12 122	418	27 146	249 658	31 552
2013	1 422	324 476	57 217	2 547	116 007	1 342	22 980	11 558	580	26 949	452 041	59 139
2014	1 426	208 148	52 871	1 608	83 848	658	20 653	17 850	768	23 687	309 846	54 297
2015	2 048	503 622	74 436	2 483	145 657	739	23 505	55 135	38 538	28 036	704 414	113 713
2016	2 778	464 764	53 392	5 133	331 037	1 477	37 488	61 110	19 313	45 399	856 911	74 182
2017	4 922	661 124	46 925	7 897	595 054	3 115	41 169	66 104	6 137	53 988	1 322 282	56 177
2018	6 237	1 035 429	82 184	9 037	790 378	3 541	50 261	100 228	5 409	65 535	1 926 035	91 134
2019	8 594	1 811 417	149 236	9 290	869 666	3 412	56 631	167 640	10 116	74 515	2 848 723	162 764
2020	10 301	1 910 110	58 482	6 879	668 607	3 006	38 094	146 449	6 205	55 274	2 725 166	67 693
2021	7 477	2 152 348	38 054	7 574	826 242	3 821	55 181	247 761	8 744	70 232	3 226 351	50 619
2022	15 028	3 700 255	80 631	9 119	1 164 375	1 472	79 102	415 431	14 952	103 249	5 280 061	97 055
<b>Total</b>	<b>71 326</b>	<b>14 227 672</b>	<b>876 510</b>	<b>193 273</b>	<b>9 829 383</b>	<b>54 835</b>	<b>1 291 908</b>	<b>1 395 147</b>	<b>135 047</b>	<b>1 556 507</b>	<b>25 452 202</b>	<b>1 066 392</b>

### Colaterais

Com o objetivo de mitigar o risco de crédito, as operações de crédito têm garantias associadas, nomeadamente hipotecas ou penhores. O justo valor dessas garantias é determinado à data da concessão do crédito, sendo reavaliado periodicamente. Seguidamente apresenta-se o valor bruto dos créditos e respetivo justo valor dos colaterais, limitado ao valor do crédito associado:

(milhares de euros)

	2023				2022			
	Valor do crédito	Imparidade	Valor Líquido	Justo valor do colateral	Valor do crédito	Imparidade	Valor Líquido	Justo valor do colateral
<b>Crédito à Habitação</b>	<b>9 974 533</b>	<b>( 71 241)</b>	<b>9 903 292</b>	<b>9 963 237</b>	<b>9 829 383</b>	<b>( 54 835)</b>	<b>9 774 548</b>	<b>9 726 694</b>
Stage 1								
Hipotecas	8 686 828	( 3 317)	8 683 511	8 770 123	8 636 253	( 3 391)	8 632 862	8 636 253
Penhores	347 969	( 103)	347 866	341 448	221 446	( 74)	221 372	213 902
Não colateralizado	67 620	( 476)	67 144	-	81 906	( 130)	81 776	-
Stage 2								
Hipotecas	713 197	( 19 470)	693 727	712 156	752 170	( 18 919)	733 251	750 649
Penhores	46 859	( 940)	45 919	45 759	22 138	( 722)	21 416	20 561
Não colateralizado	15 599	( 17 155)	( 1 556)	-	6 772	( 1 317)	5 455	-
Stage 3								
Hipotecas	91 484	( 24 411)	67 073	91 114	105 800	( 28 744)	77 056	105 296
Penhores	2 792	( 997)	1 795	2 637	33	( 12)	21	33
Não colateralizado	2 185	( 4 372)	( 2 187)	-	2 865	( 1 526)	1 339	-
Total								
Hipotecas	9 491 509	( 47 198)	9 444 311	9 573 393	9 494 223	( 51 054)	9 443 169	9 492 198
Penhores	397 620	( 2 040)	395 580	389 844	243 617	( 808)	242 809	234 496
Não colateralizado	85 404	( 22 003)	63 401	-	91 543	( 2 973)	88 570	-
<b>Outro crédito a particulares</b>	<b>1 611 144</b>	<b>( 120 326)</b>	<b>1 490 818</b>	<b>582 074</b>	<b>1 395 147</b>	<b>( 135 047)</b>	<b>1 260 100</b>	<b>448 673</b>
Stage 1								
Hipotecas	304 186	( 195)	303 991	303 940	248 227	( 345)	247 882	247 789
Penhores	139 185	( 850)	138 335	136 637	134 587	( 1 171)	133 416	131 725
Não colateralizado	734 905	( 12 834)	722 071	-	708 105	( 13 396)	694 709	-
Stage 2								
Hipotecas	111 574	( 3 329)	108 245	111 342	44 899	( 1 118)	43 781	44 543
Penhores	11 686	( 783)	10 903	11 520	5 145	( 243)	4 902	4 930
Não colateralizado	198 449	( 23 310)	175 139	-	127 346	( 17 087)	110 259	-
Stage 3								
Hipotecas	7 289	( 2 574)	4 715	6 780	6 529	( 2 521)	4 008	5 975
Penhores	39 082	( 36 940)	2 142	11 855	67 318	( 62 162)	5 156	13 711
Não colateralizado	64 788	( 39 511)	25 277	-	52 991	( 37 004)	15 987	-
Total								
Hipotecas	423 049	( 6 098)	416 951	422 062	299 655	( 3 984)	295 671	298 307
Penhores	189 953	( 38 573)	151 380	160 012	207 050	( 63 576)	143 474	150 366
Não colateralizado	998 142	( 75 655)	922 487	-	888 442	( 67 487)	820 955	-
<b>Crédito a empresas</b>	<b>13 819 411</b>	<b>( 762 958)</b>	<b>13 056 453</b>	<b>4 625 416</b>	<b>14 227 672</b>	<b>( 876 510)</b>	<b>13 351 162</b>	<b>4 160 524</b>
Stage 1								
Hipotecas	2 630 228	( 11 226)	2 619 002	2 448 230	2 075 009	( 12 988)	2 062 021	1 857 873
Penhores	1 703 697	( 5 305)	1 698 392	791 694	1 704 798	( 5 945)	1 698 853	713 852
Não colateralizado	5 909 108	( 26 157)	5 882 951	-	6 407 256	( 24 571)	6 382 685	-
Stage 2								
Hipotecas	837 045	( 75 561)	761 484	741 278	901 315	( 89 074)	812 241	811 303
Penhores	540 518	( 75 003)	465 515	238 995	585 543	( 93 760)	491 783	305 654
Não colateralizado	1 273 447	( 121 471)	1 151 976	-	1 412 877	( 78 532)	1 334 345	-
Stage 3								
Hipotecas	374 053	( 152 507)	221 546	332 916	467 644	( 225 737)	241 907	372 476
Penhores	152 614	( 80 923)	71 691	72 303	192 799	( 84 122)	108 677	99 366
Não colateralizado	398 701	( 214 805)	183 896	-	480 431	( 261 781)	218 650	-
Total								
Hipotecas	3 841 326	( 239 294)	3 602 032	3 522 424	3 443 968	( 327 799)	3 116 169	3 041 652
Penhores	2 396 829	( 161 231)	2 235 598	1 102 992	2 483 140	( 183 827)	2 299 313	1 118 872
Não colateralizado	7 581 256	( 362 433)	7 218 823	-	8 300 564	( 364 884)	7 935 680	-
<b>Total</b>	<b>25 405 088</b>	<b>( 954 525)</b>	<b>24 450 563</b>	<b>15 170 727</b>	<b>25 452 202</b>	<b>( 1 066 392)</b>	<b>24 385 810</b>	<b>14 335 891</b>

O diferencial entre o valor do crédito e o justo valor do colateral representa o total de exposição de crédito que excede o valor do colateral, não sendo este valor impactado por colaterais com justo valor superior ao crédito a que estão associados.

O detalhe dos colaterais – hipotecas apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

Intervalos de colateral <sup>a)</sup>	2023							
	Crédito à Habitação		Outro crédito a particulares		Crédito a empresas		Total	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
inferior a 0,5M€	175 442	9 168 900	10 644	4 032 242	8 988	453 606	195 074	10 025 748
superior a 0,5M€ e inferior a 1,0M€	448	283 743	18	10 460	2 320	237 508	2 786	531 711
superior a 1,0M€ e inferior a 5,0M€	80	120 750	5	8 360	6 006	737 310	6 091	866 420
superior a 5,0M€ e inferior a 10,0M€	-	-	-	-	1 354	685 934	1 354	685 934
superior a 10,0M€ e inferior a 20,0M€	-	-	-	-	1 474	717 152	1 474	717 152
superior a 20,0M€ e inferior a 50,0M€	-	-	-	-	4 128	476 884	4 128	476 884
superior a 50M€	-	-	-	-	1 609	214 030	1 609	214 030
	<b>175 970</b>	<b>9 573 393</b>	<b>10 667</b>	<b>422 062</b>	<b>25 879</b>	<b>3 522 424</b>	<b>212 516</b>	<b>13 517 879</b>

<sup>a)</sup> A afetação por intervalos foi realizada com base no valor total de colaterais por contrato de crédito

(milhares de euros)

Intervalos de colateral <sup>a)</sup>	2022							
	Crédito à Habitação		Outro crédito a particulares		Crédito a empresas		Total	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
inferior a 0,5M€	187 451	9 170 509	6 846	281 122	19 163	466 692	213 460	9 918 323
superior a 0,5M€ e inferior a 1,0M€	367	228 517	13	8 659	2 393	241 638	2 773	478 814
superior a 1,0M€ e inferior a 5,0M€	65	93 172	4	8 526	9 833	722 959	9 902	824 657
superior a 5,0M€ e inferior a 10,0M€	-	-	-	-	1 904	539 832	1 904	539 832
superior a 10,0M€ e inferior a 20,0M€	-	-	-	-	134	399 451	134	399 451
superior a 20,0M€ e inferior a 50,0M€	-	-	-	-	5 717	401 813	5 717	401 813
superior a 50M€	-	-	-	-	1 567	269 267	1 567	269 267
	<b>187 883</b>	<b>9 492 198</b>	<b>6 863</b>	<b>298 307</b>	<b>40 711</b>	<b>3 041 652</b>	<b>235 457</b>	<b>12 832 157</b>

<sup>a)</sup> A afetação por intervalos foi realizada com base no valor total de colaterais por contrato de crédito

Os valores de colaterais – hipotecas, apresentados acima, representam o valor máximo de cobertura dos ativos cobertos, ou seja, que concorrem até ao valor bruto dos créditos individuais cobertos.

Na avaliação do risco de uma operação ou conjunto de operações são levados em consideração os elementos de mitigação do risco de crédito a elas associadas, de acordo com as regras e procedimentos internos.

Os colaterais relevantes são essencialmente os seguintes:

- Imóveis, onde o valor considerado é o correspondente ao da última avaliação disponível;
- Penhores financeiros, onde o valor considerado corresponde à cotação do último dia do mês, no caso de ser um título cotado, ou o valor do penhor, no caso de ser caixa.

A aceitação de colaterais como garantia de operações de crédito remete para a necessidade de definir e implementar técnicas de mitigação dos riscos a que estão expostos os ditos colaterais. Assim, e como abordagem a esta matéria, o Grupo estipulou um conjunto de procedimentos aplicáveis aos colaterais (nomeadamente os financeiros e os imóveis), que cobrem, entre outros, a volatilidade do valor do colateral, a sua liquidez e ainda uma indicação quanto às taxas de recuperação associadas a cada tipo de colateral.

As normas internas de poderes de crédito têm desta forma um capítulo específico sobre este ponto, “Aceitação de colaterais – técnicas de mitigação dos riscos a que estão expostos os colaterais, nomeadamente os riscos de liquidez e volatilidade”.

O processo de reavaliação dos bens imóveis é efetuado por peritos avaliadores inscritos na CMVM, tendo por base os métodos de avaliação descritos na Nota 8.6.

### Crédito reestruturado

O Grupo procede à identificação e marcação dos contratos de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente sempre que há alterações aos termos e condições de um contrato em que o cliente incumpriu, ou seja, previsível que venha a incumprir, com uma obrigação financeira. Considera-se que existe uma alteração aos termos e condições do contrato quando:

- (i) existem alterações contratuais em benefício do cliente, tais como alargamento do prazo, introdução de períodos de carência, redução de taxa ou perdão parcial de dívida;
- (ii) existe a contratação de uma nova operação de crédito para liquidação da dívida existente (total ou parcial); ou
- (iii) os novos termos do contrato são mais favoráveis que os aplicados a outros clientes com igual perfil de risco.

A desmarcação de um crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente só pode ocorrer após um período mínimo de dois anos desde a data da reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- (i) pagamento regular de capital e juro;
- (ii) o cliente não tenha capital ou juro vencido; e
- (iii) não tenha havido mecanismos de reestruturação de dívida por parte do cliente nesse período.

Os valores de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Crédito a empresas	1 052 727	1 179 166
Crédito à habitação	177 851	184 859
Outro Crédito a particulares	57 273	82 298
<b>Total</b>	<b>1 287 851</b>	<b>1 446 323</b>

Os créditos marcados como reestruturados por dificuldades financeiras incluem créditos que estão atualmente *performing*, classificados em stage 2, e que se encontram em período de cura para desmarcação.

Apresenta-se de seguida o detalhe das medidas de reestruturação aplicadas aos créditos reestruturados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Medida	(milhares de euros)								
	2023						Total		
	Performing			Non Performing					
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Perdão de capital ou juro	39	9 441	471	52	73 130	46 122	91	82 571	46 593
Ativos recebidos por liquidação parcial do crédito	22	1 027	164	7	6 450	5 184	29	7 477	5 348
Capitalização de juros	15	5 010	824	112	48 582	32 057	127	53 592	32 881
Novo crédito para liquidação total ou parcial da dívida existente	1 158	191 527	15 457	577	134 001	69 788	1 735	325 528	85 245
Alargamento do prazo de reembolso	1 399	225 266	35 487	444	253 541	107 043	1 843	478 807	142 530
Introdução de período de carência de capital ou juro	913	138 625	13 303	116	38 770	21 040	1 029	177 395	34 343
Redução das taxas de juro	414	69 762	4 571	87	22 966	9 186	501	92 728	13 757
Alteração do plano de pagamento de <i>leasing</i>	105	13 554	459	63	5 829	2 533	168	19 383	2 992
Alteração da periodicidade de pagamento de juros	6	1 840	257	3	388	243	9	2 228	500
Outros	1 429	40 593	790	289	7 549	2 681	1 718	48 142	3 471
<b>Total</b>	<b>5 500</b>	<b>696 645</b>	<b>71 783</b>	<b>1 750</b>	<b>591 206</b>	<b>295 877</b>	<b>7 250</b>	<b>1 287 851</b>	<b>367 660</b>

(milhares de euros)

Medida	2022								
	Performing			Non Performing			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Perdão de capital ou juro	41	13 990	901	64	100 870	57 886	105	114 860	58 787
Ativos recebidos por liquidação parcial do crédito	23	1 068	164	8	146	129	31	1 214	293
Capitalização de juros	16	4 965	923	87	52 218	29 659	103	57 183	30 582
Novo crédito para liquidação total ou parcial da dívida existente	1 056	192 245	14 193	528	179 421	80 151	1 584	371 666	94 344
Alargamento do prazo de reembolso	1 374	262 543	50 340	635	236 658	150 998	2 009	499 201	201 338
Introdução de período de carência de capital ou juro	818	115 453	6 867	172	71 851	27 533	990	187 304	34 400
Redução das taxas de juro	482	40 604	461	40	76 768	29 642	522	117 372	30 103
Alteração do plano de pagamento de leasing	120	16 763	1 639	62	12 183	6 139	182	28 946	7 778
Alteração da periodicidade de pagamento de juros	6	2 014	207	3	674	198	9	2 688	405
Outros	1 513	52 391	1 323	431	13 498	5 343	1 944	65 889	6 666
<b>Total</b>	<b>5 449</b>	<b>702 036</b>	<b>77 018</b>	<b>2 030</b>	<b>744 287</b>	<b>387 678</b>	<b>7 479</b>	<b>1 446 323</b>	<b>464 696</b>

O movimento dos créditos reestruturados durante os exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

(milhares de euros)

	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>1 446 323</b>	<b>1 561 788</b>
Créditos reestruturados no período	444 618	374 775
Créditos reclassificados para "normal"	( 62 023)	( 38 668)
Créditos abatidos	( 108 249)	( 127 276)
Outros	( 432 818)	( 324 296)
<b>Saldo final</b>	<b>1 287 851</b>	<b>1 446 323</b>

## Nota 23 – Derivados – Contabilidade de Cobertura e Variação do Justo Valor dos Elementos Cobertos

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 o justo valor dos derivativos de cobertura em balanço analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>558 334</b>	<b>443 267</b>
Ativo	683 063	562 845
Passivo	( 124 729)	( 119 578)
<b>Componente de justo valor dos ativos e passivos cobertos para risco de taxa de juro</b>	<b>( 86 052)</b>	<b>( 395 677)</b>
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>( 143 082)</b>	<b>( 383 689)</b>
Títulos ao custo amortizado	( 59 584)	( 218 545)
Crédito a clientes	( 83 498)	( 165 144)
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>( 5 019)</b>	<b>( 11 988)</b>
Títulos <sup>(*)</sup>	( 5 019)	( 11 988)
<b>Passivos financeiros</b>	<b>62 049</b>	<b>-</b>
Recursos de clientes	62 049	-

\*Montante registado em reservas ao justo valor transferidas para resultados

As variações de justo valor associadas aos ativos e passivos acima descritos e aos respetivos derivados encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura (ver Nota 12).

O Grupo procede ao cálculo do “Credit Valuation Adjustment” (CVA) para os instrumentos derivados de acordo com a metodologia descrita na Nota 40 – Justo valor dos ativos e passivos financeiros.

### Cobertura de justo valor

As operações de cobertura de justo valor em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

2023							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado <sup>(2)</sup>	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto <sup>(1)</sup>	Varição do justo valor do elemento coberto no ano <sup>(1)</sup>
Interest Rate Swap	Títulos ao custo amortizado	Taxa de Juro	3 572 250	256 814	( 153 096)	( 59 584)	158 961
Interest Rate Swap/ CIRS	Crédito a clientes	Taxa de Juro e câmbio	1 733 053	96 273	( 75 240)	( 83 498)	81 590
Interest Rate Swap	Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	Taxa de Juro	130 000	12 480	( 6 537)	( 5 019)	6 969
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	1 500 000	56 920	59 482	62 049	( 62 049)
			<b>6 935 303</b>	<b>422 487</b>	<b>( 175 391)</b>	<b>( 86 052)</b>	<b>185 471</b>

<sup>(1)</sup> Atribuível ao risco coberto. Componente dos títulos ao custo amortizado está registado juntamente com o valor de balanço dos títulos

<sup>(2)</sup> Inclui juro corrido

(milhares de euros)

2022							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado <sup>(2)</sup>	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto <sup>(1)</sup>	Varição do justo valor do elemento coberto no ano <sup>(1)</sup>
Interest Rate Swap	Títulos ao custo amortizado	Taxa de Juro	2 728 250	359 089	214 274	( 218 545)	( 215 410)
Interest Rate Swap/ CIRS	Crédito a clientes	Taxa de Juro e câmbio	1 650 352	166 110	192 999	( 165 144)	( 198 940)
Interest Rate Swap	Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	Taxa de Juro	100 000	19 140	27 272	( 11 988)	( 27 299)
			<b>4 478 602</b>	<b>544 339</b>	<b>434 545</b>	<b>( 395 677)</b>	<b>( 441 649)</b>

<sup>(1)</sup> Atribuível ao risco coberto. Componente dos títulos ao custo amortizado está registado juntamente com o valor de balanço dos títulos

<sup>(2)</sup> Inclui juro corrido

Em 31 de dezembro de 2023, a parte inefetiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num proveito de 10,1 milhões de euros foi registada por contrapartida de resultados (31 de dezembro de 2022: custo de 7,1 milhões de euros). O Grupo realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes.

### Cobertura de fluxos de caixa

(milhares de euros)

2023					
Ativo coberto	Valor de balanço do ativo	Nocional do derivado	Valor de balanço do derivado	Reserva de cobertura de fluxos de caixa	Valor de inefetividade - registada em resultados
Crédito a clientes	6 732 000	6 732 000	135 847	92 557	10 269
	<b>6 732 000</b>	<b>6 732 000</b>	<b>135 847</b>	<b>92 557</b>	<b>10 269</b>

(milhares de euros)

2022					
Ativo coberto	Valor de balanço do ativo	Nocional do derivado	Valor de balanço do derivado	Reserva de cobertura de fluxos de caixa	Valor de inefetividade - registada em resultados
Crédito a clientes	4 732 583	4 732 000	( 101 072)	( 100 418)	( 881)
	<b>4 732 583</b>	<b>4 732 000</b>	<b>( 101 072)</b>	<b>( 100 418)</b>	<b>( 881)</b>



## Nota 24 – Investimentos em Subsidiárias, Empreendimentos Conjuntos e Associadas

Os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas são apresentados como segue:

	(milhares de euros)											
	Custo da participação		Interesse económico (b)		Valor de bruto de balanço		Imparidade		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível ao Grupo	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
LOCARENT	2 967	2 967	50,00%	50,00%	24 283	23 231	-	-	24 283	23 231	1 814	1 326
LINEAS a)	-	146 769	-	40,00%	-	68 438	-	( 7 406)	-	61 032	-	-
EDENRED	4 984	4 984	50,00%	50,00%	3 851	2 932	-	-	3 851	2 932	1 673	967
UNICRE b)	11 497	11 497	17,50%	17,50%	30 313	31 506	-	-	30 313	31 506	3 639	4 660
Outras	2 119	2 119			1 064	1 043	-	-	1 064	1 043	89	1 401
	<b>21 567</b>	<b>168 336</b>			<b>59 511</b>	<b>127 150</b>		<b>( 7 406)</b>	<b>59 511</b>	<b>119 744</b>	<b>7 215</b>	<b>8 354</b>

a) Reclássificada para operações descontinuadas (ver Nota 30)

b) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, esta entidade foi incluída no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas atividades

Os dados financeiros relativos às empresas associadas mais relevantes são apresentados no quadro seguinte:

	(milhares de euros)									
	Ativo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
LOCARENT	339 602	302 057	291 651	256 207	47 951	45 850	37 602	35 080	3 628	2 651
LINEAS a)	-	165 608	-	77 396	-	88 212	-	52 870	-	51 869
EDENRED	110 315	88 605	96 391	76 520	13 924	12 085	9 310	7 528	3 345	1 934
UNICRE b)	506 267	452 219	333 049	272 185	173 218	180 034	188 696	206 048	20 796	26 631

Nota: Dados ajustados para efeitos de consolidação

a) Reclássificada para operações descontinuadas (ver Nota 30)

b) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, esta entidade foi incluída no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas atividades.

O movimento verificado nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como se segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
	<b>Saldo inicial</b>	<b>119 744</b>
Resultado de associadas	7 215	8 353
Imparidade em associadas	7 406	21 546
Reserva de justo valor de associadas	270	332
Dividendos recebidos	( 15 299)	( 4 679)
Diferenças de câmbio e outras a)	( 59 825)	( 398)
<b>Saldo final</b>	<b>59 511</b>	<b>119 744</b>

a) em 31 de dezembro de 2023, inclui 59 190 milhares de euros relativos à reclassificação da Lineas para operações descontinuadas

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade para investimentos em associadas são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
	<b>Saldo inicial</b>	<b>7 406</b>
Utilizações	-	( 9 939)
Reversões	( 7 406)	( 21 546)
Diferenças de câmbio e outras	-	( 2 860)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>7 406</b>

## Nota 25 – Ativos Fixos Tangíveis

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Imóveis</b>	<b>276 994</b>	<b>261 231</b>
De serviço próprio	191 116	175 117
Beneficiações em edifícios arrendados	85 878	86 114
<b>Equipamento</b>	<b>227 463</b>	<b>236 555</b>
Equipamento informático	126 440	118 739
Instalações interiores	25 928	34 571
Mobiliário e material	51 497	56 890
Equipamento de segurança	13 604	17 471
Máquinas e ferramentas	9 360	8 215
Material de transporte	583	583
Outros	51	86
<b>Ativos por direito de uso</b>	<b>84 626</b>	<b>70 656</b>
Imóveis	61 982	58 898
Equipamentos	22 644	11 758
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>63 067</b>	<b>62 130</b>
Beneficiações em edifícios arrendados	9 493	32 004
Imóveis	53 282	29 827
Equipamento	47	22
Outros	245	277
	<b>652 150</b>	<b>630 572</b>
<b>Imparidade acumulada</b>	<b>(10 449)</b>	<b>(11 445)</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>(277 947)</b>	<b>(319 863)</b>
	<b>363 754</b>	<b>299 264</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Ativos por direito de uso	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>366 788</b>	<b>249 762</b>	<b>65 812</b>	<b>11 185</b>	<b>693 547</b>
Adições	42 414	24 138	19 699	51 282	137 533
Abates / vendas (b)	( 146 117)	( 37 050)	( 14 855)	( 15)	( 198 037)
Transferências (a)	( 1 848)	( 310)	-	( 322)	( 2 480)
Varição cambial e outros movimentos	( 6)	15	-	-	9
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>261 231</b>	<b>236 555</b>	<b>70 656</b>	<b>62 130</b>	<b>630 572</b>
Adições	4 250	15 197	20 815	47 814	88 076
Abates / vendas	( 42 056)	( 24 291)	( 6 844)	-	( 73 191)
Transferências	45 145	( 1)	-	( 46 870)	( 1 726)
Varição cambial e outros movimentos	8 424	3	( 1)	( 7)	8 419
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>276 994</b>	<b>227 463</b>	<b>84 626</b>	<b>63 067</b>	<b>652 150</b>
<b>Depreciações</b>					
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>204 112</b>	<b>208 392</b>	<b>28 877</b>	<b>-</b>	<b>441 381</b>
Depreciações do exercício	5 348	13 045	10 639	-	29 032
Abates / vendas (b)	( 107 935)	( 36 589)	( 7 138)	-	( 151 662)
Transferências (a)	( 771)	( 309)	-	-	( 1 080)
Varição cambial e outros movimentos	2 106	86	-	-	2 192
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>102 860</b>	<b>184 625</b>	<b>32 378</b>	<b>-</b>	<b>319 863</b>
Depreciações do exercício	6 006	12 811	11 343	-	30 160
Abates / vendas	( 42 061)	( 24 287)	( 5 868)	-	( 72 216)
Transferências	( 879)	( 1)	-	-	( 880)
Varição cambial e outros movimentos	1 038	197	( 215)	-	1 020
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>66 964</b>	<b>173 345</b>	<b>37 638</b>	<b>-</b>	<b>277 947</b>
<b>Imparidade</b>					
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>13 221</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13 221</b>
Perdas por imparidade	46	-	-	-	46
Reversão de perdas por imparidade	( 1 822)	-	-	-	( 1 822)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>11 445</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11 445</b>
Reversão de perdas por imparidade	( 996)	-	-	-	( 996)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>10 449</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10 449</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>199 581</b>	<b>54 118</b>	<b>46 988</b>	<b>63 067</b>	<b>363 754</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>146 926</b>	<b>51 930</b>	<b>38 278</b>	<b>62 130</b>	<b>299 264</b>

(a) Inclui 3 471 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 1 650 milhares de euros de depreciações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço.

(b) Inclui 106 395 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 68 164 milhares de euros de depreciações acumuladas referente ao Edifício Sede que foi vendido em 2022.

Em setembro de 2022 concretizou-se a venda do edifício da Sede pelo valor de 112,2 milhões de euros, o valor bruto de balanço era de 106,4 milhões de euros (38,2 milhões de euros líquido de amortizações acumuladas) pelo que resultou o apuramento de uma mais-valia de 67 milhões de euros, líquida dos custos relacionados com o processo de venda. Até à conclusão da construção da nova sede, o Banco continuará a utilizar o edifício, tendo para o efeito assinado um contrato de arrendamento.

O imobilizado em curso inclui o valor de 46 848 euros relativos ao projeto de construção do novo edifício para a sede do Banco. Prevê-se que a construção esteja concluída e se inicie a utilização deste ativo em 2024.

## Nota 26 – Propriedades de Investimento

O movimento ocorrido na rubrica propriedades de investimento apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>499 567</b>	<b>625 187</b>
Aquisições	611	16 464
Alienações	( 115 049)	( 242 068)
Benfeitorias	2 707	10 139
Variações de justo valor	16 526	91 133
Outros movimentos	( 10 567)	( 1 288)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>393 795</b>	<b>499 567</b>

De acordo com o descrito na política contabilística da Nota 7.15, o valor de balanço das propriedades de investimento corresponde ao justo valor das propriedades tal como determinado por um avaliador registado e independente cuja qualificação profissional e experiência na respetiva categoria e localização da propriedade tenha sido devidamente reconhecida. Para efeitos da determinação do justo valor destes ativos são utilizados critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do rendimento e pelo método de mercado, correspondendo ao nível 3 da hierarquia de justo valor (ver Nota 40).

As propriedades de investimento constituem um grupo de ativos detidos por Fundos e Sociedades Imobiliárias e incluem propriedades comerciais que se encontram arrendadas a terceiros para obtenção de rendimentos ou propriedades para valorização de capital. A maioria dos contratos de aluguer não tem um termo específico, sendo possível ao locatário cancelar o mesmo a qualquer momento. Contudo, para uma pequena parcela destas propriedades comerciais arrendadas a terceiros, existe uma cláusula inicial de não-cancelamento de cerca de 10 anos. Os alugueres subsequentes são negociados com o locatário.

No exercício de 2023 o acréscimo do justo valor das propriedades de investimento, no montante de 16,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: acréscimo de 91,1 milhões de euros) (ver Nota 14), e as rendas registadas no arrendamento das propriedades de investimento, no montante de 14,4 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 17,1 milhões de euros), estão registadas em Outras receitas e despesas operacionais.

As alienações realizadas durante o exercício de 2023, com um valor de balanço de 131 897 milhares de euros, resultaram num ganho de 20 916 milhares de euros registado em Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros (Nota 13).

## Nota 27 – Ativos Intangíveis

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Goodwill líquido</b>	-	-
Goodwill	13 907	13 907
Perdas por imparidade	( 13 907)	( 13 907)
<b>Outros ativos intangíveis</b>	<b>86 748</b>	<b>69 832</b>
<b>Gerados internamente</b>	<b>69 512</b>	<b>69 512</b>
Sistema de tratamento automático de dados	69 511	69 511
Outras	1	1
<b>Adquiridos a terceiros</b>	<b>412 162</b>	<b>374 108</b>
Sistema de tratamento automático de dados	412 162	374 108
<b>Imobilizações em curso</b>	<b>18 140</b>	<b>31 986</b>
Perdas por imparidade	( 18)	-
<b>Amortização acumulada</b>	<b>( 413 048)</b>	<b>( 405 774)</b>
	<b>86 748</b>	<b>69 832</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados	Imobilizado em curso	Total
(milhares de euros)				
<b>Custo de aquisição</b>				
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>13 907</b>	<b>456 870</b>	<b>13 455</b>	<b>484 232</b>
Adições:				
Adquiridas a terceiros	-	6 560	18 746	25 306
Abates / vendas	-	( 20 030)		( 20 030)
Transferências	-	216	( 216)	-
Variação cambial e outros movimentos	-	4	1	5
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>13 907</b>	<b>443 620</b>	<b>31 986</b>	<b>489 513</b>
Adições:				
Adquiridas a terceiros	-	663	29 700	30 363
Abates / vendas	-	( 6 155)	-	( 6 155)
Transferências	-	43 546	( 43 546)	-
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>13 907</b>	<b>481 674</b>	<b>18 140</b>	<b>513 721</b>
<b>Amortizações</b>				
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	-	<b>402 339</b>	-	<b>402 339</b>
Amortizações do período	-	23 461	-	23 461
Abates / vendas	-	( 20 026)	-	( 20 026)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	-	<b>405 774</b>	-	<b>405 774</b>
Amortizações do período	-	13 428	-	13 428
Abates / vendas	-	( 6 155)	-	( 6 155)
Variação cambial e outros movimentos	-	1	-	1
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	-	<b>413 048</b>	-	<b>413 048</b>
<b>Imparidade</b>				
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>13 907</b>	-	-	<b>13 907</b>
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>13 907</b>	-	-	<b>13 907</b>
Perdas por imparidade	-	18	-	18
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>13 907</b>	<b>18</b>	-	<b>13 925</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2023</b>	-	<b>68 608</b>	<b>18 140</b>	<b>86 748</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2022</b>	-	<b>37 846</b>	<b>31 986</b>	<b>69 832</b>

O *goodwill* é registado de acordo com a política contabilística descrita na Nota 6, sendo analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Subsidiárias</b>	<b>13 907</b>	<b>13 907</b>
Righthour	13 526	13 526
GNB Concessões	381	381
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>(13 907)</b>	<b>(13 907)</b>
Righthour	(13 526)	(13 526)
GNB Concessões	( 381)	( 381)
	-	-

## Nota 28 – Impostos

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)			
	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Imposto Corrente</b>	<b>29 376</b>	<b>10 808</b>	<b>32 570</b>	<b>7 582</b>
IRC a recuperar / liquidar	4 327	10 657	1 793	7 248
Outros	25 049	151	30 777	334
<b>Imposto Diferido</b>	<b>901 660</b>	<b>-</b>	<b>923 430</b>	<b>845</b>
	<b>931 036</b>	<b>10 808</b>	<b>956 000</b>	<b>8 427</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalham-se como segue:

	(milhares de euros)					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Instrumentos financeiros	96 519	94 830	( 53 817)	( 14 637)	42 702	80 193
Imparidade de crédito (não abrangido pelo regime especial)	280 414	331 523	-	-	280 414	331 523
Imparidade de crédito (abrangido pelo regime especial)	296 986	295 310	-	-	296 986	295 310
Outros ativos tangíveis	-	-	( 14)	( 76)	( 14)	( 76)
Provisões	102 239	100 914	-	-	102 239	100 914
Benefícios longo prazo a colaboradores	44 932	51 049	-	-	44 932	51 049
Prémios de antiguidade	85	20	-	-	85	20
Outros	810	991	-	( 845)	810	146
Prejuízos fiscais reportáveis	133 506	63 506	-	-	133 506	63 506
<b>Imposto diferido ativo/(passivo)</b>	<b>955 491</b>	<b>938 143</b>	<b>( 53 831)</b>	<b>( 15 558)</b>	<b>901 660</b>	<b>922 585</b>
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	( 53 831)	( 14 713)	53 831	14 713	-	-
<b>Imposto diferido ativo/(passivo) líquido</b>	<b>901 660</b>	<b>923 430</b>	<b>-</b>	<b>( 845)</b>	<b>901 660</b>	<b>922 585</b>

A 31 de dezembro de 2023 o imposto diferido relativo à generalidade das diferenças temporárias foi apurado com base numa taxa agregada de 31%, resultante do somatório da taxa geral de IRC (21%), da taxa de Derrama Municipal de 1,5% e de uma taxa média de Derrama Estadual de 8,5%.

A 4 de setembro de 2019 foi publicada a Lei n.º 98/2019 que veio alterar o Código do IRC em matéria do tratamento fiscal das imparidades das instituições de crédito, criando regras aplicáveis às perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação com início anterior a 1 de janeiro de 2019, ainda não aceites fiscalmente. A presente lei consagrou um período de adaptação para o regime fiscal acima referido, o qual permite aos sujeitos passivos nos cinco períodos de tributação com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, continuar a aplicar o regime fiscal em vigor antes da publicação desta lei, exceto se efetuarem o exercício de “opt in” até ao final do mês de outubro de cada período de tributação do regime de adaptação. Assim, a 31 de dezembro de 2023, o Grupo continuou a aplicar o Decreto Regulamentar n.º 13/2018, de 28 de dezembro que visa prorrogar, para efeitos fiscais, o enquadramento fiscal que decorre do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo novobanco mantém registados impostos diferidos ativos associados a imparidades não aceites fiscalmente para operações de crédito, que já foram abatidas ao ativo, tendo em conta a expectativa de que estas irão concorrer para a formação do lucro tributável nos períodos de tributação em que se encontrem reunidas as condições requeridas para a sua dedutibilidade fiscal. A 31 de dezembro de 2023, os valores

mantidos pelo Grupo novobanco referentes a estas realidades ascendem a cerca 55 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 57 milhões de euros).

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Saldo inicial</b>	922 585	741 204
Reconhecido em resultados	9 365	63 349
Reconhecido em reservas de justo valor	( 38 659)	81 804
Conversão de impostos diferidos em Créditos tributários	7 746	33 640
Varição cambial e outros	623	2 588
<b>Saldo final (Ativo / (Passivo))</b>	<b>901 660</b>	<b>922 585</b>

O imposto reconhecido em resultados e reservas nos exercícios findos em 2023 e 2022 teve as seguintes origens:

	(milhares de euros)			
	<b>2023</b>		<b>2022</b>	
	<b>Reconhecido em resultados</b>	<b>Reconhecido em reservas</b>	<b>Reconhecido em resultados</b>	<b>Reconhecido em reservas</b>
Instrumentos financeiros	( 1 330)	38 659	15 777	( 81 804)
Imparidade de crédito a clientes	57 179	-	13 170	-
Outros ativos tangíveis	( 62)	-	( 7 953)	-
Provisões	( 1 320)	-	( 18 673)	-
Pensões	6 053	-	( 2 048)	-
Outros	115	-	( 867)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	( 70 000)	-	( 62 755)	-
<b>Imposto Diferido</b>	<b>( 9 365)</b>	<b>38 659</b>	<b>( 63 349)</b>	<b>( 81 804)</b>
<b>Impostos Correntes</b>	<b>15 134</b>	<b>-</b>	<b>10 048</b>	<b>-</b>
<b>Total do imposto reconhecido (proveito) / custo</b>	<b>5 769</b>	<b>38 659</b>	<b>( 53 301)</b>	<b>( 81 804)</b>



A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	2023		2022	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>753 988</b>		<b>532 643</b>
Taxa de imposto do novobanco	21,0		21,0	
<b>Imposto apurado com base na taxa de imposto do novobanco</b>		<b>158 337</b>		<b>111 855</b>
Dividendos excluídos de tributação	(0,0)	( 84)	(0,2)	( 1 248)
Imparidades em Participações Financeiras sujeitas a <i>Participation Exemption</i>	0,1	464	(0,7)	( 3 525)
Diferencial de taxas na geração/reversão de diferenças temporárias	0,6	4 526	2,2	11 949
Lucros/prejuízos em unidades com regime de tributação mais favorável	(0,9)	( 6 899)	(1,2)	( 6 518)
Imposto de Sucursais e Imposto Retido no estrangeiro	0,0	147	0,2	956
Imparidades e provisões para crédito	5,5	41 215	(4,2)	( 22 476)
Imparidades e ajustamentos de justo valor de títulos	0,9	6 806	1,6	8 648
Provisões para outros riscos e encargos e contingências	(1,0)	( 7 306)	(2,0)	( 10 519)
Benefícios longo prazo a colaboradores	0,5	4 070	(0,4)	( 2 163)
Imposto diferido ativo não reconhecido sobre prejuízo fiscal do exercício	-	-	7,7	40 811
Contribuição e Adicional Solidariedade sobre o Setor Bancário	1,0	7 409	1,3	7 168
Impostos diferidos de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(9,3)	( 69 755)	(11,8)	( 62 755)
Mais/menos valias na venda de ativos	(18,9)	( 142 623)	(19,1)	( 101 924)
Outros	1,3	9 462	(4,4)	( 23 560)
<b>Total do imposto reconhecido</b>	<b>0,8</b>	<b>5 769</b>	<b>(10,0)</b>	<b>( 53 301)</b>

#### Análise de recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O Grupo avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros futuros tributáveis até 2028, considerando que 5 anos é o período razoável para a projeção de resultados futuros. A recuperação dos ativos por impostos diferidos abrangidos pelo Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos não está dependente da geração de lucros tributáveis futuros.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos é efetuada anualmente. A 31 de dezembro de 2023, o exercício foi efetuado tendo por base a média da versão provisória do plano a médio prazo (“MTP”) elaborado para o período de 2024-2026 e um exercício de stress cenário, apreciada preliminarmente pelo Conselho Geral e de Supervisão em dezembro de 2023 e que, após inclusão das contas de final de 2023 será aprovado em definitivo.

Na avaliação da expectativa de geração de resultados tributáveis futuros em Portugal para efeitos do exercício de recuperação acima foram tidos em consideração os seguintes efeitos:

- Para além das estimativas detalhadas até 2026, são mantidos os resultados antes de impostos a partir de 2026;
- Referenciais de taxa de juro alinhados com as perspetivas macroeconómicas para o triénio 2024-2026 e as decisões de política monetária do BCE;
- Evolução do produto bancário comercial alicerçado na evolução prevista dos referenciais de taxa de juro, conjugado com a perspetiva de crescimento dos volumes comerciais, bem como o desenvolvimento de novos projetos ao nível do comissionamento gerado com meios de pagamento e gestão de ativos;
- Manutenção dos custos operacionais, apesar do incremento esperado da inflação, alicerçado no plano específico de redução de custos e da implementação de um novo modelo de distribuição e, genericamente, a simplificação e o aumento da eficiência dos processos, em particular o enfoque na componente digital; e

- Dotações para imparidades de crédito em linha com a evolução da atividade do Grupo e suportada nas projeções macroeconómicas, tendo nomeadamente presente o esforço realizado nos últimos exercícios no provisionamento da carteira de crédito e a progressiva convergência para custos de risco gradualmente normalizados.

Em função da análise acima referida, a 31 de dezembro de 2023 o Grupo tem reconhecido em balanço ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais no montante de 133 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 63 milhões de euros).

Adicionalmente, o montante de impostos diferidos não reconhecidos relativos a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, é o seguinte:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Sem prazo de caducidade</b>	<b>921 359</b>	<b>933 178</b>
<b>Com prazo de caducidade</b>	<b>439 651</b>	<b>478 545</b>
2025	92 332	91 728
2026	135 422	135 508
2029	170 236	170 236
2032	41 661	81 073
	<b>1 361 010</b>	<b>1 411 723</b>

Adicionalmente, o Grupo tomou conhecimento da posição da autoridade tributária no que respeita aos ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor a unidades de participação em fundos de investimento imobiliário e capital de risco. Estes ajustamentos resultantes da aplicação do modelo do justo valor às unidades de participação de fundos de investimento imobiliário e de fundos de capital de risco não concorrem para a formação do lucro tributável do período de tributação em que são reconhecidos contabilisticamente, tendo apenas relevância fiscal no momento da respetiva realização, nomeadamente na transmissão onerosa das unidades de participação ou liquidação dos fundos. O montante global de ativos por impostos diferidos relativos a estas diferenças temporárias, não reconhecido em balanço, em 31 de dezembro de 2023 ascende a 176 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 229 milhões de euros).

#### Regime Especial aplicável aos ativos por impostos diferidos

No exercício de 2014, o novobanco e determinadas entidades do Grupo aderiram ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, após deliberação favorável da Assembleia Geral de Acionistas.

O Regime Especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, abrange os ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas relacionadas com perdas de imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de trabalhadores.

As alterações ao regime acima referido, introduzidas pela Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, vieram limitar a aplicação temporal dos gastos e variações patrimoniais negativas acima referidas, contabilizados nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, assim como os impostos diferidos a eles associados. Assim, os impostos diferidos abrangidos por este regime especial correspondem apenas aos gastos e variações patrimoniais negativas apurados até 31 de dezembro de 2015.

Os ativos por impostos diferidos abrangidos pelo regime acima referido, são convertíveis em créditos tributários quando o sujeito passivo registre um resultado líquido negativo no respetivo período de tributação, ou em caso de liquidação por dissolução voluntária ou insolvência decretada por sentença judicial.

Na conversão em crédito tributário (que não por liquidação ou insolvência), deverá ser criada uma reserva especial pelo valor do respetivo crédito tributário majorado em 10%. O exercício dos direitos de conversão tem por consequência o aumento do capital do sujeito passivo por incorporação da reserva especial e emissão de novas ações ordinárias. Esta reserva especial não poderá ser distribuível.

Na sequência do apuramento de um resultado líquido negativo no exercício de 2020, os ativos por impostos diferidos convertidos, tendo por referência os ativos por impostos diferidos elegíveis à data de encerramento do referido

exercício, ascendem a 116 975 milhares de euros. Este montante já se encontra validado pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Decorrente da Lei n.º 61/2014, o montante dos ativos por impostos diferidos a converter em crédito tributário e a constituição da reserva especial deverão ser objeto de certificação por revisor oficial de contas, bem como objeto de confirmação pela Autoridade Tributária e Aduaneira, no âmbito dos procedimentos de revisão do apuramento da matéria coletável relativos aos períodos de tributação relevantes.

## Nota 29 – Outros Ativos

A rubrica de Outros Ativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Contas caução	221 467	251 225
<i>Produtos Derivados</i>	92 648	133 864
<i>Colaterais CLEARNET e VISA</i>	38 942	41 423
<i>Conta caução relacionada com operações de resseguro</i>	61 067	71 387
<i>Outras contas caução<sup>a)</sup></i>	4 551	4 552
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	21 216	18 714
Setor público administrativo	222 522	498 349
Mecanismo de Capitalização Contingente (ver Nota 35.2)	198 180	198 180
Outros devedores	424 682	328 366
<i>Suprimentos, prestações acessórias e suplementares</i>	64 178	64 178
<i>Venda de créditos não produtivos</i>	2 170	2 173
<i>Venda de imóveis</i>	42 646	710
<i>Venda dos fundos de reestruturação</i>	20 881	20 881
<i>Outros</i>	294 807	240 424
Proveitos a receber	32 711	127 771
Despesas com custo diferido	14 566	13 984
Pensões de reforma e benefícios de saúde (ver Nota 16)	18 704	59 616
Metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	10 551	10 440
Imóveis <sup>a)</sup>	114 379	237 243
Equipamento <sup>a)</sup>	1 795	3 013
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	4 463
Outros ativos	18 124	122 153
	<b>1 298 897</b>	<b>1 873 517</b>
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>( 181 639)</b>	<b>( 255 033)</b>
<i>Imóveis<sup>a)</sup></i>	( 48 067)	( 123 008)
<i>Equipamento<sup>a)</sup></i>	( 1 039)	( 2 195)
<i>Outros devedores - Suprimentos, prestações acessórias e suplementares</i>	( 68 005)	( 76 968)
<i>Outros</i>	( 64 528)	( 52 862)
	<b>1 117 258</b>	<b>1 618 484</b>

a) imóveis e equipamento em dação, por recuperação de crédito e descontinuados

b) inclui o valor de 4,5 milhões de euros na escrow account relacionada com a venda da Sede

A rubrica de contas caução inclui, entre outros, os depósitos realizados pelo Grupo a título de caução para que possa contratualizar operações de produtos derivados em mercado organizado (contas margem) e em mercado de balcão (*Credit Support Annex – CSA*). Os CSA revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negociam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objetivo fornecer proteção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transações de derivados são

regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association* (ISDA) e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o rating das partes.

O decréscimo verificado durante o exercício de 2023 na rubrica Sector Público Administrativo inclui cerca de 249,8 milhões de euros relativos à conversão em capital dos direitos resultantes do Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (em 31 de dezembro de 2022: 272,9 milhões de euros), conforme detalhado na Nota 34.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 7.6, a aguardar liquidação.

As rubricas de imóveis e equipamento referem-se a ativos recebidos por recuperação de crédito e instalações descontinuadas, para os quais o Grupo tem por objetivo a venda imediata dos mesmos.

O Grupo tem implementado um plano com vista à venda imediata dos imóveis registados em outros ativos, continuando a desenvolver todos os esforços com vista à concretização do programa de alienações estabelecido, dos quais destacamos:

- (i) a existência de um site especialmente vocacionado para a venda dos imóveis;
- (ii) o desenvolvimento e participação em eventos do ramo imobiliário quer no país quer no estrangeiro;
- (iii) a celebração de protocolos com os diversos agentes de intermediação mobiliária; e
- (iv) a promoção de realização regular de leilões. De referir que o Grupo, apesar de manter a intenção de venda destes imóveis, solicita regularmente ao Banco de Portugal, ao abrigo do artigo 114º do RGICSF, a prorrogação do prazo de detenção dos imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio.

Durante o exercício de 2023, foi registado uma reposição de imparidade de 25,0 milhões de euros para os imóveis em carteira (31 de dezembro de 2022: reposição de imparidade de 12,8 milhões de euros).

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>255 033</b>	<b>575 441</b>
Dotações	22 756	18 458
Utilizações	( 54 222)	( 165 464)
Reversões	( 42 615)	( 24 393)
Diferenças de câmbio e outros (a)	687	( 149 009)
<b>Saldo final</b>	<b>181 639</b>	<b>255 033</b>

(a) Em 2022 inclui 122.291 milhares de euros de imparidades de outros ativos da Fungere no momento da fusão desta entidade com a Fungepi.

Os movimentos no valor dos imóveis foram os seguintes:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>237 243</b>	<b>589 390</b>
Entradas	9 032	17 174
Vendas	( 131 146)	( 194 033)
Outros movimentos (a)	( 750)	( 175 288)
<b>Saldo final</b>	<b>114 379</b>	<b>237 243</b>

(a) Em 2022 inclui 156 489 milhares de euros de ativos do Fungere que com a fusão com o Fungepi foram transferidos para Propriedades de Investimento.

Em 31 de dezembro de 2023 o valor relativo a instalações descontinuadas incluídas na rubrica Imóveis ascende a 10 922 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 9 970 milhares de euros), tendo o Grupo registado imparidade para estes ativos no valor total de 3 359 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 2 954 milhares de euros).

## Nota 30 – Ativos não Correntes e Grupos para Alienação Classificados como Detidos para Venda e Passivos Incluídos em Grupos para Alienação Classificados como Detidos para Venda

O detalhe dos Ativos e Passivos não correntes classificados como detidos para venda a 31 de dezembro de 2023 e 2022, líquidos de ajustamentos de consolidação, é como segue:

	(milhares de euros)					
	2023			2022		
	Ativo	Passivo	Resultado Líquido	Ativo	Passivo	Resultado Líquido
<b>Ativos/Passivos de operações descontinuadas</b>	<b>53 627</b>	<b>13 107</b>	<b>( 412)</b>	<b>68 104</b>	<b>15 492</b>	<b>( 270)</b>
International Investment Bank, S.A. (anterior BICV)	1 300	-	-	1 300	-	-
Banco Well Link (anterior NB Ásia)	-	-	-	2 175	-	-
Económico FI	3 060	-	-	3 060	-	-
Greendraive	793	1 213	( 97)	1 596	2 028	( 270)
Barrosinha/Compagris	37 436	11 397	-	30 788	5 749	-
Solago	-	-	( 1 121)	17 387	6 882	-
Lineas	59 190	-	-	-	-	-
Ijar Leasing	9 051	-	-	9 051	-	-
Imbassaí	1 987	497	806	2 747	833	-
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>( 23 003)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 8 517)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Barrosinha/Compagris	( 14 425)	-	-	-	-	-
Económico FI	( 3 060)	-	-	( 2 196)	-	-
Greendraive	( 793)	-	-	( 1 596)	-	-
Ijar Leasing	( 4 725)	-	-	( 4 725)	-	-
	<b>89 814</b>	<b>13 107</b>	<b>( 412)</b>	<b>59 587</b>	<b>15 492</b>	<b>( 270)</b>

O movimento de imparidade para Ativos e Passivos não correntes para alienação classificados como detidos para venda é apresentado como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>8 517</b>	<b>8 475</b>
Dotações / (Reversões)	14 486	( 664)
Utilizações	-	( 3 837)
Diferenças de câmbio e outras	-	4 543
<b>Saldo final</b>	<b>23 003</b>	<b>8 517</b>

### Compagris, Barrosinha e Solago

Em dezembro de 2022, decorrente da conclusão do processo de venda dos Fundos de Reestruturação, o novobanco adquiriu 100% do capital social da Compagris e Barrosinha e 84,16% do capital da Solago. Uma vez que o Grupo tem intenção de vender estes ativos, os mesmos foram classificados como operações descontinuadas. Em dezembro de 2023 o Grupo procedeu à alienação da Solago, tendo reconhecido uma menos-valia de 1,2 milhões de euros.

### Lineas

Em dezembro de 2023, decorrente da assinatura do contrato promessa de compra e venda da participação detida na Lineas, esta participação foi classificada de investimentos em associadas para operações descontinuadas.

## Nota 31 – Passivos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)					
	2023			2022		
	Mensurados pelo custo amortizado	Variação do justo valor *	Total	Mensurados pelo custo amortizado	Variação do justo valor *	Total
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	5 745 326	-	5 745 326	9 705 154	-	9 705 154
Recursos de clientes	29 984 273	62 049	30 046 322	29 277 858	-	29 277 858
Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados e Passivos associados a ativos transferidos	1 107 585	-	1 107 585	1 628 897	-	1 628 897
Outros passivos financeiros	493 171	-	493 171	375 268	-	375 268
	<b>37 330 355</b>	<b>62 049</b>	<b>37 392 404</b>	<b>40 987 177</b>	<b>-</b>	<b>40 987 177</b>

\* Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela carteira de cobertura do risco de taxa de juro

### 31.1. Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito

O saldo da rubrica Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Recursos de Bancos Centrais</b>	<b>1 128 807</b>	<b>6 327 198</b>
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais	1 128 807	6 327 198
Depósitos	178 807	198
Outros recursos	950 000	6 327 000
<b>Recursos de Outras Instituições de Crédito</b>	<b>4 616 519</b>	<b>3 377 956</b>
<b>No país</b>	<b>173 734</b>	<b>248 879</b>
Depósitos	165 922	209 663
Outros recursos	7 812	39 216
<b>No estrangeiro</b>	<b>4 442 785</b>	<b>3 129 077</b>
Depósitos	131 721	459 328
Empréstimos	375 610	479 880
Operações com acordo de recompra	3 867 053	2 150 824
Outros recursos	68 401	39 045
	<b>5 745 326</b>	<b>9 705 154</b>

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais inclui 950 milhões de euros colateralizados por ativos financeiros do Grupo, no âmbito da terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado do Banco Central Europeu (TLTRO III), os quais vencerão em dezembro de 2024.

Em 2023 foram reembolsados 5,4 mil milhões de euros das TLTRO III. Para fazer face à maturidade destas linhas, o novobanco adotou como estratégia de saída das TLTRO III, entre outras, a redução da dimensão do balanço e o aumento de outros instrumentos de financiamento estáveis, principalmente operações interbancárias colateralizadas por obrigações cobertas retidas. Em resultado, o financiamento colateralizado através de acordos de recompra de médio prazo aumentou 2,6 mil milhões de euros em 2023, o que adicionado ao valor de 2,6 mil milhões de euros registado em 2022 por este tipo de financiamento, para mitigar o impacto do encurtamento do prazo e/ou vencimento do TLTRO III, totaliza 5,2 mil milhões de euros (incluindo 1,4 mil milhões de euros de operações classificadas em Recursos de clientes na Nota 31.2).

O saldo da rubrica operações com acordo de recompra corresponde a operações de venda de títulos com acordo de recompra (repos), registadas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 7.18.

### 31.2. Recursos de clientes

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Depósitos à ordem</b>	<b>10 906 642</b>	<b>13 169 335</b>
Empresas e outras entidades	5 641 369	7 101 102
Particulares	5 265 273	6 068 233
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>17 233 415</b>	<b>15 242 710</b>
Empresas e outras entidades	6 419 641	5 076 475
Particulares	10 813 774	10 166 235
<b>Outros recursos</b>	<b>1 844 216</b>	<b>865 813</b>
Operações com acordo de recompra	1 366 382	450 906
Outros	477 834	414 907
	<b>29 984 273</b>	<b>29 277 858</b>
<b>Correções de valor por operações de cobertura para risco de taxa de juro (ver Nota 23)</b>	<b>62 049</b>	<b>-</b>
	<b>30 046 322</b>	<b>29 277 858</b>

### 31.3. Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados e Passivos Financeiros associados a ativos transferidos

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Responsabilidades representadas por títulos</b>	<b>606 085</b>	<b>1 168 874</b>
Euro Medium Term Notes (EMTN)	586 254	563 517
Obrigações	19 831	605 357
<b>Passivos Subordinados</b>	<b>501 500</b>	<b>415 572</b>
Euro Medium Term Notes (EMTN)	501 500	-
Obrigações	-	415 572
<b>Passivos Financeiros associados a ativos transferidos</b>	<b>-</b>	<b>44 451</b>
Operações de cedências de ativos	-	44 451
	<b>1 107 585</b>	<b>1 628 897</b>

As características essenciais destas responsabilidades a 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

Entidade Emitente	ISIN	Descrição	Moeda	Data de emissão	Preço unitário (€)	Maturidade	Taxa de juro	Mercado	(milhares de euros)	
									Valor de balanço	
									2023	2022
<b>Obrigações</b>										
Lusitano Mortgage nº 6	X50312981649	Lusitano Mortgage nr 6- Classe A	EUR	2007	0,07	2025 a)	Euribor 3m + 0,40%	XDUB	18 328	23 989
Lusitano Mortgage nº 6	X50312982290	Lusitano Mortgage nr 6- Classe B	EUR	2007	1,00	2035 a)	Euribor 3m + 0,60%	XDUB	1 503	1 502
novobanco	PTNOBBIOM0014	NB 3,5% 23/07/23	EUR	2021	-	2023	Taxa Fixa 3,5%	XDUB	-	303 992
novobanco	PTNOBJOM0005	NB 4,25% 09/23	EUR	2021	-	2023	Euribor 3M + 4,25%	XDUB	-	275 874
<b>Euro Medium Term Notes</b>										
novobanco	PTNOBKOM0002	NB 5,5% 30/12/24	EUR	2022	100,00	2026	Taxa fixa 5,5%	XDUB	105 475	99 989
novobanco Luxemburgo	X50869315241	BES Luxembourg 3,5% 02/01/43	EUR	2013	1,00	2043	Taxa fixa 3,5%	XLUX	43 958	43 363
novobanco Luxemburgo	X50877741479	BES Luxembourg 3,5% 23/01/43	EUR	2013	1,00	2043	Taxa fixa 3,5%	XLUX	100 110	99 065
novobanco Luxemburgo	X50888530911	BES Luxembourg 3,5% 19/02/2043	EUR	2013	1,00	2043	Taxa fixa 3,5%	XLUX	65 655	64 774
novobanco Luxemburgo	X50897950878	BES Luxembourg 3,5% 18/03/2043	EUR	2013	1,00	2043	Taxa fixa 3,5%	XLUX	48 260	47 641
novobanco Luxemburgo	X50972653132	BES Luxembourg ZC	EUR	2013	1,00	2048	Cupão Zero	XLUX	37 934	35 711
novobanco Luxemburgo	X51031115014	Banco Esp San Lux ZC 12/02/49	EUR	2014	1,00	2049	Cupão Zero	XLUX	46 650	43 694
novobanco Luxemburgo	X51034421419	Banco Esp San Lux ZC 19/02/49	EUR	2014	1,00	2049	Cupão Zero	XLUX	12 977	12 146
novobanco Luxemburgo	X51038896426	Banco Esp San Lux ZC 27/02/51	EUR	2014	1,00	2051	Cupão Zero	XLUX	17 822	16 672
novobanco Luxemburgo	X51042343308	BES Luxembourg ZC 06/03/2051	EUR	2014	1,00	2051	Cupão Zero	XLUX	12 538	11 729
novobanco Luxemburgo	X51053939978	BES Luxembourg ZC 03/04/48	EUR	2014	1,00	2048	Cupão Zero	XLUX	43 072	40 180
novobanco Luxemburgo	X51055501974	BES Luxembourg ZC 09/04/52	EUR	2014	1,00	2052	Cupão Zero	XLUX	41 444	38 891
novobanco Luxemburgo	X51058257905	BES Luxembourg ZC 16/04/46	EUR	2014	1,00	2046	Cupão Zero	XLUX	8 264	7 710
NB Finance	X50439764191	EMTN 57	EUR	2009	1,00	2044	Cupão Zero	XLUX	2 095	1 952
<b>Subordinados</b>										
novobanco	PTNOBFOM0017	NB 06/07/2023	EUR	2018	-	2023	8,50%	XDUB	-	415 572
novobanco	PTNOBLOM0001	NB 9,875% 01/12/33	EUR	2023	100,00	2033	9,875%	XDUB	501 500	-
									<b>1107 585</b>	<b>1584 446</b>

a) Data da próxima call option

O movimento ocorrido nos exercícios de 2023 e 2022 nas responsabilidades representadas por títulos, passivos subordinados e passivos financeiros associados a ativos transferidos foi o seguinte:

	(milhares de euros)							TOTAL
	Responsabilidades representadas por títulos			Passivos Subordinados			Passivos Financeiros associados a ativos transferidos	
	Euro Medium Term Notes (EMTN)	Obrigações	Total	Euro Medium Term Notes (EMTN)	Obrigações	Total	Operações de cedências de ativos	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>447 453</b>	<b>606 855</b>	<b>1 054 308</b>	-	<b>415 394</b>	<b>415 394</b>	<b>44 451</b>	<b>1 514 153</b>
Emissões	100 000	6 000	106 000	-	-	-	-	106 000
Reembolsos	-	-	-	-	-	-	-	-
Compras (Líquidas)	( 500)	(13 798)	(14 298)	-	-	-	-	(14 298)
Outros Movimentos <sup>a)</sup>	16 564	6 300	22 864	-	178	178	-	23 042
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>563 517</b>	<b>605 357</b>	<b>1 168 874</b>	-	<b>415 572</b>	<b>415 572</b>	<b>44 451</b>	<b>1 628 897</b>
Emissões	-	-	-	500 000	-	500 000	-	500 000
Reembolsos	-	(575 000)	(575 000)	-	(400 000)	(400 000)	-	(975 000)
Compras (Líquidas)	( 527)	( 5 677)	( 6 204)	-	-	-	-	( 6 204)
Outros Movimentos <sup>a)</sup>	23 264	( 4 849)	18 415	1 500	(15 572)	(14 072)	(44 451)	(40 108)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>586 254</b>	<b>19 831</b>	<b>606 085</b>	<b>501 500</b>	-	<b>501 500</b>	-	<b>1 107 585</b>

<sup>a)</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial.

Em termos de financiamento de médio prazo, em junho de 2023, o Grupo emitiu uma nova obrigação Tier 2 de 500 milhões de euros, com maturidade a 1 de dezembro de 2033 e opção de compra a 6 meses a partir de 1 de junho de 2028,



tendo como objetivo substituir a obrigação Tier 2 existente com um spread inferior em 150bps. Através da oferta pública, o Grupo conseguiu recomprar 206 milhões de euros do Tier 2 existente. O valor remanescente foi reembolsado na data de *call*, que só ocorreu a 6 de julho de 2023.

O Grupo não apresentou *defaults* de capital ou juros relativamente à sua dívida emitida no exercício de 2023 e 2022.

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Grupo procedeu a emissões que a 31 de dezembro de 2023 totalizam 5 500 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 5 500 milhões de euros), tendo as referidas emissões sido totalmente recompradas pelo Grupo. As características das emissões vivas a 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

Designação	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Mercado	Rating		Valor Nominal	(milhares de euros)	
						Moody's	DBRS		Valor de balanço	
									2023	2022
NB 2015 SR.1	07/10/2015	07/10/2025	Trimestral	Euribor 3 Meses + 0,25%	XDUB	Aaa	NR	1 000 000	-	-
NB 2015 SR.2	07/10/2015	07/10/2024	Trimestral	Euribor 3 Meses + 0,25%	XDUB	Aaa	NR	1 000 000	-	-
NB 2015 SR.3	07/10/2015	07/10/2027	Trimestral	Euribor 3 Meses + 0,25%	XDUB	Aaa	NR	1 000 000	-	-
NB 2015 SR.4	07/10/2015	07/10/2028	Trimestral	Euribor 3 Meses + 0,25%	XDUB	Aaa	NR	700 000	-	-
NB 2015 SR.5	22/12/2016	22/12/2028	Trimestral	Euribor 3 Meses + 0,25%	XDUB	Aaa	NR	500 000	-	-
NB 2019 SR.6	10/12/2019	10/06/2029	Trimestral	Euribor 3 Meses + 0,25%	XMSM	Aaa	NR	750 000	-	-
NB 2019 SR.7	10/12/2019	10/12/2024	Trimestral	Euribor 3 Meses + 0,25%	XMSM	Aaa	NR	550 000	-	-
								<b>5 500 000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais ativos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo novobanco, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições das referidas emissões enquadram-se no Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5, 6 e 8 do ano 2006 e na Instrução n.º 13/2006 do Banco de Portugal. O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascendem em 31 de dezembro de 2023 a 7 442,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 6 078,4 milhões de euros) (ver Nota 22).

## Nota 32 – Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)			
	Provisão para reestruturação	Provisão para garantias e compromissos	Outras Provisões	Total
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>46 686</b>	<b>92 336</b>	<b>303 812</b>	<b>442 834</b>
Reforços / (reposições)	1 332	( 2 685)	40 598	39 245
Utilizações	( 28 870)	-	( 37 618)	( 66 488)
Diferenças de câmbio e outras	-	246	( 2 405)	( 2 159)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>19 148</b>	<b>89 897</b>	<b>304 387</b>	<b>413 432</b>
Reforços / (reposições)	6 325	( 628)	40 002	45 699
Utilizações	( 18 697)	-	( 10 144)	( 28 841)
Diferenças de câmbio e outras	-	( 5 289)	5 828	539
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6 776</b>	<b>83 980</b>	<b>340 073</b>	<b>430 829</b>

Para fazer face às necessidades financeiras dos seus clientes, o Grupo assume diversos compromissos irrevogáveis e passivos contingentes, que consistem em garantias financeiras, cartas de crédito e outros compromissos de crédito, que poderão implicar o pagamento por parte do Grupo, em nome dos clientes, no caso de acontecimentos específicos, previstos contratualmente. Apesar destes compromissos não se encontrarem registados patrimonialmente, acarretam risco de crédito e, portanto, fazem parte da exposição ao risco global do Grupo.

No que se refere às provisões para garantias e compromissos, o movimento da provisão é detalhado como segue:

	(milhares de euros)			
	<i>Stage1</i>	<i>Stage2</i>	<i>Stage3</i>	<b>Total</b>
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>8 019</b>	<b>11 148</b>	<b>73 169</b>	<b>92 336</b>
Transferências para o <i>stage1</i>	2 255	( 2 255)	-	-
Transferências para o <i>stage2</i>	( 1 139)	1 255	( 116)	-
Transferências para o <i>stage3</i>	( 13)	( 1 207)	1 220	-
Acréscimos por alteração do risco de crédito	2 047	2 525	22 308	26 880
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 4 979)	( 4 154)	( 20 432)	( 29 565)
Outros movimentos	11	36	199	246
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6 201</b>	<b>7 348</b>	<b>76 348</b>	<b>89 897</b>
Transferências para o <i>stage1</i>	5 454	( 5 454)	-	-
Transferências para o <i>stage2</i>	( 3 782)	4 390	( 608)	-
Transferências para o <i>stage3</i>	( 23)	( 19)	42	-
Acréscimos por alteração do risco de crédito	6 000	4 768	7 219	17 987
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 6 828)	( 3 776)	( 8 011)	( 18 615)
Outros movimentos	1	( 18)	( 5 272)	( 5 289)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7 023</b>	<b>7 239</b>	<b>69 718</b>	<b>83 980</b>

As transferências entre *stages* ocorridas em garantias e compromissos durante os exercícios de 2023 e 2022 são apresentadas como segue:

<b>2023</b>	(milhares de euros)					
	<b>Capitais</b>					
	<b>Transferências entre <i>Stage1</i> e <i>2</i></b>		<b>Transferências entre <i>Stage2</i> e <i>3</i></b>		<b>Transferências entre <i>Stage1</i> e <i>3</i></b>	
	<i>Para Stage 2 de Stage 1</i>	<i>Para Stage 1 de Stage 2</i>	<i>Para Stage 3 de Stage 2</i>	<i>Para Stage 2 de Stage 3</i>	<i>Para Stage 3 de Stage 1</i>	<i>Para Stage 1 de Stage 3</i>
Garantias e Compromissos - Capitais	109 201	217 142	1 756	6 528	410	203

<b>2022</b>	(milhares de euros)					
	<b>Capitais</b>					
	<b>Transferências entre <i>Stage1</i> e <i>2</i></b>		<b>Transferências entre <i>Stage2</i> e <i>3</i></b>		<b>Transferências entre <i>Stage1</i> e <i>3</i></b>	
	<i>Para Stage 2 de Stage 1</i>	<i>Para Stage 1 de Stage 2</i>	<i>Para Stage 3 de Stage 2</i>	<i>Para Stage 2 de Stage 3</i>	<i>Para Stage 3 de Stage 1</i>	<i>Para Stage 1 de Stage 3</i>
Garantias e Compromissos - Capitais	44 418	40 470	45 480	2 234	1 775	181

A 31 de dezembro de 2023 o valor da provisão para reestruturação em balanço é de 6,8 milhões de euros, sendo que durante os exercícios de 2022 e 2023, procedeu-se a um reforço líquido de 1,3 milhões de euros e 6,3 milhões de euros, tendo sido utilizados 28,9 milhões de euros e 18,7 milhões de euros, respetivamente.

As Outras provisões, cujo valor ascende a 340,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 304,4 milhões de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da atividade do Grupo, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais, para as quais o Grupo mantém provisões de 25,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 27,4 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos legais no valor de 8,3 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 8,5 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos de venda no valor de 7,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 7,1 milhões de euros);

- Contingências relativas à parte indivisa do Plano de pensões da Comissão Executiva, no valor de 8,8 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 19,2 milhões de euros), transferidos das rubricas de responsabilidades líquidas do valor dos ativos do Fundo de Pensões (ver Nota 16);
- A Lei do Orçamento do Estado para 2021 (“LOE 21”) procedeu à alteração às normas do Código do Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (“IMT”) e do Imposto Municipal sobre Imóveis (“IMI”), com o alargamento do âmbito de incidência da taxa agravada do IMI e IMT, e perdas de isenções, para os imóveis detidos por sujeitos passivos que sejam controlados, direta ou indiretamente, por uma entidade que esteja sujeita a um regime fiscal mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças. A 31 de dezembro de 2023, o cálculo da aplicação das taxas agravadas de IMI à totalidade dos imóveis na titularidade direta e indireta do Grupo novobanco ascende a aproximadamente 203,3 milhões de euros a 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022: 173,1 milhões de euros);
- O valor remanescente de 60,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 69,1 milhões de euros), destina-se à cobertura de perdas decorrentes da atividade do Grupo, tais como fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso para contingências relacionadas com os processos de venda de ativos, entre outras.

### Nota 33 – Outros Passivos

A rubrica de Outros passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Setor público administrativo	40 420	35 034
Credores por fornecimento de bens	74 257	71 102
Contas margem instrumentos derivados	562 047	478 750
Outros credores	134 410	115 147
Interesses que não controlam de fundos imobiliários abertos (ver Nota 35)	16 437	14 417
Prémios de carreira (ver Nota 16)	6 602	5 621
Outros custos a pagar	103 693	83 275
Receitas com proveito diferido	1 715	1 950
Operações cambiais a liquidar	611	-
Outras operações a regularizar	65 654	34 623
	<b>1 005 846</b>	<b>839 919</b>

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Credores por fornecimentos de bens inclui 49 863 milhares de euros relativos a credores de ativos por direito de uso, no âmbito do IFRS 16 (31 de dezembro de 2022: 44 474 milhares de euros), cujos prazos de maturidades se apresentam como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Até 3 meses	179	262
De 3 meses a um ano	2 981	4 613
De um a cinco anos	18 264	15 950
Mais de cinco anos	28 439	23 649
	<b>49 863</b>	<b>44 474</b>

## Nota 34 – Capital

### 34.1. Ações ordinárias

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social do Banco, no valor de 6 567 843 862,91 euros, é representado por 11 130 841 957 ações nominativas sem valor nominal estando integralmente subscrito e realizado pelos seguintes acionistas (31 de dezembro de 2022: capital social de 6 304 660 637,69 euros, é representado por 10 391 043 938 ações nominativas):

	% Capital	
	2023	2022
Nani Holdings, S.à.r.l.	75,00%	75,00%
Fundo de Resolução <sup>(1)</sup>	13,04%	19,31%
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças	11,96%	5,69%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

<sup>(1)</sup> por força dos compromissos assumidos entre o Estado Português e a Comissão Europeia, o Fundo de Resolução está inibido de exercer os respetivos direitos de voto.

Durante o exercício de 2017, e no seguimento da aquisição de 75% do capital social do novobanco pela Lone Star, foram realizados dois aumentos de capital no valor de 750 milhões de euros e 250 milhões de euros, em outubro e dezembro, respetivamente.

Em dezembro de 2021, foi realizado um aumento de capital no valor de 154 907 milhares de euros através da conversão dos direitos de conversão (resultantes do Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos) relativos ao exercício de 2015, que conferiram uma participação de 1,56% do Estado no novobanco, e do qual resultou a emissão de 154 907 314 novas ações ordinárias (ver Nota 35).

Em novembro de 2022, foi realizado um aumento de capital no valor de 249 753 milhares de euros através da conversão dos direitos de conversão (resultantes do Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos) relativos aos exercícios de 2016 e 2017, que conferiram uma participação adicional de 4,13% do Estado no novobanco, e do qual resultou a emissão de 436 136 627 novas ações ordinárias (ver Nota 35).

Em abril de 2023, foi realizado um aumento de capital no valor de 263 183 milhares de euros através da conversão dos direitos de conversão (resultantes do Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos) relativos aos exercícios de 2018 e 2019, que conferiram uma participação de 6,27% do Estado no novobanco, e do qual resultou a emissão de 739 798 019 novas ações ordinárias (ver Nota 35).

Conforme referido na Nota 28, o novobanco aderiu ao Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto. O referido regime aplica-se aos ativos por impostos diferidos resultantes da não dedução, para efeitos de IRC, de gastos e variações patrimoniais negativas que tenham sido registados até 31 de dezembro de 2015 com perdas por imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo a empregados. O referido regime prevê que os ativos por impostos diferidos possam ser convertidos em créditos tributários quando o sujeito passivo registe um resultado líquido anual negativo.

A conversão dos ativos por impostos diferidos elegíveis em créditos tributários é efetuada em função da proporção entre o montante daquele resultado líquido e o total dos capitais próprios a nível individual. A reserva especial é constituída no mesmo montante do crédito tributário aprovado, majorado em 10%. Esta reserva especial é constituída por contrapartida da reserva originária e destina-se a ser incorporada no capital social.

Os direitos de conversão são valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao novobanco o respetivo aumento de capital social, através da incorporação do montante da reserva especial e consequente emissão e entrega gratuita de ações ordinárias representativas de 3,64% do capital (com referência ao exercício de 2020), que apenas diluirá, de acordo com o contrato de venda, a participação do Fundo de Resolução, casos os acionistas não exerçam o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão.

## Nota 35 – Outro Rendimento Integral Acumulado, Resultados Retidos, Outras Reservas e Interesses que não Controlam

O outro rendimento integral acumulado, os resultados retidos e as outras reservas do Grupo apresentam o seguinte detalhe a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Outro rendimento integral acumulado	(1 070 125)	(1 234 573)
Resultados retidos	(8 577 074)	(8 577 074)
Outras reservas	6 736 004	6 439 418
	<b>(2 911 195)</b>	<b>(3 372 229)</b>

### 35.1. Outro rendimento integral acumulado

Os movimentos ocorridos em Outro rendimento integral acumulado foram os seguintes:

	(milhares de euros)							
	Outro Rendimento Integral acumulado							
	Reservas de Imparidade	Reserva s de Risco de Crédito	Reservas Associada s a Vendas	Reservas de justo valor	Reservas de cobertura de fluxos de caixa	Outras variações do outro rendiment o integral	Desvios atuariais (Valor líquido de imposto)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3 707</b>	<b>9 214</b>	<b>(43 296)</b>	<b>(201 263)</b>	<b>-</b>	<b>(14 799)</b>	<b>(799 052)</b>	<b>(1 045 489)</b>
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	-	101 726	101 726
Alterações da reserva justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(185 616)	-	-	-	(185 616)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	( 892)	-	( 892)
Reservas de imparidade de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	(3 052)	-	-	-	-	-	-	(3 052)
Reservas de vendas de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	(1 165)	-	-	-	-	(1 165)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	332	-	-	-	332
Coberturas de fluxos de caixa	-	-	-	-	(100 418)	-	-	(100 418)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	1	-	1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>655</b>	<b>9 214</b>	<b>(44 461)</b>	<b>(386 547)</b>	<b>(100 418)</b>	<b>(15 690)</b>	<b>(697 326)</b>	<b>(1 234 573)</b>
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	-	(27 294)	(27 294)
Alterações da reserva justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	283 614	-	-	-	283 614
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	( 45)	-	( 45)
Reservas de imparidade de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	( 421)	-	-	-	-	-	-	( 421)
Reservas de vendas de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	(283 797)	-	-	-	-	(283 797)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	( 583)	-	-	-	( 583)
Coberturas de fluxos de caixa	-	-	-	-	192 974	-	-	192 974
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>234</b>	<b>9 214</b>	<b>(328 258)</b>	<b>(103 516)</b>	<b>92 556</b>	<b>(15 735)</b>	<b>(724 620)</b>	<b>(1 070 125)</b>

#### Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos-valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas da imparidade. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses que não controlam.

O movimento das reservas de justo valor líquidas de impostos diferidos e das reservas de imparidade pode ser assim analisado:

(milhares de euros)						
	2023			2022		
	Reservas de justo valor			Reservas de justo valor		
	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor
<b>Saldo Inicial</b>	<b>( 424 998)</b>	<b>38 451</b>	<b>( 386 547)</b>	<b>( 157 910)</b>	<b>( 43 353)</b>	<b>( 201 263)</b>
Varição de justo valor	14 384	-	14 384	( 331 887)	-	( 331 887)
Varição de reservas cambiais	( 5 524)	-	( 5 524)	2 006	-	2 006
Alienações do exercício	312 830	-	312 830	43 394	-	43 394
Imparidade reconhecida no período	-	-	-	19 399	-	19 399
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	-	( 38 659)	( 38 659)	-	81 804	81 804
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>( 103 308)</b>	<b>( 208)</b>	<b>( 103 516)</b>	<b>( 424 998)</b>	<b>38 451</b>	<b>( 386 547)</b>

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)		
	2023	2022
Custo amortizado dos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	946 963	2 769 674
Valor de mercado dos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	838 523	2 331 099
<b>Ganhos / (perdas) potenciais</b>	<b>( 108 440)</b>	<b>( 438 575)</b>
Reserva de justo valor transferida para Resultados <sup>(1)</sup>	( 5 019)	( 11 988)
Ganhos / (perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	( 103 421)	( 426 587)
Reservas de justo valor pelo método de equivalência patrimonial	414	997
Interesses que não controlam	( 301)	592
<b>Reserva de justo valor total</b>	<b>( 103 308)</b>	<b>( 424 998)</b>
Impostos diferidos	( 208)	38 451
<b>Reserva de justo valor atribuível aos acionistas do Banco</b>	<b>( 103 516)</b>	<b>( 386 547)</b>

<sup>(1)</sup>No âmbito das operações de *fair value hedge* (ver Nota 23)

O movimento ocorrido nas reservas de coberturas de fluxos de caixa é apresentado como segue:

(milhares de euros)		
	2023	2022
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>( 100 418)</b>	<b>-</b>
Varição do justo valor do item coberto reconhecido em outro rendimento integral	203 243	( 101 299)
Reclassificação de outro rendimento integral para resultados	( 10 269)	881
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>92 556</b>	<b>( 100 418)</b>

## 35.2. Outras reservas

### Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao setor bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até a um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

### Reserva especial

Conforme referido na Nota 28, a reserva especial foi constituída em resultado da adesão do novobanco ao Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, que implicou a conversão dos ativos por impostos diferidos elegíveis em créditos tributários e a constituição simultânea de uma reserva especial.

Na sequência do apuramento de um resultado líquido negativo nos exercícios compreendidos entre 2015 e 2020, tendo por referência os ativos por impostos diferidos elegíveis à data de encerramentos dos referidos exercícios, em consequência da aplicação do referido regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, o novobanco registou uma reserva especial, no mesmo montante do crédito tributário apurado, majorado de 10%, a qual apresenta a seguinte decomposição:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
2019 (resultado líquido negativo 2018)	-	146 367
2020 (resultado líquido negativo 2019)	-	116 817
2021 (resultado líquido negativo 2020)	128 673	137 193
	<b>128 673</b>	<b>400 377</b>

### Mecanismo de capitalização contingente

Na sequência das condições acordadas no processo de venda do novobanco, foi criado um Mecanismo de Capitalização Contingente de acordo com o qual, caso os rácios de capital desçam abaixo de determinado patamar e, cumulativamente, se registem perdas numa carteira de ativos delimitada, o Fundo de Resolução realiza um pagamento correspondente ao menor valor entre as perdas registadas e o montante necessário para repor os rácios de capital no patamar relevante, até ao limite máximo de 3 890 milhões de euros. O capital corresponde a um perímetro de ativos previamente definido, com um valor líquido contabilístico inicial (junho de 2016) de cerca de 7,9 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2023 estes ativos apresentavam um valor líquido de 0,9 mil milhões de euros, essencialmente em resultado da ocorrência de recebimentos e recuperações e do registo de perdas (31 de dezembro de 2022: valor líquido de 1,1 mil milhões de euros).

Face aos prejuízos apresentados pelo novobanco em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018 e 2017, verificaram-se as condições que determinaram o pagamento por parte do Fundo de Resolução de 429 013 milhares de euros, 1 035 016 milhares de euros, 1 149 295 milhares de euros e 791 695 milhares de euros em 2021, 2020, 2019 e 2018, respetivamente.

O valor relativo ao Mecanismo de Capitalização Contingente registado no exercício de 2020, como a receber por parte do Fundo de Resolução (598 312 milhares de euros), difere do valor pago em resultado de divergências, entre o novobanco e o Fundo de Resolução, relativamente (i) à provisão para operações descontinuadas em Espanha e (ii) à valorização de unidades de participação, conduzindo a uma limitação ao acesso imediato a este montante, que apesar de se encontrar registado como valores a receber, o Banco deduziu, em 31 de dezembro de 2021, ao cálculo de capital regulamentar (165 442 milhares de euros). Adicionalmente, foi ainda deduzido o montante da remuneração variável do Conselho de Administração Executivo relativo aos exercícios de 2019 e 2020 (3 857 milhares de euros).

Em 2021 foi registado um valor a receber por parte do Fundo de Resolução de 209 220 milhares de euros relativo ao Mecanismo de Capitalização Contingente, contabilizado em Outras Reservas e que resulta, a data de cada balanço, das perdas ocorridas e dos rácios regulamentares em vigor no momento da sua determinação. Consequência do acima referido e em linha com orientações do Regulador, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, este valor foi também deduzido ao cálculo de capital regulamentar.

O novobanco considera este valor como devido ao abrigo do Mecanismo de Capitalização Contingente, estando a despoletar os mecanismos legais e contratuais à sua disposição no sentido de assegurar o recebimento dos mesmos (ver Nota 36).

### 35.3. Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)					
	2023			2022		
	Balanço	Resultados	% interesses que não controlam	Balanço	Resultados	% interesses que não controlam
NB Património <sup>a)</sup>	-	108	3,66%	-	20 104	3,75%
novobanco Açores	23 861	4 488	42,47%	21 975	1 941	42,47%
Amoreiras	-	545	4,76%	-	332	4,76%
Outros	( 1 170)	( 10)		( 3 631)	2 725	
	<b>22 691</b>	<b>5 131</b>		<b>18 344</b>	<b>25 102</b>	

<sup>a)</sup> Os interesses que não controlam de balanço relativos a Fundos Imobiliários Abertos são registados em Outros Passivos (ver Nota 33)

O movimento de interesses que não controlam pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Interesses que não controlam no início do exercício</b>	<b>18 344</b>	<b>31 035</b>
Variações resultantes de alterações no perímetro de consolidação e de percentagens de controlo	2 469	( 7 935)
Dividendos distribuídos	( 2 891)	-
Variação da reserva de justo valor	674	( 1 364)
Outros	( 1 036)	( 28 494)
Resultado líquido do exercício	5 131	25 102
<b>Interesses que não controlam no final do exercício</b>	<b>22 691</b>	<b>18 344</b>

### Nota 36 – Passivos Contingentes e Compromissos

Para além dos instrumentos financeiros derivados, existiam em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Passivos contingentes</b>	<b>11 107 879</b>	<b>14 469 198</b>
Garantias e avales prestados	2 354 035	2 269 796
Ativos financeiros dados em garantia	8 456 619	11 949 619
Créditos documentários abertos	187 024	169 410
Outros	110 201	80 373
<b>Compromissos</b>	<b>5 983 312</b>	<b>5 965 223</b>
Compromissos revogáveis	5 328 531	5 405 228
Compromissos irrevogáveis	654 781	559 995

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de ativos financeiros dados em garantia inclui:

- O valor de mercado dos ativos financeiros dados em garantia ao Banco Central Europeu, no âmbito de operações de cedência de liquidez, no montante de 7,9 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 11,2 mil milhões de euros), dos quais 2,1 mil milhões de euros estão onerados (31 de dezembro de 2022: 9,3 mil milhões de euros);



- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores, no montante de 10,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 8,0 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 65,6 milhões de euros a 31 de dezembro de 2022. A 31 de dezembro de 2023, no seguimento do pagamento da totalidade do valor dos compromissos assumidos ao Fundo de Garantia de Depósitos, conforme referido na Nota 18, não existem títulos dados em garantia;
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 468,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 648,1 milhões de euros);
- Títulos entregues como colateral no âmbito da negociação de derivados com contraparte central no montante de 74,0 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 110,0 milhões de euros);
- Depósitos entregues como colateral para garantir as responsabilidades assumidas pela emissão de garantias no montante de 18,9 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 29,7 milhões de euros).

Estes ativos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas categorias de ativos do balanço do Grupo e podem ser executados em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Grupo, nos termos e condições dos contratos celebrados. O aumento do valor dos títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento prende-se com o reforço do colateral por motivos de alteração dos valores dos mínimos requeridos.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente, todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Depósito e guarda de valores	35 067 578	30 936 968
Valores recebidos para cobrança	192 196	206 387
Crédito securitizado sob gestão ( <i>servicing</i> )	469 370	544 136
Outras responsabilidades por prestação de serviços	932 756	372 762
	<b>36 661 900</b>	<b>32 060 253</b>

Nos termos da medida de resolução aplicada ao BES por deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 (ponto 1., alínea b), subalínea (vii) do Anexo 2), conforme alterada pela deliberação do Banco de Portugal de 11 de agosto de 2014, fazem parte dos “passivos excluídos” de transferência para o novobanco “quaisquer obrigações, garantias, responsabilidades ou contingências assumidas na comercialização, intermediação financeira e distribuição de instrumentos de dívida emitidos por entidades que integram o Grupo Espírito Santo (...)”.

Nos termos do ponto e alínea acima e subponto (v) também fazem parte dos passivos excluídos “quaisquer responsabilidades ou contingências, nomeadamente as decorrentes de fraude ou de violação de disposições ou determinações regulatórias, penais ou contra-ordenacionais”.

Em 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal adotou uma nova deliberação de “Clarificação e retransmissão de responsabilidades e contingências definidas como passivos excluídos nas subalíneas (v) a (vii) da alínea (b) do n.º 1 do Anexo 2 à Deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 (20 horas), na redação que lhe foi dada pela Deliberação do Banco de Portugal de 11 de agosto de 2014 (17 horas)”. Nos termos desta deliberação, o Banco de Portugal veio:

- (i) Clarificar o tratamento como passivos excluídos das responsabilidades contingentes e desconhecidas do BES (incluindo responsabilidades litigiosas relativas ao contencioso pendente e responsabilidades ou contingências decorrentes de fraude ou da violação de disposições ou determinações regulatórias, penais ou contraordenacionais), independentemente da sua natureza (fiscal, laboral, civil ou outra) e de se encontrarem ou não registadas na contabilidade do BES, nos termos da subalínea (v) da alínea (b) do n.º 1 do Anexo 2 da Deliberação de 3 de agosto; e
- (ii) Clarificar não terem sido transferidos do BES para o novobanco os seguintes passivos do BES:
  - a. Todos os créditos relativos a ações preferenciais emitidas por sociedades veículo estabelecidas pelo BES e vendidas pelo BES;
  - b. Todos os créditos, indemnizações e despesas relacionados com ativos imobiliários que foram transferidos para o novobanco;
  - c. Todas as indemnizações relacionadas com o incumprimento de contratos (compra e venda de ativos imobiliários e outros) assinados e celebrados antes das 20h00 do dia 3 de agosto de 2014;
  - d. Todas as indemnizações relacionadas com contratos de seguro de vida, em que a seguradora era o BES – Companhia de Seguros de Vida, S.A.;
  - e. Todos os créditos e indemnizações relacionados com a alegada anulação de determinadas cláusulas de contratos de mútuo em que o BES era o mutuante;
  - f. Todas as indemnizações e créditos resultantes de anulação de operações realizadas pelo BES enquanto prestador de serviços financeiros e de investimento; e
  - g. Qualquer responsabilidade que seja objeto de qualquer dos processos descritos no Anexo I da referida deliberação.
- (iii) Na medida em que, não obstante as clarificações acima efetuadas, se verifique terem sido efetivamente transferidos para o novobanco quaisquer passivos do BES que, nos termos de qualquer daquelas alíneas e da Deliberação de 3 de agosto, devessem ter permanecido na sua esfera jurídica, serão os referidos passivos retransmitidos do novobanco para o BES, com efeitos às 20 horas do dia 3 de agosto de 2014.

Na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais relativas a 31 de dezembro de 2023 (bem como nas demonstrações financeiras anteriores), o novobanco incorporou as determinações resultantes da medida de resolução, conforme alterada, no que respeita ao perímetro de transferência dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES, bem como das deliberações do Banco de Portugal de 29 de dezembro de 2015, em particular, no que respeita à clarificação da não transmissão para o novobanco das responsabilidades contingentes e desconhecidas e ainda as clarificações relativas aos passivos constantes da alínea (ii) supra, aqui se incluindo os processos judiciais listados na referida deliberação.

Adicionalmente, também por deliberação do Banco de Portugal de 29 de dezembro de 2015, foi decidido que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, ao nível do novobanco, os efeitos de decisões que sejam juridicamente vinculativas, alheias à vontade do novobanco e para as quais este não tenha contribuído e que, simultaneamente, se traduzam na materialização de responsabilidades e contingências que, de acordo com o perímetro de transferência para o novobanco, conforme definido pelo Banco de Portugal, deveriam permanecer na esfera do BES ou dar origem à fixação de indemnizações no âmbito da execução de sentenças anulatórias de decisões adotadas pelo Banco de Portugal.

Considerando que a criação do Banco resulta da aplicação de uma medida de resolução ao BES, a qual teve impactos significativos na esfera patrimonial de terceiros, e sem prejuízo das deliberações do Banco de Portugal de 29 de dezembro de 2015, existem ainda riscos de litigância relevantes, embora mitigados, nomeadamente, o respeitante aos diversos litígios relativos ao empréstimo efetuado pela *Oak Finance* ao BES, à comercialização pelo BES de instrumentos de dívida e os relativos às emissões de obrigações seniores retransmitidas para o BES, bem como o risco de não reconhecimento e/ou aplicação das diversas decisões do Banco de Portugal por parte de tribunais portugueses ou estrangeiros (como é o caso dos tribunais em Espanha) nos litígios relacionados com o perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES transferidos para o novobanco. De entre estes litígios incluem-se as duas ações judiciais intentadas no final de janeiro de 2016, junto do Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela, pelo *Banco de Desarrollo Económico y Social de Venezuela* e pelo *Fondo de Desarrollo Nacional* contra o BES e o novobanco, respeitantes à venda de instrumentos de dívida emitidos por entidades pertencentes ao Grupo Espírito Santo, no valor de 37 milhões de dólares e de 335 milhões de dólares, respetivamente, e nas quais se solicita o reembolso do valor investido, acrescido de juros, indemnização pelo valor da inflação e custas (no valor global estimado pelos respetivos autores à data de 96 milhões de dólares e 871 milhões de dólares, respetivamente). Estas ações principais estão ainda pendentes no Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais do novobanco de 31 de dezembro de 2023 (bem como nas demonstrações financeiras anteriores), o Conselho de Administração Executivo refletiu a Medida de Resolução e decisões conexas tomadas pelo Banco de Portugal, em particular as decisões de 29 de dezembro de 2015. Nesse contexto, as presentes demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita às provisões para contingências decorrentes de processos judiciais, refletem o exato perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES e responsabilidades transferidos para o novobanco, conforme determinado pelo Banco de Portugal e tendo por referência as atuais bases legais e a informação disponível à presente data.

Adicionalmente, no âmbito da operação de venda do novobanco, concluída a 18 de outubro de 2017, os respetivos documentos contratuais contemplam disposições específicas que produzem efeitos equivalentes à deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 29 de dezembro de 2015, relativa à neutralização, ao nível do novobanco, dos efeitos de decisões desfavoráveis que sejam juridicamente vinculativas, embora, agora, com origem contratual, pelo que se mantém, assim, o quadro de responsabilidades contingentes do Fundo de Resolução.

### 36.1. Litígios relevantes

Para efeitos de passivos contingentes, e sem prejuízo da informação constante das presentes notas às contas, nomeadamente no que respeita à conformidade da política de constituição de provisões com a medida de resolução e decisões subsequentes do Banco de Portugal (e critério de repartição de responsabilidades e contingências daí decorrentes), cumpre ainda identificar os seguintes litígios cujos efeitos ou impactos nas demonstrações financeiras do Grupo novobanco são, na presente data, insuscetíveis de determinar ou quantificar:

- (i) Ação judicial intentada pela Partran, SGPS, S.A., Massa Insolvente da Espírito Santo Financial Group, S.A. e Massa Insolvente da Espírito Santo Financial (Portugal), S.A. contra o novobanco e a Calm Eagle Holdings, S.A.R.L. através da qual se pretende a declaração de nulidade do penhor constituído sobre as ações da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. e, subsidiariamente, a anulação do penhor ou a declaração da sua ineficácia, na qual apenas figura como autora a Massa Insolvente da ESF (Portugal) na sequência da desistência das restantes;
- (ii) Ações judiciais intentadas na sequência da celebração do contrato de compra e venda do capital social do novobanco, assinado entre o Fundo de Resolução e a Lone Star em 31 de março de 2017, relacionadas com as condições da venda, nomeadamente a ação administrativa intentada pelo Banco Comercial Português, S.A. contra o Fundo de Resolução, da qual o novobanco não é parte e, no âmbito da qual, segundo a divulgação pública de informação privilegiada efetuada pelo BCP no site da CMVM em 1 de setembro de 2017, é solicitada a apreciação jurídica da obrigação de capitalização contingente assumida pelo Fundo de Resolução no âmbito do Mecanismo de Capitalização Contingente.

No que respeita ao valor solicitado ao Fundo de Resolução, relativo ao exercício de 2020 subsistem divergências, entre o novobanco e o Fundo de Resolução, relativamente (i) à provisão para operações descontinuadas em Espanha e (ii)

valorização de unidades de participação, as quais são objeto de uma arbitragem em curso. O novobanco considera estes valores (165 milhões de euros) como devidos ao abrigo do Mecanismo de Capitalização Contingente e intentou uma ação arbitral para reclamar o pagamento destes montantes). Existe ainda uma outra divergência relativa à aplicação, pelo novobanco, no final de 2020, da opção dinâmica do regime transitório da IFRS 9, a qual se encontra também em apreciação na mesma ação arbitral. Adicionalmente, o Fundo de Resolução não efetuou o pagamento do valor solicitado relativo ao exercício de 2021. O novobanco considera os montantes reclamados e não pagos como devidos ao abrigo do Mecanismo de Capitalização Contingente, tendo despoletado os mecanismos legais e contratuais à sua disposição no sentido de assegurar o recebimento dos mesmos, os quais se encontram registados como valores a receber e estão sujeitos a decisões arbitrais favoráveis.

### Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo RGICSF e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 31 de dezembro de 2023, a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 7 101 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 16 364 milhares de euros).

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao BES uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para o novobanco, criado especialmente para o efeito, tendo a capitalização sido assegurada pelo Fundo de Resolução.

Para realização do capital social do novobanco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4 900 milhões de euros, dos quais 365 milhões de euros corresponderam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 635 milhões de euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3 900 milhões de euros) teve origem num empréstimo concedido pelo Estado Português.

Em dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (BANIF) ao Banco Santander Totta, S.A. (Santander Totta), por 150 milhões de euros, também no quadro da aplicação de uma medida de resolução. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A.. Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2 255 milhões de euros, que visou cobrir contingências futuras, financiado em 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e 1 766 milhões de euros diretamente pelo Estado Português.

A situação de desequilíbrio financeiro grave em que se encontravam o BES, em 2014, e o BANIF, em 2015, e que justificaram a aplicação de medidas de resolução, criaram incertezas relacionadas com o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução, que é significativo, bem como com o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos contraídos.

Foi neste enquadramento que, no segundo semestre de 2016, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos Bancos participantes ao Fundo de Resolução, por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração e outros termos e condições associados a esses empréstimos por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos Bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017, emitido na sequência de um comunicado anterior de 28 de setembro de 2016 e do comunicado do Ministério das Finanças emitido na mesma data, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos Bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o setor bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução assumiu que está assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário.

No dia 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do novobanco, a qual foi concluída em 18 de outubro de 2017, mediante a injeção, pelo novo acionista, de 750 milhões de euros, à qual se seguiu uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, concretizada em 21 de dezembro de 2017. O Fundo Lone Star passou a deter 75% do capital social do novobanco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%. Adicionalmente, as condições aprovadas incluem:

- Um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução poderá ser chamado a realizar pagamentos no caso de se materializarem certas condições cumulativas, relacionadas com: (i) o desempenho de um conjunto restrito de ativos do novobanco e (ii) a evolução dos níveis de capitalização do Banco. Os eventuais pagamentos a realizar nos termos deste mecanismo contingente estão sujeitas a um limite máximo absoluto de 3 890 milhões de euros;
- Um mecanismo de indemnização ao novobanco caso, verificadas determinadas condições, este venha a ser condenado no pagamento de qualquer responsabilidade, por decisão judicial transitada em julgado que não reconheça ou seja contrária à medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal, ou ao perímetro de ativos e passivos do novobanco.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças que referem que essa possibilidade não será utilizada, as presentes demonstrações financeiras refletem a expectativa do Conselho de Administração Executivo de que não serão exigidas ao Banco contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao BANIF, bem como o mecanismo de capitalização contingente e o mecanismo de indemnização referidos no parágrafos precedentes.

Eventuais alterações relativamente a esta matéria e à aplicação destes mecanismos podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.

## Nota 37 – Desintermediação

De acordo com a legislação em vigor, as sociedades gestoras, em conjunto com o Banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor dos recursos de desintermediação geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Fundos de investimento mobiliário	732 604	1 095 611
Fundos de investimento imobiliário	41 147	40 124
Fundos de pensões	2 320 443	2 180 753
Gestão discricionária	676 152	616 060
	<b>3 770 346</b>	<b>3 932 547</b>

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do Balanço.

## Nota 38 – Saldos e Transações com Partes Relacionadas

O conjunto de entidades consideradas como partes relacionadas pelo novobanco, de acordo com as definições do IAS 24, são: (i) o pessoal chave da gestão (membros do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão do novobanco); (ii) pessoas ou entidades que tenham uma relação familiar, jurídica ou de negócios com elementos do pessoal chave da gestão; (iii) pessoas ou entidades que tenham uma relação familiar, jurídica ou de negócios com acionistas; (iv) acionistas detentores de participação direta ou indireta igual ou superior a 2% no capital social ou nos direitos de voto do novobanco; (v) empresas subsidiárias que consolidem para efeitos contabilísticos através do método de consolidação integral; (vi) associadas, isto é, empresas sobre as quais o Grupo novobanco detenha o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo; e (vii) entidades sob controlo conjunto do novobanco (em empreendimento conjunto – *joint venture*).

Durante o ano de 2023 foram celebradas as seguintes transações com as Partes Relacionadas identificadas a 31 de dezembro de 2023 (de crédito e de outra natureza):

### Operações de Crédito

Entidades / Pessoas Singulares	Justificação	Tipo de Transação	Montante (euros)
APB - Associação Portuguesa de Bancos	Entidades geridas por membros da Administração/Fiscalização	Limites de Cartões de Crédito (aumento)	1 500
EDENRED - Portugal S.A.	Entidades relativamente às quais existe uma relação de interdependência económica	Limites Débitos Diretos (RCE) (renovação e aumento)	1 000 000
		Limites de Cartões de Crédito (renovação)	24 000
Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização e pessoas relacionadas	Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização e pessoas relacionadas (1.)	Limites de Cartões de Crédito (aumento)	22 500
		Limites de Cartões de Crédito (renovação)	10 000
LOCARENT - Companhia Portuguesa Aluguer Viaturas S.A.	Entidades relativamente às quais existe uma relação de interdependência económica Entidades geridas por membros da Administração/Fiscalização	Conta Empréstimo Conta-Corrente (renovação)	2 500 000
		Operações Sala Mercado (RCE)	3 000 000
		Limites Débitos Diretos (RCE) (renovação)	4 000 000
		Leasing (renovação com alterações)	68 250 000
		Papel Comercial (renovação com aumento)	25 000 000
NACIONAL CONTA – Contabilidade, Consultadoria e Administração, Lda.	Entidade dominada por membros da Administração / Fiscalização ou por familiares	Conta Empréstimo Conta-Corrente (renovação)	100 000
		Limites de Cartões de Crédito (renovação)	1 000
Novobanco dos Açores	Entidades relativamente às quais existe uma relação de interdependência económica Entidades geridas por membros da Administração/Fiscalização	Alargamento da maturidade dos Títulos da Dívida Sénior (não preferencial) do novobanco dos Açores para Dez/2026	5 000 000
Grupo novobanco (BEST, Novobanco dos Açores e NB Finance)	Entidades relativamente às quais existe uma relação de interdependência económica Entidades geridas por membros da Administração/Fiscalização	Limites Interbancários (Operações de Sala Mercados)	317 900 000
		Limites Comerciais	
Pedro Santos Reis	As pessoas ou entidades cuja relação com a instituição lhes permita, potencialmente, influenciar a sua gestão	Crédito Habitação	360 000
Unicre - Cartão Internacional de Crédito S.A.	Entidades relativamente às quais existe uma relação de interdependência económica Entidades geridas por membros da Administração/Fiscalização	Conta Empréstimo Conta-Corrente	15 000 000

1. Aviso 3/2020, artº33 - 3 b) e Aviso 3/2020, artº33 - 3 c)

## Prestação de serviços e outros contratos efetuados

Entidades / Pessoas Singulares	Justificação	Operação	Montante (euros)
BEST Banco Electrónico de Serviço Total SA	Entidades relativamente às quais existe uma relação de interdependência económica	Contrato de Arrendamento	na
Novobanco dos Açores	Entidades relativamente às quais existe uma relação de interdependência económica Entidades geridas por membros da Administração/Fiscalização	Alteração ao Contrato de Distribuição	na
NANI Holdings S.à R.L. / LSF NANI Investments S.à R.L.	Acionista e/ou Entidades relacionadas com o Acionista	Contrato de Prestação de Serviços	na

Os saldos de balanço do Grupo com partes relacionadas a 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos, resumem-se como segue:

	(milhares de euros)									
	2023					2022				
	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
<b>Acionistas</b>	<b>198 180</b>	<b>106 129</b>	-	<b>416</b>	<b>7 101</b>	<b>198 180</b>	<b>54 253</b>	-	<b>389</b>	<b>16 364</b>
NANI HOLDINGS	-	271	-	416	-	-	152	-	389	-
FUNDO DE RESOLUÇÃO	198 180	105 858	-	-	7 101	198 180	54 101	-	-	16 364
<b>Empresas associadas</b>	<b>155 123</b>	<b>114 112</b>	<b>335</b>	<b>4 322</b>	<b>4 789</b>	<b>179 676</b>	<b>106 222</b>	<b>335</b>	<b>4 614</b>	<b>3 204</b>
LINEAS	-	3 027	-	-	15	-	3 176	-	-	-
LOCARENT	137 886	1 987	-	43	3 426	139 286	3 218	-	1 727	3 163
ESEGUR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNICRE	15 220	29	-	1 641	-	38 365	76	-	919	-
MULTIPESSOAL	2 010	32	273	-	-	2 023	35	273	-	-
EDENRED	7	109 036	62	2 638	1 348	2	99 716	62	1 968	41
YUNIT	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
<b>Outras entidades relacionadas</b>	<b>241</b>	<b>4</b>	-	-	<b>4 726</b>	<b>324</b>	<b>5</b>	-	-	<b>4 638</b>
HUDSON ADVISORS PORTUGAL	-	-	-	-	4 726	-	-	-	-	4 638
NACIONAL CONTA LDA	241	4	-	-	-	324	5	-	-	-

O valor dos ativos a receber do Fundo de Resolução corresponde ao montante da ativação do Mecanismo de Capitalização Contingente relativo ao exercício de 2021. O passivo corresponde ao valor a entregar ao Fundo de Resolução decorrente de uma adenda efetuada em maio de 2021 ao contrato do Mecanismo de Capitalização Contingente.

Em junho de 2018 foi celebrado um contrato entre a NANI HOLDINGS, SGPS, S.A. (atualmente Nani Holdings S.à.r.l.), a LSF NANI INVESTMENTS S.à.r.l. e o novobanco, de prestação de serviços de suporte à preparação da informação consolidada e reportes regulamentares.

Os ativos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido, suprimentos ou títulos de dívida adquiridos no âmbito da atividade desenvolvida pelo Grupo. Os passivos referem-se no essencial a depósitos bancários tomados.

As garantias relativas a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se essencialmente a garantias prestadas.

As operações com Partes Relacionadas foram realizadas em condições de mercado (*at arm's length*), em termos e condições semelhantes, quando comparadas com outras celebradas com partes não relacionadas e, quando tal não ocorreu, tais exceções foram fundamentadas nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas do Banco. Anualmente o novobanco, juntamente com consultores, procede à análise e elaboração do Dossier de Preços de Transferência que contem informação que evidencia que as transações com as partes relacionadas respeitam o princípio da Plena Concorrência, o qual é entregue à Autoridade Tributária e Aduaneira dentro do prazo legal.

Todos os créditos concedidos às entidades relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objeto de determinação de imparidade nos moldes estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Grupo. Os ativos aplicados junto de entidades relacionadas vencem juros a taxas que variam entre 0% e 9,60% (as taxas indicadas correspondem às taxas aplicadas de acordo com a moeda original do ativo).

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Gestão do novobanco em 2023 e 2022 são apresentados como segue:

	2023			2022		
	Conselho de Administração Executivo	Conselho Geral e de Supervisão	Total	Conselho de Administração Executivo	Conselho Geral e de Supervisão	Total
	(milhares de euros)					
Benefícios de empregados de curto prazo	3 557	1 494	5 051	3 092	1 257	4 349
Benefícios pós emprego	2	-	2	2	-	2
Outros benefícios de longo prazo	27	3	30	197	38	235
	<b>3 586</b>	<b>1 497</b>	<b>5 083</b>	<b>3 291</b>	<b>1 295</b>	<b>4 586</b>

Em 2023 e 2022, o valor com remunerações variáveis relativamente aos Órgãos de Administração ascendeu a 1 878 milhares de euros e 1 931 milhares de euros, respetivamente, o qual respeita as remunerações que não constituem direitos adquiridos dos respetivos membros até depois do final do período de reestruturação, estando o seu pagamento sujeito a deferimento e verificação de certas condições. Adicionalmente, no exercício de 2023, foram registados custos de 150 milhares de euros a título de *sign-on bonus* resultante da entrada em funções de um novo Administrador executivo (exercício de 2022: custos de 260 milhares de euros a título de *sign-on bonus* resultante da entrada em funções de dois novos Administradores Executivos e compensações por cessação de mandato de dois Administradores Executivos no valor de 460 milhares de euros).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor do crédito concedido e depósitos de membros do Pessoal Chave da Gestão do novobanco era o seguinte:

#### Crédito concedido

- (i) a membros do Conselho de Administração Executivo e seus familiares diretos era de 195 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 351 milhares de euros); e
- (ii) os membros do Conselho Geral e de Supervisão e seus familiares diretos não detinham responsabilidades sobre crédito (31 de dezembro de 2022: sem exposição).

#### Depósitos

- (i) de membros do Conselho de Administração Executivo e seus familiares diretos era de 2 552 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 1 138 milhares de euros); e
- (ii) de membros do Conselho Geral e de Supervisão e seus familiares diretos era de 820 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 1 544 milhares de euros).

## Nota 39 – Securitização de Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efetuadas pelo Grupo:

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante atual do crédito		Ativo securitizado
			2023	2022	
			(milhares de euros)		
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	183 022	214 061	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	286 348	330 075	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	280 627	317 612	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	733 445	817 287	Crédito à habitação (regime geral)



De acordo com as regras de consolidação estabelecidas na IFRS 10, o Lusitano Mortgages No.6 plc e o Lusitano Mortgages No. 7 plc são consolidados pelo método integral desde a data da sua constituição (ver Nota 1). Apresentamos em seguida os principais impactos da consolidação destas entidades nas contas do Grupo:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Caixa, saldos de caixa em Bancos Centrais e outros depósitos à ordem	99 666	124 031
Crédito a Clientes (líquido de imparidade)	1 008 663	1 127 628
Responsabilidades representadas por títulos <sup>(a)</sup>	19 831	25 491

<sup>(a)</sup> ver Nota 31

Adicionalmente, o Lusitano Mortgages No. 4 plc e o Lusitano Mortgages No. 5 plc não são consolidados uma vez que não se enquadram nas regras definidas pela IFRS 10, nomeadamente porque o interesse retido pelo Grupo é residual.

As principais características destas operações, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)														
2023														
Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal atual	Interesse retido pelo Grupo (Valor nominal)	Interesse retido pelo Grupo (Valor de balanço)	Data de reembolso	Rating inicial das obrigações				Rating atual das obrigações			
							Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1134 000	139 110	-	-	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA	-	AA-	Aa2	AA+	-
	Classe B	22 800	9 208	-	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	-	A-	A1	AA+	-
	Classe C	19 200	7 754	-	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	-	BB+	Baa3	AA	-
	Classe D	24 000	9 693	-	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB-	-	B+	B2	BB+	-
	Classe E	10 200	5 100	-	-	Dezembro de 2048	NA	-	NA	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1323 000	212 384	-	-	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	-	AA+	Aa2	AA+	-
	Classe B	26 600	17 384	-	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	-	A+	A3	AA+	-
	Classe C	22 400	14 639	-	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	-	BBB+	Ba1	BBB	-
	Classe D	28 000	18 299	-	-	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	-	CCC	Caa2	B	-
	Classe E	11 900	5 950	-	-	Dezembro de 2059	N/A	-	N/A	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	116 039	97 882	94 913	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	-	AA+	Aa2	A	-
	Classe B	65 450	65 450	63 950	58 568	Março de 2060	AA	Aa3	AA	-	AA+	Aa2	A	-
	Classe C	41 800	41 800	41 800	34 496	Março de 2060	A	A3	A	-	BBB	A1	A	-
	Classe D	17 600	17 600	17 600	13 356	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	-	CCC	Ba3	BB	-
	Classe E	31 900	31 900	31 900	21 291	Março de 2060	BB	-	BB	-	CC	-	D	-
	Classe F	22 000	22 000	22 000	-	Março de 2060	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1425 000	260 940	260 939	247 653	Outubro de 2064	-	-	AAA	AAA	-	-	AA+	AAA
	Classe B	294 500	294 500	294 500	260 109	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	-	AA+	-
	Classe C	180 500	180 500	180 500	65 973	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	57 000	-	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-

(milhares de euros)														
2022														
Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal atual	Interesse retido pelo Grupo (Valor nominal)	Interesse retido pelo Grupo (Valor de balanço)	Data de reembolso	Rating inicial das obrigações				Rating atual das obrigações			
							Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1134 000	163 785	-	-	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA	-	AA-	Aa2	AA+	-
	Classe B	22 800	10 842	-	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	-	A-	A2	AA-	-
	Classe C	19 200	9 130	-	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	-	BB+	Baa3	A-	-
	Classe D	24 000	11 412	-	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB-	-	CCC	Caa1	B-	-
	Classe E	10 200	5 100	-	-	Dezembro de 2048	NA	-	NA	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1323 000	245 724	-	-	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	-	A+	Aa2	AA+	-
	Classe B	26 600	20 113	-	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	-	BBB+	Baa2	AA+	-
	Classe C	22 400	16 937	-	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	-	B+	Ba3	BBB	-
	Classe D	28 000	21 172	-	-	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	-	CC	Caa3	B	-
	Classe E	11 900	11 301	-	-	Dezembro de 2059	N/A	-	N/A	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	152 014	128 051	124 100	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	-	AA+	Aa2	A-	-
	Classe B	65 450	65 450	63 950	55 286	Março de 2060	AA	Aa3	AA	-	AA	Aa2	A-	-
	Classe C	41 800	41 800	41 800	31 303	Março de 2060	A	A3	A	-	BB+	A3	A-	-
	Classe D	17 600	17 600	17 600	12 414	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	-	CCC	B3	B	-
	Classe E	31 900	31 900	31 900	20 017	Março de 2060	BB	-	BB	-	CC	-	D	-
	Classe F	22 000	22 000	22 000	-	Março de 2060	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1425 000	345 770	345 770	326 254	Outubro de 2064	-	-	AAA	AAA	-	-	AA+	AAA
	Classe B	294 500	294 500	294 500	242 031	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	-	AA+	-
	Classe C	180 500	180 500	180 500	59 141	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	57 000	-	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-

Em dezembro de 2022 o novobanco procedeu à contratação de uma operação de transferência de parte do risco de crédito de uma carteira de crédito a empresas no valor de cerca de mil milhões de euros, através de uma securitização sintética, com data de maturidade de fevereiro de 2031 (e possibilidade de *call option* em setembro de 2025). Dada a natureza desta operação, não houve lugar ao desreconhecimento dos créditos em balanço, tendo sido registada a garantia recebida, que será atualizada de acordo com *triggers* de ativação definidos no contrato.

## Nota 40 – Justo Valor dos Ativos e Passivos Financeiros

O modelo de *governance* da valorização dos instrumentos financeiros do Grupo está definido em normativo interno, que estabelece as políticas e procedimentos a seguir na identificação e valorização dos instrumentos financeiros, os procedimentos de controlo e a definição das responsabilidades dos intervenientes neste processo.

### 40.1. Ativos e passivos ao justo valor

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado com base na cotação de fecho (*bid-price*), no preço da última transação efetuada ou no valor da última cotação (*bid*) conhecida. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando

- (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento e
- (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Para os ativos integrados na hierarquia de justo valor 3, cuja cotação é fornecida por uma terceira entidade com recurso a parâmetros não observáveis no mercado, o Grupo procede, quando aplicável, a uma análise detalhada da performance histórica e de liquidez destes ativos podendo implicar um ajustamento adicional ao seu justo valor, bem como em resultado de avaliações internas ou externas adicionais.

Os modelos de valorização utilizados por tipo de instrumento são os que seguidamente se apresentam:

**Operações de mercado monetário e crédito a clientes:** o justo valor é determinado pelo método dos fluxos de caixa descontados, sendo o fluxo de caixa futuro descontado considerando a curva de rendimento da moeda acrescido do risco de crédito da entidade que contratualmente irá liquidar esse fluxo.

**Papel comercial e crédito a clientes:** o seu justo valor é apurado descontando os fluxos de caixa futuros à curva de rendimento da moeda acrescido do risco de crédito do emitente determinado no programa da emissão.

**Instrumentos de dívida (obrigações) com liquidez:** é utilizada a metodologia de seleção independente da valorização com base nas observações disponíveis na Bloomberg, designada de '*Best Price*', onde são solicitadas todas as valorizações disponíveis, mas apenas considerados como input as fontes previamente validadas, sendo que o modelo considera também a exclusão de preços por antiguidade e de *outliers*. No caso específico da dívida pública portuguesa, e decorrente da atividade de *market making* e da materialidade das posições do Grupo, são sempre consideradas as valorizações da fonte CBBT (o CBBT é um compósito de valorizações elaborado pela Bloomberg, que considera a média de preços executáveis e com alta liquidez).

**Instrumentos de dívida (obrigações) com reduzida liquidez:** os modelos considerados para valorização de obrigações com reduzida liquidez sem valorizações observáveis em mercado são determinados tendo em consideração a informação disponível sobre o emitente e instrumento, podendo ser considerados os seguintes modelos: (i) fluxos de caixa descontados - os fluxos de caixa são descontados considerando o risco de taxa de juro, risco de crédito do emitente e quaisquer outros riscos que possam estar subjacentes ao instrumento; ou (ii) valorizações disponibilizadas por contrapartes externas, na impossibilidade de se apurar o justo valor do instrumento, sendo sempre selecionadas fontes fidedignas com reputada credibilidade no mercado e isenção na valorização dos instrumentos em análise.

**Obrigações convertíveis:** os fluxos de caixa são descontados considerando o risco de taxa de juro, risco de crédito do emitente e quaisquer outros riscos que possam estar associados ao instrumento, acrescido do valor líquido presente (NPV) das opções de convertibilidade embutidas no instrumento.

**Ações e fundos cotados:** nos produtos de capital cotados em mercado é considerada a cotação apresentada pela respetiva bolsa de valores.

**Ações não cotadas:** A avaliação é efetuada através de avaliações externas efetuadas às empresas onde detém a posição acionista. No caso de não se justificar o pedido de uma avaliação externa devido à imaterialidade da posição no balanço, a posição é reavaliada considerando o valor contabilístico da entidade (*book value*).

**Fundos não cotados:** é considerada a valorização disponibilizada pela sociedade gestora, que considera pressupostos não observáveis em mercado. No caso de existirem chamadas de capital posteriores à data de referência da última valorização disponibilizada, a valorização é recalculada considerando as chamadas de capital posteriores à data de referência ao valor que foram efetuadas, até que seja disponibilizada pela sociedade gestora uma nova valorização que incorpore as chamadas de capital realizadas. De salientar que apesar de serem aceites as valorizações disponibilizadas pelas sociedades gestoras, sempre que se aplique de acordo com os regulamentos dos fundos, o Grupo solicita a certificação legal de contas emitida por auditores independentes, por forma a obter o conforto adicional necessário à informação disponibilizada pela sociedade gestora. Adicionalmente, e para os maiores ativos detidos pelos fundos de investimento imobiliário, e de acordo com um plano de trabalho anual previamente aprovado pelo Conselho de Administração Executivo, é realizado um processo de desafio às avaliações dos mesmos que consiste numa análise técnica detalhada dos principais pressupostos considerados nas avaliações. Este processo poderá conduzir à necessidade de realização de novas avaliações, bem como a ajustamentos ao justo valor desses mesmos ativos.

No caso específico dos Fundos de Reestruturação ("Ativos avaliados"), estes foram alvo de uma avaliação detalhada realizada durante o exercício de 2022 por uma entidade internacional externa independente ("Avaliador"), que contratou empresas de avaliação imobiliária de renome para determinar o justo valor dos ativos imobiliários que representam parte significativa da carteira dos fundos.

A estimativa do justo valor dos Ativos avaliados requer uma abordagem em várias etapas, tendo em consideração o seguinte (i) o justo valor dos ativos investidos por cada fundo (os "Ativos Subjacentes"); (ii) a natureza da participação do respetivo Fundo em cada um dos Ativos Subjacentes; (iii) os outros ativos e passivos nos balanços do Fundo; (iv) a natureza da participação do novobanco em cada um dos fundos; e (v) a consideração de quaisquer descontos ou prémios aplicáveis. O justo valor dos Ativos Subjacentes foi estimado usando considerando as três abordagens de avaliação (mercado, rendimento e custo) dependendo, entre outras coisas, da natureza específica de cada ativo, do seu estado de desenvolvimento, da informação disponível e da data do investimento inicial. Os outros ativos e passivos no balanço do fundo seriam normalmente avaliados usando a abordagem de custo, com ajustes potenciais baseados no mercado, e a consideração de descontos e prémios, normalmente avaliada usando dados de mercado e *benchmarks*.

Os Ativos Subjacentes são divididos principalmente em Ativos Não Imobiliários e Ativos Imobiliários (que podem, por sua vez, ser subdivididos em Hotéis e Outros Ativos Imobiliários). Nos Ativos Não Imobiliários foi considerado pelo Avaliador a abordagem de Mercado baseada essencialmente em Múltiplos de Mercado para ativos comparáveis e considerando o desempenho histórico de cada ativo. Para os ativos imobiliários, o avaliador considerou a abordagem de mercado ou a abordagem de renda, dependendo do estado de cada ativo. No caso dos hotéis, os principais pressupostos determinantes de valor considerados foram a tarifa média de quarto, a taxa de ocupação, a margem GOP, a margem EBITDA, as necessidades de *Capex* e taxa de desconto. Em relação aos Outros Ativos Imobiliários, as principais premissas determinantes de valor foram os preços de venda, custos de construção, cronograma (tanto no desenvolvimento como na venda) e Taxas de Desconto. Cada um dos pressupostos descritos acima e considerados na avaliação dos ativos imobiliários foram determinados ativo a ativo (total de 80 grandes ativos subdivididos num total com mais de 500 ativos), dependendo do status do ativo, desempenho histórico do ativo, localização e concorrentes de mercado.

No que se refere a informação relativa a indicadores quantitativos subjacentes às mensurações de justo valor dos Fundos de Reestruturação, é apresentado o seguinte:

Pressuposto	Hotéis			Imobiliário em Desenvolvimento			Imobiliário			Centros Comerciais			Propriedades Agrícolas		
	Min	Média	Max	Min	Média	Max	Min	Média	Max	Min	Média	Max	Min	Média	Max
Tarifa Média por Quarto (€)	55	197	650	133	177	207	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Taxa de Ocupação %	40%	62%	80%	60%	70%	75%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
€/m2	n.a.	n.a.	n.a.	30	1518	3150	800	2594	6750	960	1085	1180	n.a.	n.a.	n.a.
€/Ha	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	2800	13270	20200
Taxa de Desconto	8,5%	9,4%	10,1%	8,0%	12,3%	16,0%	4,5%	6,4%	10,0%	10,0%	10,3%	10,8%	n.a.	n.a.	n.a.
Metodologia de Avaliação	Mercado Rendimento			Mercado Rendimento			Mercado Rendimento			Mercado Rendimento			Mercado Rendimento		

Notas:

- (i) Todos os pressupostos acima apresentados foram calculados com base nas médias dos valores considerados pelos avaliadores externos por propriedade avaliada
- (ii) A média apresentada foi calculada na média ponderada por propriedade no somatório do valor dos ativos subjacentes por categoria apresentada
- (iii) Hotel - Inclui os hotéis e aparthotéis atualmente em exploração (Hotéis em desenvolvimento ou projeto estão incorporados em imobiliário em desenvolvimento conjuntamente com a sua respetiva propriedade)
- (iv) €/m2 consideram a área bruta de construção

Em complemento, são apresentados abaixo os pressupostos adicionais considerados na mensuração de justo valor das participações financeiras detidas nos fundos de reestruturação.

Tipologia de Fundo	Desconto com base em P/BV observados em mercado
Imobiliário e Turismo	16,6%
Imobiliário e Turismo /Outros	15,3%
Outros	12,0%

**Instrumentos derivados:** se forem transacionados em mercados organizados as valorizações são observáveis em mercado, caso contrário são valorizados utilizando modelos standard com recurso a variáveis observáveis em mercado, sendo de destacar:

- Opções cambiais: são valorizadas através do sistema de *front office*, que considera modelos como Garman-Kohlhagen, Binomial, Black&Scholes, Levy ou Vanna-Volga;
- Swaps de taxa de juro e swaps cambiais: a valorização destes instrumentos é efetuada através do sistema de *front office*, onde os fluxos de caixa da perna fixa do instrumento são descontados a partir da curva de rendimento da respetiva moeda, e os fluxos de caixa da perna variável são projetados considerando a curva *forward* e descontados considerando igualmente os fatores de desconto e taxas *forward* a partir da curva de rendimento da respetiva moeda;
- Credit Default Swaps: Ambas as pernas do CDS são compostas por fluxos de caixa contingentes ao risco de crédito do ativo subjacente, pelo que são valorizadas através dos spreads de crédito de mercado;
- Futuros e Opções: O Grupo negocia estes produtos em mercado organizado, existindo no entanto a possibilidade de negociar em mercado OTC. Nos negócios de mercado organizado de futuros e opções as valorizações são observáveis em mercado, sendo recebido diariamente a valorização através do *broker* selecionado para estes produtos. Nos negócios de futuros e opções em mercado OTC, e com base no tipo de produto e no tipo de ativo subjacente, podem ser considerados modelos em tempo discreto (binomial) ou em tempo contínuo (Black & Scholes).

O Grupo procede ao cálculo do “*Credit Valuation Adjustment*” (CVA) para os instrumentos derivados de acordo com a seguinte metodologia:

- (i) Ótica de portfólio - o cálculo do CVA resulta da aplicação, à exposição agregada de cada contraparte, de uma perda esperada e de uma taxa de recuperação, tendo em consideração a duração média estimada para cada exposição;
- (ii) Ótica individual - assenta no cálculo da exposição com recurso a métodos estocásticos (*Expected Positive Exposure*) que se traduz no cálculo da exposição esperada de justo valor que cada derivado deverá assumir no período de vida remanescente. Posteriormente são aplicadas, à exposição apurada, uma perda esperada e uma taxa de recuperação.

O Grupo opta por não registar o “*Debt Valuation Adjustment*” (DVA), que representa o valor de mercado do risco de crédito próprio do Grupo de uma determinada exposição negativa a uma contraparte, refletindo uma perspetiva prudente de aplicação desta regulamentação. De salientar a exposição potencialmente sujeita a DVA é controlada mensalmente e tem assumido valores imateriais.

**Propriedades de investimento:** o seu justo valor é apurado com base em avaliações periódicas realizadas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviço, contudo, dada a subjetividade de alguns pressupostos utilizados nas avaliações, o Grupo procede a análises internas sobre os pressupostos utilizados o que poderá implicar ajustamentos adicionais ao seu justo valor, suportados por avaliações internas ou externas adicionais (ver política contabilística na Nota 7.15). O valor de mercado dos imóveis para os quais foi celebrado um contrato promessa de compra e venda corresponde ao valor desse contrato.

A validação da valorização dos instrumentos financeiros é efetuada por uma área independente, que valida os modelos utilizados e os preços atribuídos. Mais especificamente, esta área é responsável por efetuar a verificação independente dos preços para as avaliações ao preço de mercado (*mark-to-market*), para as avaliações com recurso a modelos (*mark-to-model*) valida os modelos utilizados e as alterações aos mesmos, sempre que existam. Para os preços fornecidos por entidades externas a validação efetuada consiste na confirmação da utilização dos preços corretos.

O valor de balanço dos ativos e passivos financeiros e dos ativos não financeiros (propriedades de investimento) mensurados ao justo valor do Grupo é como segue:

(milhares de euros)

	Valorizados ao Justo Valor			Total Justo Valor
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<b>31 de dezembro de 2023</b>				
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>	<b>318 528</b>	<b>117 620</b>	-	<b>436 148</b>
Títulos detidos para negociação - Obrigações de emissores públicos	318 528	-	-	318 528
Derivados de negociação	-	117 620	-	117 620
<i>Taxas de câmbio</i>	-	11 227	-	11 227
<i>Taxas de juro</i>	-	101 085	-	101 085
<i>Outros</i>	-	5 308	-	5 308
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados - Títulos</b>	<b>18 021</b>	<b>20 913</b>	<b>225 978</b>	<b>264 912</b>
<i>Obrigações de outros emissores</i>	11 368	50	-	11 418
<i>Ações</i>	6 626	-	135 656	142 282
<i>Outros títulos de rendimento variável</i>	27	20 863	90 322	111 212
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>741 384</b>	<b>28 380</b>	<b>68 759</b>	<b>838 523</b>
<i>Obrigações de emissores públicos</i>	371 675	-	-	371 675
<i>Obrigações de outros emissores</i>	368 610	20 584	-	389 194
<i>Ações</i>	1 099	7 796	68 759	77 654
<b>Derivados - Contabilidade de cobertura - taxa de juro</b>	-	<b>683 063</b>	-	<b>683 063</b>
<b>Propriedades de investimento</b>	-	-	<b>393 795</b>	<b>393 795</b>
<b>Ativos ao justo valor</b>	<b>1 077 933</b>	<b>849 976</b>	<b>688 532</b>	<b>2 616 441</b>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação - Derivados</b>	-	<b>98 989</b>	<b>1 650</b>	<b>100 639</b>
<i>Taxas de câmbio</i>	-	11 413	-	11 413
<i>Taxas de juro</i>	-	82 247	1 650	83 897
<i>Crédito</i>	-	104	-	104
<i>Outros</i>	-	5 225	-	5 225
<b>Derivados - Contabilidade de cobertura - Taxa de juro</b>	-	<b>124 729</b>	-	<b>124 729</b>
<b>Passivos ao justo valor</b>	-	<b>223 718</b>	<b>1 650</b>	<b>225 368</b>

(milhares de euros)

	Valorizados ao Justo Valor			Total Justo Valor
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<b>31 de dezembro de 2022</b>				
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>	<b>36 428</b>	<b>135 382</b>	-	<b>171 810</b>
Títulos detidos para negociação - Obrigações de emissores públicos	36 428	-	-	36 428
Derivados de negociação	-	135 382	-	135 382
<i>Taxas de câmbio</i>	-	23 141	-	23 141
<i>Taxas de juro</i>	-	103 673	-	103 673
<i>Outros</i>	-	8 568	-	8 568
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados - Títulos</b>	<b>16 566</b>	<b>21 730</b>	<b>275 406</b>	<b>313 702</b>
<i>Obrigações de outros emissores</i>	11 045	50	2 378	13 473
<i>Ações</i>	5 464	-	135 655	141 119
<i>Outros títulos de rendimento variável</i>	57	21 680	137 355	159 092
<i>Crédito</i>	-	-	18	18
<b>Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados - Obrigações de outros emissores</b>	-	-	<b>13</b>	<b>13</b>
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>2 229 304</b>	<b>30 528</b>	<b>71 267</b>	<b>2 331 099</b>
<i>Obrigações de emissores públicos</i>	1 764 578	-	-	1 764 578
<i>Obrigações de outros emissores</i>	458 913	20 493	-	479 406
<i>Ações</i>	5 813	10 035	71 267	87 115
<b>Derivados - Contabilidade de cobertura - Taxa de juro</b>	-	<b>562 845</b>	-	<b>562 845</b>
<b>Propriedades de investimento</b>	-	-	<b>499 567</b>	<b>499 567</b>
<b>Ativos ao justo valor</b>	<b>2 282 298</b>	<b>750 485</b>	<b>846 253</b>	<b>3 879 036</b>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação - Derivados</b>	-	<b>96 780</b>	<b>2 606</b>	<b>99 386</b>
<i>Taxas de câmbio</i>	-	22 069	-	22 069
<i>Taxas de juro</i>	-	71 807	2 606	74 413
<i>Outros</i>	-	2 904	-	2 904
<b>Derivados - Contabilidade de cobertura - Taxa de juro</b>	-	<b>119 578</b>	-	<b>119 578</b>
<b>Passivos ao justo valor</b>	-	<b>216 358</b>	<b>2 606</b>	<b>218 964</b>

O movimento dos ativos e passivos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3 da hierarquia de justo valor) durante os exercícios de 2023 e 2022, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	2023							
	Ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Propriedades de Investimento	Total ativos	Passivos financeiros detidos para negociação	Total passivos
	Títulos	Crédito					Derivados de negociação	
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>275 388</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>71 267</b>	<b>499 567</b>	<b>846 253</b>	<b>2 606</b>	<b>2 606</b>
Aquisições	338	-	-	1 086	611	2 035	-	-
Saídas por maturidade	( 13 189)	-	-	-	-	( 13 189)	-	-
Saídas por liquidação	( 24 717)	-	-	( 9 867)	-	( 34 584)	-	-
Alienações	-	-	-	-	( 131 897)	( 131 897)	-	-
Varição de valor	( 11 842)	( 18)	( 13)	6 273	19 233	13 633	( 956)	( 956)
Outros movimentos	-	-	-	-	6 281	6 281	-	-
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>225 978</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>68 759</b>	<b>393 795</b>	<b>688 532</b>	<b>1 650</b>	<b>1 650</b>

(milhares de euros)

	2022							
	Ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Propriedades de Investimento	Total ativos	Passivos financeiros detidos para negociação	Total passivos
	Títulos	Crédito					Derivados de negociação	
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>586 450</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>43 224</b>	<b>625 187</b>	<b>1 254 861</b>	<b>1 950</b>	<b>1 950</b>
Aquisições	45 390	-	-	3 520	16 464	65 374	-	-
Saídas por maturidade	( 177 720)	-	-	-	-	( 177 720)	-	-
Saídas por liquidação	( 115 754)	-	-	( 762)	-	( 116 516)	-	-
Alienações	-	-	-	-	( 242 068)	( 242 068)	-	-
Varição de valor	( 62 978)	18	13	25 285	101 237	63 575	656	656
Outros movimentos	-	-	-	-	( 1 253)	( 1 253)	-	-
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>275 388</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>71 267</b>	<b>499 567</b>	<b>846 253</b>	<b>2 606</b>	<b>2 606</b>

Nos exercícios de 2023 e 2022 não ocorreram transferências de valor significativo entre os diferentes níveis de hierarquia de justo valor.



Os ganhos e perdas potenciais dos instrumentos financeiros e das propriedades de investimento classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor são registados em resultados do exercício ou reservas de reavaliação, de acordo com a respetiva política contabilística dos ativos. Os valores apurados durante 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram os seguintes:

	(milhares de euros)					
	2023			2022		
	Reconhecidos em Reservas	Reconhecidos em resultados	Total	Reconhecidos em Reservas	Reconhecidos em resultados	Total
Derivados de negociação	-	955	955	-	( 655)	( 655)
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	( 58 545)	( 58 545)
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	55 904	-	55 904	25 584	-	25 584
Propriedades de investimento	-	16 526	16 526	-	91 133	91 133
	<b>55 904</b>	<b>17 481</b>	<b>73 385</b>	<b>25 584</b>	<b>31 933</b>	<b>57 517</b>

O quadro seguinte apresenta, para os ativos financeiros incluídos no nível 3 da hierarquia de justo valor, os principais métodos de valorização utilizados e o impacto da alteração das principais variáveis utilizadas na respetiva valorização, quando aplicável:

Ativos classificados no Nível 3	(milhões de euros)						
	2023			Cenário Desfavorável		Cenário Favorável	
	Modelo de valorização	Variável analisada	Valor de balanço	Varição	Impacto	Varição	Impacto
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados</b>			<b>226,0</b>	-		-	
Ações	Valorização da sociedade gestora ajustada	(b)	135,7	-		-	
			135,7	-		-	
			90,3	-		-	
Outros títulos de rendimento variável	Valorização da sociedade gestora ajustada	(b)	76,3	-		-	
	Valorização da sociedade gestora	(c)	14,0	-		-	
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral</b>			<b>68,8</b>	<b>(1,1)</b>		<b>0,4</b>	
			68,8	(1,1)		0,4	
Ações	Discounted cash flows	Tarifa de energia renovável	16,6	(1,1)		0,4	
	Outros	(a)	52,2	-		-	
<b>Total</b>			<b>294,7</b>	<b>(1,1)</b>		<b>0,4</b>	

(a) Não se procedeu à análise de sensibilidade para estas categorias por as mesmas incluírem ativos financeiros de valor individual imaterial

(b) Dado que em 2023 não se procedeu à reavaliação dos Fundos de Reestruturação, também não foi efetuada uma análise de sensibilidade aos mesmos

(c) No caso específico das unidades de participação valorizadas de acordo com a cotação fornecida pela respetiva sociedade gestora, não é razoável proceder à análise do impacto da alteração das variáveis subjacente ao apuramento da cotação por essa entidade

(milhões de euros)

Ativos classificados no Nível 3	2022						
	Modelo de valorização	Variável analisada	Valor de balanço	Cenário Desfavorável		Cenário Favorável	
				Variação	Impacto	Variação	Impacto
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados</b>			<b>275,4</b>		<b>(2,4)</b>		<b>10,8</b>
Obrigações de outros emissores	<i>Modelo de desconto de cash flows</i>	<i>Imparidade Específica</i>	2,4	-50%	(2,4)	+50%	10,8
Ações			135,7		-		-
	<i>Valorização da sociedade gestora ajustada</i>	<i>(b)</i>	135,7		-		-
			137,4		-		-
Outros títulos de rendimento variável	<i>Valorização da sociedade gestora ajustada</i>	<i>(b)</i>	117,6		-		-
	<i>Valorização da sociedade gestora</i>	<i>(c)</i>	19,8		-		-
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral</b>			<b>71,3</b>		<b>(2,9)</b>		<b>0,1</b>
			71,3		(2,9)		0,1
Ações	<i>Discounted cash flows</i>	<i>Tarifa de energia renovável</i>	16,2		(2,9)		0,1
	<i>Outros</i>	<i>(a)</i>	55,1		-		-
<b>Total</b>			<b>346,7</b>		<b>(5,3)</b>		<b>10,9</b>

(a) Não se procedeu à análise de sensibilidade para estas categorias por as mesmas incluírem ativos financeiros de valor individual imaterial

(b) Para a análise de sensibilidade efetuada à valorização dos Fundos de Reestruturação, tendo em consideração as metodologias de valorização aplicadas e considerando que os ativos imobiliários representam cerca de 90% dos ativos subjacentes dos Fundos, foi considerada uma variação de +10% e -10% no justo valor dos principais ativos imobiliários de cada Fundo, o que conduz a um impacto de +5,2% e -5,2% no justo valor dos fundos de reestruturação.

(c) No caso específico das unidades de participação valorizadas de acordo com a cotação fornecida pela respetiva sociedade gestora, não é razoável proceder à análise do impacto da alteração das variáveis subjacente ao apuramento da cotação por essa entidade

Os principais parâmetros utilizados, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, nos modelos de valorização foram os seguintes:

### Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas refletem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para swap de taxa de juro para os respetivos prazos:

(%)

	2023			2022		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	4,0325	5,3650	5,0850	1,9501	4,3650	3,5750
1 mês	3,8450	5,4200	5,2900	1,8840	4,4200	3,6500
3 meses	3,9090	5,5300	5,5000	2,1320	4,7700	3,8000
6 meses	3,8610	5,5000	5,3500	2,6930	5,1500	4,3350
9 meses	3,6870	5,4100	5,2750	2,9920	5,2350	4,5250
1 ano	3,5130	5,0470	4,9670	3,2910	5,1130	4,6768
3 anos	2,5665	4,0319	3,9400	3,3005	4,3010	4,6088
5 anos	2,4360	3,8117	3,6544	3,2390	4,0110	4,3280
7 anos	2,4420	3,7571	3,5548	3,2020	3,8780	4,1350
10 anos	2,4940	3,7541	3,5682	3,2020	3,8220	3,9920
15 anos	2,5580	3,7785	3,6300	3,1410	3,7970	3,9377
20 anos	2,5150	3,7585	3,6570	2,9310	3,7260	3,8647
25 anos	2,4120	3,6768	3,6470	2,7150	3,6170	3,7967
30 anos	2,3260	3,5910	3,6403	2,5320	3,4720	3,7257

### Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são divulgados diariamente pelo *Markit* representando observações constituídas por cerca de 85 entidades financeiras internacionais de renome. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	(pontos de base)
						10 anos
<b>31 de dezembro de 2023</b>						
CDX USD Main	<b>41</b>	-	33,64	56,70	78,74	98,19
iTraxx Eur Main	<b>40</b>	14,64	33,08	58,21	78,97	98,68
iTraxx Eur Senior Financial	<b>40</b>	-	-	67,02	-	-
<b>31 de dezembro de 2022</b>						
CDX USD Main	<b>39</b>	-	56,87	82,02	101,74	117,73
iTraxx Eur Main	<b>38</b>	35,05	66,40	90,60	106,87	122,66
iTraxx Eur Senior Financial	<b>38</b>	-	-	99,29	-	-

### Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	2023			2022		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	87,29	94,80	99,70	99,28	23,33	55,24
3 anos	110,08	125,00	142,10	124,23	38,10	49,59
5 anos	105,67	121,30	140,10	124,77	40,72	47,00
7 anos	101,82	116,10	134,00	121,60	39,38	45,73
10 anos	97,50	108,90	124,60	115,66	35,95	42,81
15 anos	91,56	99,00	113,10	107,02	-	-

### Câmbios e volatilidade cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	2023	2022	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,1050	1,0666	6,98	6,64	6,57	6,54	6,70
EUR/GBP	0,8691	0,8869	4,96	5,14	5,50	5,75	5,95
EUR/CHF	0,9260	0,9847	6,76	6,13	5,99	5,94	5,91
EUR/NOK	11,2405	10,5138	9,81	9,54	9,56	9,60	9,61
EUR/PLN	4,3395	4,6808	6,99	7,04	7,13	7,19	7,24
EUR/RUB	117,2010	117,2010	29,28	31,71	34,65	36,12	32,92
USD/BRL <sup>a)</sup>	4,8523	5,2865	12,71	13,09	13,60	13,95	14,29
USD/TRY <sup>b)</sup>	29,5503	18,7183	8,47	13,41	17,98	21,13	23,43

<sup>a)</sup> Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

<sup>b)</sup> Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

### Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respetivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre ações:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita
	2023	2022	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	4 522	3 794	19%	13,65	15,89	11,00
PSI 20	6 396	5 726	12%	12,29	13,99	-
IBEX 35	10 102	8 229	23%	12,13	17,15	-
FTSE 100	7 733	7 452	4%	10,97	13,37	9,28
DAX	16 752	13 924	20%	12,94	15,16	11,03
S&P 500	4 770	3 840	24%	11,61	13,75	10,93
BOVESPA	134 185	109 735	22%	15,90	18,48	19,74

### 40.2. Ativos e passivos ao Custo amortizado

#### Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem, Aplicações em instituições de crédito e Recursos de Bancos Centrais

Estes ativos e passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

#### Títulos ao custo amortizado

O justo valor dos títulos registados ao custo amortizado é estimado de acordo com as metodologias seguidas para a valorização dos títulos que estão registados ao justo valor, conforme descrito no início da presente Nota.

#### Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

#### Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito

O justo valor dos recursos de Bancos centrais e de outras instituições de crédito é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

#### Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

#### Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados e Passivos associados a ativos transferidos

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

#### Outros passivos financeiros

Estes passivos são de curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado é analisado como segue, tendo sido estimado com base nas principais metodologias e pressupostos acima descritos:

(milhares de euros)

	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Justo valor			Justo valor total
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<b>31 de dezembro de 2023</b>					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	5 867 189	-	5 867 189	-	5 867 189
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Títulos	7 870 536	6 340 702	216 753	1 160 823	7 718 278
Aplicações em instituições de crédito	47 940	-	47 940	-	47 940
Crédito a clientes	24 534 061	-	-	24 892 480	24 892 480
<b>Ativos financeiros</b>	<b>38 319 726</b>	<b>6 340 702</b>	<b>6 131 882</b>	<b>26 053 303</b>	<b>38 525 887</b>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito	5 745 326	-	5 745 326	-	5 745 326
Recursos de clientes	29 984 273	-	-	29 984 273	29 984 273
Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados e Passivos associados a ativos transferidos	1 107 585	1 240 258	-	12 136	1 252 394
Outros passivos financeiros	493 171	-	-	493 171	493 171
<b>Passivos financeiros</b>	<b>37 330 355</b>	<b>1 240 258</b>	<b>5 745 326</b>	<b>30 489 580</b>	<b>37 475 164</b>

(milhares de euros)

	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Justo valor			Justo valor total
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<b>31 de dezembro de 2022</b>					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	6 599 078	-	6 599 078	-	6 599 078
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Títulos	7 964 664	6 322 522	270 317	1 002 725	7 595 564
Aplicações em instituições de crédito	43 548	-	43 548	-	43 548
Crédito a clientes	24 550 936	-	-	25 072 152	25 072 152
<b>Ativos financeiros</b>	<b>39 158 226</b>	<b>6 322 522</b>	<b>6 912 943</b>	<b>26 275 167</b>	<b>39 510 632</b>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito	9 705 154	-	9 696 251	-	9 696 251
Recursos de clientes	29 277 858	-	-	29 277 858	29 277 858
Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados e Passivos associados a ativos transferidos	1 628 897	1 696 133	-	68 964	1 765 097
Outros passivos financeiros	375 268	-	-	375 268	375 268
<b>Passivos financeiros</b>	<b>40 987 177</b>	<b>1 696 133</b>	<b>9 696 251</b>	<b>29 722 090</b>	<b>41 114 474</b>

## Nota 41 – Transferência de Ativos

No âmbito do processo de reestruturação do setor imobiliário português, foram lançadas várias iniciativas no sentido de serem criadas condições financeiras, operacionais e de gestão que pudessem revitalizar aquele setor. Nesse sentido, o Governo, em estreita ligação com as empresas e o setor financeiro, incluindo o anterior BES, encorajou a criação de sociedades e de fundos especializados que, através de operações de concentração, agregação, fusão e gestão integradas, permitissem a obtenção das sinergias necessárias à recuperação das empresas. Tendo em vista os referidos objetivos, foram constituídas sociedades (empresas-mãe), com participação minoritária do Banco Originário, que, por sua vez, passaram a deter a quase totalidade do capital de certas subsidiárias (subsidiárias daquelas empresas-mãe) com o objetivo de adquirirem certos créditos bancários imobiliários.

Foi realizado um conjunto de operações de cedência de ativos financeiros (nomeadamente crédito a clientes) para aquelas últimas entidades (subsidiárias das empresas-mãe). Estas entidades são responsáveis pela gestão dos ativos recebidos em colateral que, após a cedência dos créditos, têm como objetivo a implementação de um plano de valorização dos mesmos. A quase totalidade dos ativos financeiros cedidos nestas operações foi desreconhecida do balanço do Grupo, uma vez que foi transferida para as referidas entidades terceiras a parte substancial dos riscos e benefícios associados a estes, bem como o respetivo controlo.

As referidas entidades adquirentes têm uma estrutura de gestão específica, totalmente autónoma dos Bancos cedentes, que é selecionada na data da sua constituição e tem como principais responsabilidades:

- definir o objetivo da entidade;
- administrar e gerir em regime exclusivo e independente os ativos adquiridos, determinar os objetivos e política de investimento e o modo de conduta da gestão e negócios da entidade.

As entidades adquirentes são financiadas, predominantemente, através da emissão de instrumentos de capital de natureza sénior que são totalmente subscritos pelas sociedades empresa-mãe. O valor do capital representado por títulos sénior iguala o justo valor do ativo objeto de cedência, determinado mediante um processo negocial baseado em avaliações efetuadas por ambas as partes. Estes títulos são remunerados a uma taxa de juro que reflete o risco da sociedade detentora dos ativos. Adicionalmente, o financiamento pode ser complementado pela subscrição pelos Bancos de instrumentos de capital júnior pela diferença entre o valor de balanço dos créditos cedidos e o justo valor que teve por base a valorização do título sénior. Estes instrumentos juniores, quando subscritos pelo Grupo, darão direito a um valor positivo contingente, caso o valor dos ativos transferidos ultrapasse o montante das prestações seniores acrescido da remuneração das mesmas, e encontra-se normalmente limitado a um máximo de 25% do valor global que resulta dos títulos sénior e títulos júnior emitidos.

Considerando que estes títulos júnior refletem um diferencial de avaliação dos ativos cedidos, tendo por base avaliações efetuadas por entidades independentes e um processo negocial entre as partes, os mesmos encontram-se integralmente provisionados no balanço do Grupo.

Assim, na sequência das operações de cedência de ativos, o Grupo subscreveu:

- instrumentos de capital, representativos do capital das sociedades empresas-mãe em que os *cash flows* que permitirão a sua recuperação são provenientes de um conjunto alargado de ativos cedidos pelos vários Bancos. Estes títulos encontram-se registados nas carteiras de ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados sendo avaliados a mercado, com valorização divulgada regularmente pelas referidas empresas cujas contas são auditadas no final de cada ano;
- instrumentos juniores, emitidos pelas sociedades adquirentes dos créditos que se encontram a ser totalmente provisionados por refletirem a melhor estimativa da imparidade dos ativos financeiros cedidos.

Das referidas subscrições pelo Grupo novobanco resultou uma posição claramente minoritária no capital das referidas entidades.

Neste contexto, não tendo controlo mas permanecendo com algum risco e benefício, o Grupo novobanco, nos termos da IFRS 9 3.2.7, procedeu a uma análise da exposição à variabilidade de riscos e benefícios nos ativos transferidos, antes e após a operação, tendo concluído que não reteve uma parte substancial dos riscos e benefícios. Adicionalmente, e considerando que também não tem controlo, procedeu nos termos da IFRS 9 3.2.6c, (i) ao desreconhecimento dos ativos transferidos e (ii) ao reconhecimento dos ativos recebidos como contrapartida, como se mostra no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Valores à data da transferência							
	Valores associados à Cedência de Ativos			Subscrição de Títulos				
	Ativos Líquidos Cedidos	Valor da Transferência	Resultado Apurado com a Transferência	Ações (Títulos Sénior)	Títulos Júnior	Total	Imparidade	Valor líquido
Fundo Recuperação Turismo, FCR	293 187	293 187	-	256 892	34 906	291 798	(34 906)	256 892
FLIT SICAV	336 896	337 981	1 085	325 527	23 247	348 773	(23 247)	325 527
Discovery Portugal Real Estate Fund	227 155	218 609	(8 546)	211 780	-	211 780	-	211 780
Fundo Vallis Construction Sector	98 981	98 981	-	98 349	25 181	123 529	(25 181)	98 349
Fundo Recuperação, FCR	200 019	204 317	4 299	164 078	36 182	200 261	(23 000)	177 261
Fundo Reestruturação Empresarial	73 225	73 225	-	103 481	-	103 481	-	103 481
Fundo Aquarius	144 830	143 770	(1 060)	145 435	-	145 435	-	145 435
	<b>1 374 292</b>	<b>1 370 070</b>	<b>( 4 222)</b>	<b>1 305 541</b>	<b>119 516</b>	<b>1 425 057</b>	<b>( 106 333)</b>	<b>1 318 724</b>

Durante o exercício de 2022, no âmbito do projeto Crow, o Grupo procedeu à venda da totalidade das unidades de participação do Fundo Recuperação Turismo e do FLIT SICAV, e à venda parcial das unidades de participação do Fundo de Recuperação FCR (ver nota 13), pelo que a 31 de dezembro de 2023, a exposição total do Grupo em títulos associados às operações de cedência de crédito, ascendia a um valor de 220,9 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 253,2 milhões de euros). O detalhe é como segue:

(milhares de euros)

	2023				2022			
	Unidades de Participação subscritas (nº)	Valor de Balanço	Nav do fundo *	Capital subscrito não realizado	Unidades de Participação subscritas (nº)	Valor de Balanço	Nav do fundo	Capital subscrito não realizado
FLIT SICAV	-	-	-	-	25 000	-	-	-
Discovery Portugal Real Estate Fund	259 527	135 655	267 043	3 950	259 527	135 655	269 119	3 950
Fundo Recuperação, FCR	171 846	19 172	39 795	5 209	186 602	21 567	51 836	17 569
Fundo Reestruturação Empresarial	-	-	-	-	80 719	21 798	29 337	5 680
Fundo Aquarius	147 148	57 099	152 654	18 502	166 861	74 202	133 629	20 980
Fundo Turismo Algarve	47 188	9 000	46 101	944	47 188	9 773	46 232	-
	<b>625 709</b>	<b>220 926</b>	<b>484 791</b>	<b>28 605</b>	<b>765 897</b>	<b>262 995</b>	<b>530 153</b>	<b>48 179</b>

\* cotação referente a 30 de junho de 2023

## Nota 42 – Gestão dos Riscos de Atividade

A área “Institucional” do site do Novo Banco, S.A. apresenta informação dirigida ao Investidor, nomeadamente o Relatório de Disciplina de Mercado do Novo Banco, S.A., o qual visa dar cumprimento ao dever de divulgação pública de informação previsto na Parte VIII do Regulamento n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 (CRR) e às orientações emanadas pela EBA, transpostas para o quadro regulatório português através da Instrução 5/2018 do Banco de Portugal.

Nos casos em que a informação deste Relatório e Contas suporta a informação do Relatório de Disciplina de Mercado, esta informação é identificada através de referências para este Relatório sistematizadas no Anexo X do Relatório de Disciplina de Mercado.

### 42.1. Enquadramento

O risco está implícito no negócio bancário e, como tal, o Grupo novobanco está naturalmente exposto a várias categorias de riscos que decorrem de fatores externos e internos, e que surgem em função das características dos mercados em que o Grupo atua e das atividades que desenvolve.

Deste modo, a gestão e controlo de risco do Grupo novobanco tem por base as seguintes premissas:

- Universalidade pela aplicação em todo o Grupo novobanco;
- Integralidade da cultura de riscos, através de uma visão holística e de antecipação à sua materialização;
- Independência face às outras unidades do Grupo, em particular às unidades tomadoras de risco;
- Modelo de 3 Linhas de defesa, com o objetivo de detetar, medir, monitorizar e controlar de forma adequada os riscos materialmente relevantes a que o Grupo novobanco está sujeito. Este Modelo, implica que todos os colaboradores, na sua esfera de atuação, são responsáveis pela gestão e controlo dos riscos.

### 42.2. Governance e estrutura de gestão do risco

A Gestão de Riscos, sendo vital para o desenvolvimento da atividade do Grupo novobanco, está centralizada na Função Gestão de Risco, assumida pelo Departamento de Risco Global (DRG), que define de forma holística os princípios de gestão e controlo dos riscos, em estreita articulação com as restantes unidades de 2ª linha do Grupo novobanco, bem como com o Departamento de Auditoria Interna.

Todos os riscos materialmente relevantes são reportados aos respetivos Órgãos de Gestão e de Supervisão (CAE, CGS e ambos os Comitês de Risco e Comitês especializados), que assumem a responsabilidade de supervisionar, monitorizar, avaliar e definir o Apetite de Risco e os princípios de controlo implementados.

O Responsável pela Função de Gestão de Risco do Grupo novobanco é o responsável pelo DRG. De modo a garantir uma maior eficiência na articulação com o DRG, foi nomeado um Responsável da Função de Risco local em cada entidade relevante do Grupo novobanco. A intervenção do DRG é direta ou de coordenação em articulação com as unidades que assumem a Função de Gestão de Risco local.

Os riscos identificados como relevantes e materiais são quantificados no âmbito do exercício de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), sendo os mais relevantes:

- risco de crédito que inclui risco de *default*, contraparte e concentração;
- risco de mercado;
- risco de liquidez;
- informação e comunicação e de Segurança, risco de *compliance*, e risco reputacional, e
- risco de negócio



Destacamos ainda o risco ESG (*Environmental, Social and Governance*) – em particular, as subcategorias de risco climático e ambiental e os outros riscos ambientais – como riscos com crescente relevância, e cujo impacto se estima poder ser materializado a médio e longo prazo (e, portanto, num horizonte superior às demais categorias de risco).

O risco ESG faz parte do quadro de gestão de risco do Grupo, em estreita articulação entre o DRG e o Gabinete ESG, que contribui com conhecimento específico para a identificação dos fatores de risco climático e ambiental e dos fatores de risco social.

Assim, encontra-se formalmente definido na taxonomia de riscos do novobanco como a exposição a eventos desfavoráveis resultantes de inadequação ou falhas nos procedimentos, sistemas ou políticas relacionadas com o ambiente (adaptação ou mitigação das alterações climáticas, uso sustentável e proteção da água ou recursos marinhos, transição para a economia circular, prevenção de resíduos e reciclagem, controlo da poluição e proteção dos ecossistemas) e dos recursos naturais (Biodiversidade), Social (igualdade, coesão social, integração social, relações de trabalho) e *Governance* (estruturas de gestão adequadas, relações laborais, remuneração dos colaboradores e cumprimento das obrigações fiscais).

A avaliação da materialidade dos seus impactos é analisada de forma transversal, uma vez que os fatores ESG estão intrinsecamente presentes nas restantes categorias de risco previstas na taxonomia de riscos do Grupo.

Neste âmbito, destacamos os fatores que têm merecido maior especialização do Grupo, ao nível das suas metodologias de avaliação e controlo de risco e respetiva integração nos processos de negócio:

- Riscos de transição climática: definido como os impactos associados à transição para uma economia de baixo carbono. Por outras palavras, estes riscos são provocados por legislação/regulamentação, tecnologia e alterações de mercado resultantes dos requisitos associados às alterações climáticas. Dependendo da resposta de cada setor económico (e de cada empresa em particular) à necessidade de transição, diferentes cenários (e severidades dos fatores de risco de transição) podem ser projetados e, em resultado, diferentes riscos e níveis de risco podem ser identificados e avaliados.
- Riscos físicos: definido como os impactos associados aos efeitos físicos das alterações climáticas. Estes riscos podem resultar dos fatores que surgem com base num evento extremo – risco agudo – ou através de um fator de médio ou longo prazo – risco crónico (por exemplo, o efeito negativo que o aquecimento global, resultante do contínuo aumento das temperaturas, pode ter nos ciclos produtivos de alguns setores). Os riscos físicos podem ter como consequência impactos financeiros internos (danos em ativos próprios) ou impactos financeiros externos (disrupção dos ciclos produtivos dos clientes/ contrapartes ou o impacto sobre os colaterais imobiliários do Grupo).

De seguida apresentam-se as principais linhas orientadoras da gestão dos riscos acima identificados:

- risco de crédito: a gestão e controlo desta natureza de risco são suportados pela utilização de um sistema interno de identificação, avaliação e quantificação de riscos, bem como de processos de atribuição interna de ratings e *scorings* para os portfolios e sua monitorização contínua em fóruns específicos de decisão;
- risco de mercado: existência de uma equipa especializada que centraliza a gestão e controlo de risco de mercado e risco de taxa de juro do balanço (IRRBB) do Grupo, alinhadas com a regulamentação e boas práticas de risco;
- risco de liquidez: tendo por base a aferição das saídas de liquidez de posições contratuais e contingentes em situações normais ou em stress, a gestão e controlo deste risco consiste por um lado, na determinação da dimensão da *pool* de liquidez disponível a cada momento, e por outro lado planear, a médio e longo prazo, fontes de financiamento estáveis;
- riscos não financeiros: a gestão deste risco é efetuada com base na definição de *framework* de gestão e controlo de riscos não financeiros e de políticas específicas; e na função de conformidade e Gabinete de Segurança de informação com papel relevante na definição de outras políticas de risco específicas.

### 42.3. Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes e derivados. Nos *credit default swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de proteção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo novobanco. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 7.6.6.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efetuado regularmente nos Comitês de Risco do Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão.

#### Principais eventos no exercício de 2023

Durante o ano de 2023, destacamos de seguida os principais eventos relacionados com imparidade, a saber:

- (i) Constituição de imparidades para contingências resultantes condições de mercado adversas;
- (ii) Introdução de novos *triggers* de *stage 2* relacionados com exposições sem notação de risco;
- (iii) Atualização dos cenários macroeconómicos.

Em relação aos reforços de imparidade mencionados no ponto (i) acima, tendo em conta o atual contexto económico de taxas de juro elevadas, com perspetiva de manutenção durante 2024, para fazer face a contingências destas condições de mercado adversas, foi efetuada uma análise de sensibilidade ao portfólio de empresas e habitação.

Assim, o novobanco estimou e contabilizou para estes portfólios, de forma adequada e tempestiva, mais de 40 milhões de euros em imparidade não alocada para além do custo de risco observado na sua carteira.

Quanto à introdução de novos *triggers* de *stage 2*, no caso passaram a ser consideradas em *stage 2* todas as exposições com situação persistente de não ter uma notação de risco válida. A introdução desta medida no modelo de cálculo coletivo de imparidade não teve impacto em 2023 uma vez que o novobanco já havia acautelado o mesmo.

Em relação ao ponto (iii) acima, o impacto da atualização dos cenários macroeconómicos subjacentes ao modelo de cálculo de imparidade do novobanco foi estimado um pouco abaixo dos 30 milhões de euros de imparidade, valor este também contabilizado como imparidade não alocada.

#### A componente do risco climático e ambiental

A análise de materialidade dos riscos ESG procura identificar o impacto que este risco terá nos demais riscos, nomeadamente no risco de crédito, uma vez que é o principal risco que o novobanco enfrenta. Por forma a monitorizar o risco de crédito do portfólio numa perspetiva ESG, foram criadas várias métricas (KRI) que são monitorizadas numa base mensal, procurando analisar a evolução do risco do portfólio e antecipar eventuais impactos adversos no risco de crédito resultantes de fatores associados ao risco climático e ambiental.

Numa perspetiva de portfólio, a avaliação do risco de crédito em setores relevantes para a política de risco climática é utilizada pelo novobanco para priorizar, avaliar e monitorizar o risco de transição, com foco nos setores negativamente afetados ou de impacto incerto. Esta metodologia tem em consideração os seguintes fatores: contribuição direta e indireta para as emissões de GEE (gás efeito estufa, como a produção e distribuição de combustíveis fósseis ou de energias renováveis), a relevância para a política climática (como a sensibilidade da estrutura de custos a alterações regulatórias ou fiscais baseadas nas emissões de GEE) e a importância na cadeia de valor da energia (produção, utilização, consumo).

A este respeito, o novobanco está a desenvolver o seu plano de transição com o objetivo de reduzir a sua pegada carbónica indireta, reduzindo o risco da sua carteira e contribuindo para o cumprimento dos objetivos de Paris. Em 2023 deu um passo da maior importância, tendo aprovado objetivos de redução das emissões GEE financiadas para 3 setores

de atividade (Produção de Eletricidade, Cimentos e Hipotecas Comerciais). Estes objetivos foram calculados com base em metodologias científicas preconizadas por setor pela *Science Based Targets Initiative* (SBTi).

Por forma a permitir uma análise top-down, o novobanco desenvolveu um *scoring* setorial ESG que permite identificar os clientes que serão alvo de análises de risco de crédito numa perspetiva ESG, através da priorização dos setores com maiores preocupações em termos de risco climático, nomeadamente os setores classificados no *scoring* ESG com risco alto e severo. O novobanco encontra-se a desenvolver Guidelines específicas adaptadas aos riscos que cada setor relevante enfrenta ou irá enfrentar.

Para garantir que o novobanco tem acesso à informação ESG dos seus clientes, foram introduzidas novas disposições contratuais nos contratos de crédito relativamente a disponibilização de informação não financeira pelos clientes, a salvaguardas mínimas sociais e de governo, bem como disposições setoriais para setores sujeitos a salvaguardas mínimas de financiamento, quando aplicável. Para referência, os setores sujeitos a exclusão ou salvaguardas mínimas estão descritos nos Princípios de Financiamento do novobanco – Exclusões de setores/atividades e salvaguardas mínimas.

Durante 2023, foi ainda dada especial relevância à obtenção de Certificados de Desempenho Energético (EPC) de garantias imobiliárias já existentes na carteira do banco. Para as operações novas, independentemente da finalidade e tipo de imóvel, o certificado energético é de recolha obrigatória.

Por fim, o novobanco foi selecionado para fazer parte do Stress Test Climático Fit-for-55 Climate, um exercício regulatório que procura identificar a resiliência das instituições financeiras para cumprir com os objetivos climáticos. O exercício teve início em 2023 e será concluído em 2024. Este exercício permitirá fazer um *benchmark* entre as várias instituições e permitirá ao regulador identificar as *best practices* de mercado.

#### 42.3.1. Exposição ao risco de crédito

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição máxima do Grupo novobanco ao risco de crédito:

	2023			2022		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	362 002	( 714)	361 288	518 014	( 780)	517 234
Derivados detidos para negociação	117 620	-	117 620	135 382	-	135 382
Títulos detidos para negociação	318 528	-	318 528	36 428	-	36 428
Títulos ao justo valor através de resultados	-	-	-	13	-	13
Títulos ao justo valor através de resultados mandatário	11 418	-	11 418	13 473	-	13 473
Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	760 869	( 239)	760 630	2 243 984	( 660)	2 243 324
Títulos ao custo amortizado	8 194 848	( 324 312)	7 870 536	8 256 195	( 291 531)	7 964 664
Crédito a clientes	25 405 088	( 954 525)	24 450 563	25 452 202	( 1 066 392)	24 385 810
Derivados - Contabilidade de cobertura	683 063	-	683 063	562 845	-	562 845
Outros ativos	523 511	( 132 533)	390 978	551 797	( 129 830)	421 967
Garantias e avals prestados	2 354 035	( 74 686)	2 279 349	2 397 867	( 82 547)	2 315 320
Créditos documentários	187 024	-	187 024	169 410	-	169 410
Compromissos revogáveis e irrevogáveis	5 983 312	9 294	5 992 606	6 206 048	7 350	6 213 398
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivativos de crédito	-	-	-	-	-	-
	<b>44 901 318</b>	<b>( 1 477 715)</b>	<b>43 423 603</b>	<b>46 543 658</b>	<b>( 1 564 390)</b>	<b>44 979 268</b>

Para os ativos financeiros reconhecidos no Balanço, a exposição máxima ao risco de crédito é representada pelo valor contabilístico líquido de imparidade. Para os elementos fora de balanço, a exposição máxima das garantias é o montante máximo que o Grupo teria de pagar se as garantias fossem executadas e para os compromissos de empréstimos e de outros compromissos relacionados com crédito de natureza irrevogável é o montante total de compromissos assumidos.

A imparidade é calculada em base coletiva ou individual de acordo com a política contabilística definida na Nota 7.12. Nos casos em que o valor dos colaterais após aplicação dos *haircuts* (diferenciados por tipologia de colateral) iguale ou exceda a exposição, a imparidade individual poderá ser nula. Assim, o Grupo novobanco não tem ativos financeiros vencidos para os quais não tenha realizado uma análise acerca da sua recuperação e consequente reconhecimento da imparidade respetiva quando verificada.

#### 4.2.3.2. Cenarização nos modelos de imparidade

Conforme preconizado na regulamentação da IFRS 9, o cálculo de imparidade do Grupo reflete diferentes expectativas de evolução macroeconómica, isto é, incorpora múltiplos cenários. Por forma a incorporar os efeitos do comportamento futuro macroeconómico nas estimativas de perda, são incluídas estimativas macroeconómicas *forward looking* em alguns dos parâmetros de risco utilizados para cálculo de imparidade. Com efeito, são considerados diferentes cenários possíveis que originam o mesmo número de resultados de imparidade.

Neste contexto, o processo de definição dos cenários macroeconómicos considera os seguintes princípios:

- Cenários representativos que capturem as não-linearidades existentes (ex. um cenário base, um cenário com perspetivas macroeconómicas mais favoráveis e um cenário com perspetivas macroeconómicas menos favoráveis);
- O cenário base é consistente com os inputs utilizados em outros exercícios no Grupo, uma vez que se utiliza, para efeitos do cálculo da imparidade, a mesma metodologia que o Grupo utiliza nos exercícios de planeamento internos e regulamentares;
- Os cenários alternativos ao cenário base incorporam um cenário favorável e um cenário adverso;
- A correlação entre as variáveis projetadas é realista com a realidade económica (ex. se o PIB estiver a aumentar é expectável que o desemprego esteja a diminuir).

O exercício de construção dos cenários central e alternativos macroeconómicos para a economia portuguesa baseia-se numa combinação de previsões econométricas, de informação sobre previsões de outras instituições externas e do exercício de *subjective expert judgement*.

Na primeira componente, estima-se o crescimento do PIB através de estimativas para o crescimento das componentes da despesa, chegando ao PIB através da identidade  $PIB = Consumo + Investimento + Exportações - Importações$ . As especificações econométricas escolhidas são aquelas que, após o teste de diferentes alternativas, geram o melhor resultado.

As estimativas econométricas assim obtidas são depois ponderadas com previsões de instituições externas, segundo o princípio de que a combinação de diferentes projeções tende a ser mais precisa do que uma previsão apenas (o risco de erros e enviesamentos associados a métodos e variáveis específicas é minimizado).

As previsões para preços (consumo e imobiliário) e desemprego seguem uma metodologia semelhante: previsões próprias a partir de um modelo estimado, ponderadas com previsões de instituições externas, se estas estiverem disponíveis. Num cenário base, as projeções para as taxas de juro partem das expectativas de mercado (disponibilizadas pela Bloomberg), com eventuais ajustamentos de acordo com os princípios atrás definidos, se considerado adequado (ponderação por *expert judgement* e previsões de instituições externas). Os cenários alternativos têm como base a observação histórica dos desvios face à tendência no comportamento do PIB (ciclos de expansão e contração), a referência das recomendações da EBA para cenários adversos extremos, os factos estilizados dos ciclos económicos, no que respeita às componentes da despesa, preços, desemprego, etc. e estimativas.

Assim aquando da revisão / atualização dos cenários são também revistas as respetivas probabilidades. Uma vez atualizados os cenários, são atualizados os valores dos parâmetros de risco para posterior consideração no âmbito do cálculo de Imparidade. A imparidade final apurada resultará assim da soma do valor de imparidade de cada cenário, ponderado pela respetiva probabilidade de execução.

Atualmente são considerados para o cálculo de imparidade em base coletiva 3 cenários: central, menos favorável (ou adverso) e mais favorável. Os cenários considerados e respetiva evolução das principais variáveis macroeconómicas encontram-se descritos nas tabelas abaixo:

#### A – Cenário Base, com peso relativo de 72,5%

	Unidade	2023	2024	2025	2026
PIB	crescimento real %	2,1	1,4	2,0	2,2
Consumo Privado	crescimento real %	1,0	0,8	1,3	1,7
Despesa Pública	crescimento real %	1,2	1,2	1,3	1,4
Investimento	crescimento real %	1,5	4,7	5,1	4,2
Exportações	crescimento real %	4,2	2,0	3,9	6,4
Importações	crescimento real %	1,3	3,4	4,0	6,3
Procura Interna	crescimento real %	1,1	1,6	2,0	2,2
<b>Preços</b>					
CPI	%	4,6	2,9	2,2	2,0
Real Estate (Residential)	%	6,5	0,2	1,5	3,3
Real Estate (Commercial)	%	2,2	0,1	0,6	1,6
Equity prices (incremental change)	%	2,0	0,0	0,0	0,0
<b>Desemprego</b>					
	% força laboral	6,5	6,7	6,9	6,8
<b>Euribor (média anual)</b>					
3-meses	%	3,43	3,58	3,02	2,84
final do período	%	3,96	3,19	2,85	2,83
6-meses	%	3,69	3,52	2,99	2,87
final do período	%	3,92	3,11	2,87	2,86
12-meses	%	3,88	3,40	2,97	2,91
final do período	%	3,77	3,03	2,90	2,92
<b>Yields Soberanas (média)</b>					
Bund 10Y	%	2,53	2,81	2,87	2,98
final do período	%	2,81	2,81	2,92	3,04
PGB 10Y	%	3,33	3,71	3,89	4,11
final do período	%	3,64	3,78	4,00	4,21
PGB 2Y	%	2,96	2,89	2,92	3,18
final do período	%	2,99	2,79	3,05	3,31
<b>10Y PGB-Bund spread</b>					
Média anual	bps	80	90	103	113
final do período	bps	83	97	108	117
<b>10Y-2Y PGB Spread</b>					
Média anual	bps	37	82	97	93
final do período	bps	65	99	95	90

Após um crescimento do PIB de 6,8% em 2022, o cenário base assume uma desaceleração da atividade em 2023, para um crescimento em torno de 2,1%, apoiado pela procura externa líquida, dado o forte crescimento das exportações no início do ano (em particular do turismo), e pela resiliência do consumo privado. O recuo do crescimento do PIB é explicado pelo impacto adverso, sobre a procura interna, da inflação elevada e da subida das taxas de juro. Para 2024, assume-se que o crescimento do PIB deverá recuar para 1,4%, com impactos desfasados adicionais de uma política monetária restritiva (aumento do serviço da dívida), com uma ligeira subida do desemprego e com um abrandamento das exportações. O recuo do crescimento é mitigado pela descida da inflação, por apoios orçamentais e por uma aceleração do investimento (sobretudo investimento público) no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Em 2025-26, assume-se que o crescimento do PIB converge para a tendência (crescimento anual em torno de 2%-2.2%).

Depois de atingir um pico de 7,8% em 2022, a inflação média anual permanece elevada em 2023, em torno de 4,6% (sobretudo com o contributo dos serviços). Uma desaceleração mais visível nos preços no consumidor é assumida para 2024-26, em direção à meta de 2%. Em todo o caso, a inflação persistente em 2022-24 suporta o cenário de taxas de juro diretoras mais elevadas. No cenário base, estas atingem o seu pico no 4º trimestre de 2023. A média anual da Euribor a meses é vista a aumentar de 0,35% em 2022 para 3,43% em 2023 e para 3,58% em 2024, antes de diminuir

gradualmente para 2,84% em 2026 (a taxa deverá atingir um pico em torno de 4% no 4º trimestre de 2023). O *spread* PGB-Bund deverá permanecer contido, abaixo ou em torno de 100 pontos de base em 2024 e 2025.

A taxa de poupança das famílias deverá aumentar de 6,5% em 2022 para 7,3% em 2025 e 2026, à medida que o consumo privado desacelera, após o *boom* pós-Covid e com os efeitos de taxas de juro mais elevadas e condições de financiamento mais restritivas. A taxa de desemprego permanece contida, em torno de 6,5%-6,8% da população ativa.

#### B – Cenário menos favorável / adverso, com peso relativo de 17,5%

	Unidade	2023	2024	2025	2026
PIB	crescimento real %	2,1	-3,2	-1,5	1,6
Consumo Privado	crescimento real %	1,0	-3,9	-2,6	1,4
Despesa Pública	crescimento real %	1,2	0,1	0,1	0,8
Investimento	crescimento real %	1,5	1,2	1,0	3,7
Exportações	crescimento real %	4,1	-3,2	0,4	6,3
Importações	crescimento real %	1,3	-0,3	0,5	6,5
Procura Interna	crescimento real %	1,1	-2,3	-1,4	1,8
<b>Preços</b>					
CPI	%	4,9	4,7	1,9	1,8
Real Estate (Residencial)	%	4,7	-10,1	-4,8	0,8
Real Estate (Commercial)	%	1,6	-15,2	-6,5	0,4
Equity prices (incremental change)	%	1,5	-50,0	-45,0	-35,0
<b>Desemprego</b>	% força laboral	6,7	8,9	13,1	10,6
<b>Euribor (média anual)</b>					
3-meses	%	3,49	4,37	2,96	2,25
final do período	%	4,56	3,98	2,45	2,05
6-meses	%	3,79	4,66	2,84	2,15
final do período	%	5,05	3,87	2,33	1,96
12-meses	%	3,99	4,65	2,72	2,08
final do período	%	5,10	3,75	2,21	1,94
<b>Yields Soberanas (média)</b>					
Bund 10Y	%	2,90	2,93	1,98	1,80
final do período	%	3,65	2,21	1,75	1,85
PGB 10Y	%	3,69	4,31	3,48	3,08
final do período	%	4,84	3,78	3,17	2,99
PGB 2Y	%	2,86	3,69	2,68	2,24
final do período	%	4,39	2,99	2,36	2,11
<b>10Y PGB-Bund spread</b>					
Média anual	bps	80	138	150	128
final do período	bps	119	157	142	114
<b>10Y-2Y PGB Spread</b>					
Média anual	bps	83	62	80	85
final do período	bps	45	79	81	88

O cenário adverso baseia-se no pressuposto de que a inflação se tornará mais persistente do que o esperado. Isto poderá dever-se a um choque energético, com novos impactos das guerras na Ucrânia e no Médio Oriente. O BCE responde aumentando ainda mais as taxas diretas no final de 2023 e em 2024. Isto conduz a condições financeiras fortemente restritivas e a uma recessão em 2024-2025.

Na economia portuguesa, o crescimento do PIB cai 3,2% em 2024 e 1,5% em 2025, principalmente em resultado de uma contração significativa do consumo privado, que é impactado negativamente pelo aumento das taxas de juro, pela queda do poder de compra e por um aumento significativo no desemprego. O investimento privado das famílias e das sociedades não financeiras também cai em termos reais. Contudo, o investimento total ainda aumenta, em resultado da componente pública, refletindo a execução dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência. Assume-se que a procura externa líquida terá um contributo negativo para o crescimento (queda das exportações, incluindo nos serviços).

Prevê-se que a inflação média anual se mantenha bastante acima da meta em 2024 (em torno de 4,7% em Portugal). Mas as condições financeiras mais restritivas, com taxas de juro diretoras e de mercado mais elevadas, contribuem para a recessão em 2024-25, que se assume ter uma natureza desinflacionista. A inflação cai rapidamente para registos inferiores a 2% em 2025-26, levando o BCE a cortar as taxas diretoras nesse período, o que se traduz numa queda dos juros de mercado, para níveis abaixo dos observados no cenário base. A taxa de desemprego sobe para 8,9% em 2024 e para 13,1% em 2025. A queda do consumo privado e a necessidade de se compensar a erosão provocada pela inflação resultam num aumento da taxa de poupança das famílias, para 9,9% do rendimento disponível em 2025, acima dos níveis pré-Covid.

### C – Cenário mais favorável, com peso relativo de 10%

	Unidade	2023	2024	2025	2026
PIB	crescimento real %	2,3	2,1	2,4	3,1
Consumo Privado	crescimento real %	1,3	1,8	2,4	3,5
Despesa Pública	crescimento real %	1,2	1,2	1,5	1,4
Investimento	crescimento real %	1,5	5,5	6,1	5,0
Exportações	crescimento real %	4,2	3,1	4,7	6,9
Importações	crescimento real %	1,3	4,6	5,9	7,7
Procura Interna	crescimento real %	1,3	2,4	3,0	3,5
<b>Preços</b>					
CPI	%	4,6	3,0	2,4	2,1
Real Estate (Residencial)	%	7,5	1,8	2,5	3,7
Real Estate (Commercial)	%	2,5	0,6	0,8	1,2
Equity prices (incremental change)	%	2,0	15,0	20,0	25,0
<b>Desemprego</b>					
	% força laboral	6,4	6,5	6,4	5,9
<b>Euribor (média anual)</b>					
3-meses	%	3,44	3,83	3,52	3,17
final do período	%	3,96	3,69	3,35	2,99
6-meses	%	3,70	3,76	3,42	3,11
final do período	%	3,92	3,60	3,24	2,97
12-meses	%	3,88	3,65	3,33	3,04
final do período	%	3,77	3,52	3,13	2,95
<b>Yields Soberanas (média)</b>					
Bund 10Y	%	2,53	2,87	3,05	3,28
final do período	%	2,85	2,88	3,21	3,35
PGB 10Y	%	3,33	3,65	3,76	3,91
final do período	%	3,64	3,66	3,86	3,96
PGB 2Y	%	2,96	2,91	2,92	3,00
final do período	%	2,99	2,83	3,01	2,99
<b>10Y PGB-Bund spread</b>					
Média anual	bps	80	79	72	63
final do período	bps	79	78	65	61
<b>10Y-2Y PGB Spread</b>					
Média anual	bps	37	74	84	91
final do período	bps	65	83	85	97

O cenário favorável assume que o aumento da inflação em 2023 se revela transitório. Após um registo de 4,6%, o crescimento dos preços converge, no restante horizonte de projeção, para valores próximos de 2%. Esta evolução poderia estar associada a uma resolução rápida dos conflitos na Ucrânia e/ou no Médio Oriente e a uma forte atenuação dos preços da energia e alimentação. Os juros de mercado de curto prazo recuam em 2025-26, mas mantendo-se claramente acima dos níveis pré-Covid. Os juros de longo prazo sobem em todo o horizonte de projeção, mas com o *spread* PGB-Bund a 10 anos a recuar e a evoluir em níveis baixos. Neste contexto, assume-se que a atividade económica se expande a um ritmo acima da tendência durante a maior parte do horizonte de projeção, e em aceleração até 2026. O crescimento do PIB beneficia de desempenhos positivos do investimento (com a execução dos fundos do PRR), do consumo privado e das exportações. A forte procura externa e as condições de financiamento favoráveis sustentam o

crescimento dos preços da habitação, embora em registos de um dígito. A taxa de desemprego é vista a recuar para perto de 5% da população ativa.

### 4.2.3.3. Modelos de imparidade

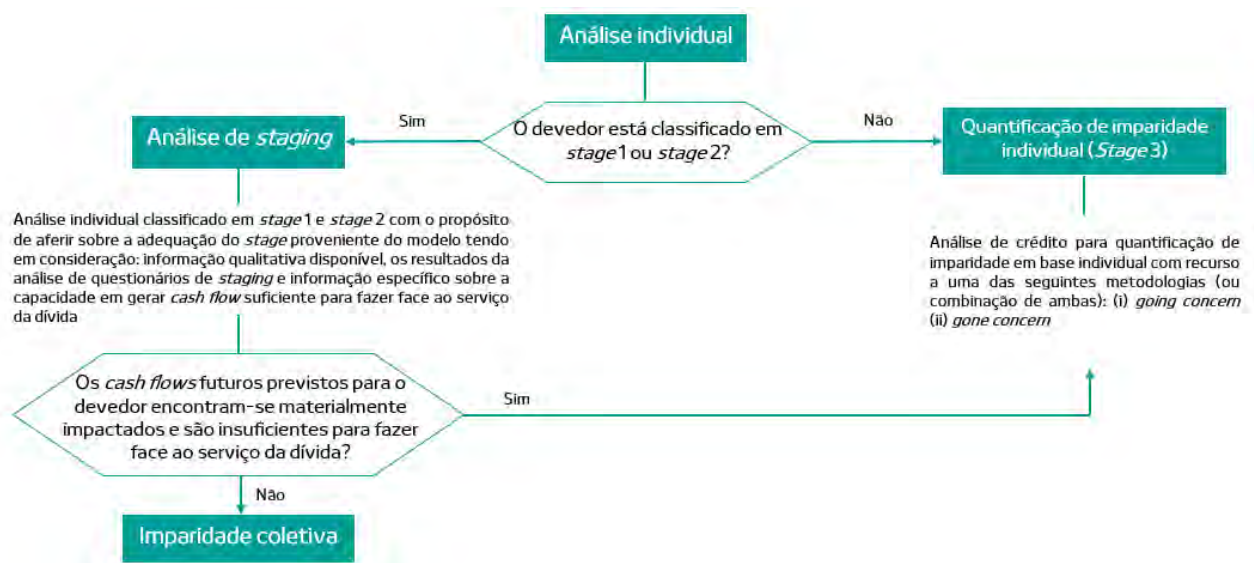
#### 4.2.3.3.1. Processo de análise Individual de imparidade

A Análise Individual de Imparidade tem por objetivo determinar a taxa de imparidade mais adequada de clientes individualmente significativos, independentemente do valor resultante do Modelo de Imparidade Coletivo. A identificação dos clientes individualmente significativos é realizada com base nos critérios definidos nesta norma.

A Análise Individual dos clientes individualmente significativos é realizada tendo por base a informação prestada pelas Estruturas Comerciais e DRCE (Departamento de Recuperação de Crédito Empresas) quanto ao enquadramento do cliente/Grupo, fluxos de caixa históricos (sempre que possível, no mínimo, de 3 anos) e previsionais (quando disponíveis) e colaterais existentes.

Na análise de quantificação de imparidade em base individual são estabelecidos cenários possíveis para a recuperação do crédito, quer por via da continuidade do negócio do cliente, por via de dação/execução dos colaterais ou por via da venda do crédito, ponderados pela respetiva probabilidade de ocorrência. Se da análise resultar não ser necessária qualquer imparidade específica, a imparidade será apurada por análise coletiva, ou seja, pelo modelo de imparidade coletiva.

O esquema abaixo apresentado é ilustrativo da análise individual de crédito a realizar para efeitos da conclusão sobre a classificação em termos de *staging* dos devedores:



#### Critérios de Seleção

O Grupo considera como alvo de um processo de Análise Individual (análise de *staging* e, quando aplicável, quantificação de imparidade individual), os clientes que:

- Registem exposição em *stage 3* e responsabilidade igual ou superior a 1 milhão de euros (ou igual ou superior a 250 milhares de euros se forem clientes do DRCE);
- Sejam identificados pelo próprio Comité com base noutro critério que se justifique (ex.: setor de atividade);
- No passado, lhes tenha sido atribuída imparidade específica;
- Em face de algum indício novo que possa ter repercussões no cálculo da imparidade, sejam propostos para análise por um dos intervenientes do Comité de Imparidade ou por outro Órgão/Fórum, nomeadamente GARC (ex.: Reclassificação em *stage 3* no âmbito do GARC).



A identificação dos clientes alvo de Análise Individual será atualizada mensalmente, de modo a contemplar eventuais alterações que possam ocorrer ao longo do ano.

#### Quantificação da Imparidade em Base Individual

O cálculo de imparidade em base individual poderá ter em consideração diferentes estratégias de recuperação, as quais devem incluir diferentes cenários possíveis, ponderados pela respetiva probabilidade de ocorrência, devendo os mesmos incluir informação sobre eventos passados, atuais e previsões de condições económicas futuras (cenários *forward-looking*).

Entende-se que existem dois métodos de estimação do valor a recuperar pelo Grupo:

- Abordagem *Going Concern* (método da “continuidade da atividade”): estimação dos fluxos de caixa através da atividade do cliente;
- Abordagem *Gone Concern* (método da “cessação da atividade”): pressupõe a cessação da atividade do Cliente, pelo que o valor recuperável é apurado com base em cenários de execução/dação de garantias prestadas, da liquidação/insolvência do Cliente e/ou dos respetivos garantes/avalistas, e/ou da venda dos créditos a terceiros.

#### **Going Concern**

Este cenário compreende uma situação de recuperação dos valores em dívida através dos fluxos de caixa gerados pelo negócio do cliente.

Considera-se que o cenário de going concern é aplicável quando:

- Existe informação financeira atualizada e fiável sobre o devedor por forma a ser possível estimar com fiabilidade os fluxos de caixa futuros que serão canalizados para o cumprimento do serviço da dívida (e.g.: informação financeira com antiguidade inferior ou igual a 1 ano e/ou relatórios de auditoria que não apresentem recorrentemente reservas);
- A informação disponível sugere que o devedor terá capacidade para gerar fluxos de caixa na sua atividade operacional.

Esta análise poderá ser realizada com recurso às seguintes abordagens:

- “Discounted Cash Flow” - abordagem suportada num plano de negócios fiável e ajustado às expectativas de evolução da atividade do devedor;
- “Two-step Discounted Cash Flow” - abordagem suportada num *Discounted Cash Flow (Step 1)*, complementada com um *Terminal value (Step 2)*;
- “Steady state” - na ausência de um plano de negócios fiável, poderão ser utilizadas as últimas demonstrações financeiras disponíveis, devendo o Grupo proceder aos ajustes que considerar necessários para apuramento do *cash-flow* operacional que será gerado para fazer face ao serviço da dívida.

#### **Gone Concern**

Na abordagem *gone concern* a recuperação dos valores em dívida será materializada através de um cenário de dação em pagamento e/ou a execução dos colaterais afetos ao crédito concedido. Esta abordagem considera, portanto, o cenário de cessação da atividade da empresa e a elaboração de estimativas dos fluxos que resultem da execução e comercialização dos colaterais afetos ao crédito.

A consideração de um cenário de dação ou execução dos colaterais deverá, numa primeira fase, ter em consideração a elegibilidade dos colaterais para recuperação dos valores em dívida, i.e., a verificação de que o bem reúne as condições necessárias para ser passível de ser considerado para efeitos de cálculo do valor recuperável (ex.: registo de hipotecas, inexistência de arresto de bens, entre outros). A título de exemplo, se outro credor tiver uma hipoteca preferencial sobre a garantia que seja maior do que o valor recuperável do ativo, então o Grupo não deverá considerar qualquer valor a recuperar proveniente dessa garantia.

Posteriormente, deverá ser apurado o valor recuperável de acordo as regras descritas na Carta Circular n.º CC/2018/0000006, nomeadamente no que respeita aos prazos de recebimento do colateral, custos de venda, custos de manutenção, *haircuts* a aplicar de acordo com a antiguidade da avaliação, entre outros.

42.3.3.2. Ajustamentos de análise coletiva ao resultado automático do modelo

Após o processamento do cálculo de imparidade coletiva e validada a consistência dos resultados obtidos são avaliadas todas as situações que podem carecer de um ajustamento ao valor de imparidade calculado. Estes ajustamentos são refletidos, sempre que possível, diretamente nas exposições e têm atribuído um prazo de validade específica. Terminado esse prazo, é reavaliada a necessidade do ajustamento e decidida a sua renovação, alteração e/ou extinção.

Quando tal não é possível, o valor de imparidade apurado é contabilizado sem ser alocado a exposições específicas. Para esse efeito, cada montante tem de ter associados o *stage* e o tipo de crédito a que se refere. Tendo como princípio o carácter temporário da imparidade constituída sem alocação, os montantes de imparidade constituídos dessa forma serão, uma vez que existam condições para o efeito, integralmente distribuídos pelas exposições em que se determine a sua afetação.

Em termos de modelo de governo, quer os ajustes em exposições específicas quer os montantes de imparidade constituídos sob a forma não alocada devem ser validados e estar sustentados numa aprovação por parte de um órgão competente - Comité de Imparidade Alargado.

42.3.4. Monitorização do risco de crédito

42.3.4.1. Modelos internos de rating para as carteiras de empresas, instituições e ações

No que concerne aos modelos de rating para carteiras de empresas, são adotadas abordagens distintas em função da dimensão e do setor de atividade dos clientes. São ainda utilizados modelos específicos adaptados a operações de crédito de *project finance*, *acquisition finance*, *object finance*, *commodity finance* e financiamentos à construção.

Apresenta-se de seguida um quadro síntese relativo aos tipos de modelos de risco adotados na atribuição interna de notações de risco:

	Critérios de Segmentação	Tipo de Modelo	Descrição
Expert Judgement ↑	Setor, Dimensão, Produto <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grandes Empresas</li> <li>• Instituições Financeiras</li> <li>• Municípios</li> <li>• Institucionais</li> <li>• Administrações Locais e Regionais</li> <li>• Imobiliário (Investimento/ Promoção)</li> <li>• Acquisition Finance</li> <li>• Project Finance</li> <li>• Object Finance</li> <li>• Commodity Finance</li> </ul>	Template	Ratings atribuídos por equipas de analistas, utilizando modelos específicos por setor ( <i>templates</i> ) e informação financeira e qualitativa.
	Médias Empresas	Semi-automático	Modelo de rating baseado em informação financeira, qualitativa e comportamental, validado por analistas.
	Pequenas Empresas	Automático	Modelo de rating baseado em informação financeira, qualitativa e comportamental.
↓ Estatístico	Start-Up's e Empresários em Nome Individual		Modelo de rating baseado em informação qualitativa e comportamental.

O Departamento de Rating do Banco tem Modelo de *Rating* para os seguintes segmentos: *Start-ups*; Empresários em Nome Individual (ENIs); Pequenas Empresas; Médias Empresas; Grandes Empresas; Imobiliário e Imobiliário Rendimento; Holding Grande Empresa; Instituições Financeiras; Municípios e Institucionais; Países; *Project Finance*; *Object Finance*, *Commodity* e *Acquisition Finance*; Holding Financeira.

Os segmentos para os quais não estão disponíveis modelos de atribuição de rating são:

- Seguros e Fundos de Pensões;
- Igrejas, partidos políticos e associações sem fins lucrativos com volume de negócios inferior a 500 milhares de euros.

Relativamente aos portfólios de crédito de grandes empresas, Instituições Financeiras, Institucionais, Administrações Locais e Regionais e Empréstimos Especializados - nomeadamente *Project Finance*; *Object Finance*, *Commodity* e *Acquisition Finance* - as notações de risco são atribuídas pela Mesa de Rating do Grupo novobanco. Esta estrutura é constituída por 7 equipas multissetoriais que compreendem um chefe de equipa e vários analistas técnicos especializados. A atribuição das notações internas de risco por parte desta equipa a estes segmentos de risco, classificados como portfólios de baixa sinistralidade (*low default portfolios*), assenta na utilização de modelos de rating do tipo “*expert-based*” (*templates*) que se baseiam em variáveis qualitativas e quantitativas, fortemente correlacionados com o setor ou setores de atividade em que operam os clientes em análise. Com exceção da atribuição de rating a empréstimos especializados, a metodologia utilizada pela Mesa de Rating rege-se, ainda, por uma análise de risco ao nível do perímetro máximo de consolidação e pela identificação do estatuto de cada empresa participada no respetivo grupo económico. As notações internas de risco são validadas diariamente num Comité de Rating composto por membros da Direção do Departamento de Rating e das várias equipas especializadas.

Para o segmento de médias empresas são utilizados modelos de rating estatísticos, os quais combinam dados financeiros com informação de natureza qualitativa e comportamental. A publicação das notações de risco requer, todavia, a execução de um processo prévio de validação que é realizado por uma equipa técnica de analistas de risco, os quais tomam também em consideração variáveis de natureza comportamental. Para além da atribuição de rating, as referidas equipas efetuam, ainda, uma monitorização da carteira de crédito dos clientes do Grupo novobanco através da elaboração de relatórios de análises de risco, previstos em normativo interno, de acordo com o binómio responsabilidades atuais/rating cliente, que podem incluir recomendações específicas sobre o relacionamento creditício com determinado cliente, bem como pareceres técnicos sobre operações de apoio ao investimento, reestruturação, ou outras operações sujeitas a risco de crédito.

Para o segmento de negócios, são utilizados igualmente modelos de *scoring* estatísticos que têm subjacente, para além da informação financeira e qualitativa, variáveis comportamentais das empresas e do(s) sócio(s) no cálculo das notações de risco.

Encontram-se igualmente implementados modelos de *scoring* especificamente vocacionados para a quantificação do risco de *start-ups* (empresas constituídas há menos de 2 anos) e empresários em nome individual (ENI). Estes clientes, em conjunto com as empresas de dimensão reduzida, dependendo do valor da exposição, são incluídos nas carteiras regulamentares de retalho.

Finalmente, para as empresas inseridas no setor imobiliário (empresas dedicadas à atividade de promoção e investimento imobiliário, em especial empresas de pequena e média dimensão), atentas as suas especificidades, os respetivos ratings são atribuídos por uma equipa central especializada, suportando-se na utilização de modelos específicos que combinam a utilização de variáveis quantitativas e técnicas (avaliações imobiliárias efetuadas por gabinetes especializados), bem como variáveis qualitativas e comportamentais.

Quanto às posições em risco equiparadas a ações detidas pelo Grupo novobanco, diretamente ou indiretamente através da detenção de fundos de investimento, bem como os suprimentos e prestações acessórias, todos incluídos na classe de risco ações para efeitos do apuramento dos ativos ponderados pelo risco de crédito, são classificados nos vários segmentos de risco de acordo com as características dos seus emitentes ou mutuários, seguindo os critérios de segmentação apresentados anteriormente. São esses critérios de segmentação que determinam o tipo de modelo de rating a ser aplicado aos emitentes das ações (ou mutuários dos suprimentos / prestações acessórias) e, por conseguinte, às mesmas.

#### 42.3.4.2 - Relações entre as notações internas e externas

A atribuição de rating interno a entidades com rating externo atribuído é feita utilizando o *Template* de Mercados disponível na aplicação Cálculo de Rating. O *Template* de Mercados reúne os ratings externos que foram atribuídos a determinada entidade pelas agências de rating Standard & Poor's (S&P), Moody's e Fitch.

Concretamente a funcionalidade de fornecimento de ratings externos da S&P – XpressFeed alimenta diariamente a aplicação de Ratings Externos que, por sua vez, permite que sejam preenchidos no *Template* de Mercados os ratings externos publicados por estas agências para determinada entidade. Os ratings externos atribuídos pela Moody's e Fitch não são obtidos automaticamente, tendo de ser inseridos manualmente no *Template* de Mercados, após a consulta aos respetivos sites.

O rating interno resulta, na grande maioria das situações, do rating externo equivalente S&P e, em situações excecionais, do rating externo equivalente S&P adicionado de um ajustamento interno, o qual deve ser sempre acompanhado de comentários justificativos elaborado pelo analista.

Refira-se que o rating externo equivalente S&P é obtido fazendo uma correspondência entre os ratings externos disponíveis e a escala de ratings das referidas agências de notação financeira. Os ratings internos produzidos pelo *Template* de Mercados e que tenham tido ajustamentos têm de ser obrigatoriamente aprovados e validados em Comité de Rating.

Apresenta-se, de seguida, tabela com a correspondência entre os ratings externos S&P, Moody's e Fitch e o rating externo equivalente S&P:

S&P	Moody's	Fitch	Rating externo equivalente S&P	Classes de agregação do rating*
AAA	Aaa	AAA	AAA	<i>Prime Grade</i>
AA+	Aa1	AA+	AA+	<i>High grade</i>
AA	Aa2	AA	AA	
AA-	Aa3	AA-	AA-	
A+	A1	A+	A+	<i>Upper medium grade</i>
A	A2	A	A	
A-	A3	A-	A-	
BBB+	Baa1	BBB+	BBB+	<i>Lower medium grade</i>
BBB	Baa2	BBB	BBB	
BBB-	Baa3	BBB-	BBB-	
BB+	Ba1	BB+	BB+	<i>Non investment grade speculative</i>
BB	Ba2	BB	BB	
BB-	Ba3	BB-	BB-	
B+	B1	B+	B+	<i>Highly speculative</i>
B	B2	B	B	
B-	B3	B-	B-	
CCC+	Caa1	CCC+	CCC+	<i>Outros</i>
CCC	Caa2	CCC	CCC	
CCC-	Caa3	CCC-	Lower than CCC	
CC	Ca	CC		
SD	C	C		
D		RD/D		

\* para efeitos de divulgação de informação nas notas explicativas

#### 42.3.4.3 - Modelos internos de *scoring* para carteiras de particulares

No que respeita a modelos de *scoring* para carteiras de particulares, o Grupo novobanco dispõe de modelos de *scoring* de originação/concessão e comportamentais (aplicados a operações com antiguidade superior a 6 meses).

Estes modelos são automáticos, com base em modelos estatísticos desenvolvidos com informação interna, considerando informação sócio demográfica, características do empréstimo, informação comportamental e penalizações automáticas (no caso de existirem sinais de alerta). No caso dos modelos comportamentais, também é considerada a informação sobre os restantes empréstimos dos titulares do contrato.

O Grupo está autorizado pelo Banco de Portugal a utilizar modelos internos no cálculo de requisitos de capital regulamentar para os principais portfólios de particulares: Crédito Habitação e Crédito Individual. Adicionalmente, dispõe de *scorings* de originação e comportamentais para os produtos de Cartões de Crédito, Descobertos e Contas Empréstimo, que utiliza para efeitos de conceção e monitorização da qualidade creditícia não sendo, contudo, portfólios IRB.

#### 42.3.4.4. Outras divulgações específicas

##### Modelos de *Forward Looking*

Os modelos de imparidade coletiva fazem a incorporação de informação *forward looking* através de modelos macroeconómicos, que estimam a evolução dos parâmetros de risco através da evolução de variáveis macroeconómicas.

Relativamente ao modelo de PD, o ajuste *forward looking* é realizado para os segmentos de Grande e Médias Empresas, Pequenas Empresas e *Start-ups*, Crédito à Habitação e Outro Crédito a Consumidores. Para modelos de LGD, existe um ajuste macroeconómico específico para os segmentos de Crédito Habitação, Consumo e Empresas.

Os referidos modelos, têm por base, por um lado, as séries históricas de incumprimento e, por outro, as séries históricas das principais variáveis macroeconómicas (PIB, inflação, taxa de juro, taxa de desemprego e preço dos imóveis), tendo sido utilizados dados históricos trimestrais desde 2010. A definição dos modelos finais depende do sentido económico e da sua performance estatística.

## 42.3.5. Morosidade

O quadro seguinte apresenta os ativos que estão em imparidade, vencidos mas não em imparidade, ou nem em vencidos nem em imparidade:

	(milhares de euros)					
	2023					
	Nem em vencido nem em imparidade	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição líquida
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	362 002	-	-	362 002	( 714)	361 288
Títulos detidos para negociação	318 528	-	-	318 528	-	318 528
Instrumentos de dívida - emissores públicos	318 528	-	-	318 528	-	318 528
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	-	-	-	-	-
Títulos ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida - emissores públicos	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	-	-	-	-	-
Títulos ao justo valor através de resultados mandatário	11 418	-	-	11 418	-	11 418
Instrumentos de dívida - emissores públicos	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida- outros emissores	11 418	-	-	11 418	-	11 418
Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	740 285	-	20 584	760 869	( 239)	760 630
Instrumentos de dívida - emissores públicos	371 675	-	-	371 675	( 49)	371 626
Instrumentos de dívida- outros emissores	368 610	-	20 584	389 194	( 190)	389 004
Títulos ao custo amortizado	7 754 579	-	440 269	8 194 848	( 324 312)	7 870 536
Instrumentos de dívida - emissores públicos	4 421 480	-	-	4 421 480	( 588)	4 420 892
Instrumentos de dívida- outros emissores	3 333 099	-	440 269	3 773 368	( 323 724)	3 449 644
Crédito a clientes	24 256 771	15 665	1 132 652	25 405 088	( 954 525)	24 450 563

	(milhares de euros)					
	2022					
	Nem em vencido nem em imparidade	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição líquida
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	518 014	-	-	518 014	( 780)	517 234
Títulos detidos para negociação	36 428	-	-	36 428	-	36 428
Instrumentos de dívida - emissores públicos	36 428	-	-	36 428	-	36 428
Títulos ao justo valor através de resultados	13	-	-	13	-	13
Instrumentos de dívida- outros emissores	13	-	-	13	-	13
Títulos ao justo valor através de resultados mandatário	13 473	-	-	13 473	-	13 473
Instrumentos de dívida- outros emissores	13 473	-	-	13 473	-	13 473
Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	2 218 736	-	25 248	2 243 984	( 660)	2 243 324
Instrumentos de dívida - emissores públicos	1 764 578	-	-	1 764 578	( 453)	1 764 125
Instrumentos de dívida- outros emissores	454 158	-	25 248	479 406	( 207)	479 199
Títulos ao custo amortizado	7 846 101	-	410 094	8 256 195	( 291 531)	7 964 664
Instrumentos de dívida - emissores públicos	4 610 412	-	-	4 610 412	( 1 722)	4 608 690
Instrumentos de dívida- outros emissores	3 235 689	-	410 094	3 645 783	( 289 809)	3 355 974
Crédito a clientes	24 070 168	5 625	1 376 409	25 452 202	( 1 066 392)	24 385 810

As exposições em imparidade correspondem a (i) exposições com evidência objetiva de perda (“Exposição em *default*”, de acordo com a definição interna de *default* – que corresponde ao *Stage 3*); e (ii) exposições classificadas como tendo imparidade específica após avaliação individual de imparidade.

As exposições classificadas como não tendo imparidade dizem respeito a (i) todas as exposições que não apresentam sinais de deterioração significativa do risco de crédito – exposições classificadas em *Stage 1*; (ii) exposições que, apresentando sinais de deterioração significativa do risco de crédito, não têm evidência objetiva de perda nem imparidade específica após avaliação individual de imparidade.

O quadro seguinte apresenta os ativos que estão em imparidade ou vencidos mas não em imparidade, desagregados pela respetiva maturidade ou antiguidade (no caso de estarem vencidos):

(milhares de euros)

2023						
	Carteira de Títulos - Instrumentos de dívida		Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito		Crédito a clientes	
	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade
<b>Vencidos</b>	-	<b>102 968</b>	-	-	<b>15 665</b>	<b>349 779</b>
Até 3 meses	-	-	-	-	12 539	13 329
De 3 meses a 1 ano	-	-	-	-	1 303	122 304
De 1 a 3 anos	-	-	-	-	1 073	127 565
De 3 a 5 anos	-	1 746	-	-	711	17 854
Mais de 5 anos	-	101 222	-	-	39	68 727
<b>Vincendos</b>	-	<b>357 885</b>	-	-	-	<b>782 873</b>
Até 3 meses	-	13 510	-	-	-	56 622
De 3 meses a 1 ano	-	344 284	-	-	-	112 464
De 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	89 705
De 3 a 5 anos	-	91	-	-	-	189 162
Mais de 5 anos	-	-	-	-	-	334 920
	-	<b>460 853</b>	-	-	<b>15 665</b>	<b>1 132 652</b>

(milhares de euros)

2022						
	Carteira de Títulos - Instrumentos de dívida		Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito		Crédito a clientes	
	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade
<b>Vencidos</b>	-	<b>102 968</b>	-	-	<b>5 625</b>	<b>324 981</b>
Até 3 meses	-	-	-	-	3 258	15 607
De 3 meses a 1 ano	-	-	-	-	1 467	102 758
De 1 a 3 anos	-	-	-	-	824	78 713
De 3 a 5 anos	-	6 696	-	-	55	38 988
Mais de 5 anos	-	96 272	-	-	21	88 915
<b>Vincendos</b>	-	<b>332 374</b>	-	-	-	<b>1 051 428</b>
Até 3 meses	-	327 619	-	-	-	49 933
De 3 meses a 1 ano	-	-	-	-	-	176 350
De 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	228 510
De 3 a 5 anos	-	4 755	-	-	-	83 834
Mais de 5 anos	-	-	-	-	-	512 801
	-	<b>435 342</b>	-	-	<b>5 625</b>	<b>1 376 409</b>

O quadro seguinte apresenta os ativos que estão em imparidade ou vencidos, mas não em imparidade, desagregados pelo respetivo *Stage* da imparidade:

(milhares de euros)

	2023				2022			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	20 584	20 584	-	-	25 248	25 248
Títulos ao custo amortizado	-	-	440 269	440 269	-	-	410 094	410 094
Crédito a clientes	11 273	4 392	1 132 652	1 148 317	911	4 714	1 376 409	1 382 034
	<b>11 273</b>	<b>4 392</b>	<b>1 593 505</b>	<b>1 609 170</b>	<b>911</b>	<b>4 714</b>	<b>1 811 751</b>	<b>1 817 376</b>

#### Distribuição do risco de crédito por nível de *rating*

Relativamente aos ativos que não estão vencidos nem em imparidade, apresenta-se de seguida a distribuição por nível de *rating*. Para os instrumentos de dívida é considerando o *rating* atribuído pelas Agências de *Rating*, para o crédito a clientes e disponibilidades e aplicações em instituições de crédito são utilizados os modelos de *rating* e de *scoring* internos, com os quais é atribuída uma notação de risco, que é revista periodicamente. Para efeitos de apresentação da informação, os *ratings* foram agregados em cinco grandes grupos de risco, sendo que em “outros” estão incluídas as exposições sem *rating*.

(milhares de euros)

	2023					
	Prime +High grade	Upper Medium Grade	Lower Medium grade	Non Investment Grade Speculative + Highly speculative	Outros	Total
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	2 093	174 386	36 889	20 769	127 865	362 002
Títulos detidos para negociação	121 431	114 400	82 697	-	-	318 528
Instrumentos de dívida - emissores públicos	121 431	114 400	82 697	-	-	318 528
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	-	-	-	-	-
Títulos ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida - emissores públicos	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	-	-	-	-	-
Títulos ao justo valor através de resultados mandatário	-	-	-	-	11 418	11 418
Instrumentos de dívida - emissores públicos	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	-	-	-	11 418	11 418
Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	166 210	257 287	262 421	-	54 367	740 285
Instrumentos de dívida - emissores públicos	166 210	133 694	71 771	-	-	371 675
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	123 593	190 650	-	54 367	368 610
Títulos ao custo amortizado	2 270 897	1 833 359	1 577 272	551 373	1 521 678	7 754 579
Instrumentos de dívida - emissores públicos	2 236 452	1 375 992	520 538	-	288 498	4 421 480
Instrumentos de dívida- outros emissores	34 445	457 367	1 056 734	551 373	1 233 180	3 333 099
Crédito a clientes	6 292 784	6 543 851	2 676 788	7 785 787	957 560	24 256 771



(milhares de euros)

2022

	Prime +High grade	Upper Medium Grade	Lower Medium grade	Non Investment Grade Speculative + Highly speculative	Outros	Total
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	3	4 967	41 908	39 031	432 105	518 014
Títulos detidos para negociação	-	-	-	-	36 428	36 428
Instrumentos de dívida - emissores públicos	-	-	-	-	36 428	36 428
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	-	-	-	-	-
Títulos ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	13	13
Instrumentos de dívida - emissores públicos	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	-	-	-	13	13
Títulos ao justo valor através de resultados mandatário	-	-	-	-	13 473	13 473
Instrumentos de dívida - emissores públicos	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	-	-	-	13 473	13 473
Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	718 692	721 320	729 815	-	48 909	2 218 736
Instrumentos de dívida - emissores públicos	704 803	687 433	372 342	-	-	1 764 578
Instrumentos de dívida- outros emissores	13 889	33 887	357 473	-	48 909	454 158
Títulos ao custo amortizado	2 935 513	2 037 825	1 068 575	553 872	1 250 316	7 846 101
Instrumentos de dívida - emissores públicos	2 252 149	1 668 779	355 594	-	333 890	4 610 412
Instrumentos de dívida- outros emissores	683 364	369 046	712 981	553 872	916 426	3 235 689
Crédito a clientes	6 583 527	6 391 723	2 597 044	7 744 731	753 143	24 070 168

### 42.3.6. Concentração do risco de crédito

A repartição por setores de atividade em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

2023

	Crédito sobre clientes		Títulos detidos para negociação	Derivados detidos para negociação e cobertura económica	Títulos ao justo valor através de resultados	Títulos obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	Derivados - Contabilidade de cobertura	Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral		Títulos ao custo amortizado		Garantias e avales prestados	
	Valor bruto	Imparidade						Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Agricultura, Silvicultura e Pesca	325 205	( 6 657)	-	-	-	-	-	8 363	-	5 766	( 6)	7 664	( 107)
Indústrias Extrativas	57 469	( 3 269)	-	-	-	-	-	14 764	( 7)	18 697	( 5)	9 518	( 304)
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	478 545	( 9 525)	-	1 084	-	-	-	19 620	( 6)	108 794	( 304)	33 720	( 83)
Têxteis e Vestuário	340 946	( 11 489)	-	106	-	-	-	-	-	7 103	( 77)	6 089	( 2 140)
Curtes e Calçado	58 155	( 1 197)	-	-	-	-	-	-	-	5 024	-	1 445	( 115)
Madeira e Cortiça	106 711	( 819)	-	256	-	-	-	-	-	42 486	( 410)	9 527	( 245)
Papel e Indústrias Gráficas	86 567	( 4 216)	-	325	-	-	-	-	-	29 181	( 138)	5 066	( 17)
Refinação de Petróleo	15 448	( 4 747)	-	-	-	-	-	13 429	( 2)	60 341	( 11)	11 910	( 2)
Produtos Químicos e de Borracha	331 954	( 7 431)	-	116	-	-	-	-	-	258 791	( 127)	9 246	( 383)
Produtos Minerais não Metálicos	210 249	( 3 305)	-	9	-	-	-	-	-	123 274	( 63)	13 298	( 164)
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	341 000	( 14 121)	-	804	-	-	-	184	-	88 643	( 346)	41 467	( 374)
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	182 346	( 3 380)	-	384	-	-	-	36 493	( 18)	212 288	( 49)	19 816	( 3 974)
Fabricação de Material de Transporte	156 165	( 9 988)	-	-	-	-	-	-	-	101 074	( 78)	12 410	( 39)
Outras Indústrias Transformadoras	143 745	( 4 871)	-	-	-	-	-	-	-	20 378	( 16)	15 123	( 2 045)
Eleticidade, Gás e Água	352 627	( 1 598)	-	5 329	-	-	-	-	-	243 643	( 243)	35 802	( 31)
Construção e Obras Públicas	1 279 767	( 127 703)	-	14 485	-	-	-	12 710	( 33)	214 382	( 137 557)	780 992	( 40 872)
Comércio por Grosso e a Retalho	1 480 191	( 49 279)	-	3 714	-	-	-	18 032	( 9)	106 859	( 77)	183 350	( 3 482)
Turismo	1 134 499	( 50 882)	-	738	-	-	-	145	-	-	-	44 871	( 646)
Transportes e Comunicações	881 127	( 29 187)	-	12 088	-	-	-	34 582	( 6)	340 776	( 234)	428 881	( 1 416)
Atividades Financeiras	1 015 087	( 80 028)	-	72 148	-	264 707	683 063	162 744	( 21)	740 573	( 579)	184 579	( 77)
Atividades Imobiliárias	1 805 272	( 140 473)	-	4 672	-	-	-	34 258	( 77)	178 027	( 86 951)	82 207	( 4 121)
Serviços Prestados às Empresas	1 989 561	( 141 837)	-	1 359	-	205	-	86 796	( 7)	704 318	( 95 482)	338 845	( 12 886)
Administração e Serviços Públicos	458 559	( 25 595)	318 528	-	-	-	-	371 675	( 49)	4 438 660	( 600)	21 098	( 84)
Outras atividades de serviços coletivos	406 725	( 21 243)	-	-	-	-	-	24 728	( 4)	145 770	( 959)	40 879	( 788)
Crédito à Habitação	10 058 031	( 71 241)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	1 611 145	( 120 326)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	97 992	( 10 118)	-	3	-	-	-	-	-	-	-	16 232	( 291)
<b>TOTAL</b>	<b>25 405 088</b>	<b>( 954 525)</b>	<b>318 528</b>	<b>117 620</b>	<b>-</b>	<b>264 912</b>	<b>683 063</b>	<b>838 523</b>	<b>( 239)</b>	<b>8 194 848</b>	<b>( 324 312)</b>	<b>2 354 035</b>	<b>( 74 686)</b>

(milhares de euros)

	2022												
	Crédito sobre clientes		Títulos detidos para negociação	Derivados detidos para negociação e cobertura económica	Títulos ao justo valor através de resultados	Títulos obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	Derivados - Contabilidade de cobertura	Títulos ao justo valor através de outro rendimento Integral		Títulos ao custo amortizado		Garantias e avales prestados	
	Valor bruto	Imparidade						Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Agricultura, Silvicultura e Pesca	336 749	( 6 673)	-	-	-	-	-	8 616	-	5 788	( 15)	11 893	( 5 902)
Indústrias Extrativas	65 487	( 5 033)	-	-	-	-	-	14 277	( 7)	18 445	( 8)	8 983	( 361)
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	455 764	( 11 799)	-	4 302	-	-	-	19 152	( 9)	113 036	( 188)	35 923	( 260)
Têxteis e Vestuário	407 303	( 21 411)	-	298	-	-	-	-	-	9 690	( 9)	7 026	( 958)
Curtes e Calçado	71 976	( 1 253)	-	-	-	-	-	-	-	5 522	( 1)	1 518	( 117)
Madeira e Cortiça	136 226	( 2 493)	-	609	-	-	-	-	-	53 959	( 114)	7 563	( 255)
Papel e Indústrias Gráficas	95 930	( 5 905)	-	629	-	-	-	-	-	28 906	( 139)	5 780	( 22)
Refinação de Petróleo	16 314	( 114)	-	1	-	-	-	-	-	13 718	( 2)	2 264	-
Produtos Químicos e de Borracha	289 130	( 7 071)	-	357	-	-	-	-	-	221 901	( 186)	15 775	( 135)
Produtos Minerais não Metálicos	187 993	( 2 763)	-	4	-	-	-	14 839	( 5)	96 002	( 105)	35 523	( 174)
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	390 928	( 16 069)	-	145	-	-	-	433	-	48 658	( 75)	34 232	( 390)
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	229 425	( 10 750)	-	42	-	-	-	41 511	( 25)	193 710	( 64)	21 848	( 3 559)
Fabricação de Material de Transporte	176 541	( 4 941)	-	-	-	-	-	-	-	59 963	( 65)	12 856	( 290)
Outras Indústrias Transformadoras	146 243	( 4 877)	-	-	-	-	-	-	-	39 244	( 22)	18 174	( 2 452)
Eletricidade, Gás e Água	238 741	( 3 466)	-	4 916	-	-	-	6 435	-	173 789	( 2 675)	34 245	( 94)
Construção e Obras Públicas	1408 447	( 133 850)	-	16 597	-	-	-	14 533	( 6)	229 922	( 117 563)	841 796	( 45 720)
Comércio por Grosso e a Retalho	1491 507	( 48 880)	-	7 371	-	-	-	17 373	( 10)	89 653	( 58)	181 761	( 3 301)
Turismo	1186 040	( 84 091)	-	-	-	-	-	124	-	-	-	48 625	( 1 056)
Transportes e Comunicações	916 930	( 28 617)	-	7 345	-	-	-	46 531	( 20)	228 236	( 304)	398 424	( 1 773)
Atividades Financeiras	702 846	( 65 729)	-	91 076	-	311 177	562 845	210 520	( 92)	1 196 010	( 446)	150 889	( 1 28)
Atividades Imobiliárias	1 750 110	( 162 449)	-	1 428	-	-	-	29 699	( 11)	151 982	( 73 610)	90 391	( 3 537)
Serviços Prestados às Empresas	2 272 827	( 148 975)	-	98	13	129	-	89 798	( 11)	694 125	( 93 479)	354 904	( 10 737)
Administração e Serviços Públicos	421 680	( 25 288)	36 428	-	-	-	-	1 764 802	( 453)	4 610 412	( 1 722)	21 623	( 110)
Outras atividades de serviços coletivos	429 360	( 42 418)	-	145	-	2 378	-	24 849	( 9)	93 600	( 663)	38 047	( 958)
Crédito à Habitação	9 829 383	( 54 835)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	1 395 147	( 135 047)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	403 175	( 32 215)	-	19	-	-	-	13 889	-	50 262	( 4)	17 804	( 258)
<b>TOTAL</b>	<b>25 452 202</b>	<b>( 1 066 392)</b>	<b>36 428</b>	<b>135 382</b>	<b>13</b>	<b>313 684</b>	<b>562 845</b>	<b>2 331 099</b>	<b>( 660)</b>	<b>8 474 740</b>	<b>( 291 531)</b>	<b>2 397 867</b>	<b>( 82 547)</b>

#### 42.4. Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações, preços de mercadorias, volatilidade e spread de crédito.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura CALCO (*Capital Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo novobanco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. A validação da adequabilidade do modelo de VaR é efetuada diariamente através do processo de *backtesting* (teórico e real). Complementarmente, numa base mensal, a monitorização de risco de mercado inclui o reporte de métricas adicionais no âmbito do *stresstesting framework*, nomeadamente o *Stressed VaR* (SVaR), cenários históricos de stress e análises de sensibilidade aos principais fatores de risco. Adicionalmente, o *framework* de controlo de risco de mercado incorpora um processo mensal de monitorização das posições das carteiras no âmbito do controlo da fronteira (*boundary*) entre carteira de negociação (*trading book*) e carteira bancária (*banking book*), bem como a validação independente (2ª linha de defesa) das valorizações dos instrumentos financeiros ao justo valor.

(milhares de euros)

	2023				2022			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	763	653	1 358	411	340	1 375	4 379	340
Risco taxa de juro	1 096	1 752	4 707	422	586	7 445	47 720	586
Ações e mercadorias	0	21	250	0	0	0	3	-
Volatilidade	0	60	312	0	1	348	2 117	1
Spread de Crédito	317	607	2 271	234	415	934	2 386	229
Efeito da diversificação	( 1 058)	( 821)	( 1 989)	( 95)	( 444)	( 1 941)	( 7 819)	( 259)
<b>Total</b>	<b>1 118</b>	<b>2 273</b>	<b>6 910</b>	<b>972</b>	<b>898</b>	<b>8 162</b>	<b>48 787</b>	<b>898</b>

O Grupo novobanco apresenta um valor em risco (VaR) de 1118 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 898 milhares de euros) para as suas posições de negociação.

#### 42.4.1. Risco taxa de juro

No seguimento das recomendações da Autoridade Bancária Europeia explicitadas no conjunto de *guidelines* publicadas em 2022 (EBA/GL/2022/14, EBA/RTS/2022/09 e EBA/RTS/2022/10) o Grupo novobanco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado nos choques prescritos, classificando os montantes nocionais e de juros por escalões de revisão de taxa (*repricing*) ou de acordo com a sua sensibilidade às flutuações das taxas de juro (*key rate duration*), de todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais sensíveis a taxas de juro, que não pertençam à carteira de negociação. O cálculo do risco de taxa de juro de balanço é igualmente medido através de choques internos definidos pelo banco, nomeadamente através de métricas de VaR.

Neste contexto, o Grupo novobanco tem implementada uma abordagem de testes de esforço ao risco de taxa de juro assente em três pilares: cenários de choque de taxas de juro, análises de sensibilidade e testes de esforço inversos (*reverse stress testing*).

O *framework* de controlo de risco de taxa de juro permite ao Grupo novobanco monitorizar e medir o impacto de diferentes cenários de taxa de juro, quer numa perspetiva de valor económico, quer numa perspetiva de margem financeira, alterando e adaptando o seu perfil de risco em linha com a estratégia de gestão de risco definida. Perante o recente cenário de significativa subida de taxas de juro iniciado a partir da segunda metade de 2022, esta monitorização e controlo tornou-se ainda mais relevante, de forma a garantir a proteção do valor económico e margem financeira face à volatilidade das taxas de juro.

Fruto do perfil de risco do Grupo novobanco, predominando ativos à taxa variável e uma estrutura de passivo essencialmente a taxa fixa, a subida verificada nas taxas de juro traduziu-se num aumento significativo da margem financeira, em resultado do ambiente favorável das taxas de juro e da gestão criteriosa dos investimentos e do custo de financiamento. Adicionalmente, e tendo em conta o novo choque regulamentar da EBA sobre a margem financeira, cujo limite regulamentar é de 5% de Tier 1 (a 31 de dezembro 2023 este limite era ainda indicativo), o Grupo adotou medidas de gestão de forma a poder enquadrar a sensibilidade da margem financeira num cenário de descida de taxas de juro no limite (indicativo) estabelecido.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo novobanco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhares de euros)

2023						
	Montantes sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Ativos</b>		<b>21 230 624</b>	<b>5 635 071</b>	<b>3 048 590</b>	<b>5 954 460</b>	<b>4 244 381</b>
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	5 886 886	5 884 215	-	2 629	42	-
Crédito a clientes	24 796 365	14 376 568	4 804 194	2 853 022	1 888 823	873 757
Títulos	9 251 816	791 782	830 877	192 939	4 065 595	3 370 624
Outros ativos	178 059	178 059	-	-	-	-
<b>Passivos</b>		<b>18 723 202</b>	<b>3 915 699</b>	<b>4 369 915</b>	<b>7 350 962</b>	<b>4 628 883</b>
Recursos de outras Inst. de Crédito	5 680 440	5 436 226	4 252	14 962	225 000	-
Recursos de clientes	30 126 590	12 487 953	3 859 934	4 274 711	6 449 899	3 054 093
Títulos emitidos	2 209 018	23 895	11 418	( 736)	599 651	1 574 790
Outros passivos	972 613	775 128	40 095	80 977	76 412	-
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	1 124 465	2 507 422	1 719 372	(1 321 325)	(1 396 503)	( 384 501)
Fora de Balanço	0	(3 437 842)	( 154 125)	( 141 096)	4 051 530	( 318 467)
<b>GAP estrutural</b>	<b>1 124 465</b>	<b>( 930 420)</b>	<b>1 565 247</b>	<b>(1 462 421)</b>	<b>2 655 027</b>	<b>( 702 968)</b>
<b>GAP acumulado</b>		<b>( 930 420)</b>	<b>634 827</b>	<b>( 827 594)</b>	<b>1 827 433</b>	<b>1 124 465</b>

(milhares de euros)

2022						
	Montantes sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Ativos</b>		<b>21 997 489</b>	<b>5 502 398</b>	<b>5 132 116</b>	<b>4 788 815</b>	<b>5 158 137</b>
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	6 604 336	6 599 797	0	4 502	18	20
Crédito a clientes	24 913 126	14 553 860	4 715 044	2 975 173	1 767 460	901 589
Títulos	10 927 447	709 787	787 353	2 152 441	3 021 337	4 256 529
Outros ativos	134 045	134 045	-	-	-	-
<b>Passivos</b>		<b>29 061 277</b>	<b>2 793 033</b>	<b>4 227 676</b>	<b>3 413 575</b>	<b>3 134 049</b>
Recursos de outras Inst. de Crédito	9 695 523	9 279 092	36 913	89 518	-	290 000
Recursos de clientes	29 460 793	18 739 506	2 743 146	3 828 237	3 286 384	863 520
Títulos emitidos	2 681 999	301 876	6 000	299 964	99 788	1 974 371
Outros passivos	791 294	740 803	6 974	9 957	27 402	6 158
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	( 50 656)	(7 063 788)	2 709 364	904 440	1 375 240	2 024 088
Fora de Balanço	1 045	(1 295 901)	1 306 840	( 590 245)	807 031	( 226 679)
<b>GAP estrutural</b>	<b>( 49 611)</b>	<b>(8 359 689)</b>	<b>4 016 204</b>	<b>314 194</b>	<b>2 182 271</b>	<b>1 797 409</b>
<b>GAP acumulado</b>		<b>(8 359 689)</b>	<b>(4 343 486)</b>	<b>(4 029 291)</b>	<b>(1 847 020)</b>	<b>( 49 611)</b>

São efetuadas análises de sensibilidade para o risco de taxa de juro da carteira bancária com base numa aproximação ao modelo da duração, sendo efetuados vários cenários de deslocação da curva de rendimentos em todos os escalões de taxa de juro.

(milhares de euros)

## 2023

	Aumento paralelo de 200 pb	Diminuição paralela de 200 pb	Short Rate Shock Up	Short Rate Shock Down	Steepener shock	Flattener shock
Em 31 de Dezembro	( 219 057)	147 303	( 119 451)	65 416	7 766	( 49 405)
Média do exercício	( 162 778)	70 207	( 106 756)	59 039	18 799	( 63 603)
Máximo para o exercício	44 560	209 961	( 13 794)	135 003	40 358	( 20 429)
Mínimo para o exercício	( 380 019)	( 152 580)	( 247 596)	8 691	419	( 144 031)

(milhares de euros)

## 2022

	Aumento paralelo de 200 pb	Diminuição paralela de 200 pb	Short Rate Shock Up	Short Rate Shock Down	Steepener shock	Flattener shock
Em 31 de Dezembro	( 361 341)	195 808	( 241 571)	131 255	39 850	( 144 912)
Média do exercício	( 25 294)	( 96 866)	( 106 585)	70 159	72 455	( 138 995)
Máximo para o exercício	70 179	195 808	( 68 229)	131 255	105 417	( 78 024)
Mínimo para o exercício	( 361 341)	( 263 636)	( 241 571)	43 154	30 496	( 170 498)

## 42.4.2. Risco cambial

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e dos passivos, a 31 de dezembro de 2023 e 2022 por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		2023				2022			
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	( 497 127)	506 031	( 18)	8 886	( 635 256)	634 533	91	( 632)
GBP	LIBRA ESTERLINA	( 46 256)	48 788	-	2 532	( 48 068)	47 867	-	( 201)
BRL	REAL DO BRASIL	908	-	-	908	866	-	-	866
MOP	PATACA	109	-	-	109	2 409	-	-	2 409
JPY	IENE JAPONÊS	( 1 377)	1 521	2	146	( 2 326)	2 318	-	( 8)
CHF	FRANCO SUICO	( 1 950)	4 590	-	2 640	( 9 289)	9 769	-	480
SEK	COROA SUECA	( 5 000)	5 795	-	795	17 593	( 17 578)	-	15
NOK	COROA NORUEGUESA	48 681	( 47 178)	-	1 503	53 291	( 53 059)	-	232
CAD	DÓLAR CANADIANO	( 19 149)	22 060	-	2 911	( 16 710)	19 003	-	2 293
ZAR	RAND DA ÁFRICA DO SUL	( 516)	757	-	241	( 10)	( 530)	-	( 540)
AUD	DÓLAR AUSTRALIANO	8 407	( 7 317)	-	1 090	9 613	( 9 463)	-	150
VEB	BOLIVAR	3	-	-	3	2	-	-	2
PLN	ZLOTY	3 086	( 2 507)	-	579	( 2 995)	3 010	-	15
MAD	DIRHAM MARROQUINO	( 1 350)	2 064	-	714	( 2 558)	2 256	-	( 302)
MXN	PESO MEXICANO	60	( 91)	-	( 31)	( 6)	-	-	( 6)
AOA	KWANZA	( 13)	-	-	( 13)	( 23)	-	-	( 23)
CVE	ESCUDO DE CABO VERDE	( 160)	-	-	( 160)	( 137)	-	-	( 137)
HKD	DOLAR DE HONG-KONG	( 1 273)	1 112	-	( 161)	( 706)	595	-	( 111)
CZK	COROA CHECA	225	( 425)	-	( 200)	6	( 114)	-	( 108)
DZD	DINAR ARGELINO	7 593	-	-	7 593	7 638	-	-	7 638
CNY	YUAN REN-MIN-BI	4	( 255)	-	( 251)	333	( 347)	-	( 14)
	OUTRAS	( 7 370)	9 545	-	2 175	( 2 957)	4 057	0	1 101
		<b>( 512 465)</b>	<b>544 490</b>	<b>( 16)</b>	<b>32 009</b>	<b>( 629 290)</b>	<b>642 317</b>	<b>91</b>	<b>13 119</b>

Nota: ativo / (passivo)

## 42.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- Liquidez dos ativos (*market liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de ativo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado;
- Financiamento (*funding liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os ativos e/ou refinar a dívida que está a maturar, nos prazos e na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser refletida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de ativos, ainda que incorrendo em perdas significativas. O risco de (re)financiamento deve ser minimizado através de uma adequada diversificação das fontes de financiamento e dos prazos de vencimento.

Os Bancos estão sujeitos a risco de liquidez por inerência do seu negócio de transformação de maturidades (emprestadores de longo prazo e depositários de curto prazo), sendo assim crucial uma gestão prudente do risco de liquidez.

Os principais indicadores de liquidez apresentam-se como se segue a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	(milhões de euros)	
	2023	2022
Financiamento bruto junto do BCE	1 129	6 323
Financiamento líquido junto do BCE <sup>(1)</sup>	( 4 246)	385
Carteira de Ativos Elegíveis para BCE, líquida de <i>haircut</i>	14 217	16 917
Colaterais utilizados	6 957	9 971
<i>Buffer</i> de liquidez <sup>(2)</sup>	13 582	13 736
Rácio de Transformação <sup>(3)</sup>	81,2%	83,3%
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR) <sup>(4)</sup>	163%	210%
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR) <sup>(4)</sup>	118%	113%

<sup>(1)</sup> Inclui financiamento e aplicações do/no SEBC; o valor positivo corresponde a um recurso; o valor negativo corresponde a uma aplicação

<sup>(2)</sup> Corresponde à carteira de ativos elegíveis acrescida dos títulos *HQLAs* não elegíveis no BCE, deduzida do colateral utilizado

<sup>(3)</sup> (Crédito Total - Imparidade acumulada para Crédito)/ Depósitos de Clientes

<sup>(4)</sup> Preliminar

O rácio de cobertura de liquidez (*Liquidity Coverage Ratio* – LCR) e o rácio de financiamento estável (*Net Stable Funding Ratio* – NSFR) constam na legislação regulamentar, sendo que o LCR visa promover a resiliência dos Bancos ao risco de liquidez de curto prazo, assegurando que detêm ativos líquidos de elevada qualidade, suficientes para sobreviver a um cenário de stress severo, durante um período de 30 dias, enquanto o NSFR tem como objetivo garantir que os Bancos mantêm um financiamento estável para os seus ativos e operações fora de balanço, por um período de um ano. De acordo com a legislação regulamentar em vigor, o Grupo novobanco é obrigado a cumprir com um limite mínimo regulamentar de 100% em ambos os rácios (LCR e NSFR).

No Grupo novobanco a liquidez é gerida de uma forma centralizada na Sede para o perímetro consolidado prudencial, sendo a análise e as tomadas de decisão efetuadas com base nos relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos. De acordo com as regras do ITS (*Implementing Technical Standards*), é efetuado o cálculo do défice contratual líquido e da capacidade de reequilibragem (*counterbalancing capacity*), para o final de 2023 e de 2022:

(milhares de euros)

	2023						
	Total	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6m a 1 ano	superior a 1 ano
<b>SAÍDAS</b>							
Passivos decorrentes de valores mobiliários emitidos (se não forem tratados como depósitos de retalho)	650 268	7 747	4 593	6 104	479	6 722	624 623
Passivos decorrentes de operações de empréstimo garantidas e de operações de mercado de capitais	6 939 455	-	1 150 391	526 714	-	2 891 083	2 371 267
Saídas comportamentais resultantes de depósitos	29 829 454	541 358	217 829	155 606	113 667	233 746	28 567 248
Swaps cambiais e Derivados	531 444	10 482	30 744	265 440	85 943	52 548	86 287
Outras saídas	743 368	1 026	-	-	20 143	49 386	672 813
<b>Total de Saídas</b>	<b>38 693 989</b>	<b>560 613</b>	<b>1 403 557</b>	<b>953 864</b>	<b>220 232</b>	<b>3 233 485</b>	<b>32 322 238</b>
<b>ENTRADAS</b>							
Operações de empréstimo garantidas e de operações associadas ao mercado de capitais	-	-	-	-	-	-	-
Entradas comportamentais resultantes de empréstimos e adiantamentos	28 169 581	102 428	58 929	162 573	235 714	471 921	27 138 016
Swaps cambiais e Derivados	570 605	9 232	31 410	264 407	83 230	52 108	130 218
Títulos em carteira própria a maturar e Outras entradas	9 167 468	80 063	326 086	405 235	242 770	341 604	7 771 710
<b>Total de Entradas</b>	<b>37 907 654</b>	<b>191 723</b>	<b>416 425</b>	<b>832 215</b>	<b>561 714</b>	<b>865 633</b>	<b>35 039 944</b>
Superávit (+) / Déficit (-) contratual líquido	(786 336)	(368 890)	(987 134)	(121 649)	341 482	(2 367 852)	2 717 707
<b>Superávit (+) / Déficit (-) contratual líquido acumulado</b>		<b>(368 890)</b>	<b>(1 356 022)</b>	<b>(1 477 671)</b>	<b>(1 136 189)</b>	<b>(3 504 041)</b>	<b>(786 335)</b>
<b>CAPACIDADE DE REEQUILIBRAGEM</b>							
	Stock Inicial	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6m a 1 ano	superior a 1 ano
Moedas e notas de banco	179 229	-	-	-	-	-	-
Reservas mobilizáveis do banco central	5 082 915	-	-	-	-	-	-
Ativos negociáveis e não negociáveis elegíveis para os bancos centrais	6 856 277	-	1 095 910	39 532	(150 627)	246 919	(8 088 011)
Facilidades autorizadas e não utilizadas recebidas	2 698 448	(16 140)	(71 111)	(185 312)	(297 069)	717 916	(2 846 732)
Variação líquida da capacidade de reequilibragem	-	(16 140)	1 024 799	(145 780)	(447 696)	964 835	(10 934 743)
<b>Capacidade de reequilibragem acumulada</b>	<b>14 816 869</b>	<b>14 800 729</b>	<b>15 825 528</b>	<b>15 679 748</b>	<b>15 232 052</b>	<b>16 196 887</b>	<b>5 262 144</b>

(milhares de euros)

	2022						
	Total	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6m a 1 ano	superior a 1 ano
<b>SAÍDAS</b>							
Passivos decorrentes de valores mobiliários emitidos (se não forem tratados como depósitos de retalho)	1 480 787	2 247	4 593	10 700	5 986	297 637	1 159 624
Passivos decorrentes de operações de empréstimo garantidas e de operações de mercado de capitais	10 059 656	57 154	66 513	1 732 249	3 341 048	739 188	4 123 504
Saídas comportamentais resultantes de depósitos	30 194 492	573 588	41 352	133 529	149 284	414 200	28 882 540
Swaps cambiais e Derivados	751 818	5 224	52 647	385 288	82 861	65 007	160 791
Outras saídas	623 245	4 477	-	-	15 824	34 000	568 944
<b>Total de Saídas</b>	<b>43 109 997</b>	<b>642 690</b>	<b>165 104</b>	<b>2 261 766</b>	<b>3 595 003</b>	<b>1 550 031</b>	<b>34 895 403</b>
<b>ENTRADAS</b>							
Operações de empréstimo garantidas e de operações associadas ao mercado de capitais	-	-	-	-	-	-	-
Entradas comportamentais resultantes de empréstimos e adiantamentos	38 461 333	5 838 109	68 447	183 143	273 970	548 609	31 549 055
Swaps cambiais e Derivados	753 169	6 049	53 146	386 808	83 515	63 026	160 625
Títulos em carteira própria a maturar e Outras entradas	10 550 649	49 284	163 514	265 079	222 462	2 144 302	7 706 009
<b>Total de Entradas</b>	<b>49 765 151</b>	<b>5 893 442</b>	<b>285 107</b>	<b>835 029</b>	<b>579 947</b>	<b>2 755 937</b>	<b>39 415 689</b>
Superáвите (+) / Défice (-) contratual líquido	6 655 155	5 250 752	120 003	(1 426 737)	(3 015 056)	1 205 906	4 520 287
<b>Superáвите (+) / Défice (-) contratual líquido acumulado</b>		<b>5 250 752</b>	<b>5 370 755</b>	<b>3 944 018</b>	<b>928 962</b>	<b>2 134 868</b>	<b>6 655 155</b>
<b>CAPACIDADE DE REEQUILIBRAGEM</b>							
	Stock Inicial	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6m a 1 ano	superior a 1 ano
Moedas e notas de banco	182 895						
Reservas mobilizáveis do banco central	5 653 802	(5 653 802)					
Ativos negociáveis e não negociáveis elegíveis para os bancos centrais	7 924 420	56 109	62 178	(116 348)	(131 290)	(1 924 380)	(5 866 209)
Facilidades autorizadas e não utilizadas recebidas	-	(23 829)	(77 909)	1 378 676	2 739 531	(84 317)	(3 932 151)
Varição líquida da capacidade de reequilibragem		(5 621 523)	(15 731)	1 262 328	2 608 241	(2 008 697)	(9 798 361)
<b>Capacidade de reequilibragem acumulada</b>	<b>13 761 118</b>	<b>8 139 595</b>	<b>8 123 864</b>	<b>9 386 192</b>	<b>11 994 433</b>	<b>9 985 736</b>	<b>187 375</b>

No final de 2022 verificava-se um superáвите contratual líquido acumulado a um ano de 2 135 milhões de euros, tendo passado a 31 de dezembro de 2023 para um défice contratual líquido acumulado a 1 ano de 3 504 milhões de euros. Apesar desta variação, a posição de liquidez manteve-se estável, dado que este agravamento de 5 639 milhões de euros deve-se essencialmente a uma alteração de critério regulamentar de reporte, dado que no ano passado as disponibilidades no BCE, num total de 5 654 milhões de euros, eram considerados como uma entrada de caixa e este ano esta rubrica é incluída na capacidade de reequilibragem.

A *counterbalancing capacity* (capacidade de reequilibragem) a 1 ano no final de 2023 era de 16 197 milhões de euros, superior em 6 211 milhões de euros ao valor verificado no final de 2022 (9 986 milhões de euros). Esta subida deve-se essencialmente à alteração de critério regulamentar referida no ponto anterior (+5 083 milhões de euros) e ao aumento de *secured funding*, que compensou parcialmente o reembolso das tomadas ao BCE efetuadas ao abrigo da linha TLTRO III.

De forma a antecipar eventuais impactos negativos, são efetuados cenários de stress internos de liquidez representativos dos tipos de crise que poderão ocorrer, tendo por base cenários idiossincráticos (caracterizados por uma perda de confiança no Grupo), e cenários de mercado.



## Ativos e Passivos – Escalonamento por maturidades residuais

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o escalonamento dos ativos e passivos por maturidades residuais é como segue:

	2023					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Duração indeterminada / Crédito vencido	
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>2 601 364</b>	<b>2 498 407</b>	<b>11 332 243</b>	<b>18 742 630</b>	<b>696 592</b>	<b>35 871 236</b>
<b>Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação</b>	<b>100 834</b>	<b>231 721</b>	<b>15 805</b>	<b>87 788</b>	-	<b>436 148</b>
Títulos	96 068	222 460	-	-	-	318 528
Derivados de negociação	4 766	9 261	15 805	87 788	-	117 620
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados - títulos</b>	-	<b>112</b>	<b>50</b>	<b>11 256</b>	<b>253 494</b>	<b>264 912</b>
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral - títulos</b>	<b>154 305</b>	<b>87 676</b>	<b>320 907</b>	<b>197 981</b>	<b>77 654</b>	<b>838 523</b>
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo custo amortizado</b>	<b>2 345 693</b>	<b>2 163 711</b>	<b>10 660 476</b>	<b>18 113 266</b>	<b>365 444</b>	<b>33 648 590</b>
Títulos	706 444	439 051	4 154 426	2 894 927	-	8 194 848
Aplicações em Instituições de crédito	24 345	6 001	15 220	3 088	-	48 654
Crédito a Clientes	1 614 904	1 718 659	6 490 830	15 215 251	365 444	25 405 088
<b>Derivados - Contabilidade de Cobertura</b>	<b>532</b>	<b>15 187</b>	<b>335 005</b>	<b>332 339</b>	-	<b>683 063</b>
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>21 860 215</b>	<b>10 984 087</b>	<b>3 137 444</b>	<b>1 142 855</b>	-	<b>37 124 601</b>
<b>Derivados de negociação</b>	<b>6 267</b>	<b>8 685</b>	<b>15 248</b>	<b>70 439</b>	-	<b>100 639</b>
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>21 853 909</b>	<b>10 974 926</b>	<b>3 019 681</b>	<b>1 050 717</b>	-	<b>36 899 233</b>
Recursos de bancos centrais	178 807	950 000	-	-	-	1 128 807
Recursos de outras instituições de crédito	1 180 249	1 500 343	1 935 927	-	-	4 616 519
<i>(dos quais: Operações com acordo de recompra)</i>	854 275	1 452 461	1 560 317	-	-	3 867 053
Recursos de clientes	20 494 853	8 524 583	959 951	66 935	-	30 046 322
<i>(dos quais: Operações com acordo de recompra)</i>	813 660	302 564	250 158	-	-	1 366 382
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	123 803	482 282	-	606 085
Passivos subordinados	-	-	-	501 500	-	501 500
<b>Derivados - Contabilidade de Cobertura</b>	<b>39</b>	<b>476</b>	<b>102 515</b>	<b>21 699</b>	-	<b>124 729</b>
<b>Nocionais</b>	<b>2 175 569</b>	<b>2 440 569</b>	<b>20 812 846</b>	<b>11 893 626</b>	-	<b>37 322 610</b>
<b>Derivados de negociação</b>	<b>2 122 569</b>	<b>1 119 863</b>	<b>2 058 376</b>	<b>4 687 196</b>	-	<b>9 988 004</b>
Nocional Compra	1 045 911	559 993	1 021 440	2 310 578	-	4 937 922
Nocional Venda	1 076 658	559 870	1 036 936	2 376 618	-	5 050 082
<b>Derivados - Contabilidade de Cobertura</b>	<b>53 000</b>	<b>1 320 706</b>	<b>18 754 470</b>	<b>7 206 430</b>	-	<b>27 334 606</b>
Nocional Compra	26 500	660 353	9 377 235	3 603 215	-	13 667 303
Nocional Venda	26 500	660 353	9 377 235	3 603 215	-	13 667 303

(milhares de euros)

	2022					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Duração indeterminada / Crédito vencido	
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>2 296 820</b>	<b>3 748 010</b>	<b>9 592 265</b>	<b>20 777 149</b>	<b>717 932</b>	<b>37 132 176</b>
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>	<b>13 476</b>	<b>16 821</b>	<b>33 344</b>	<b>108 169</b>	-	<b>171 810</b>
Títulos	-	4 911	10 055	21 462	-	36 428
Derivados de negociação	13 476	11 910	23 289	86 707	-	135 382
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados - títulos</b>	-	-	<b>2 469</b>	<b>11 004</b>	<b>300 211</b>	<b>313 684</b>
<b>Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados - títulos</b>	-	<b>13</b>	-	-	-	<b>13</b>
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral - títulos</b>	<b>142 588</b>	<b>1 655 714</b>	<b>285 809</b>	<b>159 873</b>	<b>87 115</b>	<b>2 331 099</b>
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo custo amortizado</b>	<b>2 140 748</b>	<b>2 075 079</b>	<b>9 131 698</b>	<b>20 074 594</b>	<b>330 606</b>	<b>33 752 725</b>
Títulos	785 649	545 902	2 832 097	4 092 547	-	8 256 195
Aplicações em Instituições de crédito	320	666	38 365	4 977	-	44 328
Crédito a Clientes	1 354 779	1 528 511	6 261 236	15 977 070	330 606	25 452 202
<b>Derivados - Contabilidade de Cobertura</b>	<b>8</b>	<b>383</b>	<b>138 945</b>	<b>423 509</b>	-	<b>562 845</b>
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>24 372 537</b>	<b>9 936 945</b>	<b>5 559 945</b>	<b>817 609</b>	<b>44 451</b>	<b>40 731 487</b>
<b>Derivados de negociação</b>	<b>8 144</b>	<b>11 063</b>	<b>18 705</b>	<b>61 474</b>	-	<b>99 386</b>
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>24 372 534</b>	<b>9 936 365</b>	<b>5 501 590</b>	<b>756 969</b>	<b>44 451</b>	<b>40 611 909</b>
Recursos de bancos centrais	1 627 198	3 750 000	950 000	-	-	6 327 198
Recursos de outras instituições de crédito	574 838	296 221	2 214 958	291 939	-	3 377 956
<i>(dos quais: Operações com acordo de recompra)</i>	123 620	-	2 027 204	-	-	2 150 824
Recursos de clientes	22 170 498	5 614 270	1 493 090	-	-	29 277 858
<i>(dos quais: Operações com acordo de recompra)</i>	450 906	-	-	-	-	450 906
Responsabilidades representadas por títulos	-	275 874	427 970	465 030	-	1 168 874
Passivos subordinados	-	-	415 572	-	-	415 572
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	-	-	-	44 451	44 451
<b>Derivados - Contabilidade de Cobertura</b>	<b>3</b>	<b>580</b>	<b>58 355</b>	<b>60 640</b>	-	<b>119 578</b>
<b>Nocionais</b>						
<b>Derivados de negociação</b>						
Nocional Compra	1 342 255	735 763	963 226	2 285 684	-	5 326 928
Nocional Venda	1 340 594	735 132	983 950	2 354 243	-	5 413 919
<b>Derivados - Contabilidade de Cobertura</b>						
Nocional Compra	3 020	63 678	4 629 088	4 514 816	-	9 210 602
Nocional Venda	3 020	63 678	4 629 088	4 514 816	-	9 210 602

#### 42.6. Ativos onerados e não onerados

Seguidamente apresenta-se a informação sobre ativos onerados e não onerados, de acordo com o definido pela Instrução n.º 28/2014 do Banco de Portugal (salientamos que esta informação é elaborada na perspetiva prudencial, cujo perímetro de consolidação difere do perímetro de consolidação das demonstrações financeiras apresentadas):

(milhares de euros)

Ativos	2023			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Instrumentos de capital próprio	-	-	1 048 005	1 048 005
Títulos de dívida	2 173 152	2 173 152	6 788 198	6 788 198
Outros ativos	6 633 169	n/a	27 081 452	n/a
<b>Ativos da instituição</b>	<b>8 806 321</b>	<b>n/a</b>	<b>34 917 655</b>	<b>n/a</b>

(milhares de euros)

Ativos	2022			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Instrumentos de capital próprio	-	-	1 203 595	1 203 595
Títulos de dívida	1 475 265	1 475 265	9 001 842	9 001 842
Outros ativos	12 019 977	n/a	22 515 329	n/a
<b>Ativos da instituição</b>	<b>13 495 242</b>	<b>n/a</b>	<b>32 720 766</b>	<b>n/a</b>

(milhares de euros)

Colateral recebido	2023		2022	
	Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos	Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis	Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos	Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis
<b>Colateral recebido</b>	-	-	-	-
Instrumentos de capital próprio	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	-
Outro colateral recebido	-	-	-	-
<b>Títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS</b>	-	-	-	-

(milhares de euros)

Ativos onerados, colateral recebido onerado e passivos associados	2023		2022	
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS oneradas	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS oneradas
Quantia escriturada dos passivos financeiros selecionados	6 803 634	8 806 322	9 968 346	13 495 242

Os ativos onerados são representados essencialmente por créditos e por títulos utilizados em operações de financiamento junto do BCE, em operações de repo, em emissões de obrigações hipotecárias e em securitizações. Existem igualmente ativos dados em colateral para cobrir o risco de contraparte do Grupo em operações de derivados.

#### 42.7. Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos e dos sistemas de informação, do comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Entende-se, assim, risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação, de compliance e de reputação.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa, bem como por Representantes da Gestão de Risco Operacional designados por cada um dos

departamentos, sucursais e subsidiárias considerados relevantes, aos quais compete o cumprimento dos procedimentos instituídos e a gestão quotidiana deste Risco nas suas áreas de competência.

#### 42.8. Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O principal objetivo da gestão de capital consiste em assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo novobanco em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as regras de cálculo dos ativos ponderados pelo risco, dos fundos próprios e assegurando a observância dos níveis de solvabilidade e alavancagem definidos pelas entidades de supervisão, nomeadamente pelo Banco Central Europeu (BCE) - entidade diretamente responsável pela supervisão do Grupo novobanco - e pelo Banco de Portugal, e do apetite de risco estipulado internamente para as métricas de capital.

A definição da estratégia a adotar em termos de gestão de capital é da competência do Conselho de Administração Executivo, encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Grupo novobanco.

Os rácios de capital do Grupo novobanco são calculados tendo por base as regras estipuladas na Diretiva 2013/36/EU e no Regulamento (EU) n.º 575/2013 (CRR) que definem os critérios para o acesso à atividade das instituições de crédito e empresas de investimento e determinam os requisitos prudenciais a observar por aquelas mesmas entidades nomeadamente no que respeita ao cálculo dos rácios supramencionados.

O Grupo novobanco encontra-se autorizado a utilizar a abordagem baseada no uso de modelos internos no apuramento dos ativos ponderados pelo risco de crédito (método *Internal Ratings Based* ou IRB). Mais concretamente, o método IRB é aplicado às classes de risco instituições, empresas e retalho do Grupo novobanco. A classe de risco ações, as posições sob a forma de titularizações originadas pelo Grupo, as posições sob a forma de unidades de participação em fundos de investimento e os elementos que não sejam obrigações de crédito são sempre tratados pelo método IRB independentemente das entidades do Grupo novobanco em que as respetivas posições em risco se encontrem registadas. No apuramento dos ativos ponderados pelos riscos de mercado e operacional é utilizado o método padrão. Os elementos de capital regulamentar considerados na determinação dos rácios de solvabilidade dividem-se em fundos próprios principais de nível 1 (ou *common equity Tier I* ou CET I), fundos próprios adicionais de nível 1 (ou *additional Tier I*) que adicionados ao CET I constituem os fundos próprios de nível 1 (ou *Tier I*), e fundos próprios de nível 2 (ou *Tier II*) que adicionados ao *Tier I* constituem os fundos próprios totais.

Os fundos próprios totais do Grupo novobanco são constituídos por elementos de CET I e por elementos de *Tier II*.

Informação complementar sobre a evolução e composição dos rácios de capital do Grupo novobanco pode ser encontrada no Documento de Disciplina de Mercado do Grupo (ponto 3. Adequação de Capitais).

O quadro seguinte apresenta um sumário dos fundos próprios, ativos ponderados pelo risco e rácios de capital do novobanco para 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	(milhões de euros)		
	2023	2023	2022
	(fully loaded) <sup>(3)</sup>	(phased.in)	
Capital ordinário realizado, prémios emissão e ações próprias	6 568	6 568	6 305
Reservas e resultados transitados	( 2 931)	( 2 931)	( 3 388)
Resultado líquido exercício atribuível acionistas Banco	746	746	556
Interesses que não controlam (minoritários)	23	23	18
<b>A - Capital próprio</b>	<b>4 406</b>	<b>4 406</b>	<b>3 491</b>
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco não elegível	-	-	-
Interesses que não controlam (minoritários)	( 14)	( 14)	( 10)
Ajustamentos de avaliação adicional	( 3)	( 3)	( 4)
Período transitório IFRS 9	-	81	126
Ativos intangíveis	( 45)	( 45)	( 73)
Insuficiência de provisões face às perdas esperadas	-	-	-
Ativos de fundos de pensões com benefícios definidos	( 19)	( 19)	( 60)
Ativos por impostos diferidos e investimentos entidades financeiras	( 215)	( 215)	( 296)
Outros <sup>(1)</sup>	( 415)	( 399)	( 249)
<b>B - Ajustamentos regulamentares ao capital próprio</b>	<b>( 703)</b>	<b>( 614)</b>	<b>( 565)</b>
<b>C - Fundos próprios principais de nível 1 - CET I (A+B)</b>	<b>3 703</b>	<b>3 792</b>	<b>2 926</b>
Instrumentos capital elegíveis para additional Tier I	-	-	-
Outros elementos elegíveis para additional Tier I	2	2	2
<b>D - Fundos próprios adicionais de nível 1 - Additional Tier 1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>E - Fundos próprios de nível 1 - Tier I (C+D)</b>	<b>3 705</b>	<b>3 794</b>	<b>2 928</b>
Passivos subordinados elegíveis para Tier II	497	497	399
Outros elementos elegíveis para Tier II	77	77	91
Ajustamentos regulamentares a Tier II	-	-	-
<b>F - Fundos próprios de nível 2 - Tier II</b>	<b>574</b>	<b>574</b>	<b>490</b>
<b>G - Fundos próprios totais (E+F)</b>	<b>4 279</b>	<b>4 368</b>	<b>3 418</b>
Risco de crédito	18 334	18 394	19 608
Risco de mercado	100	100	78
Risco operacional	1 965	1 965	1 670
<b>H - Ativos ponderados pelo risco</b>	<b>20 399</b>	<b>20 459</b>	<b>21 355</b>
<b>Rácios de solvabilidade</b>			
<b>Rácio CET I</b>	<b>(C/H)</b>	<b>18,2%</b>	<b>18,5%</b>
<b>Rácio Tier I</b>	<b>(E/H)</b>	<b>18,2%</b>	<b>18,5%</b>
<b>Rácio de solvabilidade</b>	<b>(G/H)</b>	<b>21,0%</b>	<b>21,4%</b>
<b>Rácio de alavancagem<sup>(2)</sup></b>		<b>7,9%</b>	<b>8,1%</b>

(1) Engloba os ajustamentos ao CCA a receber, refletido ao nível das reservas, e não recebido do Fundo de Resolução bem como o montante referente ao backstop

(2) O rácio de alavancagem resulta de dividir o Tier 1 pela medida de exposição apurada nos termos da CRR

(3) Rácios de capital e alavancagem não considerando efeitos relativos ao período transitório

## Nota 43 – NPL Disclosures

No seguimento das recomendações da Autoridade Bancária Europeia explicitadas no documento EBA/GL/2018/10, as instituições de crédito com rácio de NPL (Non *Performing* Loans) superior a 5% devem publicar um conjunto de informação relativa a NPE (Non *Performing* Exposures), créditos reestruturados e ativos recebidos em dação, de acordo com um formato uniformizado, que se apresenta de seguida (salienta-se que esta informação é elaborada na perspetiva prudencial, cujo perímetro de consolidação difere do perímetro de consolidação das demonstrações financeiras condensadas intercalares apresentadas):

## 43.1. Qualidade de crédito das exposições reestruturadas

(milhares de euros)

	Montante escriturado bruto das exposições objeto de medidas de reestruturação				Imparidades acumuladas, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito e provisões		Colaterais e garantias financeiras recebidas sobre exposições reestruturadas	
	Reestruturadas produtivas	Reestruturadas não produtivas			Sobre exposições reestruturadas produtivas	Sobre exposições reestruturadas não produtivas		Das quais, colaterais e garantias financeiras recebidas sobre exposições não produtivas com medidas de reestruturação
		Total	Das quais, em incumprimento	Das quais, sujeitas a imparidade				
Empréstimos e adiantamentos	696 645	591 206	591 206	591 206	( 71 783)	( 295 877)	675 078	242 564
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	-	161 999	161 999	161 999	-	( 39 004)	115 356	115 356
Sociedades não financeiras	525 345	365 383	365 383	365 383	( 68 859)	( 210 602)	383 214	111 796
Agregados familiares	171 300	63 824	63 824	63 824	( 2 924)	( 46 270)	176 508	15 412
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromissos de empréstimos concedidos	2 710	821	821	821	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>699 355</b>	<b>592 027</b>	<b>592 027</b>	<b>592 027</b>	<b>( 71 783)</b>	<b>( 295 877)</b>	<b>675 078</b>	<b>242 564</b>

## 43.2. Qualidade de crédito das exposições produtivas e não produtivas por dias em atraso

(milhares de euros)

	Montante escriturado bruto											
	Exposições produtivas			Exposições não produtivas								
	Total	Sem atraso ou em atraso <= 30 dias	Dos quais, em atraso > 30 dias <= 90 dias	Total	Probabilidade reduzida de pagamento que não está em atraso ou em atraso há <= 90 dias	Em atraso > 90 dias <= 180 dias	Em atraso > 180 dias <= 1 ano	Em atraso > 1 ano <= 2 anos	Em atraso > 2 anos <= 5 anos	Em atraso > 5 anos <= 7 anos	Em atraso > 7 anos	Das quais, em incumprimento
<b>Disponibilidades em Bancos Centrais</b>	<b>5 688 156</b>	<b>5 688 156</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Empréstimos e adiantamentos</b>	<b>24 379 831</b>	<b>24 279 004</b>	<b>100 827</b>	<b>1132 652</b>	<b>648 744</b>	<b>75 426</b>	<b>123 341</b>	<b>113 323</b>	<b>99 196</b>	<b>18 835</b>	<b>53 786</b>	<b>1 132 652</b>
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	315 287	314 506	780	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	23 896	23 896	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	768 596	743 426	25 170	219 975	193 146	-	7	2	19 449	1 155	6 216	219 975
Sociedades não financeiras	11 810 496	11 801 877	8 619	705 057	354 733	53 663	95 479	76 821	65 988	16 919	41 452	705 057
Das quais PME	6 873 599	6 865 242	8 357	541 510	230 375	53 180	67 742	76 044	60 495	13 031	40 643	541 510
Agregados familiares	11 461 556	11 395 297	66 258	207 620	100 865	21 763	27 855	36 500	13 758	761	6 118	207 620
<b>Títulos de dívida</b>	<b>8 506 408</b>	<b>8 506 408</b>	-	<b>460 965</b>	<b>357 997</b>	-	-	-	-	<b>1 746</b>	<b>101 222</b>	<b>460 965</b>
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	4 778 128	4 778 128	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	393 321	393 321	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	528 111	528 111	-	20 584	91	-	-	-	-	1 746	18 747	20 584
Sociedades não financeiras	2 806 848	2 806 848	-	440 381	357 906	-	-	-	-	-	82 475	440 381
<b>Exposições extrapatrimoniais</b>	<b>8 219 034</b>	-	-	<b>418 374</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>418 374</b>
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	264 576	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	539 622	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	81 750	-	-	7 425	-	-	-	-	-	-	-	7 425
Sociedades não financeiras	6 090 705	-	-	405 688	-	-	-	-	-	-	-	405 688
Agregados familiares	1 242 381	-	-	5 261	-	-	-	-	-	-	-	5 261
<b>Total</b>	<b>46 793 429</b>	<b>38 473 568</b>	<b>100 827</b>	<b>2 011 991</b>	<b>1 006 741</b>	<b>75 426</b>	<b>123 341</b>	<b>113 323</b>	<b>99 196</b>	<b>20 581</b>	<b>155 008</b>	<b>2 011 991</b>

## Exposições produtivas e não produtivas e respetivas provisões

(milhares de euros)

	Montante escriturado						Imparidades acumuladas, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito e provisões						Colaterais e garantias financeiras recebidas			
	Exposições produtivas			Exposições não produtivas			Exposições produtivas - imparidades acumuladas e provisões			Exposições não produtivas - imparidades acumuladas, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito e provisões			Abatimento ao ativo parcial acumulado	Sobre exposições produtivas	Sobre exposições não produtivas	
	Total	Das quais, Stage1	Das quais, Stage2	Total	Das quais, Stage2	Das quais, Stage3	Total	Das quais, Stage1	Das quais, Stage2	Total	Das quais, Stage2	Das quais, Stage3				
<b>Disponibilidades em Bancos Centrais</b>	<b>5 688 156</b>	<b>5 688 156</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Empréstimos e adiantamentos</b>	<b>24 379 831</b>	<b>20 626 688</b>	<b>3 753 143</b>	<b>1 132 652</b>	-	<b>1 132 652</b>	<b>( 398 756)</b>	<b>( 61 577)</b>	<b>( 337 179)</b>	<b>( 556 483)</b>	-	<b>( 556 483)</b>	<b>( 486 931)</b>	<b>15 046 921</b>	<b>422 768</b>	-
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	315 287	299 791	15 496	-	-	-	( 751)	( 495)	( 256)	-	-	-	( 4)	30 676	-	-
Instituições de crédito	23 896	19 127	4 769	-	-	-	( 714)	( 556)	( 158)	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	768 596	631 701	136 895	219 975	-	219 975	( 21 033)	( 3 492)	( 17 541)	( 57 254)	-	( 57 254)	( 193 603)	171 422	127 937	-
Sociedades não financeiras	11 810 496	9 311 877	2 498 619	705 057	-	705 057	( 293 275)	( 39 037)	( 254 238)	( 390 645)	-	( 390 645)	( 204 339)	4 464 391	219 431	-
Das quais PME	6 873 599	5 404 368	1 469 230	541 510	-	541 510	( 104 305)	( 21 833)	( 82 472)	( 293 703)	-	( 293 703)	( 136 822)	3 201 769	167 669	-
Agregados familiares	11 461 556	10 364 192	1 097 364	207 620	-	207 620	( 82 983)	( 17 997)	( 64 986)	( 108 584)	-	( 108 584)	( 88 986)	10 380 432	75 401	-
<b>Titulos de dívida</b>	<b>8 506 408</b>	<b>8 442 222</b>	<b>64 186</b>	<b>460 965</b>	<b>112</b>	<b>460 853</b>	<b>( 5 614)</b>	<b>( 3 847)</b>	<b>( 1 767)</b>	<b>( 318 937)</b>	-	<b>( 318 937)</b>	-	-	-	-
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	4 778 128	4 778 128	-	-	-	-	( 636)	( 636)	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	393 321	393 321	-	-	-	-	( 123)	( 123)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	528 111	528 111	-	20 584	-	20 584	( 530)	( 530)	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	2 806 848	2 742 662	64 186	440 381	112	440 269	( 4 325)	( 2 558)	( 1 767)	( 318 937)	-	( 318 937)	-	-	-	-
<b>Exposições extrapatrimoniais</b>	<b>8 219 034</b>	<b>7 096 903</b>	<b>1 122 131</b>	<b>418 374</b>	-	<b>418 374</b>	<b>( 14 080)</b>	<b>( 6 412)</b>	<b>( 7 668)</b>	<b>( 71 322)</b>	-	<b>( 71 322)</b>	-	<b>193 750</b>	<b>11 044</b>	-
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	264 576	264 111	466	-	-	-	( 18)	( 12)	( 6)	-	-	-	-	2 804	-	-
Instituições de crédito	539 622	430 147	109 475	-	-	-	( 644)	( 10)	( 634)	-	-	-	-	48 227	-	-
Outras sociedades financeiras	81 750	79 046	2 704	7 425	-	7 425	( 67)	( 21)	( 46)	( 38)	-	( 38)	-	9 767	-	-
Sociedades não financeiras	6 090 705	5 236 837	853 868	405 688	-	405 688	( 8 518)	( 2 048)	( 6 471)	( 71 172)	-	( 71 172)	-	122 248	10 983	-
Agregados familiares	1 242 381	1 086 762	155 619	5 261	-	5 261	( 4 833)	( 4 322)	( 511)	( 111)	-	( 111)	-	10 704	61	-
<b>Total</b>	<b>46 793 429</b>	<b>41 853 969</b>	<b>4 939 460</b>	<b>2 011 991</b>	<b>112</b>	<b>2 011 879</b>	<b>( 418 450)</b>	<b>( 71 836)</b>	<b>( 346 614)</b>	<b>( 946 742)</b>	-	<b>( 946 742)</b>	<b>( 486 931)</b>	<b>15 240 672</b>	<b>433 812</b>	-

## Qualidade das exposições não produtivas por geografia

(milhares de euros)

	Montante escriturado bruto				Imparidades acumuladas	Provisões relativas aos compromissos extrapatrimoniais e às garantias financeiras concedidas	Variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito em exposições não produtivas
	Total	Das quais, não produtivas		Das quais, em incumprimento			
				Das quais, sujeitas a imparidade			
<b>Exposições patrimoniais</b>	<b>34 479 856</b>	<b>1 593 617</b>	<b>1 593 617</b>	<b>34 468 439</b>	<b>( 1 279 790)</b>		-
Portugal	24 027 073	1 421 492	1 421 492	24 015 768	( 1 153 954)		-
Outros países	10 452 783	172 125	172 125	10 452 671	( 125 836)		-
<b>Exposições extrapatrimoniais</b>	<b>8 637 408</b>	<b>418 374</b>	<b>418 374</b>			<b>83 983</b>	
Portugal	8 266 884	415 935	415 935			82 290	
Outros países	370 524	2 439	2 439			1 693	
<b>Total</b>	<b>43 117 264</b>	<b>2 011 991</b>	<b>2 011 991</b>	<b>34 468 439</b>	<b>( 1 279 790)</b>	<b>83 983</b>	-

## Qualidade de crédito dos empréstimos e adiantamentos por setor de atividade

	(milhares de euros)					Variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito em exposições não produtivas
	Total	Montante escriturado bruto		Imparidades acumuladas		
		Do qual, não produtivo	Do qual, em incumprimento			
Agricultura, silvicultura e pescas	335 094	3 249	3 249	335 094	( 9 595)	-
Indústrias extrativas	58 186	6 189	6 189	58 186	( 4 766)	-
Indústrias transformadoras	2 582 525	113 710	113 710	2 582 525	( 100 733)	-
Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	291 441	613	613	291 441	( 2 249)	-
Abastecimento de água	182 665	98	98	182 665	( 4 296)	-
Construção	1 267 392	77 793	77 793	1 267 392	( 58 211)	-
Comércio por grosso e a retalho	1 560 036	78 889	78 889	1 560 036	( 68 304)	-
Transportes e armazenagem	810 411	28 633	28 633	810 411	( 42 241)	-
Atividades de alojamento e restauração	1 110 904	77 808	77 808	1 110 904	( 71 700)	-
Informação e comunicação	155 785	5 901	5 901	155 785	( 6 867)	-
Atividades financeiras e de seguros	385 391	29 663	29 663	385 391	( 48 949)	-
Atividades imobiliárias	1 633 516	161 289	161 289	1 633 516	( 111 611)	-
Atividades de consultoria, científicas e técnicas	1 107 396	43 011	43 011	1 107 396	( 28 865)	-
Atividades administrativas e de serviços de apoio	339 426	7 719	7 719	339 426	( 21 314)	-
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	1 593	-	-	1 593	( 16)	-
Educação	52 554	708	708	52 554	( 761)	-
Serviços de saúde e atividades de ação social	316 916	32 494	32 494	316 916	( 24 157)	-
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	129 256	23 553	23 553	129 256	( 18 822)	-
Outros serviços	195 066	13 734	13 734	195 066	( 60 465)	-
<b>Total</b>	<b>12 515 554</b>	<b>705 057</b>	<b>705 057</b>	<b>12 515 554</b>	<b>( 683 920)</b>	<b>-</b>

## Avaliação das garantias – empréstimos e adiantamentos

	(milhares de euros)											
	Empréstimos e adiantamentos											
	Produtivos			Não Produtivos								
Total - Produtivo	Sem atraso ou em atraso <= 30 dias	Dos quais, em atraso > 30 dias <= 90 dias	Total - Não Produtivo	Probabilidade reduzida de pagamento que não está em atraso ou em atraso há <= 9a dias	Total em atraso > 90 dias	Dos quais, em atraso - 90 dias						
					Dos quais: em atraso > 90 dias <= 180 dias	Dos quais: em atraso > 180 dias <= 1 ano	Dos quais: em atraso > 1 ano <= 2 anos	Dos quais: em atraso > 2 anos <= 5 anos	Dos quais: em atraso > 5 anos <= 7 anos	Dos quais: em atraso > 7 anos		
<b>Montante escriturado bruto</b>	<b>25 512 483</b>	<b>24 379 831</b>	<b>100 827</b>	<b>1 132 652</b>	<b>648 744</b>	<b>483 908</b>	<b>75 426</b>	<b>123 341</b>	<b>113 323</b>	<b>99 196</b>	<b>18 835</b>	<b>53 786</b>
Do qual, garantido	17 351 290	16 558 781	60 598	792 509	464 376	328 133	40 636	68 445	76 312	83 068	14 166	45 506
Do qual, garantida com bens imóveis	14 097 340	13 532 214	58 410	565 126	295 681	269 445	39 196	56 659	43 698	76 564	10 850	42 479
Do qual, instrumentos com um LTV superior a 60% e inferior ou igual a 80 %	2 270 404	2 083 698		186 706	124 456	62 250						
Do qual, instrumentos com um LTV superior a 80% e inferior ou igual a 100 %	508 942	447 769		61 173	43 994	17 180						
Do qual, instrumentos com um LTV superior a 100%	841 217	633 274		207 943	61 039	146 905						
<b>Imparidades acumuladas para ativos garantidos</b>	<b>( 542 821)</b>	<b>( 206 830)</b>	<b>( 3 261)</b>	<b>( 335 991)</b>	<b>( 175 042)</b>	<b>( 160 949)</b>	<b>( 15 903)</b>	<b>( 28 193)</b>	<b>( 44 760)</b>	<b>( 41 251)</b>	<b>( 6 405)</b>	<b>( 24 436)</b>
<b>Garantias</b>												
Das quais, o valor corresponde no máximo ao valor da exposição	15 428 309	15 011 097	57 199	417 212	264 773	152 439	14 670	39 476	29 760	39 702	7 761	21 070
Das quais, bens imóveis	13 399 886	13 074 293	55 234	325 593	198 369	127 224	14 327	32 727	23 773	34 218	2 336	19 843
Das quais, o valor é superior ao máximo	38 535 746	37 240 152	77 081	1 295 594	638 233	657 361	46 791	50 229	257 922	82 771	79 023	140 625
Das quais, bens imóveis	28 045 182	27 495 182	73 212	550 000	345 999	204 001	32 420	39 747	28 705	54 548	3 190	45 392
<b>Garantias financeiras recebidas</b>	<b>41 381</b>	<b>35 825</b>	<b>59</b>	<b>5 556</b>	<b>4 246</b>	<b>1 310</b>	<b>511</b>	<b>745</b>	<b>54</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Abatimento ao ativo parcial acumulado</b>	<b>( 486 931)</b>	<b>( 1 717)</b>	<b>( 1 717)</b>	<b>( 485 214)</b>	<b>( 4 317)</b>	<b>( 480 898)</b>	<b>( 7 295)</b>	<b>( 4 77)</b>	<b>( 86 463)</b>	<b>( 46 114)</b>	<b>( 59 107)</b>	<b>( 281 441)</b>



## Alterações no montante de empréstimos e adiantamentos não produtivos

(milhares de euros)	
<b>Montante escriturado bruto</b>	
<b>Montante inicial de empréstimos e adiantamentos não produtivos</b>	<b>1 391 459</b>
Entradas para carteiras não produtivas	411 465
Saídas para carteiras não produtivas	( 670 273)
Saída para carteira produtiva	( 154 882)
Saída resultante de reembolso de empréstimo, parcial ou total	( 188 695)
Saída resultante da liquidação de garantias	-
Saída resultante da aquisição de posse de garantias	( 1 934)
Saída resultante da venda de instrumentos	( 144 521)
Saída resultante da transferência de risco	-
Saída resultante de abatimentos	( 158 048)
Saída resultante de outras situações	( 18 156)
Saída resultante de reclassificação como detido para venda	-
<b>Montante final de empréstimos e adiantamentos não produtivos</b>	<b>1 132 652</b>

## Garantias obtidas por tomada de posse e processos de execução

(milhares de euros)		
<b>Garantias obtidas por aquisição de posse</b>		
	<b>Valor no reconhecimento inicial</b>	<b>Variações negativas acumuladas</b>
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	-	-
<b>Outros, exceto ativos fixos tangíveis</b>	<b>170 960</b>	<b>( 55 463)</b>
Bens imóveis de habitação	45 137	( 11 085)
Bens imóveis comerciais	55 995	( 28 353)
Bens móveis (automóvel, embarcação, etc.)	1 795	( 1 039)
Instrumentos de capital próprio e de dívida	40 640	( 8 860)
Outros, exceto ativos fixos tangíveis	27 394	( 6 127)
<b>Total</b>	<b>170 960</b>	<b>( 55 463)</b>

## Garantias obtidas por aquisição de posse e processos de execução – repartição por antiguidade

(milhares de euros)										
<b>Total das garantias obtidas por aquisição de posse</b>										
	Executado <= 2 anos		Executado > 2 anos <= 5 anos		Executado > 5 anos		Do qual, ativos não correntes detidos para venda			
							Valor no reconhecimento inicial	Variações negativas acumuladas	Valor no reconhecimento inicial	Variações negativas acumuladas
Garantias obtidas por aquisição de posse classificadas como ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias obtidas por aquisição de posse, exceto as classificadas como ativos fixos tangíveis	170 960	( 55 463)	6 886	( 341)	41 828	( 17 844)	122 247	( 37 278)	-	-
Bens imóveis de habitação	45 137	( 11 085)	1 484	( 60)	7 671	( 1 398)	35 983	( 9 628)	-	-
Bens imóveis comerciais	55 995	( 28 353)	5 294	( 219)	4 353	( 1 266)	46 348	( 26 867)	-	-
Bens móveis (automóvel, embarcação, etc.)	1 795	( 1 039)	108	( 62)	846	( 194)	840	( 783)	-	-
Instrumentos de capital próprio e de dívida	40 640	( 8 860)	-	-	1 564	( 8 860)	39 076	-	-	-
Outros	27 394	( 6 127)	-	-	27 394	( 6 127)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>170 960</b>	<b>( 55 463)</b>	<b>6 886</b>	<b>( 341)</b>	<b>41 828</b>	<b>( 17 844)</b>	<b>122 247</b>	<b>( 37 278)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## Nota 44 – Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros têm a seguinte composição:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Ramo Vida</b>	<b>17 065</b>	<b>20 223</b>
Unit Link e outras comissões vida	945	1 795
Seguros proteção ao crédito (parte vida)	791	881
Produtos tradicionais	15 329	17 547
<b>Ramo Não Vida</b>	<b>12 291</b>	<b>10 071</b>
Seguros a particulares	10 878	8 464
Seguros a empresas	177	177
Seguros proteção ao crédito (parte não vida)	1 236	1 430
	<b>29 356</b>	<b>30 294</b>

Nota: os rendimentos apresentados são líquidos de periodizações

O Grupo não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Grupo, para além dos já divulgados.

## Nota 45 – Eventos Subsequentes

- A 1 de fevereiro de 2024, o novobanco comunicou que nessa data a Fitch atribuiu rating BBB- à dívida sénior preferencial de longo-prazo do novobanco. A classificação de *Investment Grade* reflete i) o atual modelo de negócios do Banco; ii) uma melhoria significativa na qualidade dos ativos; iii) níveis de rentabilidade que se comparam favoravelmente com os pares; iv) melhoria significativa dos *buffers* de capital em 2023; e v) financiamento estável, juntamente com liquidez adequada;
- A 21 de fevereiro de 2024, o novobanco informou sobre a emissão de Obrigações Cobertas no valor de 500 milhões de euros, com maturidade a 1 de março de 2027 (*soft bullet*). O *rating* esperado da emissão é de Aaa pela Moodys. As obrigações têm uma taxa de juro anual de 3,25%, equivalente a *mid-swaps* a 3 anos acrescido de 45pb;
- A 28 de fevereiro de 2024, o novobanco emitiu dívida *Senior Preferred* no valor de 500 milhões de euros, com maturidade a 8 de março de 2028 e com opção de reembolso antecipado a 8 de março de 2027. As obrigações foram emitidas com um cupão anual de 4,25%.





---

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO NOVOBANCO

**novobanco**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAIS**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

	Notas	2023	2022
(milhares de euros)			
Receitas de juros	8	1 940 462	838 291
Despesas com juros	8	( 833 352)	( 213 295)
<b>Margem Financeira</b>		<b>1 107 110</b>	<b>624 996</b>
Receitas de dividendos	10	32 444	17 452
Receitas de taxas e comissões	9	306 859	302 126
Despesas de taxas e comissões	9	( 37 563)	( 39 816)
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	10	( 58 055)	( 88 444)
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação	10	3 144	146 715
Ganhos ou perdas com ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	10	71 766	( 95 948)
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura	10	31 468	( 535)
Diferenças cambiais	10	23 989	7 305
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros	11	27 608	82 159
Outras receitas operacionais	12	45 120	56 579
Outras despesas operacionais	12	( 78 681)	( 68 778)
<b>Receitas operacionais totais</b>		<b>1 475 209</b>	<b>943 811</b>
Despesas administrativas		( 407 920)	( 369 730)
<i>Despesas de pessoal</i>	13	( 234 729)	( 216 821)
<i>Outras despesas administrativas</i>	15	( 173 191)	( 152 909)
Contribuições para fundos de resolução e garantia de depósitos	16	( 77 528)	( 40 717)
Depreciação	23, 24	( 45 878)	( 53 961)
Provisões ou reversão de provisões	17	( 23 305)	( 10 894)
<i>Compromissos e garantias concedidos</i>		434	2 555
<i>Outras provisões</i>		( 23 739)	( 13 449)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	17	( 142 022)	( 103 265)
Imparidades ou reversão de imparidades de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	17	12 216	16 166
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros	17	6 353	14 081
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos</b>		<b>797 125</b>	<b>395 491</b>
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação	25	4 656	58 339
<i>Impostos correntes</i>		( 5 386)	( 4 611)
<i>Impostos diferidos</i>		10 042	62 950
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação após dedução de impostos</b>		<b>801 781</b>	<b>453 830</b>
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais descontinuadas	27	( 1 121)	-
<b>Lucros ou prejuízos do exercício</b>		<b>800 660</b>	<b>453 830</b>
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)		10 034 965	10 034 965
Resultados por ação básicos (em euros)		0,08	0,05
Resultados por ação diluídos (em euros)		0,08	0,05
Resultados por ação básicos de atividades em continuação (em euros)		0,08	0,05
Resultados por ação diluídos de atividades em continuação (em euros)		0,08	0,05

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras individuais

novobanco

## DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Notas	2023	2022
(milhares de euros)			
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>800 660</b>	<b>453 830</b>
<b>Outro rendimento integral</b>			
<b>Itens que não serão reclassificados para resultados</b>		<b>( 51 531)</b>	<b>110 205</b>
Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensões de benefício definido	a)	( 27 285)	96 485
Variação de justo valor de instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral	a)	( 24 246)	13 720
<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados</b>		<b>213 144</b>	<b>( 296 489)</b>
Cobertura de fluxos de caixa		192 974	( 100 418)
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	a)	20 170	( 196 071)
<b>Total de rendimento integral do exercício</b>		<b>962 273</b>	<b>267 546</b>

a) Ver Demonstração de Alterações no Capital Próprio

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras individuais

novobanco

## BALANÇO INDIVIDUAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(milhares de euros)

	Notas	2023	2022
<b>ATIVO</b>		<b>43 146 264</b>	<b>45 464 048</b>
Caixa, saldos de caixa em Bancos Centrais e outros depósitos à ordem	18	5 742 599	6 387 295
Ativos financeiros detidos para negociação	19	436 345	170 847
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	20	1 434 690	1 537 670
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	20	-	13
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	20	741 446	2 183 034
Ativos financeiros pelo custo amortizado	20	31 389 894	31 500 944
Títulos		8 200 570	8 400 233
Aplicações em instituições de crédito		125 817	145 464
Crédito a clientes		23 063 507	22 955 247
Derivados - Contabilidade de cobertura	21	683 074	562 886
Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela cobertura de carteira para o risco de taxa de juro	21	( 83 763)	( 164 388)
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	22	263 675	251 457
Ativos tangíveis		300 242	258 963
Ativos fixos tangíveis	23	300 242	258 963
Ativos intangíveis	24	86 427	69 640
Ativos por impostos	25	923 641	947 500
Ativos por impostos correntes		26 260	30 298
Ativos por impostos diferidos		897 381	917 202
Outros ativos	26	1 211 512	1 713 116
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	27	16 482	45 071
<b>PASSIVO</b>		<b>39 117 042</b>	<b>42 397 100</b>
Passivos financeiros detidos para negociação	19	100 607	99 317
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	28	37 392 300	40 904 697
Recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito		6 623 884	10 506 509
(dos quais: Operações com acordo de recompra)		3 867 053	2 150 824
Recursos de clientes		29 193 007	28 425 223
(dos quais: Operações com acordo de recompra)		1 366 382	450 906
Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados e Passivos associados a ativos transferidos		1 085 659	1 601 454
Outros passivos financeiros		489 750	371 511
Derivados - Contabilidade de cobertura	21	124 957	120 612
Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela cobertura de carteira para o risco de taxa de juro	21	62 049	-
Provisões	29	420 543	423 190
Passivos por impostos	25	4 191	4 505
Passivos por impostos correntes		4 191	4 505
Outros passivos	30	1 012 395	844 779
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>4 029 222</b>	<b>3 066 948</b>
Capital	31	6 567 844	6 304 661
Outro rendimento integral acumulado	32	( 993 658)	( 1 155 271)
Resultados retidos	32	( 8 577 074)	( 8 577 074)
Outras reservas	32	6 231 450	6 040 802
Resultados atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe		800 660	453 830
<b>TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>43 146 264</b>	<b>45 464 048</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras individuais



novobanco

## DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(milhares de euros)

	Notas	Capital	Outro rendimento integral acumulado	Resultados retidos	Outras reservas	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>6 054 907</b>	<b>( 968 987)</b>	<b>( 8 576 860)</b>	<b>6 064 434</b>	<b>225 908</b>	<b>2 799 402</b>
Aumento de capital por incorporação reserva especial de impostos diferidos		249 754	-	-	( 249 754)	-	-
<b>Outros aumentos/diminuições do capital próprio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 214)</b>	<b>226 122</b>	<b>( 225 908)</b>	<b>-</b>
<i>Incorporação em resultados transitados do resultado líquido do ano anterior</i>		-	-	-	225 908	( 225 908)	-
<i>Outros movimentos</i>		-	-	( 214)	214	-	-
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>-</b>	<b>( 186 284)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>453 830</b>	<b>267 546</b>
<i>Alterações de justo valor, líquidas de imposto</i>	32	-	( 178 410)	-	-	-	( 178 410)
<i>Remensurações de planos de benefícios definidos, líquidos de imposto</i>	14	-	96 485	-	-	-	96 485
<i>Reservas de imparidade de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral</i>	32	-	( 3 079)	-	-	-	( 3 079)
<i>Reservas de vendas de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral</i>	32	-	( 862)	-	-	-	( 862)
<i>Resultado líquido do exercício</i>		-	( 100 418)	-	-	453 830	353 412
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>6 304 661</b>	<b>( 1 155 271)</b>	<b>( 8 577 074)</b>	<b>6 040 802</b>	<b>453 830</b>	<b>3 066 948</b>
Aumento de capital por incorporação reserva especial de impostos diferidos	31	263 183	-	-	( 263 183)	-	-
<b>Outros aumentos/diminuições do capital próprio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>453 831</b>	<b>( 453 830)</b>	<b>1</b>
<i>Incorporação em resultados transitados do resultado líquido do ano anterior</i>		-	-	-	453 830	( 453 830)	-
<i>Outros movimentos</i>		-	-	-	1	-	1
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>-</b>	<b>161 613</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>800 660</b>	<b>962 273</b>
<i>Alterações de justo valor, líquidas de imposto</i>	32	-	255 122	-	-	-	255 122
<i>Remensurações de planos de benefícios definidos, líquidos de imposto</i>	14	-	( 27 285)	-	-	-	( 27 285)
<i>Reservas de imparidade de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral</i>	32	-	( 378)	-	-	-	( 378)
<i>Reservas de vendas de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral</i>	32	-	( 258 820)	-	-	-	( 258 820)
<i>Reservas de cobertura de fluxos de caixa</i>		-	192 974	-	-	-	192 974
<i>Resultado líquido do exercício</i>		-	-	-	-	800 660	800 660
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>6 567 844</b>	<b>( 993 658)</b>	<b>( 8 577 074)</b>	<b>6 231 450</b>	<b>800 660</b>	<b>4 029 222</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras individuais

novobanco

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Notas	2023	2022
(milhares de euros)			
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		<b>1 199 892</b>	<b>586 720</b>
Juros recebidos		1 985 442	855 033
Juros pagos		( 715 474)	( 207 797)
Taxas e comissões recebidas		306 859	302 126
Taxas e comissões pagas		( 37 581)	( 39 816)
Recuperações de créditos		31 994	39 741
Contribuições para fundos de resolução e garantia de depósitos		( 77 528)	( 40 717)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		( 293 820)	( 321 850)
<b>Variação nos ativos e passivos operacionais:</b>			
Disponibilidades em Instituições de Crédito e Aplicações/Recursos de Bancos Centrais		(4 622 226)	(1 702 869)
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		225 187	558 483
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados		( 229 596)	146 847
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		1 772 803	4 535 561
Ativos financeiros pelo custo amortizado		153 086	(6 732 655)
<i>  Títulos</i>		<i>  373 792</i>	<i>(5 699 590)</i>
<i>  Aplicações em instituições de crédito</i>		<i>  20 890</i>	<i>  41 890</i>
<i>  Crédito a clientes</i>		<i>( 241 596)</i>	<i>(1 074 955)</i>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		1 825 336	2 121 448
<i>  Recursos de outras instituições de crédito</i>		<i>  1 122 185</i>	<i>  682 009</i>
<i>  Recursos de clientes</i>		<i>  703 151</i>	<i>  1 439 439</i>
Derivados de cobertura		( 352 964)	( 54 864)
Outros ativos e passivos operacionais		( 35 486)	1 171 677
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>( 63 968)</b>	<b>630 348</b>
Impostos sobre os lucros pagos		( 25 709)	( 35 231)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>		<b>( 89 677)</b>	<b>595 117</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	1 867
Dividendos recebidos		32 444	17 452
Compra de ativos fixos tangíveis		( 82 368)	( 105 881)
Venda de ativos fixos tangíveis		1 279	107 072
Compra de ativos intangíveis		( 30 177)	( 25 160)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>		<b>( 78 822)</b>	<b>( 4 650)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados		( 577 303)	-
Emissão de passivos subordinados		500 000	100 000
Reembolso de passivos subordinados		( 400 000)	( 575)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>		<b>( 477 303)</b>	<b>99 425</b>
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>( 645 802)</b>	<b>689 892</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>		<b>6 099 398</b>	<b>5 409 506</b>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		( 645 802)	689 892
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>		<b>5 453 596</b>	<b>6 099 398</b>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa	18	171 006	176 797
Saldo de caixa em Bancos Centrais	18	5 374 612	5 942 501
(Das quais, Disponibilidades de natureza obrigatória)		( 289 003)	( 287 897)
Outros depósitos à ordem	18	196 981	267 997
<b>Total</b>		<b>5 453 596</b>	<b>6 099 398</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras individuais

Nota 1 – Atividade .....	460
Nota 2 – Bases de Apresentação .....	460
Nota 3 – Declaração de Conformidade .....	461
Nota 4 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	461
Nota 5 – Alterações de Políticas Contabilísticas .....	461
Nota 6 – Políticas Contabilísticas Materiais.....	462
Nota 7 – Principais Estimativas E Julgamentos Utilizados Na Elaboração Das Demonstrações Financeiras.....	485
Nota 8 – Margem Financeira .....	487
Nota 9 – Resultados de Taxas e Comissões.....	489
Nota 10 – Resultados de Operações Financeiras .....	490
Nota 11 – Ganhos ou Perdas com o Desreconhecimento de Ativos não Financeiros.....	490
Nota 12 – Outras Receitas Operacionais e Outras Despesas Operacionais .....	491
Nota 13 – Despesas de Pessoal .....	491
Nota 14 – Benefícios a Empregados.....	492
Nota 15 – Outras Despesas Administrativas .....	496
Nota 16 – Contribuições para Fundos de Resolução e Garantia de Depósitos .....	497
Nota 17 – Imparidade .....	498
Nota 18 – Caixa, Saldos de Caixa em Bancos Centrais e Outros Depósitos à Ordem .....	498
Nota 19 – Ativos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação .....	499
Nota 20 – Ativos Financeiros Obrigatoriamente Contabilizados pelo Justo Valor Através dos Resultados, pelo Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral e Pelo Custo Amortizado .....	500
Nota 21 – Derivados – Contabilidade de Cobertura e Variação do Justo Valor dos Elementos Cobertos.....	514
Nota 22 – Investimentos em Subsidiárias, Empreendimentos Conjuntos e Associadas .....	517
Nota 23 – Ativos Fixos Tangíveis .....	518
Nota 24 – Ativos Intangíveis .....	520
Nota 25 – Impostos .....	521
Nota 26 – Outros Ativos .....	525
Nota 27 – Ativos não Correntes e Grupos para Alienação Classificados como Detidos para Venda e Passivos Incluídos em Grupos para Alienação Classificados como Detidos para Venda .....	527
Nota 28 – Passivos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado.....	528
Nota 29 – Provisões .....	531
Nota 30 – Outros Passivos .....	533
Nota 31 – Capital .....	534
Nota 32 – Outro Rendimento Integral Acumulado, Resultados Retidos e Outras Reservas .....	535
Nota 33 – Passivos Contingentes e Compromissos.....	538
Nota 34 – Transações com Partes Relacionadas.....	542
Nota 35 – Securitização de Ativos .....	546
Nota 36 – Justo Valor dos Ativos e Passivos Financeiros .....	547
Nota 37 – Gestão de Riscos de Atividade.....	559
Nota 38 – Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros.....	587
Nota 39 – Eventos Subsequentes .....	587

# novobanco

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em milhares de euros, exceto quando indicado)

### Nota 1 – Atividade

O Novo Banco, S.A. é a entidade principal do Grupo financeiro novobanco centrado na atividade bancária, tendo sido constituído no dia 3 de agosto de 2014 por deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de dia 3 de agosto de 2014 (20 horas), ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF)<sup>1</sup>, aprovado pelo DL n.º 298/92, de 31 de dezembro, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal de uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES), nos termos dos n.ºs 1 e 3, alínea c) do artigo 145º-C do RGICSF, da qual resultou a transferência de um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES para o Novo Banco (novobanco ou Banco). Decorrente da medida de resolução aplicada, o Fundo de Resolução passou a ser o detentor único do capital social do novobanco, no valor de 4 900 milhões de euros.

A 18 de outubro de 2017 foi concluído o processo de venda do novobanco, na sequência da aquisição de uma posição maioritária (75%) do seu capital social pela Nani Holdings, SGPS, S.A., sociedade que pertence ao grupo norte-americano Lone Star, através de dois aumentos de capital no valor de 750 milhões de euros e 250 milhões de euros, ocorridos em outubro e dezembro, respetivamente.

Desde 18 de outubro de 2017, as demonstrações financeiras do novobanco são consolidadas em Portugal pela Nani Holdings SGPS, S.A., com sede Avenida D. João II, n.º 46, 4A, Lisboa. A 19 de dezembro de 2023, a sociedade alterou a sua denominação para Nani Holdings S.à.r.l, e a sua sede para a Rue des Mérovingiens 7A, Bertrange, Luxemburgo. A LSF Nani Investments S.à.r.l., com sede no Luxemburgo, é a empresa-mãe do grupo.

O Novo Banco, S.A. tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, n.º 195 em Lisboa.

O novobanco dispõe de uma rede de retalho de 273 balcões em Portugal e no estrangeiro (31 de dezembro de 2022: 274 balcões), sucursal no Luxemburgo, para além de 2 escritórios de representação: 1 na Suíça e 1 em Espanha (31 de dezembro de 2022: 2 escritórios de representação na Suíça).

### Nota 2 – Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras individuais do novobanco agora apresentadas reportam-se a 31 de dezembro de 2023 e encontram-se expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na sua preparação são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2022. As alterações às políticas contabilísticas mais relevantes são descritas na Nota 5.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos e seguindo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, propriedades de investimento e ativos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objeto de cobertura.

---

<sup>1</sup> As referências efetuadas ao RGICSF referem-se à versão em vigor na data da medida de resolução. A atual versão do RGICSF sofreu alterações, nomeadamente no art.º 145 por força da Lei 23-A 2015, de 26 de março, que entrou em vigor no dia seguinte à sua publicação.

As demonstrações financeiras individuais e o Relatório de Gestão de 31 de dezembro de 2023 foram aprovados em reunião do Conselho de Administração Executivo em 29 de fevereiro de 2024 e serão apresentadas à Assembleia Geral de Acionistas, a qual tem o poder de deliberar que se proceda a alterações. Contudo, é convicção do Conselho de Administração Executivo que sejam aprovadas sem alterações.

### Nota 3 – Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais do novobanco são elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia em vigor à data de 1 de janeiro de 2023, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, e do Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores *Standing Interpretations Committee* (SIC).

### Nota 4 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O Banco apresenta o seu Balanço por ordem de liquidez com base na intenção e capacidade de recuperar/liquidar a maioria dos ativos/passivos da respetiva rubrica das demonstrações financeiras.

A análise relativa à recuperação ou liquidação dentro de 12 meses após a data de referência das demonstrações financeiras (corrente) e mais de 12 meses após a data de relato (não corrente) é apresentada na Nota 37 -Gestão dos riscos da atividade.

### Nota 5 – Alterações de Políticas Contabilísticas

O Banco não adotou antecipadamente na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2023, nenhuma nova norma, interpretação ou alteração emitida, mas que ainda não esteja em vigor. As alterações às normas adotadas pelo Banco são como segue:

#### Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

Norma / Interpretação	Descrição
IFRS 17 – Contratos de Seguro	A IFRS 17 substitui a IFRS 4 e aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.
Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17.  A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um ‘overlay’ na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O ‘overlay’ permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.

Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	<p>Estas alterações pretendem auxiliar uma entidade na divulgação das políticas contabilísticas 'materiais', anteriormente designadas por políticas 'significativas'. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito "materialidade", um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras.</p> <p>Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade deve considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.</p>
Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas	<p>A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e <i>inputs</i> para desenvolver estimativas contabilísticas.</p>
Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única	<p>A IAS 12 passa a exigir que uma entidade reconheça imposto diferido quando o seu reconhecimento inicial dê origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis.</p> <p>Contudo, trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Este facto é particularmente importante na determinação da existência de diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo, na medida em que a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.</p> <p>Entre as transações aplicáveis encontram-se o registo de (i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; (ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes montantes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais.</p> <p>Esta alteração é de aplicação retrospectiva.</p>
Alterações à IAS 12 – Reforma Fiscal Internacional – Regras-Modelo do Segundo Pilar	<p>Estas alterações surgem no âmbito da implementação das regras do <i>Global Anti-Base Erosion</i> ("Globe") da OCDE, as quais poderão implicar impactos significativos no apuramento de impostos diferidos que à data de emissão destas alterações são difíceis de estimar.</p> <p>Estas alterações introduzem uma exceção temporária à contabilização de impostos diferidos decorrentes da aplicação das regras-modelo do segundo pilar da OCDE, e adicionalmente institui novos requisitos de divulgações específicos para as entidades afetadas.</p>

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras do Banco.

## Nota 6 – Políticas Contabilísticas Materiais

### 6.1. Operações em moeda estrangeira

#### 6.1.1 Moeda funcional e de relato

As demonstrações financeiras individuais do Banco são preparadas em euros, que é a moeda funcional do novobanco.

#### 6.1.2. Transações e saldos

As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas em euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e valorizados ao custo histórico são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio aplicada na data da transação. Aqueles que são valorizados ao justo valor utilizam a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto quanto às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, as quais são registadas no rendimento integral.

No caso de existirem relações de cobertura efetivas de fluxos de caixa ou de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, as diferenças cambiais da componente efetiva são reconhecidas em outro rendimento integral.

## 6.2. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos nas rubricas de receitas de juros ou despesas com juros, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Os juros dos ativos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de receitas de juros ou despesas com juros, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente, exceto no que se refere a ativos e passivos financeiros a taxa variável a qual é reestimada periodicamente tendo em consideração os impactos nos *cash flows* futuros estimados decorrentes da variação na taxa de juro de referência.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

As receitas de juros incluem o juro de ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade. Os juros de ativos financeiros classificados no *Stage 3* são apurados pelo método da taxa de juro efetiva aplicado ao valor líquido de balanço. Quando o ativo deixa de ser incluído no *Stage 3*, o juro passa a ser calculado com base no valor bruto de balanço.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como *fair value hedge* e *fair value option* é reconhecida nas rubricas de receitas de juros ou despesas com juros. Para os restantes derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não será separada e será classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos detidos para negociação (ver Nota 6.5).

## 6.3. Reconhecimento de receitas de taxas e comissões

As receitas de taxas e comissões são reconhecidas como rédito de contratos com clientes na medida em que as obrigações de performance são satisfeitas:

- As receitas de taxas e comissões obtidas na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- As receitas de taxas e comissões obtidas à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- As receitas de taxas e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva, conforme descrito na nota 6.2.

## 6.4. Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração inicial

### 6.4.1. Data de reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros, com exceção dos empréstimos e adiantamentos a clientes e saldos devidos a clientes, são inicialmente reconhecidos na data de negociação, ou seja, na data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Isso inclui negociações regulares, ou seja, compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro do prazo geralmente estabelecido por regulamento ou convenção no mercado. Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidos quando os fundos são transferidos para as contas dos clientes. O Banco reconhece os saldos devidos aos clientes quando os recursos são transferidos para o Banco.

### 6.4.2. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos seus termos contratuais e do modelo de negócio de gestão dos instrumentos, conforme descrito na nota 6.6. Os instrumentos financeiros são

inicialmente mensurados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido dos custos de transação (conforme definido na Nota 6.5), exceto no caso de ativos e passivos financeiros registados em justo valor através de resultados, para os quais os custos da transação são diretamente reconhecidos em resultados. Os valores a receber de clientes são mensurados pelo preço da transação. Quando o justo valor dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial difere do preço da transação, o Banco contabiliza os resultados do Dia 1, conforme descrito abaixo.

#### 6.4.3. Resultados do Dia 1

Quando o preço da transação do instrumento difere do justo valor na origem e o justo valor é baseado numa técnica de avaliação usando apenas dados observáveis nas transações de mercado, o Banco reconhece a diferença entre o preço da transação e o justo valor na receita líquida de negociação. Nos casos em que o justo valor é baseado em modelos para os quais alguns dos dados não são observáveis, a diferença entre o preço da transação e o justo valor é diferida e só é reconhecida no resultado quando os dados se tornam observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

O Banco reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflete o acesso do Banco ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

#### 6.4.4. Categorias de mensuração de ativos e passivos financeiros

O Banco classifica todos os seus ativos financeiros com base no modelo de negócio para gerir os ativos e nos termos contratuais do ativo, mensurados ao:

- Custo amortizado, conforme explicado na nota 6.6.1;
- Justo valor através de outro rendimento integral, conforme explicado na nota 6.6.1, 6.6.2 e 6.6.3;
- Justo valor através de resultados, conforme explicado na nota 6.6.4.
- Justo valor obrigatoriamente através de resultados, conforme explicado na nota 6.6.4.

O Banco classifica e mensura a sua carteira de derivados de negociação na carteira de negociação, conforme explicado na Nota 6.6.5. O Banco pode designar instrumentos financeiros nesta carteira, caso isso elimine ou reduza significativamente as inconsistências de mensuração ou reconhecimento, conforme explicado na Nota 6.6.6.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto compromissos de empréstimos e garantias financeiras, ou os passivos da carteira de negociação que são mensurados ao justo valor.

#### 6.5. Justo valor dos ativos e passivos financeiros

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado com base na cotação de fecho (*bid-price*), no preço da última transação efetuada ou no valor da última cotação (*bid*) conhecida. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Para os ativos incluídos no nível 3 da hierarquia de justo valor, cuja cotação é fornecida por uma terceira entidade com recurso a parâmetros não observáveis no mercado, o Banco procede, quando aplicável, a uma análise detalhada da performance histórica e de liquidez destes ativos. Decorrente desta análise, bem como em resultado de avaliações internas ou externas adicionais, podem ser aplicados ajustamentos à cotação fornecida para determinar o justo valor destes ativos.

Seguidamente apresenta-se uma breve descrição do tipo de ativos e passivos incluídos em cada nível da hierarquia e correspondente forma de valorização:

##### Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.



A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse econômico e que tais preços são representativos do mercado ativo, utilizando sempre que possível, preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo). No processo de reavaliação dos Instrumentos Financeiros, o Banco procede à análise dos diferentes preços no sentido de selecionar aquele que se afigura mais representativo para o instrumento em análise. Adicionalmente, são utilizados como inputs, caso existam, os preços relativos a transações recentes sobre instrumentos financeiros semelhantes, os quais são posteriormente comparados com os fornecidos pelas entidades referidas no sentido de melhor fundamentar a opção do Banco por um dado preço.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros:

- (i) Derivados negociados em mercado organizado;
- (ii) Ações cotadas em bolsa;
- (iii) Fundos mobiliários abertos cotados em bolsa;
- (iv) Fundos mobiliários fechados cujos ativos subjacentes são unicamente instrumentos financeiros cotados em bolsa;
- (v) Obrigações com valorizações observáveis no mercado;
- (vi) Instrumentos financeiros com ofertas de mercado mesmo que não disponíveis nas normais fontes de informação (ex. títulos a negociar com base na *recovery rate*).

#### Métodos de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Banco utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros:

- (i) Obrigações sem valorizações observáveis em mercado valorizadas com recurso a inputs observáveis em mercado; e
- (ii) Derivados (OTC) mercado de balcão valorizados com recurso a inputs observáveis em mercado; e
- (iii) Ações não cotadas valorizadas com modelos internos com recurso a inputs observáveis em mercado.

#### Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades, mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. As bases e pressupostos de cálculo do justo valor estão em conformidade com os princípios da IFRS 13.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros:

- (i) Títulos de dívida valorizados com recurso a inputs não observáveis no mercado;
- (ii) Ações não cotadas;
- (iii) Fundos imobiliários fechados;
- (iv) *Hedge Funds*;
- (v) *Private equities*;
- (vi) Fundos de Reestruturação; e
- (vii) Derivados (OTC) mercado de balcão com cotações fornecidas por terceiras entidades.

## 6.6. Ativos e Passivos Financeiros

O Banco classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição em função do modelo de negócio considerado e das características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Essa classificação determina a forma como o ativo passa a ser mensurado após o seu reconhecimento inicial:

- Ao custo amortizado: se for incluído num modelo de negócio cujo objetivo é somente a obtenção dos fluxos de caixa contratuais, sendo que os mesmos correspondem somente a pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida (SPPI – *solely payments of principal and interest*);
- Ao justo valor através de outro rendimento integral: se for incluído num modelo de negócio cujo objetivo é a obtenção dos fluxos de caixa contratuais e/ou venda e os fluxos de caixa contratuais se enquadrarem no âmbito SPPI. Adicionalmente pode-se optar irrevogavelmente, no reconhecimento inicial, por apresentar em capital próprio as alterações subsequentes no justo valor de um investimento num instrumento de capital;
- Mensurados obrigatoriamente ao justo valor através de resultados: todos os casos não enquadráveis no âmbito SPPI;
- Mensurados ao justo valor através de resultados: restantes instrumentos financeiros não enquadráveis nos modelos de negócio acima descritos. Se estes ativos forem adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo, são classificados como detidos para negociação.

### 6.6.1. Ativos financeiros ao custo amortizado

De acordo com a Norma IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, para um ativo financeiro ser classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, é necessário que:

- (i) as cláusulas contratuais devem dar origem a fluxos de caixa que correspondem somente a pagamentos de capital e juros sobre o montante em dívida (SPPI – *solely payments of principal and interest*). Para efeitos do teste SPPI, o capital é o justo valor do ativo financeiro no momento do reconhecimento inicial. Os fluxos contratuais que são SPPI são consistentes com um acordo de empréstimo básico. Cláusulas contratuais iniciais que introduzam exposição a riscos ou volatilidade dos fluxos de caixa contratuais que não estejam relacionados com um contrato básico de empréstimo, como a exposição a alterações nos preços de ações ou de mercadorias, não dão origem a fluxos de caixa contratuais que são apenas pagamentos relativos a capital e a juros calculados sobre o montante de capital em dívida. Nestes casos, os ativos financeiros devem ser mensurados ao justo valor obrigatoriamente através de resultados;
- (ii) O modelo de negócio do ativo financeiro seja receber somente os fluxos contratuais até à maturidade (ativo ao custo amortizado) ou receber os fluxos contratuais até à maturidade e obter mais-valia na venda (ativo ao justo valor através de outro rendimento integral). A avaliação dos modelos de negócio do ativo financeiro é fundamental para a sua classificação. O Banco determina os modelos de negócio por grupos de ativos financeiros de acordo com a forma como são geridos para atingir um determinado objetivo de negócio. Os modelos de negócio do Banco determinam se os fluxos de caixa vão ser gerados através da obtenção somente dos fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou ambos. No reconhecimento inicial de um ativo financeiro, o Banco determina se o mesmo faz parte de um modelo de negócio existente ou se reflete um novo modelo de negócio. O Banco reavalia os seus modelos de negócio em cada período de reporte, de forma a determinar se ocorreram alterações dos modelos de negócio desde o último período de reporte.

Os requisitos acima referidos não são aplicáveis a contas a receber de locações, que cumprem os critérios definidos na IFRS 16 – Locações.

Ativos financeiros que sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado estão sujeitos a cálculo de imparidade, conforme explicado na nota 6.12.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente registados ao valor de aquisição, subsequentemente são mensurados ao custo amortizado com base na taxa de juro efetiva. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados.

### 6.6.2. Instrumentos de dívida com variações de justo valor em outro rendimento integral

O Banco classifica os instrumentos de dívida com variações de justo valor em outro rendimento integral quando as seguintes condições são verificadas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através do recebimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Os instrumentos de dívida assim classificados são subsequentemente mensurados ao justo valor, com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidas em outro rendimento integral até que os ativos sejam desreconhecidos, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados na rubrica de ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados. Os rendimentos de juros e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado da mesma forma que para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado conforme explicado na Nota 6.2.

O cálculo da imparidade é explicado na Nota 6.12. Quando o Banco detém mais de um investimento no mesmo valor mobiliário, considera-se que a alienação é feita com base na antiguidade de aquisição.

### 6.6.3. Instrumentos de capital com variações de justo valor em outro rendimento integral

Após o reconhecimento inicial, o Banco classifica de forma irrevogável instrumentos financeiros de capital com variações em outro rendimento integral quando os mesmos são classificados como instrumentos de capital de acordo com a IAS 32 e não são detidos para negociação. Esta designação é determinada casuisticamente.

Ganhos e perdas nestes instrumentos financeiros nunca são reciclados para resultados. Os dividendos são reconhecidos em resultados como receitas de dividendos quando o direito ao pagamento tenha sido estabelecido, exceto quando o Banco beneficia de tal rendimento como uma recuperação de parte do custo do instrumento, caso em que esses ganhos são registados em outro rendimento integral.

Os Instrumentos de capital com variações de justo valor em outro rendimento integral não estão sujeitos a imparidade.

### 6.6.4. Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados

Um ativo registado ao justo valor através de resultados apresenta as seguintes características:

- os fluxos de caixa contratuais não são SPPI (obrigatoriamente ao justo valor através de resultados); ou/e
- é detido num modelo de negócio que não tenha como objetivo a obtenção somente dos fluxos de caixa contratuais ou a obtenção dos fluxos de caixa contratuais e venda; ou,
- é designado ao justo valor através de resultados, como resultado da aplicação do *fair value option*.

### 6.6.5. Ativos e passivos detidos para negociação

O Banco classifica os ativos financeiros ou passivos financeiros como detidos para negociação quando foram adquiridos ou emitidos principalmente com o objetivo de obter lucro no curto prazo através de atividades de negociação ou fazem parte de uma carteira de ativos financeiros geridos em conjunto para os quais há evidências recentes de realização de lucros no curto prazo.

Os ativos e passivos detidos para negociação são registados e avaliados no balanço ao justo valor. As alterações de justo valor são reconhecidas em resultados de operações financeiras. A receita ou despesa de juros e dividendos é registada na mesma rubrica de acordo com os termos do contrato ou quando o direito ao pagamento é estabelecido.

Incluídos nesta carteira estão os títulos de dívida, ações, posições curtas e empréstimos a clientes que foram adquiridos principalmente com a finalidade de venda ou recompra no curto prazo.

### 6.6.6. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

#### Classificação

O Banco classifica a sua carteira de derivados em (i) derivados de cobertura e (ii) derivados de negociação, que incluem, para além dos derivados contratados com o objetivo de realização de proveitos, os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos ativos e passivos designados ao justo valor através de resultados, mas que não foram classificados como de cobertura (*fair value option*).

### Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. As contas margem são registadas em Outros ativos e Outros passivos (ver Notas 26 e 30) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

O justo valor dos restantes instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

### Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) Os instrumentos de cobertura e os itens cobertos são elegíveis para o relacionamento de cobertura;
- (ii) À data de início da transação, a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura, a natureza do risco coberto e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (iii) Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- (iv) O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica;
- (v) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação.

Para os casos em que o Banco utiliza o macro *hedging*, a contabilização é efetuada de acordo com o IAS 39, utilizando a opção prevista na IFRS 9, sendo que o Banco executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a confirmar, em cada data de balanço, a efetividade das relações de cobertura, demonstrando que as variações do justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por variações de justo valor do elemento coberto na parcela atribuída ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre, em ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura. No caso específico da cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da carteira de depósitos, foi adotada a exceção prevista no *carve out* do IAS 39 para a aplicação do macro *hedging* aos depósitos *core*.

A utilização dos derivados está enquadrada na estratégia e objetivos de gestão de risco do Banco.

- Cobertura de justo valor

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo, o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto. Nos casos em que o item coberto é um instrumento de capital próprio designado ao justo valor através de outro rendimento integral, as variações de justo valor dos instrumentos de cobertura são também reconhecidas em outro rendimento integral.

Se a cobertura deixar de cumprir com o requisito da eficácia, mas o objetivo da gestão de risco se mantiver, o Banco pode proceder ao ajustamento da cobertura, para cumprir com os critérios de elegibilidade (reequilíbrio).

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura (no caso de o instrumento de cobertura expirar, ser vendido, ter terminado ou exercido, sem que se tenha procedido à sua substituição de acordo com objetivo de gestão do risco documentado da entidade), o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo

coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado em resultados até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida na reserva de cobertura de fluxos de caixa. O valor desta reserva é transferido para resultados nos exercícios em que os fluxos de caixa esperados do item coberto afetam resultados. A parte inefetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

#### Derivados embutidos

Se um contrato híbrido incluir um contrato de base que seja um ativo financeiro no âmbito da IFRS 9, o Banco classifica a totalidade do contrato de acordo com a política referida na Nota 6.5.

Se um contrato híbrido incluir um contrato de base que não seja um ativo no âmbito da IFRS 9, um derivado embutido deve ser separado do contrato de base e contabilizado como derivado segundo esta Norma se, e apenas se:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estiverem intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base;
- Um instrumento separado com os mesmos termos que o derivado embutido satisfizesse a definição de um derivado; e
- O contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor sendo as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados (isto é, um derivado que esteja embutido num passivo financeiro pelo justo valor através dos resultados não é separado).

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

#### 6.6.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que de outra forma resultaria;
- o passivo financeiro integra um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, que é gerido e avaliado numa base de justo valor, de acordo com a estratégia de gestão de risco ou de investimento do Banco; ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos e a IFRS 9 permite designar a totalidade do contrato híbrido ao justo valor através de resultados.

Não são permitidas reclassificações entre categorias de passivos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco – com exceção dos produtos estruturados em que os derivados embutidos foram bifurcados e registados separadamente e reavaliados ao justo valor – por se enquadrarem sempre

numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Banco emitente.

Estes passivos são mensurados ao justo valor, e os respetivos ganhos ou perdas na reavaliação são reconhecidos em resultados com exceção das alterações resultantes da alteração do risco próprio do Banco, o “*Debt Valuation Adjustment*” (DVA), o qual é reconhecido em outro rendimento integral. O novobanco não regista qualquer ganho associado ao risco de crédito próprio.

Os ganhos ou perdas decorrentes da reavaliação dos passivos ao justo valor são registados em resultados. Contudo a variação de justo valor atribuível a alterações no risco de crédito é reconhecida em outro rendimento integral. No momento de desreconhecimento do passivo o valor registado em outro rendimento integral relativo a alterações no risco de crédito não é transferido para resultados.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

#### 6.6.8. Garantias financeiras e garantias de performance

##### Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Banco normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente equivalente ao valor da comissão inicial recebida tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

##### Garantias de performance

As garantias de performance são contratos que resultam na compensação de uma das partes caso exista incumprimentos da obrigação contratual definida. As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Caso a obrigação contratual definida não seja cumprida, o Banco tem o direito de regresso sobre o devedor principal da garantia, sendo os valores reconhecidos em Crédito a Clientes após o pagamento da compensação ao beneficiário da garantia. Como o direito de regresso está embutido na garantia de performance, e, portanto, parte da mesma unidade de conta, o Banco entende que não assume risco de seguro, mas apenas risco financeiro (de crédito) sobre o devedor principal, e, nesse sentido, trata estas garantias como instrumentos financeiros.

## 6.7. Reclassificação de ativos e passivos financeiros

No caso de o Banco alterar um modelo de negócio, os ativos financeiros incluídos nesse modelo são reclassificados, e os requisitos de classificação e mensuração relativos à nova categoria são aplicados prospectivamente a partir dessa data.

## 6.8. Modificação de ativos e passivos financeiros

A atividade de renegociação comercial de ativos financeiros é uma das ferramentas que o Banco tem disponível e que utiliza regularmente na gestão e recuperação destes instrumentos. Deste modo, o Banco entende que a avaliação para determinar se essas renegociações resultam em desreconhecimento de ativos financeiros deverá ser de carácter excepcional e casuística, tendo em conta a identificação das operações em causa por julgamento profissional e a materialidade das mesmas.

Nestas situações, o Banco realiza uma avaliação para determinar se as modificações resultam no desreconhecimento desse ativo financeiro. Para os ativos financeiros, essa avaliação é baseada em fatores qualitativos. Ao avaliar se deve ou não desreconhecer um empréstimo a um cliente, o Banco considera, entre outros, os seguintes fatores:

- Mudança na moeda do empréstimo;
- Introdução de uma característica de capital;
- Mudança na contraparte;
- A modificação é tal que o instrumento não passa no teste SPPI.

Se a modificação não resultar em fluxos de caixa substancialmente diferentes, conforme a seguir se define, ela não resultará em desreconhecimento. Com base na alteração nos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original, o Banco regista um ganho ou perda de modificação, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não tenha sido registada. A política contabilística do Banco em relação a créditos vencidos é apresentada na Nota 6.10.

Quando a modificação dos termos de um passivo financeiro existente não é classificada como substancial e, consequentemente, não resulta em desreconhecimento, o custo amortizado do passivo financeiro é recalculado pelo cálculo do valor presente dos fluxos de caixa contratuais futuros estimados que são descontados com base na taxa de juro efetiva original do passivo financeiro. Qualquer diferença resultante é reconhecida imediatamente no resultado. O Banco contabiliza a modificação substancial dos termos de um passivo existente ou de parte deste como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. Assume-se que os termos são substancialmente diferentes se o valor atual dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer comissões pagas líquidas de quaisquer comissões recebidas, e descontados usando a taxa de juro efetiva original é pelo menos 10% diferente do valor atual descontado dos fluxos de caixa remanescentes do passivo financeiro original. A diferença entre o valor de balanço do passivo original e o valor do novo passivo é registada em resultados.

## 6.9. Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respetivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido. Quando uma operação mensurada ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecida, o ganho ou perda acumulada previamente reconhecida em outro rendimento integral é reclassificada para resultados. No caso específico dos instrumentos de capital, o ganho ou perda acumulada previamente reconhecida em outro capital próprio não é reclassificada para resultados, sendo transferida entre rubricas de capital próprio.

No caso específico de créditos a clientes, no momento da venda o diferencial entre o valor de venda e o valor de balanço deverá estar 100% provisionado, sendo que no momento da venda será efetuado o desreconhecimento do crédito vendido por contrapartida dos fundos/ativos recebidos e consequente utilização de imparidade em balanço.

## 6.10. Empréstimos reestruturados

No âmbito da recuperação de crédito, o Banco faz modificações aos termos originais dos contratos em resposta às dificuldades financeiras do mutuário, em vez de tomar posse ou de outra forma exigir a cobrança de garantias. O Banco considera um empréstimo reestruturado quando tais modificações ocorrem em resultado das dificuldades financeiras presentes ou esperadas do cliente e o Banco não teria concordado com elas se o mutuário estivesse financeiramente saudável. Os indicadores de dificuldades financeiras incluem incumprimentos contratuais ou outros sinais de alerta

identificados pelo Departamento de Risco Global. As alterações podem envolver a extensão dos acordos de pagamento e/ou o acordo de novas condições de empréstimo. Se as modificações forem substanciais, o empréstimo é desreconhecido, conforme explicado na Nota 6.8. Uma vez que os termos tenham sido renegociados sem que isso resulte no desreconhecimento do empréstimo, qualquer redução no valor recuperável é medida usando a taxa de juro efetiva original calculada antes da modificação dos termos. Adicionalmente, o Banco reavalia se houve aumento significativo do risco de crédito, conforme demonstrado na Nota 37 e se os ativos devem ser classificados como *Stage 3*.

As decisões de desreconhecimento e a classificação entre *Stage 2* e *Stage 3* são determinadas caso a caso. Se esses procedimentos identificam uma perda em relação a um empréstimo, ele é classificado como um ativo reestruturado de *Stage 3* com redução ao valor recuperável. Uma vez que um ativo tenha sido classificado como reestruturado, ele permanecerá reestruturado por um período mínimo de 24 meses. Para que o empréstimo deixe de ser reclassificado nesta categoria, o cliente deve cumprir com os seguintes critérios:

- Todos os seus financiamentos devem ser considerados *performing*;
- O período de cura de dois anos ocorreu e o empréstimo passou a ser considerado *performing*;
- Verificaram-se pagamentos regulares de mais do que um valor insignificante de capital ou juros durante pelo menos metade do período de cura;
- O cliente não tem nenhum contrato que esteja vencido há mais de 30 dias.

### 6.11. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal executável de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da atividade do novobanco, assim como em caso de *default*, falência ou insolvência do Banco ou da contraparte.

### 6.12. Imparidade de ativos financeiros

#### Os princípios de imparidade

O Banco reconhece imparidade para perdas de crédito esperadas para os seguintes instrumentos de dívida:

- Crédito a clientes;
- Garantias Prestadas;
- Crédito Documentários de Importação;
- Créditos Documentários de Exportação Confirmados;
- Linhas de Crédito não utilizadas;
- Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito (“*Money Market*”);
- Carteira de Títulos.

Instrumentos de capital não estão sujeitos a imparidade de acordo com a IFRS 9.

Consideram-se no âmbito de cálculo de imparidade os instrumentos de dívida deste universo que estejam classificados em custo amortizado ou justo valor através de outro rendimento integral.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

A imparidade é baseada em perdas de crédito esperadas para 12 meses desde que não se registre deterioração significativa no risco de crédito desde a originação. Na eventualidade de se verificar aumento significativo no risco de crédito desde a originação, as perdas de crédito esperadas passam a considerar o período de vida remanescente do ativo, ou seja, consideram a maturidade remanescente desse ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses representam a parte das perdas de crédito esperadas até à maturidade do ativo resultante de eventos de incumprimento num instrumento que ocorrem nos 12 meses após a data do balanço. As perdas de crédito esperadas podem ser calculadas de forma individual ou coletiva, dependendo da natureza da carteira subjacente de instrumentos financeiros.



O Banco estabeleceu uma política para avaliar, ao final de cada período de reporte, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de incumprimento que ocorre ao longo da vida remanescente do ativo financeiro.

Com base no processo acima, o Banco agrega as exposições por *stage* conforme descrito abaixo:

- *Stage 1*: inclui todas as exposições sem qualquer indício de deterioração significativa de risco crédito e sem estado de *default* ativo. Para estas exposições a imparidade é reconhecida como perda esperada a 12 meses;
- *Stage 2*: inclui todas as exposições onde foi identificado pelo menos um indício de deterioração significativa de risco crédito. Para estas exposições a imparidade é reconhecida pelo valor atual das perdas esperadas acumuladas até à maturidade. Este universo também inclui exposições em período de quarentena, isto é, exposições que deixaram de ter recentemente (1) indícios de deterioração significativa de risco de crédito e/ou (2) classificação de *default*;
- *Stage 3*: inclui todas as exposições classificadas em *default* – de acordo com definição interna do Banco que está alinhada com a definição regulamentar<sup>2</sup>. Esta definição inclui, cumulativamente:
  - Exposições com incumprimento material há mais de 90 dias consecutivos; ou
  - Exposições que, não tendo incumprimento material há mais de 90 dias consecutivos, são classificadas como “*Unlikely to pay*”.

Os ativos financeiros comprados ou originados com imparidade (POCI), isto é, para os quais foi identificada imparidade no seu reconhecimento inicial podem ser classificados em *stage 2* ou *stage 3*.

#### O cálculo da imparidade coletiva

Para o apuramento de imparidade numa base coletiva, as exposições são segmentadas com base em características semelhantes de risco de crédito em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Para cada um desses segmentos homogêneos de risco são estimados fatores de risco que são aplicados no âmbito do cálculo de imparidade.

Para efeitos da determinação da imparidade coletiva, os fatores de risco considerados em cada segmento de risco devem refletir, em conformidade com a regulamentação IFRS, informação prospetiva. Adicionalmente, o cálculo de imparidade deve também refletir a consideração de múltiplos cenários, sendo a imparidade final resultar da soma dos montantes apurados em cada cenário, ponderados pela respetiva probabilidade associada.

O cálculo da perda esperada envolve sempre a consideração de:

- Probabilidade de incumprimento (PD) – este fator de risco é uma estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado período tempo. O incumprimento só pode ocorrer num determinado momento do período avaliado, caso a linha de crédito não tenha sido desreconhecida anteriormente e ainda se encontra em balanço;
- Severidade (LGD) – este fator de risco é uma estimativa da perda que surge no caso de o incumprimento ocorrer num determinado momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e aqueles que o Banco estima receber, incluindo a execução de colaterais ou outras alterações contratuais que se tornem parte integrante do empréstimo e não cumpram os critérios para serem reconhecidos separadamente.
- Exposição – representa o valor nominal da exposição na data de reporte e é este montante o considerado para efeitos da base de incidência do cálculo de imparidade coletiva. No caso de serem exposições extrapatrimoniais, é aplicado um fator de conversão para crédito (CCF) ao valor nominal da exposição. Este fator representa a probabilidade das exposições extrapatrimoniais se converterem em exposições patrimoniais.

Quando uma exposição está classificada em *stage 2*, considera-se para efeitos de cálculo de imparidade que a exposição evolui de acordo com plano de amortização de capital e juros contratado, ou na ausência desta informação, que o desembolso ocorre na maturidade.

Os detalhes do cálculo da imparidade são apresentados como segue:

<sup>2</sup> EBA/GL/2016/07: Guidelines on the application of the definition of default under Article 178 of Regulation (EU) No 575/2013

- *Stage 1*: este cálculo incide sobre exposições produtivas que não apresentam qualquer indício ativo de deterioração significativa de risco de crédito face à originação. A imparidade representa a perda esperada resultante de eventos de *default* num instrumento financeiro que são possíveis de ocorrer num prazo de 12 meses após a data do balanço. Os fatores de risco – PD e LGD – consideram o horizonte a 12 meses e são aplicados sobre o valor da exposição. Este cálculo é efetuado por cenário, uma vez que cada cenário considerado tem fatores de risco específicos – PD e LGD;
- *Stage 2*: este cálculo incide sobre exposições produtivas que apresentam um indício de aumento significativo no risco de crédito desde a originação. A imparidade representa o valor atual da soma das perdas esperadas até à maturidade da exposição. As perdas esperadas são apuradas sobre a exposição projetada em cada momento de amortização da dívida, de acordo com o plano de amortização da exposição, e essas perdas esperadas são descontadas à taxa efetiva original do contrato para obter o seu valor atual, à data de reporte. Conforme acima referido, este apuramento faz-se por cenário uma vez que se consideram fatores de risco distintos para cada cenário;
- *Stage 3*: este cálculo incide sobre exposições não produtivas, onde a imparidade corresponde à diferente entre o montante em dívida e o valor atual das recuperações esperadas para essa exposição, dadas as suas características. Para apurar o valor atual das recuperações esperadas é também utilizada a taxa efetiva original do contrato;
- Conforme anteriormente referido, POCI são ativos financeiros originados ou adquiridos com imparidade no reconhecimento inicial. Exposições nesta situação não poderão ser classificadas em *stage 1*;
- Compromissos irrevogáveis e cartas de crédito: conforme anteriormente referido, dada a natureza extrapatrimonial dos compromissos irrevogáveis, o Banco estima sobre estes contratos qual o montante respetivo que espera vir a ser convertido em montante patrimonial (crédito). Desta forma, o fator de conversão estimado para este tipo de exposição é aplicado ao seu valor nominal e o resultado respetivo é tido em conta como a base de incidência para o cálculo de imparidade coletiva;
- Para cartões de crédito e linhas de revolving que incluem um compromisso irrevogável, a imparidade é calculada e deduzida ao ativo. Para compromissos irrevogáveis e cartas de crédito, a imparidade é reconhecida em Provisões no passivo.

A imparidade para instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral não reduz o valor de balanço desses ativos financeiros, que se mantém ao justo valor. Desta forma, um montante igual à provisão que surgiria se os ativos fossem mensurados ao custo amortizado é reconhecido em outro rendimento integral como um valor acumulado de redução ao valor recuperável, com um débito correspondente ao resultado. A perda acumulada reconhecida em outro rendimento integral é reciclada para resultados no desreconhecimento dos ativos.

#### Processo de análise da imparidade individual

A Análise Individual de crédito compreende uma análise de *staging* e uma análise de quantificação de imparidade individual. A análise de *staging* é realizada para os devedores classificados previamente em *stage 1* e *stage 2* tem como propósito avaliar a adequação do *stage* atribuído com informação adicional obtida em base individual. A análise de quantificação de imparidade individual tem por objetivo determinar a taxa de imparidade mais adequada a cada cliente de crédito, independentemente do valor resultante do Modelo de Imparidade Coletivo. Os clientes que tenham sido alvo de Análise Individual, mas para os quais não foi considerada uma perda objetiva de imparidade, voltam a ser incluídos no Modelo de Imparidade Coletivo. A Análise Individual dos clientes selecionados é realizada tendo por base a informação prestada pelas Estruturas Comerciais quanto ao enquadramento do cliente/Grupo, fluxos de caixa históricos e previsionais (quando disponíveis) e colaterais existentes.

#### 6.13. Valorização de colaterais e garantias financeiras

Com o objetivo de mitigar o risco de crédito dos ativos financeiros, o Banco procura obter colaterais, sempre que possível. Os colaterais assumem várias formas, como sendo imóveis, títulos e outros ativos. Estes colaterais, a menos que sejam retomados, são registados em contas extrapatrimoniais, sem reflexo na demonstração da posição financeira do Banco. O colateral é geralmente avaliado, no mínimo, no início da operação de crédito e sempre que se justifique. No entanto, alguns colaterais, como por exemplo, dinheiro ou títulos relacionados com os requisitos de margem, são avaliadas diariamente. Na medida do possível, o Banco usa dados de mercados ativos para avaliar os ativos financeiros detidos como garantia. Outros ativos financeiros que não têm valores de mercado prontamente determináveis são

avaliados por meio de modelos. Os colaterais não financeiros, como imóveis, são avaliados com base em dados fornecidos por terceiros, como avaliadores imobiliários, ou com base em índices de preços de habitação.

#### 6.14. Ativos recebidos por recuperação de crédito

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito, o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Banco procede à execução das mesmas recebendo imóveis. O Banco recebe também bens imóveis em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os Bancos estão impedidos, salvo autorização concedida pelo Banco de Portugal, de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento ou à prossecução do seu objeto social (n.º1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de crédito próprio, devendo as situações daí resultantes serem regularizadas no prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

Embora o Banco tenha como objetivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação ou através da execução de garantias, durante o exercício de 2016 alterou a classificação destes imóveis de Ativos não correntes detidos para venda para Outros ativos, devido ao tempo de permanência dos mesmos em carteira ser superior a 12 meses. Contudo o método de contabilização não se alterou, sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. Para os imóveis registados no balanço do novobanco, considera-se o valor de venda imediata como o respetivo justo valor.

As avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

- (i) Método de Mercado  
O Método de Mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através de prospeção de mercado realizada na zona.
- (ii) Método do Rendimento  
Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.
- (iii) Método do Custo  
O Método de Custo tem por finalidade refletir o montante que seria exigido correntemente para substituir o ativo nas atuais condições, decompondo o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indiretos.

As avaliações realizadas são conduzidas por peritos avaliadores independentes. Os relatórios de avaliação são analisados internamente para aferição da adequação de pressupostos, comparando os valores de venda históricos com os valores reavaliados dos imóveis, a fim de se manterem atualizados os parâmetros e processos de avaliação à evolução do mercado.

Adicionalmente, uma vez que se trata de ativos cujo nível de justo valor da hierarquia da IFRS 13 corresponde maioritariamente ao nível 3, dada a subjetividade de alguns pressupostos utilizados nas avaliações e o facto de existirem indicações externas com valores alternativos, o Banco procede a análises internas sobre os pressupostos utilizados o que poderá implicar ajustamentos adicionais ao seu justo valor, suportados por avaliações internas ou externas adicionais.

Para ativos de maior relevância, é efetuado o *challenge* das avaliações que servem de base à valorização dos imóveis, por uma área do Banco especializada e independente desse processo de avaliação, de acordo com um plano de trabalho anual previamente aprovado pelo Conselho de Administração Executivo.

Ativos não correntes ou grupos para alienação (grupo de ativos a alienar em conjunto numa só transação, e passivos diretamente associados que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando seja expectável que o seu valor de Balanço será recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), os ativos ou grupos para alienação estiverem em condição de venda imediata e a venda for altamente provável (no prazo de um ano).

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo (ou grupo para alienação) como devido para venda, a mensuração dos ativos não correntes (ou de todos os ativos e passivos do grupo) é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor líquido contábilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda. Quando o valor contábilístico dos ativos não correntes corresponde ao justo valor menos custos de venda, o nível de justo valor da hierarquia da IFRS 13 corresponde maioritariamente ao nível 3.

### 6.15. Write-offs

O *write-off* é definido como o desreconhecimento de um ativo financeiro do balanço do Banco, o qual só deve ocorrer quando cumulativamente:

- (i) Terá sido exigido o vencimento da parcela do crédito a abater (total ou parcial), isto é, os créditos deverão encontrar-se registados (total ou parcial) em crédito vencido. São exceção deste requisito (i) as reestruturações/perdões de dívida efetuados no âmbito de acordos extra-judiciais, PER e Insolvências, em que uma parte do crédito poderá manter-se vivo e o remanescente da dívida ser abatida por decisão judicial/extra-judicial e (ii) situações em que apesar do contrato não se encontrar vencido na sua totalidade, o Banco entende estar perante um cenário de perda total ou parcial;
- (ii) Já terão sido desenvolvidos esforços de cobrança considerados adequados (e reunidas as provas relevantes e adequadas);
- (iii) As expectativas de recuperação do crédito são muito reduzidas, sendo necessário que o montante a abater (quer seja abate total ou parcial da dívida) esteja totalmente coberto por imparidade e sob gestão da aplicação de recuperação central de crédito. É necessário assegurar que o valor a abater ao ativo está integralmente coberto por imparidade (constituída pelo menos no mês anterior ao do abate).

Pagamentos posteriores à passagem a *write-off* deverão ser registados como recuperações pós *write-off*, com impacto na demonstração de resultados em Outras receitas operacionais.

### 6.16. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação e cujo risco de variação de valor é imaterial, onde se incluem a caixa, saldos de caixa em Bancos Centrais e outros depósitos à ordem. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

### 6.17. Ativos cedidos com acordo de recompra, empréstimos de títulos e vendas a descoberto

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contábilística referida na Nota 6.10. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos que não constam do ativo do Banco. São registadas como um passivo financeiro de negociação pelo justo valor dos ativos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda. Os ganhos e perdas resultantes da variação do respetivo justo valor são diretamente reconhecidos em resultados na linha de Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros devidos para negociação.

### 6.18. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos fixos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<b>Número de anos</b>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

As vidas úteis e valores residuais dos ativos fixos tangíveis são revistas a cada data de relato financeiro.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciada não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

O valor recuperável é determinado como o menor entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Na data do desreconhecimento de um ativo tangível, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica Outras receitas operacionais ou Outras despesas operacionais.

## 6.19. Locações

### Definição de locação

O Banco avalia se um contrato é ou contém uma locação com base na definição de locação, que tem o seu enfoque no direito de orientar o uso de um ativo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição.

### Como locatário

Enquanto locatário, o Banco aluga vários ativos, incluindo imóveis, viaturas e equipamento informático. O Banco reconhece um ativo pelo direito de uso do ativo objeto de locação e um passivo de locação pela obrigação de pagar as rendas.

O Banco não reconhece ativos sob direito de uso e passivos da locação para locações de curta duração, cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses, e locações de ativos de baixo valor (p.e. equipamento informático), com valor em novo inferior a 5 milhares de euros. O Banco reconhece os pagamentos da locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação, na rubrica “Outras despesas administrativas – Rendas e alugueres”.

O Banco apresenta os ativos relativos ao direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento em “ativos fixos tangíveis”, na mesma linha de itens em que apresenta os ativos subjacentes da mesma natureza que são sua propriedade. Os ativos sob direito de uso que se enquadram na definição de propriedade de

investimento são apresentados como propriedade de investimento. Estes ativos são mensurados ao custo menos amortizações acumuladas e imparidade, sendo amortizados linearmente pelo menor do prazo da locação ou da vida útil do ativo. O valor do custo corresponde ao valor do passivo da locação reconhecido, custos diretos incorridos e menos algum incentivo recebido para a locação.

O Banco apresenta os passivos da locação em "Outros passivos" na demonstração da posição financeira. O passivo da locação é determinado pelo valor presente das rendas a pagar durante o prazo da locação. As rendas incluem os valores fixos, valores variáveis que dependam de uma taxa de juro, montantes a pagar relativos a garantias sobre o valor residual do ativo. Eventuais opções também são incluídas se se espera razoavelmente que venham a ser exercidas.

Valores variáveis que não dependem de uma taxa, são reconhecidos como um custo no período a que dizem respeito. Durante o período da locação, o passivo da locação aumenta pela contagem do juro e diminui pelo pagamento das rendas. O valor do passivo da locação é alterado caso se alterem os termos da locação (como o prazo ou o valor do indexante) ou se altere a avaliação do exercício da opção de aquisição do bem.

### Como locador

#### Locações financeiras

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados, juntamente com qualquer valor residual não garantido estimado. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

#### Locações operacionais

Todas as operações de locação que não se enquadram na definição de locação financeira são classificadas como locações operacionais. Os recebimentos relativos a estes contratos são reconhecidos de forma linear pelo prazo da locação e registados em "Outras receitas operacionais".

### 6.20. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos. Excepcionalmente, estes prazos poderão ser alargados sempre que se verifique que a vida útil do ativo é comprovadamente superior.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

### 6.21. Imparidade de ativos não financeiros

O Banco avalia, a cada data de reporte, se existe uma indicação de que um ativo pode estar com imparidade. Se houver qualquer indicação, ou quando o teste anual de avaliação do valor recuperável de um ativo for necessário, o Banco estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o justo valor de um ativo ou unidade geradora de caixa menos os custos de alienação e o seu valor de uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa independentes das de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor de balanço de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é reduzido para o seu valor recuperável.

Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Na determinação do justo valor menos custos de alienação, são consideradas transações recentes de mercado para ativos semelhantes. Se nenhuma dessas transações puder ser identificada, um modelo de

avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para empresas de capital aberto ou outros indicadores de justo valor disponíveis.

O Banco baseia a sua análise do valor recuperável nos orçamentos e estimativas mais recentes, que são preparados separadamente para cada uma das unidades geradoras de caixa do Banco às quais os ativos individuais estão alocados. Esses orçamentos e estimativas geralmente cobrem um período de cinco anos. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada para projetar fluxos de caixa futuros após o quinto ano (perpetuidade).

As perdas por imparidade de operações continuadas são reconhecidas na demonstração de resultados em categorias de custos consistentes com a função do ativo que perdeu valor, exceto para ativos previamente reavaliadas através de outro rendimento integral. Para esses ativos, a imparidade é reconhecida em outro rendimento integral até ao montante de qualquer reavaliação anterior.

Para os ativos, é efetuada uma avaliação em cada data de relato para determinar se existe uma indicação de que as perdas por imparidade anteriormente reconhecidas já não existem ou diminuíram. Se houver tal indicação, o Banco estima o valor recuperável do ativo ou unidade geradora de caixa. Uma perda por redução de valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se houver uma mudança nas premissas usadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada de forma que o valor de balanço do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor de balanço que teria sido apurado, líquido de amortizações, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração de resultados, a menos que o ativo esteja registado por um valor reavaliado, caso em que a reversão é tratada como um aumento de reavaliação.

O Banco avalia onde os riscos climáticos podem ter um impacto significativo, como a introdução de legislação de redução de emissões que pode aumentar os custos de produção. Esses riscos em relação aos assuntos relacionados com o clima são incluídos como premissas principais quando afetam materialmente a mensuração do valor recuperável. Essas premissas foram incluídas nas previsões de fluxo de caixa na avaliação dos valores de uso.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a teste de imparidade anualmente ao nível da unidade geradora de caixa, conforme apropriado, e quando as circunstâncias indicarem que o valor de balanço pode estar deteriorado.

## 6.22. Benefícios aos empregados

### Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subseqüentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, conforme referido na Nota 14, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, subsidiária do Grupo novobanco.

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O juro líquido com o plano de pensões foi calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o juro líquido foi apurado através do custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Banco reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O juro líquido com o plano de pensões foi reconhecido como receitas de juros ou despesas com juros, consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas corresponderão ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes de o empregado atingir os 65 anos de idade (idade normal da reforma previsto no ACTV) e que serve de base do cálculo atuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Sempre que for invocada a possibilidade de reformas antecipadas prevista no regulamento do fundo de pensões, as responsabilidades do mesmo têm de ser incrementadas pelo valor do cálculo atuarial das responsabilidades correspondentes ao período que ainda falta ao colaborador para perfazer os 65 anos.

O Banco efetua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

#### Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo. O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Banco, correspondem a um montante fixo mensal (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano, registado numa base mensal em custos com pessoal, enquanto a componente a cargo do colaborador é descontada mensalmente no processamento do ordenado, por contrapartida da rubrica valores a pagar (SAMS).

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde (plano de benefício definido).

#### Prémio de carreira

O ACT prevê o pagamento por parte do Banco de um prémio de carreira, devido no momento imediatamente anterior ao da reforma do colaborador caso o mesmo se reforme ao serviço do Banco, correspondente a 1,5 do seu salário no momento do pagamento.

O prémio de carreira é contabilizado pelo Banco de acordo com a IAS 19, como outro benefício de longo prazo a empregados. O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios é estimado periodicamente pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma. Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de carreira, incluindo remensurações e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados, na linha de Despesas de Pessoal.

#### Remunerações variáveis aos empregados e outras obrigações

O Banco reconhece em custos os benefícios a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.



- Planos de participação nos lucros e de bônus

O Banco reconhece em custos do exercício/período o gasto esperado dos pagamentos de participação nos lucros e bônus quando tem uma obrigação presente, legal ou contratual de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados, e pode fazer uma estimativa fiável da obrigação.

- Obrigações com férias, subsídio de férias e subsídio de Natal

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente os colaboradores têm anualmente direito a um mês de subsídio de Natal, direito esse adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de dezembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

### 6.23. Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou contratual, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o Banco a entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Gestão, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais, quer internos quer externos.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação. Nestes casos, o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações deles decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor atual do menor de entre os custos de cessar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são sempre objeto de divulgação, exceto nos casos em que a possibilidade da sua concretização seja remota.

### 6.24. Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 6.25. Impostos sobre o rendimento

O novobanco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC).

O total dos impostos sobre o rendimento compreende os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da mensuração ao justo valor de ativos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

#### Impostos correntes

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O imposto é reconhecido em cada período de relato

financeiro baseado em estimativas da gestão sobre a taxa média anual de imposto efetiva prevista para a totalidade do exercício fiscal.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em exercícios posteriores.

### Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção: i) das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal; ii) que não resultem de uma concentração de atividades empresariais; e iii) de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Os impostos diferidos passivos são sempre contabilizados, independentemente da performance do Banco.

O lucro tributável ou prejuízo fiscal apurado pelo Banco pode ser corrigido pela administração fiscal portuguesa no prazo de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto ou dedução de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. O Conselho de Administração Executivo considera que eventuais correções, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Na sequência das alterações previstas na Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, no âmbito do Orçamento Suplementar para 2020, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais passou a ser de 14 anos para os prejuízos fiscais gerados em 2014, 2015 e 2016 e de 7 anos para os prejuízos fiscais gerados em 2017, 2018 e 2019. Os prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021 têm um prazo de 12 anos, podendo ser deduzidos até 2032 e 2033, respetivamente. O limite dos prejuízos fiscais passa de 70% para 80%, aplicável apenas aos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021.

A Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2023) introduziu alterações ao nível do reporte de prejuízos fiscais. Deixa de estar previsto um período temporal para reporte de prejuízos fiscais. Por outro lado, o limite anual da dedução ao lucro tributável é reduzido para 65% (atualmente, 70%). Esta alteração aplica-se à dedução de prejuízos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023.

A eliminação da limitação temporal dos prejuízos fiscais não se aplica àqueles apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 em que se tenha verificado uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 6.º do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAITD), aprovado em anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto (conversão de ativos por impostos diferidos em créditos tributários), aplicando-se aos prejuízos fiscais apurados nestes períodos de tributação o prazo de dedução em vigor em 31 de dezembro de 2023.

Esta alteração não prejudica a aplicação do n.º 2 do artigo 11.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho (que permite um aumento de 10 pontos percentuais na dedução do lucro tributável quando se trate de prejuízos fiscais apurados em 2020 e 2021).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos, sempre que (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

O Banco cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e

das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas suas demonstrações financeiras.

#### DAC6

A obrigação de comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (“AT”) dos mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal surge no contexto da Lei n.º 26/2020, de 21 de julho (“Lei n.º 26/2020”), que transpõe a Diretiva (UE) 2018/822 do Conselho, de 25 de maio de 2018 (“DAC6”) para a ordem jurídica portuguesa. A DAC6 visa desencorajar a utilização de mecanismos de planeamento fiscal potencialmente agressivos, impondo o cumprimento de obrigações de reporte perante as Autoridades Fiscais dos diferentes Estados-Membros da União Europeia. Além disso, visa fornecer às administrações fiscais e aos legisladores nacionais informações que facilitem o combate ao planeamento fiscal agressivo.

O novobanco implementou medidas que permitem a identificação de operações sujeitas a reporte às autoridades fiscais. Estas medidas centram-se essencialmente numa análise primária por parte das áreas de negócio, e numa análise de segunda linha por parte da área fiscal do novobanco. As operações próprias do Banco são analisadas pela área fiscal do novobanco e validadas pelo Departamento de *Compliance*.

#### BEPS - Pilar II

Em outubro de 2021, no âmbito do projeto Erosão da Base Tributável e Transferência de Lucros (“BEPS 2.0 – Base Erosion and Profit Shifting 2.0”) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (“OCDE”), cerca de 137 membros da OCDE/G20, que representam 90% do PIB mundial chegaram a acordo para uma reforma do sistema tributário internacional, através do qual foi aprovado um quadro geral para um regime de imposto mínimo mundial comumente designado de “Pilar II”.

Neste sentido, o Pilar II do BEPS 2.0, consagrado na Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022, veio instituir um nível mínimo mundial de tributação de 15% às grandes empresas multinacionais e aos grandes grupos domésticos, o qual poderá resultar no pagamento de um imposto complementar, o qual ainda se encontra pendente de transposição.

O novobanco tem vindo a identificar os potenciais impactos associados à implementação das regras do Pilar II, tendo verificado que deverá cumprir com os critérios de elegibilidade para a aplicação das regras do Pilar II, nomeadamente por apresentar rendimentos anuais consolidados superiores a 750 milhões de euros em dois dos últimos quatro exercícios.

Não obstante, tanto a Diretiva como anteprojeto estabelecem uma regra de exclusão de aplicação da *Income Inclusion Rule* (“IIR”) e da *Undertaxed Payments Rule* (“UTPR”) para os grandes grupos nacionais e os grupos de empresas multinacionais que se encontrem em fase inicial de atividade internacional.

Adicionalmente, a referida norma prevê a possibilidade de aplicação da regra de exclusão durante cinco anos após o início do primeiro exercício fiscal em que o grupo passe a estar abrangido pelas regras do Pilar II. No entanto, deverá ser aferido anualmente se os requisitos se encontram cumpridos.

Neste sentido, de acordo com a análise realizada, o Grupo novobanco deverá cumprir com os requisitos para aplicação da regra de exclusão referente a grupos de empresas multinacionais que se encontrem em fase inicial da sua atividade internacional, não se antevendo impactos materiais durante o período em que se aplicar tal regra de exclusão.

### 6.26. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

#### Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes	1-jan-2024	<p>Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.</p> <p>A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”.</p> <p>No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.</p> <p>Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.</p>
Alterações à IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	1-jan-2024	<p>Esta alteração à IFRS 16 introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“sale &amp; leaseback”) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.</p> <p>Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de maneira que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm.</p> <p>Esta alteração é de aplicação retrospectiva.</p>

O Banco não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

#### Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações a IAS 7 e IFRS 7 - Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores	<p>Estas alterações à IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, visam esclarecer as características de um acordo de financiamento de fornecedores e introduzem requisitos de divulgação adicionais quando tais acordos existam.</p> <p>Os requisitos de divulgação destinam-se a auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento do fornecedor quanto aos passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.</p> <p>As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, contudo deverá ser divulgada.</p>
Alterações a IAS 21 - Os Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio: Falta de permutabilidade	<p>Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período.</p> <p>A alteração especifica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda dentro de um período que permita uma gestão administrativa normal, e através de um mecanismo de troca ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução.</p> <p>Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio na data de mensuração da transação. O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, na data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento.</p> <p>As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, contudo deverá ser divulgada os requisitos de transição aplicados.</p>

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

## Nota 7 – Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Considerando que o atual quadro contabilístico exige que sejam realizados julgamentos e calculadas estimativas que incorporam algum grau de subjetividade, o uso de parâmetros diferentes ou julgamentos com base em evidências diferentes podem resultar em estimativas diferentes. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta Nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação.

Os julgamentos relevantes efetuados pela gestão na aplicação das políticas contabilísticas do Banco e as principais fontes da incerteza das estimativas foram as mesmas que as descritas no último reporte das Demonstrações Financeiras individuais.

### 7.1. Imparidade dos ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e pelo justo valor através de outro rendimento integral

Os julgamentos críticos com maior impacto nos montantes reconhecidos de imparidade dos ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e pelo justo valor através de outro rendimento integral são os seguintes:

- Avaliação do modelo de negócio: a classificação e a mensuração dos ativos financeiros dependem dos resultados do teste SPPI e da definição do modelo de negócio. O Banco determina o modelo de negócio em função da forma como quer gerir os ativos financeiros e os objetivos de negócio. O Banco anualmente monitoriza se a classificação do modelo de negócio é apropriada, avaliando se é necessária uma alteração prospetiva da mesma;
- Aumento significativo do risco de crédito: como referido na política 6.12, a determinação da transferência de um ativo do *stage* 1 para o *stage* 2 para efeitos de determinação da respetiva imparidade é efetuada com base no julgamento que, de acordo com a Gestão do Banco, constitui um aumento significativo do seu risco de crédito;
- Classificação de exposição em *default*: a definição interna no novobanco de exposição em *default* está globalmente em linha com a definição regulamentar constante no artigo 178º da CRR/CRD IV. Esta mesma regulamentação define critérios qualitativos para a aferição do estado de *default – Unlikely to pay* –, critérios esses que estão replicados na definição interna implementada pelo novobanco e que se traduzem em julgamentos sobre a elevada probabilidade de o mutuário não cumprir as suas obrigações dentro das condições acordadas com o novobanco. Este conceito é abordado com maior detalhe abaixo;
- Definição de grupos de ativos com características de risco de crédito semelhantes: quando as perdas de crédito esperadas são mensuradas num modelo coletivo, os instrumentos financeiros são agrupados com base nas mesmas características de risco. O Banco monitoriza a adequação das características de risco de crédito de forma a assegurar que é efetuada a devida reclassificação dos ativos, em caso de alteração das características de risco de crédito;
- Modelos e pressupostos utilizados: o Banco utiliza vários modelos e pressupostos na mensuração da estimativa das perdas de crédito esperadas. O julgamento é aplicado na identificação do modelo mais apropriado para cada tipologia de ativos assim como para determinar os pressupostos utilizados nestes modelos, incluindo os pressupostos relacionados com os principais drivers de risco de crédito. Adicionalmente, em cumprimento com a regulamentação da IFRS 9 que explicita a necessidade de o resultado de imparidade considerar múltiplos cenários, foi implementada uma metodologia de incorporação de cenarização nos parâmetros de risco. Assim, o cálculo de imparidade coletiva considera diversos cenários com uma ponderação específica, com base na metodologia interna definida sobre cenarização – definição de múltiplas perspetivas de evolução macroeconómica, com probabilidade de ocorrência relevante.

## 7.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros valorizados pelo justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis e, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade, em conformidade com os princípios da IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor. O Banco utiliza vários modelos e pressupostos na mensuração do justo valor dos ativos financeiros. O julgamento é aplicado na identificação do modelo mais apropriado para cada tipologia de ativos assim como para determinar os pressupostos utilizados nestes modelos, incluindo os pressupostos relacionados com os principais drivers de risco de crédito.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar valorizações diferentes daquelas reportadas e resumidas na Nota 36.

## 7.3. Impostos sobre o rendimento

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre o rendimento em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre o rendimento, correntes e diferidos, reconhecidos no período e evidenciados na Nota 25.

Este aspeto assume relevância acrescida para efeitos de análise de recuperabilidade dos impostos diferidos, sendo que o Banco considera projeções de lucros tributáveis futuros baseados num conjunto de pressupostos, incluindo a estimativa de resultados antes de impostos, ajustamentos à matéria coletável e a sua interpretação da legislação fiscal. Desta forma, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração Executivo, nomeadamente na capacidade de gerar os resultados tributáveis estimados e da interpretação da legislação fiscal.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco durante um período de quatro, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto ou dedução de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do novobanco de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## 7.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma apresentadas na Nota 14 requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de tábuas atuariais, pressupostos de crescimento das pensões e dos salários e taxas de desconto (as quais são determinadas com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano). Estes pressupostos são baseados nas expectativas do novobanco para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

## 7.5. Provisões e passivos contingentes

O reconhecimento de provisões envolve um grau significativo de julgamento complexo, nomeadamente identificar se existe uma obrigação presente e estimar a probabilidade e o momento, bem como quantificar as saídas de fluxos que podem surgir decorrentes de eventos passados. Quando os eventos estão numa fase inicial, os julgamentos e estimativas podem ser difíceis de quantificar devido ao elevado grau de incerteza envolvido. O Conselho de Administração Executivo monitoriza estes assuntos à medida que os mesmos se desenvolvem para reavaliar regularmente se as provisões devem ser reconhecidas. No entanto, muitas vezes não é praticável efetuar estimativas, mesmo quando os eventos já estão numa fase mais avançada, devido às incertezas existentes.

A complexidade de tais questões frequentemente requer aconselhamento profissional especializado na determinação de estimativas, nomeadamente ao nível de questões jurídicas e regulatórias. O valor das provisões reconhecidas

também pode ser sensível aos pressupostos utilizados, o que poderá originar a uma variedade de potenciais resultados que requerem julgamento para a determinação de um nível de provisão que se considere apropriado face ao evento em causa.

#### **7.6. Ativos recebidos por recuperação de crédito e Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda**

Os ativos por recuperação de crédito e os ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor líquido contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda.

O justo valor destes ativos é apurado com base em avaliações, conduzidas por entidades independentes especializadas, utilizando os métodos de mercado, rendimento ou custo, tal como definidos na Nota 6.14. Os relatórios de avaliação são analisados internamente, designadamente comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis a fim de se manterem atualizados os parâmetros e processos de avaliação à evolução do mercado.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos poderá resultar num nível diferente de justo valor com impacto respetivo valor de balanço reconhecido.

#### **7.7. Prazo dos contratos de locação**

O Banco aplica julgamento para determinar o prazo de locação de alguns contratos, nos quais se encontra na posição de locatário, e que incluem opções de renovação e rescisão. O Banco determina o prazo da locação como o prazo não cancelável da locação, juntamente com quaisquer períodos cobertos por uma opção de prorrogar a locação se for razoavelmente certo que seja exercida, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção de rescindir a locação, se for razoavelmente certo que não seja exercida. Esta avaliação terá impacto no prazo de locação, que afetará significativamente o montante dos passivos da locação e dos ativos sob direito de uso reconhecidos.

O Banco tem a opção, nomeadamente nos contratos de arrendamento de imóveis, de arrendar os ativos por prazos adicionais de 1 mês a 20 anos. O Banco aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo exercer a opção de renovação. Ou seja, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação.

### **Nota 8 – Margem Financeira**

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Receitas de juros</b>	<b>1 940 462</b>	<b>838 291</b>
De ativos / passivos ao custo amortizado (*)	1 552 253	727 880
Juros de crédito a clientes	1 161 336	576 835
(dos quais: Operações de locação financeira)	35 550	30 046
(dos quais: Operações com acordo de recompra)	8	-
Juros de disponibilidades e aplicações / recursos em instituições de crédito	142 196	25 692
(dos quais: Operações com acordo de recompra)	47	160
Juros de títulos	238 945	124 887
Outros juros e proveitos similares	9 776	466
De ativos ao justo valor através de outro rendimento integral (*)	38 129	38 162
Juros de títulos	38 129	38 162
Receitas / despesas resultantes de taxas de juro negativas (*)	1 862	40 006
Juros de disponibilidades e aplicações / recursos em instituições de crédito	9	38 253
Juros de derivados	1 853	1 753
De ativos / passivos ao justo valor através de resultados	348 218	32 243
Juros de crédito a clientes	611	18
Juros de títulos	40 873	13 053
Juros de derivados	306 734	19 172
<b>Despesas com juros</b>	<b>833 352</b>	<b>213 295</b>
De ativos / passivos ao custo amortizado (*)	615 510	171 667
Juros de responsabilidades representadas por títulos	56 449	58 252
Juros de recursos de clientes	203 320	44 224
(dos quais: Operações com acordo de recompra)	33 880	3 397
Juros de recursos / disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	297 969	27 733
(dos quais: Operações com acordo de recompra)	116 938	4 859
Juros de passivos subordinados	44 779	34 178
Outros juros e custos similares	12 993	7 280
Receitas / despesas resultantes de taxas de juro negativas (*)	305	19 707
Juros de recursos / disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	222	12 306
Juros de derivados	83	6 850
Outros juros e custos similares	-	551
De ativos / passivos ao justo valor através de resultados	217 537	21 921
Juros de derivados	217 537	21 921
	<b>1 107 110</b>	<b>624 996</b>

\* Utilizado o método do juro efetivo.

### Taxas médias dos ativos e passivos financeiros

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Banco, para 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem assim como os respetivos saldos médios e os juros do exercício:



(milhares de euros)

	2023			2022		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
<b>Ativos financeiros</b>	<b>40 122 574</b>	<b>1 709 618</b>	<b>4,26%</b>	<b>43 213 580</b>	<b>764 946</b>	<b>1,77%</b>
Ativos monetários	4 478 339	141 974	3,17%	7 703 743	13 385	0,17%
Crédito a clientes	24 034 005	1 149 835	4,78%	23 922 921	571 255	2,39%
Aplicações em títulos	11 610 230	417 809	3,60%	11 586 916	180 306	1,56%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>40 122 574</b>	<b>602 508</b>	<b>1,50%</b>	<b>43 213 580</b>	<b>139 950</b>	<b>0,32%</b>
Recursos monetários	8 065 174	264 080	3,27%	11 314 546	( 13 917)	-0,12%
Recursos de clientes	28 212 754	237 200	0,84%	27 911 300	47 622	0,17%
Outros recursos	1 377 123	101 228	7,35%	1 429 109	106 245	7,43%
Recursos diferenciais	2 467 523	-	-	2 558 625	-	-
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1 107 110</b>	<b>2,76%</b>		<b>624 996</b>	<b>1,45%</b>

## Nota 9 – Resultados de Taxas e Comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Receitas de taxas e comissões</b>	<b>306 859</b>	<b>302 126</b>
Por serviços bancários prestados	220 544	220 269
Cartões	45 149	40 697
Gestão de Meios de Pagamento	112 759	106 866
Gestão de Ativos	13 094	13 887
Operações de crédito	49 542	58 819
Por garantias prestadas	30 717	31 879
Por operações realizadas com títulos	10 102	8 235
Por compromissos perante terceiros	6 870	6 599
Bancassurance	28 138	29 043
Outros rendimentos de serviços e comissões	10 488	6 101
<b>Despesas de taxas e comissões</b>	<b>37 563</b>	<b>39 816</b>
Por serviços bancários prestados por terceiros	24 823	27 729
Cartões	9 019	9 122
Gestão de Meios de Pagamento	13 144	14 645
Gestão de Ativos	16	17
Operações de crédito	2 644	3 945
Por garantias recebidas	1 313	1 903
Por operações realizadas com títulos	4 710	4 389
Outros encargos com serviços e comissões	6 717	5 795
	<b>269 296</b>	<b>262 310</b>

## Nota 10 – Resultados de Operações Financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Receitas de dividendos</b>	<b>32 444</b>	<b>17 452</b>
De ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	176	9 242
Ações	68	107
Unidades de participação	108	9 135
De ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	1 705	3 406
Ações	1 705	3 406
De investimentos em subsidiárias e associadas	30 563	4 804
<b>Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados</b>	<b>( 58 055)</b>	<b>( 88 444)</b>
De ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	5 090	( 83 194)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	5 090	( 31 160)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	-	( 52 034)
De ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado	( 63 145)	( 5 250)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	( 387)	2
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	( 69 296)	( 6 293)
Crédito	6 538	1 041
<b>Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação</b>	<b>3 144</b>	<b>146 715</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	131	( 23 620)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	106	39
Instrumentos financeiros derivados	2 907	170 296
Contratos sobre taxas de câmbio	( 1 136)	5 174
Contratos sobre taxas de juro	( 407)	161 650
Contratos sobre ações/índices	4 285	965
Contratos sobre créditos	( 2)	187
Outros	167	2 320
<b>Ganhos ou perdas com ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados</b>	<b>71 766</b>	<b>( 95 948)</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	37 987	( 93 648)
Ações	1 111	14 119
Outros títulos de rendimento variável	27 283	14 778
Crédito a clientes	5 385	( 31 197)
<b>Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura</b>	<b>31 468</b>	<b>( 535)</b>
Variações de justo valor do instrumento de cobertura		
Contratos sobre taxas de juro	( 152 982)	438 484
Variações de justo valor do item coberto atribuível ao risco coberto	184 450	( 439 019)
<b>Reavaliação cambial</b>	<b>23 989</b>	<b>7 305</b>
	<b>72 312</b>	<b>( 30 907)</b>

A 31 de dezembro de 2023, os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*) reconhecidos em resultados, estão relacionados essencialmente com operações cambiais, ascenderam a cerca de 3 602 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 3 597 milhares de euros).

### Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura

Os ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura incluem as variações de justo valor do instrumento de cobertura (derivado) e as variações de justo valor do item coberto atribuível ao risco coberto. No caso em que as operações de cobertura são interrompidas antecipadamente pode ocorrer o pagamento/recebimento de uma compensação, a qual é registada em Outras despesas operacionais/ Outras receitas operacionais. Em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram compensações (31 de dezembro de 2022: 89 milhares de euros).

## Nota 11 – Ganhos ou Perdas com o Desreconhecimento de Ativos não Financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Imóveis	26 896	85 386
Equipamento	526	( 5 790)
Outros	185	2 563
	<b>27 608</b>	<b>82 159</b>

A rubrica de ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros - imóveis inclui, a 31 de dezembro de 2022, o ganho de 66 797 milhares de euros com a venda do edifício sede do novobanco, conforme detalhado na nota 23.

## Nota 12 – Outras Receitas Operacionais e Outras Despesas Operacionais

O valor destas rubricas é composto por:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>45 120</b>	<b>56 579</b>
Resultados de recuperação de operações de crédito	31 994	39 741
Serviços não recorrentes de consultoria	331	334
Outros proveitos	12 795	16 504
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>( 78 681)</b>	<b>( 68 778)</b>
Perdas na aquisição de dívida emitida pelo Banco (ver Nota 28)	( 1 436)	-
Impostos diretos e indiretos	( 3 610)	( 2 748)
Contribuição sobre o setor bancário	( 29 207)	( 28 270)
Adicional de solidariedade	( 5 310)	( 5 140)
Quotizações e donativos	( 1 404)	( 1 643)
Encargos com entidades de Supervisão	( 2 228)	( 2 254)
Outros custos	( 35 486)	( 28 723)
<b>Outras receitas/ (despesas) operacionais</b>	<b>( 33 561)</b>	<b>( 12 199)</b>

Em 31 de dezembro de 2023, não existem valores relativos a compensação por interrupção de operações de cobertura, incluído nos outros proveitos (31 de dezembro de 2022: 89 milhares de euros) (ver Nota 10).

## Nota 13 – Despesas de Pessoal

O valor das despesas de pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Vencimentos e salários	178 588	166 593
Remunerações	177 357	166 593
Prémios de carreira (ver Nota 14)	1 231	-
Encargos sociais obrigatórios	46 493	43 972
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 14)	89	263
Outros custos	9 559	5 993
	<b>234 729</b>	<b>216 821</b>

As provisões e os custos relacionados com o processo de reestruturação encontram-se apresentados na Nota 29.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o número de colaboradores do Banco, considerando os efetivos e os contratados a termo, apresenta a seguinte desagregação por categoria profissional:

	2023	2022
Funções diretivas	428	408
Funções de chefia	353	365
Funções específicas	2 114	2 058
Funções administrativas e outras	1 044	986
	<b>3 939</b>	<b>3 817</b>

## Nota 14 – Benefícios a Empregados

### Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na política contabilística 6.22, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência e outras responsabilidades tais como um Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), gerido pelo Sindicato.

Para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008, as prestações pecuniárias a título de reforma por invalidez e pensões de invalidez, sobrevivência e morte relativas às obrigações consagradas no âmbito do ACT, assim como as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS), são cobertas por um fundo de pensões fechado, gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A proteção dos colaboradores na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, e ainda de velhice, é assegurada pelo regime geral da Segurança Social, pois com a publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, foram integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011.

Os colaboradores admitidos após 31 de dezembro de 2008 beneficiam do Regime Geral da Segurança Social.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo, contudo, lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos Bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os Bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 e na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011 a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas, fossem transmitidos para o Estado.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 (20:00 horas), com a redação que lhe foi dada pela deliberação do mesmo Conselho de Administração de 11 de agosto de 2014 (17:00 horas), e os esclarecimentos adicionais constantes da deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 11 de fevereiro de 2015, foi clarificado que as responsabilidades do BES não transferidas para o novobanco respeitam às responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência e de complementos de pensão de reforma e sobrevivência dos administradores do BES que tenham sido membros da sua Comissão Executiva, tal como definidas no

Contrato de Sociedade do BES e nos Regulamentos da Assembleia Geral do BES para os quais o Contrato de Sociedade remete, não tendo, por isso, sido transferidas para o novobanco, sem prejuízo da transferência das responsabilidades destes participantes decorrentes exclusivamente do seu contrato de trabalho com o BES.

Face ao atrás exposto apenas as responsabilidades do fundo de pensões decorrentes do Plano Complementar Comissão Executiva foram divididas permanecendo uma parte (acima descrita) no BES e sendo transferidas para o novobanco as restantes responsabilidades afetas ao Plano Complementar Comissão Executiva, conjuntamente com as responsabilidades do Fundo de Pensões respeitantes ao Plano Base e ao Plano Complementar.

Para a quantificação dos montantes respeitantes à separação dos ativos do Fundo de Pensões afetos às responsabilidades que permaneceram no BES, decorrente da deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 11 de fevereiro de 2015 e às que foram transferidas para o novobanco, procedeu-se à separação do património existente a 3 de agosto de 2014, de forma proporcional às responsabilidades calculadas à mesma data, afetos a cada um dos grupos de ex-participantes e beneficiários alocados a cada uma das entidades. Da separação efetuada nestes termos, resultará um nível de financiamento no Plano Complementar da Comissão Executiva igual, a 3 de agosto de 2014, para cada um dos associados do Fundo (novobanco e BES).

Os ativos da parte indivisa não ficam afetos a qualquer passivo do novobanco ou do BES até à decisão final do tribunal (limite do artigo 402º), sendo que se encontra registado na rubrica de Provisões do passivo do novobanco o valor de 8,8 milhões de euros de responsabilidades líquidas do valor dos ativos do fundo relativos à parte indivisa.

Em 1 de junho de 2016 foi efetuada uma alteração ao contrato constitutivo do Fundo de Pensões do NB, passando o plano complementar para contribuição definida em vez de benefício definido. Face ao atrás exposto, e de acordo com a IAS 19, as responsabilidades e os ativos deste plano foram expurgados dos valores apresentados para os planos de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2023, foi registado em Custos com o pessoal o valor de 617 milhares de euros relativo ao plano de contribuição definida (31 de dezembro de 2022: 548 milhares de euros).

Durante o exercício de 2021 foram efetuadas duas alterações ao Fundo de Pensões:

- Inclusão de Pensão de Segurança Social – Pensionistas

Até 2020, a metodologia aplicada considerava as pensões em pagamento pelo Fundo de Pensões para o cálculo das responsabilidades com pensionistas. Em 2021, esta metodologia foi alterada para pensionistas que iniciaram pensão posterior a 2011, e não têm atribuída uma pensão de Segurança Social. Para este grupo de pensionistas com idade inferior à idade normal de reforma do Regime Geral da Segurança Social (RGSS) foi abatida a responsabilidade decorrente de uma pensão de Segurança Social, a ser paga a partir da idade normal de reforma do RGSS. Quanto aos pensionistas com idade superior à idade normal de reforma do RGSS foi abatida a responsabilidade decorrente de uma pensão de Segurança Social, a ser paga a partir do momento da avaliação.

- Inclusão de Direitos Adquiridos (Cláusula 98 ACT)

Em 2021, foram incluídas as responsabilidades com ex-colaboradores que saíram do novobanco após 2011, e que podem reclamar ao Fundo de Pensões direitos ao abrigo da Cláusula 98 do ACT.

As responsabilidades e níveis de cobertura do Banco, calculadas de acordo com a política contabilística 6.22 – Benefícios aos empregados, reportáveis a 31 de dezembro de 2023 e 2022 são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
<b>Responsabilidades</b>		
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	<b>1 389 421</b>	<b>1 887 967</b>
Custo do serviço corrente	89	-
Custo dos juros	53 833	24 946
Contribuições dos participantes	2 665	2 568
Contribuições de outras entidades	209	201
(Ganhos) e perdas atuariais no exercício:		
- Alteração de pressupostos financeiros	101 041	( 515 423)
- (Ganhos) e perdas de experiência	93 989	50 016
Pensões pagas pelo fundo / transferências e prémios únicos	( 87 198)	( 80 263)
Reformas antecipadas	11 245	19 409
Diferenças cambiais e outros	( 1)	-
<b>Responsabilidades no final do exercício</b>	<b>1 565 293</b>	<b>1 389 421</b>
Das quais:		
Pensionistas	1 178 544	1 057 119
Ativos	386 749	332 302
<b>Fundos de Pensões</b>		
<b>Saldo dos fundos no início do exercício</b>	<b>1 441 442</b>	<b>1 865 405</b>
Rendimento líquido do fundo	220 558	( 346 268)
- Quota parte do juro líquido sobre os ativos	52 813	22 654
- Retorno dos ativos excluindo o juro líquido	167 745	( 368 922)
Contribuições dos empregados	2 665	2 568
Pensões pagas pelo fundo / transferências e prémios únicos	( 87 198)	( 80 263)
Diferenças cambiais e outros	( 1)	-
<b>Saldo dos fundos no final do exercício</b>	<b>1 577 466</b>	<b>1 441 442</b>
<b>Ativos/(responsabilidades) líquidos em balanço (ver Notas 26 e 30)</b>		
<b>No início do exercício</b>	<b>52 021</b>	<b>( 22 562)</b>
Custo do exercício	( 1 109)	( 2 555)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	( 27 285)	96 485
Outros	( 11 454)	( 19 347)
<b>No final do exercício</b>	<b>12 173</b>	<b>52 021</b>
<b>Perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento integral no início do exercício</b>	<b>684 759</b>	<b>781 244</b>
(Ganhos) e perdas atuariais no exercício:		
- Alteração de pressupostos		
- Financeiros	101 041	( 515 423)
- Retorno dos ativos do plano (excluindo juro líquido)	( 73 756)	418 938
<b>Perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento integral no final do exercício</b>	<b>712 044</b>	<b>684 759</b>
<b>Participantes no plano de pensões</b>	<b>12 047</b>	<b>11 914</b>
Ativos	3 983	3 861
Reformados e sobreviventes	6 994	6 993
Participantes ao abrigo da Cláusula 98	1 070	1 060

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2023			2022		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Instrumentos de capital	-	125 736	125 736	-	63 411	63 411
Instrumentos de dívida	1 016 302	-	1 016 302	933 370	-	933 370
Fundos de investimento	113 019	51 737	164 756	137 105	53 434	190 539
Imóveis	-	228 483	228 483	-	181 960	181 960
Caixa e equivalentes de caixa	-	42 189	42 189	-	72 162	72 162
<b>Total</b>	<b>1 129 321</b>	<b>448 145</b>	<b>1 577 466</b>	<b>1 070 475</b>	<b>370 967</b>	<b>1 441 442</b>

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Banco ou representativos de títulos emitidos pelo Banco são detalhados como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	21 408	63 802
Imóveis	39 965	39 056
<b>Total</b>	<b>61 373</b>	<b>102 858</b>

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões e por benefícios de saúde são iguais e apresentam-se como segue:

	2023		2022	
	Pressupostos	Verificado	Pressupostos	Verificado
<b>Pressupostos Atuariais</b>				
Taxas de rendimento projetado	3,45%	15,87%	4,00%	-18,92%
Taxa de desconto	3,45%	-	4,00%	-
Taxa de crescimento de pensões	0,75%	4,36%	0,75%	1,41%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	5,71%	1,00%	2,54%
Tábua de Mortalidade masculina	TV 88/90		TV 88/90	
Tábua de Mortalidade feminina	TV 88/90-3 anos		TV 88/90-3 anos	

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A determinação da taxa de desconto com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) a *duration* das responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a análise de sensibilidade a uma variação de 0,25% na taxa dos pressupostos utilizados e de um ano na tabela de mortalidade resulta nas seguintes variações no valor atual das responsabilidades apuradas por serviços passados:

Pressupostos	Variação no valor das responsabilidades resultantes da variação:			
	2023		2022	
	de +0,25% na taxa utilizada	de -0,25% na taxa utilizada	de +0,25% na taxa utilizada	de -0,25% na taxa utilizada
Taxa de desconto	( 47 335)	49 852	( 41 268)	43 438
Taxa de crescimento dos salários	9 569	( 9 256)	6 809	( 6 577)
Taxa de crescimento das pensões	46 928	( 44 874)	43 853	( 41 917)
	de +1 ano	de -1 ano	de +1 ano	de -1 ano
Tábua de mortalidade	( 49 394)	49 118	( 40 699)	40 314

Os custos com pensões de reforma e com benefícios de saúde nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Custo do serviço corrente <sup>(a)</sup>	89	-
Juro líquido	1 020	2 292
Reformas antecipadas <sup>(a)</sup>	-	263
<b>Custos com benefícios pós emprego</b>	<b>1 109</b>	<b>2 555</b>

(a) registado em Despesas de pessoal (ver Nota 14)

No exercício de 2023, o valor de reformas antecipadas foi de 11,2 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 19,4 milhões de euros), dos quais 11,2 milhões de euros enquadram-se no processo de reestruturação do Banco e, como tal, foram reconhecidos por contrapartida da utilização da provisão para reestruturação (ver Nota 29).

A duração média das responsabilidades dos planos de benefício definido é de aproximadamente 13 anos (31 de dezembro de 2022: aproximadamente 13 anos).

#### Prémio de carreira

A 31 de dezembro de 2023, as responsabilidades assumidas pelo Banco ascendem a 6 474 milhares de euros, correspondente às responsabilidades por serviços passados do prémio de carreira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 6.22 (31 de dezembro de 2022: 5 506 milhares de euros) (ver Nota 30).

A 31 de dezembro de 2023 foram reconhecidos 1 231 milhares de euros de custos com os prémios de carreira (em 31 de dezembro de 2022 não foram reconhecidos quaisquer custos com os prémios de carreira) (ver Nota 13).

## Nota 15 – Outras Despesas Administrativas

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Rendas e alugueres	7 088	5 896
Publicidade e publicações	5 471	4 884
Comunicações e expedição	7 836	8 782
Conservação e reparação	7 577	7 918
Deslocações e representação	2 421	2 050
Transporte de valores	2 663	2 630
Seguros	4 885	5 955
Serviços de informática	43 563	41 606
Trabalho independente	2 252	2 147
Mão de obra eventual	703	1 271
Sistema eletrónico de pagamentos	13 937	11 359
Serviços judiciais, contencioso e notariado	7 392	6 447
Consultoria e auditoria	41 316	26 998
Água, energia e combustíveis	1 393	2 712
Material de consumo corrente	1 570	1 484
Outros custos	23 124	20 770
	<b>173 191</b>	<b>152 909</b>

A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, serviços especializados com segurança e vigilância, informações, custos com formação e fornecimentos externos diversos.



A rubrica de rendas e alugueres inclui, em 31 de dezembro de 2023 um montante de 683 milhares de euros relativo a contratos de locação operacional de curto prazo (31 de dezembro de 2022: 704 milhares de euros), conforme descrito na nota 6.19.

Os honorários faturados durante os exercícios de 2023 e 2022 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no art.º 508.º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalha-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Revisão Oficial de Contas	1500	1326
Outros serviços de garantia de fiabilidade	1884	1177
<b>Valor total dos serviços faturados</b>	<b>3384</b>	<b>2503</b>

## Nota 16 – Contribuições para Fundos de Resolução e Garantia de Depósitos

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Contribuição para Fundo Único de Resolução	14 877	24 416
Contribuição para Fundo de Resolução Nacional	6 947	16 017
Contribuição para Fundo de Garantia de Depósitos	55 704	284
	<b>77 528</b>	<b>40 717</b>

No âmbito das contribuições periódicas anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD), o novobanco assumiu compromissos irrevogáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 161.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF"), relativos a parte dessas contribuições, com o compromisso de efetuar o respetivo pagamento quando o FGD o solicitasse. No final do exercício de 2023, e por indicação desta instituição, o Banco procedeu ao pagamento da totalidade do valor dos compromissos assumidos, no valor de 55 462 milhares de euros, tendo reconhecido este montante como custos do exercício.

Adicionalmente, o Banco tem compromissos irrevogáveis de pagamentos o valor de 20 143 milhares de euros relativos a contribuições para o Fundo único de Resolução, decorrente da opção de efetuar parte das contribuições anuais através de um depósito colateral.

## Nota 17 – Imparidade

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Provisões líquidas de anulações (ver Nota 29)</b>	<b>23 305</b>	<b>10 894</b>
Provisões para garantias e compromissos	( 434)	( 2 555)
Outras provisões	23 739	13 449
<b>Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados (ver Nota 20)</b>	<b>142 022</b>	<b>103 265</b>
Títulos ao justo valor através de capital próprio	( 352)	( 457)
Títulos ao custo amortizado	32 956	67 324
Aplicações em instituições de crédito	( 6)	( 471)
Crédito a clientes	109 424	36 869
<b>Imparidades ou reversão de imparidades de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas (ver Nota 22)</b>	<b>( 12 216)</b>	<b>( 16 166)</b>
<b>Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros</b>	<b>( 6 353)</b>	<b>( 14 081)</b>
Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas (ver Nota 27)	14 425	( 623)
Ativos fixos tangíveis (ver Nota 23)	( 1 014)	( 1 696)
Outros ativos (ver Nota 26)	( 19 764)	( 11 762)
	<b>146 758</b>	<b>83 912</b>

## Nota 18 – Caixa, Saldos de Caixa em Bancos Centrais e Outros Depósitos à Ordem

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Caixa</b>	<b>171 006</b>	<b>176 797</b>
<b>Depósitos à ordem em bancos centrais</b>	<b>5 374 612</b>	<b>5 942 501</b>
Banco de Portugal	5 365 346	5 936 640
Bancos do SEBC	9 266	5 861
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no país</b>	<b>107 563</b>	<b>179 460</b>
Depósitos à ordem	27 720	20 331
Cheques a cobrar	79 843	159 129
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro</b>	<b>89 418</b>	<b>88 537</b>
Depósitos à ordem	89 418	88 537
	<b>5 742 599</b>	<b>6 387 295</b>

A rubrica Depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui depósitos de caráter obrigatório no montante de 277,6 milhões de euros (31 de dezembro 2022: 275,7 milhões de euros) que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a taxa de remuneração média destes depósitos era de 0% e 2% respetivamente.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo

da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2023 foi incluído no período de observação de 20 de dezembro de 2023 a 30 de janeiro de 2024.

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

## Nota 19 – Ativos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>	<b>436 345</b>	<b>170 847</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	318 528	36 428
Derivados de negociação com justo valor positivo	117 817	134 419
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>	<b>100 607</b>	<b>99 317</b>
Derivados de negociação com justo valor negativo	100 607	99 317

### Títulos detidos para negociação

O detalhe dos títulos detidos para negociação por hierarquia de justo valor é apresentado na Nota 36.

### Derivados

Os derivados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são analisados como segue:

	(milhares de euros)							
	2023				2022			
	Nocional		Justo valor		Nocional		Justo valor	
	Compras	Vendas	Ativo	Passivo	Compras	Vendas	Ativo	Passivo
<b>DERIVADOS DE NEGOCIAÇÃO</b>			<b>117 817</b>	<b>100 607</b>			<b>134 419</b>	<b>99 317</b>
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>			<b>11 441</b>	<b>11 414</b>			<b>23 145</b>	<b>22 024</b>
<i>Forward</i>	458 622	458 482	7 738	7 903	618 333	616 911	13 563	12 896
<i>Currency Swaps</i>	718 899	718 684	2 485	2 293	760 315	758 406	2 976	2 522
<i>Currency Options</i>	86 152	76 649	1 218	1 218	293 418	293 419	6 606	6 606
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>			<b>101 098</b>	<b>83 897</b>			<b>102 729</b>	<b>74 413</b>
<i>Interest Rate Swaps</i>	2 771 025	2 771 025	90 173	73 772	2 766 363	2 766 363	97 524	70 120
<i>Interest Rate Caps &amp; Floors</i>	337 730	414 502	10 925	10 125	142 992	233 310	5 205	4 293
<b>Contratos sobre ações/índices</b>			<b>4 315</b>	<b>4 360</b>			<b>8 256</b>	<b>2 671</b>
<i>Equity / Index Options</i>	265 640	265 640	4 315	4 360	422 894	422 894	8 256	2 671
<b>Contratos sobre risco de incumprimento</b>			-	<b>104</b>			-	-
<i>Credit Default Swaps</i>	-	45 249	-	104	-	-	-	-
<b>Contratos sobre commodities</b>			<b>963</b>	<b>832</b>			<b>289</b>	<b>209</b>
<i>Commodities Swaps</i>	29 082	29 082	963	832	15 759	15 759	289	209

a) Derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem (ver Nota 26)

Os derivados de cobertura económica incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita nas Notas 6.6.6 e 6.6.7, e que o Banco não designou para a contabilidade de cobertura.

No exercício de 2023, o Banco reconheceu uma perda de 228 milhares de euros relacionados com o CVA dos instrumentos derivados (exercício de 2022: perda de 1 820 milhares de euros). A forma de determinação do CVA é explicada na nota 36.

## Nota 20 – Ativos Financeiros Obrigatoriamente Contabilizados pelo Justo Valor Através dos Resultados, pelo Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral e Pelo Custo Amortizado

Estas rubricas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são analisadas como segue:

(milhares de euros)

2023						
	Obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	Justo valor através de resultados	Justo valor através de outro rendimento integral	Custo amortizado <sup>1</sup>	Varição do justo valor <sup>2</sup>	Total
Títulos	1 434 690	-	741 446	8 200 570	-	10 376 706
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	125 817	-	125 817
Crédito a clientes	-	-	-	23 063 507	( 83 763)	22 979 744
	<b>1 434 690</b>	<b>-</b>	<b>741 446</b>	<b>31 389 894</b>	<b>( 83 763)</b>	<b>33 482 267</b>

<sup>1</sup>Inclui os ajustamentos de justo valor decorrentes de microcobertura do risco de taxa de juro (ver Nota 21)

<sup>2</sup>Varição do justo valor dos elementos ao custo amortizado abrangidos pela carteira de cobertura do risco de taxa de juro (ver Nota 21)

(milhares de euros)

2022						
	Obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	Justo valor através de resultados	Justo valor através de outro rendimento integral	Custo amortizado <sup>1</sup>	Varição do justo valor <sup>2</sup>	Total
Títulos	1 537 652	13	2 183 034	8 400 233	-	12 120 932
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	145 464	-	145 464
Crédito a clientes	18	-	-	22 955 247	( 164 388)	22 790 877
	<b>1 537 670</b>	<b>13</b>	<b>2 183 034</b>	<b>31 500 944</b>	<b>( 164 388)</b>	<b>35 057 273</b>

<sup>1</sup>Inclui os ajustamentos de justo valor decorrentes de microcobertura do risco de taxa de juro (ver Nota 21)

<sup>2</sup>Varição do justo valor dos elementos ao custo amortizado abrangidos pela carteira de cobertura do risco de taxa de juro (ver Nota 21)

### 20.1 Títulos

O detalhe da carteira de Títulos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado como se segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
<b>Títulos obrigatoriamente contabilizados ao justo valor através de resultados</b>	<b>1 434 690</b>	<b>1 537 652</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	465 211	433 665
Ações	141 460	140 442
Outros títulos de rendimento variável	828 019	963 545
<b>Títulos ao justo valor através de resultados</b>	<b>-</b>	<b>13</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	-	13
<b>Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>741 446</b>	<b>2 183 034</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	285 852	1 629 639
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	389 194	479 406
Ações	66 400	73 989
<b>Títulos ao custo amortizado</b>	<b>8 200 570</b>	<b>8 400 233</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	4 402 729	4 403 137
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	4 122 185	4 288 663
Imparidade	( 324 344)	( 291 567)
	<b>10 376 706</b>	<b>12 120 932</b>

No dia 29 de dezembro de 2022 foi concluído o Projeto Crow, celebrado entre o novobanco, Banco Comercial Português, S.A., Caixa Geral de Depósitos, S.A, Banco Santander Totta, S.A. e Oitante, S.A. (os vendedores) e a Davidson Kempner (a compradora), relativo ao processo de venda das unidades de participação detidas por estes bancos nos Fundos de reestruturação. Desta operação resultou: (i) a transferência das unidades de participação detidas no FRT, juntamente com os ativos direta e indiretamente detidos pelo fundo para a compradora; (ii) a transferência das ações no FLIT juntamente com os ativos direta e indiretamente detidos pelo fundo para a compradora; (iii) certos ativos hoteleiros detidos indiretamente pelo Fundo Recuperação, FCR foram adquiridos indiretamente pelo FLIT; e (iv) certos ativos detidos indiretamente pela FLIT e FRT foram transferidos para os Vendedores. Em resultado desta operação, no exercício de 2022, em termos líquidos o novobanco recebeu 224 milhões de euros, procedeu ao desreconhecimento de 267 milhões de euros de unidades de participação e adquiriu ativos registados como ativos não correntes no valor de 48 milhões de euros, tendo sido apurado um impacto positivo em resultados de 4,8 milhões de euros.

As restantes participações em fundos de reestruturação que permaneceram no balanço do Banco, estão contabilizadas em ações e outros títulos de rendimento variável obrigatoriamente contabilizados ao justo valor através de resultados, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 6.6.4, tendo por base o valor líquido contabilístico divulgado pelas Sociedades Gestoras, ajustado em função de informação, análises ou avaliações independentes que se considerem necessárias para determinar o seu justo valor, dando resposta a orientações do Banco Central Europeu. Tratando-se de ativos de “nível 3” de acordo com a hierarquia de justo valor do IFRS 13 (cotações fornecidas por terceiras entidades cujos parâmetros utilizados não são, na sua maioria, observáveis no mercado), o detalhe da metodologia de valorização encontra-se descrito na Nota 36.

Durante este ano, o Banco decidiu, a título excepcional, alienar integralmente uma carteira de dívida supranacional registada ao custo amortizado cuja *yield* se encontrava significativamente abaixo das observadas no mercado, no âmbito da gestão de risco de taxa de juro, e em linha com a estratégia do Banco de proteção da margem financeira num cenário de descida das taxas de juro já em 2024. Atendendo à excepcionalidade e ao caráter não repetível da operação, entendemos que a mesma está enquadrada no modelo de negócio adotado. Esta carteira era constituída por dezoito títulos com uma *duration* de cerca 5 anos (não considerando opções de compra), que representavam cerca de 9,4% (em valor nominal) do total da carteira de títulos registada ao custo amortizado. Com esta operação, o Banco reconheceu uma perda na linha de Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor de 70 982 milhares de euros no exercício 2023, que corresponde à realização das perdas potenciais destes títulos, em benefício de ganhos na margem futura.

O detalhe dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	(milhares de euros)					
	Custo <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Reserva de justo valor transferida para Resultados <sup>(2)</sup>	Valor de balanço	Reservas de imparidade
		Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	284 159	1 747	( 54)	-	285 852	( 21)
Residentes	-	-	-	-	-	-
Não residentes	284 159	1 747	( 54)	-	285 852	( 21)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	420 490	775	( 27 052)	( 5 019)	389 194	( 190)
Ações	130 095	37 168	( 100 863)	-	66 400	-
Outros títulos de rendimento variável	3	-	( 3)	-	-	-
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>834 747</b>	<b>39 690</b>	<b>( 127 972)</b>	<b>( 5 019)</b>	<b>741 446</b>	<b>( 211)</b>

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

<sup>(2)</sup> No âmbito das operações de *fair value hedge* (ver Nota 21)

(milhares de euros)

	Custo <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Reserva de justo valor transferida para Resultados <sup>(2)</sup>	Valor de balanço	Reservas de imparidade
		Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	1 634 375	311	(5 047)	-	1 629 639	(382)
Residentes	224 013	-	(486)	-	223 527	(52)
Não residentes	1 410 362	311	(4 561)	-	1 406 112	(330)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	541 022	-	(49 628)	(11 988)	479 406	(207)
Ações	400 636	34 763	(361 410)	-	73 989	-
Outros títulos de rendimento variável	3	-	(3)	-	-	-
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2 576 036</b>	<b>35 074</b>	<b>(416 088)</b>	<b>(11 988)</b>	<b>2 183 034</b>	<b>(589)</b>

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

<sup>(2)</sup> No âmbito das operações de *fair value hedge* (ver Nota 21)

Durante o exercício de 2023, o Banco alienou 1 115,9 milhões de euros de instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de outro rendimento integral (31 de dezembro de 2022: 5 909,2 milhões de euros), com um ganho 5,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: perda de 83,2 milhões de euros), registado em resultados, pela venda de títulos de dívida e uma perda de 258,8 milhões de euros transferida de reservas de reavaliação para reservas associadas a vendas (31 de dezembro de 2022: perda de 0,9 milhões de euros), proveniente da venda de instrumentos de capital.

As transferências entre *stages* ocorridas na carteira de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral e custo amortizado durante os exercícios de 2023 e 2022 são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

	2023					
	Transferências entre Stage 1 e 2		Transferências entre Stage 2 e 3		Transferências entre Stage 1 e 3	
	Para Stage 2 de Stage 1	Para Stage 1 de Stage 2	Para Stage 3 de Stage 2	Para Stage 2 de Stage 3	Para Stage 3 de Stage 1	Para Stage 2 de Stage 1
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - Capitais</b>						
De outros emissores	86 586	25 549	29 648	-	-	-
	<b>86 586</b>	<b>25 549</b>	<b>29 648</b>	-	-	-

(milhares de euros)

	2022					
	Transferências entre Stage 1 e 2		Transferências entre Stage 2 e 3		Transferências entre Stage 1 e 3	
	Para Stage 2 de Stage 1	Para Stage 1 de Stage 2	Para Stage 3 de Stage 2	Para Stage 2 de Stage 3	Para Stage 3 de Stage 1	Para Stage 2 de Stage 1
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - Capitais</b>						
De outros emissores	18 523	1 405	-	-	5 622	-
	<b>18 523</b>	<b>1 405</b>	-	-	<b>5 622</b>	-

Os movimentos ocorridos nas reservas de imparidade nos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral são apresentados como segue:

(milhares de euros)

**Movimento de Imparidade de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral**

	<i>Stage1</i>	<i>Stage2</i>	<i>Stage3</i>	Total
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3 668</b>	-	-	<b>3 668</b>
Transferências para o <i>stage 3</i>	( 20)	-	20	-
Acréscimos por alteração do risco de crédito	2 278	-	-	2 278
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 2 715)	-	( 20)	( 2 735)
Utilizações	( 2 654)	-	-	( 2 654)
Outros movimentos	32	-	-	32
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>589</b>	-	-	<b>589</b>
Acréscimos por alteração do risco de crédito	390	-	-	390
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 742)	-	-	( 742)
Utilizações	( 22)	-	-	( 22)
Outros movimentos	( 4)	-	-	( 4)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>211</b>	-	-	<b>211</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos títulos ao custo amortizado são apresentados como segue:

(milhares de euros)

**Movimento de Imparidade de títulos ao custo amortizado**

	<i>Stage1</i>	<i>Stage2</i>	<i>Stage3</i>	Total
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6 246</b>	<b>38 283</b>	<b>203 243</b>	<b>247 772</b>
Transferências para o <i>stage 1</i>	76	( 76)	-	-
Transferências para o <i>stage 2</i>	( 61)	61	-	-
Transferências para o <i>stage 3</i>	( 6 357)	-	6 357	-
Acréscimos por alteração do risco de crédito	15 451	173 771	1 687 706	1 876 928
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 9 993)	( 208 666)	( 1 590 945)	( 1 809 604)
Utilizações	( 40)	-	( 25 237)	( 25 277)
Outros movimentos	61	-	1 687	1 748
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5 383</b>	<b>3 373</b>	<b>282 811</b>	<b>291 567</b>
Transferências para o <i>stage 1</i>	1 883	( 1 883)	-	-
Transferências para o <i>stage 2</i>	( 1 784)	1 784	-	-
Transferências para o <i>stage 3</i>	-	( 1 654)	1 654	-
Acréscimos por alteração do risco de crédito	8 915	11 020	1 631 947	1 651 882
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 12 254)	( 9 201)	( 1 597 471)	( 1 618 926)
Utilizações	( 153)	( 23)	( 5)	( 181)
Outros movimentos	1 650	( 1 649)	1	2
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3 640</b>	<b>1 767</b>	<b>318 937</b>	<b>324 344</b>

De acordo com a política contábilística descrita na Nota 6.12, o Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 7.1.

O detalhe da carteira de títulos por hierarquia de justo valor é apresentado na Nota 36.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 33.

## 20.2 Aplicações em instituições de crédito

O detalhe das Aplicações em instituições de crédito a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado como se segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>	<b>123 268</b>	<b>141 042</b>
Depósitos	103 091	101 814
Empréstimos	20 177	39 228
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>	<b>3 216</b>	<b>5 096</b>
Depósitos	3 216	5 096
	<b>126 484</b>	<b>146 138</b>
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>( 667)</b>	<b>( 674)</b>
	<b>125 817</b>	<b>145 464</b>

As aplicações em instituições de crédito encontram-se todas registadas na carteira de custo amortizado.

Os movimentos ocorridos com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)			
	<b>Aplicações em instituições de crédito</b>			
	<i>Stage1</i>	<i>Stage2</i>	<i>Stage3</i>	<b>Total</b>
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>284</b>	<b>474</b>	<b>425</b>	<b>1 183</b>
Acréscimos por alteração do risco de crédito	167	391	-	558
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 318)	( 711)	-	( 1 029)
Outros movimentos	( 42)	-	4	( 38)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>91</b>	<b>154</b>	<b>429</b>	<b>674</b>
Transferências para o <i>stage1</i>	84	( 84)	-	-
Transferências para o <i>stage2</i>	( 30)	30	-	-
Acréscimos por alteração do risco de crédito	236	518	-	754
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 322)	( 438)	-	( 760)
Outros movimentos	1	-	( 2)	( 1)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>60</b>	<b>180</b>	<b>427</b>	<b>667</b>

## 20.3 Crédito a clientes

O detalhe do Crédito a Clientes a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado como se segue:



	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Crédito a empresas</b>	<b>13 323 794</b>	<b>13 788 661</b>
Créditos em conta corrente	1 337 068	1 127 247
Empréstimos	10 407 895	11 002 049
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	71 736	86 552
Factoring	816 137	699 780
Descobertos	13 671	46 698
Locação financeira	656 298	796 669
Outros créditos	20 989	29 666
<b>Crédito a particulares</b>	<b>10 311 600</b>	<b>9 886 021</b>
Habituação	8 829 426	8 622 198
Consumo e outros	1 482 174	1 263 823
<b>Crédito e juros vencidos</b>	<b>364 104</b>	<b>338 150</b>
Até 90 dias	27 108	11 943
Mais de 90 dias	336 996	326 207
	<b>23 999 498</b>	<b>24 012 832</b>
Perdas por imparidade	( 935 991)	(1 057 567)
	<b>23 063 507</b>	<b>22 955 265</b>
<b>Correções de valor por operações de cobertura para risco de taxa de juro</b> (ver Nota 21)	<b>( 83 763)</b>	<b>( 164 388)</b>
A empresas - Empréstimos	-	( 16 805)
A particulares - Habituação	( 83 763)	( 147 583)
	<b>22 979 744</b>	<b>22 790 877</b>

Em 31 de dezembro de 2023 existem operações obrigatoriamente registadas ao justo valor através de resultados, com valor nominal de 13 090 milhares de euros e justo valor de 0 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 31 197 milhares de euros e 18 milhares de euros, respetivamente), cujo impacto foi registado na linha Ganhos ou perdas com ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados da demonstração de resultados (ver Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de crédito a clientes inclui 7 442,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 6 078,4 milhões de euros) de crédito à habitação afeto à emissão de obrigações hipotecárias (ver Nota 28).

Em 31 de dezembro de 2023, o valor dos juros e comissões registados em balanço relativo a operações de crédito ascende a 92 071 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 36 145 milhares de euros).

As transferências entre *stages* ocorridas no crédito durante os exercícios de 2023 e 2022 são apresentadas como segue:

	(milhares de euros)					
	2023					
	Transferências entre <i>Stage 1 e 2</i>		Transferências entre <i>Stage 2 e 3</i>		Transferências entre <i>Stage 1 e 3</i>	
	Para <i>Stage 2</i> de <i>Stage 1</i>	Para <i>Stage 1</i> de <i>Stage 2</i>	Para <i>Stage 3</i> de <i>Stage 2</i>	Para <i>Stage 2</i> de <i>Stage 3</i>	Para <i>Stage 3</i> de <i>Stage 1</i>	Para <i>Stage 2</i> de <i>Stage 1</i>
<b>Crédito - Capitais</b>						
Crédito a empresas	914 537	725 009	171 692	104 562	70 630	314
Crédito a particulares	467 522	248 122	49 455	26 866	24 685	4 434
	<b>1 382 059</b>	<b>973 131</b>	<b>221 147</b>	<b>131 428</b>	<b>95 315</b>	<b>4 748</b>

(milhares de euros)

	2022					
	Transferências entre Stage 1 e 2		Transferências entre Stage 2 e 3		Transferências entre Stage 1 e 3	
	Para Stage 2 de Stage 1	Para Stage 1 de Stage 2	Para Stage 3 de Stage 2	Para Stage 2 de Stage 3	Para Stage 3 de Stage 1	Para Stage 2 de Stage 1
<b>Crédito - Capitais</b>						
Crédito a empresas	548 205	510 364	81 931	40 297	29 605	2 250
Crédito a particulares	386 142	306 701	35 570	40 507	8 638	22 636
	<b>934 347</b>	<b>817 065</b>	<b>117 501</b>	<b>80 804</b>	<b>38 243</b>	<b>24 886</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	Movimento Imparidade crédito			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>62 056</b>	<b>317 271</b>	<b>856 430</b>	<b>1 235 757</b>
Transferências para o stage 1	72 212	( 72 212)	-	-
Transferências para o stage 2	( 18 735)	47 083	( 28 348)	-
Transferências para o stage 3	( 248)	( 18 534)	18 782	-
Ativos financeiros desconhecidos	( 4)	-	( 26 847)	( 26 851)
Acréscimos por alteração do risco de crédito	19 465	62 244	128 065	209 774
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 90 575)	( 38 332)	( 43 998)	( 172 905)
Utilizações	-	( 38)	( 197 122)	( 197 160)
Outros movimentos	16 853	( 786)	( 7 115)	8 952
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>61 024</b>	<b>296 696</b>	<b>699 847</b>	<b>1 057 567</b>
Transferências para o stage 1	143 939	( 143 939)	-	-
Transferências para o stage 2	( 46 756)	85 304	( 38 548)	-
Transferências para o stage 3	( 183)	( 33 502)	33 685	-
Ativos financeiros desconhecidos	( 123)	( 188)	( 75 114)	( 75 425)
Acréscimos por alteração do risco de crédito	11 891	167 453	124 784	304 128
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 110 032)	( 39 202)	( 45 470)	( 194 704)
Utilizações	-	( 31)	( 154 738)	( 154 769)
Outros movimentos	2 366	( 2 376)	( 796)	( 806)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>62 126</b>	<b>330 215</b>	<b>543 650</b>	<b>935 991</b>

A distribuição do crédito por tipo de taxa é como se segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Taxa fixa	3 407 936	2 710 318
Taxa variável	20 507 799	21 138 126
	<b>23 915 735</b>	<b>23 848 444</b>

O crédito de locação financeira por prazos residuais é apresentado de seguida:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Rendas e valores residuais vincendos</b>	<b>768 608</b>	<b>915 702</b>
Até um ano	228 441	216 621
De um a cinco anos	418 850	496 962
Mais de cinco anos	121 317	202 119
<b>Juros vincendos</b>	<b>100 061</b>	<b>97 481</b>
Até um ano	31 620	26 238
De um a cinco anos	52 892	54 097
Mais de cinco anos	15 549	17 146
<b>Capital vincendo</b>	<b>668 547</b>	<b>818 221</b>
Até um ano	196 821	190 383
De um a cinco anos	365 958	442 865
Mais de cinco anos	105 768	184 973
<b>Imparidade</b>	<b>( 66 291)</b>	<b>( 84 922)</b>
	<b>602 256</b>	<b>733 299</b>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individual e coletivamente, por segmento era o seguinte:

Segmento	(milhares de euros)					
	2023					
	Avaliação Individual <sup>(1)</sup>		Avaliação Coletiva <sup>(2)</sup>		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Empresas</b>	<b>861 977</b>	<b>412 884</b>	<b>12 787 971</b>	<b>341 207</b>	<b>13 649 948</b>	<b>754 091</b>
Stage1	-	-	10 125 185	42 852	10 125 185	42 852
Stage2	-	-	2 610 902	270 423	2 610 902	270 423
Stage3	861 977	412 884	51 884	27 932	913 861	440 816
<b>Crédito à habitação</b>	<b>274</b>	<b>120</b>	<b>8 752 072</b>	<b>63 443</b>	<b>8 752 346</b>	<b>63 563</b>
Stage1	-	-	7 985 953	3 467	7 985 953	3 467
Stage2	-	-	682 770	35 209	682 770	35 209
Stage3	274	120	83 349	24 767	83 623	24 887
<b>Outro Crédito a particulares</b>	<b>52 005</b>	<b>49 058</b>	<b>1 461 436</b>	<b>69 279</b>	<b>1 513 441</b>	<b>118 337</b>
Stage1	-	-	1 091 116	14 590	1 091 116	14 590
Stage2	-	-	312 597	26 970	312 597	26 970
Stage3	52 005	49 058	57 723	27 719	109 728	76 777
<b>Total</b>	<b>914 256</b>	<b>462 062</b>	<b>23 001 479</b>	<b>473 929</b>	<b>23 915 735</b>	<b>935 991</b>

<sup>(1)</sup> Créditos cuja imparidade final foi determinada e aprovada pelo Comité de Imparidade

<sup>(2)</sup> Créditos cuja imparidade final foi determinada de acordo com as regras de cálculo do modelo coletivo de imparidade

(milhares de euros)

Segmento	2022					
	Avaliação Individual <sup>(1)</sup>		Avaliação Coletiva <sup>(2)</sup>		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Empresas</b>	<b>1 095 291</b>	<b>549 032</b>	<b>12 983 009</b>	<b>330 599</b>	<b>14 078 300</b>	<b>879 631</b>
Stage1	-	-	10 082 118	43 347	10 082 118	43 347
Stage2	1 587	392	2 854 536	259 527	2 856 123	259 919
Stage3	1 093 704	548 640	46 355	27 725	1 140 059	576 365
<b>Crédito à habitação</b>	<b>3 443</b>	<b>385</b>	<b>8 480 691</b>	<b>44 504</b>	<b>8 484 134</b>	<b>44 889</b>
Stage1	-	-	7 714 906	3 213	7 714 906	3 213
Stage2	-	-	679 096	18 826	679 096	18 826
Stage3	3 443	385	86 689	22 465	90 132	22 850
<b>Outro Crédito a particulares</b>	<b>80 441</b>	<b>74 467</b>	<b>1 205 569</b>	<b>58 580</b>	<b>1 286 010</b>	<b>133 047</b>
Stage1	-	-	987 539	14 462	987 539	14 462
Stage2	-	-	173 264	18 134	173 264	18 134
Stage3	80 441	74 467	44 766	25 984	125 207	100 451
<b>Total</b>	<b>1 179 175</b>	<b>623 884</b>	<b>22 669 269</b>	<b>433 683</b>	<b>23 848 444</b>	<b>1 057 567</b>

<sup>(1)</sup> Créditos cuja imparidade final foi determinada e aprovada pelo Comité de Imparidade<sup>(2)</sup> Créditos cuja imparidade final foi determinada de acordo com as regras de cálculo do modelo coletivo de imparidade

No caso dos créditos analisados pelo Comité de Imparidade para os quais não foi alterada a imparidade determinada automaticamente pelo Modelo de imparidade são incluídos e apresentados na "Avaliação coletiva".

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por geografia era o seguinte:

(milhares de euros)

País	2023					
	Avaliação Individual *		Avaliação Coletiva **		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Portugal	789 180	399 754	19 140 526	424 999	19 929 706	824 753
Espanha	-	-	1 099 284	15 187	1 099 284	15 187
Reino Unido	-	-	424 101	6 292	424 101	6 292
França	-	-	385 583	3 626	385 583	3 626
Suiça	-	-	234 451	2 418	234 451	2 418
Luxemburgo	-	-	334 695	1 383	334 695	1 383
Outros	125 076	62 308	1 382 839	20 024	1 507 915	82 332
<b>Total</b>	<b>914 256</b>	<b>462 062</b>	<b>23 001 479</b>	<b>473 929</b>	<b>23 915 735</b>	<b>935 991</b>

\* Créditos cuja imparidade resulta da análise individual (definida e aprovada pelo Comité de Imparidade)

\*\* Créditos cuja imparidade foi avaliada em base coletiva e determinada de forma automática pelo Modelo de imparidade

(milhares de euros)

País	2022					
	Avaliação Individual *		Avaliação Coletiva **		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Portugal	1 091 599	570 194	19 319 288	381 306	20 410 887	951 500
Luxemburgo	2	1	943 137	12 445	943 139	12 446
Reino Unido	-	-	380 798	13 933	380 798	13 933
Espanha	-	-	360 053	4 258	360 053	4 258
Ilhas Caimão	-	-	237 023	2 167	237 023	2 167
Irlanda	-	-	280 338	1 973	280 338	1 973
Outros	87 574	53 689	1 148 632	17 601	1 236 206	71 290
<b>Total</b>	<b>1 179 175</b>	<b>623 884</b>	<b>22 669 269</b>	<b>433 683</b>	<b>23 848 444</b>	<b>1 057 567</b>

\* Créditos cuja imparidade resulta da análise individual (definida e aprovada pelo Comité de Imparidade)

\*\* Créditos cuja imparidade foi avaliada em base coletiva e determinada de forma automática pelo Modelo de imparidade

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade constituída por segmento era o seguinte:

(milhares de euros)

Segmento	2023						Total
	Performing			Non-Performing			
	Vivo ou com atraso < 30 dias	Com atraso > 30 dias	Total	Dias de atraso		Total	
			<= 90 dias	> 90 dias			
<b>Valor Bruto</b>	<b>22 713 779</b>	<b>94 744</b>	<b>22 808 523</b>	<b>632 481</b>	<b>474 731</b>	<b>1 107 212</b>	<b>23 915 735</b>
Empresas	12 701 866	34 221	12 736 087	538 009	375 852	913 861	13 649 948
Crédito à habitação	8 620 185	48 928	8 669 113	40 727	42 506	83 233	8 752 346
Outro Crédito a particulares	1 391 728	11 595	1 403 323	53 745	56 373	110 118	1 513 441
<b>Imparidade</b>	<b>387 086</b>	<b>5 255</b>	<b>392 341</b>	<b>284 475</b>	<b>259 175</b>	<b>543 650</b>	<b>935 991</b>
Empresas	312 566	709	313 275	230 434	210 382	440 816	754 091
Crédito à habitação	40 700	2 466	43 166	10 204	10 193	20 397	63 563
Outro Crédito a particulares	33 820	2 080	35 900	43 837	38 600	82 437	118 337
<b>Valor líquido</b>	<b>22 326 693</b>	<b>89 489</b>	<b>22 416 182</b>	<b>348 006</b>	<b>215 556</b>	<b>563 562</b>	<b>22 979 744</b>

(milhares de euros)

Segmento	2022						Total
	Performing			Non-Performing			
	Vivo ou com atraso < 30 dias	Com atraso > 30 dias	Total	Dias de atraso		Total	
			<= 90 dias	> 90 dias			
<b>Valor Bruto</b>	<b>22 423 330</b>	<b>69 734</b>	<b>22 493 064</b>	<b>814 923</b>	<b>540 457</b>	<b>1 355 380</b>	<b>23 848 444</b>
Empresas	12 906 116	32 143	12 938 259	714 541	425 500	1 140 041	14 078 300
Crédito à habitação	8 367 083	29 490	8 396 573	46 635	40 926	87 561	8 484 134
Outro Crédito a particulares	1 150 131	8 101	1 158 232	53 747	74 031	127 778	1 286 010
<b>Imparidade</b>	<b>351 119</b>	<b>6 782</b>	<b>357 901</b>	<b>372 302</b>	<b>327 364</b>	<b>699 666</b>	<b>1 057 567</b>
Empresas	299 681	3 585	303 266	318 183	258 182	576 365	879 631
Crédito à habitação	23 506	1 617	25 123	10 845	8 921	19 766	44 889
Outro Crédito a particulares	27 932	1 580	29 512	43 274	60 261	103 535	133 047
<b>Valor líquido</b>	<b>22 072 211</b>	<b>62 952</b>	<b>22 135 163</b>	<b>442 621</b>	<b>213 093</b>	<b>655 714</b>	<b>22 790 877</b>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de referência era como segue:

Ano de referência	2023											
	Empresas			Habitação			Outro Crédito a Particulares			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	3 870	268 211	9 863	45 544	676 845	8 202	1 024 738	61 502	2 377	1 074 152	1 006 558	20 442
2005	653	21 592	7 029	4 105	139 297	1 061	15 649	6 781	258	20 407	167 670	8 348
2006	717	96 083	7 629	5 995	226 840	1 466	18 605	6 411	287	25 317	329 334	9 382
2007	922	167 897	29 533	9 049	342 107	2 342	27 719	9 458	432	37 690	519 462	32 307
2008	986	310 485	10 889	8 631	368 690	2 016	20 719	9 712	315	30 336	688 887	13 220
2009	815	107 450	10 444	6 641	310 392	2 260	14 721	16 739	9 168	22 177	434 581	21 872
2010	836	103 616	15 136	6 474	329 400	2 466	22 230	18 925	315	29 540	451 941	17 917
2011	1 071	74 602	8 287	3 329	147 677	794	24 788	12 747	322	29 188	235 026	9 403
2012	1 371	135 766	24 773	1 624	61 201	562	30 927	10 653	400	33 922	207 620	25 735
2013	1 501	260 143	35 122	2 072	99 546	1 081	27 639	9 113	498	31 212	368 802	36 701
2014	1 178	120 403	28 819	1 374	71 625	583	26 772	8 196	622	29 324	200 224	30 024
2015	1 825	423 201	51 185	2 168	124 210	561	30 876	23 409	14 752	34 869	570 820	66 498
2016	2 138	347 782	38 943	4 577	283 108	1 616	45 235	44 819	20 767	51 950	675 709	61 326
2017	3 842	476 168	32 939	6 956	501 783	3 122	47 209	37 902	5 718	100 343	1 015 853	41 779
2018	4 962	779 567	64 798	7 762	660 931	2 870	55 222	65 923	4 133	67 946	1 506 421	71 801
2019	7 363	1 222 815	98 181	8 049	727 546	3 743	63 278	114 668	7 994	78 690	2 065 029	109 918
2020	9 363	1 361 378	40 517	5 954	567 666	3 254	42 970	94 219	4 889	58 287	2 023 263	48 660
2021	6 779	1 621 416	23 937	6 867	741 982	4 301	64 336	174 835	9 507	77 982	2 538 233	37 745
2022	10 732	3 276 316	114 536	8 796	1 089 910	4 020	100 946	315 221	16 686	120 474	4 681 447	135 242
2023	15 896	2 475 057	101 531	10 046	1 281 590	17 243	148 443	472 208	18 897	174 385	4 228 855	137 671
<b>Total</b>	<b>76 820</b>	<b>13 649 948</b>	<b>754 091</b>	<b>156 013</b>	<b>8 752 346</b>	<b>63 563</b>	<b>1 853 022</b>	<b>1 513 441</b>	<b>118 337</b>	<b>2 128 191</b>	<b>23 915 735</b>	<b>935 991</b>

(milhares de euros)

Ano de referência	2022											
	Empresas			Habitação			Outro Crédito a Particulares			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	3 627	227 417	31 575	52 397	787 292	6 745	698 312	10 982	( 173)	754 336	1 025 691	38 147
2005	621	26 979	2 914	4 520	159 082	1 077	9 163	6 341	242	14 304	192 402	4 233
2006	733	147 139	31 412	6 552	255 933	1 719	11 333	6 491	260	18 618	409 563	33 391
2007	866	194 270	40 847	9 981	389 134	3 375	17 891	8 467	399	28 738	591 871	44 621
2008	930	343 977	14 122	9 695	421 363	2 819	17 016	6 983	274	27 641	772 323	17 215
2009	740	133 329	12 768	7 532	356 920	2 479	9 919	15 327	9 765	18 191	505 576	25 012
2010	781	127 631	26 623	7 197	380 456	2 685	15 158	18 510	375	23 136	526 597	29 683
2011	846	98 075	14 913	3 825	169 886	888	17 214	11 834	298	21 885	279 795	16 099
2012	1 024	158 404	29 806	2 063	74 162	785	23 003	10 125	455	26 090	242 691	31 046
2013	1 362	322 549	58 136	2 480	113 585	1 318	21 984	9 324	564	25 826	445 458	60 018
2014	1 331	204 112	52 263	1 566	81 895	652	19 821	11 847	642	22 718	297 854	53 557
2015	1 962	492 473	67 776	2 412	141 877	727	22 760	50 177	40 867	27 134	684 527	109 370
2016	2 680	459 603	50 837	5 029	323 792	1 470	36 742	53 456	21 727	44 451	836 851	74 034
2017	4 765	650 642	45 917	7 735	583 437	3 073	40 314	54 312	6 862	100 343	1 288 391	55 852
2018	6 031	1 023 117	79 664	8 813	775 037	3 498	49 232	93 553	6 032	64 076	1 891 707	89 194
2019	8 384	1 794 181	147 647	9 121	857 142	3 385	55 414	157 754	11 238	72 919	2 809 077	162 270
2020	9 879	1 881 547	57 468	6 681	653 994	2 948	36 886	126 459	6 844	53 446	2 662 000	67 260
2021	7 187	2 126 034	36 636	7 373	809 229	3 782	53 793	230 688	9 669	68 353	3 165 951	50 087
2022	14 671	3 666 821	78 307	8 940	1 149 918	1 464	77 519	403 380	16 707	101 130	5 220 119	96 478
<b>Total</b>	<b>68 420</b>	<b>14 078 300</b>	<b>879 631</b>	<b>163 912</b>	<b>8 484 134</b>	<b>44 889</b>	<b>1 233 474</b>	<b>1 286 010</b>	<b>133 047</b>	<b>1 513 335</b>	<b>23 848 444</b>	<b>1 057 567</b>

Os valores apresentados incluem, para além de todas as novas operações do ano de referência, renovações, intervenções e reestruturações de operações originadas em anos anteriores, incluindo no período anterior à constituição do novobanco.

Com o objetivo de mitigar o risco de crédito, as operações de crédito têm garantias associadas, nomeadamente hipotecas ou penhores. O justo valor dessas garantias é determinado à data da concessão do crédito, sendo reavaliado

periodicamente. Seguidamente apresenta-se o valor bruto dos créditos e respetivo justo valor dos colaterais, limitado ao valor do crédito associado:

	(milhares de euros)							
	2023				2022			
	Valor do crédito	Imparidade	Valor Líquido	Justo valor do colateral	Valor do crédito	Imparidade	Valor Líquido	Justo valor do colateral
<b>Crédito à Habitação</b>	<b>8 752 346</b>	<b>( 63 563)</b>	<b>8 688 783</b>	<b>8 753 664</b>	<b>8 484 134</b>	<b>( 44 889)</b>	<b>8 439 245</b>	<b>8 383 312</b>
<i>Stage1</i>								
Hipotecas	7 603 115	( 2 908)	7 600 207	7 695 522	7 429 201	( 3 017)	7 426 184	7 429 201
Penhores	323 439	( 93)	323 346	317 885	210 610	( 71)	210 539	203 912
Não colateralizado	59 399	( 466)	58 933	-	75 095	( 125)	74 970	-
<i>Stage2</i>								
Hipotecas	622 063	( 17 304)	604 759	621 258	644 671	( 16 762)	627 909	643 353
Penhores	38 945	( 788)	38 157	38 039	21 188	( 699)	20 489	19 797
Não colateralizado	21 762	( 17 117)	4 645	-	13 237	( 1 365)	11 872	-
<i>Stage3</i>								
Hipotecas	79 262	( 20 467)	58 795	78 926	87 312	( 22 346)	64 966	87 016
Penhores	2 189	( 796)	1 393	2 034	33	( 12)	21	33
Não colateralizado	2 172	( 3 624)	( 1 452)	-	2 787	( 492)	2 295	-
Total								
Hipotecas	8 304 440	( 40 679)	8 263 761	8 395 706	8 161 184	( 42 125)	8 119 059	8 159 570
Penhores	364 573	( 1 677)	362 896	357 958	231 831	( 782)	231 049	223 742
Não colateralizado	83 333	( 21 207)	62 126	-	91 119	( 1 982)	89 137	-
<b>Outro crédito a particulares</b>	<b>1 513 441</b>	<b>( 118 337)</b>	<b>1 395 104</b>	<b>536 474</b>	<b>1 286 010</b>	<b>( 133 047)</b>	<b>1 152 963</b>	<b>399 870</b>
<i>Stage1</i>								
Hipotecas	297 223	( 190)	297 033	297 049	241 787	( 330)	241 457	241 434
Penhores	101 516	( 743)	100 773	100 629	91 867	( 1 081)	90 786	91 047
Não colateralizado	692 377	( 13 657)	678 720	-	653 885	( 13 051)	640 834	-
<i>Stage2</i>								
Hipotecas	109 566	( 3 274)	106 292	109 338	44 122	( 1 109)	43 013	43 769
Penhores	11 490	( 783)	10 707	11 324	4 821	( 239)	4 582	4 630
Não colateralizado	191 541	( 22 913)	168 628	-	124 321	( 16 786)	107 535	-
<i>Stage3</i>								
Hipotecas	6 935	( 2 243)	4 692	6 545	5 994	( 2 035)	3 959	5 562
Penhores	38 776	( 36 641)	2 135	11 589	66 953	( 61 799)	5 154	13 428
Não colateralizado	64 017	( 37 893)	26 124	-	52 260	( 36 617)	15 643	-
Total								
Hipotecas	413 724	( 5 707)	408 017	412 932	291 903	( 3 474)	288 429	290 765
Penhores	151 782	( 38 167)	113 615	123 542	163 641	( 63 119)	100 522	109 105
Não colateralizado	947 935	( 74 463)	873 472	-	830 466	( 66 454)	764 012	-
<b>Crédito a empresas</b>	<b>13 649 948</b>	<b>( 754 091)</b>	<b>12 895 857</b>	<b>4 563 562</b>	<b>14 078 300</b>	<b>( 879 631)</b>	<b>13 198 669</b>	<b>4 100 011</b>
<i>Stage1</i>								
Hipotecas	2 607 201	( 11 136)	2 596 065	2 432 250	2 053 125	( 12 881)	2 040 244	1 839 860
Penhores	1 680 498	( 5 183)	1 675 315	769 949	1 691 145	( 5 851)	1 685 294	701 387
Não colateralizado	5 837 486	( 26 533)	5 810 953	-	6 337 848	( 24 615)	6 313 233	-
<i>Stage2</i>								
Hipotecas	829 829	( 75 018)	754 811	734 720	890 069	( 88 368)	801 701	800 854
Penhores	530 063	( 74 841)	455 222	229 090	573 690	( 93 599)	480 091	294 167
Não colateralizado	1 251 010	( 120 564)	1 130 446	-	1 392 364	( 77 952)	1 314 412	-
<i>Stage3</i>								
Hipotecas	365 360	( 147 620)	217 740	327 322	457 887	( 220 793)	237 094	366 273
Penhores	149 078	( 78 345)	70 733	70 231	190 047	( 82 518)	107 529	97 470
Não colateralizado	399 423	( 214 851)	184 572	-	492 125	( 273 054)	219 071	-
Total								
Hipotecas	3 802 390	( 233 774)	3 568 616	3 494 292	3 401 081	( 322 042)	3 079 039	3 006 987
Penhores	2 359 639	( 158 369)	2 201 270	1 069 270	2 454 882	( 181 968)	2 272 914	1 093 024
Não colateralizado	7 487 919	( 361 948)	7 125 971	-	8 222 337	( 375 621)	7 846 716	-
<b>Total</b>	<b>23 915 735</b>	<b>( 935 991)</b>	<b>22 979 744</b>	<b>13 853 700</b>	<b>23 848 444</b>	<b>( 1 057 567)</b>	<b>22 790 877</b>	<b>12 883 193</b>

O diferencial entre o valor do crédito e o justo valor do colateral representa o total de exposição de crédito que excede o valor do colateral, não sendo este valor impactado por colaterais com justo valor superior ao crédito a que estão associados.

O detalhe dos colaterais – hipotecas apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

Intervalos de colateral <sup>a)</sup>	2023							
	Crédito à Habitação		Outro crédito a particulares		Crédito a empresas		Total	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
inferior a 0,5M€	148 382	7 991 213	10 408	394 112	8 718	435 465	167 508	8 820 790
superior a 0,5M€ e inferior a 1,0M€	448	283 743	18	10 460	2 307	233 075	2 773	527 278
superior a 1,0M€ e inferior a 5,0M€	80	120 750	5	8 360	5 980	731 752	6 065	860 862
superior a 5,0M€ e inferior a 10,0M€	-	-	-	-	1 354	685 934	1 354	685 934
superior a 10,0M€ e inferior a 20,0M€	-	-	-	-	1 474	717 152	1 474	717 152
superior a 20,0M€ e inferior a 50,0M€	-	-	-	-	4 128	476 884	4 128	476 884
superior a 50M€	-	-	-	-	1 609	214 030	1 609	214 030
	<b>148 910</b>	<b>8 395 706</b>	<b>10 431</b>	<b>412 932</b>	<b>25 570</b>	<b>3 494 292</b>	<b>184 911</b>	<b>12 302 930</b>

<sup>a)</sup> A afetação por intervalos foi realizada com base no valor total de colaterais por contrato de crédito

(milhares de euros)

Intervalos de colateral <sup>a)</sup>	2022							
	Crédito à Habitação		Outro crédito a particulares		Crédito a empresas		Total	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
inferior a 0,5M€	157 859	7 837 881	6 635	273 580	18 414	440 729	182 908	8 552 190
superior a 0,5M€ e inferior a 1,0M€	367	228 517	13	8 659	2 364	238 296	2 744	475 472
superior a 1,0M€ e inferior a 5,0M€	65	93 172	4	8 526	9 816	717 599	9 885	819 297
superior a 5,0M€ e inferior a 10,0M€	-	-	-	-	1 904	539 832	1 904	539 832
superior a 10,0M€ e inferior a 20,0M€	-	-	-	-	134	399 451	134	399 451
superior a 20,0M€ e inferior a 50,0M€	-	-	-	-	5 717	401 813	5 717	401 813
superior a 50M€	-	-	-	-	1 567	269 267	1 567	269 267
	<b>158 291</b>	<b>8 159 570</b>	<b>6 652</b>	<b>290 765</b>	<b>39 916</b>	<b>3 006 987</b>	<b>204 859</b>	<b>11 457 322</b>

<sup>a)</sup> A afetação por intervalos foi realizada com base no valor total de colaterais por contrato de crédito

Os valores de colaterais – hipotecas, apresentados acima, representam o valor máximo de cobertura dos ativos cobertos, ou seja, que concorrem até ao valor bruto dos créditos individuais cobertos.

Na avaliação do risco de uma operação ou conjunto de operações são levados em consideração os elementos de mitigação do risco de crédito a elas associadas, de acordo com as regras e procedimentos internos.

Os colaterais relevantes são essencialmente os seguintes:

- Imóveis, onde o valor considerado é o correspondente ao da última avaliação disponível;
- Penhores financeiros, onde o valor considerado corresponde à cotação do último dia do mês, no caso de ser um título cotado, ou o valor do penhor, no caso de ser caixa.

A aceitação de colaterais como garantia de operações de crédito remete para a necessidade de definir e implementar técnicas de mitigação dos riscos a que estão expostos os ditos colaterais. Assim, e como abordagem a esta matéria, o Banco estipulou um conjunto de procedimentos aplicáveis aos colaterais (nomeadamente os financeiros e os imóveis), que cobrem, entre outros, a volatilidade do valor do colateral, a sua liquidez e ainda uma indicação quanto às taxas de recuperação associadas a cada tipo de colateral.

As normas internas de poderes de crédito têm desta forma um capítulo específico sobre este ponto, “Aceitação de colaterais – técnicas de mitigação dos riscos a que estão expostos os colaterais, nomeadamente os riscos de liquidez e volatilidade”.



O processo de reavaliação dos bens imóveis é efetuado por peritos avaliadores inscritos na CMVM, tendo por base os métodos de avaliação descritos na Nota 7.6.

### Crédito reestruturado

O Banco procede à identificação e marcação dos contratos de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente sempre que há alterações aos termos e condições de um contrato em que o cliente incumpriu, ou seja, previsível que venha a incumprir, com uma obrigação financeira. Considera-se que existe uma alteração aos termos e condições do contrato quando:

- (i) existem alterações contratuais em benefício do cliente, tais como alargamento do prazo, introdução de períodos de carência, redução de taxa ou perdão parcial de dívida;
- (ii) existe a contratação de uma nova operação de crédito para liquidação da dívida existente (total ou parcial); ou
- (iii) os novos termos do contrato são mais favoráveis que os aplicados a outros clientes com igual perfil de risco.

A desmarcação de um crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente só pode ocorrer após um período mínimo de dois anos desde a data da reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- (i) pagamento regular de capital e juro;
- (ii) o cliente não tenha capital ou juro vencido; e
- (iii) não tenha havido mecanismos de reestruturação de dívida por parte do cliente nesse período.

Os valores de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Crédito a empresas	1 044 134	1 180 626
Crédito à habitação	157 699	162 891
Outro Crédito a particulares	56 308	81 378
<b>Total</b>	<b>1 258 141</b>	<b>1 424 895</b>

Os créditos marcados como reestruturados por dificuldades financeiras incluem créditos que estão atualmente *performing*, classificados em stage 2, e que se encontram em período de cura para desmarcação.

Apresenta-se de seguida o detalhe das medidas de reestruturação aplicadas aos créditos reestruturados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(milhares de euros)

Medida	2023								
	Performing			Non - Performing			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Perdão de capital ou juro	39	9 441	471	49	67 406	41 693	88	76 847	42 164
Ativos recebidos por liquidação parcial do crédito	22	1 027	164	6	3 780	3 044	28	4 807	3 208
Capitalização de juros	15	5 010	824	112	48 582	32 057	127	53 592	32 881
Novo crédito para liquidação total ou parcial da dívida existente	1 112	191 072	15 436	557	131 945	69 422	1 669	323 017	84 858
Alargamento do prazo de reembolso	1 390	225 031	35 481	438	254 671	108 304	1 828	479 702	143 785
Introdução de período de carência de capital ou juro	903	138 141	13 300	113	38 607	20 906	1 016	176 748	34 206
Redução das taxas de juro	414	69 762	4 571	85	22 888	9 130	499	92 650	13 701
Alteração do plano de pagamento de <i>leasing</i>	103	13 509	458	61	5 797	2 522	164	19 306	2 980
Alteração da periodicidade de pagamento de juros	5	1 837	257	3	388	243	8	2 225	500
Outros	1 408	21 936	478	281	7 311	2 459	1 689	29 247	2 937
<b>Total</b>	<b>5 411</b>	<b>676 766</b>	<b>71 440</b>	<b>1 705</b>	<b>581 375</b>	<b>289 780</b>	<b>7 116</b>	<b>1 258 141</b>	<b>361 220</b>

(milhares de euros)

Medida	2022								
	Performing			Non - Performing			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Perdão de capital ou juro	41	13 990	901	61	95 035	53 859	102	109 025	54 760
Ativos recebidos por liquidação parcial do crédito	23	1 068	164	8	146	129	31	1 214	293
Capitalização de juros	16	4 965	923	87	52 218	29 659	103	57 183	30 582
Novo crédito para liquidação total ou parcial da dívida existente	1 028	191 512	14 132	506	177 111	79 690	1 534	368 623	93 822
Alargamento do prazo de reembolso	1 366	262 295	50 333	631	246 792	162 833	1 997	509 087	213 166
Introdução de período de carência de capital ou juro	809	114 982	6 864	169	71 619	27 336	978	186 601	34 200
Redução das taxas de juro	481	40 574	461	39	76 714	29 588	520	117 288	30 049
Alteração do plano de pagamento de <i>leasing</i>	118	16 714	1 637	59	9 389	4 517	177	26 103	6 154
Alteração da periodicidade de pagamento de juros	5	2 011	207	3	674	198	8	2 685	405
Outros	1 491	34 137	1 035	423	12 949	4 814	1 914	47 086	5 849
<b>Total</b>	<b>5 378</b>	<b>682 248</b>	<b>76 657</b>	<b>1 986</b>	<b>742 647</b>	<b>392 623</b>	<b>7 364</b>	<b>1 424 895</b>	<b>469 280</b>

## Nota 21 – Derivados – Contabilidade de Cobertura e Variação do Justo Valor dos Elementos Cobertos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o justo valor dos derivativos de cobertura em balanço analisa-se como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>558 117</b>	<b>442 274</b>
Ativo	683 074	562 886
Passivo	( 124 957)	( 120 612)
<b>Componente de justo valor dos ativos e passivos cobertos para risco de taxa de juro</b>	<b>( 86 317)</b>	<b>( 394 921)</b>
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>( 143 347)</b>	<b>( 382 933)</b>
Títulos ao custo amortizado	( 59 584)	( 218 545)
Crédito a clientes	( 83 763)	( 164 388)
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>( 5 019)</b>	<b>( 11 988)</b>
Títulos (*)	( 5 019)	( 11 988)
<b>Passivos financeiros</b>	<b>62 049</b>	<b>-</b>
Recursos de clientes	62 049	-

\* Montante registado em reservas ao justo valor transferidas para resultados

As variações de justo valor associadas aos ativos e passivos acima descritos e aos respetivos derivados encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura (ver Nota 10).

O Banco procede ao cálculo do “Credit Valuation Adjustment” (CVA) para os instrumentos derivados de acordo com a metodologia descrita na Nota 36 – Justo valor dos ativos e passivos financeiros.

### Cobertura de justo valor

As operações de cobertura de justo valor em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser analisadas como se segue:

(milhares de euros)							
2023							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado <sup>(1)</sup>	Var. justo valor do derivado no período	Componente de justo valor do elemento coberto <sup>(2)</sup>	Varição do justo valor do elemento coberto no período <sup>(2)</sup>
<i>Interest Rate Swap/CIRS</i>	Crédito a clientes	Taxa de Juro e câmbio	1 737 884	96 055	( 74 442)	( 83 763)	80 569
<i>Interest Rate Swap</i>	Títulos ao custo amortizado	Taxa de Juro	3 572 250	256 814	( 153 096)	( 59 584)	158 961
<i>Interest Rate Swap</i>	Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	Taxa de Juro	130 000	12 480	( 6 537)	( 5 019)	6 969
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de clientes	Taxa de Juro	1 500 000	56 921	59 482	62 049	( 62 049)
			<b>6 940 134</b>	<b>422 270</b>	<b>( 174 593)</b>	<b>( 86 317)</b>	<b>184 450</b>

<sup>(1)</sup> Inclui juro corrido

<sup>(2)</sup> Atribuível ao risco coberto. Componente dos títulos ao custo amortizado está registado juntamente com o valor de balanço dos títulos

(milhares de euros)

## 2022

Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado <sup>(1)</sup>	Var. justo valor do derivado no período	Componente de justo valor do elemento coberto <sup>(2)</sup>	Varição do justo valor do elemento coberto no período <sup>(2)</sup>
<i>Interest Rate Swap/CIRS</i>	Crédito a clientes	Taxa de Juro e câmbio	1 659 552	165 117	191 565	( 164 388)	( 196 310)
<i>Interest Rate Swap</i>	Títulos ao custo amortizado	Taxa de Juro	2 728 250	359 089	214 274	( 218 545)	( 215 410)
<i>Interest Rate Swap</i>	Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	Taxa de Juro	100 000	19 140	27 272	( 11 988)	( 27 299)
			<b>4 487 802</b>	<b>543 346</b>	<b>433 111</b>	<b>( 394 921)</b>	<b>( 439 019)</b>

<sup>(1)</sup> Inclui juro corrido<sup>(2)</sup> Atribuível ao risco coberto. Componente dos títulos ao custo amortizado está registado juntamente com o valor de balanço dos títulos

Em 31 de dezembro de 2023, a parte inefetiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num proveito de 9,9 milhões de euros foi registada por contrapartida de resultados (31 de dezembro de 2022: custo de 5,9 milhões de euros). O Banco realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes.

## Cobertura de fluxos de caixa

As operações de cobertura de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser analisadas como se segue:

(milhares de euros)

## 2023

Ativo coberto	Valor de balanço do ativo	Nocional do derivado	Valor de balanço do derivado	Reserva de cobertura de fluxos de caixa	Valor de inefetividade - registada em resultados
Crédito a clientes	6 732 000	6 732 000	135 847	92 557	10 269
	<b>6 732 000</b>	<b>6 732 000</b>	<b>135 847</b>	<b>92 557</b>	<b>10 269</b>

(milhares de euros)

## 2022

Ativo coberto	Valor de balanço do ativo	Nocional do derivado	Valor de balanço do derivado	Reserva de cobertura de fluxos de caixa	Valor de inefetividade - registada em resultados
Crédito a clientes	4 732 583	4 732 000	( 101 072)	( 100 418)	( 881)
	<b>4 732 583</b>	<b>4 732 000</b>	<b>( 101 072)</b>	<b>( 100 418)</b>	<b>( 881)</b>

## Nota 22 – Investimentos em Subsidiárias, Empreendimentos Conjuntos e Associadas

Os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas são apresentados como segue:

(milhares de euros)												
	2023					2022					Valor líquido	
	Nº de ações	Participação direta no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Imparidade	Nº de ações	Participação direta no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Imparidade		
novobanco dos Açores	2 144 404	57,53%	5,00	10 308	-	2 144 404	57,53%	5,00	10 308	-	10 308	
NB Finance	100 000	100,00%	1,00	1 700	-	100 000	100,00%	1,00	1 700	-	1 700	
BEST	62 999 800	100,00%	1,00	100 418	( 13 453)	62 999 700	100,00%	1,00	100 418	( 20 755)	79 663	
ES Tech Ventures	71 500 000	100,00%	1,00	71 500	( 44 558)	71 500 000	100,00%	1,00	71 500	( 44 559)	26 941	
GNB GA	600 000	100,00%	5,00	86 720	-	2 350 000	100,00%	5,00	86 720	-	86 720	
GNB Concessões	942 306	98,97%	5,00	20 602	-	942 306	98,96%	5,00	20 602	( 4 915)	15 687	
ES Representações	49 995	99,99%	0,18	9	( 9)	49 995	99,99%	0,18	9	( 9)	-	
Locarent	525 000	50,00%	5,00	2 967	-	525 000	50,00%	5,00	2 967	-	2 967	
NB África	13 300 000	100,00%	5,00	66 500	( 55 514)	13 300 000	100,00%	5,00	66 500	( 55 514)	10 986	
Unicre	350 029	17,50%	5,00	11 497	-	350 029	17,50%	5,00	11 497	-	11 497	
Edenred Portugal	101 477 601	50,00%	0,01	4 984	-	101 477 601	50,00%	0,01	4 984	-	4 984	
Multipessoal	20 000	22,52%	5,00	100	( 100)	20 000	22,52%	5,00	100	( 100)	-	
Aroleri	3 500	100,00%	1,00	4	-	3 500	100,00%	1,00	4	-	4	
Righthour	10 000	100,00%	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
				<b>377 309</b>	<b>( 113 634)</b>	<b>263 675</b>			<b>377 309</b>	<b>( 125 852)</b>	<b>251 457</b>	

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade para investimentos em associadas e subsidiárias são apresentados como segue:

(milhares de euros)		
	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>125 852</b>	<b>146 478</b>
Dotações	-	3 255
Reversões	( 12 216)	( 19 421)
Diferenças de câmbio e outras	( 2)	( 4 460)
<b>Saldo final</b>	<b>113 634</b>	<b>125 852</b>

## Nota 23 – Ativos Fixos Tangíveis

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Imóveis</b>	<b>160 215</b>	<b>164 915</b>
De serviço próprio	68 898	79 501
Beneficiações em edifícios arrendados	91 317	85 414
<b>Equipamento</b>	<b>209 208</b>	<b>219 365</b>
Equipamento informático	120 883	113 428
Instalações interiores	18 686	27 503
Mobiliário e material	47 256	53 173
Equipamento de segurança	13 047	16 915
Máquinas e ferramentas	8 724	7 702
Material de transporte	562	562
Outros	50	82
<b>Ativos por direito de uso</b>	<b>134 083</b>	<b>122 133</b>
Imóveis	112 905	111 518
Equipamentos	21 178	10 615
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>54 971</b>	<b>57 177</b>
Beneficiações em edifícios arrendados	7 831	31 376
Imóveis	46 854	25 508
Equipamento	41	16
Outros	245	277
	<b>558 477</b>	<b>563 590</b>
<b>Imparidade acumulada</b>	<b>( 9 361)</b>	<b>( 10 375)</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>( 248 874)</b>	<b>( 294 252)</b>
	<b>300 242</b>	<b>258 963</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Ativos por direito de Uso	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>299 602</b>	<b>232 349</b>	<b>116 041</b>	<b>6 452</b>	<b>654 444</b>
Adições	11 483	23 811	19 526	51 061	105 881
Abates / vendas <sup>(a)</sup>	( 145 389)	( 36 693)	( 13 434)	( 15)	( 195 531)
Transferências <sup>(b)</sup>	( 781)	( 101)	-	( 322)	( 1 204)
Variação cambial e outros movimentos	-	( 1)	-	1	-
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>164 915</b>	<b>219 365</b>	<b>122 133</b>	<b>57 177</b>	<b>563 590</b>
Adições	2 504	14 146	21 047	44 671	82 368
Abates / vendas <sup>(c)</sup>	( 52 349)	( 24 288)	( 9 097)	-	( 85 734)
Transferências <sup>(d)</sup>	45 145	( 1)	-	( 46 870)	( 1 726)
Variação cambial e outros movimentos	-	( 14)	-	( 7)	( 21)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>160 215</b>	<b>209 208</b>	<b>134 083</b>	<b>54 971</b>	<b>558 477</b>
<b>Depreciações</b>					
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>180 880</b>	<b>192 397</b>	<b>37 677</b>	-	<b>410 954</b>
Depreciações do exercício	4 307	12 386	14 230	-	30 923
Abates / vendas <sup>(a)</sup>	( 107 557)	( 36 242)	( 5 546)	-	( 149 345)
Transferências <sup>(b)</sup>	( 390)	( 101)	-	-	( 491)
Variação cambial e outros movimentos	2 125	86	-	-	2 211
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>79 365</b>	<b>168 526</b>	<b>46 361</b>	-	<b>294 252</b>
Depreciações do exercício	4 748	12 415	15 307	-	32 470
Abates / vendas <sup>(c)</sup>	( 45 819)	( 24 284)	( 7 822)	-	( 77 925)
Transferências <sup>(d)</sup>	( 879)	( 1)	-	-	( 880)
Variação cambial e outros movimentos	840	117	-	-	957
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>38 255</b>	<b>156 773</b>	<b>53 846</b>	-	<b>248 874</b>
<b>Imparidade</b>					
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>12 071</b>	-	-	-	<b>12 071</b>
Reversão de perdas por imparidade	( 1 696)	-	-	-	( 1 696)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>10 375</b>	-	-	-	<b>10 375</b>
Reversão de perdas por imparidade	( 1 014)	-	-	-	( 1 014)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>9 361</b>	-	-	-	<b>9 361</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>112 599</b>	<b>52 435</b>	<b>80 237</b>	<b>54 971</b>	<b>300 242</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>75 175</b>	<b>50 839</b>	<b>75 772</b>	<b>57 177</b>	<b>258 963</b>

(a) Inclui 106 395 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 68 164 milhares de euros de depreciações acumuladas referente ao Edifício Sede que foi vendido em 2022.

(b) Inclui 1 203 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 490 milhares de euros de depreciações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço.

(c) Inclui 10 293 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 3 758 milhares de euros de depreciações acumuladas alienados ao NB Branches.

(d) Inclui 1 726 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 880 milhares de euros de depreciações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço.

Em 2022 concretizou-se a venda do edifício da Sede pelo valor de 112,2 milhões de euros, o valor bruto de balanço era de 106,4 milhões de euros (38,2 milhões de euros líquido de amortizações acumuladas) pelo que resultou o apuramento de uma mais-valia de 67 milhões de euros, líquida dos custos relacionados com o processo de venda. Até à conclusão da construção da nova sede, a o Banco continuará a utilizar o edifício, tendo para o efeito assinado um contrato de arrendamento.

O imobilizado em curso inclui o valor de 46 848 euros relativos ao projeto de construção do novo edifício para a sede do Banco. Prevê-se que a construção esteja concluída e se inicie a utilização deste ativo em 2024.

## Nota 24 – Ativos Intangíveis

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Gerados internamente</b>	<b>65 373</b>	<b>65 373</b>
Sistema de tratamento automático de dados	65 373	65 373
<b>Adquiridos a terceiros</b>	<b>404 407</b>	<b>366 444</b>
Sistema de tratamento automático de dados	404 407	366 444
<b>Imobilizações em curso</b>	<b>17 958</b>	<b>31 881</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>( 401 311)</b>	<b>( 394 058)</b>
	<b>86 427</b>	<b>69 640</b>

Nos ativos intangíveis gerados internamente, incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Banco especializadas na implementação de soluções informáticas portadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 6.20).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Imobilizado em curso	Total
(milhares de euros)			
<b>Custo de aquisição</b>			
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>445 152</b>	<b>13 410</b>	<b>458 562</b>
Adições:			
Adquiridas a terceiros	6 474	18 686	25 160
Abates / vendas	( 20 026)	-	( 20 026)
Transferências	216	( 216)	-
Variação cambial e outros movimentos	1	1	2
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>431 817</b>	<b>31 881</b>	<b>463 698</b>
Adições:			
Adquiridas a terceiros	572	29 623	30 195
Abates / vendas	( 6 155)	-	( 6 155)
Transferências	43 546	( 43 546)	-
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>469 780</b>	<b>17 958</b>	<b>487 738</b>
<b>Amortizações</b>			
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>391 047</b>	-	<b>391 047</b>
Amortizações do exercício	23 038	-	23 038
Abates / vendas	( 20 026)	-	( 20 026)
Variação cambial e outros movimentos	( 1)	-	( 1)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>394 058</b>	-	<b>394 058</b>
Amortizações do exercício	13 408	-	13 408
Abates / vendas	( 6 155)	-	( 6 155)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>401 311</b>	-	<b>401 311</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>68 469</b>	<b>17 958</b>	<b>86 427</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>37 759</b>	<b>31 881</b>	<b>69 640</b>



## Nota 25 – Impostos

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)			
	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Imposto Corrente</b>	<b>26 260</b>	<b>4 191</b>	<b>30 298</b>	<b>4 505</b>
IRC a recuperar / liquidar	1 260	4 044	-	4 174
Outros	25 000	147	30 298	331
<b>Imposto Diferido</b>	<b>897 381</b>	<b>-</b>	<b>917 202</b>	<b>-</b>
	<b>923 641</b>	<b>4 191</b>	<b>947 500</b>	<b>4 505</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalham-se como segue:

	(milhares de euros)					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Instrumentos financeiros	94 166	91 249	(52 508)	(13 369)	41 658	77 880
Imparidade de crédito (não abrangido pelo regime especial)	279 514	330 072	-	-	279 514	330 072
Imparidade de crédito (abrangido pelo regime especial)	296 818	295 119	-	-	296 818	295 119
Outros ativos tangíveis	-	-	( 14)	( 76)	( 14)	( 76)
Provisões	101 819	100 583	-	-	101 819	100 583
Benefícios longo prazo a colaboradores	44 586	50 624	-	-	44 586	50 624
Prejuízos fiscais reportáveis	133 000	63 000	-	-	133 000	63 000
<b>Imposto diferido ativo/(passivo)</b>	<b>949 903</b>	<b>930 647</b>	<b>( 52 522)</b>	<b>( 13 445)</b>	<b>897 381</b>	<b>917 202</b>
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	( 52 522)	( 13 445)	52 522	13 445	-	-
<b>Imposto diferido ativo/(passivo) líquido</b>	<b>897 381</b>	<b>917 202</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>897 381</b>	<b>917 202</b>

A 31 de dezembro de 2023 o imposto diferido relativo à generalidade das diferenças temporárias foi apurado com base numa taxa agregada de 31%, resultante do somatório da taxa geral de IRC (21%), da taxa de Derrama Municipal de 1,5% e de uma taxa média de Derrama Estadual de 8,5%.

A 4 de setembro de 2019 foi publicada a Lei n.º 98/2019 que veio alterar o Código do IRC em matéria do tratamento fiscal das imparidades das instituições de crédito, criando regras aplicáveis às perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação com início anterior a 1 de janeiro de 2019, ainda não aceites fiscalmente. A presente lei consagrou um período de adaptação para o regime fiscal acima referido, o qual permite aos sujeitos passivos nos cinco períodos de tributação com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, continuar a aplicar o regime fiscal em vigor antes da publicação desta lei, exceto se efetuarem o exercício de “opt in” até ao final do mês de outubro de cada período de tributação do regime de adaptação. Assim, a 31 de dezembro de 2023, o Banco continuou a aplicar o Decreto Regulamentar n.º 13/2018, de 28 de dezembro que visa prorrogar, para efeitos fiscais, o enquadramento fiscal que decorre do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o novobanco mantém registados impostos diferidos ativos associados a imparidades não aceites fiscalmente para operações de crédito, que já foram abatidas ao ativo, tendo em conta a expectativa de que estas irão concorrer para a formação do lucro tributável nos períodos de tributação em que se encontrem reunidas as condições requeridas para a sua dedutibilidade fiscal. A 31 de dezembro de 2023, os valores mantidos pelo novobanco referentes a esta situação ascendem a cerca 55 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 57 milhões de euros).

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>917 202</b>	<b>741 321</b>
Reconhecido em resultados	10 042	62 950
Reconhecido em reservas de justo valor	( 37 610)	79 291
Conversão de impostos diferidos em Créditos tributários	7 747	33 640
<b>Saldo final (Ativo / (Passivo))</b>	<b>897 381</b>	<b>917 202</b>

O imposto reconhecido em resultados e reservas nos exercícios findos em 2023 e 2022 teve as seguintes origens:

	(milhares de euros)			
	2023		2022	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	( 1 388)	37 610	15 825	( 79 291)
Imparidade de crédito a clientes	56 606	-	12 759	-
Outros ativos tangíveis	( 62)	-	( 7 953)	-
Provisões	( 1 236)	-	( 18 491)	-
Pensões	6 038	-	( 2 090)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	( 70 000)	-	( 63 000)	-
<b>Imposto Diferido</b>	<b>( 10 042)</b>	<b>37 610</b>	<b>( 62 950)</b>	<b>( 79 291)</b>
<b>Impostos Correntes</b>	<b>5 386</b>	<b>-</b>	<b>4 611</b>	<b>-</b>
<b>Total do imposto reconhecido (proveito) / custo</b>	<b>( 4 656)</b>	<b>37 610</b>	<b>( 58 339)</b>	<b>( 79 291)</b>

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	2023		2022	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>796 004</b>		<b>395 491</b>
Taxa de imposto do novobanco	21,0		21,0	
<b>Imposto apurado com base na taxa de imposto do novobanco</b>		<b>167 161</b>		<b>83 053</b>
Dividendos excluídos de tributação	(0,8)	( 6 502)	(0,3)	( 1 248)
Imparidades em participações financeiras sujeitas a "Participation exemption"	0,1	464	(0,9)	( 3 525)
Imposto de Sucursais e Imposto Retido no estrangeiro	0,0	147	0,2	956
Diferencial de taxas na geração/reversão de diferenças temporárias	0,6	4 526	3,0	11 949
Imparidades e provisões para crédito	5,2	41 215	(5,7)	( 22 476)
Imparidades e ajustamentos de justo valor de títulos	(0,3)	( 2 665)	2,2	8 648
Provisões para outros riscos e encargos e contingências	(0,9)	( 7 306)	(2,7)	( 10 519)
Imposto diferido ativo não reconhecido sobre prejuízo fiscal do exercício	-	-	10,3	40 811
Benefícios longo prazo a colaboradores	0,5	4 070	(0,5)	( 2 163)
Contribuição Extraordinária e Adicional Solidarietà sobre o Setor Bancário	0,9	7 249	1,8	7 016
Impostos diferidos de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(8,8)	( 70 000)	(15,9)	( 63 000)
Mais/menos valias na venda de ativos	(17,9)	( 142 623)	(25,8)	( 101 924)
Outros	(0,0)	( 392)	(1,5)	( 5 917)
<b>Total do imposto reconhecido</b>	<b>(0,6)</b>	<b>( 4 656)</b>	<b>(14,8)</b>	<b>( 58 339)</b>

### Análise de recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O Banco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros futuros tributáveis até 2028, considerando que 5 anos é o período razoável para a projeção de resultados futuros. A recuperação dos ativos por impostos diferidos abrangidos pelo Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos não está dependente da geração de lucros tributáveis futuros.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos é efetuada anualmente. A 31 de dezembro de 2023, o exercício foi efetuado tendo por base a média da versão provisória do plano a médio prazo (“MTP”) elaborado para o período de 2024-2026 e um exercício de stress cenário, apreciada preliminarmente pelo Conselho Geral e de Supervisão em dezembro de 2023 e que, após inclusão das contas de final de 2023 será aprovado em definitivo.

Na avaliação da expectativa de geração de resultados tributáveis futuros em Portugal para efeitos do exercício de recuperação acima foram tidos em consideração os seguintes efeitos:

- Para além das estimativas detalhadas até 2026, são mantidos os resultados antes de impostos a partir de 2026;
- Referenciais de taxa de juro alinhados com as perspetivas macroeconómicas para o triénio 2024-2026 e as decisões de política monetária do BCE;
- Evolução do produto bancário comercial alicerçado na evolução prevista dos referenciais de taxa de juro, conjugado com a perspetiva de crescimento dos volumes comerciais, bem como o desenvolvimento de novos projetos ao nível do comissionamento gerado com meios de pagamento e gestão de ativos;
- Manutenção dos custos operacionais, apesar do incremento esperado da inflação, alicerçado no plano específico de redução de custos e da implementação de um novo modelo de distribuição e, genericamente, a simplificação e o aumento da eficiência dos processos, em particular o enfoque na componente digital; e
- Dotações para imparidades de crédito em linha com a evolução da atividade do Banco e suportada nas projeções macroeconómicas, tendo nomeadamente presente o esforço realizado nos últimos exercícios no provisionamento da carteira de crédito e a progressiva convergência para custos de risco gradualmente normalizados.

Em função da análise acima referida, a 31 de dezembro de 2023 o Banco tem reconhecido em balanço ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais no montante de 133 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 63 milhões de euros).

Adicionalmente, o montante de impostos diferidos não reconhecidos relativos a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, é o seguinte:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Sem prazo de caducidade	921 359	933 178
Com prazo de caducidade	439 651	478 489
2025	92 332	91 728
2026	135 422	135 452
2029	170 236	170 236
2033	41 661	81 073
	<b>1 361 010</b>	<b>1 411 667</b>

Adicionalmente, no que respeita aos ajustamentos resultantes da aplicação do modelo do justo valor às unidades de participação de fundos de investimento imobiliário e de fundos de capital de risco, os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do período de tributação em que são reconhecidos contabilisticamente, tendo apenas relevância fiscal no momento da respetiva realização, nomeadamente na transmissão onerosa das unidades de participação ou liquidação dos fundos. O montante global de ativos por impostos diferidos relativos a estas diferenças temporárias, não reconhecido em balanço, em 31 de dezembro de 2023 ascende a 176 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 229 milhões de euros).

### Regime Especial aplicável aos ativos por impostos diferidos

No exercício de 2014, o novobanco aderiu ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, após deliberação favorável da Assembleia Geral de Acionistas.

O Regime Especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, abrange os ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas relacionadas com perdas de imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de trabalhadores.

As alterações ao regime acima referido, introduzidas pela Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, vieram limitar a aplicação temporal dos gastos e variações patrimoniais negativas acima referidas, contabilizados nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, assim como os impostos diferidos a eles associados. Assim, os impostos diferidos abrangidos por este regime especial correspondem apenas aos gastos e variações patrimoniais negativas apurados até 31 de dezembro de 2015.

Os ativos por impostos diferidos abrangidos pelo regime acima referido, são convertíveis em créditos tributários quando o sujeito passivo registre um resultado líquido negativo no respetivo período de tributação, ou em caso de liquidação por dissolução voluntária ou insolvência decretada por sentença judicial.

Na conversão em crédito tributário (que não por liquidação ou insolvência), deverá ser criada uma reserva especial pelo valor do respetivo crédito tributário majorado em 10%. O exercício dos direitos de conversão tem por consequência o aumento do capital do sujeito passivo por incorporação da reserva especial e emissão de novas ações ordinárias. Esta reserva especial não poderá ser distribuível.

Na sequência do apuramento de um resultado líquido negativo no exercício de 2020, os ativos por impostos diferidos convertidos, tendo por referência os ativos por impostos diferidos elegíveis à data de encerramento do referido exercício, ascendem a 116 975 milhares de euros. Este montante já se encontra validado pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Decorrente da Lei n.º 61/2014, o montante dos ativos por impostos diferidos a converter em crédito tributário e a constituição da reserva especial deverão ser objeto de certificação por revisor oficial de contas, bem como objeto de confirmação pela Autoridade Tributária e Aduaneira, no âmbito dos procedimentos de revisão do apuramento da matéria coletável relativos aos períodos de tributação relevantes.

## Nota 26 – Outros Ativos

A rubrica de Outros Ativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Contas caução	272 713	251 225
Produtos Derivados	177 866	133 864
Colaterais CLEARNET e VISA	38 940	41 423
Conta caução relacionada com operações de resseguro	51 407	71 387
Outras contas caução	4 499	4 551
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	20 658	18 304
Setor público administrativo	206 419	481 198
Mecanismo de Capitalização Contingente (ver Nota 32.2)	198 180	198 180
Outros devedores	489 155	440 912
Suprimentos, prestações acessórias e suplementares	234 211	229 930
Venda de créditos não produtivos	2 170	2 173
Venda de imóveis	42 646	710
Venda dos fundos de reestruturação	20 881	20 881
Outros	189 247	187 218
Proveitos a receber	33 405	131 814
Despesas com custo diferido	13 025	13 184
Pensões de reforma e benefícios de saúde (ver Nota 14)	12 173	52 021
Metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	10 506	10 395
Imóveis <sup>a)</sup>	102 090	221 097
Equipamento <sup>a)</sup>	1 795	3 013
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	4 465
Outros ativos	15 687	119 948
	<b>1 375 806</b>	<b>1 945 756</b>
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>( 164 294)</b>	<b>( 232 640)</b>
Imóveis <sup>a)</sup>	( 40 058)	( 112 855)
Equipamento <sup>a)</sup>	( 1 039)	( 2 195)
Outros devedores – Suprimentos, prestações acessórias e suplementares	( 75 343)	( 85 267)
Outros	( 47 854)	( 32 323)
	<b>1 211 512</b>	<b>1 713 116</b>

a) imóveis e equipamento em dação, por recuperação de crédito e descontinuados

A rubrica de contas caução inclui, entre outros, os depósitos realizados pelo Banco a título de caução para que possa contratualizar operações de produtos derivados em mercado organizado (contas margem) e em mercado de balcão (*Credit Support Annex – CSA*). Os CSA revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negociam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objetivo fornecer proteção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transações de derivados são regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association (ISDA)* e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o rating das partes.

O decréscimo verificado durante o exercício de 2023 na rubrica Sector Público Administrativo inclui cerca de 249,8 milhões de euros relativos à conversão em capital dos direitos resultantes do Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos, conforme detalhado na Nota 31 (31 de dezembro de 2022: 272,9 milhões de euros).

As operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, que aguardavam liquidação, conforme política contabilística descrita na Nota 6.6.

As rubricas de imóveis e equipamento referem-se a ativos recebidos por recuperação de crédito e instalações descontinuadas, para os quais o Banco tem por objetivo a venda imediata dos mesmos.

O Banco tem implementado um plano com vista à venda imediata dos imóveis registados em outros ativos, continuando a desenvolver todos os esforços com vista à concretização do programa de alienações estabelecido, dos quais destacamos (i) a existência de um site especialmente vocacionado para a venda dos imóveis; (ii) o desenvolvimento e participação em eventos do ramo imobiliário quer no país quer no estrangeiro; (iii) a celebração de protocolos com os diversos agentes de intermediação mobiliária; e (iv) a promoção de realização regular de leilões. De referir que o Banco, apesar de manter a intenção de venda destes imóveis, solicita regularmente ao Banco de Portugal, ao abrigo do artigo 114º do RGICSF, a prorrogação do prazo de detenção dos imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio.

Durante o exercício de 2023, foi registada uma reposição no valor de imparidade de 23,7 milhões de euros para os imóveis em carteira (31 de dezembro de 2022: reforço de 12,9 milhões de euros).

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>232 640</b>	<b>360 425</b>
Dotações	20 587	16 070
Utilizações	( 51 580)	( 114 484)
Reversões	( 40 351)	( 27 832)
Diferenças de câmbio e outros	2 998	( 1 539)
<b>Saldo final</b>	<b>164 294</b>	<b>232 640</b>

Os movimentos no valor os Imóveis foram os seguintes:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>221 097</b>	<b>357 644</b>
Entradas	8 898	15 510
Vendas	( 127 764)	( 151 092)
Outros movimentos	( 141)	( 965)
<b>Saldo final</b>	<b>102 090</b>	<b>221 097</b>

Em 31 de dezembro de 2023 o valor relativo a instalações descontinuadas incluídas na rubrica Imóveis ascende a 10 922 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 9 970 milhares de euros), tendo o Banco registado imparidade para estes ativos no valor total de 3 359 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 2 954 milhares de euros).

## Nota 27 – Ativos não Correntes e Grupos para Alienação Classificados como Detidos para Venda e Passivos Incluídos em Grupos para Alienação Classificados como Detidos para Venda

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Ativos/Passivos não correntes detidos para venda</b>	<b>38 992</b>	<b>53 156</b>
Banco Well Link (anterior NB Ásia)	-	2 175
Compagris	18 437	17 437
Barrosinha	7 473	7 473
Solago	-	12 875
Ijar Leasing Algeria	13 032	13 146
Outros	50	50
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>( 22 510)</b>	<b>( 8 085)</b>
Compagris	( 14 425)	-
Ijar Leasing Algeria	( 8 035)	( 8 035)
Outros	( 50)	( 50)
	<b>16 482</b>	<b>45 071</b>

Em março de 2023 a posição detida no Banco Well Link foi alienada, uma vez que as opções de venda da posição que o Banco ainda detinha nesta instituição financeira foram exercidas.

Os ativos não correntes detidos para venda incluem participações e respetivos suprimentos, que foram transferidos para esta rubrica nos termos da IFRS 5.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade de ativos não correntes detidos para venda são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>8 085</b>	<b>8 085</b>
Dotações / (Reversões)	14 425	( 623)
Utilizações	-	( 3 837)
Transferências	-	4 460
<b>Saldo final</b>	<b>22 510</b>	<b>8 085</b>

### Compagris, Barrosinha e Solago

Em dezembro de 2022, decorrente da conclusão do processo de venda dos Fundos de Reestruturação, o novobanco adquiriu 100% do capital social da Compagris e Barrosinha e 84,16% do capital da Solago. Uma vez que o Banco tem intenção de vender estes ativos, os mesmos foram classificados como operações descontinuadas. Em dezembro de 2023 o Banco procedeu à alienação da Solago, tendo reconhecido uma menos-valia de 1,1 milhões de euros.

## Nota 28 – Passivos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado

Esta rubrica 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)					
	2023			2022		
	Mensurados pelo custo amortizado	Variação do justo valor *	Total	Mensurados pelo custo amortizado	Variação do justo valor *	Total
Recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito	6 623 884	-	6 623 884	10 506 509	-	10 506 509
Recursos de clientes	29 193 007	62 049	29 255 056	28 425 223	-	28 425 223
Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados e Passivos associados a ativos transferidos	1 085 659	-	1 085 659	1 601 454	-	1 601 454
Outros passivos financeiros	489 750	-	489 750	371 511	-	371 511
	<b>37 392 300</b>	<b>62 049</b>	<b>37 454 349</b>	<b>40 904 697</b>	<b>-</b>	<b>40 904 697</b>

\* Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela carteira de cobertura do risco de taxa de juro

### 28.1 Recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito

O saldo da rubrica Recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Recursos de Bancos Centrais</b>	<b>1 128 807</b>	<b>6 327 198</b>
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais	1 128 807	6 327 198
Depósitos	178 807	198
Outros recursos	950 000	6 327 000
<b>Recursos de Outras Instituições de Crédito</b>	<b>5 495 077</b>	<b>4 179 311</b>
<b>No país</b>	<b>1 073 669</b>	<b>1 110 465</b>
Depósitos	1 065 854	1 071 278
Outros recursos	7 815	39 187
<b>No estrangeiro</b>	<b>4 421 408</b>	<b>3 068 846</b>
Depósitos	136 087	430 487
Empréstimos	375 610	479 880
Operações com acordo de recompra	3 867 053	2 150 824
Outros recursos	42 658	7 655
	<b>6 623 884</b>	<b>10 506 509</b>

\* Ver Nota 21

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais inclui 950 milhões de euros colateralizados por ativos financeiros do Banco, no âmbito da terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado do Banco Central Europeu (TLTRO III), os quais vencerão em dezembro de 2024.

Em 2023 foram reembolsados 5,4 mil milhões de euros das TLTRO III. Para fazer face à maturidade destas linhas, o novobanco adotou como estratégia de saída das TLTRO III, entre outras, a redução da dimensão do balanço e o aumento de outros instrumentos de financiamento estáveis, principalmente operações interbancárias colateralizadas por obrigações cobertas retidas. Em resultado, o financiamento colateralizado através de acordos de recompra de médio prazo aumentou 2,6 mil milhões de euros em 2023, o que adicionado ao valor de 2,6 mil milhões de euros registado em 2022 por este tipo de financiamento, para mitigar o impacto do encurtamento do prazo e/ou vencimento do TLTRO III, totaliza 5,2 mil milhões de euros (incluindo 1,4 mil milhões de euros de operações classificadas em Recursos de clientes).

O saldo da rubrica operações com acordo de recompra corresponde a operações de venda de títulos com acordo de recompra (*repos*), registadas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 6.17.



## 28.2 Recursos de clientes

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Depósitos à ordem</b>	<b>10 556 457</b>	<b>12 644 222</b>
Empresas e outras entidades	5 739 882	7 190 941
Particulares	4 816 575	5 453 281
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>16 809 219</b>	<b>14 925 851</b>
Empresas e outras entidades	6 461 277	5 063 842
Particulares	10 347 942	9 862 009
<b>Outros recursos</b>	<b>1 827 331</b>	<b>855 150</b>
Operações com acordo de recompra	1 366 382	450 906
Outros	460 949	404 244
	<b>29 193 007</b>	<b>28 425 223</b>
<b>Correções de valor por operações de cobertura para risco de taxa de juro *</b>	<b>62 049</b>	<b>-</b>
	<b>29 255 056</b>	<b>28 425 223</b>

\* Ver Nota 21

## 28.3 Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados e Passivos Financeiros associados a ativos transferidos

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Responsabilidades representadas por títulos</b>	<b>584 159</b>	<b>1 141 431</b>
Euro Medium Term Notes (EMTN)	584 159	561 565
Obrigações	-	579 866
<b>Passivos Subordinados</b>	<b>501 500</b>	<b>415 572</b>
Euro Medium Term Notes (EMTN)	501 500	-
Obrigações	-	415 572
<b>Passivos Financeiros associados a ativos transferidos</b>	<b>-</b>	<b>44 451</b>
Operações de cedências de ativos	-	44 451
	<b>1 085 659</b>	<b>1 601 454</b>

O movimento ocorrido nos exercícios de 2023 e 2022 nas responsabilidades representadas por títulos, passivos subordinados e passivos financeiros associados a ativos transferidos foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Responsabilidades representadas por títulos			Passivos Subordinados			Passivos Financeiros associados a ativos transferidos	TOTAL
	Euro Medium Term Notes (EMTN)	Obrigações	Total	Euro Medium Term Notes (EMTN)	Obrigações	Total	Operações de cedências de ativos	
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>445 633</b>	<b>573 588</b>	<b>1 019 221</b>	-	<b>415 394</b>	<b>415 394</b>	<b>44 451</b>	<b>1 479 066</b>
Emissões	100 000	-	100 000	-	-	-	-	100 000
Compras (Líquidas)	( 500)	-	( 500)	-	-	-	-	( 500)
Outros Movimentos a)	16 432	6 278	22 710	-	178	178	-	22 888
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>561 565</b>	<b>579 866</b>	<b>1 141 431</b>	-	<b>415 572</b>	<b>415 572</b>	<b>44 451</b>	<b>1 601 454</b>
Emissões	-	-	-	500 000	-	500 000	-	500 000
Reembolsos	-	( 575 000)	( 575 000)	-	( 400 000)	( 400 000)	-	( 975 000)
Compras (Líquidas)	( 527)	-	( 527)	-	-	-	-	( 527)
Outros Movimentos a)	23 121	( 4 866)	18 255	1 500	( 15 572)	( 14 072)	( 44 451)	( 40 268)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>584 159</b>	<b>-</b>	<b>584 159</b>	<b>501 500</b>	<b>-</b>	<b>501 500</b>	<b>-</b>	<b>1 085 659</b>

a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial.

As características essenciais das responsabilidades representadas por títulos e dos passivos subordinados a 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

(milhares de euros)

Entidade Emitente	ISIN	Descrição	Moeda	Data de emissão	Preço unitário (€)	Maturidade	Taxa de juro	Mercado	Valor de balanço	
									2023	2022
<b>Obrigações</b>										
novobanco	PTNOBIOM0014	NB 3,5% 23/07/23	EUR	2021	-	2023	Taxa Fixa 3,5%	XDUB	-	303 992
novobanco	PTNOBJOM0005	NB 4,25% 09/23	EUR	2021	-	2023	Euribor 3M + 4,25%	XDUB	-	275 874
<b>Euro Medium Term Notes</b>										
novobanco	PTNOBKOM0002	NB 5,5% 30/12/24	EUR	2022	100,00	2026	Taxa fixa 5,5%	XDUB	105 475	99 989
novobanco Luxemburgo	XS0869315241	BES Luxembourg 3,5% 02/01/43	EUR	2013	1,00	2043	Taxa fixa 3,5%	XLUX	43 958	43 363
novobanco Luxemburgo	XS0877741479	BES Luxembourg 3,5% 23/01/43	EUR	2013	1,00	2043	Taxa fixa 3,5%	XLUX	100 110	99 065
novobanco Luxemburgo	XS0888530911	BES Luxembourg 3,5% 19/02/2043	EUR	2013	1,00	2043	Taxa fixa 3,5%	XLUX	65 655	64 774
novobanco Luxemburgo	XS0897950878	BES Luxembourg 3,5% 18/03/2043	EUR	2013	1,00	2043	Taxa fixa 3,5%	XLUX	48 260	47 641
novobanco Luxemburgo	XS0972653132	BES Luxembourg ZC	EUR	2013	1,00	2048	Cupão Zero	XLUX	37 934	35 711
novobanco Luxemburgo	XS1031115014	Banco Esp San Lux ZC 12/02/49	EUR	2014	1,00	2049	Cupão Zero	XLUX	46 650	43 694
novobanco Luxemburgo	XS1034421419	Banco Esp San Lux ZC 19/02/49	EUR	2014	1,00	2049	Cupão Zero	XLUX	12 977	12 146
novobanco Luxemburgo	XS1038896426	Banco Esp San Lux ZC 27/02/51	EUR	2014	1,00	2051	Cupão Zero	XLUX	17 822	16 672
novobanco Luxemburgo	XS1042343308	BES Luxembourg ZC 06/03/2051	EUR	2014	1,00	2051	Cupão Zero	XLUX	12 538	11 729
novobanco Luxemburgo	XS1053939978	BES Luxembourg ZC 03/04/48	EUR	2014	1,00	2048	Cupão Zero	XLUX	43 072	40 180
novobanco Luxemburgo	XS1055501974	BES Luxembourg ZC 09/04/52	EUR	2014	1,00	2052	Cupão Zero	XLUX	41 444	38 891
novobanco Luxemburgo	XS1058257905	BES Luxembourg ZC 16/04/46	EUR	2014	1,00	2046	Cupão Zero	XLUX	8 264	7 710
<b>Subordinados</b>										
novobanco	PTNOBFOM0017	NB 06/07/2023	EUR	2018	-	2023 a)	8,50%	XDUB	-	415 572
novobanco	PTNOBLOM0001	NB 9,875% 01/12/33	EUR	2023	100,00	2033	9,875%	XDUB	501 500	-
									<b>1 085 659</b>	<b>1 557 003</b>

a) Data da próxima *call option*

Em termos de financiamento de médio prazo, em junho de 2023, o Banco emitiu uma nova obrigação Tier 2 de 500 milhões de euros, com maturidade a 1 de dezembro de 2033 e opção de compra a 6 meses a partir de 1 de junho de 2028, tendo como objetivo substituir a obrigação Tier 2 existente com um spread inferior em 150bps. Através da oferta pública, o Banco conseguiu recomprar 206 milhões de euros do Tier 2 existente. O valor remanescente foi reembolsado na data da *call*, que só ocorreu a 6 de julho de 2023.

O Banco não apresentou *defaults* de capital ou juros relativamente à sua dívida emitida nos exercícios de 2023 e 2022.

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Banco procedeu a emissões que totalizam 5 500 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 5 500 milhões de euros), tendo as referidas emissões sido totalmente recompradas pelo Banco. As características das emissões vivas a 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

Designação	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Mercado	Rating		Valor Nominal	(milhares de euros)	
						Moody's	DBRS		Valor de balanço	
									2023	2022
NB 2015 SR.1	07/10/2015	07/10/2025	Trimestral	Euribor 3 Meses + 0,25%	XDUB	Aaa	NR	1 000 000	-	-
NB 2015 SR.2	07/10/2015	07/10/2024	Trimestral	Euribor 3 Meses + 0,25%	XDUB	Aaa	NR	1 000 000	-	-
NB 2015 SR.3	07/10/2015	07/10/2027	Trimestral	Euribor 3 Meses + 0,25%	XDUB	Aaa	NR	1 000 000	-	-
NB 2015 SR.4	07/10/2015	07/10/2028	Trimestral	Euribor 3 Meses + 0,25%	XDUB	Aaa	NR	700 000	-	-
NB 2015 SR.5	22/12/2016	22/12/2028	Trimestral	Euribor 3 Meses + 0,25%	XDUB	Aaa	NR	500 000	-	-
NB 2019 SR.6	10/12/2019	10/06/2029	Trimestral	Euribor 3 Meses + 0,25%	XMSM	Aaa	NR	750 000	-	-
NB 2019 SR.7	10/12/2019	10/12/2024	Trimestral	Euribor 3 Meses + 0,25%	XMSM	Aaa	NR	550 000	-	-
								<b>5 500 000</b>	-	-

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais ativos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Banco, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições das referidas emissões enquadram-se no Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5, 6 e 8 de 2006 e na Instrução n.º 13/2006 do Banco de Portugal. O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 31 de dezembro de 2023 a 7 442,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 6 078,4 milhões de euros) (ver Nota 20).

## Nota 29 – Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)			
	Provisão para reestruturação	Provisão para garantias e compromissos	Outras Provisões	Total
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>46 686</b>	<b>91 775</b>	<b>339 709</b>	<b>478 170</b>
Reforços / (reposições)	1 332	( 2 555)	12 117	10 894
Utilizações	( 28 870)	-	( 37 617)	( 66 487)
Diferenças de câmbio e outras	-	238	375	613
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>19 148</b>	<b>89 458</b>	<b>314 584</b>	<b>423 190</b>
Reforços / (reposições)	6 325	( 434)	17 414	23 305
Utilizações	( 18 697)	-	( 7 216)	( 25 913)
Diferenças de câmbio e outras	-	( 5 291)	5 252	( 39)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6 776</b>	<b>83 733</b>	<b>330 034</b>	<b>420 543</b>

Para fazer face às necessidades financeiras dos seus clientes, o Banco assume diversos compromissos irrevogáveis e passivos contingentes, que consistem em garantias financeiras, cartas de crédito e outros compromissos de crédito, que poderão implicar o pagamento por parte do Banco, em nome dos clientes, no caso de acontecimentos específicos, previstos contratualmente. Apesar destes compromissos não se encontrarem registados patrimonialmente, acarretam risco de crédito e, portanto, fazem parte da exposição ao risco global do Banco.

No que se refere às provisões para garantias e compromissos, o movimento da provisão é detalhado como segue:

	(milhares de euros)			
	<i>Stage 1</i>	<i>Stage 2</i>	<i>Stage 3</i>	Total
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>7 800</b>	<b>10 959</b>	<b>73 016</b>	<b>91 775</b>
Transferências para o <i>stage 1</i>	2 199	( 2 199)	-	-
Transferências para o <i>stage 2</i>	( 1 115)	1 226	( 111)	-
Transferências para o <i>stage 3</i>	( 13)	( 1 203)	1 216	-
Acréscimos por alteração do risco de crédito	1 981	2 467	22 289	26 737
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 4 865)	( 4 079)	( 20 348)	( 29 292)
Outros movimentos	3	36	199	238
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5 990</b>	<b>7 207</b>	<b>76 261</b>	<b>89 458</b>
Transferências para o <i>stage 1</i>	5 373	( 5 373)	-	-
Transferências para o <i>stage 2</i>	( 3 684)	4 292	( 608)	-
Transferências para o <i>stage 3</i>	( 23)	( 18)	41	-
Acréscimos por alteração do risco de crédito	5 838	4 710	7 310	17 858
Decréscimos por alteração do risco de crédito	( 6 608)	( 3 691)	( 7 993)	( 18 292)
Outros movimentos	( 1)	( 19)	( 5 271)	( 5 291)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6 885</b>	<b>7 108</b>	<b>69 740</b>	<b>83 733</b>

As transferências entre stages ocorridas em garantias e compromissos durante os exercícios de 2023 e 2022 são apresentadas como segue:

	(milhares de euros)					
	2023					
	Transferências entre <i>Stage 1 e 2</i>		Transferências entre <i>Stage 2 e 3</i>		Transferências entre <i>Stage 1 e 3</i>	
	<i>De Stage 2 para Stage 1</i>	<i>Para Stage 1 de Stage 2</i>	<i>Para Stage 3 de Stage 2</i>	<i>Para Stage 2 de Stage 3</i>	<i>Para Stage 3 de Stage 1</i>	<i>Para Stage 1 de Stage 3</i>
Garantias e Compromissos - Capitais	107 570	216 563	1 558	6 528	410	203

	(milhares de euros)					
	2022					
	Transferências entre <i>Stage 1 e 2</i>		Transferências entre <i>Stage 2 e 3</i>		Transferências entre <i>Stage 1 e 3</i>	
	<i>De Stage 2 para Stage 1</i>	<i>Para Stage 1 de Stage 2</i>	<i>Para Stage 3 de Stage 2</i>	<i>Para Stage 2 de Stage 3</i>	<i>Para Stage 3 de Stage 1</i>	<i>Para Stage 1 de Stage 3</i>
Garantias e Compromissos - Capitais	43 164	40 385	45 450	2 234	1 775	181

A 31 de dezembro de 2023 o valor da provisão para reestruturação em balanço é de 6,8 milhões de euros, sendo que durante os exercícios de 2022 e 2023, procedeu-se a um reforço líquido de 1,3 milhões de euros e 6,3 milhões de euros, tendo sido utilizados 28,9 milhões de euros e 18,7 milhões de euros, respetivamente.

As Outras provisões, cujo valor ascende a 330,0 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 314,6 milhões de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da atividade do Banco, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais cujas contingências o Banco mantém provisões de 21,6 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 24,2 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos legais no valor de 2,8 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 4,0 milhões de euros);

- Contingências associadas a processos de venda no valor de 7,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 7,1 milhões de euros);
- Contingências relativas à parte indivisa do Plano de pensões da Comissão Executiva, no valor de 8,8 milhões de euros, transferidos das rubricas de responsabilidades líquidas do valor dos ativos do fundo de pensões (31 de dezembro de 2022: 19,2 milhões de euros) (ver Nota 14);
- A Lei do Orçamento do Estado para 2021 (“LOE 21”) procedeu à alteração às normas do Código do Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (“IMT”) e do Imposto Municipal sobre Imóveis (“IMI”), com o alargamento do âmbito de incidência da taxa agravada do IMI e IMT, e perdas de isenções, para os imóveis detidos por sujeitos passivos que sejam controlados, direta ou indiretamente, por uma entidade que esteja sujeita a um regime fiscal mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças. A 31 de dezembro de 2023, o cálculo da aplicação das taxas agravadas de IMI à totalidade dos imóveis na titularidade direta e indireta do novobanco ascende a aproximadamente 202,1 milhões de euros a 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022: 172,1 milhões de euros);
- O valor remanescente, de cerca de 87,6 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 88,0 milhões de euros), destina-se à cobertura de perdas decorrentes da atividade do Banco, tais como fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso para contingências relacionadas com os processos de venda de ativos, entre outras.

## Nota 30 – Outros Passivos

A rubrica de Outros passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Setor público administrativo	38 883	32 830
Credores por fornecimento de bens	109 446	105 063
Contas margem instrumentos derivados	562 047	478 750
Outros credores	137 874	113 244
Prémios de carreira (ver Nota 14)	6 474	5 506
Outros custos a pagar	95 149	81 501
Receitas com proveito diferido	1 065	1 111
Operações cambiais a liquidar	611	-
Outras operações a regularizar	60 846	26 774
	<b>1 012 395</b>	<b>844 779</b>

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Credores por fornecimentos de bens inclui 83 461 milhares de euros relativos a credores de ativos por direito de uso, no âmbito do IFRS 16 (31 de dezembro de 2022: 82 088 milhares de euros), cujos prazos de maturidades se apresentam como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Até 3 meses	185	255
De 3 meses a um ano	3 216	6 016
De um a cinco anos	20 942	18 490
Mais de cinco anos	59 118	57 327
	<b>83 461</b>	<b>82 088</b>

## Nota 31 – Capital

### 31.1 Ações ordinárias

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social do Banco, no valor de 6 567 843 862,91 euros, é representado por 11 130 841 957 ações nominativas sem valor nominal estando integralmente subscrito e realizado pelos seguintes acionistas (31 de dezembro de 2022: capital social de 6 304 660 637,69 euros representado por 10 391 043 938 ações nominativas):

	% Capital	
	2023	2022
Nani Holdings, S.à.r.l.	75,00%	75,00%
Fundo de Resolução <sup>(1)</sup>	13,04%	19,31%
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças	11,96%	5,69%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

<sup>(1)</sup> por força dos compromissos assumidos entre o Estado Português e a Comissão Europeia, o Fundo de Resolução está inibido de exercer os respetivos direitos de voto.

Durante o exercício de 2017, e no seguimento da aquisição de 75% do capital social do novobanco pela Lone Star, foram realizados dois aumentos de capital no valor de 750 milhões de euros e 250 milhões de euros, em outubro e dezembro, respetivamente.

Em dezembro de 2021, foi realizado um aumento de capital no valor de 154 907 milhares de euros através da conversão dos direitos de conversão (resultantes do Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos) relativos ao exercício de 2015, que conferiram uma participação de 1,56% do Estado no novobanco, e do qual resultou a emissão de 154 907 314 novas ações ordinárias (Nota 32).

Em novembro de 2022, foi realizado um aumento de capital no valor de 249 753 milhares de euros através da conversão dos direitos de conversão (resultantes do Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos) relativos aos exercícios de 2016 e 2017, que conferiram uma participação adicional de 4,13% do Estado no novobanco, e do qual resultou a emissão de 436 136 627 novas ações ordinárias (ver Nota 32).

Em abril de 2023, foi realizado um aumento de capital no valor de 263 183 milhares de euros através da conversão dos direitos de conversão (resultantes do Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos) relativos aos exercícios de 2018 e 2019, que conferiram uma participação adicional de 6,27% do Estado no novobanco, e do qual resultou a emissão de 739 798 019 novas ações ordinárias (ver Nota 32).

Conforme referido na Nota 25, o novobanco aderiu ao Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto. O referido regime aplica-se aos ativos por impostos diferidos resultantes da não dedução, para efeitos de IRC, de gastos e variações patrimoniais negativas que tenham sido registados até 31 de dezembro de 2015 com perdas por imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo a empregados. O referido regime prevê que os ativos por impostos diferidos possam ser convertidos em créditos tributários quando o sujeito passivo registe um resultado líquido anual negativo.

A conversão dos ativos por impostos diferidos elegíveis em créditos tributários é efetuada em função da proporção entre o montante daquele resultado líquido e o total dos capitais próprios a nível individual. A reserva especial é constituída no mesmo montante do crédito tributário aprovado, majorado em 10%. Esta reserva especial é constituída por contrapartida da reserva originária e destina-se a ser incorporada no capital social.

Os direitos de conversão são valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao novobanco o respetivo aumento de capital social, através da incorporação do montante da reserva especial e consequente emissão e entrega gratuita de ações ordinárias representativas de 3,64% do capital (com referência ao exercício de 2020), que apenas diluirá, de acordo com o contrato de venda, a participação do Fundo de Resolução, casos os acionistas não exerçam o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão.

## Nota 32 – Outro Rendimento Integral Acumulado, Resultados Retidos e Outras Reservas

O outro rendimento integral acumulado, os resultados retidos e as outras reservas do Banco apresentam o seguinte detalhe a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Outro rendimento integral acumulado	( 993 658)	( 1155 271)
Resultados retidos	( 8 577 074)	( 8 577 074)
Outras reservas	6 231 450	6 040 802
	<b>( 3 339 282)</b>	<b>( 3 691 543)</b>

### 32.1 Outro rendimento integral acumulado

Os movimentos ocorridos em Outro rendimento integral acumulado foram os seguintes:

	Outro Rendimento Integral acumulado						Total
	Reservas de Imparidade	Reservas de Risco de Crédito	Reservas Associadas a Vendas	Reservas de justo valor	Reservas de cobertura de fluxos de caixa	Desvios atuariais (Valor líquido de imposto)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3 668</b>	<b>9 214</b>	<b>( 34 306)</b>	<b>( 166 319)</b>	<b>-</b>	<b>( 781 244)</b>	<b>( 968 987)</b>
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	96 485	96 485
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	( 178 410)	-	-	( 178 410)
Reservas de imparidade de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	( 3 079)	-	-	-	-	-	( 3 079)
Reservas de vendas de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	( 862)	-	-	-	( 862)
Coberturas de fluxos de caixa	-	-	-	-	( 100 418)	-	( 100 418)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>589</b>	<b>9 214</b>	<b>( 35 168)</b>	<b>( 344 729)</b>	<b>( 100 418)</b>	<b>( 684 759)</b>	<b>( 1155 271)</b>
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	( 27 285)	( 27 285)
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	255 122	-	-	255 122
Reservas de imparidade de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	( 378)	-	-	-	-	-	( 378)
Reservas de vendas de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	( 258 820)	-	-	-	( 258 820)
Coberturas de fluxos de caixa	-	-	-	-	192 974	-	192 974
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>211</b>	<b>9 214</b>	<b>( 293 988)</b>	<b>( 89 607)</b>	<b>92 556</b>	<b>( 712 044)</b>	<b>( 993 658)</b>

### Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos-valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas da imparidade. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

O movimento das reservas de justo valor líquidas de impostos diferidos e das reservas de imparidade pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	2023			2022		
	Reservas de justo valor			Reservas de justo valor		
	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor
<b>Saldo Inicial</b>	<b>( 381 014)</b>	<b>36 285</b>	<b>( 344 729)</b>	<b>( 123 313)</b>	<b>( 43 006)</b>	<b>( 166 319)</b>
Varição de justo valor	4 599	-	4 599	( 325 981)	-	( 325 981)
Varição de reservas cambiais	( 5 524)	-	( 5 524)	2 006	-	2 006
Alienações do exercício	293 657	-	293 657	66 274	-	66 274
Impostos diferidos	-	( 37 610)	( 37 610)	-	79 291	79 291
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>( 88 282)</b>	<b>( 1 325)</b>	<b>( 89 607)</b>	<b>( 381 014)</b>	<b>36 285</b>	<b>( 344 729)</b>

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	2023	2022
Custo amortizado dos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	834 747	2 576 036
Valor de mercado dos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	741 446	2 183 034
<b>Ganhos / (perdas) potenciais</b>	<b>( 93 301)</b>	<b>( 393 002)</b>
Reserva de justo valor transferida para Resultados <sup>(1)</sup>	( 5 019)	( 11 988)
Ganhos / (perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	( 88 282)	( 381 014)
Impostos diferidos	( 1 325)	36 285
<b>Reserva de justo valor atribuível aos acionistas do Banco</b>	<b>( 89 607)</b>	<b>( 344 729)</b>

<sup>(1)</sup>No âmbito das operações de *fair value hedge* (ver Nota 21)

Os movimentos ocorridos nas reservas de cobertura de fluxos de caixa são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
<b>Saldo no início de exercício</b>	<b>( 100 418)</b>	-
Varição do justo valor do item coberto reconhecido em outro rendimento integral	203 243	( 101 299)
Reclassificação de outro rendimento integral para resultados	( 10 269)	881
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>92 556</b>	<b>( 100 418)</b>

## 32.2. Outras reservas

### Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao setor bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até a um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

### Reserva especial

Conforme referido na Nota 25, a reserva especial foi constituída em resultado da adesão do novobanco ao Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, que implicou a conversão dos ativos por impostos diferidos elegíveis em créditos tributários e a constituição simultânea de uma reserva especial.

Na sequência do apuramento de um resultado líquido negativo nos exercícios compreendidos entre 2015 e 2020, tendo por referência os ativos por impostos diferidos elegíveis à data de encerramentos dos referidos exercícios, em



consequência da aplicação do referido regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, o novobanco registou uma reserva especial, no mesmo montante do crédito tributário apurado, majorado de 10%, a qual apresenta a seguinte decomposição:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
2019 (resultado líquido negativo 2018)	-	146 367
2020 (resultado líquido negativo 2019)	-	116 817
2021 (resultado líquido negativo 2020)	128 673	137 193
	<b>128 673</b>	<b>400 377</b>

### Mecanismo de capitalização contingente

Na sequência das condições acordadas no processo de venda do novobanco, foi criado um Mecanismo de Capitalização Contingente de acordo com o qual, caso os rácios de capital desçam abaixo de determinado patamar e, cumulativamente, se registem perdas numa carteira de ativos delimitada, o Fundo de Resolução realiza um pagamento correspondente ao menor valor entre as perdas registadas e o montante necessário para repor os rácios de capital no patamar relevante, até ao limite máximo de 3 890 milhões de euros. O capital corresponde a um perímetro de ativos previamente definido, com um valor líquido contabilístico inicial (junho de 2016) de cerca de 7,9 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2023 estes ativos apresentavam um valor líquido de 0,9 mil milhões de euros, essencialmente em resultado da ocorrência de recebimentos e recuperações e do registo de perdas (31 de dezembro de 2022: valor líquido de 1,1 mil milhões de euros).

Face aos prejuízos apresentados pelo novobanco em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018 e 2017, verificaram-se as condições que determinaram o pagamento por parte do Fundo de Resolução de 429 013 milhares de euros, 1 035 016 milhares de euros, 1 149 295 milhares de euros e 791 695 milhares de euros em 2021, 2020, 2019 e 2018, respetivamente.

O valor relativo ao Mecanismo de Capitalização Contingente registado no exercício de 2020, como a receber por parte do Fundo de Resolução (598 312 milhares de euros), difere do valor pago em resultado de divergências, entre o novobanco e o Fundo de Resolução, relativamente (i) à provisão para operações descontinuadas em Espanha e (ii) à valorização de unidades de participação, conduzindo a uma limitação ao acesso imediato a este montante, que apesar de se encontrar registado como valores a receber, o Banco deduziu, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, ao cálculo de capital regulamentar (165 442 milhares de euros). Adicionalmente, foi ainda deduzido o montante da remuneração variável do Conselho de Administração Executivo relativo aos exercícios de 2019 e 2020 (3 857 milhares de euros).

Em 2021 foi registado um valor a receber por parte do Fundo de Resolução de 209 220 milhares de euros relativo ao Mecanismo de Capitalização Contingente, contabilizado em Outras Reservas e que resulta, a data de cada balanço, das perdas ocorridas e dos rácios regulamentares em vigor no momento da sua determinação. Consequência do acima referido e em linha com orientações do Regulador, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, este valor foi também deduzido ao cálculo de capital regulamentar.

O novobanco considera este valor como devido ao abrigo do Mecanismo de Capitalização Contingente, estando a despoletar os mecanismos legais e contratuais à sua disposição no sentido de assegurar o recebimento dos mesmos.

## Nota 33 – Passivos Contingentes e Compromissos

Para além dos instrumentos financeiros derivados existiam, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Passivos contingentes</b>	<b>11 187 432</b>	<b>14 548 395</b>
Garantias e avales prestados	2 347 433	2 262 092
Ativos financeiros dados em garantia	8 542 774	12 036 520
Créditos documentários abertos	187 024	169 410
Outros	110 201	80 373
<b>Compromissos</b>	<b>5 996 626</b>	<b>5 955 096</b>
Compromissos revogáveis	5 343 467	5 397 330
Compromissos irrevogáveis	653 159	557 766

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de ativos financeiros dados em garantia inclui:

- O valor de mercado dos ativos financeiros dados em garantia ao Banco Central Europeu, no âmbito de operações de cedência de liquidez, no montante de 7,9 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 11,2 mil milhões de euros), dos quais 2,1 mil milhões de euros estão onerados (31 de dezembro de 2022: 9,3 mil milhões de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores, no montante de 9,2 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 6,8 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 64,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. A 31 de dezembro de 2023, no seguimento do pagamento da totalidade do valor dos compromissos assumidos ao Fundo de Garantia de Depósitos, conforme referido na Nota 16, não existem títulos dados em garantia;
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 468,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 578,3 milhões de euros);
- Títulos entregues como colateral no âmbito da negociação de derivados com contraparte central no montante de 74,0 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 110,0 milhões de euros);
- Depósitos entregues como colateral para garantir as responsabilidades assumidas pela emissão de garantias no montante de 18,9 milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 29,7 milhões de euros).

Estes ativos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas categorias de ativos do balanço do Banco e podem ser executados em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Banco, nos termos e condições dos contratos celebrados. O aumento do valor dos títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento prende-se com o reforço do colateral por motivos de alteração dos valores dos mínimos requeridos.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente, todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Depósito e guarda de valores	35 162 112	31 031 260
Valores recebidos para cobrança	192 382	207 006
Crédito securitizado sob gestão ( <i>servicing</i> )	1 497 960	1 697 076
Outras responsabilidades por prestação de serviços	824 098	723 197
	<b>37 676 552</b>	<b>33 658 539</b>

Nos termos da medida de resolução aplicada ao BES por deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 (ponto 1., alínea b), subalínea (vii) do Anexo 2), conforme alterada pela deliberação do Banco de Portugal de 11 de agosto de 2014, fazem parte dos “passivos excluídos” de transferência para o novobanco “quaisquer obrigações, garantias, responsabilidades ou contingências assumidas na comercialização, intermediação financeira e distribuição de instrumentos de dívida emitidos por entidades que integram o Grupo Espírito Santo (...)”.

Nos termos do ponto e alínea acima e subponto (v) também fazem parte dos passivos excluídos “quaisquer responsabilidades ou contingências, nomeadamente as decorrentes de fraude ou de violação de disposições ou determinações regulatórias, penais ou contra-ordenacionais”.

Em 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal adotou uma nova deliberação de “Clarificação e retransmissão de responsabilidades e contingências definidas como passivos excluídos nas subalíneas (v) a (vii) da alínea (b) do n.º 1 do Anexo 2 à Deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014 (20 horas), na redação que lhe foi dada pela Deliberação do Banco de Portugal de 11 de agosto de 2014 (17 horas)”. Nos termos desta deliberação, o Banco de Portugal veio:

- (i) Clarificar o tratamento como passivos excluídos das responsabilidades contingentes e desconhecidas do BES (incluindo responsabilidades litigiosas relativas ao contencioso pendente e responsabilidades ou contingências decorrentes de fraude ou da violação de disposições ou determinações regulatórias, penais ou contraordenacionais), independentemente da sua natureza (fiscal, laboral, civil ou outra) e de se encontrarem ou não registadas na contabilidade do BES, nos termos da subalínea (v) da alínea (b) do n.º 1 do Anexo 2 da Deliberação de 3 de agosto; e
- (ii) Clarificar não terem sido transferidos do BES para o novobanco os seguintes passivos do BES:
  - a. Todos os créditos relativos a ações preferenciais emitidas por sociedades veículo estabelecidas pelo BES e vendidas pelo BES;
  - b. Todos os créditos, indemnizações e despesas relacionados com ativos imobiliários que foram transferidos para o novobanco;
  - c. Todas as indemnizações relacionadas com o incumprimento de contratos (compra e venda de ativos imobiliários e outros) assinados e celebrados antes das 20h00 do dia 3 de agosto de 2014;
  - d. Todas as indemnizações relacionadas com contratos de seguro de vida, em que a seguradora era o BES – Companhia de Seguros de Vida, S.A.;
  - e. Todos os créditos e indemnizações relacionados com a alegada anulação de determinadas cláusulas de contratos de mútuo em que o BES era o mutuante;
  - f. Todas as indemnizações e créditos resultantes de anulação de operações realizadas pelo BES enquanto prestador de serviços financeiros e de investimento; e
  - g. Qualquer responsabilidade que seja objeto de qualquer dos processos descritos no Anexo I da referida deliberação.
- (iii) Na medida em que, não obstante as clarificações acima efetuadas, se verifique terem sido efetivamente transferidos para o novobanco quaisquer passivos do BES que, nos termos de qualquer daquelas alíneas

e da Deliberação de 3 de agosto, devessem ter permanecido na sua esfera jurídica, serão os referidos passivos retransmitidos do novobanco para o BES, com efeitos às 20 horas do dia 3 de agosto de 2014.

Na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais relativas a 31 de dezembro de 2023 (bem como nas demonstrações financeiras anteriores), o novobanco incorporou as determinações resultantes da medida de resolução, conforme alterada, no que respeita ao perímetro de transferência dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES, bem como das deliberações do Banco de Portugal de 29 de dezembro de 2015, em particular, no que respeita à clarificação da não transmissão para o novobanco das responsabilidades contingentes e desconhecidas e ainda as clarificações relativas aos passivos constantes da alínea (ii) supra, aqui se incluindo os processos judiciais listados na referida deliberação.

Adicionalmente, também por deliberação do Banco de Portugal de 29 de dezembro de 2015, foi decidido que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, ao nível do novobanco, os efeitos de decisões que sejam juridicamente vinculativas, alheias à vontade do novobanco e para as quais este não tenha contribuído e que, simultaneamente, se traduzam na materialização de responsabilidades e contingências que, de acordo com o perímetro de transferência para o novobanco, conforme definido pelo Banco de Portugal, deveriam permanecer na esfera do BES ou dar origem à fixação de indemnizações no âmbito da execução de sentenças anulatórias de decisões adotadas pelo Banco de Portugal.

Considerando que a criação do Banco resulta da aplicação de uma medida de resolução ao BES, a qual teve impactos significativos na esfera patrimonial de terceiros, e sem prejuízo das deliberações do Banco de Portugal de 29 de dezembro de 2015, existem ainda riscos de litigância relevantes, embora mitigados, nomeadamente, o respeitante aos diversos litígios relativos ao empréstimo efetuado pela *Oak Finance* ao BES, à comercialização pelo BES de instrumentos de dívida e os relativos às emissões de obrigações seniores retransmitidas para o BES, bem como o risco de não reconhecimento e/ou aplicação das diversas decisões do Banco de Portugal por parte de tribunais portugueses ou estrangeiros (como é o caso dos tribunais em Espanha) nos litígios relacionados com o perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES transferidos para o novobanco. De entre estes litígios incluem-se as duas ações judiciais intentadas no final de janeiro de 2016, junto do Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela, pelo *Banco de Desarrollo Económico y Social de Venezuela* e pelo *Fondo de Desarrollo Nacional* contra o BES e o novobanco, respeitantes à venda de instrumentos de dívida emitidos por entidades pertencentes ao Grupo Espírito Santo, no valor de 37 milhões de dólares e de 335 milhões de dólares, respetivamente, e nas quais se solicita o reembolso do valor investido, acrescido de juros, indemnização pelo valor da inflação e custas (no valor global estimado pelos respetivos autores à data de 96 e 871 milhões de dólares, respetivamente). Estas ações principais estão ainda pendentes de decisão no Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do novobanco de 31 de dezembro de 2023 (bem como nas demonstrações financeiras anteriores), o Conselho de Administração Executivo refletiu a Medida de Resolução e decisões conexas tomadas pelo Banco de Portugal, em particular as decisões de 29 de dezembro de 2015. Nesse contexto, as presentes demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita às provisões para contingências decorrentes de processos judiciais, refletem o exato perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do BES e responsabilidades transferidos para o novobanco, conforme determinado pelo Banco de Portugal e tendo por referência as atuais bases legais e a informação disponível à presente data.

Adicionalmente, no âmbito da operação de venda do novobanco, concluída a 18 de outubro de 2017, os respetivos documentos contratuais contemplam disposições específicas que produzem efeitos equivalentes à deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 29 de dezembro de 2015, relativa à neutralização, ao nível do novobanco, dos efeitos de decisões desfavoráveis que sejam juridicamente vinculativas, embora, agora, com origem contratual, pelo que se mantém, assim, o quadro de responsabilidades contingentes do Fundo de Resolução.

### 33.1 Litígios relevantes

Para efeitos de passivos contingentes, e sem prejuízo da informação constante das presentes notas às contas, nomeadamente no que respeita à conformidade da política de constituição de provisões com a medida de resolução e decisões subsequentes do Banco de Portugal (e critério de repartição de responsabilidades e contingências daí decorrentes), cumpre ainda identificar os seguintes litígios cujos efeitos ou impactos nas demonstrações financeiras do novobanco são, na presente data, insuscetíveis de determinar ou quantificar:

- (i) Ação judicial intentada pela Partran, SGPS, S.A., Massa Insolvente da Espírito Santo Financial Group, S.A. e Massa Insolvente da Espírito Santo Financial (Portugal), S.A. contra o novobanco e a Calm Eagle Holdings, S.A.R.L. através da qual se pretende a declaração de nulidade do penhor constituído sobre as ações da

Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. e, subsidiariamente, a anulação do penhor ou a declaração da sua ineficácia, na qual apenas figura como autora a Massa Insolvente da ESF (Portugal) na sequência da desistência das restantes;

- (ii) Ações judiciais intentadas na sequência da celebração do contrato de compra e venda do capital social do novobanco, assinado entre o Fundo de Resolução e a Lone Star em 31 de março de 2017, relacionadas com as condições da venda, nomeadamente a ação administrativa intentada pelo Banco Comercial Português, S.A. contra o Fundo de Resolução, da qual o novobanco não é parte e, no âmbito da qual, segundo a divulgação pública de informação privilegiada efetuada pelo BCP no site da CMVM em 1 de setembro de 2017, é solicitada a apreciação jurídica da obrigação de capitalização contingente assumida pelo Fundo de Resolução no âmbito do Mecanismo de Capitalização Contingente.

No que respeita ao valor solicitado ao Fundo de Resolução, relativo ao exercício de 2020 subsistem divergências, entre o novobanco e o Fundo de Resolução, relativamente (i) à provisão para operações descontinuadas em Espanha e (ii) valorização de unidades de participação, as quais são objeto de uma arbitragem em curso. O novobanco considera estes valores (165 milhões de euros) como devidos ao abrigo do Mecanismo de Capitalização Contingente e intentou uma ação arbitral para reclamar o pagamento destes montantes). Existe ainda uma outra divergência relativa à aplicação, pelo novobanco, no final de 2020, da opção dinâmica do regime transitório da IFRS 9, a qual se encontra também em apreciação na mesma ação arbitral. Adicionalmente, o Fundo de Resolução não efetuou o pagamento do valor solicitado relativo ao exercício de 2021. O novobanco considera os montantes reclamados e não pagos como devidos ao abrigo do Mecanismo de Capitalização Contingente, tendo despoletado os mecanismos legais e contratuais à sua disposição no sentido de assegurar o recebimento dos mesmos, os quais se encontram registados como valores a receber e estão sujeitos a decisões arbitrais favoráveis.

#### Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo RGICSF e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 31 de dezembro de 2023, a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 6 947 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 16 017 milhares de euros).

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao BES uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para o novobanco, criado especialmente para o efeito, tendo a capitalização sido assegurada pelo Fundo de Resolução.

Para realização do capital social do novobanco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4 900 milhões de euros, dos quais 365 milhões de euros corresponderam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 635 milhões de euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3 900 milhões de euros) teve origem num empréstimo concedido pelo Estado Português.

Em dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (BANIF) ao Banco Santander Totta, S.A. (Santander Totta), por 150 milhões de euros, também no quadro da aplicação de uma medida de resolução. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A.. Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2 255 milhões de euros, que visou cobrir contingências futuras, financiado em 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e 1 766 milhões de euros diretamente pelo Estado Português.

A situação de desequilíbrio financeiro grave em que se encontravam o BES, em 2014, e o BANIF, em 2015, e que justificaram a aplicação de medidas de resolução, criaram incertezas relacionadas com o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução, que é significativo, bem como com o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos contraídos.

Foi neste enquadramento que, no segundo semestre de 2016, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos Bancos participantes ao Fundo de Resolução, por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração e outros termos e condições associados a esses empréstimos por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos Bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017, emitido na sequência de um comunicado anterior de 28 de setembro de 2016 e do comunicado do Ministério das Finanças emitido na mesma data, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos Bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o setor bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução assumiu que está assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário.

No dia 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do novobanco, a qual foi concluída em 18 de outubro de 2017, mediante a injeção, pelo novo acionista, de 750 milhões de euros, à qual se seguiu uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, concretizada em 21 de dezembro de 2017. O Fundo Lone Star passou a deter 75% do capital social do novobanco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%. Adicionalmente, as condições aprovadas incluem:

- Um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução poderá ser chamado a realizar pagamentos no caso de se materializarem certas condições cumulativas, relacionadas com: (i) o desempenho de um conjunto restrito de ativos do novobanco e (ii) a evolução dos níveis de capitalização do Banco. Os eventuais pagamentos a realizar nos termos deste mecanismo contingente estão sujeitas a um limite máximo absoluto de 3 890 milhões de euros;
- Um mecanismo de indemnização ao novobanco caso, verificadas determinadas condições, este venha a ser condenado no pagamento de qualquer responsabilidade, por decisão judicial transitada em julgado que não reconheça ou seja contrária à medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal, ou ao perímetro de ativos e passivos do novobanco.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças que referem que essa possibilidade não será utilizada, as presentes demonstrações financeiras refletem a expectativa do Conselho de Administração Executivo de que não serão exigidas ao Banco contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao BANIF, bem como o mecanismo de capitalização contingente e o mecanismo de indemnização referidos no parágrafos precedentes.

Eventuais alterações relativamente a esta matéria e à aplicação destes mecanismos podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

## Nota 34 – Transações com Partes Relacionadas

O conjunto de entidades consideradas como partes relacionadas pelo novobanco, de acordo com as definições do IAS 24, são: (i) o pessoal chave da gestão (membros do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão do novobanco); (ii) pessoas ou entidades que tenham uma relação familiar, jurídica ou de negócios com elementos do pessoal chave da gestão; (iii) pessoas ou entidades que tenham uma relação familiar, jurídica ou de negócios com acionistas; (iv) acionistas detentores de participação direta ou indireta igual ou superior a 2% no capital social ou nos direitos de voto do novobanco; (v) empresas subsidiárias que consolidem para efeitos contabilísticos através do método de consolidação integral; (vi) associadas, isto é, empresas sobre as quais o novobanco detenha o

poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo; e (vii) entidades sob controlo conjunto do novobanco (em empreendimento conjunto – joint venture).

Durante o ano de 2023 foram celebradas as seguintes transações com as Partes Relacionadas identificadas a 31 de dezembro de 2023 (de crédito e de outra natureza):

(i) Operações de Crédito

Entidades / Pessoas Singulares	Justificação	Tipo de Transação	Montante (euros)
APB - Associação Portuguesa de Bancos	Entidades geridas por membros da Administração/Fiscalização	Limites de Cartões de Crédito (aumento)	1500
EDENRED - Portugal S.A.	Entidades relativamente às quais existe uma relação de interdependência económica	Limites Débitos Diretos (RCE) (renovação e aumento)	1 000 000
		Limites de Cartões de Crédito (renovação)	24 000
Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização e pessoas relacionadas	Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização e pessoas relacionadas (1.)	Limites de Cartões de Crédito (aumento)	22 500
		Limites de Cartões de Crédito (renovação)	10 000
LOCARENT - Companhia Portuguesa Aluguer Viaturas S.A.	Entidades relativamente às quais existe uma relação de interdependência económica Entidades geridas por membros da Administração/Fiscalização	Conta Empréstimo Conta-Corrente (renovação)	2 500 000
		Operações Sala Mercado (RCE)	3 000 000
		Limites Débitos Diretos (RCE) (renovação)	4 000 000
		Leasing (renovação com alterações)	68 250 000
		Papel Comercial (renovação com aumento)	25 000 000
NACIONAL CONTA – Contabilidade, Consultadoria e Administração, Lda.	Entidade dominada por membros da Administração / Fiscalização ou por familiares	Conta Empréstimo Conta-Corrente (renovação)	100 000
		Limites de Cartões de Crédito (renovação)	1 000
Novobanco dos Açores	Entidades relativamente às quais existe uma relação de interdependência económica Entidades geridas por membros da Administração/Fiscalização	Alargamento da maturidade dos Títulos da Dívida Sénior (não preferencial) do novobanco dos Açores para Dez/2026	5 000 000
Grupo novobanco (BEST, Novobanco dos Açores e NB Finance)	Entidades relativamente às quais existe uma relação de interdependência económica Entidades geridas por membros da Administração/Fiscalização	Limites Interbancários (Operações de Sala Mercados)	317 900 000
		Limites Comerciais	
Pedro Santos Reis	As pessoas ou entidades cuja relação com a instituição lhes permita, potencialmente, influenciar a sua gestão	Crédito Habitação	360 000
Unicre - Cartão Internacional de Crédito S.A.	Entidades relativamente às quais existe uma relação de interdependência económica Entidades geridas por membros da Administração/Fiscalização	Conta Empréstimo Conta-Corrente	15 000 000

1. Aviso 3/2020, artº33 - 3 b) e Aviso 3/2020, artº33 - 3 c)

(ii) Prestação de serviços e outros contratos efetuados

Entidades / Pessoas Singulares	Justificação	Operação	Montante (euros)
BEST Banco Electrónico de Serviço Total SA	Entidades relativamente às quais existe uma relação de interdependência económica	Contrato de Arrendamento	na
Novobanco dos Açores	Entidades relativamente às quais existe uma relação de interdependência económica Entidades geridas por membros da Administração/Fiscalização	Alteração ao Contrato de Distribuição	na
NANI Holdings S.à R.L. / LSF NANI Investments S.à R.L.	Acionista e/ou Entidades relacionadas com o Acionista	Contrato de Prestação de Serviços	na

Os saldos de balanço do Banco com partes relacionadas a 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos, resumem-se com o segue:

(milhares de euros)

	2023					2022				
	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
<b>Acionistas</b>	<b>198 180</b>	<b>106 129</b>	-	<b>416</b>	<b>6 947</b>	<b>198 180</b>	<b>54 253</b>	-	<b>389</b>	<b>16 017</b>
NANI HOLDINGS	-	271	-	416	-	-	152	-	389	-
FUNDO DE RESOLUÇÃO	198 180	105 858	-	-	6 947	198 180	54 101	-	-	16 017
<b>Empresas subsidiárias</b>	<b>1 085 533</b>	<b>1 320 006</b>	<b>10 394</b>	<b>18 166</b>	<b>38 356</b>	<b>1 158 034</b>	<b>1 218 195</b>	<b>10 322</b>	<b>19 621</b>	<b>16 001</b>
GNB CONCESSÕES	83 473	51 525	-	-	-	83 473	39 189	-	-	-
GNB GA	3 435	54 422	4 025	3 262	-	3 552	14 752	4 025	6 303	-
ES TECH VENTURES	46 732	75 073	-	-	-	46 732	74 426	-	-	-
BEST	5 052	673 245	37	8 208	21 574	2 610	647 221	37	7 878	5 900
novobanco AÇORES	130 302	228 807	1 295	4 071	6 793	124 017	216 280	1 295	1 369	2 898
SPE-LM6	222 877	911	-	299	-	243 371	1 915	-	338	-
SPE-LM7	575 842	1 586	-	838	-	628 541	3 000	-	932	-
FCR NB CAPITAL GROWTH	-	-	-	-	-	15 015	3 547	-	-	-
NB ÁFRICA	-	8 648	-	-	-	-	7 166	-	-	-
FUNGEPI	-	56 463	2 449	56	1 050	-	40 180	2 414	44	446
FUNGEPI II	-	-	-	11	198	-	23 742	35	2 692	513
FUNGERE	-	-	-	-	-	-	-	-	13	1
IMOINVESTIMENTO	-	675	-	20	28	-	5 561	-	20	-
PREDILOC	-	3 105	-	-	30	-	3 938	-	-	-
IMOGESTÃO	-	561	-	3	-	-	478	-	28	1
ARRABIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
INVEFUNDO VII	-	-	-	4	23	-	980	-	4	-
NB LOGÍSTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
NB PATRIMÓNIO	-	97 755	387	-	2 581	-	46 022	387	-	4 199
FUNDES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
AMOREIRAS	-	30 811	-	-	-	-	30 671	-	-	-
FIMES ORIENTE	-	13 181	-	-	96	16	13 551	-	-	10
NB ARRENDAMENTO	-	1 111	-	-	8	-	897	-	-	-
NB FINANCE	-	7 171	2 095	-	156	-	7 067	1 952	-	145
FEBAGRI	-	-	-	-	-	-	1 150	71	-	-
GREENWOODS	-	7 474	-	-	-	-	7 483	-	-	-
HERDADE DA BOINA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
BENAGIL	-	78	-	-	-	-	21	-	-	-
PROMOFUNDO	-	1 367	-	-	2	-	65	-	-	-
GREENDRAIVE	6 526	-	106	-	-	6 445	20	106	-	-
FIVE STARS	-	6 036	-	1 394	5 817	-	17 986	-	-	1 885
AROLERI	4 262	-	-	-	-	4 262	-	-	-	-
IMALGARVE	-	-	-	-	-	-	10 887	-	-	-
RIGHTHOUR	7 032	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Empresas associadas</b>	<b>155 123</b>	<b>92 584</b>	<b>273</b>	<b>4 322</b>	<b>4 316</b>	<b>179 676</b>	<b>95 106</b>	<b>273</b>	<b>4 614</b>	<b>3 190</b>
LINEAS	-	3 027	-	-	15	-	3 176	-	-	-
LOCARENT	137 886	1 987	-	43	3 422	139 286	3 218	-	1 727	3 161
UNICRE	15 220	29	-	1 641	-	38 365	76	-	919	-
MULTIPESSOAL	2 010	32	273	-	-	2 023	35	273	-	-
OUTRAS	7	87 509	-	2 638	879	2	88 601	-	1 968	29
<b>Outras entidades relacionadas</b>	<b>241</b>	<b>4</b>	-	-	<b>4 726</b>	<b>324</b>	<b>5</b>	-	-	<b>4 638</b>
HUDSON ADVISORS PORTUGAL	-	-	-	-	4 726	-	-	-	-	4 638
NACIONAL CONTA LDA	241	4	-	-	-	324	5	-	-	-

O valor dos ativos a receber do Fundo de Resolução corresponde ao montante da ativação do Mecanismo de Capitalização Contingente relativo ao exercício de 2021. O passivo corresponde ao valor a entregar ao Fundo de Resolução decorrente de uma adenda efetuada em maio de 2021 ao contrato do Mecanismo de Capitalização Contingente.



Em junho de 2018 foi celebrado um contrato entre a NANI HOLDINGS, SGPS, S.A. (atualmente Nani Holdings S.à.r.l.), a LSF NANI INVESTMENTS S.à.r.l. e o novobanco, de prestação de serviços de suporte à preparação da informação consolidada e reportes regulamentares.

Os ativos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido, suprimentos ou títulos de dívida adquiridos no âmbito da atividade desenvolvida pelo Banco. Os passivos referem-se no essencial a depósitos bancários tomados.

As garantias relativas a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se essencialmente a garantias prestadas.

As operações com Partes Relacionadas foram realizadas em condições de mercado (*at arm's length*), em termos e condições semelhantes, quando comparadas com outras celebradas com partes não relacionadas e, quando tal não ocorreu, tais exceções foram fundamentadas nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas do Banco. Anualmente o novobanco, juntamente com os seus consultores, procede à análise e elaboração do Dossier de Preços de Transferência que contém informação que evidencia que as transações com as partes relacionadas respeitam o princípio da Plena Concorrência, o qual é entregue à Autoridade Tributária e Aduaneira dentro do prazo legal.

Todos os créditos concedidos às entidades relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objeto de determinação de imparidade nos moldes estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Banco. Os ativos aplicados junto de entidades relacionadas vencem juros a taxas que variam entre 0% e 11,94% (as taxas indicadas correspondem às taxas aplicadas de acordo com a moeda original do ativo).

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Gestão do novobanco em 2023 e 2022 são apresentados como segue:

	(milhares de euros)					
	2023			2022		
	Conselho de Administração Executivo	Conselho Geral e de Supervisão	Total	Conselho de Administração Executivo	Conselho Geral e de Supervisão	Total
Benefícios de empregados de curto prazo	3 557	1 494	5 051	3 092	1 257	4 349
Benefícios pós-emprego	2	-	2	2	-	2
Outros benefícios de longo prazo	27	3	30	197	38	235
	<b>3 586</b>	<b>1 497</b>	<b>5 083</b>	<b>3 291</b>	<b>1 295</b>	<b>4 586</b>

Em 2023 e 2022, o valor com remunerações variáveis relativamente aos Órgãos de Administração ascendeu a 1 878 milhares de euros e 1 931 milhares de euros, respetivamente, o qual respeita as remunerações que não constituem direitos adquiridos dos respetivos membros até depois do final do período de reestruturação, estando o seu pagamento sujeito a deferimento e verificação de certas condições. Adicionalmente, no exercício de 2023, foram registados custos de 150 milhares de euros a título de *sign-on bonus* resultante da entrada em funções de um novo Administrador executivo (exercício de 2022: custos de 260 milhares de euros a título de *sign-on bonus* resultante da entrada em funções de dois novos Administradores Executivos e compensações por cessação de mandato de dois Administradores Executivos no valor de 460 milhares de euros).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor do crédito concedido e depósitos de membros do Pessoal Chave da Gestão do novobanco era o seguinte:

#### Crédito concedido

- (i) a membros do Conselho de Administração Executivo e seus familiares diretos era de 195 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 351 milhares de euros); e
- (ii) os membros do Conselho Geral e de Supervisão e seus familiares diretos não detinham responsabilidades sobre crédito (31 de dezembro de 2022: sem exposição).

#### Depósitos

- (i) de membros do Conselho de Administração Executivo e seus familiares diretos era de 2 552 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 1 138 milhares de euros); e

- (ii) de membros do Conselho Geral e de Supervisão e seus familiares diretos era de 820 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 1544 milhares de euros).

## Nota 35 – Securitização de Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efetuadas pelo Banco:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante atual do crédito		Ativo securitizado
			2023	2022	
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	183 022	214 061	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	286 348	330 075	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	280 627	317 612	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	733 445	817 287	Crédito à habitação (regime geral)

As principais características destas operações, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal atual	Interesse retido pelo Banco (Valor nominal)	Interesse retido pelo Banco (Valor de balanço)	Data de reembolso	Rating inicial das obrigações				Rating atual das obrigações			
							Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1134 000	139 110	-	-	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA	-	AA-	Aa2	AA+	-
	Classe B	22 800	9 208	-	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	-	A-	A1	AA+	-
	Classe C	19 200	7 754	-	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	-	BB+	Baa3	AA	-
	Classe D	24 000	9 693	-	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB-	-	B+	B2	BB+	-
	Classe E	10 200	5 100	-	-	Dezembro de 2048	NA	-	NA	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	212 384	-	-	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	-	AA+	Aa2	AA+	-
	Classe B	26 600	17 384	-	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	-	A+	A3	AA+	-
	Classe C	22 400	14 639	-	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	-	BBB+	Ba1	BBB	-
	Classe D	28 000	18 299	-	-	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	-	CCC	Caa2	B	-
	Classe E	11 900	5 950	-	-	Dezembro de 2059	N/A	-	N/A	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	116 039	97 882	94 913	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	-	AA+	Aa2	A	-
	Classe B	65 450	65 450	63 950	58 568	Março de 2060	AA	Aa3	AA	-	AA+	Aa2	A	-
	Classe C	41 800	41 800	41 800	34 496	Março de 2060	A	A3	A	-	BBB	A1	A	-
	Classe D	17 600	17 600	17 600	13 356	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	-	CCC	Ba3	BB	-
	Classe E	31 900	31 900	31 900	21 291	Março de 2060	BB	-	BB	-	CC	-	D	-
	Classe F	22 000	22 000	-	-	Março de 2060	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1 425 000	260 940	260 939	247 653	Outubro de 2064	-	-	AAA	AAA	-	-	AA+	AAA
	Classe B	294 500	294 500	294 500	260 109	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	-	AA+	-
	Classe C	180 500	180 500	180 500	65 973	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	-	-	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-

(milhares de euros)

2022														
Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal atual	Interesse retido pelo Banco (Valor nominal)	Interesse retido pelo Banco (Valor de balanço)	Data de reembolso	Rating inicial das obrigações				Rating atual das obrigações			
							Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
							Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1134 000	163 785	-	-	Dezembro de 2048	AAA
	Classe B	22 800	10 842	-	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	-	A-	A2	AA-	-
	Classe C	19 200	9 130	-	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	-	BB+	Baa3	A-	-
	Classe D	24 000	11 412	-	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB-	-	CCC	Caa1	B-	-
	Classe E	10 200	5 100	-	-	Dezembro de 2048	NA	-	NA	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	245 724	-	-	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	-	A+	Aa2	AA+	-
	Classe B	26 600	20 113	-	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	-	BBB+	Baa2	AA+	-
	Classe C	22 400	16 937	-	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	-	B+	Ba3	BBB	-
	Classe D	28 000	21 172	-	-	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	-	CC	Caa3	B	-
	Classe E	11 900	11 301	-	-	Dezembro de 2059	N/A	-	N/A	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	152 014	128 051	124 100	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	-	AA+	Aa2	A-	-
	Classe B	65 450	65 450	63 950	55 286	Março de 2060	AA	Aa3	AA	-	AA	Aa2	A-	-
	Classe C	41 800	41 800	41 800	31 303	Março de 2060	A	A3	A	-	BB+	A3	A-	-
	Classe D	17 600	17 600	17 600	12 414	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	-	CCC	B3	B	-
	Classe E	31 900	31 900	31 900	20 017	Março de 2060	BB	-	BB	-	CC	-	D	-
	Classe F	22 000	22 000	-	-	Março de 2060	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1 425 000	345 770	345 770	326 254	Outubro de 2064	-	-	AAA	AAA	-	-	AA+	AAA
	Classe B	294 500	294 500	294 500	242 031	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	-	AA+	-
	Classe C	180 500	180 500	180 500	59 141	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	-	-	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-

Em dezembro de 2022 o novobanco procedeu à contratação de uma operação de transferência de parte do risco de crédito de uma carteira de crédito a empresas no valor de cerca de mil milhões de euros, através de uma securitização sintética, com data de maturidade de fevereiro de 2031 (e possibilidade de *call option* em setembro de 2025). Dada a natureza desta operação, não houve lugar ao desreconhecimento dos créditos em balanço, tendo sido registada a garantia recebida, que será atualizada de acordo com *triggers* de ativação definidos no contrato.

## Nota 36 – Justo Valor dos Ativos e Passivos Financeiros

O modelo de *governance* da valorização dos instrumentos financeiros do Banco está definido em normativo interno, que estabelece as políticas e procedimentos a seguir na identificação e valorização dos instrumentos financeiros, os procedimentos de controlo e a definição das responsabilidades dos intervenientes neste processo.

### 36.1. Ativos e passivos ao justo valor

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado com base na cotação de fecho (*bid-price*), no preço da última transação efetuada ou no valor da última cotação (*bid*) conhecida. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando

- (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento e
- (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Para os ativos integrados na hierarquia de justo valor 3, cuja cotação é fornecida por uma terceira entidade com recurso a parâmetros não observáveis no mercado, o Banco procede, quando aplicável, a uma análise detalhada da performance histórica e de liquidez destes ativos podendo implicar um ajustamento adicional ao seu justo valor, bem como em resultado de avaliações internas ou externas adicionais.

Os modelos de valorização utilizados por tipo de instrumento são os que seguidamente se apresentam:

**Operações de mercado monetário e crédito a clientes:** o justo valor é determinado pelo método dos fluxos de caixa descontados, sendo o fluxo de caixa futuro descontado considerando a curva de rendimento da moeda acrescido do risco de crédito da entidade que contratualmente irá liquidar esse fluxo.

**Papel comercial e crédito a clientes:** o seu justo valor é apurado descontando os fluxos de caixa futuros à curva de rendimento da moeda acrescido do risco de crédito do emitente determinado no programa da emissão.

**Instrumentos de dívida (obrigações) com liquidez:** é utilizada a metodologia de seleção independente da valorização com base nas observações disponíveis na Bloomberg, designada de 'Best Price', onde são solicitadas todas as valorizações disponíveis, mas apenas considerados como input as fontes previamente validadas, sendo que o modelo considera também a exclusão de preços por antiguidade e de outliers. No caso específico da dívida pública portuguesa, e decorrente da atividade de *market making* e da materialidade das posições do Banco, são sempre consideradas as valorizações da fonte CBBT (o CBBT é um compósito de valorizações elaborado pela Bloomberg, que considera a média de preços executáveis e com alta liquidez).

**Instrumentos de dívida (obrigações) com reduzida liquidez:** os modelos considerados para valorização de obrigações com reduzida liquidez sem valorizações observáveis em mercado são determinados tendo em consideração a informação disponível sobre o emitente e instrumento, podendo ser considerados os seguintes modelos: (i) fluxos de caixa descontados - os fluxos de caixa são descontados considerando o risco de taxa de juro, risco de crédito do emitente e quaisquer outros riscos que possam estar subjacentes ao instrumento; ou (ii) valorizações disponibilizadas por contrapartes externas, na impossibilidade de se apurar o justo valor do instrumento, sendo sempre selecionadas fontes fidedignas com reputada credibilidade no mercado e isenção na valorização dos instrumentos em análise.

**Obrigações convertíveis:** os fluxos de caixa são descontados considerando o risco de taxa de juro, risco de crédito do emitente e quaisquer outros riscos que possam estar associados ao instrumento, acrescido do valor líquido presente ('NPV') das opções de convertibilidade embutidas no instrumento.

**Ações e fundos cotados:** nos produtos de capital cotados em mercado é considerada a cotação apresentada pela respetiva bolsa de valores.

**Ações não cotadas:** A avaliação é efetuada através de avaliações externas efetuadas às empresas onde detém a posição acionista. No caso de não se justificar o pedido de uma avaliação externa devido à imaterialidade da posição no balanço, a posição é reavaliada considerando o valor contabilístico da entidade (*book value*).

**Fundos não cotados:** é considerada a valorização disponibilizada pela sociedade gestora, que considera pressupostos não observáveis em mercado. No caso de existirem chamadas de capital posteriores à data de referência da última valorização disponibilizada, a valorização é recalculada considerando as chamadas de capital posteriores à data de referência ao valor que foram efetuadas, até que seja disponibilizada pela sociedade gestora uma nova valorização que incorpore as chamadas de capital realizadas. De salientar que apesar de serem aceites as valorizações disponibilizadas pelas sociedades gestoras, sempre que se aplique de acordo com os regulamentos dos fundos, o Banco solicita a certificação legal de contas emitida por auditores independentes, por forma a obter o conforto adicional necessário à informação disponibilizada pela sociedade gestora. Adicionalmente, e para os maiores ativos detidos pelos fundos de investimento imobiliário, e de acordo com um plano de trabalho anual previamente aprovado pelo Conselho de Administração Executivo, é realizado um processo de desafio às avaliações dos mesmos que consiste numa análise técnica detalhada dos principais pressupostos considerados nas avaliações. Este processo poderá conduzir à necessidade de realização de novas avaliações, bem como a ajustamentos ao justo valor desses mesmos ativos.

No caso específico dos Fundos de Reestruturação ("Ativos avaliados"), estes foram alvo de uma avaliação detalhada realizada durante o exercício de 2022 por uma entidade internacional externa independente ("Avaliador"), que contratou empresas de avaliação imobiliária de renome para determinar o justo valor dos ativos imobiliários que representam parte significativa da carteira dos fundos.

A estimativa do justo valor dos Ativos avaliados requer uma abordagem em várias etapas, tendo em consideração o seguinte (i) o justo valor dos ativos investidos por cada Fundo (os "Ativos Subjacentes"); (ii) a natureza da participação do respetivo Fundo em cada um dos Ativos Subjacentes; (iii) os outros ativos e passivos nos balanços do Fundo; (iv) a natureza da participação do novobanco em cada um dos fundos; e (v) a consideração de quaisquer descontos ou prémios aplicáveis. O justo valor dos Ativos Subjacentes foi estimado usando considerando as três abordagens de avaliação (mercado, rendimento e custo) dependendo, entre outras coisas, da natureza específica de cada ativo, do seu estado de desenvolvimento, da informação disponível e da data do investimento inicial. Os outros ativos e passivos no balanço do Fundo seriam normalmente avaliados usando a abordagem de custo, com ajustes potenciais baseados no mercado, e a consideração de descontos e prémios, normalmente avaliada usando dados de mercado e *benchmarks*.

Os Ativos Subjacentes são divididos principalmente em Ativos Não Imobiliários e Ativos Imobiliários (que podem, por sua vez, ser subdivididos em Hotéis e Outros Ativos Imobiliários). Nos Ativos Não Imobiliários foi considerado pelo Avaliador a abordagem de Mercado baseada essencialmente em Múltiplos de Mercado para ativos comparáveis e considerando o desempenho histórico de cada ativo. Para os ativos imobiliários, o avaliador considerou a abordagem de mercado ou a abordagem de renda, dependendo do estado de cada ativo. No caso dos hotéis, os principais pressupostos

determinantes de valor considerados foram a tarifa média de quarto, a taxa de ocupação, a margem GOP, a margem EBITDA, as necessidades de Capex e taxa de desconto. Em relação aos Outros Ativos Imobiliários, as principais premissas determinantes de valor foram os preços de venda, custos de construção, cronograma (tanto no desenvolvimento como na venda) e Taxas de Desconto. Cada um dos pressupostos descritos acima e considerados na avaliação dos ativos imobiliários foram determinados ativo a ativo (total de 80 grandes ativos subdivididos num total com mais de 500 ativos), dependendo do status do ativo, desempenho histórico do ativo, localização e concorrentes de mercado.

No que se refere a informação relativa a indicadores quantitativos subjacentes às mensurações de justo valor dos Fundos de Reestruturação, é apresentado o seguinte:

Pressuposto	Hotéis			Imobiliário em Desenvolvimento			Imobiliário			Centros Comerciais			Propriedades Agrícolas		
	Min	Média	Max	Min	Média	Max	Min	Média	Max	Min	Média	Max	Min	Média	Max
Tarifa Média por Quarto (€)	55	197	650	133	177	207	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Taxa de Ocupação %	40%	62%	80%	60%	70%	75%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
€/m2	n.a.	n.a.	n.a.	30	1518	3150	800	2594	6750	960	1085	1180	n.a.	n.a.	n.a.
€/Ha	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	2800	13270	20200
Taxa de Desconto	8,5%	9,4%	10,1%	8,0%	12,3%	16,0%	4,5%	6,4%	10,0%	10,0%	10,3%	10,8%	n.a.	n.a.	n.a.
Metodologia de Avaliação	Mercado Rendimento			Mercado Rendimento			Mercado Rendimento			Mercado Rendimento			Mercado Rendimento		

Notas:

- (i) Todos os pressupostos acima apresentados foram calculados com base nas médias dos valores considerados pelos avaliadores externos por propriedade avaliada
- (ii) A média apresentada foi calculada na média ponderada por propriedade no somatório do valor dos ativos subjacentes por categoria apresentada
- (iii) Hotel - Inclui os hotéis e aparthotéis atualmente em exploração (Hotéis em desenvolvimento ou projeto estão incorporados em imobiliário em desenvolvimento conjuntamente com a sua respetiva propriedade)
- (iv) €/m2 consideram a área bruta de construção

Em complemento, são apresentados abaixo os pressupostos adicionais considerados na mensuração de justo valor das participações financeiras detidas nos fundos de reestruturação.

Tipologia de fundo	Desconto com base em p/BV observados em mercado
Imobiliário e Turismo	16,60%
Imobiliário e Turismo / Outros	15,30%
Outros	12,00%

**Instrumentos derivados:** se forem transacionados em mercados organizados as valorizações são observáveis em mercado, caso contrário são valorizados utilizando modelos standard com recurso a variáveis observáveis em mercado, sendo de destacar:

- Opções cambiais: são valorizadas através do sistema de front office, que considera modelos como *Garman-Kohlhagen*, Binomial, *Black & Scholes*, *Levy* ou *Vanna-Volga*;
- *Swaps* de taxa de juro e *swaps* cambiais: a valorização destes instrumentos é efetuada através do sistema de front office, onde os fluxos de caixa da perna fixa do instrumento são descontados a partir da curva de rendimento da respetiva moeda, e os fluxos de caixa da perna variável são projetados considerando a curva '*forward*' e descontados considerando igualmente os fatores de desconto e taxas '*forward*' a partir da curva de rendimento da respetiva moeda;
- *Credit Default Swaps*: Ambas as pernas do *CDS* são compostas por fluxos de caixa contingentes ao risco de crédito do ativo subjacente, pelo que são valorizadas através dos spreads de crédito de mercado;
- Futuros e Opções: O Banco negocia estes produtos em mercado organizado, existindo, no entanto, a possibilidade de negociar em mercado *OTC*. Nos negócios de mercado organizado de futuros e opções as valorizações são observáveis em mercado, sendo recebida diariamente a valorização através do broker selecionado para estes produtos. Nos negócios de futuros e opções em mercado *OTC*, e com base no tipo de

produto e no tipo de ativo subjacente, podem ser considerados modelos em tempo discreto (binominal) ou em tempo contínuo (*Black & Scholes*).

O Banco procede ao cálculo do “*Credit Valuation Adjustment*” (CVA) para os instrumentos derivados de acordo com a seguinte metodologia:

- (i) Ótica de portfólio - o cálculo do CVA resulta da aplicação, à exposição agregada de cada contraparte, de uma perda esperada e de uma taxa de recuperação, tendo em consideração a duração média estimada para cada exposição;
- (ii) Ótica individual - assenta no cálculo da exposição com recurso a métodos estocásticos (*Expected Positive Exposure*) que se traduz no cálculo da exposição esperada de justo valor que cada derivado deverá assumir no período de vida remanescente. Posteriormente são aplicadas, à exposição apurada, uma perda esperada e uma taxa de recuperação.

O Banco opta por não registar o “*Debt Valuation Adjustment*” (DVA), que representa o valor de mercado do risco de crédito próprio do Banco de uma determinada exposição negativa a uma contraparte, refletindo uma perspetiva prudente de aplicação desta regulamentação. De salientar a exposição potencialmente sujeita a DVA é controlada mensalmente e tem assumido valores imateriais.

A validação da valorização dos instrumentos financeiros é efetuada por uma área independente, que valida os modelos utilizados e os preços atribuídos. Mais especificamente, esta área é responsável por efetuar a verificação independente dos preços para as avaliações ao preço de mercado (*mark-to-market*), para as avaliações com recurso a modelos (*mark-to-model*) valida os modelos utilizados e as alterações aos mesmos, sempre que existam. Para os preços fornecidos por entidades externas a validação efetuada consiste na confirmação da utilização dos preços corretos.

O valor de balanço dos ativos e passivos financeiros ao justo valor do Banco é como segue:

(milhares de euros)

	Valorizados ao Justo Valor			Total Justo Valor
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<b>31 de dezembro de 2023</b>				
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>	<b>318 528</b>	<b>117 817</b>	<b>-</b>	<b>436 345</b>
Títulos detidos para negociação - Obrigações de emissores públicos	318 528	-	-	318 528
Derivados de negociação	-	117 817	-	117 817
<i>Taxas de câmbio</i>	-	11 441	-	11 441
<i>Taxas de juro</i>	-	101 098	-	101 098
<i>Outros</i>	-	5 278	-	5 278
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados - Títulos</b>	<b>17 172</b>	<b>20 913</b>	<b>1 396 605</b>	<b>1 434 690</b>
<i>Obrigações de outros emissores</i>	11 368	50	453 793	465 211
<i>Ações</i>	5 804	-	135 656	141 460
<i>Outros títulos de rendimento variável</i>	-	20 863	807 156	828 019
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>655 561</b>	<b>26 968</b>	<b>58 917</b>	<b>741 446</b>
<i>Obrigações de emissores públicos</i>	285 852	-	-	285 852
<i>Obrigações de outros emissores</i>	368 610	20 584	-	389 194
<i>Ações</i>	1 099	6 384	58 917	66 400
<b>Derivados - Contabilidade de cobertura - taxa de juro</b>	<b>-</b>	<b>683 074</b>	<b>-</b>	<b>683 074</b>
<b>Ativos ao justo valor</b>	<b>991 261</b>	<b>848 772</b>	<b>1 455 522</b>	<b>3 295 555</b>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação - Derivados</b>	<b>-</b>	<b>98 957</b>	<b>1 650</b>	<b>100 607</b>
<i>Taxas de câmbio</i>	-	11 414	-	11 414
<i>Taxas de juro</i>	-	82 247	1 650	83 897
<i>Crédito</i>	-	104	-	104
<i>Outros</i>	-	5 192	-	5 192
<b>Derivados - Contabilidade de cobertura -Taxa de juro</b>	<b>-</b>	<b>124 957</b>	<b>-</b>	<b>124 957</b>
<b>Passivos ao justo valor</b>	<b>-</b>	<b>223 914</b>	<b>1 650</b>	<b>225 564</b>

(milhares de euros)

	Valorizados ao Justo Valor			Total Justo Valor
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<b>31 de dezembro de 2022</b>				
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>	<b>36 428</b>	<b>134 419</b>	-	<b>170 847</b>
Títulos detidos para negociação - Obrigações de emissores públicos	36 428	-	-	36 428
Derivados de negociação	-	134 419	-	134 419
<i>Taxas de câmbio</i>	-	23 145	-	23 145
<i>Taxas de juro</i>	-	102 729	-	102 729
<i>Outros</i>	-	8 545	-	8 545
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados</b>	<b>15 832</b>	<b>21 409</b>	<b>1 500 429</b>	<b>1 537 670</b>
Títulos	15 832	21 409	1 500 411	1 537 652
<i>Obrigações de outros emissores</i>	11 045	50	422 570	433 665
<i>Ações</i>	4 787	-	135 655	140 442
<i>Outros títulos de rendimento variável</i>	-	21 359	942 186	963 545
<i>Crédito</i>	-	-	18	18
<b>Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados</b>	-	-	<b>13</b>	<b>13</b>
<i>Obrigações de outros emissores</i>	-	-	13	13
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>2 094 365</b>	<b>27 124</b>	<b>61 545</b>	<b>2 183 034</b>
<i>Obrigações de emissores públicos</i>	1 629 639	-	-	1 629 639
<i>Obrigações de outros emissores</i>	458 913	20 493	-	479 406
<i>Ações</i>	5 813	6 631	61 545	73 989
<b>Derivados - Contabilidade de cobertura - Taxa de juro</b>	-	<b>562 886</b>	-	<b>562 886</b>
<b>Ativos ao justo valor</b>	<b>2 146 625</b>	<b>745 838</b>	<b>1 561 987</b>	<b>4 454 450</b>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação - Derivados</b>	-	<b>96 711</b>	<b>2 606</b>	<b>99 317</b>
<i>Taxas de câmbio</i>	-	22 024	-	22 024
<i>Taxas de juro</i>	-	71 807	2 606	74 413
<i>Outros</i>	-	2 880	-	2 880
<b>Derivados - Contabilidade de cobertura - Taxa de juro</b>	-	<b>120 612</b>	-	<b>120 612</b>
<b>Passivos ao justo valor</b>	-	<b>217 323</b>	<b>2 606</b>	<b>219 929</b>

O movimento dos ativos e passivos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3 da hierarquia de justo valor) durante os exercícios de 2023 e 2022, pode ser analisado como segue:



(milhares de euros)

	2023							
	Ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total ativos	Passivos financeiros detidos para negociação		Total passivos
	Títulos	Crédito				Derivados de negociação		
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1 500 411</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>61 545</b>	<b>1 561 987</b>	<b>2 606</b>	<b>2 606</b>	
Aquisições	92 009	-	-	1 073	93 082	-	-	
Saídas por maturidade	( 214 463)	-	-	-	( 214 463)	-	-	
Saídas por liquidação	( 24 176)	-	-	( 9 818)	( 33 994)	-	-	
Variação de valor	42 824	( 18)	( 13)	6 117	48 910	( 956)	( 956)	
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1 396 605</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>58 917</b>	<b>1 455 522</b>	<b>1 650</b>	<b>1 650</b>	

	2022							
	Ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total ativos	Passivos financeiros detidos para negociação		Total passivos
	Títulos	Crédito				Derivados de negociação		
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2 036 378</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35 725</b>	<b>2 072 103</b>	<b>1 950</b>	<b>1 950</b>	
Aquisições	236 516	-	-	3 477	239 993	-	-	
Saídas por maturidade	( 533 151)	-	-	-	( 533 151)	-	-	
Saídas por liquidação	( 131 465)	-	-	( 707)	( 132 172)	-	-	
Variação de valor	( 107 867)	18	13	23 050	( 84 786)	656	656	
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1 500 411</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>61 545</b>	<b>1 561 987</b>	<b>2 606</b>	<b>2 606</b>	

No exercício de 2023 e 2022 não ocorreram transferências de valor significativo entre os diferentes níveis de hierarquia de justo valor.

Os ganhos e perdas potenciais dos instrumentos financeiros e das propriedades de investimento classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor são registados em resultados do exercício ou reservas de reavaliação, de acordo com a respetiva política contabilística dos ativos. Os valores apurados nos exercícios de 2023 e 2022 foram os seguintes:

	2023			2022		
	Reconhecidos em Reservas	Reconhecidos em resultados	Total	Reconhecidos em Reservas	Reconhecidos em resultados	Total
	Derivados de negociação	-	955	955	-	( 655)
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	( 19 100)	( 19 100)	-	-	-
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	34 223	34 223	-	( 117 028)	( 117 028)
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	( 279)	-	( 279)	23 350	-	23 350
	<b>( 279)</b>	<b>16 078</b>	<b>15 799</b>	<b>23 350</b>	<b>( 117 683)</b>	<b>( 94 333)</b>

(milhares de euros)

O quadro seguinte apresenta, para os ativos financeiros incluídos no nível 3 da hierarquia de justo valor, os principais métodos de valorização utilizados e o impacto da alteração das principais variáveis utilizadas na respetiva valorização, quando aplicável:

(milhões de euros)

Ativos classificados no Nível 3	2023						
	Modelo de valorização	Variável analisada	Valor de balanço	Cenário Desfavorável		Cenário Favorável	
				Variação	Impacto	Variação	Impacto
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados</b>			<b>1 396,6</b>		<b>( 37,1)</b>		<b>25,7</b>
			453,8		( 37,1)		25,7
Obrigações de outros emissores	<i>Modelo de desconto de cash flows</i>	<i>Taxa de desconto</i>	<i>453,8</i>	<i>(-) 100 bps</i>	<i>( 37,1)</i>	<i>(+) 100 bps</i>	<i>25,7</i>
			135,7		-		-
Ações	<i>Valorização da sociedade gestora ajustada</i>	<i>(b)</i>	<i>135,7</i>		-		-
			807,2		-		-
Outros títulos de rendimento variável	<i>Valorização da sociedade gestora ajustada</i>	<i>(b)</i>	<i>76,3</i>		-		-
	<i>Valorização da sociedade gestora</i>	<i>(c)</i>	<i>730,9</i>		-		-
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral</b>			<b>58,9</b>		<b>( 0,6)</b>		<b>0,3</b>
			58,9		( 0,6)		0,3
Ações	<i>Discounted cash flows</i>	<i>Tarifa de energia renovável</i>	<i>9,9</i>		<i>( 0,6)</i>		<i>0,3</i>
	<i>Outros</i>	<i>(a)</i>	<i>49,1</i>		-		-
<b>Total</b>			<b>1 455,5</b>		<b>( 37,8)</b>		<b>26,0</b>

(a) Não se procedeu à análise de sensibilidade para estas categorias por as mesmas incluírem ativos financeiros de valor individual imaterial

(b) Dado que em 2023 não se procedeu à reavaliação dos Fundos de Reestruturação, também não foi efetuada uma análise de sensibilidade aos mesmos

(c) No caso específico das unidades de participação valorizadas de acordo com a cotação fornecida pela respetiva sociedade gestora, não é razoável proceder à análise do impacto da alteração das variáveis subjacente ao apuramento da cotação por essa entidade

(milhões de euros)

Ativos classificados no Nível 3	2022		Cenário Desfavorável		Cenário Favorável		
	Modelo de valorização	Variável analisada	Valor de balanço	Varição	Impacto	Varição	Impacto
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados</b>			<b>1 500,4</b>		<b>( 43,3)</b>		<b>54,5</b>
			422,6		( 43,3)		54,5
Obrações de outros emissores	<i>Modelo de desconto de cash flows</i>	<i>Imparidade Específica</i>	2,4	-50%	( 2,4)	+50%	10,8
	<i>Modelo de desconto de cash flows</i>	<i>Taxa de desconto</i>	420,2	(-) 100 bps	( 40,9)	(+) 100 bps	43,7
			135,7		-		-
Ações	<i>Valorização da sociedade gestora ajustada</i>	<i>(b)</i>	137,7		-		-
			942,2		-		-
Outros títulos de rendimento variável	<i>Valorização da sociedade gestora ajustada</i>	<i>(b)</i>	117,6		-		-
	<i>Valorização da sociedade gestora</i>	<i>(c)</i>	824,6		-		-
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral</b>			<b>61,5</b>		<b>( 1,7)</b>		<b>0,1</b>
			61,5		( 1,7)		0,1
Ações	<i>Discounted cash flows</i>	<i>Tarifa de energia renovável</i>	9,6		( 1,7)		0,1
	<i>Outros</i>	<i>(a)</i>	51,9		-		-
<b>Total</b>			<b>1 562,0</b>		<b>( 45,0)</b>		<b>54,6</b>

(a) Não se procedeu à análise de sensibilidade para estas categorias por as mesmas incluírem ativos financeiros de valor individual imaterial

(b) Para a análise de sensibilidade efetuada à valorização dos Fundos de Reestruturação, tendo em consideração as metodologias de valorização aplicadas e considerando que os ativos imobiliários representam cerca de 90% dos ativos subjacentes dos Fundos, foi considerada uma variação de +10% e -10% no justo valor dos principais ativos imobiliários de cada Fundo, o que conduz a um impacto de +5,2% e -5,2% no justo valor dos fundos de reestruturação.

(c) No caso específico das unidades de participação valorizadas de acordo com a cotação fornecida pela respetiva sociedade gestora, não é razoável proceder à análise do impacto da alteração das variáveis subjacente ao apuramento da cotação por essa entidade

Os principais parâmetros utilizados, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, nos modelos de valorização foram os seguintes:

### Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas refletem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para swap de taxa de juro para os respetivos prazos:

	2023			2022		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	4,0325	5,3650	5,0850	1,9501	4,3650	3,5750
1 mês	3,8450	5,4200	5,2900	1,8840	4,4200	3,6500
3 meses	3,9090	5,5300	5,5000	2,1320	4,7700	3,8000
6 meses	3,8610	5,5000	5,3500	2,6930	5,1500	4,3350
9 meses	3,6870	5,4100	5,2750	2,9920	5,2350	4,5250
1 ano	3,5130	5,0470	4,9670	3,2910	5,1130	4,6768
3 anos	2,5665	4,0319	3,9400	3,3005	4,3010	4,6088
5 anos	2,4360	3,8117	3,6544	3,2390	4,0110	4,3280
7 anos	2,4420	3,7571	3,5548	3,2020	3,8780	4,1350
10 anos	2,4940	3,7541	3,5682	3,2020	3,8220	3,9920
15 anos	2,5580	3,7785	3,6300	3,1410	3,7970	3,9377
20 anos	2,5150	3,7585	3,6570	2,9310	3,7260	3,8647
25 anos	2,4120	3,6768	3,6470	2,7150	3,6170	3,7967
30 anos	2,3260	3,5910	3,6403	2,5320	3,4720	3,7257

### Spreads de crédito

Os spreads de crédito utilizados pelo Banco na avaliação dos derivados de crédito são divulgados diariamente pelo Markit representando observações constituídas por cerca de 85 entidades financeiras internacionais de renome. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos spreads de crédito no mercado ao longo do ano:

Índice	Série	(pontos de base)				
		1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
<b>31 de dezembro de 2023</b>						
CDX USD Main	<b>41</b>	-	33,64	56,70	78,74	98,19
iTraxx Eur Main	<b>40</b>	14,64	33,08	58,21	78,97	98,68
iTraxx Eur Senior Financial	<b>40</b>	-	-	67,02	-	-
<b>31 de dezembro de 2022</b>						
CDX USD Main	<b>39</b>	-	56,87	82,02	101,74	117,73
iTraxx Eur Main	<b>38</b>	35,05	66,40	90,60	106,87	122,66
iTraxx Eur Senior Financial	<b>38</b>	-	-	99,29	-	-

### Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (at the money) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	2023			2022		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	87,29	94,80	99,70	99,28	23,33	55,24
3 anos	110,08	125,00	142,10	124,23	38,10	49,59
5 anos	105,67	121,30	140,10	124,77	40,72	47,00
7 anos	101,82	116,10	134,00	121,60	39,38	45,73
10 anos	97,50	108,90	124,60	115,66	35,95	42,81
15 anos	91,56	99,00	113,10	107,02	-	-

### Câmbios e volatilidade cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (at the money) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	2023	2022	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,1050	1,0666	6,98	6,64	6,57	6,54	6,70
EUR/GBP	0,8691	0,8869	4,96	5,14	5,50	5,75	5,95
EUR/CHF	0,9260	0,9847	6,76	6,13	5,99	5,94	5,91
EUR/NOK	11,2405	10,5138	9,81	9,54	9,56	9,60	9,61
EUR/PLN	4,3395	4,6808	6,99	7,04	7,13	7,19	7,24
EUR/RUB	117,2010	117,2010	29,28	31,71	34,65	36,12	32,92
USD/BRL <sup>a)</sup>	4,8523	5,2865	12,71	13,09	13,60	13,95	14,29
USD/TRY <sup>b)</sup>	29,5503	18,7183	8,47	13,41	17,98	21,13	23,43

<sup>a)</sup> Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

<sup>b)</sup> Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

### Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respetivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre ações:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita
	2023	2022	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	4 399	3 794	15,96%	13,65	15,89	11,00
PSI 20	5 920	5 726	3,39%	12,29	13,99	-
IBEX 35	9 593	8 229	16,57%	12,13	17,15	-
FTSE 100	7 532	7 452	1,07%	10,97	13,37	9,28
DAX	16 148	13 924	15,98%	12,94	15,16	11,03
S&P 500	4 450	3 840	15,91%	11,61	13,75	10,93
BOVESPA	118 087	109 735	7,61%	15,90	18,48	19,74

## 36.2. Ativos e passivos ao Custo amortizado

### Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem, Aplicações em instituições de crédito e Recursos de Bancos Centrais

Estes ativos e passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

### Títulos ao custo amortizado

O justo valor dos títulos registados ao custo amortizado é estimado de acordo com as metodologias seguidas para a valorização dos títulos que estão registados ao justo valor, conforme descrito no início da presente Nota.

### Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogêneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

### Recursos de outras instituições de crédito

O justo valor dos recursos de Bancos centrais e de outras instituições de crédito é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

### Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os depósitos com características

similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

#### Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados e Passivos associados a ativos transferidos

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

#### Outros passivos financeiros

Estes passivos são de curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado é analisado como segue, tendo sido estimado com base nas principais metodologias e pressupostos abaixo descritos:

(milhares de euros)

	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Justo valor			Justo valor total
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<b>31 de dezembro de 2023</b>					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	5 742 599	-	5 742 599	-	5 742 599
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Títulos	8 200 570	6 315 707	228 200	1 515 592	8 059 499
Aplicações em instituições de crédito	125 817	-	125 817	-	125 817
Crédito a clientes	23 063 507	-	-	23 379 919	23 379 919
<b>Ativos financeiros</b>	<b>37 132 493</b>	<b>6 315 707</b>	<b>6 096 616</b>	<b>24 895 511</b>	<b>37 307 834</b>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito	6 623 884	-	6 623 884	-	6 623 884
Recursos de clientes	29 193 007	-	-	29 193 007	29 193 007
Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados e Passivos associados a ativos transferidos	1 085 659	1 237 424	-	-	1 237 424
Outros passivos financeiros	489 750	-	-	489 750	489 750
<b>Passivos financeiros</b>	<b>37 392 300</b>	<b>1 237 424</b>	<b>6 623 884</b>	<b>29 682 757</b>	<b>37 544 065</b>

(milhares de euros)

	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Justo valor			Justo valor total
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<b>31 de dezembro de 2022</b>					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	6 387 295	-	6 387 295	-	6 387 295
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Títulos	8 400 233	6 296 968	281 254	1 461 985	8 040 207
Aplicações em instituições de crédito	145 464	-	145 464	-	145 464
Crédito a clientes	22 955 247	-	-	23 450 103	23 450 103
<b>Ativos financeiros</b>	<b>37 888 239</b>	<b>6 296 968</b>	<b>6 814 013</b>	<b>24 912 088</b>	<b>38 023 069</b>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito	10 506 509	-	10 497 606	-	10 497 606
Recursos de clientes	28 425 223	-	-	28 425 223	28 425 223
Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados e Passivos associados a ativos transferidos	1 601 454	1 693 216	-	44 451	1 737 667
Outros passivos financeiros	371 511	-	-	371 511	371 511
<b>Passivos financeiros</b>	<b>40 904 697</b>	<b>1 693 216</b>	<b>10 497 606</b>	<b>28 841 185</b>	<b>41 032 007</b>

## Nota 37 – Gestão de Riscos de Atividade

A área “Institucional” do site do Novo Banco, S.A. apresenta informação dirigida ao Investidor, nomeadamente o Relatório de Disciplina de Mercado do Novo Banco, S.A., o qual visa dar cumprimento ao dever de divulgação pública de informação previsto na Parte VIII do Regulamento n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 (CRR) e às orientações emanadas pela EBA, transpostas para o quadro regulatório português através da Instrução 5/2018 do Banco de Portugal.

Nos casos em que a informação deste Relatório e Contas suporta a informação do Relatório de Disciplina de Mercado, esta informação é identificada através de referências para este Relatório sistematizadas no Anexo X do Relatório de Disciplina de Mercado.

### 37.1 - Enquadramento

O risco está implícito no negócio bancário e, como tal, o novobanco está naturalmente exposto a várias categorias de riscos que decorrem de fatores externos e internos, e que surgem em função das características dos mercados em que o Banco atua e das atividades que desenvolve.

Deste modo, a gestão e controlo de risco do novobanco tem por base as seguintes premissas:

- Universalidade pela aplicação em todo o novobanco;
- Integralidade da cultura de riscos, através de uma visão holística e de antecipação à sua materialização;
- Independência face às outras unidades do Grupo novobanco, em particular às unidades tomadoras de risco;
- Modelo de 3 Linhas de defesa, com o objetivo de detetar, medir, monitorizar e controlar de forma adequada os riscos materialmente relevantes a que o novobanco está sujeito. Este Modelo, implica que todos os colaboradores, na sua esfera de atuação, são responsáveis pela gestão e controlo dos riscos.

### 37.2 - Governance e estrutura de gestão do risco

A Gestão de Riscos, sendo vital para o desenvolvimento da atividade do Grupo novobanco, está centralizada na Função Gestão de Risco, assumida pelo Departamento de Risco Global (DRG), que define de forma holística os princípios de gestão e controlo dos riscos, em estreita articulação com as restantes unidades de 2ª linha do Grupo novobanco, bem como com o Departamento de Auditoria Interna.

Todos os riscos materialmente relevantes são reportados aos respetivos Órgãos de Gestão e de Supervisão (CAE, CGS e ambos os Comitês de Risco e Comitês especializados), que assumem a responsabilidade de supervisionar, monitorizar, avaliar e definir o Apetite de Risco e os princípios de controlo implementados.

O Responsável pela Função de Gestão de Risco do Grupo novobanco é o responsável pelo DRG. De modo a garantir uma maior eficiência na articulação com o DRG, foi nomeado um Responsável da Função de Risco local em cada entidade relevante do Grupo novobanco. A intervenção do DRG é direta ou de coordenação em articulação com as unidades que assumem a Função de Gestão de Risco local.

Os riscos identificados como relevantes e materiais são quantificados no âmbito do exercício de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), sendo os mais relevantes:

- risco de crédito, que inclui risco de *default*, contraparte e concentração;
- risco de mercado;
- risco de liquidez;
- riscos não financeiros, que abrangem as categorias de risco operacional, risco de tecnologias de informação e comunicação e de Segurança, risco de *compliance*, e risco reputacional, e
- risco de negócio.

Destacamos ainda o risco ESG (*Environmental, Social and Governance*) – em particular, as subcategorias de risco climático e ambiental e os outros riscos ambientais - como riscos com crescente relevância, e cujo impacto se estima poder ser materializado a médio e longo prazo (e, portanto, num horizonte superior às demais categorias de risco).

O risco ESG faz parte do quadro de gestão de risco do Banco, em estreita articulação entre o DRG e o Gabinete ESG, que contribui com conhecimento específico para a identificação dos fatores de risco climático e ambiental e dos fatores de risco social.

Assim, encontra-se formalmente definido na taxonomia de riscos do novobanco como a exposição a eventos desfavoráveis resultantes de inadequação ou falhas nos procedimentos, sistemas ou políticas relacionadas com o ambiente (adaptação ou mitigação das alterações climáticas, uso sustentável e proteção da água ou recursos marinhos, transição para a economia circular, prevenção de resíduos e reciclagem, controlo da poluição e proteção dos ecossistemas) e dos recursos naturais (Biodiversidade), Social (igualdade, coesão social, integração social, relações de trabalho) e Governance (estruturas de gestão adequadas, relações laborais, remuneração dos colaboradores e cumprimento das obrigações fiscais).

A avaliação da materialidade dos seus impactos é analisada de forma transversal, uma vez que os fatores ESG estão intrinsecamente presentes nas restantes categorias de risco previstas na taxonomia de riscos do Banco.

Neste âmbito, destacamos os fatores que têm merecido maior especialização do Banco, ao nível das suas metodologias de avaliação e controlo de risco e respetiva integração nos processos de negócio:

- Riscos de transição climática: definido como os impactos associados à transição para uma economia de baixo carbono. Por outras palavras, estes riscos são provocados por legislação/regulamentação, tecnologia e alterações de mercado resultantes dos requisitos associados às alterações climáticas. Dependendo da resposta de cada setor económico (e de cada empresa em particular) à necessidade de transição, diferentes cenários (e severidades dos fatores de risco de transição) podem ser projetados e, em resultado, diferentes riscos e níveis de risco podem ser identificados e avaliados;
- Riscos físicos: definido como os impactos associados aos efeitos físicos das alterações climáticas. Estes riscos podem resultar dos fatores que surgem com base num evento extremo – risco agudo – ou através de um fator de médio ou longo prazo – risco crónico (por exemplo, o efeito negativo que o aquecimento global, resultante do contínuo aumento das temperaturas, pode ter nos ciclos produtivos de alguns setores). Os riscos físicos podem ter como consequência impactos financeiros internos (danos em ativos próprios) ou impactos financeiros externos (disrupção dos ciclos produtivos dos clientes/ contrapartes ou o impacto sobre os colaterais imobiliários do Banco).

De seguida apresentam-se as principais linhas orientadoras da gestão dos riscos acima identificados:

- risco de crédito: a gestão e controlo desta natureza de risco são suportados pela utilização de um sistema interno de identificação, avaliação e quantificação de riscos, bem como de processos de atribuição interna de ratings e scorings para os portfolios e sua monitorização contínua em fóruns específicos de decisão;
- risco de mercado: existência de uma equipa especializada que centraliza a gestão e controlo de risco de mercado e risco de taxa de juro do balanço (IRRBB) do Banco, alinhadas com a regulamentação e boas práticas de risco;
- risco de liquidez: tendo por base a aferição das saídas de liquidez de posições contratuais e contingentes em situações normais ou em stress, a gestão e controlo deste risco consiste por um lado, na determinação da dimensão da *pool* de liquidez disponível a cada momento, e por outro lado planear, a médio e longo prazo, fontes de financiamento estáveis;
- riscos não financeiros: a gestão deste risco é efetuada com base na definição de *framework* de gestão e controlo de riscos não financeiros e de políticas específicas; e na função de conformidade e Gabinete de Segurança de informação com papel relevante na definição de outras políticas de risco específicas.

### 37.3 – Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes e derivados. Nos *credit default swaps* (*CDS*), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de proteção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o novobanco. Os *CDS* estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 6.6.6.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela



introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efetuado regularmente nos Comitês de Risco do Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão.

### Principais eventos no exercício de 2023

Durante o ano de 2023, destacamos de seguida os principais eventos relacionados com imparidade, a saber:

- (i) Constituição de imparidades para contingências resultantes condições de mercado adversas;
- (ii) Introdução de novos *triggers* de *stage 2* relacionados com exposições sem notação de risco;
- (iii) Atualização dos cenários macroeconómicos.

Em relação aos reforços de imparidade mencionados no ponto (i) acima, tendo em conta o atual contexto económico de taxas de juro elevadas, com perspetiva de manutenção durante 2024, para fazer face a contingências destas condições de mercado adversas, foi efetuada uma análise de sensibilidade ao portfolio de empresas e habitação.

Assim, o novobanco estimou e contabilizou para estes portfolios, de forma adequada e tempestiva, mais de 40 milhões e euros em imparidade não alocada para além do custo de risco observado na sua carteira.

Quanto à introdução de novos *triggers* de *stage 2*, no caso passaram a ser consideradas em *stage 2* todas as exposições com situação persistente de não ter uma notação de risco válida. A introdução desta medida no modelo de cálculo coletivo de imparidade não teve impacto em 2023 uma vez que o novobanco já havia acautelado o mesmo.

Em relação ao ponto (iii) acima, o impacto da atualização dos cenários macroeconómicos subjacentes ao modelo de cálculo de imparidade do novobanco foi estimado um pouco abaixo dos 30 milhões de euros de imparidade, valor este também contabilizado como imparidade não alocada.

### A componente do risco climático e ambiental

A análise de materialidade dos riscos ESG procura identificar o impacto que este risco terá nos demais riscos, nomeadamente no risco de crédito, uma vez que é o principal risco que o novobanco enfrenta. Por forma a monitorizar o risco de crédito do portfolio numa perspetiva ESG, foram criadas várias métricas (KRI) que são monitorizadas numa base mensal, procurando analisar a evolução do risco do portfolio e antecipar eventuais impactos adversos no risco de crédito resultantes de fatores associados ao risco climático e ambiental.

Numa perspetiva de portfolio, a avaliação do risco de crédito em setores relevantes para a política de risco climática é utilizada pelo novobanco para priorizar, avaliar e monitorizar o risco de transição, com foco nos setores negativamente afetados ou de impacto incerto. Esta metodologia tem em consideração os seguintes fatores: contribuição direta e indireta para as emissões de GEE (gás efeito estufa, como a produção e distribuição de combustíveis fósseis ou de energias renováveis), a relevância para a política climática (como a sensibilidade da estrutura de custos a alterações regulatórias ou fiscais baseadas nas emissões de GEE) e a importância na cadeia de valor da energia (produção, utilização, consumo).

A este respeito, o novobanco está a desenvolver o seu plano de transição com o objetivo de reduzir a sua pegada carbónica indireta, reduzindo o risco da sua carteira e contribuindo para o cumprimento dos objetivos de Paris. Em 2023 deu um passo da maior importância, tendo aprovado objetivos de redução das emissões GEE financiadas para 3 setores de atividade (Produção de Eletricidade, Cimentos e Hipotecas Comerciais). Estes objetivos foram calculados com base em metodologias científicas preconizadas por setor pela *Science Based Targets Initiative* (SBTi).

Por forma a permitir uma análise top-down, o novobanco desenvolveu um *scoring* setorial ESG que permite identificar os clientes que serão alvo de análises de risco de crédito numa perspetiva ESG, através da priorização dos setores com maiores preocupações em termos de risco climático, nomeadamente os setores classificados no *scoring* ESG com risco alto e severo. O novobanco encontra-se a desenvolver Guidelines específicas adaptadas aos riscos que cada setor relevante enfrenta ou irá enfrentar.

Para garantir que o novobanco tem acesso à informação ESG dos seus clientes, foram introduzidas novas disposições contratuais nos contratos de crédito relativamente a disponibilização de informação não financeira pelos clientes, a salvaguardas mínimas sociais e de governo, bem como disposições setoriais para setores sujeitos a salvaguardas mínimas de financiamento, quando aplicável. Para referência, os setores sujeitos a exclusão ou salvaguardas mínimas

estão descritos nos Princípios de Financiamento do novobanco – Exclusões de setores/atividades e salvaguardas mínimas.

Durante 2023, foi ainda dada especial relevância à obtenção de Certificados de Desempenho Energético (EPC) de garantias imobiliárias já existentes na carteira do banco. Para as operações novas, independentemente da finalidade e tipo de imóvel, o certificado energético é de recolha obrigatória.

Por fim, o novobanco foi selecionado para fazer parte do Stress Test Climático Fit-for-55 Climate, um exercício regulatório que procura identificar a resiliência das instituições financeiras para cumprir com os objetivos climáticos. O exercício teve início em 2023 e será concluído em 2024. Este exercício permitirá fazer um *benchmark* entre as várias instituições e permitirá ao regulador identificar as *best practices* de mercado.

### 37.3.1 - Exposição ao risco de crédito

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição máxima do novobanco ao risco de crédito:

	(milhares de euros)					
	2023			2022		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	323 465	( 667)	322 798	414 135	( 674)	413 461
Derivados de negociação	117 817	-	117 817	134 419	-	134 419
Títulos detidos para negociação	318 528	-	318 528	36 428	-	36 428
Títulos ao justo valor através de resultados	-	-	-	13	-	13
Títulos ao justo valor através de resultados mandatário	465 211	-	465 211	433 665	-	433 665
Títulos ao justo valor através de capital próprio	675 046	( 211)	674 835	2 109 045	( 589)	2 108 456
Títulos ao custo amortizado	8 524 914	( 324 344)	8 200 570	8 691 800	( 291 567)	8 400 233
Crédito a clientes	23 915 735	( 935 991)	22 979 744	23 848 444	( 1 057 567)	22 790 877
Derivados para gestão de risco	683 074	-	683 074	562 886	-	562 886
Outros ativos	543 218	( 191 543)	351 675	591 030	( 117 590)	473 440
Garantias e avals prestados	2 347 433	( 74 665)	2 272 768	2 262 092	( 82 392)	2 179 700
Créditos documentários	187 024	-	187 024	169 410	-	169 410
Compromissos revogáveis e irrevogáveis	5 996 626	( 9 068)	5 987 558	5 955 096	( 7 066)	5 948 030
	<b>44 098 091</b>	<b>( 1 536 489)</b>	<b>42 561 602</b>	<b>45 208 463</b>	<b>( 1 557 445)</b>	<b>43 651 018</b>

Para os ativos financeiros reconhecidos no Balanço, a exposição máxima ao risco de crédito é representada pelo valor contabilístico líquido de imparidade. Para os elementos fora de balanço, a exposição máxima das garantias é o montante máximo que o Banco teria de pagar se as garantias fossem executadas e para os compromissos de empréstimos e de outros compromissos relacionados com crédito de natureza irrevogável, é o montante total de compromissos assumidos.

A imparidade é calculada em base coletiva ou individual de acordo com a política contabilística definida na Nota 6.12. Nos casos em que o valor dos colaterais após aplicação dos *haircuts* (diferenciados por tipologia de colateral) iguale ou exceda a exposição, a imparidade individual poderá ser nula. Assim, o Banco não tem ativos financeiros vencidos para os quais não tenha realizado uma análise acerca da sua recuperação e consequente reconhecimento da imparidade respetiva quando verificada.

### 37.3.2 - Cenarização nos modelos de imparidade

Conforme preconizado na regulamentação da IFRS 9, o cálculo de imparidade do Banco reflete diferentes expectativas de evolução macroeconómica, isto é, incorpora múltiplos cenários. Por forma a incorporar os efeitos do comportamento futuro macroeconómico nas estimativas de perda, são incluídas estimativas macroeconómicas *forward looking* em alguns dos parâmetros de risco utilizados para cálculo de imparidade. Com efeito, são considerados diferentes cenários possíveis que originam o mesmo número de resultados de imparidade.

Neste contexto, o processo de definição dos cenários macroeconómicos considera os seguintes princípios:

- Cenários representativos que capturem as não-linearidades existentes (ex. um cenário base, um cenário com perspectivas macroeconómicas mais favoráveis e um cenário com perspectivas macroeconómicas menos favoráveis);
- O cenário base é consistente com os inputs utilizados em outros exercícios no Banco, uma vez que se utiliza, para efeitos do cálculo da imparidade, a mesma metodologia que o Banco utiliza nos exercícios de planeamento internos e regulamentares;
- Os cenários alternativos ao cenário base incorporam um cenário favorável e um cenário adverso;
- A correlação entre as variáveis projetadas é realista com a realidade económica (ex. se o PIB estiver a aumentar é expectável que o desemprego esteja a diminuir).

O exercício de construção dos cenários central e alternativos macroeconómicos para a economia portuguesa baseia-se numa combinação de previsões econométricas, de informação sobre previsões de outras instituições externas e do exercício de *subjective expert judgement*.

Na primeira componente, estima-se o crescimento do PIB através de estimativas para o crescimento das componentes da despesa, chegando ao PIB através da identidade  $\text{PIB} = \text{Consumo} + \text{Investimento} + \text{Exportações} - \text{Importações}$ . As especificações econométricas escolhidas são aquelas que, após o teste de diferentes alternativas, geram o melhor resultado.

As estimativas econométricas assim obtidas são depois ponderadas com previsões de instituições externas, segundo o princípio de que a combinação de diferentes projeções tende a ser mais precisa do que uma previsão apenas (o risco de erros e enviesamentos associados a métodos e variáveis específicas é minimizado).

As previsões para preços (consumo e imobiliário) e desemprego seguem uma metodologia semelhante: previsões próprias a partir de um modelo estimado, ponderadas com previsões de instituições externas, se estas estiverem disponíveis. Num cenário base, as projeções para as taxas de juro partem das expectativas de mercado (disponibilizadas pela Bloomberg), com eventuais ajustamentos de acordo com os princípios atrás definidos, se considerado adequado (ponderação por *expert judgement* e previsões de instituições externas). Os cenários alternativos têm como base a observação histórica dos desvios face à tendência no comportamento do PIB (ciclos de expansão e contração), a referência das recomendações da EBA para cenários adversos extremos, os factos estilizados dos ciclos económicos, no que respeita às componentes da despesa, preços, desemprego, etc. e estimativas.

Assim aquando da revisão / atualização dos cenários são também revistas as respetivas probabilidades. Uma vez atualizados os cenários, são atualizados os valores dos parâmetros de risco para posterior consideração no âmbito do cálculo de Imparidade. A imparidade final apurada resultará assim da soma do valor de imparidade de cada cenário, ponderado pela respetiva probabilidade de execução.

Atualmente são considerados para o cálculo de imparidade em base coletiva 3 cenários: central, menos favorável (ou adverso) e mais favorável. Os cenários considerados e respetiva evolução das principais variáveis macroeconómicas encontram-se descritos nas tabelas abaixo:

## A – Cenário Base, com peso relativo de 72,5%

	Unidade	2023	2024	2025	2026
PIB	crescimento real %	2,1	1,4	2,0	2,2
Consumo Privado	crescimento real %	1,0	0,8	1,3	1,7
Despesa Pública	crescimento real %	1,2	1,2	1,3	1,4
Investimento	crescimento real %	1,5	4,7	5,1	4,2
Exportações	crescimento real %	4,2	2,0	3,9	6,4
Importações	crescimento real %	1,3	3,4	4,0	6,3
Procura Interna	crescimento real %	1,1	1,6	2,0	2,2
<b>Preços</b>					
CPI	%	4,6	2,9	2,2	2,0
Real Estate (Residencial)	%	6,5	0,2	1,5	3,3
Real Estate (Commercial)	%	2,2	0,1	0,6	1,6
Equity prices (incremental change)	%	2,0	0,0	0,0	0,0
<b>Desemprego</b>					
	% força laboral	6,5	6,7	6,9	6,8
<b>Euribor (média anual)</b>					
3-meses	%	3,43	3,58	3,02	2,84
final do período	%	3,96	3,19	2,85	2,83
6-meses	%	3,69	3,52	2,99	2,87
final do período	%	3,92	3,11	2,87	2,86
12-meses	%	3,88	3,40	2,97	2,91
final do período	%	3,77	3,03	2,90	2,92
<b>Yields Soberanas (média)</b>					
Bund 10Y	%	2,53	2,81	2,87	2,98
final do período	%	2,81	2,81	2,92	3,04
PGB 10Y	%	3,33	3,71	3,89	4,11
final do período	%	3,64	3,78	4,00	4,21
PGB 2Y	%	2,96	2,89	2,92	3,18
final do período	%	2,99	2,79	3,05	3,31
<b>10Y PGB-Bund spread</b>					
Média anual	bps	80	90	103	113
final do período	bps	83	97	108	117
<b>10Y-2Y PGB Spread</b>					
Média anual	bps	37	82	97	93
final do período	bps	65	99	95	90

Após um crescimento do PIB de 6,8% em 2022, o cenário base assume uma desaceleração da atividade em 2023, para um crescimento em torno de 2,1%, apoiado pela procura externa líquida, dado o forte crescimento das exportações no início do ano (em particular do turismo), e pela resiliência do consumo privado. O recuo do crescimento do PIB é explicado pelo impacto adverso, sobre a procura interna, da inflação elevada e da subida das taxas de juro. Para 2024, assume-se que o crescimento do PIB deverá recuar para 1,4%, com impactos desfasados adicionais de uma política monetária restritiva (aumento do serviço da dívida), com uma ligeira subida do desemprego e com um abrandamento das exportações. O recuo do crescimento é mitigado pela descida da inflação, por apoios orçamentais e por uma aceleração do investimento (sobretudo investimento público) no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Em 2025-26, assume-se que o crescimento do PIB converge para a tendência (crescimento anual em torno de 2%-2.2%).

Depois de atingir um pico de 7,8% em 2022, a inflação média anual permanece elevada em 2023, em torno de 4,6% (sobretudo com o contributo dos serviços). Uma desaceleração mais visível nos preços no consumidor é assumida para 2024-26, em direção à meta de 2%. Em todo o caso, a inflação persistente em 2022-24 suporta o cenário de taxas de juro diretoras mais elevadas. No cenário base, estas atingem o seu pico no 4º trimestre de 2023. A média anual da Euribor a meses é vista a aumentar de 0,35% em 2022 para 3,43% em 2023 e para 3,58% em 2024, antes de diminuir gradualmente para 2,84% em 2026 (a taxa deverá atingir um pico em torno de 4% no 4º trimestre de 2023). O *spread* PGB-Bund deverá permanecer contido, abaixo ou em torno de 100 pontos de base em 2024 e 2025.

A taxa de poupança das famílias deverá aumentar de 6,5% em 2022 para 7,3% em 2025 e 2026, à medida que o consumo privado desacelera, após o *boom* pós-Covid e com os efeitos de taxas de juro mais elevadas e condições de financiamento mais restritivas. A taxa de desemprego permanece contida, em torno de 6,5%-6,8% da população ativa.

## B – Cenário menos favorável / adverso, com peso relativo de 17,5%

	Unidade	2023	2024	2025	2026
PIB	crescimento real %	2,1	-3,2	-1,5	1,6
Consumo Privado	crescimento real %	1,0	-3,9	-2,6	1,4
Despesa Pública	crescimento real %	1,2	0,1	0,1	0,8
Investimento	crescimento real %	1,5	1,2	1,0	3,7
Exportações	crescimento real %	4,1	-3,2	0,4	6,3
Importações	crescimento real %	1,3	-0,3	0,5	6,5
Procura Interna	crescimento real %	1,1	-2,3	-1,4	1,8
<b>Preços</b>					
CPI	%	4,9	4,7	1,9	1,8
Real Estate (Residencial)	%	4,7	-10,1	-4,8	0,8
Real Estate (Commercial)	%	1,6	-15,2	-6,5	0,4
Equity prices (incremental change)	%	1,5	-50,0	-45,0	-35,0
<b>Desemprego</b>	% força laboral	6,7	8,9	13,1	10,6
<b>Euribor (média anual)</b>					
3-meses	%	3,49	4,37	2,96	2,25
final do período	%	4,56	3,98	2,45	2,05
6-meses	%	3,79	4,66	2,84	2,15
final do período	%	5,05	3,87	2,33	1,96
12-meses	%	3,99	4,65	2,72	2,08
final do período	%	5,10	3,75	2,21	1,94
<b>Yields Soberanas (média)</b>					
Bund 10Y	%	2,90	2,93	1,98	1,80
final do período	%	3,65	2,21	1,75	1,85
PGB 10Y	%	3,69	4,31	3,48	3,08
final do período	%	4,84	3,78	3,17	2,99
PGB 2Y	%	2,86	3,69	2,68	2,24
final do período	%	4,39	2,99	2,36	2,11
<b>10Y PGB-Bund spread</b>					
Média anual	bps	80	138	150	128
final do período	bps	119	157	142	114
<b>10Y-2Y PGB Spread</b>					
Média anual	bps	83	62	80	85
final do período	bps	45	79	81	88

O cenário adverso baseia-se no pressuposto de que a inflação se tornará mais persistente do que o esperado. Isto poderá dever-se a um choque energético, com novos impactos das guerras na Ucrânia e no Médio Oriente. O BCE responde aumentando ainda mais as taxas diretoras no final de 2023 e em 2024. Isto conduz a condições financeiras fortemente restritivas e a uma recessão em 2024-2025.

Na economia portuguesa, o crescimento do PIB cai 3,2% em 2024 e 1,5% em 2025, principalmente em resultado de uma contração significativa do consumo privado, que é impactado negativamente pelo aumento das taxas de juro, pela queda do poder de compra e por um aumento significativo no desemprego. O investimento privado das famílias e das sociedades não financeiras também cai em termos reais. Contudo, o investimento total ainda aumenta, em resultado da componente pública, refletindo a execução dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência. Assume-se que a procura externa líquida terá um contributo negativo para o crescimento (queda das exportações, incluindo nos serviços).

Prevê-se que a inflação média anual se mantenha bastante acima da meta em 2024 (em torno de 4,7% em Portugal). Mas as condições financeiras mais restritivas, com taxas de juro diretoras e de mercado mais elevadas, contribuem para a recessão em 2024-25, que se assume ter uma natureza desinflacionista. A inflação cai rapidamente para registos inferiores a 2% em 2025-26, levando o BCE a cortar as taxas diretoras nesse período, o que se traduz numa queda dos juros de mercado, para níveis abaixo dos observados no cenário base.

A taxa de desemprego sobe para 8,9% em 2024 e para 13,1% em 2025. A queda do consumo privado e a necessidade de se compensar a erosão provocada pela inflação resultam num aumento da taxa de poupança das famílias, para 9,9% do rendimento disponível em 2025, acima dos níveis pré-Covid.

## C – Cenário mais favorável, com peso relativo de 10%

	Unidade	2023	2024	2025	2026
PIB	crescimento real %	2,3	2,1	2,4	3,1
Consumo Privado	crescimento real %	1,3	1,8	2,4	3,5
Despesa Pública	crescimento real %	1,2	1,2	1,5	1,4
Investimento	crescimento real %	1,5	5,5	6,1	5,0
Exportações	crescimento real %	4,2	3,1	4,7	6,9
Importações	crescimento real %	1,3	4,6	5,9	7,7
Procura Interna	crescimento real %	1,3	2,4	3,0	3,5
<b>Preços</b>					
CPI	%	4,6	3,0	2,4	2,1
Real Estate (Residential)	%	7,5	1,8	2,5	3,7
Real Estate (Commercial)	%	2,5	0,6	0,8	1,2
Equity prices (incremental change)	%	2,0	15,0	20,0	25,0
<b>Desemprego</b>	% força laboral	6,4	6,5	6,4	5,9
<b>Euribor (média anual)</b>					
3-meses	%	3,44	3,83	3,52	3,17
final do período	%	3,96	3,69	3,35	2,99
6-meses	%	3,70	3,76	3,42	3,11
final do período	%	3,92	3,60	3,24	2,97
12-meses	%	3,88	3,65	3,33	3,04
final do período	%	3,77	3,52	3,13	2,95
<b>Yields Soberanas (média)</b>					
Bund 10Y	%	2,53	2,87	3,05	3,28
final do período	%	2,85	2,88	3,21	3,35
PGB 10Y	%	3,33	3,65	3,76	3,91
final do período	%	3,64	3,66	3,86	3,96
PGB 2Y	%	2,96	2,91	2,92	3,00
final do período	%	2,99	2,83	3,01	2,99
<b>10Y PGB-Bund spread</b>					
Média anual	bps	80	79	72	63
final do período	bps	79	78	65	61
<b>10Y-2Y PGB Spread</b>					
Média anual	bps	37	74	84	91
final do período	bps	65	83	85	97

O cenário favorável assume que o aumento da inflação em 2023 se revela transitório. Após um registo de 4,6%, o crescimento dos preços converge, no restante horizonte de projeção, para valores próximos de 2%. Esta evolução poderia estar associada a uma resolução rápida dos conflitos na Ucrânia e/ou no Médio Oriente e a uma forte atenuação dos preços da energia e alimentação. Os juros de mercado de curto prazo recuam em 2025-26, mas mantendo-se claramente acima dos níveis pré-Covid. Os juros de longo prazo sobem em todo o horizonte de projeção, mas com o *spread* PGB-Bund a 10 anos a recuar e a evoluir em níveis baixos. Neste contexto, assume-se que a atividade económica se expande a um ritmo acima da tendência durante a maior parte do horizonte de projeção, e em aceleração até 2026. O crescimento do PIB beneficia de desempenhos positivos do investimento (com a execução dos fundos do PRR), do consumo privado e das exportações. A forte procura externa e as condições de financiamento favoráveis sustentam o crescimento dos preços da habitação, embora em registos de um dígito. A taxa de desemprego é vista a recuar para perto de 5% da população ativa.

### 37.3.3. Modelos de imparidade

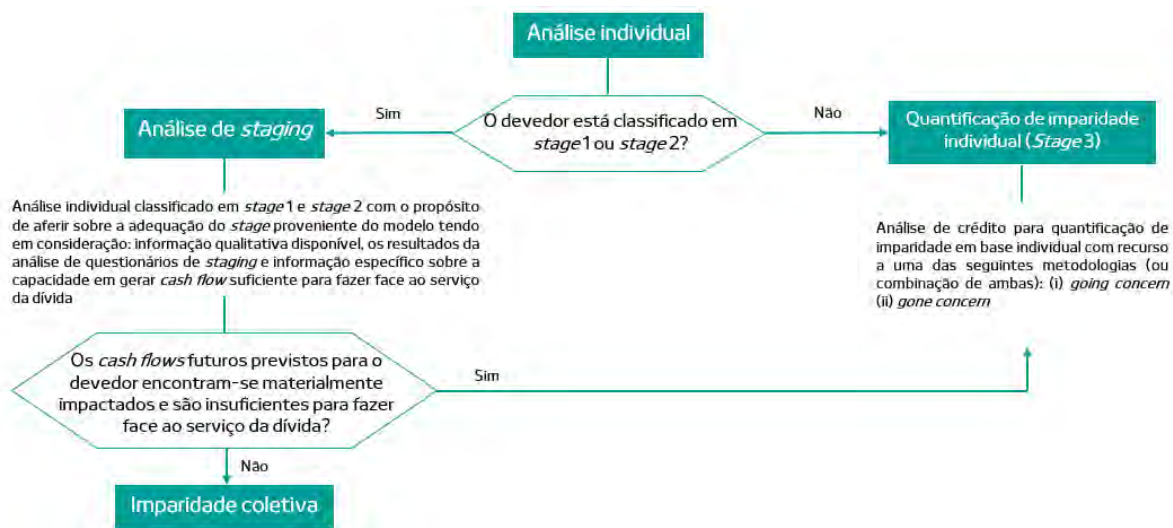
#### 37.3.3.1. Processo de análise Individual de imparidade

A Análise Individual de Imparidade tem por objetivo determinar a taxa de imparidade mais adequada de clientes individualmente significativos, independentemente do valor resultante do Modelo de Imparidade Coletivo. A identificação dos clientes individualmente significativos é realizada com base nos critérios definidos nesta norma.

A Análise Individual dos clientes individualmente significativos é realizada tendo por base a informação prestada pelas Estruturas Comerciais e DRCE (Departamento de Recuperação de Crédito Empresas) quanto ao enquadramento do cliente/Grupo, fluxos de caixa históricos (sempre que possível, no mínimo, de 3 anos) e previsionais (quando disponíveis) e colaterais existentes.

Na análise de quantificação de imparidade em base individual são estabelecidos cenários possíveis para a recuperação do crédito, quer por via da continuidade do negócio do cliente, por via de dação/execução dos colaterais ou por via da venda do crédito, ponderados pela respetiva probabilidade de ocorrência. Se da análise resultar não ser necessária qualquer imparidade específica, a imparidade será apurada por análise coletiva, ou seja, pelo modelo de imparidade coletiva.

O esquema abaixo apresentado é ilustrativo da análise individual de crédito a realizar para efeitos da conclusão sobre a classificação em termos de *staging* dos devedores:



#### Critérios de Seleção

O Banco considera como alvo de um processo de Análise Individual (análise de *staging* e, quando aplicável, quantificação de imparidade individual), os clientes que:

- Registem exposição em *stage 3* e responsabilidade igual ou superior a 1 milhão de euros (ou igual ou superior a 250 milhares de euros se forem clientes do DRCE) ;
- Sejam identificados pelo próprio Comité com base noutro critério que se justifique (ex.: setor de atividade);
- No passado, lhes tenha sido atribuída imparidade específica ;
- Em face de algum indício novo que possa ter repercussões no cálculo da imparidade, sejam propostos para análise por um dos intervenientes do Comité de Imparidade ou por outro Órgão/Fórum, nomeadamente GARC (ex.: Reclassificação em *stage 3* no âmbito do GARC).

A identificação dos clientes alvo de Análise Individual será atualizada mensalmente, de modo a contemplar eventuais alterações que possam ocorrer ao longo do ano.

### Quantificação da Imparidade em Base Individual

O cálculo de imparidade em base individual poderá ter em consideração diferentes estratégias de recuperação, as quais devem incluir diferentes cenários possíveis, ponderados pela respetiva probabilidade de ocorrência, devendo os mesmos incluir informação sobre eventos passados, atuais e previsões de condições económicas futuras (cenários *forward-looking*).

Entende-se que existem dois métodos de estimação do valor a recuperar pelo Banco:

- Abordagem *Going Concern* (método da “continuidade da atividade”): estimação dos fluxos de caixa através da atividade do cliente;
- Abordagem *Gone Concern* (método da “cessação da atividade”): pressupõe a cessação da atividade do Cliente, pelo que o valor recuperável é apurado com base em cenários de execução/dação de garantias prestadas, da liquidação/insolvência do Cliente e/ou dos respetivos garantes/avalistas, e/ou da venda dos créditos a terceiros.

#### **Going Concern**

Este cenário compreende uma situação de recuperação dos valores em dívida através dos fluxos de caixa gerados pelo negócio do cliente.

Considera-se que o cenário de *going concern* é aplicável quando:

- Existe informação financeira atualizada e fiável sobre o devedor por forma a ser possível estimar com fiabilidade os fluxos de caixa futuros que serão canalizados para o cumprimento do serviço da dívida (e.g.: informação financeira com antiguidade inferior ou igual a 1 ano e/ou relatórios de auditoria que não apresentem recorrentemente reservas);
- A informação disponível sugere que o devedor terá capacidade para gerar fluxos de caixa na sua atividade operacional.

Esta análise poderá ser realizada com recurso às seguintes abordagens:

- “Discounted Cash Flow” - abordagem suportada num plano de negócios fiável e ajustado às expectativas de evolução da atividade do devedor;
- “Two-step Discounted Cash Flow” - abordagem suportada num *Discounted Cash Flow (Step 1)*, complementada com um *Terminal value (Step 2)*;
- “Steady state” - na ausência de um plano de negócios fiável, poderão ser utilizadas as últimas demonstrações financeiras disponíveis, devendo o Banco proceder aos ajustes que considerar necessários para apuramento do *cash-flow* operacional que será gerado para fazer face ao serviço da dívida.

#### **Gone Concern**

Na abordagem *gone concern* a recuperação dos valores em dívida será materializada através de um cenário de a dação em pagamento e/ou a execução dos colaterais afetos ao crédito concedido. Esta abordagem considera, portanto, o cenário de cessação da atividade da empresa e a elaboração de estimativas dos fluxos que resultem da execução e comercialização dos colaterais afetos ao crédito.

A consideração de um cenário de dação ou execução dos colaterais deverá, numa primeira fase, ter em consideração a elegibilidade dos colaterais para recuperação dos valores em dívida, i.e., a verificação de que o bem reúne as condições necessárias para ser passível de ser considerado para efeitos de cálculo do valor recuperável (ex.: registo de hipotecas, inexistência de arresto de bens, entre outros). A título de exemplo, se outro credor tiver uma hipoteca preferencial sobre a garantia que seja maior do que o valor recuperável do ativo, então o Banco não deverá considerar qualquer valor a recuperar proveniente dessa garantia.

Posteriormente, deverá ser apurado o valor recuperável de acordo as regras descritas na Carta Circular n.º CC/2018/0000006, nomeadamente no que respeita aos prazos de recebimento do colateral, custos de venda, custos de manutenção, *haircuts* a aplicar de acordo com a antiguidade da avaliação, entre outros.



### 37.3.3.2. Ajustamentos de análise coletiva ao resultado automático do modelo

Após o processamento do cálculo de imparidade coletiva e validada a consistência dos resultados obtidos são avaliadas todas as situações que podem carecer de um ajustamento ao valor de imparidade calculado. Estes ajustamentos são refletidos, sempre que possível, diretamente nas exposições e têm atribuído um prazo de validade específica. Terminado esse prazo, é reavaliada a necessidade do ajustamento e decidida a sua renovação, alteração e/ou extinção.

Quando tal não é possível, o valor de imparidade apurado é contabilizado sem ser alocado a exposições específicas. Para esse efeito, cada montante tem de ter associados o *stage* e o tipo de crédito a que se refere. Tendo como princípio o carácter temporário da imparidade constituída sem alocação, os montantes de imparidade constituídos dessa forma serão, uma vez que existam condições para o efeito, integralmente distribuídos pelas exposições em que se determine a sua afetação.



Em termos de modelo de governo, quer os ajustes em exposições específicas quer os montantes de imparidade constituídos sob a forma não alocada devem ser validados e estar sustentados numa aprovação por parte de um órgão competente - Comité de Imparidade Alargado.

### 37.3.4. Monitorização do risco de crédito

#### 37.3.4.1. Modelos internos de rating para as carteiras de empresas, instituições e ações

No que concerne aos modelos de rating para carteiras de empresas, são adotadas abordagens distintas em função da dimensão e do setor de atividade dos clientes. São ainda utilizados modelos específicos adaptados a operações de crédito de project finance, acquisition finance, object finance, commodity finance e financiamentos à construção.

Apresenta-se de seguida um quadro síntese relativo aos tipos de modelos de risco adotados na atribuição interna de notações de risco:

	Critérios de Segmentação	Tipo de Modelo	Descrição
<p style="text-align: center;">Expert Judgement</p> 	Setor, Dimensão, Produto <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grandes Empresas</li> <li>• Instituições Financeiras</li> <li>• Municípios</li> <li>• Institucionais</li> <li>• Administrações Locais e Regionais</li> <li>• Imobiliário (Investimento/ Promoção)</li> <li>• Acquisition Finance</li> <li>• Project Finance</li> <li>• Object Finance</li> <li>• Commodity Finance</li> </ul>	Template	Ratings atribuídos por equipas de analistas, utilizando modelos específicos por setor ( <i>templates</i> ) e informação financeira e qualitativa.
	Médias Empresas	Semi-automático	Modelo de <i>rating</i> baseado em informação financeira, qualitativa e comportamental, validado por analistas.
	Pequenas Empresas	Automático	Modelo de <i>rating</i> baseado em informação financeira, qualitativa e comportamental.
<p style="text-align: center;">Estatístico</p> 	Start-Up's e Empresários em Nome Individual		Modelo de <i>rating</i> baseado em informação qualitativa e comportamental.

O Departamento de Rating do Banco tem Modelo de Rating para os seguintes segmentos: Start-ups; Empresários em Nome Individual (ENIs); Pequenas Empresas; Médias Empresas; Grandes Empresas; Imobiliário e Imobiliário Rendimento; Holding Grande Empresa; Instituições Financeiras; Municípios e Institucionais; Países; Project Finance; Object, Commodity e Acquisition Finance; Holding Financeira.

Os segmentos para os quais não estão disponíveis modelos de atribuição de *rating* são:

- Seguros e Fundos de Pensões;

- Igrejas, partidos políticos e associações sem fins lucrativos com volume de negócios inferior a 500 milhares de euros.

Relativamente aos portfólios de crédito de grandes empresas, Instituições Financeiras, Institucionais, Administrações Locais e Regionais e Empréstimos Especializados - nomeadamente *Project Finance*, *Object Finance*, *Commodity Finance* e *Aquisition Finance* - as notações de risco são atribuídas pela Mesa de Rating do novobanco. Esta estrutura é constituída por 7 equipas multissetoriais que compreendem um chefe de equipa e vários analistas técnicos especializados. A atribuição das notações internas de risco por parte desta equipa a estes segmentos de risco, classificados como portfólios de baixa sinistralidade (*low default* portfólios), assenta na utilização de modelos de rating do tipo "expert-based" (*templates*) que se baseiam em variáveis qualitativas e quantitativas, fortemente correlacionados com o setor ou setores de atividade em que operam os clientes em análise. Com exceção da atribuição de rating a empréstimos especializados, a metodologia utilizada pela Mesa de Rating rege-se, ainda, por uma análise de risco ao nível do perímetro máximo de consolidação e pela identificação do estatuto de cada empresa participada no respetivo grupo económico. As notações internas de risco são validadas diariamente num Comité de Rating composto por membros da Direção do Departamento de Rating e das várias equipas especializadas.

Para o segmento de médias empresas são utilizados modelos de rating estatísticos, os quais combinam dados financeiros com informação de natureza qualitativa e comportamental. A publicação das notações de risco requer, todavia, a execução de um processo prévio de validação que é realizado por uma equipa técnica de analistas de risco, os quais tomam também em consideração variáveis de natureza comportamental. Para além da atribuição de rating, as referidas equipas efetuam, ainda, uma monitorização da carteira de crédito dos clientes do novobanco através da elaboração de relatórios de análises de risco, previstos em normativo interno, de acordo com o binómio responsabilidades atuais/rating cliente, que podem incluir recomendações específicas sobre o relacionamento creditício com determinado cliente, bem como pareceres técnicos sobre operações de apoio ao investimento, reestruturação, ou outras operações sujeitas a risco de crédito.

Para o segmento de negócios, são utilizados igualmente modelos de *scoring* estatísticos que têm subjacente, para além da informação financeira e qualitativa, variáveis comportamentais das empresas e do(s) sócio(s) no cálculo das notações de risco.

Encontram-se igualmente implementados modelos de *scoring* especificamente vocacionados para a quantificação do risco de start-ups (empresas constituídas há menos de 2 anos) e empresários em nome individual (ENI). Estes clientes, em conjunto com as empresas de dimensão reduzida, dependendo do valor da exposição, são incluídos nas carteiras regulamentares de retalho.

Finalmente, para as empresas inseridas no setor imobiliário (empresas dedicadas à atividade de promoção e investimento imobiliário, em especial empresas de pequena e média dimensão), atentas as suas especificidades, os respetivos ratings são atribuídos por uma equipa central especializada, suportando-se na utilização de modelos específicos que combinam a utilização de variáveis quantitativas e técnicas (avaliações imobiliárias efetuadas por gabinetes especializados), bem como variáveis qualitativas e comportamentais.

Quanto às posições em risco equiparadas a ações detidas pelo novobanco, diretamente ou indiretamente através da detenção de fundos de investimento, bem como os suprimentos e prestações acessórias, todos incluídos na classe de risco ações para efeitos do apuramento dos ativos ponderados pelo risco de crédito, são classificados nos vários segmentos de risco de acordo com as características dos seus emitentes ou mutuários, seguindo os critérios de segmentação apresentados anteriormente. São esses critérios de segmentação que determinam o tipo de modelo de rating a ser aplicado aos emitentes das ações (ou mutuários dos suprimentos / prestações acessórias) e, por conseguinte, às mesmas.

#### 37.3.4.2 - Relações entre as notações internas e externas

A atribuição de rating interno a entidades com rating externo atribuído é feita utilizando o *Template* de Mercados disponível na aplicação Cálculo de Rating. O *Template* de Mercados reúne os ratings externos que foram atribuídos a determinada entidade pelas agências de rating Standard & Poor's (S&P), Moody's e Fitch.

Concretamente a funcionalidade de fornecimento de ratings externos da S&P - *XpressFeed* alimenta diariamente a aplicação de Ratings Externos que, por sua vez, permite que sejam preenchidos no *Template* de Mercados os ratings externos publicados por estas agências para determinada entidade. Os ratings externos atribuídos pela Moody's e Fitch

não são obtidos automaticamente, tendo de ser inseridos manualmente no *Template* de Mercados, após a consulta aos respetivos sites.

O *rating* interno resulta, na grande maioria das situações, do *rating* externo equivalente S&P e, em situações excecionais, do *rating* externo equivalente S&P adicionado de um ajustamento interno, o qual deve ser sempre acompanhado de comentários justificativos elaborado pelo analista.

Refira-se que o *rating* externo equivalente S&P é obtido fazendo uma correspondência entre os *ratings* externos disponíveis e a escala de *ratings* das referidas agências de notação financeira. Os *ratings* internos produzidos pelo *Template* de Mercados e que tenham tido ajustamentos têm de ser obrigatoriamente aprovados e validados em Comité de *Rating*.

Apresenta-se, de seguida, tabela com a correspondência entre os *ratings* externos S&P, Moody's e Fitch e o *rating* externo equivalente S&P:

S&P	Moody's	Fitch	Rating externo equivalente S&P	Classes de agregação do rating*
AAA	Aaa	AAA	AAA	<i>Prime Grade</i>
AA+	Aa1	AA+	AA+	<i>High grade</i>
AA	Aa2	AA	AA	
AA-	Aa3	AA-	AA-	
A+	A1	A+	A+	<i>Upper medium grade</i>
A	A2	A	A	
A-	A3	A-	A-	
BBB+	Baa1	BBB+	BBB+	<i>Lower medium grade</i>
BBB	Baa2	BBB	BBB	
BBB-	Baa3	BBB-	BBB-	
BB+	Ba1	BB+	BB+	<i>Non investment grade speculative</i>
BB	Ba2	BB	BB	
BB-	Ba3	BB-	BB-	
B+	B1	B+	B+	<i>Highly speculative</i>
B	B2	B	B	
B-	B3	B-	B-	
CCC+	Caa1	CCC+	CCC+	<i>Outros</i>
CCC	Caa2	CCC	CCC	
CCC-	Caa3	CCC-	Lower than CCC	
CC	Ca	CC		
SD	C	C		
D		RD/D		

\* para efeitos de divulgação de informação nas notas explicativas

### 37.3.4.3 - Modelos internos de scoring para carteiras de particulares

No que respeita a modelos de *scoring* para carteiras de particulares, o novobanco dispõe de modelos de *scoring* de originação/concessão e comportamentais (aplicados a operações com antiguidade superior a 6 meses).

Estes modelos são automáticos, com base em modelos estatísticos desenvolvidos com informação interna, considerando informação sócio demográfica, características do empréstimo, informação comportamental e penalizações automáticas (no caso de existirem sinais de alerta). No caso dos modelos comportamentais, também é considerada a informação sobre os restantes empréstimos dos titulares do contrato.

O Banco está autorizado pelo Banco de Portugal a utilizar modelos internos no cálculo de requisitos de capital regulamentar para os principais portfólios de particulares: Crédito Habitação e Crédito Individual. Adicionalmente, dispõe de *scorings* de originação e comportamentais para os produtos de Cartões de Crédito, Descobertos e Contas

Empréstimo, que utiliza para efeitos de conceção e monitorização da qualidade creditícia não sendo, contudo, portfolios IRB.

### 37.3.4.2. Outras divulgações específicas

#### Modelos de *Forward Looking*

Os modelos de imparidade coletiva fazem a incorporação de informação *forward looking* através de modelos macroeconómicos, que estimam a evolução dos parâmetros de risco através da evolução de variáveis macroeconómicas.

Relativamente ao modelo de PD, o ajuste *forward looking* é realizado para os segmentos de Grande e Médias Empresas, Pequenas Empresas e Start-ups, Crédito à Habitação e Outro Crédito a Consumidores. Para modelos de LGD, existe um ajuste macroeconómico específico para os segmentos de Crédito Habitação, Consumo e Empresas.

Os referidos modelos, têm por base, por um lado, as séries históricas de incumprimento e, por outro, as séries históricas das principais variáveis macroeconómicas (PIB, inflação, taxa de juro, taxa de desemprego e preço dos imóveis), tendo sido utilizados dados históricos trimestrais desde 2010. A definição dos modelos finais depende do sentido económico e da sua performance estatística.

### 37.3.5. Morosidade

O quadro seguinte apresenta os ativos que estão em imparidade, vencidos mas não em imparidade, ou nem em vencidos nem em imparidade:

	2023					
	Nem em vencido nem em imparidade	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição líquida
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	323 465	-	-	323 465	( 667)	322 798
Títulos detidos para negociação	318 528	-	-	318 528	-	318 528
Instrumentos de dívida - emissores públicos	318 528	-	-	318 528	-	318 528
Títulos ao justo valor através de resultados mandatório	465 211	-	-	465 211	-	465 211
Instrumentos de dívida- outros emissores	465 211	-	-	465 211	-	465 211
Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	654 462	-	20 584	675 046	( 211)	674 835
Instrumentos de dívida - emissores públicos	285 852	-	-	285 852	( 21)	285 831
Instrumentos de dívida- outros emissores	368 610	-	20 584	389 194	( 190)	389 004
Títulos ao custo amortizado	8 084 645	-	440 269	8 524 914	( 324 344)	8 200 570
Instrumentos de dívida - emissores públicos	4 402 729	-	-	4 402 729	( 585)	4 402 144
Instrumentos de dívida- outros emissores	3 681 916	-	440 269	4 122 185	( 323 759)	3 798 426
Crédito a clientes	22 792 360	16 162	1 107 213	23 915 735	( 935 991)	22 979 744

(milhares de euros)

(milhares de euros)

	2022					
	Nem em vencido nem em imparidade	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição líquida
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	414 135	-	-	414 135	( 674)	413 461
Títulos detidos para negociação	36 428	-	-	36 428	-	36 428
Instrumentos de dívida - emissores públicos	36 428	-	-	36 428	-	36 428
Títulos ao justo valor através de resultados mandatário	433 665	-	-	433 665	-	433 665
Instrumentos de dívida- outros emissores	433 665	-	-	433 665	-	433 665
Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	2 083 797	-	25 248	2 109 045	( 589)	2 108 456
Instrumentos de dívida - emissores públicos	1 629 639	-	-	1 629 639	( 382)	1 629 257
Instrumentos de dívida- outros emissores	454 158	-	25 248	479 406	( 207)	479 199
Títulos ao custo amortizado	8 281 706	-	410 094	8 691 800	(291 567)	8 400 233
Instrumentos de dívida - emissores públicos	4 590 460	-	-	4 590 460	( 1 714)	4 588 746
Instrumentos de dívida- outros emissores	3 691 246	-	410 094	4 101 340	( 289 853)	3 811 487
Crédito a clientes	22 487 282	5 765	1 355 397	23 848 444	(1057 567)	22 790 877

As exposições em imparidade correspondem a (i) exposições com evidência objetiva de perda (“Exposição em *default*”, de acordo com a definição interna de *default* – que corresponde ao *Stage 3*); e (ii) exposições classificadas como tendo imparidade específica após avaliação individual de imparidade.

As exposições classificadas como não tendo imparidade dizem respeito a (i) todas as exposições que não apresentam sinais de deterioração significativa do risco de crédito – exposições classificadas em *Stage 1*; (ii) exposições que, apresentando sinais de deterioração significativa do risco de crédito, não têm evidência objetiva de perda nem imparidade específica após avaliação individual de imparidade.

O quadro seguinte apresenta os ativos que estão em imparidade ou vencidos mas não em imparidade, desagregados pela respetiva maturidade ou antiguidade (no caso de estarem vencidos):

(milhares de euros)

	2023					
	Carteira de Títulos - Instrumentos de dívida		Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito		Crédito a clientes	
	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade
<b>Vencidos</b>	-	<b>102 968</b>	-	-	<b>16 162</b>	<b>347 942</b>
Até 3 meses	-	-	-	-	13 063	13 274
De 3 meses a 1 ano	-	-	-	-	1 283	121 865
De 1 a 3 anos	-	-	-	-	1 071	130 683
De 3 a 5 anos	-	1 746	-	-	709	15 882
Mais de 5 anos	-	101 222	-	-	36	66 238
<b>Vincendos</b>	-	<b>357 885</b>	-	-	-	<b>759 271</b>
Até 3 meses	-	13 510	-	-	-	56 576
De 3 meses a 1 ano	-	344 284	-	-	-	109 559
De 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	87 260
De 3 a 5 anos	-	91	-	-	-	187 422
Mais de 5 anos	-	-	-	-	-	318 454
	-	<b>460 853</b>	-	-	<b>16 162</b>	<b>1 107 213</b>

(milhares de euros)

2022						
	Carteira de Títulos - Instrumentos de dívida		Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito		Crédito a clientes	
	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade	Vencido mas não em Imparidade	Em imparidade
<b>Vencidos</b>	-	<b>102 968</b>	-	-	<b>5 765</b>	<b>332 385</b>
Até 3 meses	-	-	-	-	3 423	15 525
De 3 meses a 1 ano	-	-	-	-	1 448	102 395
De 1 a 3 anos	-	-	-	-	822	91 577
De 3 a 5 anos	-	6 696	-	-	53	38 165
Mais de 5 anos	-	96 272	-	-	19	84 723
<b>Vincendos</b>	-	<b>332 374</b>	-	-	-	<b>1 023 012</b>
Até 3 meses	-	327 619	-	-	-	49 932
De 3 meses a 1 ano	-	-	-	-	-	172 570
De 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	225 914
De 3 a 5 anos	-	4 755	-	-	-	81 317
Mais de 5 anos	-	-	-	-	-	493 279
	-	<b>435 342</b>	-	-	<b>5 765</b>	<b>1 355 397</b>

O quadro seguinte apresenta os ativos que estão em imparidade ou vencidos, mas não em imparidade, desagregados pelo respetivo *Stage* da imparidade:

(milhares de euros)

	2023				2022			
	Stage1	Stage2	Stage3	Total	Stage1	Stage2	Stage3	Total
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	20 584	20 584	-	-	25 248	25 248
Títulos ao custo amortizado	-	-	440 269	440 269	-	-	410 094	410 094
Crédito a clientes	11 235	4 927	1 107 213	1 123 375	-	-	1 361 162	1 361 162
	<b>11 235</b>	<b>4 927</b>	<b>1 568 066</b>	<b>1 584 228</b>	-	-	<b>1 796 504</b>	<b>1 796 504</b>

### Distribuição do risco de crédito por nível de rating

Relativamente aos ativos que não estão vencidos nem em imparidade, apresenta-se de seguida a distribuição por nível de *rating*. Para os instrumentos de dívida é considerando o *rating* atribuído pelas Agências de *Rating*, para o crédito a clientes e disponibilidades e aplicações em instituições de crédito são utilizados os modelos de *rating* e de *scoring* internos, com os quais é atribuída uma notação de risco, que é revista periodicamente. Para efeitos de apresentação da informação, os *ratings* foram agregados em cinco grandes grupos de risco, sendo que em “outros” estão incluídas as exposições sem *rating*.

(milhares de euros)

2023

	Prime +High grade	Upper Medium Grade	Lower Medium grade	Non Investment Grade Speculative + Highly speculative	Outros	Total
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	2 093	75 234	5 739	20 769	219 630	323 465
Títulos de negociação	121 431	114 400	82 697	-	-	318 528
Instrumentos de dívida - emissores públicos	121 431	114 400	82 697	-	-	318 528
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	-	-	-	-	-
Títulos ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida - emissores públicos	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	-	-	-	-	-
Títulos ao justo valor através de resultados mandatário	-	-	-	-	465 211	465 211
Instrumentos de dívida - emissores públicos	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	-	-	-	465 211	465 211
Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	145 868	253 586	200 641	-	54 367	654 462
Instrumentos de dívida - emissores públicos	145 868	129 993	9 991	-	-	285 852
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	123 593	190 650	-	54 367	368 610
Títulos ao custo amortizado	2 270 897	1 822 665	1 568 211	551 373	1 871 499	8 084 645
Instrumentos de dívida - emissores públicos	2 236 452	1 366 307	517 534	-	282 436	4 402 729
Instrumentos de dívida- outros emissores	34 445	456 358	1 050 677	551 373	1 589 063	3 681 916
Crédito a clientes	5 610 977	6 013 313	2 541 315	7 704 060	922 695	22 792 360

(milhares de euros)

2022

	Prime +High grade	Upper Medium Grade	Lower Medium grade	Non Investment Grade Speculative + Highly speculative	Outros	Total
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	625	26 595	57 692	72 881	256 342	414 135
Títulos de negociação	-	-	-	-	36 428	36 428
Instrumentos de dívida - emissores públicos	-	-	-	-	36 428	36 428
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	-	-	-	-	-
Títulos ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	13	13
Instrumentos de dívida - emissores públicos	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	-	-	-	13	13
Títulos ao justo valor através de resultados mandatário	-	-	-	-	433 665	433 665
Instrumentos de dívida - emissores públicos	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida- outros emissores	-	-	-	-	433 665	433 665
Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	700 313	717 790	616 785	-	48 909	2 083 797
Instrumentos de dívida - emissores públicos	686 424	683 903	259 312	-	-	1 629 639
Instrumentos de dívida- outros emissores	13 889	33 887	357 473	-	48 909	454 158
Títulos ao custo amortizado	2 935 513	2 036 816	1 048 626	553 872	1 706 879	8 281 706
Instrumentos de dívida - emissores públicos	2 252 149	1 668 779	341 704	-	327 828	4 590 460
Instrumentos de dívida- outros emissores	683 364	368 037	706 922	553 872	1 379 051	3 691 246
Crédito a clientes	5 783 346	5 852 343	2 457 978	7 677 338	716 277	22 487 282

## 37.3.6. Concentração do risco de crédito

A repartição por setores de atividade em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se apresentada conforme segue:

	2023												
	Crédito a clientes		Títulos detidos para negociação	Derivados detidos para negociação	Títulos ao justo valor através de resultados	Títulos obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	Derivados - Contabilidade de cobertura	Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral		Títulos ao custo amortizado		Garantias e avales prestados	
	Valor bruto	Imparidade						Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Agricultura, Silvicultura e Pesca	302 578	( 6 334)	-	-	-	-	-	8 363	-	5 766	( 6)	7 648	( 107)
Indústrias Extrativas	57 469	( 3 269)	-	-	-	-	-	14 764	( 7)	18 697	( 5)	9 387	( 280)
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	472 014	( 9 440)	-	1 084	-	-	-	19 620	( 6)	107 785	( 304)	33 717	( 83)
Têxteis e Vestuário	332 265	( 11 408)	-	106	-	-	-	-	-	7 103	( 77)	6 089	( 2 140)
Curtes e Calçado	58 155	( 1 197)	-	-	-	-	-	-	-	5 024	-	1 445	( 115)
Madeira e Cortiça	106 131	( 816)	-	256	-	-	-	-	-	42 486	( 410)	9 527	( 245)
Papel e Indústrias Gráficas	86 284	( 4 214)	-	325	-	-	-	-	-	29 181	( 138)	5 066	( 17)
Refinação de Petróleo	15 448	( 4 747)	-	-	-	-	-	13 429	( 2)	60 341	( 11)	11 910	( 2)
Produtos Químicos e de Borracha	331 556	( 7 430)	-	116	-	-	-	-	-	258 791	( 127)	9 246	( 383)
Produtos Minerais não Metálicos	208 819	( 2 705)	-	9	-	-	-	-	-	123 274	( 63)	13 243	( 155)
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	339 892	( 14 102)	-	804	-	-	-	-	-	88 643	( 346)	41 467	( 374)
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	182 068	( 3 360)	-	384	-	-	-	36 493	( 18)	211 288	( 48)	19 792	( 3 974)
Fabricação de Material de Transporte	156 110	( 9 988)	-	-	-	-	-	-	-	100 058	( 78)	12 379	( 38)
Outras Indústrias Transformadoras	143 730	( 4 871)	-	-	-	-	-	-	-	20 378	( 16)	15 123	( 2 045)
Electricidade, Gás e Água	342 545	( 1 595)	-	5 329	-	-	-	-	-	243 643	( 243)	35 311	( 25)
Construção e Obras Públicas	1 274 696	( 127 075)	-	14 485	-	-	-	12 710	( 33)	214 382	( 137 557)	778 122	( 40 992)
Comércio por Grosso e a Retalho	1 445 291	( 41 169)	-	3 714	-	-	-	18 032	( 9)	104 873	( 77)	180 231	( 3 417)
Turismo	1 109 052	( 50 448)	-	738	-	-	-	145	-	-	-	44 683	( 643)
Transportes e Comunicações	873 078	( 29 181)	-	12 088	-	-	-	34 582	( 6)	340 776	( 234)	425 074	( 1 396)
Atividades Financeiras	1 014 892	( 80 027)	-	72 345	-	1 434 485	683 074	161 309	( 21)	1 095 420	( 615)	186 374	( 82)
Atividades Imobiliárias	1 791 295	( 140 115)	-	4 672	-	-	-	34 258	( 77)	178 027	( 86 951)	81 590	( 4 069)
Serviços Prestados às Empresas	1 987 456	( 143 810)	-	1 359	-	205	-	76 977	( 7)	704 318	( 95 482)	342 618	( 12 882)
Administração e Serviços Públicos	443 232	( 25 369)	318 528	-	-	-	-	285 852	( 21)	4 419 909	( 597)	20 705	( 84)
Outras atividades de serviços coletivos	395 004	( 21 317)	-	-	-	-	-	24 728	( 4)	144 751	( 959)	40 889	( 893)
Crédito à Habitação	8 752 346	( 63 563)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	1 513 441	( 118 337)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	180 888	( 10 104)	-	3	-	-	-	-	-	-	-	15 797	( 224)
<b>TOTAL</b>	<b>23 915 735</b>	<b>( 935 991)</b>	<b>318 528</b>	<b>117 817</b>	<b>-</b>	<b>1 434 690</b>	<b>683 074</b>	<b>741 446</b>	<b>( 211)</b>	<b>8 524 914</b>	<b>( 324 344)</b>	<b>2 347 433</b>	<b>( 74 665)</b>

	2022												
	Crédito a clientes		Títulos detidos para negociação	Derivados detidos para negociação	Títulos ao justo valor através de resultados	Títulos obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	Derivados - Contabilidade de cobertura	Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral		Títulos ao custo amortizado		Garantias e avales prestados	
	Valor bruto	Imparidade						Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Agricultura, Silvicultura e Pesca	314 282	( 6 361)	-	-	-	-	-	8 616	-	5 788	( 15)	11 878	( 5 902)
Indústrias Extrativas	65 487	( 5 033)	-	-	-	-	-	14 277	( 7)	18 445	( 8)	8 851	( 335)
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	451 857	( 11 092)	-	4 302	-	-	-	19 152	( 9)	112 027	( 188)	35 920	( 260)
Têxteis e Vestuário	399 438	( 21 326)	-	298	-	-	-	9 690	( 9)	9 690	( 9)	7 026	( 958)
Curtes e Calçado	71 976	( 1 253)	-	-	-	-	-	-	-	5 522	( 1)	1 518	( 117)
Madeira e Cortiça	135 642	( 2 490)	-	609	-	-	-	-	-	53 959	( 114)	7 563	( 255)
Papel e Indústrias Gráficas	95 294	( 5 900)	-	629	-	-	-	-	-	28 906	( 139)	5 780	( 22)
Refinação de Petróleo	16 314	( 114)	-	1	-	-	-	13 718	( 2)	59 816	( 16)	2 264	-
Produtos Químicos e de Borracha	288 743	( 7 069)	-	357	-	-	-	-	-	221 901	( 186)	15 775	( 135)
Produtos Minerais não Metálicos	186 565	( 2 412)	-	4	-	-	-	14 839	( 5)	93 571	( 105)	35 468	( 165)
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	389 416	( 16 041)	-	145	-	-	-	433	-	48 649	( 75)	34 232	( 390)
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	229 052	( 10 721)	-	42	-	-	-	41 511	( 25)	191 510	( 63)	21 824	( 3 559)
Fabricação de Material de Transporte	176 450	( 4 941)	-	-	-	-	-	-	-	58 643	( 65)	12 813	( 290)
Outras Indústrias Transformadoras	146 223	( 4 877)	-	-	-	-	-	-	-	39 244	( 22)	18 174	( 2 452)
Electricidade, Gás e Água	235 377	( 3 438)	-	4 916	-	-	-	6 435	-	170 300	( 2 675)	33 760	( 88)
Construção e Obras Públicas	1 402 541	( 133 395)	-	16 597	-	-	-	14 533	( 6)	229 922	( 117 563)	709 328	( 45 840)
Comércio por Grosso e a Retalho	1 455 117	( 41 766)	-	7 371	-	-	-	17 373	( 10)	87 673	( 58)	178 985	( 3 190)
Turismo	1 159 301	( 83 692)	-	-	-	-	-	124	-	-	-	48 385	( 1 027)
Transportes e Comunicações	908 728	( 28 609)	-	7 345	-	-	-	46 531	( 20)	228 236	( 304)	394 609	( 1 762)
Atividades Financeiras	717 583	( 65 727)	-	90 113	-	1 535 145	562 886	207 058	( 92)	1 639 254	( 492)	152 540	( 133)
Atividades Imobiliárias	1 736 996	( 162 024)	-	1 428	-	-	-	29 699	( 11)	150 030	( 73 610)	90 041	( 3 484)
Serviços Prestados às Empresas	2 263 447	( 161 737)	-	98	13	129	-	80 134	( 11)	692 736	( 93 479)	358 605	( 10 716)
Administração e Serviços Públicos	409 300	( 25 241)	36 428	-	-	-	-	1 629 863	( 382)	4 403 137	( 1 714)	21 158	( 109)
Outras atividades de serviços coletivos	423 173	( 42 174)	-	145	-	2 378	-	24 849	( 9)	92 579	( 662)	38 037	( 962)
Crédito à Habitação	8 484 134	( 44 889)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	1 286 010	( 133 047)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	399 998	( 32 198)	-	19	-	-	-	13 889	-	50 262	( 4)	17 558	( 241)
<b>TOTAL</b>	<b>23 848 444</b>	<b>( 1 057 567)</b>	<b>36 428</b>	<b>134 419</b>	<b>13</b>	<b>1 537 652</b>	<b>562 886</b>	<b>2 183 034</b>	<b>( 589)</b>	<b>8 691 800</b>	<b>( 291 567)</b>	<b>2 262 092</b>	<b>( 82 392)</b>



### 37.4. Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações, preços de mercadorias, volatilidade e spread de crédito.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura CALCO (*Capital Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O novobanco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. A validação da adequabilidade do modelo de VaR é efetuada diariamente através do processo de *backtesting* (teórico e real). Complementarmente, numa base mensal, a monitorização de risco de mercado inclui o reporte de métricas adicionais no âmbito do *stresstesting framework*, nomeadamente o *Stressed VaR* (SVaR), cenários históricos de stress e análises de sensibilidade aos principais fatores de risco. Adicionalmente, o *framework* de controlo de risco de mercado incorpora um processo mensal de monitorização das posições das carteiras no âmbito do controlo da fronteira (*boundary*) entre carteira de negociação (*trading book*) e carteira bancária (*banking book*), bem como a validação independente (2ª linha de defesa) das valorizações dos instrumentos financeiros ao justo valor.

	(milhares de euros)							
	2023				2022			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	653	584	1 348	356	328	1 299	4 362	328
Risco taxa de juro	1 096	1 752	4 707	422	586	5 532	47 720	586
Ações e mercadorias	0	21	250	0	0	0	0	-
Volatilidade	0	60	312	0	1	380	2 117	1
Spread de Crédito	317	607	2 271	234	415	841	2 386	229
Efeito da diversificação	( 1 016)	( 780)	( 2 025)	( 32)	( 433)	( 1 738)	( 7 766)	( 248)
<b>Total</b>	<b>1 051</b>	<b>2 244</b>	<b>6 864</b>	<b>979</b>	<b>897</b>	<b>6 314</b>	<b>48 820</b>	<b>897</b>

O novobanco apresenta um valor em risco (VaR) de aproximadamente 1 051 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 897 milhares de euros) para as suas posições de negociação.

#### 37.4.1. Risco taxa de juro

No seguimento das recomendações da Autoridade Bancária Europeia explicitadas no conjunto de *guidelines* publicadas em 2022 (EBA/GL/2022/14, EBA/RTS/2022/09 e EBA/RTS/2022/10) o novobanco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado nos choques prescritos, classificando os montantes nocionais e de juros por escalões de revisão de taxa (*repricing*) ou de acordo com a sua sensibilidade às flutuações das taxas de juro (*key rate duration*), de todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais sensíveis a taxas de juro, que não pertençam à carteira de negociação. O cálculo do risco de taxa de juro de balanço é igualmente medido através de choques internos definidos pelo banco, nomeadamente através de métricas de VaR.

Neste contexto, o novobanco tem implementada uma abordagem de testes de esforço ao risco de taxa de juro assente em três pilares: cenários de choque de taxas de juro, análises de sensibilidade e testes de esforço inversos (*reverse stress testing*).

O *framework* de controlo de risco de taxa de juro permite ao novobanco monitorizar e medir o impacto de diferentes cenários de taxa de juro, quer numa perspetiva de valor económico, quer numa perspetiva de margem financeira, alterando e adaptando o seu perfil de risco em linha com a estratégia de gestão de risco definida. Perante o recente cenário de significativa subida de taxas de juro iniciado a partir da segunda metade de 2022, esta monitorização e controlo tornou-se ainda mais relevante, de forma a garantir a proteção do valor económico e margem financeira face à volatilidade das taxas de juro.

Fruto do perfil de risco do novobanco, predominando ativos à taxa variável e uma estrutura de passivo essencialmente a taxa fixa, a subida verificada nas taxas de juro traduziu-se num aumento significativo da margem financeira, em resultado do ambiente favorável das taxas de juro e da gestão criteriosa dos investimentos e do custo de financiamento. Adicionalmente, e tendo em conta o novo choque regulamentar da EBA sobre a margem financeira, cujo limite regulamentar é de 5% de Tier 1 (a 31 de dezembro 2023 este limite era ainda indicativo), o Banco adotou medidas de gestão de forma a poder enquadrar a sensibilidade da margem financeira num cenário de descida de taxas de juro no limite (indicativo) estabelecido.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o novobanco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhares de euros)

2023						
	Montantes elegíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disponibilidades em ICs	5 865 014	5 762 343	100 000	2 629	42	-
Crédito a clientes	23 323 150	13 384 158	4 434 408	2 777 436	1 867 795	859 353
Títulos	10 134 098	1 753 679	842 514	182 160	3 995 853	3 359 892
Outros ativos	178 059	178 059	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>21 078 239</b>	<b>5 376 922</b>	<b>2 962 225</b>	<b>5 863 690</b>	<b>4 219 245</b>
Recursos de outras ICs	6 547 035	5 895 702	269 066	147 441	231 689	3 137
Recursos de clientes	29 121 550	12 290 023	3 673 355	4 061 919	6 204 248	2 892 005
Títulos Emitidos	2 165 658	-	-	-	600 000	1 565 658
Outros passivos	969 072	774 505	39 489	79 734	75 344	-
<b>Total</b>		<b>18 960 230</b>	<b>3 981 910</b>	<b>4 289 094</b>	<b>7 111 281</b>	<b>4 460 800</b>
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	697 005	2 118 009	1 395 011	(1 326 870)	(1 247 590)	( 241 555)
Fora de Balanço	-	(3 442 043)	( 155 145)	( 140 937)	4 052 806	( 314 681)
<b>GAP estrutural</b>	<b>697 005</b>	<b>(1 324 034)</b>	<b>1 239 866</b>	<b>(1 467 807)</b>	<b>2 805 216</b>	<b>( 556 236)</b>
<b>GAP acumulado</b>		<b>(1 324 034)</b>	<b>( 84 168)</b>	<b>(1 551 975)</b>	<b>1 253 241</b>	<b>697 005</b>

(milhares de euros)

2022						
	Montantes elegíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disponibilidades em ICs	6 530 130	6 425 590	100 000	4 502	18	20
Crédito a clientes	23 311 653	13 474 715	4 299 392	2 898 241	1 748 925	890 380
Títulos	11 863 628	1 813 859	787 465	2 086 492	2 953 975	4 221 837
Outros ativos	134 045	134 045	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>21 848 209</b>	<b>5 186 857</b>	<b>4 989 235</b>	<b>4 702 918</b>	<b>5 112 237</b>
Recursos de outras ICs	10 493 818	9 704 967	325 100	171 592	( 752)	292 911
Recursos de clientes	28 403 671	18 000 157	2 670 859	3 702 650	3 179 172	850 833
Títulos Emitidos	2 640 658	275 000	-	299 964	100 036	1 965 658
Outros passivos	787 899	738 146	6 882	9 783	26 990	6 098
<b>Total</b>		<b>28 718 270</b>	<b>3 002 841</b>	<b>4 183 989</b>	<b>3 305 446</b>	<b>3 115 500</b>
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	( 486 591)	(6 870 062)	2 184 016	805 246	1 397 473	1 996 736
Fora de Balanço	1 045	(1 300 422)	1 302 320	( 590 086)	810 306	( 221 073)
<b>GAP estrutural</b>	<b>( 485 545)</b>	<b>(8 170 484)</b>	<b>3 486 336</b>	<b>215 161</b>	<b>2 207 779</b>	<b>1 775 663</b>
<b>GAP acumulado</b>		<b>(8 170 484)</b>	<b>(4 684 148)</b>	<b>(4 468 987)</b>	<b>(2 261 208)</b>	<b>( 485 545)</b>

São efetuadas análises de sensibilidade para o risco de taxa de juro da carteira bancária com base numa aproximação ao modelo da duração, sendo efetuados vários cenários de deslocação da curva de rendimentos em todos os escalões de taxa de juro.

(milhares de euros)

## 2023

	Aumento paralelo de 200 pb	Diminuição paralela de 200 pb	Short Rate Shock Up	Short Rate Shock Down	Steeper shock	Flattener shock
Em 31 de dezembro	( 219 057)	147 303	( 119 451)	65 416	7 766	( 49 405)
Média do exercício	( 162 778)	70 207	( 106 756)	59 039	18 799	( 63 603)
Máximo para o exercício	44 560	209 961	( 13 794)	135 003	40 358	( 20 429)
Mínimo para o exercício	( 380 019)	( 152 580)	( 247 596)	8 691	419	( 144 031)

(milhares de euros)

## 2022

	Aumento paralelo de 200 pb	Diminuição paralela de 200 pb	Short Rate Shock Up	Short Rate Shock Down	Steeper shock	Flattener shock
Em 31 de dezembro	( 334 517)	200 038	( 227 249)	123 841	38 128	( 132 267)
Média do exercício	( 17 375)	2 525	( 94 998)	68 433	69 877	( 118 588)
Máximo para o exercício	69 075	205 226	( 57 198)	123 841	98 327	( 71 234)
Mínimo para o exercício	( 334 517)	( 235 847)	( 227 249)	35 622	30 932	( 143 180)

## 37.4.2. Risco cambial

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e dos passivos, a 31 de dezembro de 2023 e 2022 por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

## 2023

## 2022

		Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	( 499 111)	506 031	( 18)	6 902	( 635 627)	634 533	91	( 1 003)
GBP	LIBRA ESTERLINA	( 46 498)	48 788	-	2 290	( 47 219)	46 965	-	( 254)
BRL	REAL DO BRASIL	908	-	-	908	866	-	-	866
DKK	COROA DINAMARQUESA	( 7 213)	7 635	-	422	( 3 439)	3 079	-	( 360)
JPY	IE NE JAPONÊS	( 1 385)	1 521	2	138	( 2 357)	2 318	-	( 39)
CHF	FRANCO SUICO	( 2 022)	4 590	-	2 568	( 9 359)	9 769	-	410
SEK	COROA SUECA	( 5 087)	5 795	-	708	17 568	( 17 578)	-	( 10)
NOK	COROA NORUEGUESA	48 641	( 47 178)	-	1 463	53 277	( 53 059)	-	218
CAD	DÓLAR CANADIANO	( 19 853)	22 060	-	2 207	( 17 250)	19 003	-	1 753
ZAR	RAND DA ÁFRICA DO SUL	( 516)	757	-	241	( 11)	( 530)	-	( 541)
AUD	DÓLAR AUSTRALIANO	8 309	( 7 317)	-	992	9 589	( 9 463)	-	126
VEB	BOLIVAR	3	-	-	3	2	-	-	2
MOP	PATACA	108	-	-	108	2 409	-	-	2 409
MAD	DIRHAM MARROQUINO	( 1 350)	2 064	-	714	( 2 558)	2 256	-	( 302)
MXN	PESO MEXICANO	59	( 91)	-	( 32)	( 7)	-	-	( 7)
AOA	KWANZA	( 13)	-	-	( 13)	( 23)	-	-	( 23)
PLN	ZLOTY	3 081	( 2 507)	-	574	( 2 998)	3 010	-	12
CZK	COROA CHECA	225	( 425)	-	( 200)	6	( 114)	-	( 108)
DZD	DINAR ARGELINO	7 593	-	-	7 593	7 638	-	-	7 638
CNY	YUAN REN-MIN-BI	( 8)	( 255)	-	( 263)	326	( 347)	-	( 21)
	OUTRAS	( 1 648)	3 022	-	1 374	( 406)	1 574	-	1 168
		<b>( 515 777)</b>	<b>544 490</b>	<b>( 16)</b>	<b>28 697</b>	<b>( 629 573)</b>	<b>641 416</b>	<b>91</b>	<b>11 934</b>

Nota: ativo / (passivo)

### 37.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- Liquidez dos ativos (*market liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de ativo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado;
- Financiamento (*funding liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os ativos e/ou refinar a dívida que está a maturar, nos prazos e na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser refletida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de ativos, ainda que incorrendo em perdas significativas. O risco de (re)financiamento deve ser minimizado através de uma adequada diversificação das fontes de financiamento e dos prazos de vencimento.

Os Bancos estão sujeitos a risco de liquidez por inerência do seu negócio de transformação de maturidades (emprestadores de longo prazo e depositários de curto prazo), sendo assim crucial uma gestão prudente do risco de liquidez.

Os principais indicadores de liquidez apresentam-se como se segue a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	(milhões de euros)	
	2023	2022
Financiamento bruto junto do BCE	1 129	6 323
Financiamento líquido junto do BCE <sup>(1)</sup>	( 4 246)	385
Carteira de Ativos Elegíveis para BCE, líquida de <i>haircut</i>	14 145	16 848
Colaterais utilizados	6 947	9 962
<i>Buffer</i> de liquidez <sup>(2)</sup>	13 529	13 667
Rácio de Transformação <sup>(3)</sup>	84,3%	83,3%
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR) <sup>(4)</sup>	155%	202%
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR) <sup>(4)</sup>	115%	105%

<sup>(1)</sup> Inclui financiamento e aplicações do/no SEBC; o valor positivo corresponde a um recurso; o valor negativo corresponde a uma aplicação

<sup>(2)</sup> Corresponde à carteira de ativos elegíveis acrescida dos títulos *HQLAs* não elegíveis no BCE, deduzida do colateral utilizado

<sup>(3)</sup> (Crédito Total - Imparidade acumulada para Crédito)/ Depósitos de Clientes

<sup>(4)</sup> Preliminar

O rácio de cobertura de liquidez (*Liquidity Coverage Ratio* – LCR) e o rácio de financiamento estável (*Net Stable Funding Ratio* – NSFR) constam na legislação regulamentar, sendo que o LCR visa promover a resiliência dos Bancos ao risco de liquidez de curto prazo, assegurando que detêm ativos líquidos de elevada qualidade, suficientes para sobreviver a um cenário de stress severo, durante um período de 30 dias, enquanto o NSFR tem como objetivo garantir que os Bancos mantêm um financiamento estável para os seus ativos e operações fora de balanço, por um período de um ano. De acordo com a legislação regulamentar em vigor, o novobanco é obrigado a cumprir com um limite mínimo regulamentar de 100% em ambos os rácios (LCR e NSFR).

No novobanco a liquidez é gerida de uma forma centralizada na Sede para o perímetro consolidado prudencial, sendo a análise e as tomadas de decisão efetuadas com base nos relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos. De acordo com as regras do ITS (*Implementing Technical Standards*), é efetuado o cálculo do défice contratual líquido e da capacidade de reequilibragem (*counterbalancing capacity*), para o final de 2023 e de 2022:

(milhares de euros)

	2023						
	Total	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6m a 1 ano	superior a 1 ano
<b>SAÍDAS</b>							
Passivos decorrentes de valores mobiliários emitidos (se não forem tratados como depósitos de retalho)	623 639	7 747	4 593	5 842	-	5 500	599 957
Passivos decorrentes de operações de empréstimo garantidas e de operações de mercado de capitais	6 939 455	-	1 150 391	526 714	-	2 891 083	2 371 267
Saídas comportamentais resultantes de depósitos	29 699 742	457 933	222 240	167 368	131 309	269 064	28 451 828
Swaps cambiais e Derivados	532 270	10 496	30 744	265 471	85 993	52 621	86 945
Outras saídas	743 368	1 026	-	-	20 143	49 386	672 813
<b>Total de Saídas</b>	<b>38 538 474</b>	<b>477 202</b>	<b>1 407 968</b>	<b>965 395</b>	<b>237 445</b>	<b>3 267 654</b>	<b>32 182 810</b>
<b>ENTRADAS</b>							
Operações de empréstimo garantidas e de operações associadas ao mercado de capitais	-	-	-	-	-	-	-
Entradas comportamentais resultantes de empréstimos e adiantamentos	26 477 815	75 994	55 218	147 193	216 681	441 741	25 540 988
Swaps cambiais e Derivados	571 179	9 239	31 410	264 420	83 267	52 138	130 705
Títulos em carteira própria a maturar e Outras entradas	10 004 315	80 063	321 079	394 041	251 000	356 039	8 602 093
<b>Total de Entradas</b>	<b>37 053 309</b>	<b>165 296</b>	<b>407 707</b>	<b>805 654</b>	<b>550 948</b>	<b>849 918</b>	<b>34 273 786</b>
Superávit (+) / Déficit (-) contratual líquido	(1 485 165)	(311 906)	(1 000 262)	(159 741)	313 503	(2 417 736)	2 090 977
<b>Superávit (+) / Déficit (-) contratual líquido acumulado</b>	<b>-</b>	<b>(311 906)</b>	<b>(1 312 168)</b>	<b>(1 471 909)</b>	<b>(1 158 406)</b>	<b>(3 576 142)</b>	<b>(1 485 165)</b>

<b>CAPACIDADE DE REEQUILIBRAGEM</b>	<i>Stock</i> Inicial	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6m a 1 ano	superior a 1 ano
Moedas e notas de banco	171 006						
Reservas mobilizáveis do banco central	5 082 915	-					
Ativos negociáveis e não negociáveis elegíveis para os bancos centrais	6 773 777	-	1 095 910	393 824	(150 627)	251 828	(8 364 712)
Facilidades autorizadas e não utilizadas recebidas	2 698 448	(16 140)	(71 111)	(185 312)	(297 069)	717 916	(2 846 732)
Variação líquida da capacidade de reequilibragem	-	(16 140)	1 024 799	208 512	(447 696)	969 744	(11 211 444)
<b>Capacidade de reequilibragem acumulada</b>	<b>14 726 146</b>	<b>14 710 006</b>	<b>15 734 805</b>	<b>15 943 317</b>	<b>15 495 621</b>	<b>16 465 365</b>	<b>5 253 921</b>

(milhares de euros)

	2022						
	Total	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6m a 1 ano	superior a 1 ano
<b>SAÍDAS</b>							
Passivos decorrentes de valores mobiliários emitidos (se não forem tratados como depósitos de retalho)	1 426 968	2 247	4 593	10 535	5 486	296 776	1 107 331
Passivos decorrentes de operações de empréstimo garantidas e de operações de mercado de capitais	10 059 656	57 154	66 513	1 732 249	3 341 048	739 188	4 123 504
Saídas comportamentais resultantes de depósitos	29 944 525	490 403	45 719	145 209	166 803	416 287	28 680 104
Swaps cambiais e Derivados	753 198	5 230	52 647	384 395	82 939	65 165	162 822
Outras saídas	623 245	4 477	-	-	15 824	34 000	568 944
<b>Total de Saídas</b>	<b>42 807 592</b>	<b>559 511</b>	<b>169 472</b>	<b>2 272 388</b>	<b>3 612 100</b>	<b>1 551 416</b>	<b>34 642 705</b>
<b>ENTRADAS</b>							
Operações de empréstimo garantidas e de operações associadas ao mercado de capitais	-	-	-	-	-	-	-
Entradas comportamentais resultantes de empréstimos e adiantamentos	36 105 674	5 817 950	63 286	169 329	252 210	507 323	29 295 576
Swaps cambiais e Derivados	753 433	6 056	53 146	385 920	83 582	63 089	161 640
Títulos em carteira própria a maturar e Outras entradas	12 335 751	49 286	167 097	266 806	225 215	2 091 882	9 535 465
<b>Total de Entradas</b>	<b>49 194 858</b>	<b>5 873 292</b>	<b>283 529</b>	<b>822 055</b>	<b>561 007</b>	<b>2 662 294</b>	<b>38 992 681</b>
Superávit (+) / Déficit (-) contratual líquido	6 387 267	5 313 782	114 057	(1 450 332)	(3 051 094)	1 110 878	4 349 976
<b>Superávit (+) / Déficit (-) contratual líquido acumulado</b>	<b>-</b>	<b>5 313 782</b>	<b>5 427 839</b>	<b>3 977 507</b>	<b>926 413</b>	<b>2 037 291</b>	<b>6 387 267</b>
<b>CAPACIDADE DE REEQUILIBRAGEM</b>							
	<i>Stock Inicial</i>	<i>até 7 dias</i>	<i>de 7 dias até 1 mês</i>	<i>de 1 a 3 meses</i>	<i>de 3 a 6 meses</i>	<i>de 6m a 1 ano</i>	<i>superior a 1 ano</i>
Moedas e notas de banco	176 797						
Reservas mobilizáveis do banco central	5 653 802	(5 653 802)					
Ativos negociáveis e não negociáveis elegíveis para os bancos centrais	7 841 356	56 109	62 178	(116 348)	(126 324)	(1 918 431)	(5 794 060)
Facilidades autorizadas e não utilizadas recebidas	-	(23 829)	(77 909)	1 378 676	2 739 531	(84 317)	(3 932 151)
Variação líquida da capacidade de reequilibragem	-	(5 621 522)	(15 731)	1 262 328	2 613 207	(2 002 748)	(9 726 211)
<b>Capacidade de reequilibragem acumulada</b>	<b>13 671 955</b>	<b>8 050 433</b>	<b>8 034 702</b>	<b>9 297 030</b>	<b>11 910 237</b>	<b>9 907 489</b>	<b>181 278</b>

No final de 2022 verificava-se um superávit contratual líquido acumulado a um ano de 2 037 milhões de euros, tendo passado a 31 de dezembro de 2023 para um déficit contratual líquido acumulado a 1 ano de 3 576 milhões de euros. Apesar desta variação, a posição de liquidez manteve-se estável, dado que este agravamento de 5 613 milhões de euros deve-se essencialmente a uma alteração de critério regulamentar de reporte, dado que no ano passado as disponibilidades no BCE, num total de 5 654 milhões de euros, eram considerados como uma entrada de caixa e este ano esta rubrica é incluída na capacidade de reequilibragem.

A *counterbalancing capacity* (capacidade de reequilibragem) a 1 ano no final de 2023 era de 16 465 milhões de euros, superior em 6 558 milhões de euros ao valor verificado no final de 2022 (9 907 milhões de euros). Esta subida deve-se essencialmente à alteração de critério regulamentar referida no ponto anterior (+5 083 milhões de euros) e ao aumento de *secured funding*, que compensou parcialmente o reembolso das tomadas ao BCE efetuadas ao abrigo da linha TLTRO III.

De forma a antecipar eventuais impactos negativos, são efetuados cenários de stress internos de liquidez representativos dos tipos de crise que poderão ocorrer, tendo por base cenários idiossincráticos (caracterizados por uma perda de confiança no Banco), e cenários de mercado.

#### Ativos e Passivos – Escalonamento por maturidades residuais

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o escalonamento dos ativos e passivos por maturidades residuais é como segue:

(milhares de euros)

	2023					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Duração indeterminada / Crédito vencido	
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>2 488 249</b>	<b>2 522 643</b>	<b>11 244 108</b>	<b>18 207 705</b>	<b>1 399 983</b>	<b>35 862 688</b>
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>	<b>101 049</b>	<b>231 713</b>	<b>15 815</b>	<b>87 768</b>	-	<b>436 345</b>
Títulos	96 068	222 460	-	-	-	318 528
Derivados de negociação	4 981	9 253	15 815	87 768	-	117 817
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados - títulos</b>	<b>-</b>	<b>112</b>	<b>50</b>	<b>465 049</b>	<b>969 479</b>	<b>1 434 690</b>
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>126 782</b>	<b>85 400</b>	<b>296 349</b>	<b>166 515</b>	<b>66 400</b>	<b>741 446</b>
Títulos	126 782	85 400	296 349	166 515	66 400	741 446
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo custo amortizado</b>	<b>2 259 886</b>	<b>2 190 231</b>	<b>10 596 889</b>	<b>17 156 023</b>	<b>364 104</b>	<b>32 567 133</b>
Títulos	708 639	434 145	4 145 647	3 236 483	-	8 524 914
Aplicações em Instituições de crédito	5 087	102 165	16 144	3 088	-	126 484
Crédito a Clientes	1546 160	1 653 921	6 435 098	13 916 452	364 104	23 915 735
<b>Derivados - Contabilidade de Cobertura</b>	<b>532</b>	<b>15 187</b>	<b>335 005</b>	<b>332 350</b>	-	<b>683 074</b>
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>21 857 624</b>	<b>11 092 558</b>	<b>3 098 330</b>	<b>11 141 651</b>	-	<b>37 190 163</b>
<b>Derivados de negociação</b>	<b>6 264</b>	<b>8 670</b>	<b>15 234</b>	<b>70 439</b>	-	<b>100 607</b>
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>21 851 321</b>	<b>11 083 412</b>	<b>2 980 581</b>	<b>1 049 285</b>	-	<b>36 964 599</b>
Recursos de bancos centrais	178 807	950 000	-	-	-	1 128 807
Recursos de outras instituições de crédito	1 643 753	1 905 618	1 943 540	2 166	-	5 495 077
(dos quais: Operações com acordo de recompra)	854 275	1 452 461	1 560 317	-	-	3 867 053
Recursos de clientes	20 028 761	8 227 794	931 566	66 935	-	29 255 056
(dos quais: Operações com acordo de recompra)	813 660	302 564	250 158	-	-	1 366 382
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	105 475	478 684	-	584 159
Passivos subordinados	-	-	-	501 500	-	501 500
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	-	-	-	-	-
<b>Derivados - Contabilidade de Cobertura</b>	<b>39</b>	<b>476</b>	<b>102 515</b>	<b>21 927</b>	-	<b>124 957</b>
<b>Nocionais</b>	<b>2 173 776</b>	<b>2 442 709</b>	<b>20 814 116</b>	<b>11 360 130</b>	-	<b>36 790 731</b>
<b>Derivados de negociação</b>	<b>2 120 776</b>	<b>1 122 003</b>	<b>2 059 646</b>	<b>4 144 038</b>	-	<b>9 446 463</b>
Nocional Compra	1 045 013	561 063	1 022 075	2 038 999	-	4 667 150
Nocional Venda	1 075 763	560 940	1 037 571	2 105 039	-	4 779 313
<b>Derivados - Contabilidade de Cobertura</b>	<b>53 000</b>	<b>1 320 706</b>	<b>18 754 470</b>	<b>7 216 092</b>	-	<b>27 344 268</b>
Nocional Compra	26 500	660 353	9 377 235	3 608 046	-	13 672 134
Nocional Venda	26 500	660 353	9 377 235	3 608 046	-	13 672 134

(milhares de euros)

	2022					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Duração indeterminada / Crédito vencido	
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>1 314 646</b>	<b>3 694 724</b>	<b>9 499 196</b>	<b>21 116 122</b>	<b>1 516 126</b>	<b>37 140 814</b>
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>	<b>13 479</b>	<b>16 816</b>	<b>33 350</b>	<b>107 202</b>	-	<b>170 847</b>
Títulos	-	4 911	10 055	21 462	-	36 428
Derivados de negociação	13 479	11 905	23 295	85 740	-	134 419
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 469</b>	<b>431 196</b>	<b>1 103 987</b>	<b>1 537 652</b>
Títulos	-	-	2 469	431 196	1 103 987	1 537 652
Crédito a Clientes	-	18	-	-	-	18
<b>Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados - títulos</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13</b>
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral - títulos</b>	<b>142 178</b>	<b>1 588 220</b>	<b>252 293</b>	<b>126 354</b>	<b>73 989</b>	<b>2 183 034</b>
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo custo amortizado</b>	<b>1 158 981</b>	<b>2 089 292</b>	<b>9 072 122</b>	<b>20 027 837</b>	<b>338 150</b>	<b>32 686 382</b>
Títulos	786 798	535 014	2 830 097	4 539 891	-	8 691 800
Aplicações em Instituições de crédito	363	101 476	39 322	4 977	-	146 138
Crédito a Clientes	371 820	1 452 802	6 202 703	15 482 969	338 150	23 848 444
<b>Derivados - Contabilidade de Cobertura</b>	<b>8</b>	<b>383</b>	<b>138 962</b>	<b>423 533</b>	<b>-</b>	<b>562 886</b>
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>24 131 408</b>	<b>10 582 744</b>	<b>5 116 010</b>	<b>878 502</b>	<b>44 451</b>	<b>40 753 115</b>
<b>Derivados de negociação</b>	<b>8 098</b>	<b>11 055</b>	<b>18 690</b>	<b>61 474</b>	<b>-</b>	<b>99 317</b>
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>24 123 307</b>	<b>10 571 109</b>	<b>5 038 794</b>	<b>755 525</b>	<b>44 451</b>	<b>40 533 186</b>
Recursos de bancos centrais	1 627 198	3 750 000	950 000	-	-	6 327 198
Recursos de outras instituições de crédito	1 001 089	669 315	2 214 958	293 949	-	4 179 311
(dos quais: Operações com acordo de recompra)	123 620	-	2 027 204	-	-	2 150 824
Recursos de clientes	21 495 020	5 460 348	1 469 855	-	-	28 425 223
(dos quais: Operações com acordo de recompra)	-	-	450 906	-	-	450 906
Responsabilidades representadas por títulos	-	275 874	403 981	461 576	-	1 141 431
Passivos subordinados	-	415 572	-	-	-	415 572
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	-	-	-	44 451	44 451
<b>Derivados - Contabilidade de Cobertura</b>	<b>3</b>	<b>580</b>	<b>58 526</b>	<b>61 503</b>	<b>-</b>	<b>120 612</b>
<b>Nocionais</b>	<b>2 688 889</b>	<b>1 598 251</b>	<b>11 209 352</b>	<b>13 683 959</b>	<b>-</b>	<b>29 180 451</b>
<b>Derivados de negociação</b>	<b>2 682 849</b>	<b>1 470 895</b>	<b>1 947 176</b>	<b>4 639 927</b>	<b>-</b>	<b>10 740 847</b>
Nocional Compra	1 342 255	735 763	963 226	2 285 684	-	5 326 928
Nocional Venda	1 340 594	735 132	983 950	2 354 243	-	5 413 919
<b>Derivados - Contabilidade de Cobertura</b>	<b>6 040</b>	<b>127 356</b>	<b>9 262 176</b>	<b>9 044 032</b>	<b>-</b>	<b>18 439 604</b>
Nocional Compra	3 020	63 678	4 631 088	4 522 016	-	9 219 802
Nocional Venda	3 020	63 678	4 631 088	4 522 016	-	9 219 802

### 37.6. Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos e dos sistemas de informação, do comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Entende-se, assim, risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação, de compliance e de reputação.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa, bem como por Representantes da Gestão de Risco Operacional designados por cada um dos departamentos, sucursais e subsidiárias considerados relevantes, aos quais compete o cumprimento dos procedimentos instituídos e a gestão quotidiana deste Risco nas suas áreas de competência.



### 37.7. Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O principal objetivo da gestão de capital consiste em assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Banco novobanco em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as regras de cálculo dos ativos ponderados pelo risco, dos fundos próprios e assegurando a observância dos níveis de solvabilidade e alavancagem definidos pelas entidades de supervisão, nomeadamente pelo Banco Central Europeu (BCE) - entidade diretamente responsável pela supervisão do novobanco - e pelo Banco de Portugal, e do apetite de risco estipulado internamente para as métricas de capital.

A definição da estratégia a adotar em termos de gestão de capital é da competência do Conselho de Administração Executivo, encontrando-se integrada na definição global de objetivos do novobanco.

Os rácios de capital do novobanco são calculados tendo por base as regras estipuladas na Diretiva 2013/36/EU e no Regulamento (EU) n.º 575/2013 (CRR) que definem os critérios para o acesso à atividade das instituições de crédito e empresas de investimento e determinam os requisitos prudenciais a observar por aquelas mesmas entidades nomeadamente no que respeita ao cálculo dos rácios supramencionados.

O novobanco encontra-se autorizado a utilizar a abordagem baseada no uso de modelos internos no apuramento dos ativos ponderados pelo risco de crédito (método *Internal Ratings Based* ou IRB). Mais concretamente, o método IRB é aplicado às classes de risco instituições, empresas e retalho do novobanco. A classe de risco ações, as posições sob a forma de titularizações, as posições sob a forma de unidades de participação em fundos de investimento e os elementos que não sejam obrigações de crédito são sempre tratados pelo método IRB. No apuramento dos ativos ponderados pelos riscos de mercado e operacional é utilizado o método padrão.

Os elementos de capital regulamentar considerados na determinação dos rácios de solvabilidade dividem-se em fundos próprios principais de nível 1 (ou *common equity Tier I* ou CET I), fundos próprios adicionais de nível 1 (ou *additional Tier I*) que adicionados ao CET I constituem os fundos próprios de nível 1 (ou *Tier I*), e fundos próprios de nível 2 (ou *Tier II*) que adicionados ao *Tier I* constituem os fundos próprios totais.

Os fundos próprios totais do novobanco são constituídos por elementos de CET I e por elementos de *Tier II*.

Informação complementar sobre a evolução e composição dos rácios de capital do novobanco pode ser encontrada no Documento de Disciplina de Mercado do Grupo (ponto 3. Adequação de Capitais).

O quadro seguinte apresenta um sumário dos fundos próprios, ativos ponderados pelo risco e rácios de capital do novobanco para 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	(milhões de euros)		
	2023 (fully loaded) (3)	2023 (phased.in)	2022
Capital ordinário realizado, prémios emissão e ações próprias	6 568	6 568	6 305
Reservas e resultados transitados	( 3 339)	( 3 339)	( 3 692)
Resultado líquido exercício atribuível acionistas Banco	801	801	454
Interesses que não controlam (minoritários)	-	-	-
<b>A - Capital próprio</b>	<b>4 029</b>	<b>4 029</b>	<b>3 067</b>
RL do exercício atribuível aos acionistas do Banco não elegível	-	-	-
Interesses que não controlam (minoritários)	-	-	-
Ajustamentos de avaliação adicional	( 4)	( 4)	( 5)
Período transitório IFRS 9	-	79	122
Ativos intangíveis	( 34)	( 34)	( 70)
Insuficiência de provisões face às perdas esperadas	-	-	-
Ativos de fundos de pensões com benefícios definidos	( 12)	( 12)	( 52)
Ativos por impostos diferidos e investimentos entidades financeiras	( 246)	( 246)	( 332)
Outros <sup>(1)</sup>	( 413)	( 398)	( 248)
<b>B - Ajustamentos regulamentares ao capital próprio</b>	<b>( 701)</b>	<b>( 615)</b>	<b>( 584)</b>
<b>C - Fundos próprios principais de nível 1 - CET I (A+B)</b>	<b>3 328</b>	<b>3 415</b>	<b>2 483</b>
Instrumentos capital elegíveis para additional Tier I	-	-	-
Outros elementos elegíveis para additional Tier I	-	-	-
<b>D - Fundos próprios adicionais de nível 1 - Additional Tier 1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>E - Fundos próprios de nível 1 - Tier I (C+D)</b>	<b>3 328</b>	<b>3 415</b>	<b>2 483</b>
Passivos subordinados elegíveis para Tier II	497	497	399
Outros elementos elegíveis para Tier II	78	78	91
Ajustamentos regulamentares a Tier II	-	-	-
<b>F - Fundos próprios de nível 2 - Tier II</b>	<b>575</b>	<b>575</b>	<b>490</b>
<b>G - Fundos próprios totais (E+F)</b>	<b>3 903</b>	<b>3 990</b>	<b>2 973</b>
Risco de crédito	18 339	18 406	19 855
Risco de mercado	100	100	77
Risco operacional	1 905	1 905	1 621
<b>H - Ativos ponderados pelo risco</b>	<b>20 344</b>	<b>20 411</b>	<b>21 553</b>
<b>Rácios de solvabilidade</b>			
<b>Rácio CET I</b>	<b>(C/H)</b>	<b>16,4%</b>	<b>16,7%</b>
<b>Rácio Tier I</b>	<b>(E/H)</b>	<b>16,4%</b>	<b>16,7%</b>
<b>Rácio de solvabilidade</b>	<b>(G/H)</b>	<b>19,2%</b>	<b>13,8%</b>
<b>Rácio de alavancagem<sup>(2)</sup></b>		<b>7,2%</b>	<b>5,2%</b>

(1) Engloba os ajustamentos ao CCA a receber, refletido ao nível das reservas, e não recebido do Fundo de Resolução bem como o montante referente ao backstop

(2) O rácio de alavancagem resulta de dividir o Tier 1 pela medida de exposição apurada nos termos da CRR

(3) Rácios de capital e alavancagem não considerando efeitos relativos ao período transitório

## Nota 38 – Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros têm a seguinte composição:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
<b>Ramo Vida</b>	<b>16 084</b>	<b>19 152</b>
Unit Link e outras comissões vida	945	1 795
Seguros proteção ao crédito (parte vida)	775	877
Produtos tradicionais	14 364	16 480
<b>Ramo Não Vida</b>	<b>12 054</b>	<b>9 891</b>
Seguros a particulares	10 674	8 300
Seguros a empresas	177	177
Seguros proteção ao crédito (parte não vida)	1 203	1 414
	<b>28 138</b>	<b>29 043</b>

Nota: os rendimentos apresentados são líquidos de periodizações

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

## Nota 39 – Eventos Subsequentes

- A 1 de fevereiro de 2024, o novobanco comunicou que nessa data a Fitch atribuiu rating BBB- à dívida sénior preferencial de longo-prazo do novobanco. A classificação de *Investment Grade* reflete i) o atual modelo de negócios do Banco; ii) uma melhoria significativa na qualidade dos ativos; iii) níveis de rentabilidade que se comparam favoravelmente com os pares; iv) melhoria significativa dos *buffers* de capital em 2023; e v) financiamento estável, juntamente com liquidez adequada;
- A 21 de fevereiro de 2024, o novobanco informou sobre a emissão de Obrigações Cobertas no valor de 500 milhões de euros, com maturidade a 1 de março de 2027 (*soft bullet*). O *rating* esperado da emissão é de Aaa pela Moodys. As obrigações têm uma taxa de juro anual de 3,25%, equivalente a *mid-swaps* a 3 anos acrescido de 45pb;
- A 28 de fevereiro de 2024, o novobanco emitiu dívida *Senior Preferred* no valor de 500 milhões de euros, com maturidade a 8 de março de 2028 e com opção de reembolso antecipado a 8 de março de 2027. As obrigações foram emitidas com um cupão anual de 4,25%.



743M€  
Resultado Líquido

18,2%  
Rácio CET 1

20,4%  
RoTE

---

# ANEXO

590	<b>Certificação legal e relatório da Auditoria das Contas Consolidadas</b>
598	<b>Certificação legal e relatório da Auditoria das Contas Individuais</b>
606	<b>Relatório de Auto-avaliação Aviso 3/2020</b>
610	<b>Relatório do Conselho Geral e de Supervisão</b>



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
www.ey.com

## Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Novo Banco, S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 43.500.790 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.422.428 milhares de euros, incluindo resultados atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe de 743.088 milhares de euros), a Demonstração de Resultados Consolidados, a Demonstração de Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Novo Banco, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

#### 1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A rubrica Crédito a clientes inclui perdas por imparidade acumulada no montante de 954.525 milhares de euros ("m€"), tendo sido reconhecida, durante o exercício, uma perda por imparidade de 109.389 m€ na linha de Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados. O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas	A nossa abordagem de auditoria incluiu, entre outros, a execução dos seguintes procedimentos: <ul style="list-style-type: none"> <li>obtenção do entendimento, apreciação da conceção e teste à eficácia operacional dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para o crédito a clientes;</li> <li>realização de testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expetativas formadas considerando as variações ocorridas nas exposições de crédito;</li> </ul>

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20191480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários  
Contribuinte N.º 505 998 293 - C. R., Comercial de Lisboa sob o mesmo número  
A member firm of Ernst & Young Global Limited



#### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

explicativas às demonstrações financeiras consolidadas (Notas 7.12, 8.1, 19, 22.3 e 42.3).

Para o cálculo desta estimativa sobre a perda por imparidade da carteira de crédito a clientes, o órgão de gestão efetuou julgamentos críticos como sejam a avaliação do modelo de negócio, a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, a classificação de exposições em incumprimento, a definição de grupo de ativos com características de risco de crédito semelhantes e a utilização de modelos e parâmetros. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas do Grupo na avaliação de risco de crédito. Para além da complexidade dos modelos, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados que pode levantar questões sobre a sua qualidade e disponibilidade.

Em face do grau de subjetividade e complexidade envolvida, especialmente num contexto macroeconómico em rápida alteração, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.

#### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ✦ seleção de uma amostra de devedores objeto de análise individual de imparidade para analisar os pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre os modelos de negócio, a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais. Inquirição aos especialistas do Grupo por forma a obter o entendimento da estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados;
- ✦ análise dos documentos que formalizam as operações de vendas relevantes de crédito a clientes e análise do impacto refletido nas demonstrações financeiras;
- ✦ obtenção do entendimento e apreciação do desenho do modelo de cálculo da perda esperada, teste do cálculo, comparação da informação usada no modelo com dados fonte, através das reconciliações preparadas pelo Grupo, análise dos pressupostos usados para suprir lacunas nos dados, comparação dos parâmetros usados com os resultados dos modelos de estimação e comparação dos resultados dos modelos com os valores registados nas demonstrações financeiras;
- ✦ teste à razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade, destacando-se os seguintes procedimentos realizados:
  - i) entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada;
  - ii) entendimento das alterações aos modelos utilizados pelo Grupo para determinar os parâmetros usados no cálculo da perda esperada e dos resultados nos parâmetros;
  - iii) teste, para a carteira de crédito a clientes do Grupo, da aplicação das regras de avaliação do aumento significativo do risco de crédito e, numa base de amostragem, a validação dessa classificação;
  - iv) inquirições aos especialistas do Grupo responsáveis pelos modelos e inspeção dos relatórios da auditoria interna e reguladores; e
  - v) análise dos trabalhos das áreas de validação e auditoria interna relativa aos modelos de imparidade coletiva
- ✦ leitura das atas do Comité de Imparidade, do Comité de Imparidade alargado e do Grupo de Acompanhamento de Risco de Crédito; e
- ✦ análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.



Novo Banco, S.A.  
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria (Consolidado)  
31 de dezembro de 2023

## 2. Mensuração de imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As rubricas de Propriedades de investimento e de Outros ativos incluem imóveis no valor de 393.795 m€ e 66.312 m€ respetivamente. As políticas contabilísticas e o detalhe destes ativos estão divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas (notas 7.14, 7.15, 8.6, 26, 29 e 40).</p> <p>Conforme divulgado na nota 7.14 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas, os Outros ativos incluem imóveis que foram essencialmente obtidos por recuperação de crédito, para os quais o Grupo tem implementado um plano com vista à sua alienação. Estes imóveis estão valorizados pelo menor do valor líquido contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda.</p> <p>As notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas (nota 26) apresentam o detalhe e o movimento das Propriedades de investimento, que são detidas por fundos de investimento e que se encontram alugadas a terceiros para obtenção de rendimentos ou para valorização de capital. Os imóveis nesta categoria estão valorizados ao justo valor que é calculado por especialistas registados na CMVM e contratados pelo órgão de gestão.</p> <p>O justo valor resulta de um processo de estimativa do órgão de gestão que se baseia em julgamentos e pressupostos e é consubstanciado numa avaliação efetuada por um especialista contratado. Os pressupostos considerados incluem a melhor utilização que pode ser dada ao ativo, o que constitui uma transação comparável ou o valor potencial do rendimento que pode ser obtido pelo imóvel.</p> <p>Como o uso de diferentes técnicas de valorização e pressupostos poder originar diferentes estimativas de justo valor, com um impacto material na mensuração destes imóveis, consideramos esta matéria como relevante para a auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu, entre outros, a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ realização de testes de revisão analítica sobre o valor dos imóveis incluídos nas Propriedades de investimento e Outros ativos comparando-o com o período homologado e com a expectativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas e identificação das alterações dos pressupostos e metodologias;</li> <li>■ para uma amostra de imóveis, teste à razoabilidade da metodologia e dos pressupostos incluídos nas avaliações realizadas por avaliadores externos registados na CMVM. Para estes imóveis, inspeção de eventuais contratos promessa de compra e venda e certidões de teor da conservatória do registo predial;</li> <li>■ para as transações mais significativas: <ul style="list-style-type: none"> <li>■ inspeção dos contratos de venda</li> <li>■ análise da documentação interna do Grupo sobre a avaliação de conflitos de interesses e do processo competitivo;</li> <li>■ para os ativos imobiliários no âmbito do mecanismo de capitalização contingente, análise das aprovações do Fundo de Resolução; e</li> <li>■ teste ao desconhecimento dos ativos e dos ganhos e perdas registados.</li> </ul> </li> <li>■ indagação aos especialistas contratados pelos órgãos de gestão sobre as premissas utilizadas para uma amostra de ativos e leitura das atas do Conselho de Administração Executivo;</li> <li>■ inquirição aos órgãos de gestão sobre operações de venda previstas e, quando aplicável, exame das ofertas vinculativas recebidas, comparando o valor proposto com o justo valor estimado; e</li> <li>■ análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.</li> </ul>





### 3. Divulgação de passivos contingentes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas divulgam os passivos contingentes (nota 36) que podem representar uma possível obrigação para o Grupo decorrentes de eventos passados. A ocorrência destas obrigações está dependente de um ou mais acontecimentos futuros que não estão inteiramente sob o controlo do Grupo.</p> <p>As políticas contabilísticas para o reconhecimento de provisões ou divulgação de passivos contingentes estão descritas na nota 7.24 e as principais estimativas e pressupostos na nota B.5.</p> <p>Os principais passivos contingentes decorrem de várias situações, sendo de destacar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ajustamentos que possam ocorrer aos "passivos excluídos" originados pelo Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") e que não foram transferidos para o Grupo, não obstante as clarificações e as garantias de neutralização existentes;</li> <li>• a existência de diversos litígios relevantes na sequência da medida de resolução ao BES, os quais, apesar das garantias existentes, podem levar a efeitos ou impactos no Grupo insusceptíveis de determinar ou quantificar;</li> <li>• ações judiciais intentadas na sequência da celebração do contrato de compra e venda do Novo Banco, S.A. e do estabelecimento do mecanismo de capitalização contingente, assinado entre o Fundo de Resolução e a Lone Star;</li> <li>• o Grupo participa no Fundo de Resolução, o qual, em resultado das medidas aplicadas no passado, apresenta incertezas relacionadas com litígios em curso e o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades. É expetativa do órgão de gestão que não serão exigidas contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif, bem como o mecanismo capitalização contingente e o mecanismo de indemnização.</li> </ul>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu, entre outros, a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• leitura das atas do órgão de gestão do Grupo, da correspondência com os reguladores e com o Fundo de Resolução;</li> <li>• análise das respostas aos pedidos de confirmação externa feitos aos consultores legais do Grupo e indagações ao órgão de gestão e aos consultores legais sobre os passivos contingentes do Grupo;</li> <li>• inspeção da documentação do Fundo de Resolução, em particular o relatório e contas de 2022 e os comunicados do Fundo de Resolução; e</li> <li>• análise das divulgações constantes nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas relativamente a esta matéria, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro.</li> </ul>



Novo Banco, S.A.  
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria (Consolidado)  
31 de dezembro de 2023

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Existem igualmente divergências entre o Grupo e o Fundo de Resolução no que respeita ao valor solicitada a este que o Grupo considera devidos ao abrigo do mecanismo de capital contingente.</p> <p>A avaliação dos riscos e dos pressupostos é uma matéria de julgamento do órgão de gestão que exige análise complexa com recurso a consultores legais internos e externos contratados pelo Grupo. Atendendo à relevância destas contingências para o Grupo, consideramos este tema como uma matéria relevante de auditoria.</p>	

#### 4. Responsabilidades com pensões de reforma

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As responsabilidades com pensões de reforma ascendem a 1.596.810 m€, tendo-se registado uma perda atuarial de 103.329 m€ pela alteração de pressupostos financeiros reconhecida no outro rendimento integral.</p> <p>As políticas contabilísticas para o reconhecimento do Fundo de Pensões e as divulgações encontram-se nas notas explicativas às demonstrações financeiras (Notas 7.23, 8.4 e 16).</p> <p>A taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma é determinada com base nas taxas de mercado associadas à emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.</p> <p>A estimativa das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos atuariais que, caso fossem diferentes dos assumidos pelo órgão de gestão, poderia resultar num valor materialmente diferente. Por este motivo, consideramos este tema como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu, entre outros, a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ análise da nota atuarial com referência a 31 de dezembro de 2023 preparada pelo atuário independente;</li> <li>➤ reuniões com o pessoal-chave do Grupo e com o atuário independente de forma a obter o entendimento dos pressupostos considerados;</li> <li>➤ avaliação da razoabilidade dos pressupostos considerados a 31 de dezembro de 2023, nomeadamente da taxa de desconto, com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado;</li> <li>➤ análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.</li> </ul>



## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório Consolidado de Gestão, Relatório de Governo Societário e demonstração não financeira consolidada, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



Novo Banco, S.A.  
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria (Consolidado)  
31 de dezembro de 2023

- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no Relatório Consolidado de Gestão.

### Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o capítulo "Governo Corporativo" do Relatório de Gestão inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do n.º 1 do referido artigo.

### Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou o Relatório de Sustentabilidade separado do Relatório Consolidado de Gestão, que inclui a Demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o Relatório Consolidado de Gestão.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores do Novo Banco, S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 21 de dezembro de 2017 para um mandato compreendido entre 2018 e 2020. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 22 de outubro de 2020 para um segundo mandato compreendido entre 2021 e 2024;



Novo Banco, S.A.  
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria (Consolidado)  
31 de dezembro de 2023

- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

### Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas do Novo Banco, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- ▶ a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- ▶ a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Lisboa, 5 de março de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

António Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC n.º 1661  
Registado na CMVM com o n.º 20161271



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
www.ey.com

## Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Novo Banco, S.A. (o Banco), que compreendem o Balanço Individual em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 43.146.264 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.029.222 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 800.660 milhares de euros), a Demonstração de Resultados Individuais, a Demonstração de Rendimento Integral Individual, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Individual e a Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras individuais, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Novo Banco, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

##### 1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A rubrica Crédito a clientes inclui perdas por imparidade acumulada no montante de 935.991 milhares de euros ("m€"), tendo sido reconhecida, durante o exercício, uma perda por imparidade de 109.424 m€ na linha de Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados. O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas	A nossa abordagem de auditoria incluiu, entre outros, a execução dos seguintes procedimentos: <ul style="list-style-type: none"> <li>obtenção do entendimento, apreciação da conceção e teste à eficácia operacional dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para o crédito a clientes;</li> <li>realização de testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas considerando as variações ocorridas nas exposições de crédito;</li> </ul>

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20191480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários  
Contribuinte N.º 505 998 293 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número  
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Novo Banco, S.A.  
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria  
31 de dezembro de 2023

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>explicativas às demonstrações financeiras (Notas 6,12, 7.1, 17, 20,3 e 37,3).</p> <p>Para o cálculo desta estimativa sobre a perda por imparidade da carteira de crédito a clientes, o órgão de gestão efetuou julgamentos relevantes como sejam a avaliação do modelo de negócio, a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, a classificação de exposições em incumprimento, a definição de grupo de ativos com características de risco de crédito semelhantes e a utilização de modelos e parâmetros. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas do Banco na avaliação de risco de crédito. Para além da complexidade dos modelos, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados que pode levantar questões sobre a sua qualidade e disponibilidade.</p> <p>Em face do grau de subjetividade e complexidade envolvida, especialmente num contexto macroeconómico em rápida alteração, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✦ seleção de uma amostra de devedores objeto de análise individual de imparidade para analisar os pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre os modelos de negócio, a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais. Inquirição aos especialistas do Banco por forma a obter o entendimento da estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados;</li> <li>✦ análise dos documentos que formalizam as operações de vendas relevantes de crédito a clientes e análise do impacto refletido nas demonstrações financeiras;</li> <li>✦ obtenção do entendimento e apreciação do desenho do modelo de cálculo da perda esperada, teste do cálculo, comparação da informação usada no modelo com dados fonte, através das reconciliações preparadas pelo Banco, análise dos pressupostos usados para suprir lacunas nos dados, comparação dos parâmetros usados com os resultados dos modelos de estimação e comparação dos resultados dos modelos com os valores registados nas demonstrações financeiras;</li> <li>✦ teste à razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade, destacando-se os seguintes procedimentos realizados:             <ol style="list-style-type: none"> <li>i) entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada;</li> <li>ii) entendimento das alterações aos modelos utilizados pelo Banco para determinar os parâmetros usados no cálculo da perda esperada e dos resultados nos parâmetros;</li> <li>iii) teste, para a carteira de crédito a clientes do Banco, da aplicação das regras de avaliação do aumento significativo do risco de crédito e, numa base de amostragem, a validação dessa classificação;</li> <li>iv) inquirições aos especialistas do Banco responsáveis pelos modelos e inspeção dos relatórios da auditoria interna e reguladores; e</li> <li>v) análise dos trabalhos das áreas de validação e auditoria interna relativa aos modelos de imparidade coletiva.</li> </ol> </li> <li>✦ leitura das atas do Comité de Imparidade, do Comité de Imparidade alargado e do Grupo de Acompanhamento de Risco de Crédito; e</li> <li>✦ análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.</li> </ul>



Novo Banco, S.A.  
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria  
31 de dezembro de 2023

## 2. Mensuração de imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A rubrica de Outros ativos inclui imóveis no valor líquido de imparidade de 62.032 m€. As políticas contabilísticas e o detalhe destes ativos estão divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras (notas 6.14, 7.6 e 26).</p> <p>Conforme divulgado na nota 6.14 das notas explicativas às demonstrações financeiras, os Outros ativos incluem imóveis que foram essencialmente obtidos por recuperação de crédito, para os quais o Banco tem implementado um plano com vista à sua alienação. Estes imóveis estão valorizados pelo menor do valor líquido contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda.</p> <p>O justo valor resulta de um processo de estimativa do órgão de gestão que se baseia em julgamentos e pressupostos e é consubstanciado numa avaliação efetuada por um especialista contratado. Os pressupostos considerados incluem a melhor utilização que pode ser dada ao ativo, o que constitui uma transação comparável ou o valor potencial do rendimento que pode ser obtido pelo imóvel.</p> <p>Como o uso de diferentes técnicas de valorização e pressupostos poder originar diferentes estimativas de justo valor, com um impacto material na mensuração destes imóveis, consideramos esta matéria como relevante para a auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu, entre outros, a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• realização de testes de revisão analítica sobre o valor dos imóveis incluídos em Outros ativos comparando-o com o período homólogo e com a expectativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas e identificação das alterações dos pressupostos e metodologias;</li> <li>• para uma amostra de imóveis, teste à razoabilidade da metodologia e dos pressupostos incluídos nas avaliações realizadas por avaliadores externos registados na CMVM. Para estes imóveis, inspeção de eventuais contratos promessa de compra e venda e certidões de teor da conservatória do registo predial;</li> <li>• para as transações mais significativas:             <ul style="list-style-type: none"> <li>• inspeção dos contratos de venda;</li> <li>• análise da documentação interna do Banco sobre a avaliação de conflitos de interesses e do processo competitivo;</li> <li>• para os ativos imobiliários no âmbito do mecanismo de capitalização contingente, análise das aprovações do Fundo de Resolução; e</li> <li>• teste ao desconhecimento dos ativos e dos ganhos e perdas registados.</li> </ul> </li> <li>• indagação aos especialistas contratados pelos órgãos de gestão sobre as premissas utilizadas para uma amostra de ativos e leitura das atas do Conselho de Administração Executivo;</li> <li>• inquirição aos órgãos de gestão sobre operações de venda previstas e, quando aplicável, exame das ofertas vinculativas recebidas, comparando o valor proposto com o justo valor estimado; e</li> <li>• análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.</li> </ul>

## 3. Divulgação de passivos contingentes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As notas explicativas às demonstrações financeiras divulgam os passivos contingentes (nota 33) que podem representar uma possível obrigação para o Banco decorrentes de eventos passados. A ocorrência destas obrigações está dependente de um ou mais acontecimentos futuros que não estão inteiramente sob o controlo do Banco.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu, entre outros, a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• leitura das atas do órgão de gestão do Banco, da correspondência com os reguladores e com o Fundo de Resolução;</li> <li>• análise das respostas aos pedidos de confirmação externa feitos aos consultores legais do Banco e indagações ao órgão de gestão e aos consultores legais sobre os passivos contingentes do Banco;</li> </ul>





Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As políticas contabilísticas para o reconhecimento de provisões ou divulgação de passivos contingentes estão descritas na nota 6.23 e as principais estimativas e pressupostos na nota 7.5. Os principais passivos contingentes decorrem de várias situações, sendo de destacar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ajustamentos que possam ocorrer aos "passivos excluídos" originados pelo Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") e que não foram transferidos para o Banco, não obstante as clarificações e as garantias de neutralização existentes;</li> <li>• a existência de diversos litígios relevantes na sequência da medida de resolução ao BES, os quais, apesar das garantias existentes, podem levar a efeitos ou impactos no Banco insuscetíveis de determinar ou quantificar;</li> <li>• ações judiciais intentadas na sequência da celebração do contrato de compra e venda do Banco e do estabelecimento do mecanismo de capitalização contingente, assinado entre o Fundo de Resolução e a Lone Star;</li> <li>• o Banco participa no Fundo de Resolução, o qual, em resultado das medidas aplicadas no passado, apresenta incertezas relacionadas com litígios em curso e o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades. É expetativa do órgão de gestão que não serão exigidas contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif, bem como o mecanismo capitalização contingente e o mecanismo de indemnização.</li> </ul> <p>Existem igualmente divergências entre o Banco e o Fundo de Resolução no que respeita ao valor solicitada a este que o Banco considera devidos ao abrigo do mecanismo de capital contingente.</p> <p>A avaliação dos riscos e dos pressupostos é uma matéria de julgamento do órgão de gestão que exige análise complexa com recurso a consultores legais internos e externos contratados pelo Banco. Atendendo à relevância destas contingências para o</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ inspeção da documentação do Fundo de Resolução, em particular o relatório e contas de 2022 e os comunicados do Fundo de Resolução; e</li> <li>▶ análise das divulgações constantes nas notas explicativas as demonstrações financeiras relativamente a esta matéria, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro.</li> </ul>



Novo Banco, S.A.  
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria  
31 de dezembro de 2023

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Banco, consideramos este tema como uma matéria relevante de auditoria.	

#### 4. Responsabilidades com pensões de reforma

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As responsabilidades com pensões de reforma ascendem a 1.565.293 m€, tendo-se registado uma perda atuarial de 101.041 m€ pela alteração de pressupostos financeiros reconhecida no outro rendimento integral.</p> <p>As políticas contabilísticas para o reconhecimento do Fundo de Pensões e as divulgações encontram-se nas notas explicativas às demonstrações financeiras (Notas 6.22, 7.4 e 14).</p> <p>A taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.</p> <p>A estimativa das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos atuariais que, caso fossem diferentes dos assumidos pelo órgão de gestão, poderia resultar num valor materialmente diferente. Por este motivo, consideramos este tema como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu, entre outros, a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ análise da nota atuarial com referência a 31 de dezembro de 2023 preparada pelo atuário independente;</li> <li>▶ reuniões com o pessoal-chave do Banco e com o atuário independente de forma a obter o entendimento dos pressupostos considerados;</li> <li>▶ avaliação da razoabilidade dos pressupostos considerados a 31 de dezembro de 2023, nomeadamente da taxa de desconto, com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado;</li> <li>▶ análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.</li> </ul>

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, Relatório de Governo Societário e demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;



Novo Banco, S.A.  
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria  
31 de dezembro de 2023

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver contiuio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.



Novo Banco, S.A.  
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria  
31 de dezembro de 2023

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Banco, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

### Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o capítulo "Governo Corporativo" do Relatório de Gestão inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do n.º 1 do referido artigo.

### Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Banco preparou o Relatório de Sustentabilidade separado do Relatório de Gestão, que inclui a Demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o Relatório de Gestão.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores do Banco pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 21 de dezembro de 2017 para um mandato compreendido entre 2018 e 2020. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 22 de outubro de 2020 para um segundo mandato compreendido entre 2021 e 2024;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Banco durante a realização da auditoria.

### Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).



Novo Banco, S.A.  
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria  
31 de dezembro de 2023

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Lisboa, 5 de março de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

António Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC n.º 1661  
Registado na CMVM com o n.º 20161271

# Relatório de avaliação do Órgão de Fiscalização sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor no Grupo Novo Banco e os seus sistemas de governo e controlo interno, nos termos das alíneas b), c) e d) do N.º 1 do Artigo 58.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020

## Introdução

### 1.

O presente relatório de avaliação é apresentado para os efeitos previstos nas alíneas b), c) e d) do N.º 1 do artigo 58.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020 (“Aviso”) e insere-se no processo de relato anual da avaliação da adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor no Grupo Novo Banco (“Grupo”) e os seus sistemas de governo e controlo interno com referência ao período de 1 de dezembro de 2022 a 30 de novembro de 2023.

## Responsabilidades

### 2.

Os órgãos de administração e de fiscalização são responsáveis, no âmbito das respetivas competências, por promover a existência, no Grupo, de uma cultura organizacional assente em elevados padrões de exigência ética, que, cumulativamente:

- promova uma cultura de risco integrada que abranja todas as áreas de atividade do Grupo e que assegure a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que o Grupo está ou pode vir a estar exposto;
- promova uma conduta profissional responsável e prudente, a observar por todos os colaboradores e membros dos órgãos de administração e de fiscalização no desempenho das respetivas funções, pautada por elevados padrões de exigência ética consagrados num código de conduta próprio do Grupo;
- contribua para reforçar os níveis de confiança e reputação do Grupo, quer a nível interno, quer nas relações estabelecidas com clientes, investidores, autoridades de supervisão e outros terceiros.

É ainda da responsabilidade dos órgãos de administração e de fiscalização: assegurar que a cultura organizacional do Grupo e os sistemas de governo e controlo interno, incluindo as práticas e políticas remuneratórias e as demais matérias tratadas no Aviso, são adequados e eficazes e promovem uma gestão sã e prudente; e assegurar que o Grupo avalia a adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor e os sistemas de governo e controlo interno e elabora um relatório anual de com os resultados desta avaliação (“Relatório”).

### 3.

Para efeitos de inclusão no Relatório, é nossa responsabilidade emitir este relatório preparado nos termos previstos nas alíneas b), c) e d) do N.º 1 do artigo 58.º do Aviso.

## Procedimentos realizados

### 4.

Para cumprimento das nossas responsabilidades relativamente à cultura organizacional e aos sistemas de governo e de controlo interno, desenvolvemos as seguintes atividades, que apresentamos resumidamente:

- Mantivemos contactos regulares com o Conselho de Administração Executivo do Novo Banco, S.A. Para esse efeito, participámos em reuniões com membros do Conselho de Administração Executivo para esclarecimento de questões, lemos as atas das reuniões do Conselho de Administração Executivo. No âmbito destas reuniões foi-nos apresentada a situação do Grupo como um todo, incluindo assuntos relevantes para as subsidiárias, o que nos permite avaliar o ambiente de controlo estabelecido ao nível do Grupo e subsidiárias;
- Reunimos com os diretores responsáveis pelas funções

de Gestão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna com responsabilidade ao nível do Grupo, e apreciamos os relatórios anuais de atividade. Relativamente ao relatório anual da função de auditoria interna, tomámos em conta a validação da classificação das deficiências que foi garantida para cada uma das entidades do grupo novobanco (novobanco, novobanco dos Açores e Best);

- Apreciamos adicionalmente os relatórios de autoavaliação das funções de controlo, avaliamos a sua declaração de independência e inquirimos sobre a existência de algum facto ou circunstância que possa afetar essa independência, nomeadamente i) pela análise do potencial impacto das deficiências identificadas a cada uma das funções de controlo, ii) pela garantia de inexistência de conflitos de interesse; iii) pela política e regras de remuneração não constituírem risco, iv) pelas competências e preparação das equipas de cada função de controlos, v) pelo acesso sem obstáculos a todos os órgãos relevantes, ou vi) pelos canais de comunicação e reporte que estão implementados;
- Apreciamos o plano de auditoria para o ano 2023 e os resultados das ações realizadas vertidas nos relatórios elaborados;
- Reunimos com o Revisor Oficial de Contas do Grupo e analisámos o conteúdo da última Certificação Legal das Contas emitida, o Relatório de Imparidade, o Relatório de Salvaguarda de Ativos, o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, os pareceres de Revisão Limitada com referência a 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, e o Relatório de Conclusões Factuais emitido pela Ernst & Young – Audit & Associados, S.A., incluindo os testes efetuados sobre a classificação das deficiências. Avaliamos o conteúdo da comunicação de deficiências significativas no sistema de controlo interno relativo ao Grupo enviada pelo Revisor Oficial de Contas no dia

13 de dezembro de 2023;

- Lemos o Relatório de Grupo e os relatórios individuais das subsidiárias mais relevantes, incluindo as deficiências nele identificadas e as medidas definidas para as corrigir, os planos de implementação definidos e apreciamos o seu estado de concretização;
- Solicitámos a informação necessária que nos permitisse assegurar a adequação dos processos e controlos implementados pelo Grupo e o cumprimento do disposto nas políticas e normativos internos das subsidiárias mais relevantes, por exemplo, NG0025\_2023 – Demonstrações financeiras individuais e consolidadas - regras de consolidação e reporte e RG 0003\_2022 – Regulamento da função de risco do Grupo Novo Banco;
- Confirmámos que para os processos mais relevantes as Políticas são definidas, aprovadas e implementadas de forma transversal nas Entidades do grupo novobanco, sendo os processos e controlos maioritariamente de aplicação transversal, mas com a devida adequação quando aplicável. Inquirimos os responsáveis dos departamentos no sentido de confirmar a consistência da aplicação dos procedimentos para as subsidiárias mais relevantes do Grupo;
- Confirmámos que o Grupo tem implementados processos e controlos que asseguram a obtenção de informação relevante das subsidiárias para o processo de consolidação, incluindo informação contabilística e demais elementos informativos;
- Reunimos com os órgãos de fiscalização das subsidiárias mais relevantes e indagámos sobre os principais desenvolvimentos ocorridos durante o período em referência com impacto no sistema de controlo interno, sobre o cumprimento do plano de atividades do órgão de fiscalização e conjuntamente identificámos potenciais preocupações e/ou deficiências identificadas nos processos existentes em

cada entidade;

- Tomámos conhecimento das deficiências identificadas em cada uma das subsidiárias bem como da respetiva severidade e dos planos definidos pelos departamentos responsáveis no sentido de garantir a sua mitigação;
- Avaliámos a coerência entre os sistemas de controlo interno das filiais, recorrendo às conclusões dos contactos com os órgãos de fiscalização das subsidiárias mais relevantes, à apreciação do conteúdo dos relatórios de avaliação desses mesmos órgãos de fiscalização, para além de todos os outros procedimentos realizados e anteriormente descritos.

Os membros do Comité para as Matérias Financeiras participaram numa sessão de formação relativa à Política de Seleção, Designação e Avaliação do Revisor Oficial de Contas e de Contratação de Serviços Distintos de Auditoria Não Proibidos.

## Limitações inerentes

### 5.

O Conselho Geral e de Supervisão está ciente das limitações inerentes a qualquer sistema de controlo interno que, independentemente do seu grau de adequação e eficácia, apenas pode proporcionar um nível de segurança razoável à gestão e fiscalização relativamente à consecução dos objetivos em matéria de cultura organizacional, sistemas de governo e de controlo Interno, bem como às restantes matérias do Aviso. Adicionalmente, a existência de um apropriado sistema de controlo interno subjacente ao relato financeiro e prudencial não é por si só suficiente para garantir a fiabilidade da informação financeira e prudencial divulgada. De facto, existe todo um conjunto de processos a montante nas diversas áreas de negócio e de suporte do Grupo, onde é fundamental a existência de um apropriado sistema de controlo interno, para garantir a fiabilidade da informação disponibilizada à área de reporte financeiro e prudencial. Assim, dadas as limitações inerentes aos sistemas de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem serem detetados.

Tendo em conta a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas não

deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção, para períodos futuros, sobre o grau de implementação do referido sistema, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos implementados. A avaliação do impacto das deficiências é uma estimativa do Conselho de Administração Executivo e obedece aos critérios estabelecidos no Grupo e ao processo de classificação de acordo com os critérios e pressupostos estabelecidos. Atendendo aos julgamentos envolvidos na definição dos critérios, nos pressupostos e na avaliação dos impactos, diferentes classificações poderiam ser atribuídas às deficiências, caso se seguissem critérios ou se assumissem pressupostos diferentes. De igual forma, uma avaliação feita noutra data sobre a mesma deficiência pode chegar a conclusões diferentes e o impacto de uma deficiência pode materializar-se de uma forma diferente do que foi estimado.

## Conclusão

Conforme descrito no Relatório do Grupo novobanco estão identificadas deficiências classificadas como F3 – Elevada e F4 – Severa, as quais podem ter impacto na situação financeira, requisitos de fundos próprios, governo interno, modelo de negócio ou gestão e controlo de risco do Grupo. Para cada uma destas deficiências foi apresentado ao órgão de fiscalização um plano de mitigação e uma proposta de calendário de implementação. Conscientes da importância do tema no Grupo, estas deficiências estão a ser acompanhadas pelas estruturas internas, em particular pelas funções de controlo e pelo Conselho de Administração Executivo, e serão periodicamente objeto de análise do estado de implementação pelo órgão de fiscalização.

8. Atendendo às atividades desenvolvidas e às constatações descritas no parágrafo 4 acima, e exceto quanto ao eventual impacto das situações descritas nos parágrafos 6 a 7, sem prejuízo da continuidade na implementação dos novos requisitos do Aviso e com razoável segurança relativamente aos aspetos materialmente relevantes:

- em nossa opinião, a cultura organizacional e os sistemas de governo e controlo interno do Novo Banco, S.A. eram adequados e eficazes em 30 de novembro de 2023;



- apreciamos favoravelmente o estado de concretização das medidas definidas de 1 de dezembro de 2022 a 30 de novembro de 2023 para corrigir as deficiências detetadas e identificadas no Relatório, confirmando o esforço de implementação de medidas de mitigação durante o período e a evolução positiva registada em termos de severidade;
- declaramos que revimos e acompanhamos as deficiências identificadas e que a classificação atribuída às deficiências classificadas com nível F3 “elevada” ou nível F4 “severa” é adequada;
- em nossa opinião, as funções de controlo interno, incluindo as tarefas operacionais que se encontram subcontratadas, são desempenhadas com adequada qualidade e considerou-se comprovada a sua independência;
- os processos de preparação de reportes prudenciais e financeiros foram, tanto quanto pudemos apreciar no decurso das nossas responsabilidades e decorrente das atividades desenvolvidas, fiáveis de 1 de dezembro de 2022 a 30 de novembro de 2023;
- os processos de preparação da informação divulgada ao público pelo Grupo ao abrigo da legislação e regulamentação aplicáveis, incluindo a informação financeira e prudencial foram, tanto quanto pudemos apreciar no decurso das nossas responsabilidades e decorrente das atividades desenvolvidas, fiáveis de 1 de dezembro de 2022 a 30 de novembro de 2023;
- os deveres de divulgação ao público, que resultem de legislação e regulamentação aplicáveis e que respeitem a matérias previstas no Aviso, foram, tanto quanto pudemos apreciar no decurso das nossas responsabilidades e decorrente das atividades desenvolvidas, adequadamente cumpridos de 1 de dezembro de 2022 a 30 de novembro de 2023;
- os sistemas de controlo interno das sucursais foram, tanto quanto pudemos apreciar no decurso das nossas responsabilidades e decorrente das atividades desenvolvidas e detalhadas, coerentes com o sistema de controlo interno da empresa-mãe;
- O Grupo não tem filiais no estrangeiro ou estabelecimentos offshore com políticas de remuneração, uma vez que estas entidades não fazem pagamento de remunerações a quaisquer membros de órgãos sociais ou colaboradores.

## Outras considerações

### 6.

Este relatório de avaliação é emitido somente para informação do Conselho de Administração Executivo do Novo Banco, S.A. e apresentação ao Banco de Portugal no âmbito do Aviso como parte integrante do Relatório, e demais deveres de reporte e divulgação, não podendo ser utilizado para outra finalidade, nem lido isoladamente do contexto do Relatório, nem apresentado a terceiros sem a nossa prévia autorização por escrito.

(Este relatório foi aprovado em reunião do Conselho Geral e de Supervisão de 14 de dezembro de 2023)

# Relatório do Conselho Geral e de Supervisão e Parecer do Comitê para as Matérias Financeiras (Auditoria) sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Novo Banco, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Nos termos do mandato conferido ao Conselho Geral e de Supervisão (“CGS”) e em cumprimento do disposto nas alíneas h) e q) do n.º 1 do artigo 441º e artigo 444.º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos do Novo Banco, S.A. (“novobanco”), cumpre ao CGS emitir o Relatório Anual sobre a atividade desenvolvida e cumpre ao Comitê para as Matérias Financeiras (Auditoria) emitir Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do novobanco, as quais compreendem a Demonstração dos resultados individuais e consolidados, a Demonstração do rendimento integral individual e consolidado, o Balanço individual e consolidado, a Demonstração de alterações no capital próprio individual e consolidado, a Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidados e os respectivos Anexos com as Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração Executivo (“CAE”) do novobanco relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## 1. Relatório de atividade do Conselho Geral e de Supervisão relativa ao exercício de 2023

### 1.1. Composição e competências

Nos termos da lei aplicável, dos Estatutos do novobanco e das melhores práticas em vigor, à data do presente Relatório e Contas, sete dos dez membros que compõem o Conselho Geral e de Supervisão, incluindo o Presidente, são independentes. Durante o ano de 2023 a composição do CGS sofreu várias alterações: a 24 de fevereiro de 2023, Benjamin Dickgiesser apresentou a renúncia ao cargo de membro do CGS; a 21 de junho de 2023, após conclusão do processo de *fit and proper*, Monika Wildner integrou o CGS como membro independente; a 7 de novembro de 2023, após conclusão do processo de *fit and proper*, Evgeniy Kazarez integrou o CGS como membro não independente; a 14 de dezembro de 2023, Donald Quintin apresentou a renúncia ao cargo de membro do CGS; a 22 de dezembro de 2023 foi submetido o processo de *fit and proper* para um novo membro independente para o CGS, para o mandato ainda em curso (2021/2024), sujeito a aprovação das entidades de supervisão competentes para o efeito e da Assembleia Geral.

O CGS tem as competências que lhe são conferidas por lei, pelos Estatutos e pelo seu próprio Regulamento, incluindo a supervisão de todos os atos de gestão do CAE do Banco e das suas subsidiárias, bem como, assuntos relacionados com gestão de risco, conformidade (“compliance”) e auditoria interna.

Durante o ano de 2023, o CGS monitorizou a atividade do Banco e das suas subsidiárias mais significativas.

A atividade do Conselho Geral e de Supervisão é diretamente apoiada por 5 (cinco) Comitês, alguns deles obrigatórios nos termos da lei aplicável, nos quais foram delegadas algumas das suas competências, nomeadamente, o Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria), o Comité de Risco, o Comité de Compliance, o Comité de Nomeações e o Comité de Remunerações, conforme previsto nos Artigos 6.º e 16.º dos Estatutos do novobanco e no Regulamento do CGS.

Os referidos Comitês são presididos e compostos por membros do CGS, respeitando os requisitos legais e regulamentares em matéria de composição, e também podem contar com a presença dos membros do CAE responsáveis pelos pelouros abrangidos pelas atividades dos referidos Comitês ou por outros responsáveis dessas áreas.

O CGS reúne mensalmente, e adicionalmente quando necessário.

## 1.2. Atividade realizada no exercício de 2023

### Conselho Geral e de Supervisão

Durante o ano de 2023, o CGS realizou 12 reuniões, sendo que os vários assuntos discutidos, analisados e aprovados constam da ordem de trabalhos elaborada para cada reunião e são detalhados nas respetivas atas. Estas matérias incluíram, entre outras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do novobanco relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, bem como os resultados financeiros do primeiro e terceiro trimestres de 2023, o Plano Estratégico e o Plano de Médio Prazo

2023-2025, o Plano NPA para 2023-2025, a estratégia e apetite de risco para 2023, as análises das agências de notação financeira, a aprovação e/ou acompanhamento da alienação de ativos pelo novobanco, o encerramento da Sucursal de Espanha e a abertura de um Escritório de Representação naquele país, a revisão estratégica relativa ao Banco BEST, a simplificação do Grupo GNB GA, o encerramento dos Projetos de venda de carteiras de créditos não produtivos (*non-performing loans* – NPL) e ativos conexos (incluindo o Projeto Phoenix), a alienação de ativos de imobiliário detidos pelo Banco (“REO”), a estratégia de comunicação externa, o acompanhamento da atividade do Departamento de Auditoria Interna, a aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna para 2024, o acompanhamento dos principais processos jurídicos que envolvem o Banco, incluindo os processos de arbitragem, a evolução do projeto da sede no Tagus Park, acompanhamento das matérias relativas a recursos humanos, incluindo a Cultura Organizacional e o acompanhamento de toda a atividade desenvolvida e das decisões tomadas pelo Comitês do CGS.

Ao longo do ano, o CGS foi informado sobre os resultados operacionais do Grupo, a evolução dos negócios de retalho, empresas, tesouraria e digital, a posição de capital e liquidez do novobanco, bem como sobre as projeções regulares (capital e resultados) para o final do exercício de 2023 e o Relatório de Imparidade do Grupo.

Adicionalmente e no âmbito da sua responsabilidade pela supervisão da instituição e pela implementação de mecanismos de governo que assegurem uma gestão eficaz e prudente, o CGS analisou e aprovou as alterações introduzidas nas políticas internas do novobanco, nomeadamente o Código de Conduta, a Política de Conflitos de Interesses, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de

Comunicação de Irregularidades (*Whistleblowing*), Política Anti Suborno e Anticorrupção, Políticas de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, bem como alterações à Política de Seleção, Designação e Avaliação do Revisor Oficial de Contas do Grupo novobanco e de Contratação de Serviços Distintos de Auditoria Não Proibidos e Políticas de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Colaboradores, Política de Seleção e Avaliação dos Órgãos de Administração e de Fiscalização do novobanco e dos Titulares de Funções Essenciais, bem como procedeu à revisão periódica e aprovou alterações aos Regulamentos do CGS e seus Comitês.

Com referência a assuntos relacionados com o Acordo de Capital Contingente (“CCA”), o CGS acompanhou regularmente todas as questões relacionadas com a execução do acordo, incluindo a chamada de capital de 2021, a atividade do Agente de Verificação e a evolução das questões de arbitragem relacionadas com o CCA.

O CGS tomou igualmente conhecimento do relatório final do *Monitoring Trustee* relativo aos compromissos assumidos perante a Comissão Europeia, salientando que o Banco cumpriu todos os seus compromissos de viabilidade, incluindo o Período de Reestruturação, que terminou formalmente em 2023, por referência a 31 de dezembro de 2022.

Durante 2023 e sobre a cultura organizacional, o CGS acompanhou os resultados do Relatório de Cultura Organizacional, bem como as medidas definidas pelo CAE para melhorar a cultura organizacional com a implementação de um novo projeto, Alinhamento Estratégico e Transformação Cultural, desenhado com o apoio de consultores externos, e monitorizou a evolução da sua implementação.

No final do exercício de 2023, e no âmbito da sua responsabilidade pela supervisão e fiscalização das funções de controlo e de governo interno, o CGS concluiu o seu relatório de avaliação da adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor no Grupo novobanco e dos seus sistemas de governo e controlo interno referente ao período de 1 de dezembro de 2022 a 30 de novembro de 2023, apreciando os Relatórios de Autoavaliação das Funções de Risco, Auditoria e Conformidade (“Compliance”), nos termos das alíneas b), c) e d) do artigo 58.º do Aviso n.º 3/2020 do Banco de

Portugal, através dos quais o CGS tomou conhecimento das deficiências detetadas pelo CAE, e aprovou os respetivos planos de mitigação e calendário de implementação para cada uma das deficiências.

Estas deficiências incluíram 16 classificadas como F3 - Elevada e 4 classificadas como F4 - Severa. O CGS, através do seu Presidente, manteve contactos regulares com as entidades de supervisão e regulação, acompanhou de perto os objetivos do «requisito mínimo para os fundos próprios e para os passivos elegíveis» “MREL” fixado pelo SRB “*Single Resolution Board*” e aprovou as medidas implementadas para alcançar esses objetivos, incluindo a nova emissão de TIER 2, analisou e aprovou o ICAAP e o ILAAP para 2023, bem como os Planos de Liquidez e de Capital, acompanhou de perto a evolução da implementação da Estratégia ESG, incluindo o seu modelo de governo, e aprovou a Política ESG, e acompanhou também o exercício de “*Stress Test*” do BCE. No exercício das suas funções, o CGS foi regularmente informado sobre alterações regulamentares e sobre correspondência relevante trocada entre o novobanco e os reguladores.

O CGS aprovou ainda o Plano de Recuperação de 2023, a Estratégia de atualização dos modelos IRB e o Plano Operacional, o Relatório Anual de 2023 sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e acompanhou o Diálogo de Supervisão relativo ao SREP de 2023.

Durante 2023, o CGS foi atualizado sobre os principais temas e iniciativas discutidos no Comité de Compliance, incluindo transações com partes relacionadas, atividades do Departamento de Compliance e assuntos regulatórios de Compliance, incluindo inspeções ao Banco, execução do Projeto Darwin, Projeto APIC (Atualização Permanente de Informação de Cliente) e KPIs (*key performance indicators*) relativos à plataforma Whispli (Plataforma para denúncia de irregularidades).

Durante 2023, o CGS tomou conhecimento do novo organograma do CAE, que refletiu as mudanças organizacionais internas, incluindo nas áreas sob responsabilidade do *Chief Commercial Officer Retail* (“CCOR”) e a nomeação do novo *Chief Operating Officer* (“COO”) (Seamus Murphy) para apoiar o novobanco na consecução dos seus objetivos estratégicos de transformação digital, eficiência operacional e simplificação de processos, e a nomeação do novo *Chief*

*Financial Officer* (“CFO”), Benjamin Friedrich Dickgiesser.

O CGS analisou e aprovou igualmente a nova composição dos seus Comitês na sequência das alterações ocorridas durante ao ano e aprovou o seu plano de atividades para 2024, bem como dos seus Comitês.

Foram também avaliadas e regularmente discutidas pelo CGS as ações e iniciativas desenvolvidas pelo Banco face ao desafiante ambiente macroeconómico; os efeitos de contágio do aumento da volatilidade dos mercados financeiros decorrentes do conflito Rússia/Ucrânia e, no final do ano, também do conflito no Médio Oriente; os níveis acrescidos de risco operacional, incluindo ciberataques e subcontratação; e a maior ênfase nos riscos emergentes, como os riscos climáticos e ambientais.

Em 2023, foi criado um Programa de Formação em IT e ciber segurança para reforçar os conhecimentos sobre tecnologias de informação e melhorar as competências e a experiência dos membros dos órgãos sociais. No decorrer do ano 2023, os membros do CGS e CAE participaram em várias sessões de formação.

No âmbito e para efeitos do desempenho das suas funções e da realização das análises e verificações necessárias, o CGS solicitou e obteve documentação e esclarecimentos das múltiplas questões suscitadas, com a plena colaboração dos responsáveis e colaboradores de todas as áreas e das funções de controlo do Banco.

O CEO, o CFO e o CRO participaram das reuniões do CGS como convidados e, sempre que necessário, outros membros do CAE ou membros dos Departamentos envolvidos foram convidados a participar em temas específicos das agendas.

### **Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria)**

O Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria) realizou 16 reuniões durante o ano de 2023 e centrou a sua atividade na apreciação das demonstrações financeiras do Banco e nos relatórios do Revisor Oficial de Contas relativos ao exercício de 2023, bem como na supervisão e monitorização da atividade de Auditoria Interna (AI).

A atividade de supervisão incluiu, entre outros, a discussão e análise dos relatórios mensais de atualização da AI

(abrangendo tópicos como a implementação do plano acordado e *findings* relacionados, o acompanhamento de questões pendentes e temas relacionadas com os recursos e práticas da AI), a apreciação do Relatório Anual de Execução das Atividades para 2023 e a aprovação do Plano de Auditoria Interna para 2024 (incluindo o plano plurianual).

Ao longo de 2023, o Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria) acompanhou a conclusão dos Projetos de venda de Ativos Não Produtivos, incluindo o Projeto Phoenix, a alienação de ativos de imobiliário detidos pelo Banco (“REO”), as análises das agências de notação financeira, RaRoc, a evolução de projetos de fusão e aquisição (“M&A”) e parcerias, bem como a evolução e o aumento de capital decorrente da conversão dos direitos atribuídos ao Estado (*deferred tax assets* - “DTAs”) relativos aos exercícios de 2018 e 2019.

Durante 2023, o Comité acompanhou ainda a evolução dos rácios de capital do novobanco, bem como a evolução de outros projetos relevantes, incluindo a nova emissão de TIER 2, o processo de revisão de RWA (*Risk Weighted Assets*), o processo de gestão dos requisitos MREL, os níveis de RaRoc e a atividade da Valuation Unit. Adicionalmente, o Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria) monitorizou, durante o ano de 2023, a evolução das Subsidiárias e Sucursal do novobanco e acompanhou a avaliação das participações de capital, incluindo fundos de reestruturação.

O Comité monitorizou de forma continuada a independência e os trabalhos do auditor externo, incluindo a fiscalização e aprovação da prestação por este de outros serviços adicionais ao Grupo novobanco.

A ordem de trabalhos das reuniões incluiu um ponto de situação sobre os aspetos regulatórios da atividade do Banco, a monitorização da implementação do Plano de Médio Prazo 2023-2025 (bem como a preparação do Plano de Médio Prazo 2024-2026) e as conclusões do processo de análise e avaliação para fins de supervisão de 2023 (SREP).

O Comité acompanhou ainda a estratégia ao nível de IT, Governação e a Qualidade de Dados, no cumprimento dos princípios “BCBS239”, a reportar ao BCE e ao Banco de Portugal, e o Plano de Recuperação de 2023.

Durante o ano, o Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria) efetuou análises detalhadas dos principais segmentos de negócio: (1) Particulares, Empresas e Negócios; (2) Grandes Empresas e PMEs; e (3) Tesouraria e Mercado de Capitais, incluindo a evolução da Transformação Digital. Adicionalmente, o Comité recebeu pontos de situação regulares sobre o desempenho do Fundo de Pensões do novobanco e sobre a aprovação da nova estrutura de governo introduzida para o acompanhamento e análise dos Ativos e Passivos do Fundo de Pensões do novobanco. Foram ainda realizadas revisões específicas relativas à execução orçamental.

O Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria) monitorizou os sistemas de controlo interno durante o ano e concluiu a revisão anual da avaliação da função de Auditoria Interna, de acordo com o Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal.

Os membros do Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria) reuniram-se com os Conselhos Fiscais (Comissões de Auditoria) das Subsidiárias, nomeadamente, Banco BEST, Novo Banco dos Açores, GNB Fundos Mobiliários – Sociedade Gestora de OIC (GNB FM), S.A., GNB Gestão de Patrimónios – Empresa de Investimento, S.A., (GNB GP), GNB Gestão de Ativos, SGPS, S.A (GNB SGPS), GNB Real Estate – Sociedade Gestora de OIC, S.A (GNB RE) e GNB Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A (GNB FP), tendo discutido as matérias propostas por esses Conselhos Fiscais (Comissões de Auditoria).

Foi efetuada uma revisão da Política de Seleção, Nomeação e Avaliação do Revisor Oficial de Contas do Grupo novobanco e de Contratação de Serviços Não Proibidos distintos de Auditoria, de acordo com um princípio de boa governação interna de atualização regular dos Regulamentos Internos do Banco. Em dezembro de 2023, foi submetido para parecer do CGS uma proposta de revisão das políticas do novobanco, previamente à submissão e aprovação da próxima Assembleia Geral. Complementarmente, sendo o Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria) o órgão envolvido no processo de seleção e nomeação do revisor oficial de contas e contratação de serviços não proibidos, os seus membros frequentaram uma formação sobre o tema e sobre as suas responsabilidades nos termos da lei, realizada em novembro de 2023. Os membros

do Comité reuniram-se separadamente com o Revisor Oficial de Contas e o Responsável pela Auditoria Interna, sem a presença de membros do CAE.

### Comité de Risco

O Comité de Risco realizou 14 reuniões durante o ano de 2023. Para além de aprovar empréstimos a clientes individuais ou grupos de clientes associados, de acordo com o seu Regulamento, apreciou e discutiu também a estratégia, a apetite e limites de risco para 2023, de acordo com o Plano de Médio Prazo para 2023-2025, o Plano NPA para 2023-2025 e acompanhou as principais iniciativas e atividades em 2023 relacionadas com a desafiante conjuntura macroeconómica; os efeitos de contágio do aumento da volatilidade dos mercados financeiros decorrentes do conflito Rússia/Ucrânia e, no final do ano, também do conflito no Médio Oriente; os níveis acrescidos de risco operacional, incluindo ciberataques e subcontratação; e a maior ênfase nos riscos emergentes, como os riscos climáticos e ambientais.

Outros temas discutidos e analisados pelo Comité de Risco incluíram os principais indicadores de risco mensais (risco de crédito, risco de mercado e risco operacional), portfólios detalhados, análises de exposição a produtos e setores, riscos não financeiros, incluindo riscos cibernéticos e riscos de subcontratação, e as provisões de crédito e imparidades constantes das demonstrações financeiras do exercício de 2023, bem como a aprovação do Plano de Atividades de Risco para 2024.

A carteira de créditos não produtivos (*non-performing loans* – NPL) foi também revista e comparada com a carteira de instituições congéneres e com os indicadores de referência da Autoridade Bancária Europeia (EBA). O modelo de governo em matéria de risco foi também sujeito a revisão em 2023.

A ordem de trabalhos das reuniões incluiu regularmente relatórios sobre os aspetos regulatórios relacionados com os riscos a que o Banco se encontra exposto, particularmente no contexto do Plano IRB, e especialmente sobre LGD (*loss given default*), IRRBB (risco de taxa de juro da carteira bancária), a análise dos riscos inerentes ao desafiante ambiente macroeconómico, a avaliação dos grupos económicos com elevada exposição aos setores impactados com a crise e as conclusões do SREP.

O cálculo da capacidade de assunção de riscos do Banco foi também um tema frequente nas reuniões do Comité de Risco. Ao longo do ano foram ainda discutidas e analisadas outras matérias regulamentares de risco, incluindo os resultados das OSI (*On-Site Inspections*).

Adicionalmente, o Comité de Risco aprovou os exercícios ICAAP e ILAAP, o “Stress Test” do BCE, a Estratégia de atualização dos modelos IRB e o Plano Operacional, o Projeto de RWA, o Projeto *Early Warning System* (“EWS”) e a Implementação do Plano de Transformação de Crédito e Risco.

O Comité monitorizou ainda a estratégia de IT, governação e a qualidade de dados, no cumprimento dos princípios de “BCBS239”, a reportar ao BCE e ao Banco de Portugal, e as OSI ocorridas ao *Digital Transformation* e ao “*Credit Quality Review – CRE*” e a verificação aos modelos internos para risco de crédito (“IMI”) de retalho e empresas.

No final de 2023, o Comité de Risco analisou a avaliação das atividades de gestão de risco, em conformidade com o Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, incluindo o Relatório Anual de Autoavaliação (RAA).

O Responsável pela Função de Risco, o CEO, o CFO, o CCO e o CRO participaram nas reuniões como convidados, sempre que necessário.

## Comité de Compliance

O Comité de Compliance realizou 7 reuniões durante o ano de 2023, tendo monitorizado e deliberado sobre questões de governo, regulamentares e legais relacionadas com a atividade de compliance do Banco e analisado e discutido a implementação das matérias de compliance regulamentar e controlo interno, incluindo as relativas ao Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal e às Orientações da EBA nas áreas de controlo interno e compliance, legislação em matérias de criminalidade financeira, onde se inclui a prevenção do branqueamento de capitais, do combate ao suborno e à corrupção e ao abuso de mercado, legislação sobre a proteção de dados pessoais, denúncia de irregularidades, outros assuntos legais e regulamentares e outros projetos relevantes em curso, como seja o projeto APIC (Atualização Permanente de Informação de Cliente), bem como

acompanhado o cumprimento do plano de atividades do Departamento de Compliance. O Comité analisou ainda e discutiu questões relacionadas com transações com partes relacionadas e conflitos de interesse, questões de compliance relacionadas com as subsidiárias e a sucursal do Luxemburgo, incluindo inspeções e auditorias locais sobre temas de combate ao branqueamento de capitais e o plano de remediação que abrangeu a transferência de contas antigas do Luxemburgo para Lisboa, bem como a monitorização regular das multas e sanções mais relevantes aplicadas ao novobanco.

Durante 2023, foi lançada com sucesso uma nova plataforma de comunicação de irregularidades “*Whistleblowing*” (“Whispli”) para todo o Grupo novobanco, no âmbito do programa de Alinhamento Estratégico e Transformação Cultural com a revisão, a melhoria e o reforço dos processos internos. O Comité de Compliance procedeu à revisão anual das políticas relacionadas com a atividade de Compliance, incluindo o Código de Conduta, a Política de Conflito de Interesses, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Comunicação de Irregularidades (*Whistleblowing*), a Política de Combate ao Suborno e à Corrupção, as Políticas de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo.

O Comité de Compliance acompanhou regularmente a execução do Projeto Darwin, o desenvolvimento de melhoria ao modelo operacional de combate ao crime financeiro, com principal foco no *know your Customer / Know your Transaction* (“KYC / KYT”) e banca de correspondência.

No final de 2023, o Comité de Compliance analisou a avaliação das atividades de gestão de conformidade (“compliance”), de acordo com o Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, incluindo o Relatório Anual de Autoavaliação (RAA), e aprovou o Plano de Atividades de Departamento de Compliance para 2024.

## Comité de Nomeações

O Comité de Nomeações realizou 4 reuniões durante o ano de 2023. O *Fit and Proper Officer* apoiou o Comité de Nomeações na avaliação anual (individual e coletiva) da adequação e idoneidade dos membros do Conselho de Administração Executivo do novobanco e dos membros do Conselho de Administração das suas

subsidiárias: novobanco dos Açores, Banco BEST e GNB – Gestão de Ativos, e de detentores de funções essenciais do Banco (“**Key Function Holders**”).

Durante 2023, foram também submetidos processos de *Fit and Proper* às entidades de supervisão competentes para o efeito, relativamente a determinados membros dos órgãos sociais do novobanco, bem como aos órgãos sociais do novobanco dos Açores, Banco BEST e GNB GA e suas subsidiárias.

Durante 2023, o Comité de Nomeações discutiu, reviu e aprovou a nova estrutura organizacional do CAE com atualização de funções e pelouros, conforme detalhado anteriormente. Reviu igualmente o Plano de Sucessão do novobanco, tomou conhecimento dos resultados das medidas definidas pelo CAE para melhorar a cultura organizacional através de um novo projeto desenhado com o apoio de consultores externos e nomeou o novo *Fit and Proper Officer* do Grupo.

No que respeita à diversidade de género, o CGS aprovou, em março de 2023, um Plano de Ação com objetivos específicos, na sequência de uma avaliação efetuada no Comité de Nomeações e apresentado às entidades de supervisão. O Comité de Nomeações acompanha a implementação e execução desse plano, sendo este submetido no final de cada ano ao CGS para monitorização e avaliação.

Foi também analisado o desempenho da gestão de topo do novobanco, bem como efetuadas avaliações aos recursos humanos com cada um dos membros do CAE relativamente a cada um dos seus pelouros/ departamentos.

O Comité de Nomeações avaliou e aprovou as alterações na composição (membros) do CGS, ainda sujeita à aprovação de processo *Fit and Proper* pelas entidades de supervisão competentes para o efeito.

### Comité de Remunerações

O Comité de Remunerações realizou 5 reuniões durante o ano de 2023. Nestas reuniões, o Comité monitorizou a implementação das políticas relativas à remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização e dos colaboradores e adotou um conjunto de decisões relacionadas com a

componente variável da remuneração do CAE e dos Colaboradores Identificados para o ano de 2023. O Comité de Remunerações também definiu e aprovou os principais indicadores de desempenho individual e coletivo para os membros do CAE para o exercício de 2023, com base no orçamento aprovado para o ano, tendo ainda aprovado os resultados relativos aos KPIs (*key performance indicators*) em 2022. O Comité de Remunerações tomou conhecimento e confirmou a lista de Colaboradores Identificados para o ano de 2023, seguindo a recomendação do CAE. Aprovou, igualmente, o orçamento para 2023 relativo à remuneração variável e aos montantes atribuídos aos Colaboradores Identificados e aos membros do CAE (sujeito às regras constantes nas respetivas políticas).

As funções do Comité de Remunerações foram igualmente desempenhadas com a participação das áreas internas do Banco relevantes para o efeito e das funções de controlo.

O Comité de Remunerações aprovou a revisão anual com alteração das políticas remuneratórias dos órgãos de administração e fiscalização e colaboradores, e ainda, aprovou a seleção de alguns colaboradores no âmbito do Programa *Shaping the Future* para 2023.

No final de 2023, o Comité de Remunerações concluiu uma análise interna independente prevista no Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal com o objetivo de verificar a conformidade dos processos e políticas de remuneração do Banco a submeter à Assembleia Geral, ao Conselho de Administração Executivo e ao Conselho Geral e de Supervisão.

### Interações com o Revisor Oficial de Contas

O CGS e o Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria) realizaram várias reuniões de trabalho ao longo do ano com o Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., tanto no âmbito da auditoria às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, como no âmbito do acompanhamento regular e discussão dos aspetos mais relevantes decorrentes da avaliação do controlo interno.

No âmbito da articulação existente com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o CGS obteve os



esclarecimentos necessários e suficientes às questões colocadas no âmbito das suas funções e, em particular aos seguintes aspetos:

- A conformidade e adequação dos registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- A existência de bens ou valores pertencentes ao Grupo novobanco ou por ele recebidos em garantia, depósito ou a outro título; e
- Se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada representação do património e dos resultados do Grupo novobanco.

O Conselho Geral e de Supervisão analisou todos os assuntos contidos nas Certificações Legais das Contas e Relatórios de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas emitidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tendo obtido desta Sociedade todos os esclarecimentos necessários à sua compreensão, em particular sobre as matérias relevantes de auditoria incluídas nas mesmas:

- Imparidade de crédito a clientes;
- Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor e classificados no nível 3 da IFRS 13;
- Provisões para reestruturação;
- Avaliação dos fundos de reestruturação;
- Avaliação dos passivos dos fundos de pensões;
- Mensuração de imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido;
- Operações de venda de NPAs (ativos não produtivos);
- Contingência relativa ao imposto sobre imóveis;
- Divulgação de outros passivos contingentes;
- Assuntos relativos ao Mecanismo de Capitalização Contingente;
- Divulgações Financeiras, e
- Matérias de controlo interno, nomeadamente o cumprimento do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal.

Todas estas matérias foram acompanhadas pelo CGS e respetivos Comitês, tendo sido mantido atualizados pelo CAE, pelas Funções de Controlo Interno e pelos

Departamentos relevantes e pelos Auditores Externos.

No âmbito do processo de encerramento das contas do exercício, o CGS apreciou o Relatório de Gestão, bem como os demais documentos de prestação de contas apresentados pelo CAE, tendo procedido às verificações e à obtenção dos esclarecimentos que entendeu convenientes, os quais satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Os documentos de prestação de contas foram auditados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A, a qual emitiu as respetivas Certificações Legais das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em 5 de março de 2024, sem reservas nem ênfases, sobre os quais o CGS expressa a sua concordância.

O CGS analisou ainda o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas na mesma data, o qual corresponde, no essencial, às questões que foram discutidas com esta Sociedade ao longo do exercício e para as quais foram obtidos todos os esclarecimentos necessários.

## 2. Parecer do Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria) sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

No âmbito das nossas funções e de acordo com o artigo 444º, número 2, do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Geral e de Supervisão verificou que:

- a. o Balanço individual e consolidado, a Demonstração dos resultados individuais e consolidados, a Demonstração do rendimento integral individual e consolidado, a Demonstração de alterações do capital próprio individual e consolidado, a Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidados e o correspondente Anexo individual e consolidado, permitem uma adequada compreensão do ativo, do passivo e da situação financeira individual e consolidada do novobanco, dos seus resultados

individuais e consolidados, das alterações no capital próprio individual e consolidado e dos fluxos de caixa individuais e consolidados;

- b. as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- c. o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução do negócio e da situação do Banco e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando os aspetos mais significativos, bem como contendo a descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam;
- d. a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis; e
- e. nos termos do n.º 5 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, aplicável por remissão do artigo 441.º, n.º 2, a informação sobre o governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 29.º- H, n.º 5 do Código dos Valores Mobiliários e demais legislação aplicável.

Face ao exposto, o Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria) emite um parecer favorável ao:

- a. Relatório de Gestão, bem como às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2023, apresentadas pelo Conselho de Administração Executivo, incluindo a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo CAE no seu Relatório de Gestão; e
- b. Relatório de Auditoria às demonstrações financeiras consolidadas e individuais do Banco emitido pela EY para 2023.

Finalmente, o Conselho Geral e de Supervisão expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração Executivo, aos responsáveis pelos diversos Departamentos do Banco e aos demais colaboradores, bem como à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração prestada e pelo apoio dispensado à realização do seu trabalho.

Lisboa, 5 de março de 2024.

## O Conselho Geral e de Supervisão e o Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria)

### **Byron James Macbean Haynes**

Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e vogal do Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria)

### **Karl-Gerhard Eick**

Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e Presidente do Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria)

### **Kambiz Nourbakhsh**

Membro do Conselho Geral e de Supervisão e membro do Comité para as Matérias Financeiras (Auditoria)

### **Mark Andrew Coker**

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

### **John Herbert**

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

### **Robert A. Sherman**

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

### **Carla Antunes da Silva**

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

### **William Henry Newton**

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

### **Monika Helene Wildner**

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

### **Evgeniy Kazarez**

Membro do Conselho Geral e de Supervisão



The background is a solid teal color. It features several overlapping, semi-transparent shapes: a large light blue arc on the left, a dark teal arc at the bottom left, a light teal rectangle in the upper middle, and a white rectangle on the right. The 'novobanco' logo is positioned in the bottom left corner.

**novobanco**